



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva

Prestação de Contas Ordinária Anual

.

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2018

Brasília/DF
2019

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATÓES

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica
ABTLuS – Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AEB – Agência Espacial Brasileira
AGU - Advocacia-Geral da União
AICE - Acesso Individual Classe Especial
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras
APDIS – Assessoria de Procedimentos Disciplinares
APF – Administração Pública Federal
APL's - Arranjos Produtivos Locais
ASSIN – Assessoria de Assuntos Internacionais
BASA - Banco da Amazônia S/A
BEP – Bolsa de Estágio/Treinamento no País
BEV – Bolsa de Especialista Visitante
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)
BRICS – Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSP – Bolsa de Estágio/Treinamento no Exterior
BVC – Biorrefinaria Virtual de Cana-de-açúcar
C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CA – Comissão de Avaliação
CAFe – Comunidade Acadêmica Federada
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT – Comitê de Auxílio Técnico
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CDU – Classificação Decimal Universal
CeBiME – Centro de Biologia Molecular Estrutural
CEF – Caixa Econômica Federal
CEITEC – Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral
CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
CETIC.br - Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação da Comunicação
CG – Contrato de Gestão
CGAI – Coordenação-Geral de Gestão Institucional
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGF - Conselho Gestor do Funttel
CGGO – Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação
CGGP- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGI - Comitê Gestor da Internet
CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGOS – Coordenação-Geral de Gestão de Organizações Organizações Sociais

CGOS – Coordenação-Geral de Gestão de Organizações Sociais
CGPE - Coordenação Geral de Planejamento Estratégico e Setorial
CGRC - Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CGUO - Coordenação-Geral de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais
CGUP – Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa
CIA-PAC – Comissão Interministerial de Aquisições do PAC
CI-CP – Comissão Interministerial de Compras Públicas
CIMATEC - Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia do SENAI
CIN – Comitê Interministerial de Nanotecnologia
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPEN - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCF – Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira
CONJUR – Consultoria Jurídica
COOR – Coordenação de Orçamento
Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
CRC – Centro de Recondicionamento de Computadores
CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CTBE - Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol
CTC – Conselho Técnico-Científico
CT-ENERG – Fundo Setorial de Energia
CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
CTIC - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação
CT-INOVAR-AUTO – Fundo Setorial Inovar-Auto
CT-MINERAL – Fundo Setorial de Recursos Minerais
DAD - Diretoria de Administração (Departamento de Administração – Dec. nº 9.677, 02/01/2019)
DEAA - Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
DEBAN – Departamento de Banda Larga
DEBL - Departamento de Banda Larga
DEICT - Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia
DEOC - Departamento de Outorga de Serviço de Comunicação
DESUT - Departamento de Serviços de Universalização de Telecomunicações
DETEL – Departamento de Serviços de Telecomunicações
DGE - Diretoria de Gestão Estratégica
DGI – Diretoria de Gestão Institucional
DGV - Diretoria de Gestão das Entidades Vinculadas
DKTI – Iniciativa Alemã para Clima e Tecnologia
DN - Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DPF – Divisão de Programação Financeira
DTI – Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial
DTI – Departamento de Tecnologia da Informação
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
EA – Entidades Associadas
EAD – Educação à distância
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EELA - E-Infrastructure Shared Between Europe and Latin America

EILD - Exploração Industrial de Linha Dedicada
EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisas e Inovação Industrial
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
ENCTI 2012-2105 - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015
EPP – Empresas de Pequeno Porte
EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
ESR - Escola Superior de Redes EV – Bolsa para Especialista Visitante
FAPE/RN - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte
FAPE/RS - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESB - Fundação de Apoio da Bahia
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIEP-PR – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz
FM - Frequência Modulada
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDE – Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação
FORMP&D – Formulário sobre as Atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica
FUNTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações
FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
GECC – Gratificação por Encargo de Cursos ou Concurso
GESAC - Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
GIPI – Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual
GM - Gabinete do Ministro
GT – Grupo de Trabalho
GTA-PI – Grupo de Trabalho de Assessoramento em Propriedade Intelectual
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBN – Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia
ICPEDU – Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa
ICT – Instituições de Ciência e Tecnologia
ICTs - Instituições de Caráter Científico e Tecnológico
IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
II – Imposto de Importação
IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada
INB – Indústrias Nucleares do Brasil S/A
INCT – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
INOVAR-AUTO - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotivos
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPP - Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal
INSA – Instituto do Semiárido
INT – Instituto Nacional de Tecnologia
IOLACT – Infraestrutura Óptica Latinoamericana de Ciência e Tecnologia
ION – Infraestrutura Óptica Nacional
IP – Instituto de Pesquisa
IPE – Instituição de Pesquisa e Ensino
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
ITI – Bolsa de Iniciação Tecnológica Industrial
LDI - Longa Distância Internacional
LDN - Longa Distância Nacional
LFE – Litografia por Feixe Eletrônico
LGT - Lei Geral de Telecomunicações
LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica
LNBio – Laboratório Nacional de Biociências LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica
LNLS – Laboratório Nacional de Luz Síncrona
LNNano – Laboratório Nacional de Nanotecnologia e Nanociências
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins
MBC – Movimento Brasil Competitivo
MC - Ministério das Comunicações
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME –Microempresas
MEC – Ministério da Educação
MEI – Mobilização Empresarial pela Inovação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MF – Ministério da Fazenda
MinC – Ministério da Cultura
MIT – Massachusetts Institute of Technology
MME – Ministério das Minas e Energia
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPV - Medida Provisória
MRE – Ministério de Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
NAGIs – Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação
NANoREG – Projeto de regulação da nanotecnologia
NEmp – Núcleo de Empreendedorismo do Inatel
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NSC - Network Support Centre
NSI - National Science Indicators
NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados
OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
OC - Ondas Curtas
OM - Ondas Médias
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ON – Observatório Nacional
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
OS – Organização Social
OT - Ondas Tropicais
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PACE – Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável
PACTI – Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação

PAF - Plano Anual de Fiscalização
PAR - Plano de Aplicação de Recursos
PCI – Programa de Capacitação Institucional
PCI-D - Bolsas de Longa Duração de Desenvolvimento
PCI-E - Bolsas de Longa Duração Especialista Visitante
PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDGP – Plano de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDU - Plano Diretor das Unidades de Pesquisa
PGMC - Plano Geral de Metas de Competição PIBITI - Programa Institucional de Bolsas e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNBL - Programa Nacional de Banda Larga
PNI – Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos
PNO - Planos Nacionais de Outorga
PO – Plano Orçamentário
POPs – Pontos de Presença
PPA – Plano Plurianual
PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional
PPB – Processo Produtivo Básico
PPBio – Programa de Pesquisa em Biodiversidade
PPDP – Planta Piloto para Desenvolvimento de Processos
PRÓ-INOVA – Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação
ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovem
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Radcom - Radiodifusão Comunitária
RDC – Regime Diferenciado de Contratações
RDSA – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã
RDSM – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
RECyT – Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia
RedCLARA - Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas
REDECOMEP - Rede Comunitária de Educação e Pesquisa
RENE – Representação Regional do MCTI no Nordeste
REPNBL - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações
RFB - Receita Federal do Brasil
RNC – Rede Nacional de Combustão
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
Rptv - Repetição de TV
RTV - Retransmissão de TV
SAR - Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão
SATP – MC - Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das Comunicações
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBRT – Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas
SBTVD - Sistema Brasileiro de Televisão Digital
SBTVD-T – Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre
SCE - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
SCI - Scientific Citation Index
SCM - Serviço de Comunicação Multimídia
SCUP – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa
SeAC - Serviço de Acesso Condicionado
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
SEFAE – Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas
SEGEP – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SEI - Sistema Eletrônico de Informação
SEMPI – Secretaria de Empreendedorismo e Inovação
SETEL - Secretaria de Telecomunicações
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPED - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
SEPIN - Secretaria de Política de Informática
SERAD - Secretaria de Radiodifusão
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SETAP – Secretaria de Tecnologias Aplicadas
SETEC - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
SETI-PR – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Paraná
SEXEC – Secretaria-Executiva
SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIBRATEC – Sistema Brasileiro de Tecnologia
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SID - Secretaria de Inclusão Digital
SIG – Grupo de Interesse Especial
SIGECI - Sistema Integrado de Gestão Estratégica sobre Cooperação Internacional
SigMCT – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGTEC - Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas
SINAPAD - Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil
SIRDAI - Sistema de Recepção com Diversidade e Antenas Inteligentes para TV Digital
SISG - Sistema de Serviços Gerais
SIGESAC – Sistema Gerência do GESAC
SisNANO – Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMP - Serviço Móvel Pessoal
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SSPG - Subsecretaria de Serviços Postais e de Governança de Empresas Vinculadas
STE - Secretaria de Telecomunicações
STF – Supremo Tribunal Federal
STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado
SUV – Subsecretaria de Unidades Vinculadas
TCE - Tomada de Contas Especial
TCG – Termos de Compromisso de Gestão
TCU - Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TIC - Tecnologias de Inovação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UIT - União Internacional de Telecomunicações
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas
UnB - Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
Unifacs – Universidade Salvador
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UP – Unidade de Pesquisa
UPAEP - União Postal das Américas, Espanha e Portugal
UPU - União Postal Universal
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADROS

Quadro 4.4.1 - Manifestações registradas no e-OUV

Quadro 4.4.2 - Dados estatísticos do SIC/MCTIC

Quadro 4.4.3 - Tipos de resposta

Quadro 4.4.4 - Recursos e reclamações

Quadro 4.4.5 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Quadro 4.4.6 - Atendimento prestado pela Ouvidoria

Quadro 4.4.6.1 – Atendimento prestado pela Ouvidoria

Quadro 4.4.7 - Pesquisa de satisfação (e-SIC)

Quadro 4.4.8 - Comentários

Quadro 5.1.1 - Objetivo Estratégico nº 4

Quadro 5.1.2 - Objetivo Estratégico nº 6

Quadro 5.1.3 - Objetivo Estratégico nº 7

Quadro 5.1.4 - Objetivo Estratégico nº 10

Quadro 5.1.5 - Objetivo Estratégico nº 11

Quadro 5.1.6 - Objetivo Estratégico nº 12

Quadro 5.1.7 - Objetivo Estratégico nº 13

Quadro 5.1.8 - Objetivo Estratégico nº 16

Quadro 5.1.9 - Objetivo Estratégico nº 17

Quadro 5.1.10 - Objetivo Estratégico nº 18

Quadro 5.1.11 - Objetivo Estratégico nº 19

Quadro 5.1.12 - Objetivo Estratégico nº 20

Quadro 5.1.13 - Tratamento dos riscos da Diretoria de Tecnologia da Informação - **DTI**

Quadro 5.1.14 - Tratamento dos riscos da Diretoria de Gestão de Entidades Vinculadas - **DGV**

Quadro 5.1.15 - Tratamento dos riscos da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - **DPO**

Quadro 5.1.16 - Tratamento dos riscos da Coordenação-Geral de Indicadores - **CGGI**

Quadro 6.1.1 - Aprimoramento e atualização do Sistema de Registro Nacional de Emissões

Quadro 6.1.2 - Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)

Quadro 6.1.3 - Modernização e ampliação da infraestrutura de CT&I

Quadro 6.1.4 - Criação de Laboratórios Multiusuários (Abertos) no CTI

Quadro 6.1.5 - Monitoramento do desmatamento dos biomas nacionais por satélite até 2019

Quadro 6.1.6 - Lançamento do primeiro satélite da série Amazônia, para observação da Terra

Quadro 6.1.7 - Lançamento do satélite CBERS-4A

Quadro 6.1.8 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Biodiversidade e Recursos Naturais

Quadro 6.1.9 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Mudança do Clima e Uso da Terra

Quadro 6.1.10 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Segurança Alimentar

Quadro 6.1.11 - Instalação, conjuntamente com a Agência Espacial da Federação Russa, de um sistema eletro-óptico panorâmico para a detecção de detritos espaciais (PanEOS) no OPD

Quadro 6.1.12 - Construção de instrumentação astronômica para telescópios operados no exterior com parceria ou não do Brasil

Quadro 6.1.13 - Organização, digitalização e disseminação de arquivos históricos, museológicos de C&T e bibliográficos do MAST

Quadro 6.1.14 - Programa de Pesquisas de Longa Duração (PELD) da Estação Científica Ferreira Penna, Caxiuanã, na Amazônia Oriental

Quadro 6.1.15 - Projeto Arqueológico Carajás - PACA Sul

Quadro 6.1.16 - Flora e Florística dos Campos rupestres de canga da Serra dos Carajás, Pará, Brasil

Quadro 6.1.17 - Caracterização geofísica do território brasileiro

Quadro 6.1.18 - Boletins de Previsão de Riscos GeoHidrológicos

Quadro 6.1.19- Monitoramento do Semiárido

Quadro 6.1.20 - Operacionalidade da Rede Observacional

Quadro Figura 6.1.21 - Monitoramento de Sistemas de Abastecimento de Água e Geração de Energia Elétrica

Quadro 6.2.1 - Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal

Quadro 6.2.2 - Parcerias museu-escola: estratégias de formação inicial e continuada de professores

Quadro 6.3.1 - Publicação do decreto que regulamentou o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016)

Quadro 6.3.2 - Lançamento do Programa Centelha

Quadro 6.3.3 - Publicação de regulamentos que operacionalizam alterações no Marco Legal Lei de Informática (Lei nº 8.248/91)

Quadro 6.3.4 - Exigência de que as empresas beneficiadas pela Lei de Informática apresentem relatório consolidado e parecer conclusivo acerca dos relatórios, elaborados por auditoria independente credenciada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o que permitirá a possibilidade de aceitação tempestiva dessa prestação de contas

Quadro 6.3.5 - Aprimoramento Resolução CATI que disciplina o credenciamento de instituições que realizam projetos de P&D em convênio com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática ou do PADIS

Quadro 6.3.6 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Cadeias Produtivas

Quadro 6.3.7 - Contribuir para o desenvolvimento tecnológico das empresas

Quadro 6.4.1 - Digitalização de estações analógicas de TV e RTV existentes

Quadro 6.4.2 - Elaboração e publicação do Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Comunitária e Educativa

Quadro 6.4.3 - Migração da Rádio AM para FM

Quadro 6.4.4 - Decreto sobre Políticas de Telecomunicações (Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018)

Quadro 6.4.5 - Decreto de Estratégia Digital - Decreto nº 9.319, de 21/03/2018

Quadro 6.5.1 - Lançamento de planos de ação nas seguintes áreas estratégicas: Manufatura Avançada; Inovação Tecnológica; Nanotecnologia; Energias Renováveis; Minerais Estratégicos; e Petróleo e Gás Natural

Quadro 6.5.2 - Água, Energia, Resíduos e Sustentabilidade

Quadro 6.5.3 - Minerais Estratégicos (Terras Raras, Agrominerais e Outros Minerais Estratégicos)

Quadro 6.5.4 - Pesquisa e desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE

Quadro 6.5.5 - Desertificação e Agroecologia em Terras Secas

Quadro 6.5.6 - Bioprospecção, conservação e avaliação de recursos genéticos e bioquímicos do bioma caatinga

Quadro 6.5.7 - Tecnologia de tratamento de esgoto para usos múltiplos no semiárido brasileiro

Quadro 6.5.8 - Aproveitamento de águas de chuvas para fins urbanos

Quadro 7.2. - Execução Orçamentária 2018 – Adm. Direta/ MCTIC

Quadro 7.2.1 - Restos a Pagar – Adm. Direta/ MCTIC - Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)

Quadro 7.2.2 - Execução Orçamentária 2018 – Adm. Direta/ MCTIC

Quadro 7.2.3 - Orçamento do FUNTTEL aberto por Ação e Plano Orçamentário – 2018

Quadro 7.2.4 - Dotação e Execução Orçamentária do FUNTTEL em 2018 e 2017

Quadro 7.2.5 - Orçamento do FUNTTEL por Grupo de Despesa – 2018

Quadro 7.3.2 - ACÓRDÃO 3.738/2018 - 2ª Câmara – Suspensão de pensão.

Quadro 7.3.2.1 -Of. 2932/2018-TCU/Sefip referente ao Ac. 6538/2014-TCU - 1ª C.

Quadro 7.3.2.2 -Of. 5059/2017-TCU/Sefip.

Quadro 7.3.3 - Motivação da exclusões em 2018

Quadro 7.3.9 - Evolução do quadro de pessoal (Estagiários não foram considerados)

Quadro 7.3.9.1 - Composição da força de trabalho – distribuição por situação funcional

Quadro 7.3.15 - Custo direto com despesas de pessoal ativo 2018: R\$ 716 milhões

Quadro 7.3.15.1 -Custo direto com despesas de pessoal inativo 2018: R\$ 612 milhões

Quadro 7.3.15.2 -Custo direto com despesas de pessoal pensionistas 2018: R\$ 692 milhões

Quadro 7.3.17 - Recomposição da força de trabalho em 2018 nas Autarquias e Fundações

Quadro 7.3.18 - Avaliação de desempenho de 1º de março a 28 de fevereiro do ano subsequente

Quadro 7.4.3 - Valor contratado: valor celebrado no instrumento contratual Fonte: Controle de contratos do Órgão

Quadro 7.4.4- Valor gasto: o valor pago ao fornecedor após a prestação do serviço ou entrega do bem.
Fonte: Relatório SIAFI (emitido pela CGOF)

Quadro 7.6.3.1 – Montante de Recursos Aplicados em TIC – 2018 (R\$)

Quadro 7.6.4. - Amostra de contratos vigentes na área de Infraestrutura, Sistemas e suas principais contratações em 2018

Quadro 7.6.5 - Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Quadro 7.7.1 - Execução da despesa orçamentária exercício financeiro de 2018

Quadro 7.7.2 - Despesa orçamentária exercício financeiro de 2018 – Programas de Suporte

Quadro 7.7.3 - Execução orçamentária Unidade Orçamentária 24101 – MCTIC

Quadro 7.7.4 - Execução orçamentária por ação – Programa 0089

Quadro 7.7.5 - Execução orçamentária por ação – Programa 2021

Quadro 7.7.6 - Execução orçamentária por ação – Programa 2106

Quadro 7.7.7 - Execução orçamentária por ação – Programa 0909

Quadro 8.2.1 – Balanço Patrimonial MCTIC

Quadro 8.2.2 – Variações Patrimoniais MCTIC

Quadro 8.2.3 – Receitas, despesas e execução de restos a pagar MCTIC

Quadro 8.2.4 – Balanço Financeiro MCTIC

Quadro 8.2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa MCTIC

Quadro 8.2.6 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido MCTIC

Quadro 8.2.7 – Balanço Patrimonial FUNTTEL

Quadro 8.2.8 – Variações Patrimoniais FUNTTEL

Quadro 8.2.9 – Balanço Orçamentário FUNTTEL

Quadro 8.2.10 – Balanço Financeiro FUNTTEL

Quadro 8.2.11 – Demonstração dos fluxos de caixa FUNTTEL

Quadro 8.2.12 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido FUNTTEL

Quadro 8.3.1.4.1 – Caixa e Equivalente de caixa

Quadro 8.3.1.4.2 – Demais créditos e Valores a Curto Prazo

Quadro 8.3.1.4.3 – Estoques - Composição

Quadro 8.3.1.4.4 – Demais créditos e Valores a Longo Prazo

Quadro 8.3.1.4.5 – Investimentos - Composição

Quadro 8.3.1.4.6 – Imobilizado - Composição

Quadro 8.3.1.4.7 – Bens móveis - Composição

Quadro 8.3.1.4.8 – Bens imóveis - Composição

Quadro 8.3.1.4.9 – Intangível – Composição

Quadro 8.3.1.4.10 – Passivo Circulante

Quadro 8.3.1.4.11 – Patrimônio Líquido

Quadro 8.3.1.4.12 – Receita Prevista versus Realizada - Composição

Quadro 8.3.1.4.13 – Despesas orçamentárias

Quadro 8.3.1.4.14 – Receita Arrecadada x Despesa Realizada

Quadro 8.3.1.4.15 – Execução dos restos a pagar

Quadro 8.3.1.4.16 – Transferências Financeiras
Quadro 8.3.1.4.17 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa- Saldo Inicial e Final
Quadro 8.3.1.4.18 - Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades
Quadro 8.3.1.4.19 – Obrigações Contratuais
Quadro 8.3.2.4.1 - Caixa e Equivalente de Caixa – por Fonte de Recursos
Quadro 8.3.2.4.2 - Créditos a Receber - Longo Prazo
Quadro 8.3.2.4.3 - Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar – por Conta Corrente
Quadro 8.3.2.4.4 - Patrimônio Líquido
Quadro 8.3.2.4.5 - VPA – Contribuições
Quadro 8.3.2.4.6 - VPA Financeiras
Quadro 8.3.2.4.7 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição
Quadro 8.3.2.4.8 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos
Quadro 8.3.2.4.9 - Receita Prevista versus Realizada - Composição
Quadro 8.3.2.4.10 - Percentual de Execução da Despesa
Quadro 8.3.2.4.11 - Receita Arrecadada x Despesa Realizada
Quadro 8.3.2.4.12 - Resultado por categoria econômica
Quadro 8.3.2.4.13 - Valor total de Restos a Pagar Não Processados
Quadro 9.2.1 – Tratamento das demandas TCU
Quadro 9.2.2 – Tratamento das demandas CGU
Quadro 10.1.1 – Rol de responsáveis Secretarias Finalísticas
Quadro 10.1.2 – Rol de responsáveis Unidades de Pesquisa
Quadro 10.3.1 – Relação de reuniões nas Organizações Sociais
Quadro 11.2.1.1 - Origem das receitas do FNDCT.
Quadro 11.2.2.1 - Identificação das UG's operadas pelo Funttel.
Quadro 11.2.4.1 - Execução orçamentária e financeira da UO 24901 (FNDCT) em 2018.
Quadro 11.2.4.2 - Execução orçamentária e financeira da UO 74910 (FPDTE) em 2018.
Quadro 11.2.4.3 - Novas Ações autorizadas pelo FNDCT para 2018.
Quadro 11.2.5.1 - Demonstrativo de destinações do Funttel.
Quadro 11.2.5.2 – Execução orçamentária e financeira do Funttel em 2018.
Quadro 11.2.5.3 – Projetos que receberam recursos do Funttel em 2018.

GRÁFICOS

- Gráfico 4.4 - Carta de serviços
- Gráfico 4.4.1 - Manifestações e-OUV
- Gráfico 4.4.2 - Solicitação de informações e-SIC
- Gráfico 4.4.3 - Tipos de resposta
- Gráfico 4.4.4 - Recursos e reclamações
- Gráfico 4.4.5 - Pesquisa de satisfação e-OUV
- Gráfico 4.4.6 - Atendimento prestado pela ouvidoria
- Gráfico 4.4.7 - Relatório estatístico de pedidos
- Gráfico 4.4.8 - Pesquisa de satisfação
- Gráfico 4.4.9 - Comentários
- Gráfico 7.2.1 - Valores executados em 2018
- Gráfico 7.2.2 - Pagamentos por grupo de despesa de 2018
- Gráfico 7.2.3 - Gastos com custeio
- Gráfico 7.2.4 - Gastos com pessoal
- Gráfico 7.2.5 - Gastos com investimentos
- Gráfico 7.2.6 - Evolução do Orçamento e Limite de Empenho – Adm. Direta
- Gráfico 7.2.7 - Valor pago pelo FUNTTEL em 2018
- Gráfico 7.2.8 - Recursos aplicados por projeto 2018
- Gráfico 7.3.3 - Esforço na regularização de pensões concedidas
- Gráfico 7.3.7 - Avaliação da força de trabalho – distribuição por Etnia
- Gráfico 7.3.8 - Distribuição do quadro de servidores por carreira
- Gráfico 7.3.10 - Distribuição dos servidores por unidade de exercício
- Gráfico 7.3.11 - Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos
- Gráfico 7.3.12 - Programa de Promoção à Saúde do Servidor
- Gráfico 7.3.13 - idade dos servidores ativos
- Gráfico 7.3.14 - Percentuais calculados sobre o número de servidores estatutários (3.269)
- Gráfico 7.3.15 - A remuneração dos cargos da carreira em ciência e tecnologia informada tem por base o valor inicial de cada cargo.
- Gráfico 7.3.16 - Evolução dos gastos com pessoal
- Gráfico 7.3.17 - Recomposição da força de trabalho em 2018
- Gráfico 7.3.19 - Capacitação: estratégia e números
- Gráfico 7.4.3 - Contratações MCTIC
- Gráfico 7.4.4 - Gastos por finalidade
- Gráfico 7.6.3.1 - Orçamento 2018
- Gráfico 7.6.3.2 - Evolução mensal do Orçamento, Empenho e Despesas do DTI em 2018 (excluindo o RAP)
- Gráfico 7.6.7 - Arquitetura que prevê a integração de soluções
- Gráfico 7.7.1 - Gastos na área de suporte
- Gráfico 7.7.2 – Despesas Empenhadas por Programa de Governo
- Gráfico 8.3.2.4.1 - Caixa e Equivalente de Caixa – por Fonte de Recursos
- Gráfico 8.3.2.4.2 - Receita Realizada Funttel – 2018
- Gráfico 8.3.2.4.3 - Restos a Pagar Processados – Percentual de Execução
- Gráfico 11.2.4.1 - Série histórica do orçamento não reembolsável do FNDCT.
- Gráfico 11.2.5.1 – Série histórica do orçamento não reembolsável do Funttel.

FIGURAS

- Figura 3.2 – Estrutura Organizacional do MCTIC
- Figura 3.1 – Missão, Visão de Futuro e Valores Organizacionais
- Figura 3.4.1 - Cadeia de valor
- Figura 3.4.2 - Processos de suporte
- Figura 3.4.3- Processos finalísticos
- Figura 4.1 - Mapa Estratégico – MCTIC 2018-2022
- Figura 4.2.1 - Painel de contribuição DGE/SEXEC
- Figura 4.2.2 - Painel de contribuição SEPOD
- Figura 4.2.3 - Painel de contribuição SETEC
- Figura 4.2.4 - Painel de contribuição SETEL
- Figura 4.2.5 - Painel de contribuição DGV/SEXEC
- Figura 4.2.6 - Painel de contribuição DTI/SEXEC
- Figura 4.2.7 - Painel de contribuição SEPED
- Figura 4.2.8 - Painel de contribuição SERAD
- Figura 4.3.1 - Estrutura de governança
- Figura 7.2.1 - Variação Orçamentária na Administração Direta do MCTIC em 2018
- Figura 7.2.2 - Unidades pertencentes à Administração Direta – MCTIC em 2018
- Figura 7.2.3 - Principais despesas do orçamento MCITC 2018 - Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)
- Figura 7.2.4 - Variação Orçamentária no FUNTTEL em 2018 (sem reserva de contingência)
- Figura 7.6.2 - Modelo de governança de TI
- Figura 7.6.7 – Rede de atores externos em infraestrutura de TIC
- Figura 8.3.1.4.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Declaração de integridade do Coordenador-Geral de Recursos Logísticos - GGRL referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres no SIASG e SICONV

Declaração de integridade da Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres no SIASG e SICONV

Declaração de integridade da Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP referentes a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão no SISAC

Declaração de integridade da Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP referentes a disposição pelos servidores do MCTIC das suas declarações de bens e rendas a CGGP

Declaração de integridade do Diretor de Governança Institucional – DGI referente as informações da LOA no SIOP

Declaração de integridade do Diretor de Governança Institucional – DGI referente as informações do PPA no SIOP

Declaração de Conformidade Contábil da Coordenadora de Contabilidade - COTAB referente aos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do MCTIC

Declaração de Conformidade Contábil da Coordenadora de Contabilidade – COTAB referente aos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do FUNTTEL

Declaração do Contador Órgão 24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

Declaração do Contador Órgão 41903 – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL

Declaração de integridade referente a responsabilidade solidária dos integrantes do Comitê de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles de Gestão – COGIR

SUMÁRIO

1. **ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS**
2. **MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE**
 - 2.1. Perfil do Ministro
3. **VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**
 - 3.1 Missão, Visão de Futuro e Valores Organizacionais
 - 3.2 Estrutura organizacional
 - 3.3 Ambiente externo
 - 3.4 Modelo de negócios
4. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**
 - 4.1 Principais objetivos estratégicos
 - 4.2 Planos para implementar as prioridades estratégicas
 - 4.3 Descrição das estruturas de governança
 - 4.4 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas
5. **GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**
 - 5.1 Vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos quantificados e medidas de mitigação no exercício
6. **RESULTADOS DA GESTÃO**
 - 6.1 Brasil na fronteira da Produção do Conhecimento
 - 6.2 Popularização da Ciência
 - 6.3 Estímulo à inovação e à competitividade
 - 6.4 Acesso universal aos serviços de comunicações
 - 6.5 Desenvolvimento Tecnológico em Temas Estratégicos
7. **ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAS DA GESTÃO**
 - 7.1 Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC, planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras
 - 7.2 Gestão orçamentária e financeira
 - 7.3 Gestão de pessoas
 - 7.4 Gestão de licitação e contratos
 - 7.5 Gestão do patrimônio e infraestrutura
 - 7.6 Gestão da tecnologia da informação
 - 7.7 Gestão de custos
 - 7.8 Sustentabilidade ambiental
8. **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
 - 8.1 Declaração do contador ou opinião dos auditores externos

8.2 Demonstrativos Contábeis

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1 Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como esse limite foi determinado

9.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

10. OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

10.1 Rol de Responsáveis

10.2 Parecer de Colegiado

10.3 Relatório de Avaliação de Resultados de Gestão

10.4 Pronunciamento de Autoridade Supervisora de Contrato de Gestão

11. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

11.1 Informações sobre a gestão do orçamento do fundo

12. Anexos

12.1 Declaração de integridade do Coordenador-Geral de Recursos Logísticos - GGRL referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres no SIASG e SICONV

12.2 Declaração de integridade da Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres no SIASG e SICONV

12.3 Declaração de integridade da Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP referentes a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão no SISAC

12.4 Declaração de integridade da Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP referentes a disposição pelos servidores do MCTIC das suas declarações de bens e rendas a CGGP

12.5 Declaração de integridade do Diretor de Governança Institucional – DGI referente as informações da LOA no SIOP

12.6 Declaração de integridade do Diretor de Governança Institucional – DGI referente as informações do PPA no SIOP

12.7 Declaração de Conformidade Contábil da Coordenadora de Contabilidade - COTAB referente aos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do MCTIC

12.8 Declaração de Conformidade Contábil da Coordenadora de Contabilidade – COTAB referente aos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do FUNTTEL

12.9 Declaração do Contador Órgão 24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

12.10 Declaração do Contador Órgão 41903 – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL

12.11 Declaração do Secretário Executivo relativo à integridade do relato integrado

12.12 Relatório Espelho do Monitoramento - Simplificado do PPA 2016-2019

2. MENSAGEM DO MINISTRO

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC inicia o exercício 2019 com otimismo e ambição sobre o panorama e contribuição da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação para o desenvolvimento do país.

Os novos projetos e iniciativas que foram planejados e serão executados estão em harmonia com os progressos registrados até o momento, sendo a base do que se pretende construir nos próximos quatro anos. Diante em um cenário adverso, ambiente econômico em evolução e um novo pensamento político para o país temos a oportunidade de construir um grande legado.

Nesse sentido, assume relevância os resultados dos principais projetos executados em 2018 que, além de serem aprimorados no que for necessário, passarão a ser acompanhados por outras iniciativas desta gestão, e alinhadas com as demandas da sociedade, academia e mais cooperativa institucionalmente.

Destacamos que uma das missões mais relevantes do MCTIC é a promoção do acesso às redes digitais de informação e, nesse tema, deve ser destacado o projeto Internet para Todos. O objetivo é prover conexão em banda larga para democratizar o acesso à internet em todo o território nacional. Para tanto, prioriza a expansão da conectividade às escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas e quilombolas, postos de fronteira e órgãos públicos.

O programa atua por meio de parceria com prefeituras municipais e sua execução é concretizada por empresas credenciadas pelo Ministério. Em 2018, 3.685 municípios celebram o termo de adesão ao programa por meio do qual assumem algumas contrapartidas, como a disponibilidade de infraestrutura e segurança para os equipamentos instalados.

Nesse esforço de democratização do acesso à internet, o **Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)** possui fundamental importância.

Lançado ainda em 2017, o satélite busca atender às necessidades de comunicações estratégicas do governo - incluídas as políticas públicas de inclusão digital e a expansão da capacidade de comunicação do sistema brasileiro de defesa. Em 2018, a capacidade do satélite dedicada exclusivamente à defesa- banda X, entrou integralmente em operação. Em 2019 foram instaladas as primeiras antenas para comunicação via satélite (VSAT), sendo a primeira delas no município de Pacaraima, no Estado de Roraima, com o atendimento a 28 escolas.

Também foi aprovado o **Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU)**, por meio do Decreto nº 9.619, de 20 de dezembro de 2018. O plano estabeleceu, entre outras disposições, a obrigação de que concessionárias do Serviço Fixo Comutado instalem sistemas de acesso fixo sem fio para suporte à banda larga com tecnologia 4G ou superior em 1.472 localidades, mediante a aplicação dos saldos resultantes das metas de **Terminais de Uso Público (orelhões)**.

Na área de Comunicações destacamos a continuidade de implantação do **Sistema Brasileiro de Televisão Digital**. O processo de desligamento do sinal analógico contempla também a distribuição de conversores de sinal digital para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.

Por meio do Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, foi aprovada a **Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital)** que estabelece as prioridades nacionais na área da economia digital.

Já o Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, regulamentou o novo **Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação**, estabelecido pela Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. A regulamentação aprimorou medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, tais como simplificação na celebração de convênios para a promoção da pesquisa pública, maior facilidade para a internacionalização de instituições científicas e tecnológicas (ICTs).

O ano de 2018 também foi marcado pelo início dos testes da maior e mais moderna infraestrutura de pesquisa do país, a nova fonte de luz síncrotron do **Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais (CNPEM)**. Essa nova infraestrutura, uma das mais modernas do mundo, além de elevar o patamar da pesquisa brasileira, tem relevante potencial de alavancar projetos colaborativos entre instituições de pesquisa e empresas para a geração de inovação.

Em 2019 iniciamos a nossa gestão garantindo a continuidade dos projetos que apresentamos acima e também criamos novos programas que convergem para a missão do MCTIC de **produzir conhecimento, produzir riquezas para o Brasil e contribuir para a qualidade de vida dos brasileiros**.

Nos 100 dias do mandato otimizamos a estrutura interna do MCTIC e lançamos a **Centro de Tecnologias de Testes de Dessalinização (CTTD)** em Campina Grande (PB), o **Programa Ciência Na Escola** em parceria com o Ministério da Educação, O **1º Fórum Nacional de Radiodifusão**, a **Câmara da Indústria 4.0**, o **Marco Legal das Startups** e o **Programa GESAC** que atingiu mais de 750 mil alunos atendidos com a instalação de internet em pontos remotos do país.

Temos uma relevante missão de melhorar o entendimento do cidadão sobre o papel da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em seu cotidiano, despertando seu interesse em ser partícipe dos processos e contribuindo para a gestão pública de forma democrática e cidadã.

A Ciência, Tecnologia e Inovação precede os índices econômicos, sociais e de desenvolvimento pois estamos na ponta, ou melhor, no início de tudo o que fazemos. Estamos presentes e contribuindo para a inovação na Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Economia, Defesa e muitos outros setores que demandam respostas e tecnologias.

E o papel do MCTIC é contribuir para um novo paradigma tecnológico, trazendo para o debate temas que impactarão o planeta e seus habitantes. O futuro nos propõe dialogar sobre a Indústria 4.0, Internet das Coisas (IoT), Cidades Inteligentes, Smart Cities, Inteligência Artificial, Sustentabilidade e a presença cada vez maior da Atividade Aeroespacial nas economias de países e blocos econômicos.

São assuntos que demandarão respostas por parte deste ministério e, essencialmente, da harmonia e resultados que a humanidade vai obter no desenvolvimento destes mercados e como isto contribuirá para a nossa qualidade de vida neste planeta e o legado que deixaremos para as próximas gerações.


Marcos Cesar Pontes
Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

2.1. PERFIL DO MINISTRO



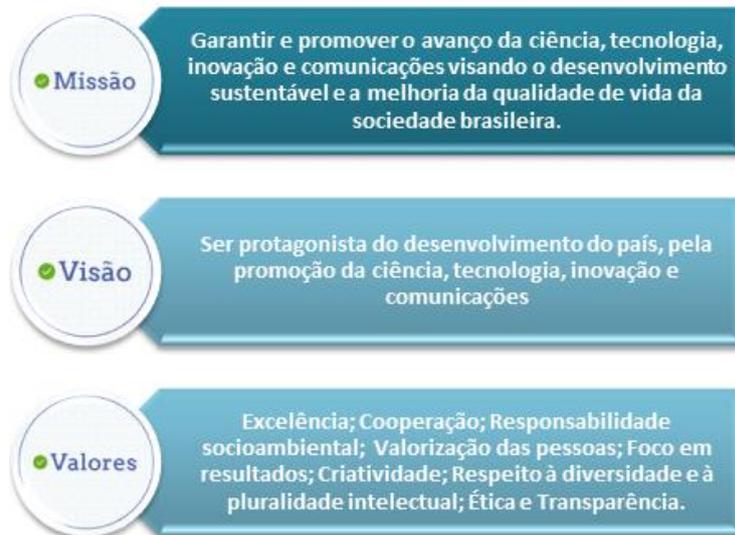
Nascido em SP, em 1963, Marcos Pontes é Mestre em Engenharia de Sistemas, Engenheiro Aeronáutico, Piloto de Tes-tes de Aeronaves e Astronauta Profissional Especialista de Missão. Além disso, atualmente Pontes trabalha como pa-lestrante motivacional, coach especialista em desempenho pessoal e profissional, consultor técnico e especialista em segurança operacional. É Empresário, Diretor de Operações da Agência Marcos Pontes Turismo de Aventuras, Diretor Técnico do Instituto Nacional para o Desenvolvimento Espacial e Aeronáutico, Embaixador das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Presidente da Fundação Astronauta Marcos Pontes, Embaixador da Marca Integra Optics e Autor de quatro livros: “Missão Cumprida”, “É Possível! Como transformar seus sonhos em realidade”, “O Menino do Espaço” e “Caminhando Com Gagarin”, todos publicados pela editora Chris McHilliard do Brasil. Em 2019, nomeado Ministro da Ciência, tecnologia, Inovações e Comunicações.

3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

3.1. MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E VALORES ORGANIZACIONAIS

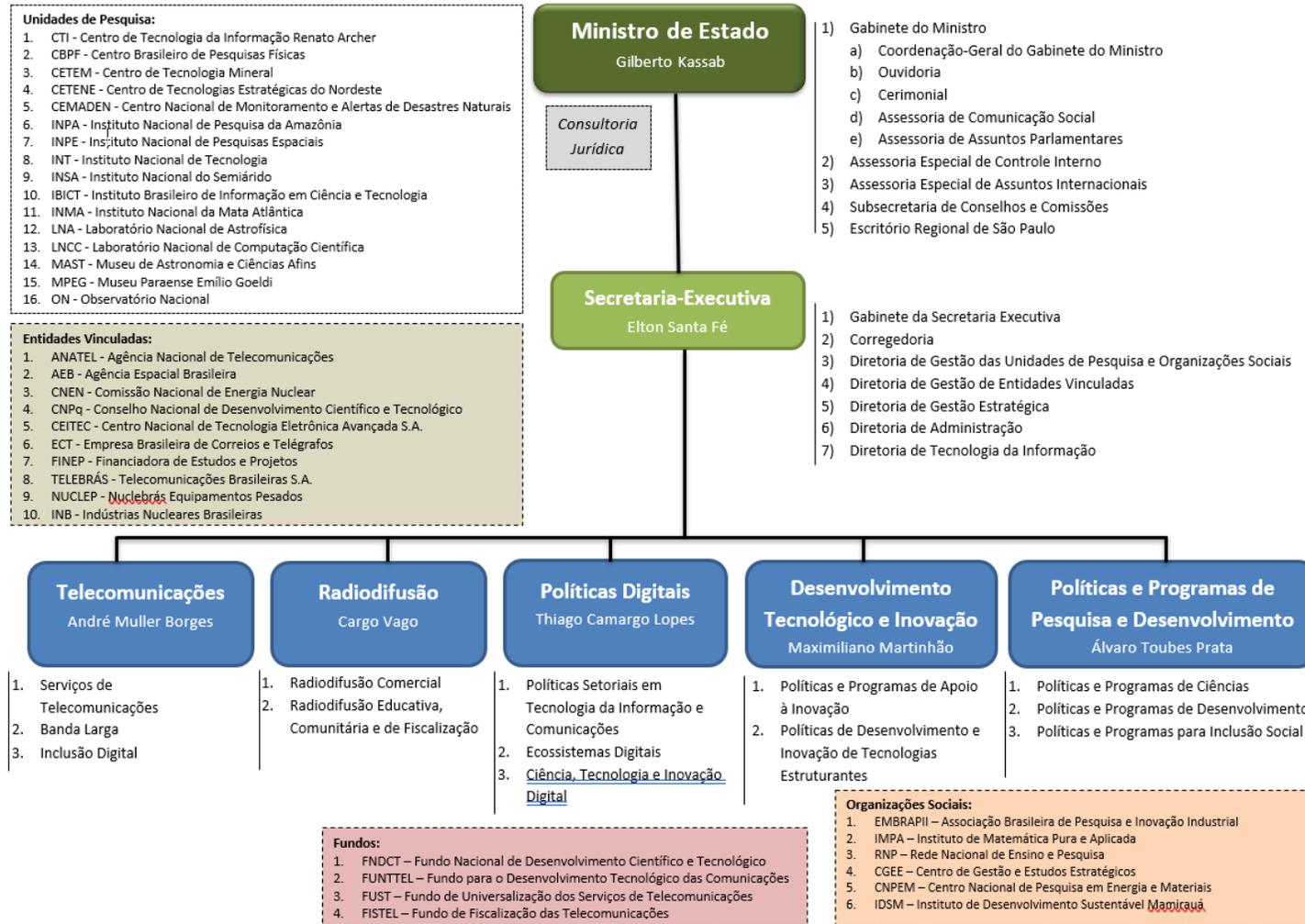
A missão e atuação desta Pasta são regidas pelos preceitos constitucionais, e pelas diretrizes e leis governamentais afetos ao desenvolvimento científico, tecnológico e de comunicações. As prioridades da atuação desse Ministério estão representadas no modelo de negócio baseado na missão, visão e valores definidos no Plano Estratégico para o período de 2018 a 2022. Estes estão destacados na figura a seguir.

Figura 3.1 – Missão, Visão de Futuro e Valores Organizacionais



3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Figura 3.2. - Estrutura Organizacional do MCTIC



O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), criado pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, tem como finalidade desenvolver, de forma transparente e participativa, o acesso aos serviços de ciência, tecnologia, inovação e comunicações, contribuindo para o crescimento econômico, a inovação tecnológica e a inclusão social. O Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, prevê em seu Anexo I, art. 1º, as competências do Ministério, ratificadas nos mesmos termos pelo Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019, vigente.

“O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional de telecomunicações;

II - política nacional de radiodifusão;

III - serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;

IV - políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação;

V - planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência, tecnologia e inovação;

VI - política de desenvolvimento de informática e automação;

VII - política nacional de biossegurança;

VIII - política espacial;

IX - política nuclear;

X - controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e

XI - articulação com os Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a sociedade civil e com órgãos do Governo federal para estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

3.3. AMBIENTE EXTERNO

O ano de 2018 foi marcado por uma série de incertezas, principalmente sob os aspectos políticos, sociais e econômicos tanto no nível interno – nacional- quanto externo - internacional -. No plano interno, particularmente para o MCTIC, pode-se dizer que foi um ano de estabilização e consolidação sobre as mudanças estruturais advindas da fusão entre os antigos ministérios MCTI e Ministério das Comunicações (MC) ainda ocorridas em 2016 com forte reflexos ainda em 2017 e ainda alguns em 2018.

Da mesma forma reflexos dos problemas orçamentários/financeiros ou da questão fiscal enfrentada pelos governos principalmente o federal, também anteriores a 2018 e que se mantiveram no respectivo ano, como a perda de recursos substanciais em decorrência da estratégia no âmbito federal de arrumar as contas do Governo, como por exemplo com a redução do déficit primário (EC nº 95) impôs a todos entes governamentais um esforço adicional para sua adequação e cortes de despesas o que com certeza trouxe uma trava ao desenvolvimento planejado e esperado para o setores em particular para a C,T, I, ou seja, impôs um limite e impacto sobre os investimentos em CTI&C. Tais cortes exigiram e permearam a capacidade de atuação e funcionamento do MCTIC e das instituições que dependem de seus repasses, das suas agências de fomentos, de suas entidades vinculadas, em suma do desenvolvimento do fomento e investimento no setor.

No que pese este ponto, há de se verificar que de alguma maneira os esforços realizados pela administração permitiram que ao final do ano alguns avanços fossem alcançados e minimamente as principais linhas de atuação do MCTIC de seus órgãos e entidades vinculados mantidos.

Os esforços empreendidos para que tal situação pudesse melhorar foram afetadas por outras questões como a eclosão da greve dos caminhheiros com reflexos significativos sobre toda a sociedade brasileira e sobre a economia, à implementação incompleta do amplo conjunto de medidas requeridas para remover as restrições ao investimento e ao aumento da produtividade geral da economia (IPEA, 2018), a não votação da reforma da previdência e à inviabilidade de se promover as reformas constitucionais de baixo apoio popular. Tudo isso, acentuado por ter sido um ano de disputa eleitoral pela Presidência da República e acirrada ainda mais pelos acontecimentos políticos no país dos últimos anos.

Não obstante as questões políticas, econômicas e sociais que marcaram o ano e pelo qual o país vem atravessando, resultados importantes foram alcançados no ano que favoreceram a criação de condições favoráveis a avanços no setor como por exemplo o Decreto nº 9.283/18, relacionado ao Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que regulamentou um conjunto de normas que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica no ambiente produtivo, visando a capacitação tecnológica para promoção de autonomia e desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Lembramos que o novo Marco Legal alterou nove Leis: Lei de Inovação, Lei das Fundações de Apoio, Lei de Licitações, Regime Diferenciado de Contratações Públicas, Lei do Magistério Federal, Lei do Estrangeiro, Lei de Importações de Bens para Pesquisa, Lei de Isenções de Importações e Lei das Contratações Temporárias.

Tivemos ainda no âmbito interno e relacionado à área de Ciência e Tecnologia a edição de duas importantes medidas provisórias: a MP nº 851/18 e a MP nº 810/18. A primeira foi editada logo após o incêndio que destruiu o Museu Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, e tem o propósito de estimular doações privadas a projetos de interesse público em áreas como educação, ciência, pesquisa, cultura, entre outras. Já a MP nº 810/18, transformada em lei, ampliou de 3 para 48 meses o prazo para as empresas brasileiras de informática, beneficiadas com incentivos fiscais associados a investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), reinvestirem valores pendentes.

Importante ainda e como forma alternativa de enfrentar desafios importantes como a escassez de investimentos privados em inovação, a baixa complexidade da estrutura produtiva e a insuficiência de dinamismo empreendedor, em agosto de 2018, a FINEP firmou um acordo de 1,5 bilhão com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, tendo sido liberada a primeira tranche de US\$ 600 milhões, para financiar projetos de inovação em setores estratégicos priorizados pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI. Embora o contrato tenha sido firmado com a Finep, a União é a avalista do financiamento.

Algumas incertezas e a instabilidade no plano nacional não podem ser dissociadas do plano externo - cenário internacional onde cada vez mais se impõe vantagens e os riscos de uma sociedade aberta e globalizada e à discussão de uma retomada nacionalista. Com a expansão de movimentos migratórios fugindo da miséria ou de conflitos políticos, alguns países tendem a retornar a um maior grau de proteção contra os problemas de suas fronteiras, problemas como a saída do Reino Unido da Comunidade Europeia- *Brexit* -, as recentes posições do governo americano representado por seu presidente Trump, a interminável guerra na Síria, as questões políticas, econômicas e sociais na vizinha Venezuela e o próprio papel assumido atualmente pela China como ator global e de antagonismo aos EUA, as dúvidas sobre o Acordo de Paris, o vazamento de informações dos governos e das empresas, os contenciosos da OMC com certeza tiveram reflexo sobre o Brasil ou por vezes ampliam/reforçam as condições já apontadas como dificuldades enfrentadas em 2018 internamente, principalmente pelas incertezas e instabilidades que geram sobre o futuro e para o setor de C,T, I&C.

No que se refere aos países emergentes, observa-se muita volatilidade nos mercados financeiros e riscos ao crescimento econômico diretamente afetados pela guerra comercial entre EUA e China, bem como por uma crescente polarização política que cresce em muitas democracias do mundo influenciando a formação de novos eixos de cooperação. Contudo, vale ressaltar que no contexto do BRICS, sua 10ª Cúpula,

realizada em julho de 2018, teve como foco a quarta revolução industrial e o desenvolvimento das tecnologias modernas pautando-se na colaboração para o crescimento inclusivo e prosperidade comum. Ressalte-se que com a crise econômica e política dos últimos anos, a participação brasileira perdeu relevância no cenário internacional de uma forma geral e no contexto dos BRICS tem sido ofuscado por China e Rússia.

No contexto das organizações multilaterais, tem destaque para a CTI&C as convenções de Clima, Biodiversidade e Desertificação, ressaltando o protagonismo histórico do Brasil na *Convenção* Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do *Clima* (UNFCCC), seja pela sua atuação nas negociações e pelo importante papel da Floresta Amazônica no clima mundial e regional; e, seu protagonismo natural na Convenção da Diversidade Biológica – CDB por ser um dos países mais ricos em termos de megabiodiversidade. Em CTI&C, destaque-se a elaboração dos relatórios nacionais de emissões de gases de efeito estufa (GEE); a implementação de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL); e o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBR) que atende a uma recomendação da CDB e está associada ao GBIF, uma plataforma global que integra os esforços de informação sobre biodiversidade de 60 países.

Vale mencionar que os ruídos durante as eleições sobre uma possível saída brasileira do Acordo de Paris, deixaram cientistas e importantes instituições de pesquisa brasileiras consternadas e aflitas com os potenciais prejuízos e que pode causar futuramente impactos, por exemplo, no Fundo Amazônia que tem como premissa o compromisso com a redução do desmatamento na Amazônia, bem como reflexos negativos sobre cooperações científicas bilaterais como a Torre Alta da Amazônia executada pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e a o Instituto Max Planck, da Alemanha.

3.4 MODELO DE NEGÓCIO DO MCTIC – CADEIA DE VALOR

Figura 3.4.1 - Cadeia de valor

MISSÃO		VISÃO		
<p>Garantir e promover o avanço da ciência, tecnologia, inovação e comunicações visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira.</p>		<p>Ser protagonista do desenvolvimento do país, pela promoção da ciência, tecnologia, inovação e comunicações.</p>		
PARCEIROS CHAVES		PRINCIPAIS ENTREGAS		PÚBLICO-ALVO
Ministérios (MEC, MDIC, Defesa, Planejamento, Fazenda, MRE, MS, MME, MMA, Agricultura, etc.)	Instituições de ensino	PNOs e outorgas de radiodifusão	Empreendimentos estruturantes de CTIC (RMB, Sirius, URA, Redes Terrestres, SGDC)	Sociedade
Associações representativas (empresarial, acadêmicas e da sociedade)	ICTs	Programas de inclusão digital (GESAC, Internet para todos, Cidades Digitais)	Iniciativas para popularização e divulgação da ciência	Setor privado
CONFAP	Organizações sociais	Serviços postais	Migração de sinal analógico para digital	Radiodifusores
Congresso Nacional	Governos estaduais e municipais	Planos de ação da ENCTI	Migração de rádios AM p/ FM	Comunidade científica
Órgãos de Controle (TCU e CGU)	Outros órgãos federais	Fomento a projetos de CTIC	Programa Nacional de Conectividade	Instituições de ensino
Agências reguladoras e de fomento	Organismos internacionais (UE, UNESCO, OCDE, UPU, AIEA, UIT, UPAEP, etc.)	Programas de formação de recursos humanos para pesquisa e extensão tecnológica	Plano Geral de Metas de Universalização	Empresas do setor de Telecomunicações
CONSECTI	Instituições privadas sem fins lucrativos	Programas de bolsas para pesquisa e formação de recursos humanos	Produtos de tecnologia (metalurgia pesada, microchips, radiofármacos, combustível nuclear)	Setor público
	Empresas estatais	Programas de C&T para inclusão socioproductiva	Plano Nacional de Internet das Coisas	Empresas de base tecnológica
		Ações da Estratégia Brasileira de Transformação Digital		ICTs
				Micro e pequenas empresas



Figura 3.4.2 - Processos de suporte

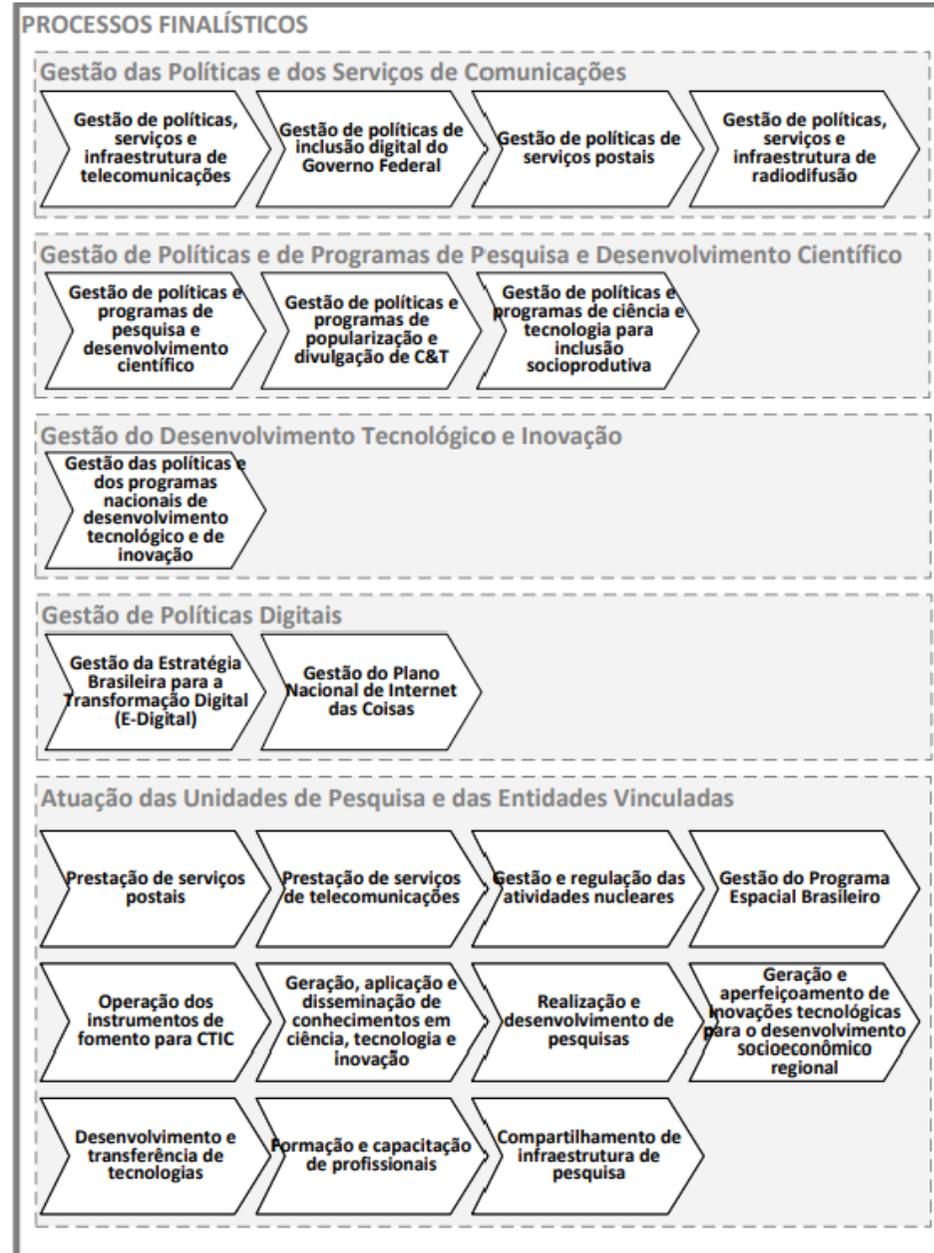


Figura 3.4.3 - Processos finalísticos

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

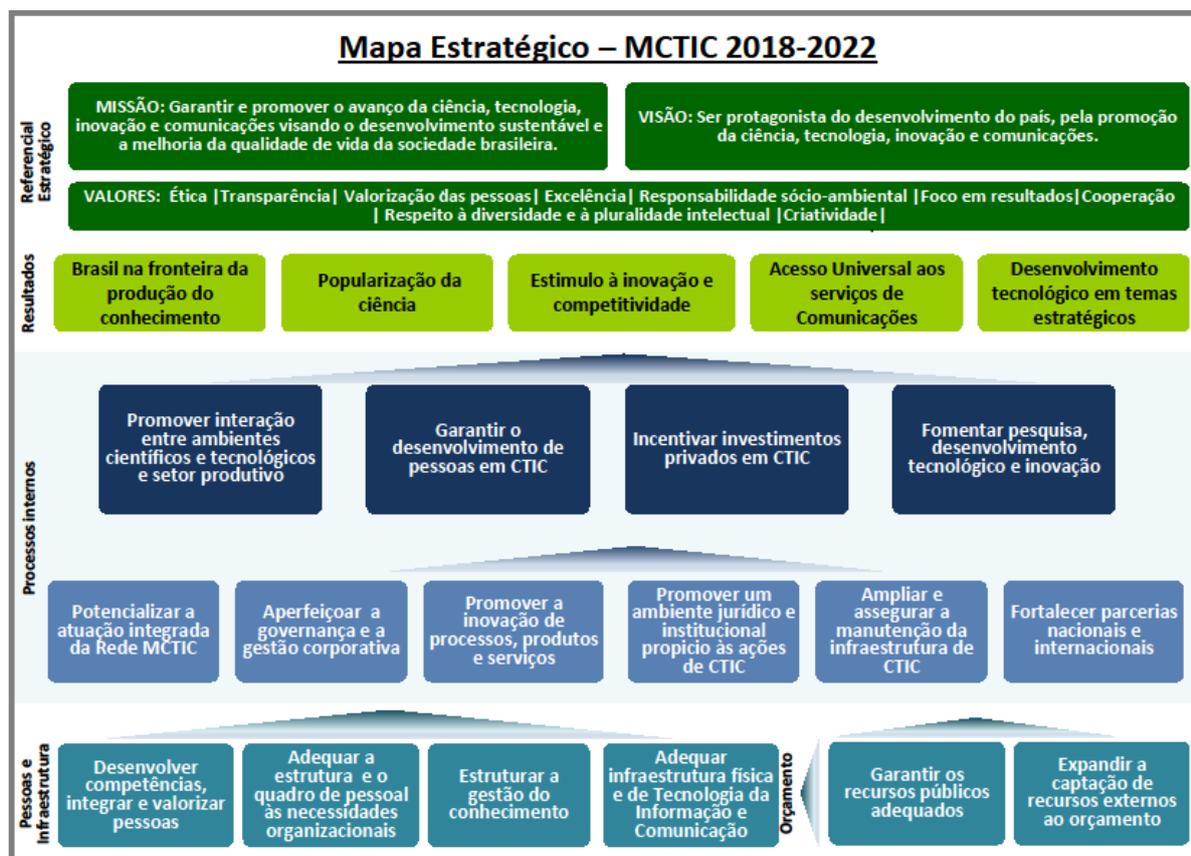
O planejamento estratégico do MCTIC para o período de 2018 a 2022 pautou-se em um processo participativo, por meio da instituição do Grupo Executivo formado por representantes de todas as Secretarias finalísticas, das 16 Unidades de Pesquisa e das 10 Entidades Vinculadas, os quais trabalharam as propostas a serem avaliadas e validadas pela Alta Administração.

A metodologia adotada para a elaboração do Mapa Estratégico foi baseada na ferramenta do *Balanced Scorecard (BSC)*, cujo método traduz os referenciais estratégicos: Missão, Visão de Futuro, valores organizacionais, em objetivos, indicadores, metas e iniciativas, dispostas em perspectivas equilibradas, fornecendo meios para o alinhamento estratégico em todos os níveis organizacionais.

Para que as decisões pudessem ser mais fluídas, e com maior capilaridade lançou-se mão do Comitê de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos (COGIR), criado por meio da Portaria nº 2.102, de 19 de abril de 2017, alterado pela Portaria nº 3.394, de 29 de junho de 2018 – órgão de instância colegiada – presidido pelo Secretário-Executivo e compostos pelos demais cinco secretários finalísticos, sendo a sua secretaria-executiva exercida pelo Assessor Especial de Controle Interno e pela Diretoria de Gestão Estratégica. O COGIR atuou no processo de implementação do planejamento estratégico avaliando as propostas feitas pelo Grupo Executivo e validando os produtos finais.

No Mapa Estratégico, ilustrado na Figura abaixo, constam as informações da Missão, da Visão e das Diretrizes Estratégicas (objetivos estratégicos) do MCTIC para o período 2018-2022, organizadas e alinhadas às cadeias de valor finalísticas desta Pasta.

Figura 4.1 - Mapa Estratégico – MCTIC 2018-2022



4.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Abaixo o descritor dos 21 objetivos estratégicos do Mapa do MCTIC:

01 - Brasil na fronteira da produção do conhecimento

Fortalecer, expandir, consolidar e integrar o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, através da ampliação dos recursos públicos e privados e da potencialização de uma agenda de desenvolvimento nacional, com vistas à emancipação econômica, social, produtiva e tecnológica do País.

02 - Popularização da Ciência

Disponibilizar em linguagens acessíveis o conhecimento científico e tecnológico para sua disseminação e apropriação pela sociedade.

03 – Estímulo à inovação e à competitividade

Ter mecanismos efetivos que estimulem a inovação, a competitividade, o empreendedorismo e a transformação do conhecimento científico e tecnológico em desenvolvimento econômico e social e inclusão sócio produtiva.

04 –Acesso Universal aos serviços de comunicações

Garantir à Sociedade Brasileira o acesso e o uso dos serviços de internet em banda larga, telefonia, serviços postais básicos e de radiodifusão.

05 - Desenvolvimento tecnológico em temas estratégicos

Estabelecer prioridades de recursos em desenvolvimento tecnológico e inovação para atendimento de desafios ou oportunidades específicas para o desenvolvimento sustentável nacional e o bem-estar da sociedade.

06 - Promover interação entre ambientes científicos e tecnológicos e setor produtivo

Realizar pesquisas, parcerias de negócios, pesquisas cooperativas e fomento à inovação aberta. O ambiente científico é composto pelas instituições científicas e tecnológicas do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, estabelecido pela ENCTI de 2016/2022. O setor produtivo é o conjunto de empreendedores, empresas, investidores, aceleradoras e incubadoras, parques e polos tecnológicos e clusters de alta tecnologia.

07 - Garantir o desenvolvimento de pessoas em CTIC

Asegurar investimentos financeiros, de infraestrutura e pessoas na formação de recursos humanos para ciência, tecnologia, inovação e comunicações. O desenvolvimento de pessoas compreende a formação e a capacitação técnica, científica, gerencial/estratégico/negociação, inteligência emocional, pensamento crítico e criatividade para geração de capital intelectual.

08 - Incentivar investimentos privados em CTIC

Potencializar e assegurar os mecanismos de atração, de desburocratização, de regulação e de captação de investimentos privados em ciência, tecnologia, inovação e comunicações. Entende-se por investimentos privados recursos oriundos do setor produtivo.

09 - Fomentar pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação

Fomentar consiste na entrega de recursos financeiros, apoio à capacitação e absorção de recursos humanos, instalação e modernização de infraestrutura para pesquisa e desenvolvimento. Pesquisa, Desenvolvimento de Tecnologias e a Inovação com sustentabilidade, propiciam soberania nacional, reconhecimento e a inserção internacional, bem como elevam a qualidade de vida da sociedade brasileira.

10 - Potencializar a atuação integrada da Rede MCTIC

Integrar a rede MCTIC (Adm. Central, Unidades de Pesquisa e Entidades Vinculadas) para que haja alinhamento institucional, otimização de esforços, potencialização e compartilhamento da infraestrutura existente. Promover a valorização e o fortalecimento da cooperação interinstitucional, inclusive na formação de recursos humanos qualificados e na promoção de pesquisas.

11 - Aperfeiçoar a governança e a gestão corporativa

Aperfeiçoar os mecanismos e o modelo de gestão corporativa da rede MCTIC, orientando a sua ação por ciclos de monitoramento e avaliação, incorporados a todas as suas práticas. Instituir sua política de governança, integridade, controles internos e gestão de riscos, gestão estratégica e transparência de políticas públicas. Promover ações que busquem a incorporação cotidiana dos nossos valores organizacionais.

12 - Promover a inovação de processos, produtos e serviços

Implementar ações inovadoras para desburocratizar, uniformizar, integrar, monitorar, avaliar e otimizar processos e serviços, criando mecanismos de apoio à tomada de decisão, promovendo, ainda, o desenvolvimento de novos produtos, processos, serviços e modelos de negócio.

13 - Promover um ambiente jurídico e institucional propício às ações de CTIC

Revisar práticas institucionais e propor normas legais e infralegais que viabilizem ambiente organizacional, jurídico e regulatório propício às ações de ciência, tecnologia, inovação e comunicações, incluindo ações de interlocução com os órgãos de controle e outras instituições relevantes ao Sistema MCTIC.

14 - Ampliar e assegurar a manutenção da infraestrutura de CTIC

Modernizar e ampliar a infraestrutura de ciência, tecnologia, inovação e comunicações, tais como instalações físicas, telecomunicações, laboratórios, equipamentos, sistemas, recursos e materiais. Também irá assegurar sua adequada manutenção, propiciando o uso compartilhado, a produção, o domínio, a preservação de conhecimento, que garantam pesquisas científicas e tecnológicas de excelência, formação de recursos humanos de qualidade, oferta e alcance na prestação de serviços e o desenvolvimento de novos processos e produtos.

15 - Fortalecer parcerias nacionais e internacionais

Possuir uma política de gestão de cooperações nacionais e internacionais, prestadas e recebidas, buscando novos parceiros, a troca de experiências, de expertise e de recursos. Criar, ainda, mecanismos que favoreçam as ações institucionais no cumprimento de suas missões, fortalecendo a participação brasileira na produção científica e tecnológica mundial, a capacidade de inovação e a competitividade do País.

16 - Desenvolver competências, integrar e Valorizar Pessoas

Mapear e desenvolver competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que permitam aos servidores desempenhar suas atividades de forma adequada à estratégia institucional. Fortalecer a comunicação entre os colaboradores da Rede MCTIC, de maneira a integrá-los. Desenvolver uma cultura organizacional que promova o bem-estar no trabalho e a satisfação pessoal, gerando a sensação de pertencimento à instituição e o trabalho de equipe integrado.

17 - Adequar a estrutura e o quadro de pessoal às necessidades organizacionais

Redimensionar e adequar o quadro de pessoal e quadro diretivo da Rede MCTIC pela ótica dos macroprocessos meio e finalísticos, a fim de melhorar a eficácia, eficiência e efetividade dos processos internos. Desenvolver mecanismos de retenção de talentos e de incentivo à qualificação, à reformulação e à valorização das carreiras, incluindo mecanismos de avaliação e de incentivo.

18 - Estruturar a gestão do conhecimento

Promover a criação, a retenção e o compartilhamento do conhecimento estratégico à instituição. Sistematizar o conhecimento, de forma que este não esteja associado apenas a pessoas, mas sim acessível à instituição como um todo e aos públicos interessados. Estruturar o histórico e a memória institucional.

19 - Adequar infraestrutura física e de Tecnologia da Informação e Comunicação

Prover instalações físicas adequadas que tornem o ambiente de trabalho integrado, valorizando o bem-estar e a qualidade de vida de seus colaboradores, bem como intensificar e aprimorar o uso de tecnologias de informação e comunicação no suporte à execução dos processos internos e à integração dos sistemas de gestão.

20 - Garantir os recursos públicos adequados

Assegurar a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros necessários à execução do seu planejamento estratégico.

21 - Expandir a captação de recursos externos ao Orçamento

Desenvolver e aprimorar os mecanismos de captação de recursos externos ao Orçamento Fiscal que viabilizem projetos alinhados à estratégia institucional.

4.2 PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Figura 4.2.1 - Painel de contribuição DGE/SEXEC

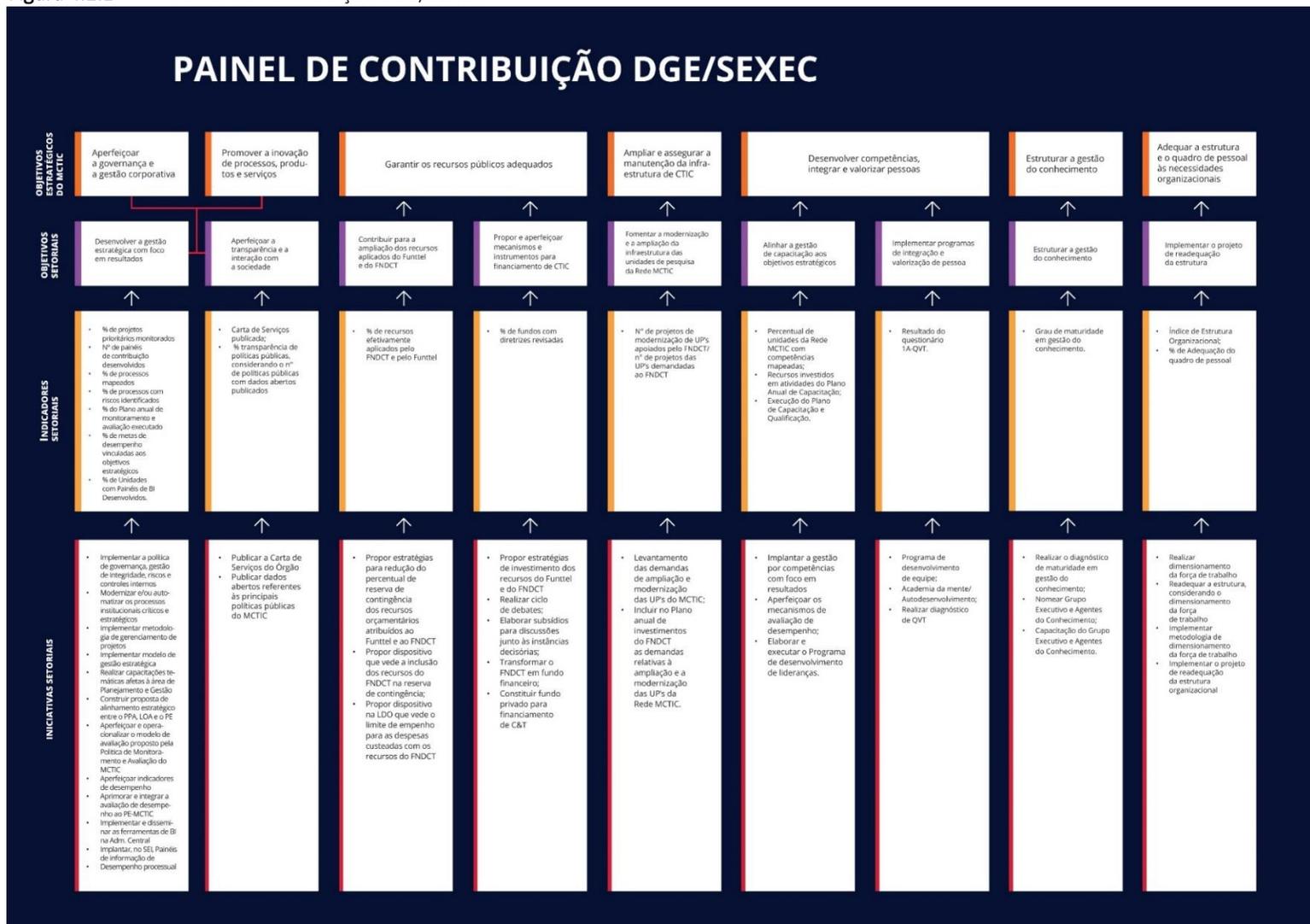


Figura 4.2.2 - Painel de contribuição SEPOD

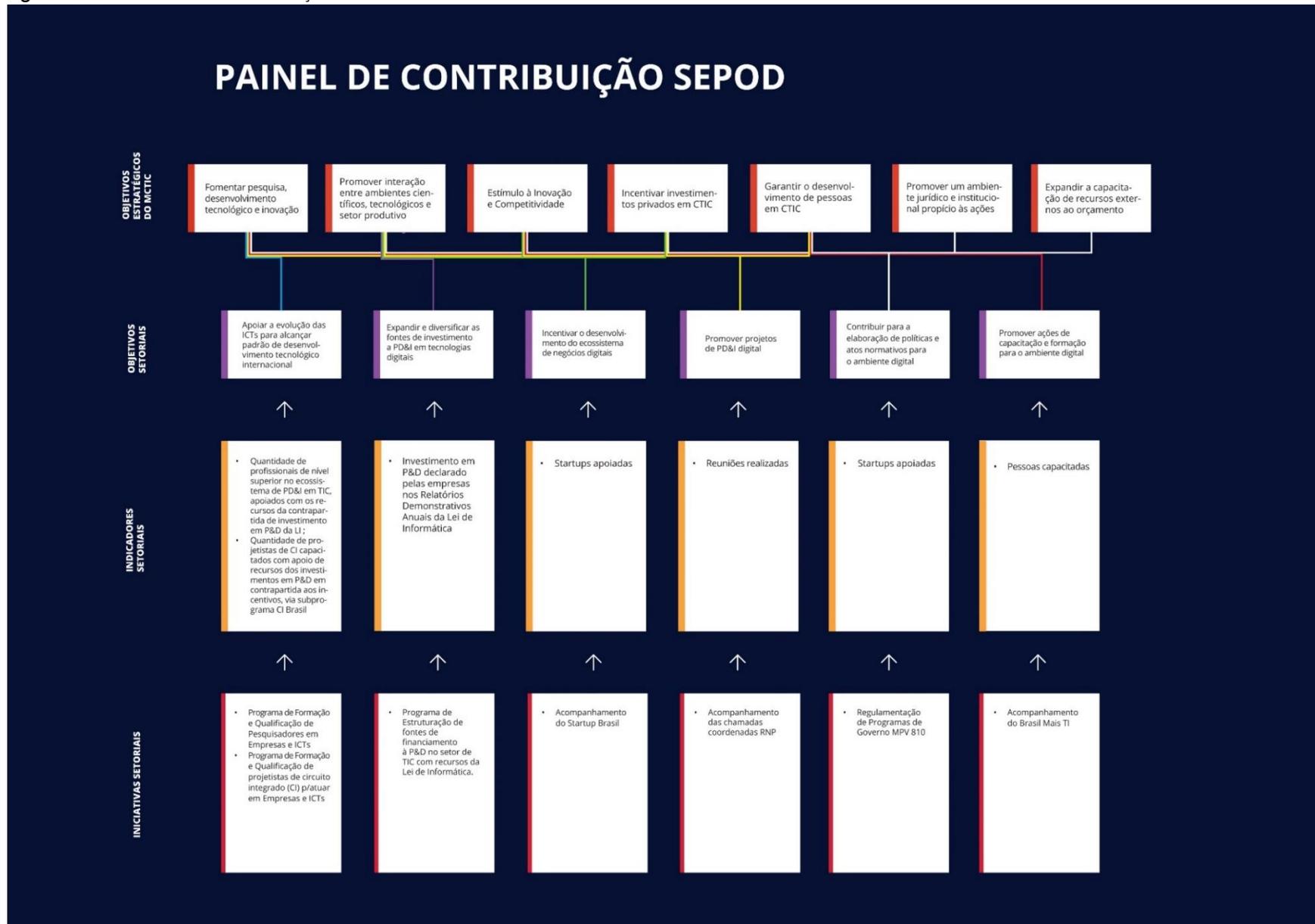


Figura 4.2.3 - Painel de contribuição SETEC

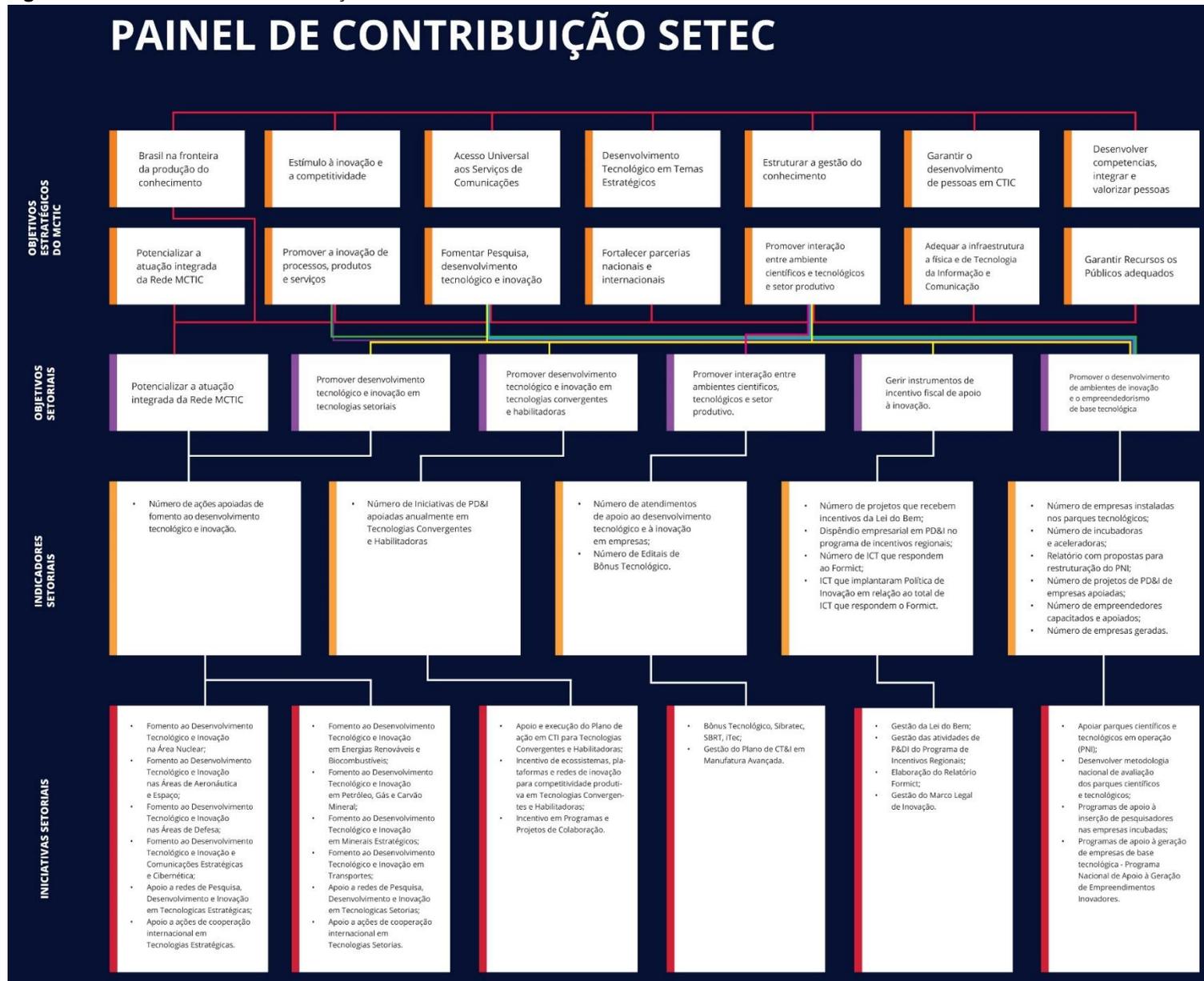


Figura 4.2.4 - Painel de contribuição SETEL



Figura 4.2.5 - Painel de contribuição DGV/SEXEC

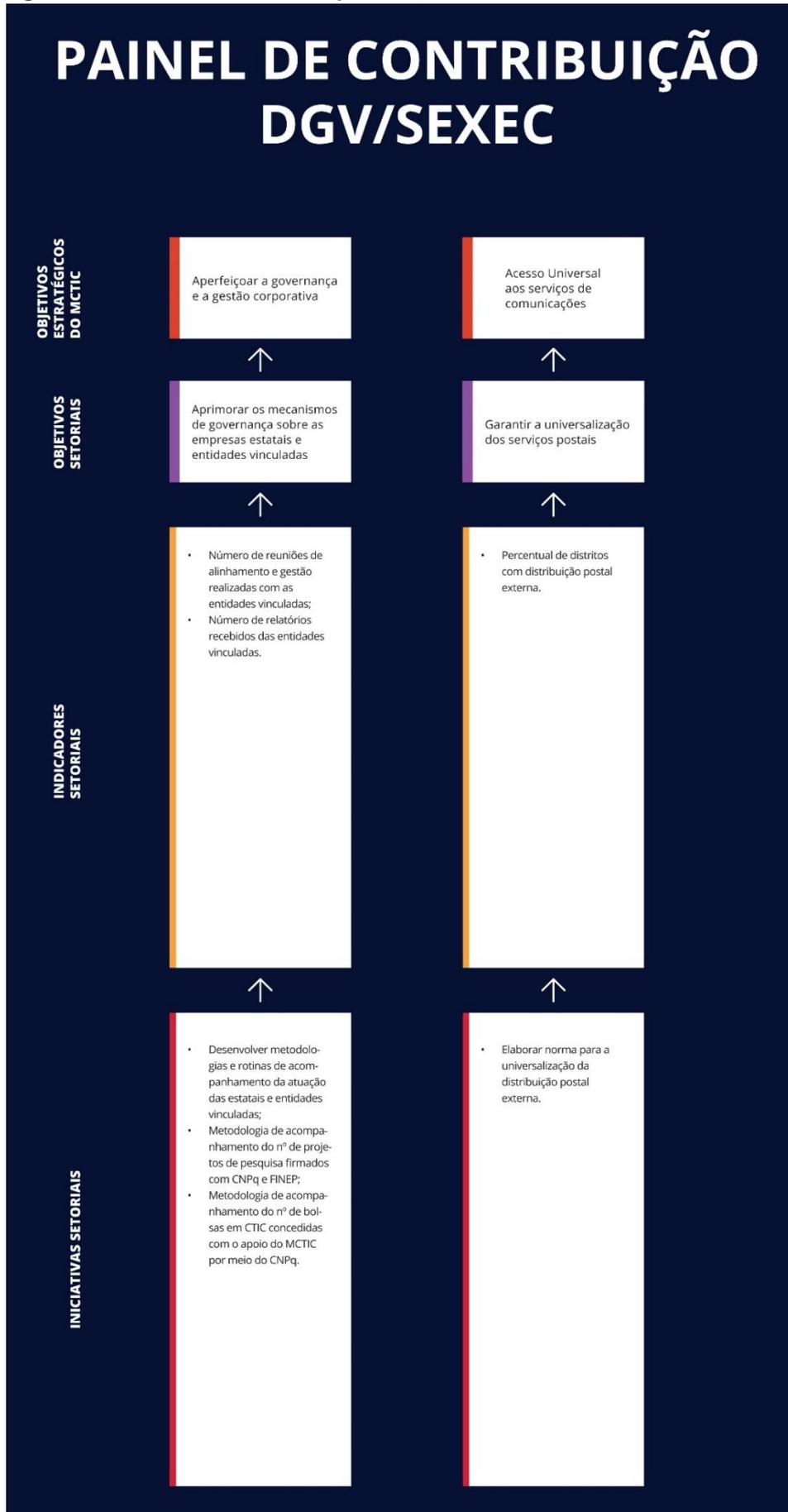


Figura 4.2.6 - Painel de contribuição DTI/SEXEC

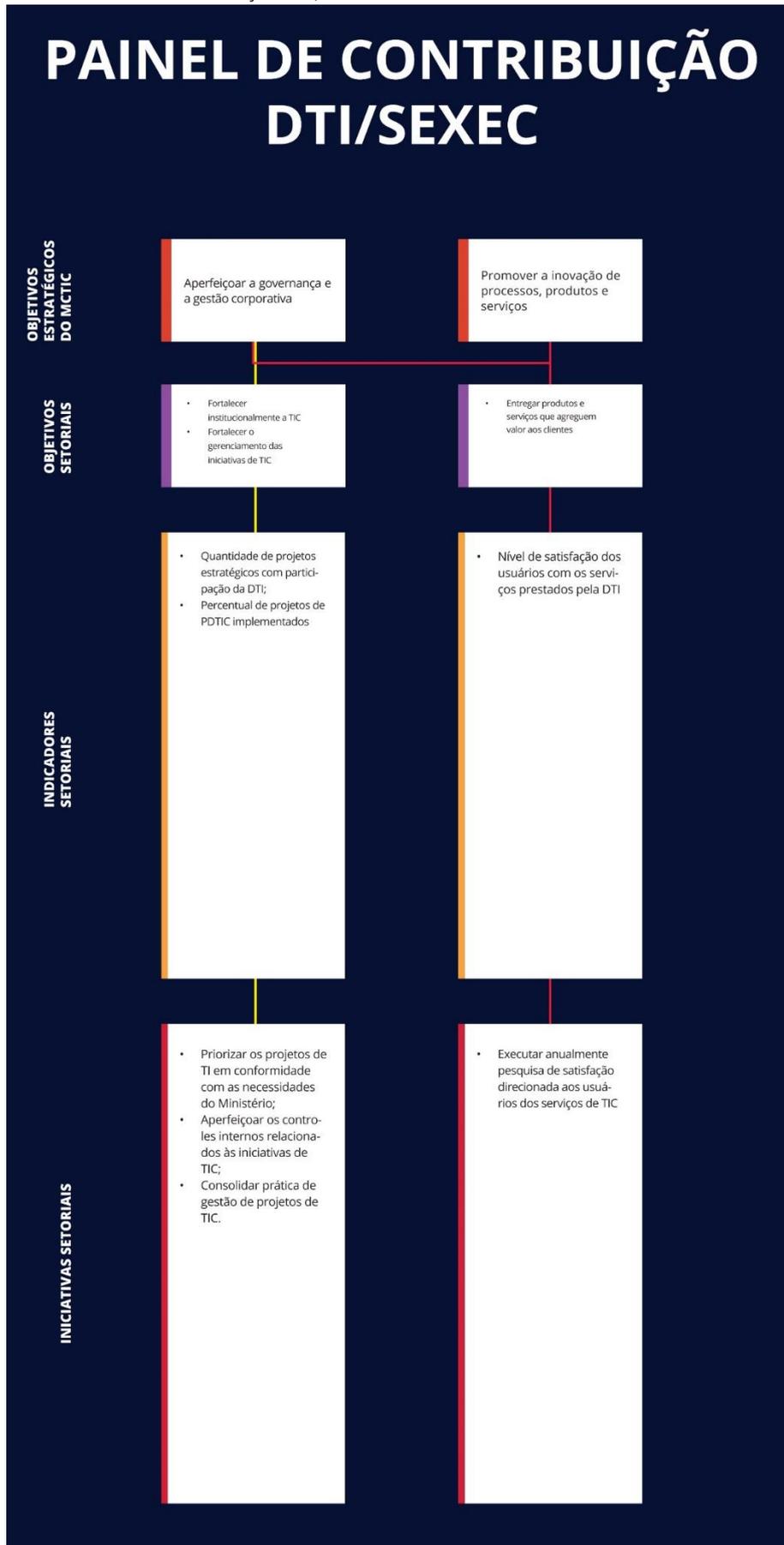


Figura 4.2.7 - Painel de contribuição SEPED

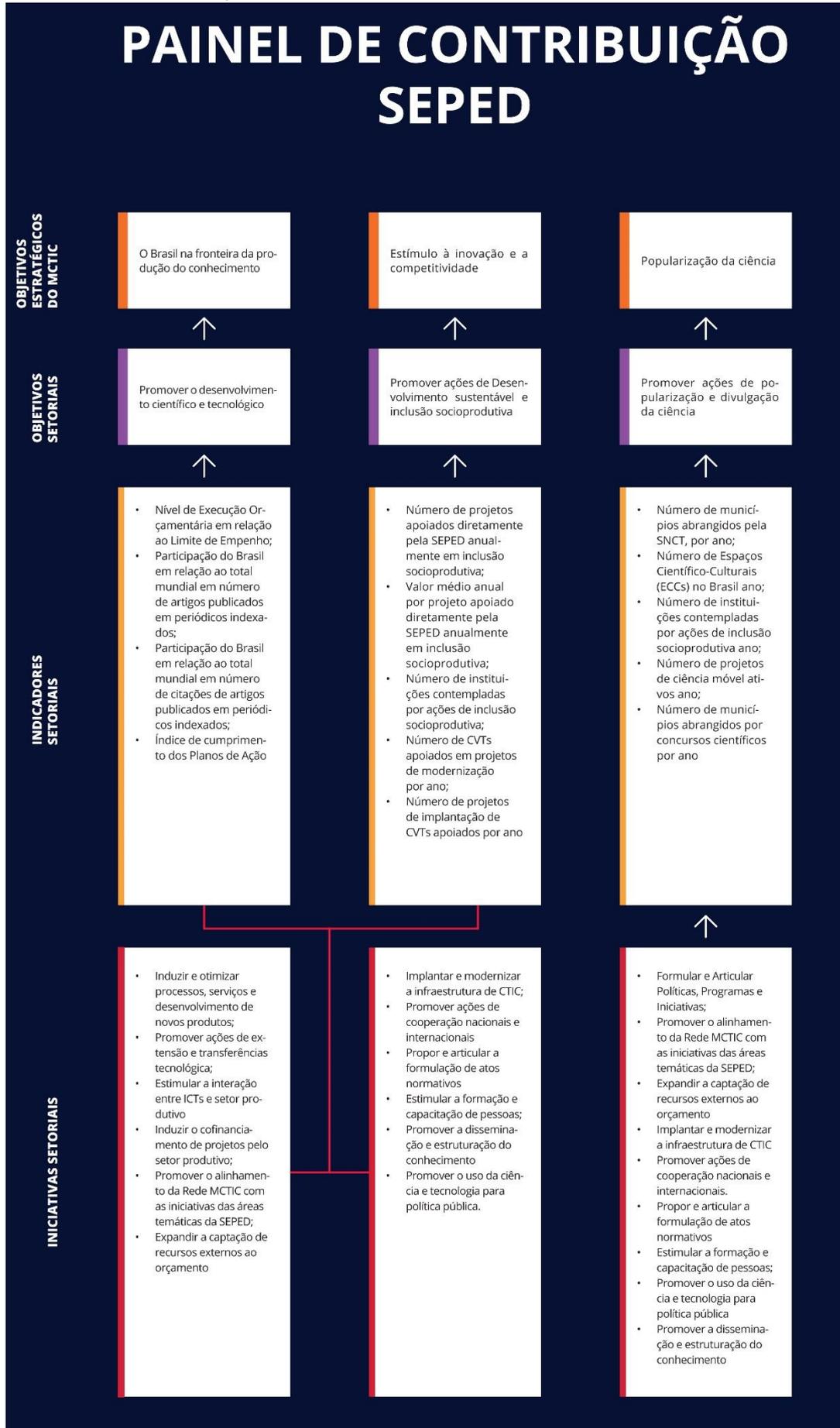
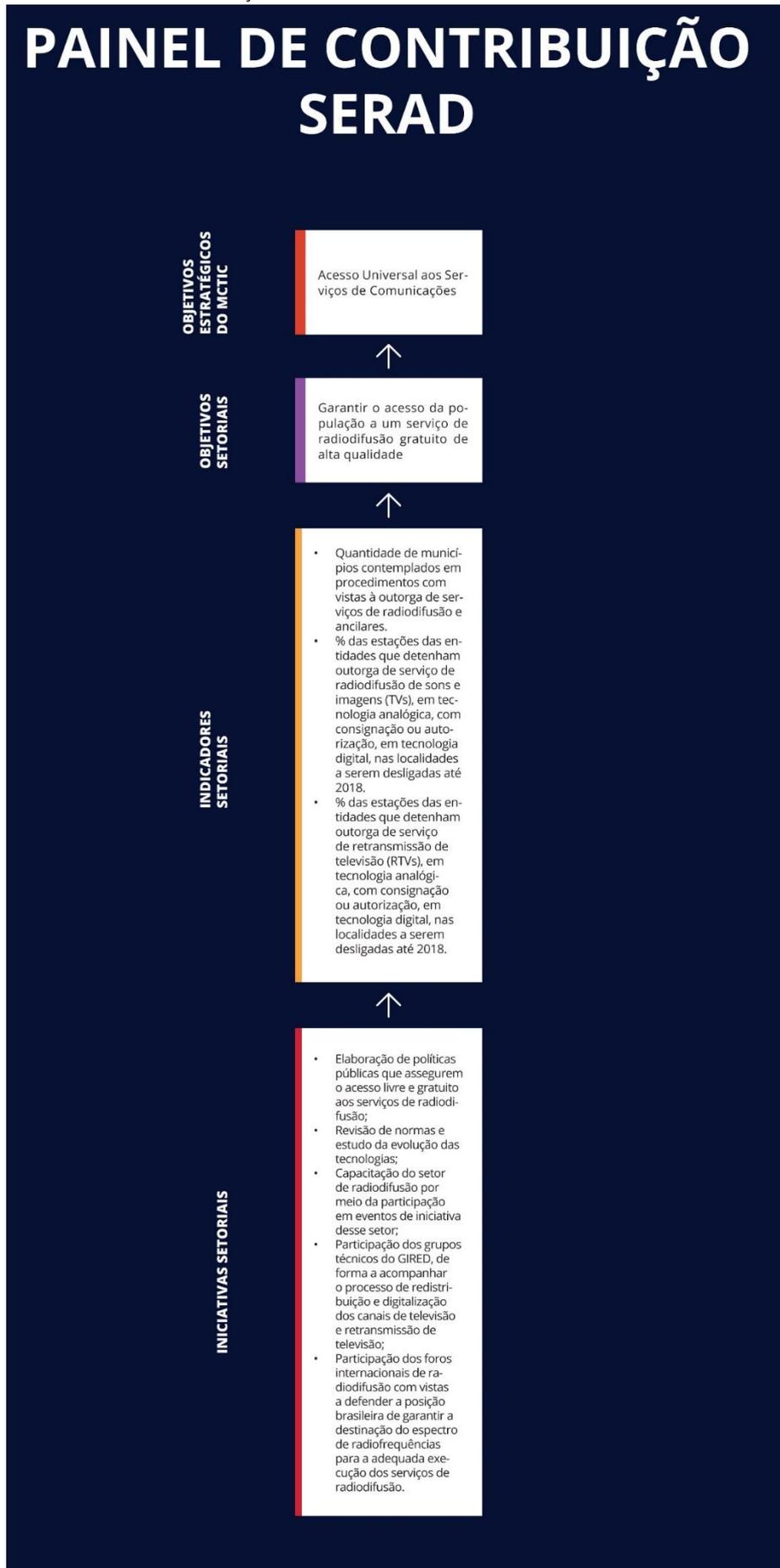


Figura 4.2.8 - Painel de contribuição SERAD



4.3 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança do MCTIC organiza os principais elementos do processo decisório e define seus principais atores.

¹No exercício da governança corporativa, os temas tratados muitas vezes são subjetivos e ambíguos, o que demanda dos agentes de governança forte capacidade de avaliação, fundamentação e julgamento. A consideração do perfil de risco (apetite ao risco), o entendimento dos papéis dos agentes de governança e o uso de critérios éticos são essenciais para que sejam tomadas decisões mais equilibradas, informadas e refletidas.

Nesse contexto, a governança do MCTIC está representada pelas seguintes instâncias:

a) **Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos – COGIR – Gestão Estratégica** – é composto pelos Secretários das áreas finalísticas do MCTIC e presidido pela Secretaria-Executiva. Os membros que integram o COGIR correspondem à terceira linha ou camada de defesa. São igualmente responsáveis por avaliar, direcionar e monitorar internamente o desempenho da estratégia, deliberando sobre: o Mapa estratégico; indicadores e metas; Projetos estratégicos e Riscos estratégicos e outros assuntos de competência;

b) **Unidades de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos de Gestão (UGIRCs) – Gestão Tática** – são compostos pelos dirigentes de todas as Diretorias, assessorias e, quando cabível, pelas Coordenações-Gerais desta Pasta. São instâncias que respondem pela segunda linha ou camada de defesa. São também responsáveis por coordenar a gestão operacional em áreas específicas, bem como pela supervisão e apoio ao processo de monitoramento e avaliação da estratégia do MCTIC no âmbito de suas unidades. Não tem função deliberativa;

c) **Núcleos de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos de Gestão – NGIRCs, Gestão Operacional** – são compostos por agentes que ocupam cargos de nível operacional. São as instâncias responsáveis pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio. Segue representação gráfica da estrutura de governança do processo decisório:

Figura 4.3.1 - Estrutura de governança



¹ Código das melhores práticas de Governança Corporativa – 5ª edição – IBCG

Consideram-se, também, como estruturas de apoio à governança uma série de órgãos colegiados, de caráter deliberativo ou consultivo, criados com o propósito de contribuir para o processo decisório institucional de condução de políticas públicas, na área de Ciência, Tecnologia e Inovação. Dentre eles estão as Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão, os Conselhos de Administração das Organizações Sociais, a Comissão de Coordenação do Programa de Capacitação Institucional – PCI, a Comissão de Enquadramento do Programa de Capacitação Institucional – PCI, os Comitês de Busca, Os Conselhos Técnico-Científicos e o Comitê Gestor da Inovação detalhados a seguir:

- **Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão (CA)**

As Comissões de Acompanhamento e Avaliação (CA) são colegiados previstos na Lei nº 9.637/1998 que trata das Organizações Sociais (OS) para assessorar o órgão supervisor do Contrato de Gestão. As CAs são necessariamente constituídas por especialistas de notória capacidade nos campos de atuação das OSs, que são nomeados por meio de Portaria do Ministro da pasta, após indicação por análise curricular da DPO/MCTIC. A Coordenação de Avaliação, da Coordenação-Geral de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais (COAVL/CGUO/DPO) secretaria as reuniões regulares (anual de avaliação e semestral de acompanhamento), dando suporte técnico e operacional para a produção de relatórios ao MCTIC quanto ao acompanhamento e à avaliação de desempenho das OSs, bem como sugerindo o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação como a sistemática, os indicadores e as metas, e de providências para a melhor obtenção de resultados. Os resultados relatados (preliminares e finais) pelas OSs são analisados, calculados e ponderados pela CA, que exprime seu parecer subsidiando a tomada de decisão do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, mediante prévia análise técnica que ampara, explica e posiciona a autoridade sobre o andamento da execução do contrato de gestão de cada OS. Tanto a Portaria MCTI 967/2011 e suas alterações, quanto as portarias que nomeiam os integrantes das Comissões, normatizam as atribuições das mesmas, que têm previsão explícita na Lei nº 9637/1998.

- **Legislação relacionada à Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão (CA):**

Lei nº 9.637, de 15/05/1998 (Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais, a criação do Programa Nacional de Publicitação, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências).

Decreto nº 9.190, de 01/11/2017 (Regulamenta o disposto do Art. 20 da Lei nº 9.637, de 15/05/1998).

Portaria nº 5.184, de 14/11/16 (Aprova os regimentos internos dos órgãos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nas formas dos anexos I a VIII, sendo a Seção III do Capítulo III do Anexo II dedicado às estruturas de suporte de gestão das organizações sociais e unidades de pesquisa).

Portaria MCTI nº 967, de 21/12/2011 (Disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências).

Portaria MCTI nº 777, de 31/10/2012 – “Altera a Portaria MCTI nº 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais”.

Portaria MCTI nº 1.123, de 11/12/2015 – “Altera a Portaria MCTI nº 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais”.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Portaria MCTI nº 261, de 14/3/2014 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE).

Portaria MCTIC nº 6.652, de 21/12/2018 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE).

Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM

Portaria MCTI nº 180, de 13/2/2014 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM).

Portaria MCTIC nº 6.711, de 27/12/2018 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM).

Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPPII

Portaria MCTI nº 262, de 14/3/2014 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII).

Portaria MCTIC nº 6.713, de 27/12/2018 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII).

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM

Portaria MCTI nº 173, de 11/2/2014 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM).

Portaria MCTIC nº 6.709, de 27/12/2018 (Altera membro da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM).

Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA

Portaria MCTI nº 1.092, de 21/10/2013 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA).

Portaria MCTIC nº 6.712, de 27/12/2018 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA).

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Portaria MCTI nº 1.233, de 29/11/2013 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP).

Portaria MCTIC nº 6.653, de 21/12/2018 (Altera membros da Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP).

Instrumentos relacionados aos Contratos de Gestão - competências da DPO previstas no Art. 20 da Portaria nº 967/2011:

I - analisar os relatórios de gestão e avaliar os resultados e metas alcançados pela OS, à luz dos objetivos do contrato de gestão, bem como as justificativas que porventura vierem a ser apresentadas em caso de não-consecução de metas e resultados;

II - propor, se for o caso, a revisão de indicadores e metas, bem como recomendar ações corretivas ou incrementais na sistemática de avaliação, no plano de ação, no cronograma de desembolso, dispositivos contratuais e nos relatórios de gestão;

III - emitir relatório de acompanhamento semestral, apresentando o monitoramento da execução das atividades do Plano de Ação e do potencial de cumprimento das metas anuais e indicadores pactuados, com análise dos problemas e gargalos e proposição de sugestões e recomendações para subsidiar correções de rumo;

IV - emitir relatório anual conclusivo de avaliação dos resultados, de que trata o §2º do art. 8º da Lei nº 9.637/08, considerando, quando for o caso, as recomendações do acompanhamento semestral bem como a análise de subsídios e de suportes prestados aos trabalhos da CA; e

V - emitir relatório de avaliação do ciclo plurianual do contrato de gestão, a ser encaminhado à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa SCUP, analisando conclusivamente os resultados e impactos das linhas de ação e, quando for o caso, as recomendações e os laudos técnicos emitidos por especialistas e consultores.

- **Conselho de Administração das Organizações Sociais**

As Organizações Sociais são moldadas sob a ótica da gestão pública gerencial, e seu controle se embasa no suporte a estruturas de governança como conselhos, comissões e auditorias. Esse modelo foi instituído pela Lei 9.637/98 – Lei das OS - e, por força dela, cabe a este MCTIC indicar, para as Organizações Sociais que supervisiona, nomes para compor esses colegiados que, por sua vez, exercem o controle social da instituição privada sem fins lucrativos.

Os Conselhos de Administração são conselhos diretores com previsão legal na Lei 9637/08, que contam com participação de membros indicados do poder público e da sociedade civil em faixas de porcentagem determinadas pelo normativo. Suas funções visam a estabelecer as grandes diretrizes da entidade a que fazem parte, bem como aprovar os contratos de gestão, programa de trabalhos e suas alterações (Termos Aditivos), os principais regulamentos (interno, compras, recursos humanos), fiscalizar, aprovar a prestação de contas (relatórios de Gestão), bem como constituir e destituir a diretoria da Organização Social. Esses Conselhos realizam reuniões regulares organizadas pela Diretoria-Geral das OSs, onde seus membros deliberam apoiados por relatórios e pareceres da própria entidade da qual o Conselho faz parte, de auditorias externas e de suas organizações de origem.

Os membros indicados pelo MCTIC têm o apoio técnico por meio de reuniões ou de notas e correspondências emitidas pela DPO, que os atualizam com informações que servirão de subsídio para o seu posicionamento nas reuniões que participam. Dentre suas atribuições está a de aprovar o plano para a Auditoria Externa contratada pela OS. Em normativos internos - Portaria MCTI 967/2011 e alterações - são reguladas as atribuições da participação dos representantes do poder público indicados pelo MCTI nesses Conselhos.

As auditorias externas também cumprem disposição legal da Lei 9637/98; seu plano é proposto pela direção da OS e aprovado pelo Conselho de Administração; visam a investigar e apurar a regularidade das contas, apresentando um relatório de auditoria ao Conselho de Administração da entidade, documento que compõe a prestação de Contas do Contrato de Gestão a este MCTIC e subsidia a tomada de decisão dos Conselhos sobre as contas anuais das OSs. O Art. 34 da Portaria 1123/2015 alterou a Portaria n.º 967/2011, de forma a prever um escopo mínimo a ser incluído na análise a ser realizada pela auditoria externa.

- **Comissão de Coordenação do Programa de Capacitação Institucional – PCI**

O PCI é um programa do MCTI coordenado pela Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais – DPO, e operacionalizado pelo CNPq, com recursos do orçamento de bolsas de fomento tecnológico.

O PCI apoia projetos nos Subprogramas de Capacitação Institucional desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTIC, envolvendo tanto a participação de técnicos pertencentes aos seus quadros, quanto de especialistas externos necessários à condução e execução de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, além de estudantes universitários, de ensino médio e de curso profissionalizante.

- **Legislação relativa à Comissão de Coordenação do PCI:**

Portaria MCTIC nº 2.195, de 19 de abril de 2018-Aprova o documento básico do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC e Portaria MCTIC nº 5.414, de 18 de outubro de 2018- Altera o Anexo da Portaria MCTIC nº 2.195/2018 que aprova o documento básico do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC.

Competências:

- a) estabelecer a estratégia do Programa;
- b) propor ao Secretário-Executivo do MCTIC o orçamento anual para o Programa;
- c) aprovar os Subprogramas propostos pelos Institutos;
- d) apreciar e aprovar os relatórios de desenvolvimento do Programa;
- e) aprovar modificações nos documentos normativos do Programa; e
- f) resolver casos omissos nos documentos normativos.

- **Comissão de Enquadramento do Programa de Capacitação Institucional – PCI**

A Comissão tem por finalidade analisar as solicitações de bolsas de fomento tecnológico e extensão inovadora, efetuando o enquadramento de acordo com os níveis estabelecidos em ato normativo. As bolsas do PCI, exclusivas deste programa, são destinadas à formação e capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico.

Legislação relativa à Comissão de Enquadramento do PCI:

Portaria MCTIC nº 2.195, de 19 de abril de 2018-Aprova o documento básico do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC e Portaria MCTIC nº 5.414, de 18 de outubro de 2018- Altera o Anexo da Portaria MCTIC nº 2.195/2018 que aprova o documento básico do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC.

Competências:

- a) analisar a conformidade dos processos dos candidatos à bolsa selecionados pela Comissão de Avaliação de Mérito e
- b) classificar os candidatos para cada bolsa disponibilizada, submetendo-os ao CNPq para publicação.

- **Comitês de Busca**

Os Comitês de Busca têm por finalidade sugerir ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações indicações para ocupar os cargos de direção das Unidades de Pesquisa que integram o MCTIC, com base em competência técnico-científica, gerencial e administrativa. É composto por cinco membros, incluindo seu Presidente, todos com renomada reputação e experiência no campo de atuação da Unidade de Pesquisa, os quais têm por missão divulgar o processo seletivo, incentivar a inscrição de candidatos à altura do certame e realizar o processo de audição e seleção dos nomes que serão sugeridos ao Ministro. O pedido de instauração de cada Comitê é realizado pelo Conselho-Técnico-Científico da respectiva Unidade de Pesquisa, por intermédio da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais. A DPO compete auxiliar logisticamente o trabalho dos respectivos Comitês.

- **Legislação relativa aos Comitês de Busca:**

Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 (Art. 57 - Os dirigentes das unidades de pesquisa serão indicados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a partir de listas tríplexes apresentadas por comissões específicas de alto nível, compostas por pesquisadores científicos e tecnológicos, e nomeados na forma da legislação vigente).

Portaria nº 1.037, de 10 de dezembro de 2009, dispõe sobre a busca e a escolha de Diretores das Unidades de Pesquisa que integram o MCTIC, com base em competência técnico-científica, gerencial e administrativa.

Competências:

I - Envio da minuta de edital, ao Presidente do Comitê, para a chamada pública de candidaturas ao cargo de Diretor da UP;

II - Providências necessárias à divulgação do Edital na imprensa oficial, no Portal do MCTIC e nos meios de comunicação eventualmente indicados pelo Comitê; e

III - Auxílio logístico às atividades dos respectivos Comitês.

Em 2018 foram constituídos 4 Comitês de Busca para as seguintes Unidades de Pesquisa: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Portaria MCTIC nº 1620, 27/03/2018; Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Portaria MCTIC nº 4.546, 05/09/2018; Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), Portaria MCTIC nº 6.215, 28/11/2018; e Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), Portaria MCTIC nº 6.646, 21/12/2018.

- **Conselhos Técnico-Científicos**

As Unidades de Pesquisa contam em suas respectivas estruturas organizacionais, com o Conselho Técnico-Científico - CTC, colegiado com função consultiva e de assessoramento na implementação da política científica e tecnológica, conforme estabelecido em seus respectivos Regimentos Internos. Os CTCs são constituídos por especialistas de notória capacidade nos campos de atuação das Unidades de Pesquisa e são instituídos por Portaria do Ministro.

Em 2018, foram constituídos/alterados os Conselhos Técnico-Científicos das seguintes Unidades de Pesquisa: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Portaria MCTIC nº 1.851, 05/04/2018; Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), Portaria MCTIC nº 1.765, 29/03/2018; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Portaria MCTIC nº 1.768, 29/03/2018; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Portaria MCTIC nº 865, 20/02/2018; Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Portaria MCTIC nº 473, 05/02/2018; Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Portaria MCTIC nº 1.767, 29/03/2018; Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Portaria MCTIC nº 3.285, 22/06/2018; Laboratório Nacional de

Computação Científica (LNCC), Portaria MCTIC nº 789, 15/02/2018; e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Portaria MCTIC nº 2.661, 18/05/2018.

- **Comitê Gestor da Inovação**

O Comitê Gestor da Inovação (CGI) constitui-se como um fórum consultivo de orientação à DPO e às Unidades de Pesquisa na implementação das diretrizes de gestão da Política de Inovação nas UPs, sendo composto por titulares e respectivos suplentes. O CGI tem como objetivo promover a realização de atividades de inovação tecnológica de forma integrada nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's), especialmente naquelas de que tratam a Lei da Inovação, a legislação referente à propriedade intelectual e demais diplomas legais correlatos. Outrossim, havendo hipótese de associação de outras Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) externas ao MCTIC à algum Arranjo de NIT, caberá ao CGI emitir parecer sobre tal situação hipotética.

- **Legislação relativa ao Comitê Gestor da Inovação:**

Portaria nº 251, de 12 de março de 2014 (Estabelece as Diretrizes para a Gestão da Política de Inovação das Unidades de Pesquisa do MCTIC).

Portaria SEEXEC/SCUP/MCTI nº 01, de 22 de janeiro de 2015 (Designa os integrantes do CGI).

Portaria nº 5276, de 15 de outubro de 2018

Portaria nº 251, de 12 de março de 2014 (Estabelece os arranjos dos Núcleos de Inovação Tecnológica - NIT e suas respectivas Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais integrantes).

Competências:

I – Designar os componentes do CGI, mediante portaria;

II – Indicar dois especialistas externos na área de inovação, ouvido o Secretário-Executivo do MCTIC;

III – Presidir os trabalhos do Comitê;

IV – Exercer a função de Secretaria-Técnica do CGI.

Faz-se necessário mencionar que o Decreto 8.877/2016 trouxe mudanças significativas no que diz respeito às estruturas de governança no âmbito do MCTIC. A criação da Diretoria de Gestão Estratégica, vinculada à Secretaria-Executiva (DGE/SEEXEC/MCTIC) foi instituída com o intuito de, especialmente, coordenar a execução das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico e ao ciclo de gestão, ao acompanhamento, ao monitoramento, à avaliação e à produção de informações gerenciais relativas ao Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual, no âmbito do Ministério, além de coordenar as atividades que promovam o alinhamento entre o planejamento estratégico, plano plurianual e ações orçamentárias. Destaque-se, ainda, as seguintes competências regimentais (Portaria nº 5.5184, de 14 de novembro de 2016) associadas à DGE:

I - Implementar, acompanhar e avaliar ações de modernização, melhoria e inovação da gestão do Ministério;

II - Implementar e coordenar estratégias para avaliação de políticas, programas e projetos das áreas de competência do Ministério;

IV - Supervisionar a elaboração, a atualização, o monitoramento e a avaliação do planejamento estratégico e do Plano Plurianual do Ministério;

V - Supervisionar a elaboração de diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais;

VII - desenvolver ações relativas à gestão da informação e à promoção da transparência;

VIII - realizar ações voltadas à informação e à comunicação acerca do desempenho institucional e das políticas e programas implementados, promovendo melhorias relacionadas aos processos e aos resultados de suas ações.

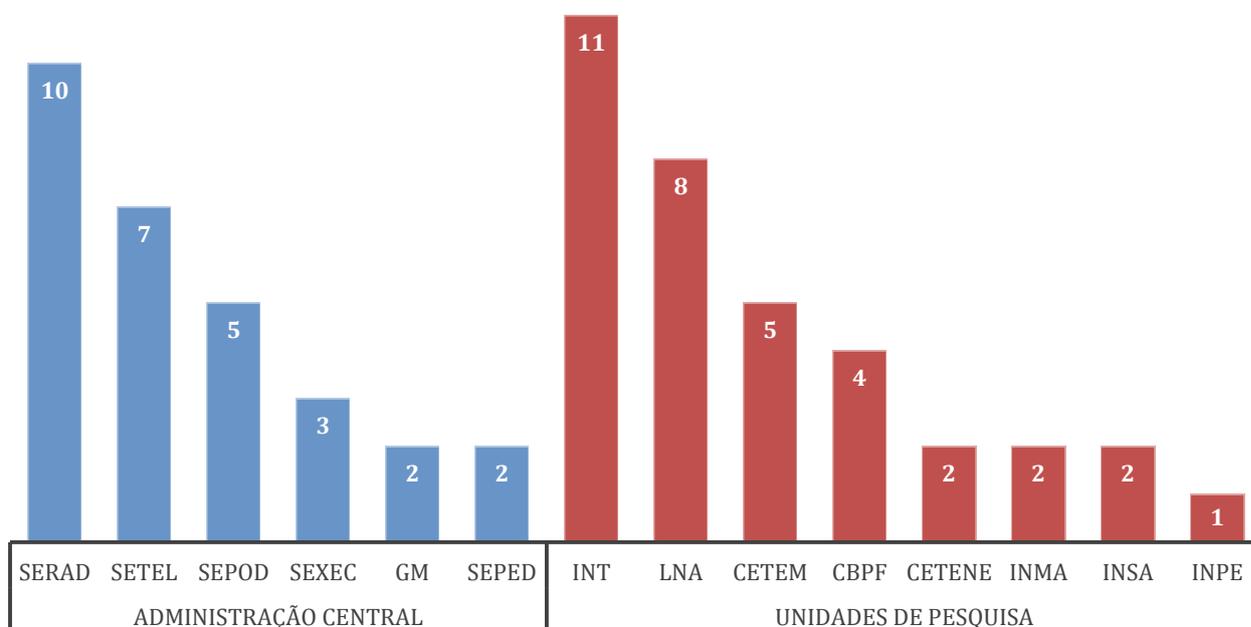
Isso posto, entende-se que os processos de gestão tendem a ser melhorados a partir da readequação da estrutura da organização em tela.

4.4 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Carta de Serviços ao Usuário do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações está de acordo com a forma prescrita pelo Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, objetivando maior visibilidade e transparência com informações claras e precisas sobre os principais serviços prestados aos cidadãos pelo MCTIC.

Os serviços oferecidos encontram-se segmentados da seguinte maneira:

Gráfico 4.4.1 - Demonstrativo da segmentação dos Serviços oferecidos



O cidadão pode acessar e efetuar o *download* da Carta de Serviços no sítio do MCTIC por meio do endereço eletrônico:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/carta_de_servicos/carta_de_servicos.html

A **Ouvidoria** é a área responsável pelo relacionamento do MCTIC com a sociedade. Sua competência primária é o tratamento das Denúncias (Comunicação de Irregularidades, quando realizada de forma anônima), Reclamações, Solicitações, Sugestões, Elogios e Simplifique, promovendo assim a interlocução e mediação entre os agentes públicos e os cidadãos. Sendo de sua competência, também, o recebimento e tratamento de pedidos de Acesso à Informação, oriundos do e-SIC, conforme previsão na Lei nº 12.527/2011.

A Ouvidoria está instalada no edifício sede do MCTIC (Bloco “E” da Esplanada dos Ministérios), em espaço e estrutura compartilhados com o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). Em 2018, o quadro de recursos humanos (compartilhado com o SIC) consistiu de 1 (um) Analista em Ciência e Tecnologia, 2 (dois) Agentes Administrativos, um Empregado Público, 1 (um) Servidor Comissionado, 8 (oito) colaboradores terceirizados e dois estagiários.

Em 2018, os canais formais à disposição do cidadão e que possuíam links no portal eletrônico foram três: o Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.servicos.gov.br/>), a Ouvidoria e o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC. Além do Portal de Serviços do governo federal, o MCTIC possui outros canais para que o cidadão possa se manifestar ou solicitar informações:

e-OUV: é um canal informatizado para entrada e tratamento de manifestações como denúncias, solicitações, sugestões, reclamações, elogios e simplifique. O e-OUV é o sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal. O MCTIC começou a utilizar o e-OUV ao final de 2015.

E-mail da Ouvidoria: é facilmente localizado na página do MCTIC na internet. Este canal de acesso não é o adequado para o cidadão enviar suas manifestações pois não gera protocolo para acompanhamento da demanda, no entanto a Ouvidoria registra a manifestação no e-OUV para acompanhamento interno e tratamento da manifestação.

Envio de correspondência ou entrega presencial: Esplanada dos Ministérios, Bloco “E”, Edifício Sede, Sala T-77, CEP 70067-900, Brasília – DF, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Em 2018 foram registradas, no e-OUV 4.539, manifestações e tratadas 4.221, sendo:

Quadro 4.4.1 - Manifestações registradas no e-OUV

	2016	2017	2018
Quantidade de Pedidos	2.029	2.953	4.539
Tempo Médio de Resposta	13	14	10
Denúncia	170	221	301
Reclamação	408	907	2.486
Solicitação	1.397	1.777	1.341
Sugestão	48	38	35
Elogio	6	10	15
Comunicação	-	-	46
Simplifique!	-	-	9

Até dezembro de 2018 foram recebidas 570 Solicitações de Acesso à Informação (média de 47,50 pedidos por mês), todos foram respondidos. O tempo médio de resposta foi de 14,1 dias. Relatórios estatísticos completos podem ser obtidos por meio do endereço eletrônico http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html, selecionando-se o órgão e o período desejado. A seguir são apresentados os principais dados estatísticos do SIC/MCTIC desde a sua implantação, em 2012:

Quadro 4.4.2 - Solicitação de informações e-SIC

Solicitação de Informações e-SIC							
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Quantidade e Total	583	1.542	878	722	980	750	570
Média Mensal	72,9	128,5	73,2	60,2	81,7	62,5	47,50
Tempo Médio de Resposta	12	13	13	14	15	16	14,11

4.4.3 -Tipos de resposta

	Tipos de Resposta						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Perguntas Duplicadas/ Repetidas	20 3,43%	31 2,01%	46 5,23%	30 4,15%	27 2,75%	35 4,66%	17 2,98%
Órgão não tem competência sobre assunto	09 1,54%	33 2,14%	21 2,39%	21 2,90%	34 3,46%%	38 5,06%	14 2,45%
Não se trata de solicitação de informação	0 0%	41 2,65%	60 6,83%	55 7,61%	33 3,36%	20 2,67%	10 1,75%
Informação Inexistente	4 0,68%	13 0,84%	15 1,70%	39 5,40%	22 2,24%	14 1,86%	16 2,80%
Encaminhado para o e- Ouv	- -	- -	- -	- -	- -	- -	48 8,42%
Acesso parcialmente concedido	0 0%	114 7,39%	13 1,48%	34 4,70%	34 3,46%	30 4,0%	2 0,35%
Acesso Negado	20 3,43%	159 10,31%	105 11,95%	58 8,03%	154 15,71%	40 5,33%	17 2,98 %
Acesso concedido	530 90.9%	1143 74,12%	618 70,38%	486 67,31%	676 68,97%	573 76,4%	446 78,24%

Quadro 4.4.4 - Recursos e reclamações

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Quantidade de Pedidos	583	1.542	878	722	980	750	570
Recurso de 1ª Instância	33 (5,6%)	117 (7,6%)	80 (9%)	46 (6,3%)	134 (13,7%)	52 (7%)	35 (6,1%)
Recurso de 2ª Instância	6 (1%)	26 (1,6%)	22 (2,5%)	9 (1%)	26 (2,7%)	11 (1,5%)	5 (0,9%)
Recurso de 3ª Instância (CGU)	3 (0,5%)	12 (0,8%)	3 (0,3%)	3 (0,4%)	15 (1,5%)	7 (0,9%)	3 (0,5%)
Recurso à CMRI	0 (0%)	4 (0,3%)	1 (0%)	0 (0%)	8 (0,8%)	1 (0%)	0 (0%)
Reclamações	0 (0%)	1 (0%)	0 (0%)	1 (0%)	2 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Pedidos de Revisão	-	-	-	-	-	-	5 (0,9%)

Carta de Serviços ao Cidadão - Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, tendo como referência o Decreto nº 6.932/2009, sem prejuízo de outras regulamentações a esse respeito. A Carta de Serviços completa do Ministério foi elaborada na forma prescrita pelo Decreto nº 6.932/2009. No documento, são apresentadas informações sobre os principais serviços prestados pelo MCTIC. O cidadão pode acessar e efetuar o *download* da Carta de Serviços no endereço eletrônico: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/carta_de_servicos/carta_de_servicos.html.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos - usuários - Até junho de 2018, o sistema eletrônico de Ouvidoria (**e-OUV**) não contemplou a realização de pesquisa de satisfação entre seus usuários. As tabelas e gráficos a seguir demonstram a opinião dos demandantes sobre o atendimento às suas manifestações por meio do **e-OUV**, no período de julho a dezembro de 2018.

Do total de manifestações apresentadas de 2018 (4.538), apenas 215 (cerca de 4,7%) responderam à pesquisa de satisfação.

Quadro 4.4.5 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Avaliação	2018
Atendeu	82
Não atendeu	101
Intermediária (Atendeu Parcialmente)	32
TOTAL	215

Além de responderem se a resposta atendeu ou não à sua demanda, os cidadãos também se manifestaram quanto à qualidade do atendimento prestado pela Ouvidoria:

Quadro 4.4.6 - Atendimento prestado pela Ouvidoria

Você está satisfeito (a) com o atendimento prestado por esta Ouvidoria?	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Regular	Satisfeito	Muito Satisfeito
	88	30	19	38	40

Grau de satisfação com as respostas - No que se refere ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), desde 2012 a CGU disponibilizou no Sistema **e-SIC** mecanismo de pesquisa de satisfação de seus usuários, após o recebimento da resposta às demandas apresentadas. Conforme consta do Relatório Estatístico de Pedidos, em 2018 foram apresentadas ao SIC/MCTIC 570 pedidos de informações. De acordo com relatório da CGU, dos 570 pedidos respondidos, 101 (17,7%) contêm respostas à pesquisa de satisfação. Dentre os 101 solicitantes que responderam à pesquisa, 64 (63,36%) registraram que a resposta recebida lhes atendeu plenamente e 19 (18,81%) que a resposta não lhes atendeu. Os demais 18 (17,82%) registraram respostas intermediárias.

Comentários registrados no e-SIC: Dos 101 manifestantes que responderam a pesquisa, 40 (39,60%) registraram comentários, sendo 6 críticas, 5 sugestões, 13 elogios e 16 agradecimentos. A seguir apresentamos quadro com a evolução anual do resultado da pesquisa de satisfação dos pedidos de informações ao cidadão.

Quadro 4.4.7 - Pesquisa de satisfação (e-SIC)

PESQUISA DE SATISFAÇÃO (e-SIC)							
Avaliação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Atendeu	20	166	100	89	134	90	64
Não atendeu	02	32	21	36	30	35	19
Intermediária	0	0	0	26	32	28	18
TOTAL	22	198	121	151	196	153	101

Quadro 4.4.8 - Comentários

COMENTÁRIOS							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Crítica	5	31	15	25	25	30	6
Sugestão	0	9	6	9	16	5	5
Elogio	21	21	4	1	4	12	13
Agradecimento	32	32	11	27	20	10	16
Não comentaram	105	105	85	89	131	96	61
Total	198	198	121	151	196	153	101

5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O COGIR, mencionado em item anterior, é o órgão incumbido de regular as práticas relacionadas à governança, integridade, gestão de riscos e controles internos no âmbito do MCTIC. Este assumiu diversas iniciativas, ao longo de 2018, na direção do aperfeiçoamento dos instrumentos de governança e gestão de riscos.

Em fevereiro, o COGIR deliberou sobre a Política de Gestão de Integridade, de Riscos e Controles Internos no âmbito MCTIC- Portaria nº 1.740, de 29 de março de 2018, instituindo a Política de Gestão de Integridade, de Riscos e Controles Internos no âmbito do MCTIC.

Em junho recomendou a revisão da Portaria nº 1.740, e em 29 de junho de 2018 foi publicada a Portaria nº 3.394, instituindo nova Política de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos de Gestão. A revisão da Política foi feita com base nas diretrizes estabelecidas pela CGU, conforme dispõe a Portaria CGU nº 1.089/2018 e o Decreto nº 9.203/2017. Os normativos decorrentes, no âmbito do MCTIC, estão publicados no endereço:

https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/decretos/Decreto_n_9203_de_22112017.html.

O Comitê, na ocasião, também deliberou sobre a aprovação do novo Regimento Interno (em substituição à Portaria nº 4.064/2017). A minuta do novo Regimento Interno foi aprovada, bem como a proposta do Plano de Integridade e seus anexos. A Política de Monitoramento e Avaliação, incluindo os procedimentos para elaboração do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação de Políticas do MCTIC, também foi aprovada.

Em novembro de 2018 foi aprovada a Matriz de Riscos do MCTIC e o Programa de integridade, ambos aprovados pelo Comitê de Governança (COGIR), bem como publicada a Portaria nº 5.088, que aprovou o novo Regimento Interno do COGIR. Ainda no período, foi enviado à CGU o Plano de Integridade do MCTIC, conforme prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 5º, da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018. Para implementar de forma efetiva a metodologia de gestão de riscos no MCTIC foram realizadas outras diversas ações:

Palestra sobre o tema “Excelência Organizacional pela Via da Gestão de Riscos”, realizada no dia 21/06/2018.

Palestra sobre o tema: “Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público”, realizada no dia 20/09/2018.

Capacitação sobre o tema “Introdução à Gestão de Riscos no setor público – Teoria e prática” - 16 h/a - oferecida aos pontos focais das Unidades de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos de Gestão (UGIRC's), membros responsáveis pela supervisão da Política de Governança. Período de realização 26/06, 28/06 e 03/07/2018.

Capacitação sobre o tema “Gestão de Riscos Corporativos” – 40 h/a - oferecida aos pontos focais dos Núcleos de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos de Gestão (NGIRC's), membros responsáveis pela execução da Política de Governança. Período de realização 17/09 a 10/10/2018.

5.1 VINCULAÇÃO ENTRE RISCOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No âmbito da Política de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos de Gestão do MCTIC deu-se início ao mapeamento de processos, contemplando algumas unidades do MCTIC. A metodologia utilizada foi a *Business Process Management*-BPM, cujo objetivo é mapear, controlar e aprimorar continuamente o fluxo de processos da Instituição. A partir desse Mapeamento foram elaboradas

planilhas de tratamento de riscos de diversos Macroprocessos, no âmbito do Plano de Integridade do MCTIC. É uma iniciativa com uma unidade responsável em estágio inicial de execução das atividades de gerenciamento de riscos corporativos, carente ainda de estrutura adequada (operacional, pessoal, tecnológico entre outros) para seu pleno funcionamento.

Quadro 5.1.1 - Objetivo Estratégico nº 4

Acesso universal aos serviços de comunicações	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Conclusão do desligamento analógico nas localidades sem a efetiva conclusão da digitalização das estações de TV e RTV.	Escalonar a análise dos processos de acordo com o cronograma de desligamento das localidades. Comunicar os radiodifusores para que resolvam as pendências para sua digitalização, em atenção aos prazos estabelecidos em lei.
Elaboração de PNO que contemple municípios que não tenham manifestado interesse. Suspensão, mesmo que temporária, de publicação dos editais previstos no PNO. Número de municípios onde a Seleção Pública seja deserta	Publicação de PNO com o intuito de dar maior transparência à sociedade sobre os processos e procedimentos necessários para que as localidades sejam contempladas com oportunidades de novas outorgas. Cadastrar as demonstrações de interesse de entidades e lançar chamadas públicas apenas em municípios em que exista demanda. Manter atualizado os canais de comunicação com os radiodifusores, via e-mail: duvidasradcom, site do MCTIC - “Espaço do Radiodifusor” onde estão disponibilizados a legislação, a cartilha, os formulários, as perguntas frequentes e demais informações sobre o serviço de radiodifusão comunitária para consulta. - Espaço do Radiodifusor para atendimento eletrônico ou presencial.
Não haver disponibilidade quanto à inclusão de canais em Frequência Modulada - FM, no intuito de atender ao Decreto nº 8.139, de 2013, que dispõe sobre a adaptação das outorgas de OM para FM.	A Anatel está trabalhando em uma mudança normativa no intuito de verificar a possibilidade de utilização do “segundo adjacente”, retirando a atual relação de proteção, tendo em vista o avanço tecnológico dos equipamentos de transmissão. Outra importante mitigação que está sendo realizada pela Agência é a de remanejamento de canais em FM, com o propósito de viabilizar a inclusão de mais canais, para, também, atender à migração OM-FM
Riscos do Programa Cidades Digitais: 1 - Corte orçamentário 2 - Demora na análise dos projetos por parte dos órgãos envolvidos (concessionárias de energia elétrica, de ferrovia, etc, agências reguladoras); 3 - Indisponibilidade de <i>backhaul</i> nos municípios	1 - Articulação com MPDG para liberação orçamentária e financeira 2 - Monitoramento e articulação junto aos órgãos envolvidos 3 - Articulação com a Telebrás e outros provedores

Gesac - Não recebimento de insumos para recondicionamento: Houve baixa quantidade de equipamentos descartados pelos órgãos federais em 2016 devido à Lei Eleitoral	Foi realizada consulta ao órgão de Assessoramento jurídico deste Ministério para verificar de que modo as doações por meio do Desfazimento de órgãos federais pode de Setembro de 1997. Identificou-se a necessidade de que os CRCs sejam reconhecidos como um Programa Nacional e que ele seja criado por meio de Lei, no sentido Geral de Articulação, vem trabalhando na revisão dos normativos e na formalização das ações de apoio aos CRCs enquanto Programa.
Dificuldades no gerenciamento das atividades administrativas relacionadas ao programa Governo Eletrônico – Serviço de atendimento ao cidadão (GESAC).	Desenvolvimento de um sistema (SIGGESAC) de gerência do GESAC.

Quadro 5.1.2 - Objetivo Estratégico nº 6

Promover interação entre ambientes científicos e tecnológicos e setor produtivo	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Ineficiência de canais de comunicação adequados.	Aperfeiçoamento e oferta de canais de comunicação adequados.

Quadro 5.1.3 - Objetivo Estratégico nº 7

Garantir o desenvolvimento de pessoas em CTIC	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Ineficiência de soluções de TI necessárias para suportar as capacitações e treinamentos presenciais ou na modalidade de ensino a distância (EAD).	Provimento de recursos e soluções de TI necessários para suportar as capacitações e treinamentos tanto na modalidade presencial como na modalidade de ensino a distância (EAD).

Quadro 5.1.4 - Objetivo Estratégico nº 10

Potencializar a atuação integrada da Rede MCTIC	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Ineficiência de canais de comunicação adequados.	Aperfeiçoamento e oferta de canais de comunicação adequados possibilitando a atuação em rede.

Quadro 5.1.5 - Objetivo Estratégico nº 11

Aperfeiçoar a governança e a gestão corporativa	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Ausência ou ineficiência de mecanismos de controle e/ou de ferramentas de apoio à tomada de decisões.	Atuação efetiva do Comitês de Governança Digital e do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações como suporte à governança e gestão corporativa. Desenvolvimento de Painéis Gerenciais para apoio a tomada de decisões.

Quadro 5.1.6 - Objetivo Estratégico nº 12

Promover a inovação de processos, produtos e serviços	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Celebração de convênios com instituição irregular ou inapta	Automatizar a celebração de convênios com o cruzamento de dados dos sistemas estruturantes do governo quanto à regularidade
Não alcance da finalidade prevista em convênios com instituições diversas	Capacitar os atores envolvidos; Atualizar os documentos orientadores ou de referência do projeto
Falhas de difícil saneamento e/ou insanáveis Execução parcial ou inexecução do objeto Atraso na execução de projetos firmados por convênios.	Elaborar cartilha de acompanhamento, definindo a periodicidade mínima de verificação do sistema e fiscalização in loco; Incluir a rotina no mapeamento de processos
Falta de recursos adequados para a promoção da inovação de processos, produtos e serviços.	Desenvolvimento de sistemas para as áreas finalísticas do Ministério, contribuindo para a promoção da inovação de processos, produtos e serviços.
Na área de licitações, compras e contratos os riscos significativos estão presentes no momento da contratação – seja por irregularidades na instrução processual ou pelo elevado preço praticado no mercado – e na decisão pela continuidade de um contrato, momento em que se deve avaliar a pertinência e as vantagens da sua manutenção	Com o objetivo de mitigar esses riscos, foram desenvolvidos os trabalhos da normatização interna dos procedimentos de aquisição e manutenção contratual, visando dar maior clareza e padronização aos atos administrativos. Paralelamente, deve-se observar o cumprimento dos normativos vigentes e seus instrumentos, além de se utilizar de checklists para conferência dos atos praticados.

Quadro 5.1.7 - Objetivo Estratégico nº 13

Promover um ambiente jurídico e institucional propício às ações de CTIC	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Existir ações de favorecimento, por parte da OS, em compras e contratações.	Exigência de publicação do regulamento de compras
Informações fornecidas pela OS sobre gastos e ações sejam inadequadas e/ou insuficientes para comprometendo a fiscalizados mediante controle social.	Exigência nos termos da Lei de Acesso a Informação de publicação desses dados
Os dados que alimentam a construção dos indicadores de desempenho das Organizações Sociais não reflitam, com razoável segurança, os resultados alcançados.	Está em curso, a revisão de indicadores de duas organizações sociais para implementação no próximo ciclo de contratação
Retenções obrigatórias de tributos na fonte dos pagamentos, de diárias e passagens	Controle de planilhas eletrônicas, prestação de contas de Convênios sob o aspecto financeiro, emissão e controle de notas de empenho, além de recorrentes relatórios gerenciais e uso de sistemas oficiais que promovem maior transparência (SEI, SCDP, SIAFI e Tesouro Gerencial).

Quadro 5.1.8 - Objetivo Estratégico nº 16

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Baixa adesão dos servidores às capacitações ofertadas	Ampla divulgação da oferta de capacitação nos canais de comunicação internos; criação do e-mail “Desenvolvimento em Foco”, conscientizando sobre a importância da capacitação; ofertas de capacitação aderentes às necessidades das áreas de acordo com os <i>gaps</i> de competências; prezar pela qualidade dos fornecedores dos cursos e monitorar a satisfação dos servidores.
Ausência ou ineficiência de soluções para a gestão de competências	Suporte aos recursos e soluções de TI necessários para suportar os processos de gestão de competências.
A desmotivação, a falta de comprometimento e a baixa qualificação técnica podem afetar drasticamente a estratégia organizacional que para ser alcançada depende, em parte, da atitude das pessoas que fazem parte da organização.	É preciso fomentar e perpetuar a cultura de participação, engajamento, compromisso, qualidade e responsabilização, através de ações de desenvolvimento que visem mudanças comportamentais. É de extrema importância ampliar a consciência do papel do líder, através de programas de desenvolvimento gerencial, para que este seja capaz de decodificar a cultura institucional nas próprias ações e decisões, contribuindo para o desenvolvimento de equipes de alta performance. E ainda, oferecer programas de capacitação técnica alinhadas aos objetivos organizacionais e com retorno imediato no desempenho dos servidores.

Quadro 5.1.9 - Objetivo Estratégico nº 17

Adequar a estrutura e o quadro de pessoal às necessidades organizacionais	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
A saída de servidores por rotatividade ou aposentadoria, que leva à redução constante do quadro de pessoal e à vulnerabilidade das Unidades de Pesquisa. Essa redução do quadro de pessoal gera impactos diretos na capacidade do MCTIC de prover políticas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações, como forma de impulsionar e acelerar o avanço científico e tecnológico do País que tanto contribuem para o crescimento econômico, a inovação tecnológica e a inclusão social no Brasil.	Além da solicitação de novo concurso público para recomposição da força de trabalho, o MCTIC tem empreendido diversas ações de inovação na gestão, desburocratização e automatização de processos visando aumentar a produtividade de seus processos e minimizar os efeitos da perda de efetivo. Tais iniciativas demonstram que o MCTIC não tem poupado esforços no sentido de implementar mecanismos de gestão que possam subsidiar a tomada de decisão sobre as necessidades de provisão, alocação e movimentação de pessoas no órgão e, assim, minimizar situações de sobrecarga ou

	ociosidade da força de trabalho.
Resistência das unidades à estrutura correta a ser implementada Levantamento de requisitos não adequados Pessoal não qualificado para desenvolvimento do trabalho Desconhecimento das normas do Manual de Estrutura Organizacional do Ministério da Economia Indeferimento ou Reprovação da estrutura proposta pelo Ministério da Economia	Apoio da alta gestão e planejamento adequado das etapas a serem executadas Treinamento voltados para as normas e ferramentas necessárias Estudo e divulgação do Manual de Estrutura Organizacional para uma melhor adequação da estrutura do MCTIC Execução das etapas em total aderência aos normativos vigentes e apoio da alta gestão

Quadro 5.1.10 - Objetivo Estratégico nº 18

Estruturar a gestão do conhecimento	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Ausência ou ineficiência de soluções para a gestão do conhecimento.	Suporte aos recursos e soluções de TI necessários para apoiar os processos de gestão do conhecimento.

Quadro 5.1.11 - Objetivo Estratégico nº 19

Adequar infraestrutura física e de tecnologia da informação e comunicação	
PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Ausência de infraestrutura de TIC adequada – equipamentos e softwares - prejudica o relacionamento com os parceiros institucionais e o desenvolvimento das atividades finalísticas da Secretaria	Modernização da infraestrutura de TIC, uso de sistemas de gestão da informação e aquisição de softwares.
Ausência de recomposição da força de trabalho de nível superior, fato já consignado nos relatórios anuais de contas de exercícios anteriores, compromete a qualidade e a tempestividade da execução das atividades finalísticas da Secretaria	Remanejamento interno de servidores com perfil para a Secretaria ou realização de concurso público.
Ausência de infraestrutura de TIC adequada – equipamentos e softwares - prejudica o relacionamento com os parceiros institucionais e o desenvolvimento das atividades finalísticas da Secretaria.	Modernização da infraestrutura de TIC, uso de sistemas de gestão da informação e aquisição de softwares
Ausência de recomposição da força de trabalho de nível superior, fato já consignado previamente, o que compromete a qualidade e a tempestividade da execução das atividades finalísticas.	Remanejamento interno de servidores com perfil para a Secretaria ou realização de concurso público
Ausência ou ineficiência de uma infraestrutura física e de Tecnologia da Informação e Comunicação que atenda às necessidades do Ministério	Adoção de medidas para modernização da infraestrutura física e de Tecnologia da Informação e Comunicação visando a atender às necessidades do MCTIC.

Quadro 5.1.12- Objetivo Estratégico nº 20

Garantir os recursos públicos adequados
--

PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
<p>Redução das disponibilidades de recursos orçamentários para CT&I prejudica o desempenho das atividades finalísticas do Ministério. O contingenciamento sistemático de recursos prejudica a realização de ações como o empreendedorismo de base científica e tecnológica; o apoio a projetos de P&D pré-competitivo por meio de subvenção econômica ou mesmo, encomenda tecnológica.</p>	<p>Recomposição dos recursos orçamentários para CT&I a patamares adequados para a realização das atividades finalísticas da Pasta e descontingenciamento de recursos.</p>
<p>Comprometimento do alcance de resultados previstos nas políticas de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, desenvolvimento tecnológico em temas estratégicos, promoção da interação entre ambientes científicos e tecnológicos do setor produtivo e estímulo à inovação e competitividade por consequência das limitações orçamentárias e financeiras.</p>	<p>Ampliação dos valores de limites orçamentários e financeiros dos recursos não reembolsáveis, para reduzir-se os riscos associados às atividades de apoio à pesquisa e desenvolvimento, tais como a desmobilização de equipes, em especial das instituições de pesquisa e, por conseguinte, a perda de capital intelectual para o exterior, a descontinuidade de estudos de temas e tecnologias disruptivas, a dependência de soluções tecnológicas internacionais, dentre outras.</p>

6. RESULTADOS DA GESTÃO

O conjunto de resultados, apresentados para cada Objetivo voltado à sociedade, reflete parte dos esforços desenvolvidos pelo MCTIC por meio de sua estrutura organizacional, principalmente as Secretarias Finalísticas e suas Unidades de Pesquisa, não obstante muitos destes resultados só serem possíveis com as colaborações das agências de fomento do Ministério, entre outros entes colaborativos.

Tomou-se como referência básica o Planejamento Estratégico do Ministério, bem como seu desdobramento na dinâmica do MCTIC. Estes mesmos resultados também devem ser interpretados no contexto de outro instrumento de planejamento, que é o Plano Plurianual – PPA 2016-2019. Sendo assim, os resultados abaixo devem ser entendidos dentro desta dupla perspectiva. Por vezes algumas das Iniciativas (Resultados) apresentadas possuem aderência aos objetivos do Planejamento Estratégico do MCTIC, em outros casos são coincidentes a Iniciativas do PPA, ou quando não, tais resultados foram incluídos por corroborarem para o atingimento de Metas dos Objetivos do PPA. Assim ao final de cada resultado, apresenta-se esta ligação. Isto demonstra que não obstante a diferença na elaboração de tais planejamentos existe sim, uma convergência para o alcance geral da Missão do MCTIC.

De maneira geral os resultados estratégicos que serão apresentados abaixo se compõem daqueles relacionados diretamente alinhados aos desdobramentos do Planejamento Estratégico MCTIC 2018-2022 relacionando-se também aos esforços dos demais instrumentos de planejamento Plano Plurianual 2016-2019, sempre buscando àqueles que produzem impacto direto às políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicações.

Por último e, a título de esclarecimento, procurou-se contemplar o conjunto de itens sugeridos no guia do Relatório de Gestão, para este tópico, apresentando-os de forma esquemática por iniciativas, optando por não segmentá-los em subitens, cujo produto corria o risco de apresentar informações redundantes.

6.1 Brasil na fronteira da Produção do Conhecimento

Este resultado estratégico almejado pelo MCTIC busca “ fortalecer, expandir, consolidar e integrar o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, através da ampliação dos recursos públicos e privados e da potencialização de uma agenda de desenvolvimento nacional, com vista a emancipação econômica, social, produtiva e tecnológica do País”. Nesse sentido, algumas iniciativas têm sido desenvolvidas pelos órgãos do MCTIC que corroboram para seu alcance, destacando-se:

Quadro 6.1.1 - Aprimoramento e atualização do Sistema de Registro Nacional de Emissões

Aprimoramento e atualização do Sistema de Registro Nacional de Emissões

Principais Resultados em 2018: O Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) é um sistema computacional desenvolvido pelo MCTIC, cujo objetivo principal é disponibilizar os resultados do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, assim como disponibilizar as informações relacionadas a outras iniciativas de contabilização de emissões, tais como as Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa e o inventário do Relatório de Atualização Bial. O SIRENE tem por missão ser suporte à tomada de decisão no âmbito de políticas, planos, programas e projetos na área de mudanças climáticas no que tange a geração de conhecimento científico e adoção de medidas de mitigação. São apresentados os resultados de emissões de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal (CO₂, CH₄, N₂O, CF₄, C₂F₆, HFC-23, HFC125, HFC134a, HFC143a, HFC152a, SF₆, CO, NO_x e NMVOC) para os setores Tratamento de Resíduos, Agropecuária, Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Floresta, Energia e Processos Industriais. Em 2018, foi concluído o levantamento de requisitos do setor energia para

aprimoramento do sistema, foram iniciados os levantamentos de requisitos dos setores Tratamento de Resíduos e Processos Industriais e, por fim, foi lançada a nova plataforma do SIRENE, com disponibilização de conteúdo atualizado e ferramentas mais intuitivas.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Primeiro trimestre, conclusão do levantamento de requisitos dos setores Tratamento de Resíduos e Processos Industriais. Segundo trimestre, conclusão do levantamento de requisitos dos setores Agropecuária e Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas. No terceiro trimestre, será desenvolvido o ambiente gestor do sistema. Para todas as etapas, haverá revisão, validação e homologação das atividades realizadas. É prevista a conclusão do sistema para outubro. O maior desafio é cumprir as atividades dentro do prazo estimado, devido a alta complexidade técnica e grande volume de informações.
Indicador Estratégico: Aprimoramento do Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene)
Meta Prevista: Lançamento da versão do sistema no domínio “mctic.gov.br” com novas funcionalidades e busca de informações de maneira, mas fáceis e esclarecedoras.
Valor Apurado em 2018: Lançamento realizado
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico está em alinhamento com o PPA, por meio do Programa 2050, Objetivo 0540.

Quadro.6.1.2 - Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)

Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)
Principais Resultados em 2018: Divulgação da Chamada Pública 21/2018-PROANTAR em parceria com a CAPES, o CNPq e o FNDCT, com a contratação de 17 projetos de pesquisa, com investimento de cerca de R\$ 18 milhões de reais. A Chamada busca ampliar a capacidade nacional de PD&I em assuntos estratégicos relacionados à Antártica, de forma a produzir conhecimento científico sobre a Antártica e suas conexões com o Oceano Atlântico e a América do Sul. As propostas envolvem questões ambientais, climáticas, médicas e tecnológicas. Os projetos preveem resultados inéditos à pesquisa brasileira na Antártica, além de garantir a execução de atividades mais ao sul da área geográfica do PROANTAR. A sociedade brasileira é beneficiária direta das aplicações da produção de conhecimento científico sobre a Antártica na área de fármacos; mudanças climáticas; previsão meteorológica (impacto direto socioeconômico na agricultura); monitoramento preventivo da radiação solar (raios UV); prevenção de interferências nas telecomunicações (tele transmissão); influência na produtividade e biodiversidade dos oceanos ao largo do Brasil; dentre outros.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: A realização de programa científico nacional é essencial para o avanço do conhecimento das relações ambientais Antártica–Brasil, destacando-se as questões climáticas e a biodiversidade. Trata-se de implementar a continuidade das metas previstas nas linhas temáticas de pesquisa científica propostas no Plano de Ação para a Ciência Antártica. Ainda, é preponderante a aquisição de equipamentos necessários à operacionalização dos laboratórios da nova Estação Antártica Comandante Ferraz-EACF
Indicador Estratégico: Projetos apoiados em pesquisa e desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima
Meta Prevista: Apoiar a publicação de 100 artigos científicos indexados no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) Apoiar a formação de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar)
Valor Apurado em 2018: 151 artigos publicados e 33 doutores titulados. Foram destinados recursos das ações orçamentárias 20UV, 20US, 215L e de emenda parlamentar que juntos perfazem o total de R\$ 2.612.805,00 (dois milhões, seiscentos e doze mil, oitocentos e cinco reais) destinados à Chamada 21/2018 PROANTAR
Data da Apuração: (31/12/2018)
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA, por meio do Programa 2046, Objetivo 0564, Iniciativa 025T

Quadro.6.1.3 - Modernização e ampliação da infraestrutura de CT&I

Modernização e ampliação da infraestrutura de CT&I
Principais Resultados em 2018: Expansão da infraestrutura: Laboratório integrado de testes; estrutura computacional de alto desempenho (de cálculo científico e de desenvolvimento da instrumentação científica e tecnológica avançada); Laboratório de Luz Síncrotron;
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Continuidade da Expansão da infraestrutura;
Indicador Estratégico: Em definição
Meta Prevista: Em definição;
Valor Apurado em 2018: SIRIUS – 96% das obras civis; LIT -
Data da Apuração: 31/12/2018;
Comentário: Iniciativa em alinhamento ao PPA , Objetivos 0400 e 0403. Alinhado a metas e iniciativas destes Objetivos

Quadro.6.1.4 - Criação de Laboratórios Multiusuários (Abertos) no CTI

Criação de Laboratórios Multiusuários (Abertos)
Principais Resultados em 2018: Desde 2010, têm sido concebidos laboratórios abertos, disponibilizando acesso a equipamentos estratégicos cujos custos de aquisição e manutenção são muito elevados. Tais equipamentos viabilizaram a fabricação e caracterização de dispositivos, materiais e protótipos. O CTI possui laboratórios únicos no Brasil, tais como: Microfabricação, Empacotamento Eletrônico, Qualificação de Produtos Eletrônicos e Tecnologias Tridimensionais. Muitos desses laboratórios extrapolam o conceito de multiusuário, como por exemplo, o de tecnologias tridimensionais que apoia projetos na área da saúde no planejamento de cirurgias complexas para hospitais da rede pública (280 casos planejados de 99 hospitais e centros médicos em 2018). A estratégia do laboratório aberto do CTI é ampliar esse modelo de sucesso para atender melhor à sociedade e ao Governo Federal nas demandas as quais a nossa instituição possui capacitação técnica. De 2011 a 2015 foi incluído no plano diretor meta de criação de 3 laboratórios abertos, a saber: 1. Laboratório Aberto Nacional de Nanofabricação em Microssistemas, 2. Laboratório de Encapsulamento de Nanodispositivos e Nanoestruturas e 3. Laboratório de Imageamento para Micro/Nanoeletrônica e Tecnologias 3D. Os serviços relativos aos laboratórios 1 e 2 têm sido mantidos e ampliados, com a criação de sistema de agendamento. O laboratório 3 encontra-se em fase final de implantação.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: De acordo com o plano de gestão e visão de futuro da nova direção do CTI para o período 2019-2022, uma das prioridades será a consolidação, aperfeiçoamento e ampliação das estruturas físicas e serviços dos laboratórios abertos. Essas ações serão alinhadas com metas relacionadas ao parque tecnológico CTI-Tec, cujo objetivo será o compartilhamento com empresas de base tecnológica. O desafio principal para 2019 reside na escassez de recursos financeiros e humanos para garantir a implantação e a sustentabilidade dessa iniciativa.
Indicador Estratégico: Nº de laboratórios multiusuários criados (conforme previsto no Plano Diretor CTI 2011 - 2015)
Meta prevista: Criação de três laboratórios multiusuários (conforme previsto no Plano Diretor CTI 2011 - 2015)
Valor Apurado em 2018: O Laboratório de Imageamento para Micro/Nanoeletrônica e Tecnologias 3D encontra-se em fase final de implantação. Há diversos outros laboratórios na infraestrutura do CTI, candidatos a futura integração como laboratórios abertos, os quais já funcionam gerando resultados relevantes. Dado este potencial, destacamos os resultados já obtidos por tal infraestrutura, relativos a 2018, como segue: <ul style="list-style-type: none"> - 4 Participações em INCTs - Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia; - 23 Publicações de artigos em periódicos internacionais indexados; - 377 Relatórios de: especificações técnicas, pareceres e laudos, instruções para execução de procedimentos, descrições de processos, métodos e software, notas técnicas; - 34 Contribuições para inovações em processos, produtos, métodos e sistemas; - 101 Prestações de serviços tecnológicos para instituições públicas e privadas; - 53 Empresas atendidas, entre instituições públicas e privadas, na prestação de serviços, sendo 36 pequenas e médias empresas;

<ul style="list-style-type: none"> - 40 Instituições atendidas na forma de projetos contratados ou conveniados; - 10 Cooperações mantidas com instituições internacionais; - 65 Cooperações com instituições nacionais; - Acumulado de 155 países, 40.000 instalações até 2018 do software para tratamento de imagens médicas InVesalius, desenvolvido e mantido pelo CTI; - 13.800 <i>downloads</i> em 2018 do software para tratamento de imagens médicas <i>InVesalius</i>, do Portal do Software Público Brasileiro (SPB).
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA, por meio do Programa 2021, Objetivo 0403, Iniciativa 04Q8

Quadro.6.1.5 - Monitoramento do desmatamento dos biomas nacionais por satélite até 2019

Monitoramento do desmatamento dos biomas nacionais por satélite até 2019
<p>Principais Resultados em 2018: Foi concluída a consolidação da taxa de desmatamento da Amazônia produzida pelo PRODES para o ano de 2017 e feita a estimativa da taxa para o ano de 2018. Em complemento a este monitoramento realizado com imagens de 20 a 30 m. de resolução espacial, também foi continuada a operação dos sistemas de monitoramento com imagens de resolução espacial entre 56 e 64 m. dos sensores WFI do satélite sino-brasileiro CBERS e <i>AWiFS</i> do satélite indiano ResourceSat-2 - este monitoramento de menor resolução espacial, mas de maior frequência de imageamento, conhecido como o DETER-B, continuou sua operação para o bioma Amazônia, e iniciou sua operação para o bioma Cerrado. Para ambos os biomas (Amazônia e Cerrado) foram feitos mapas diários de alertas de desmatamento e de degradação. Foram iniciados os trabalhos de mapeamento do desmatamento para os outros biomas brasileiros (Pampa, Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica) com previsão de entrega dos primeiros resultados no 1º semestre de 2019.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Continuidade das atividades de monitoramento do desmatamento com mapeamento anual e diário para os biomas Amazônia e Cerrado, e a entrega do dado anual para o ano base (2016) para os biomas Pampa, Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica. Implementar um projeto de capacitação de pessoal em parceria com o CNPq, de maneira a permitir a evolução do sistema de monitoramento com a absorção de novas imagens no processo de monitoramento visando incrementar a resolução espacial do monitoramento do desmatamento.</p>
Indicador Estratégico: área monitorada, por ano (1000km ²)
Meta Prevista: 8.500km ²
Valor Apurado em 2018: 6.000km ²
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2050, Objetivo 1069, Metas e Iniciativas como a 052U, 052S e 052T.

Quadro.6.1.6 - Lançamento do primeiro satélite da série Amazonia, para observação da Terra

Lançamento do primeiro satélite da série Amazônia, para observação da Terra.
<p>Principais Resultados em 2018: Foram realizadas atividades de integração do modelo elétrico do satélite no Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE. A contratação do lançamento para o satélite Amazônia 1 ocorreu em dezembro de 2018 e a data de lançamento está prevista para junho de 2020.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Continuidade das atividades de disponibilização dos subsistemas do Modelo de Voo do satélite – 79 % já estão disponibilizados; continuidade das atividades de montagem, integração e testes (AIT) do Modelo de Voo do satélite; disponibilização de serviço de lançamento; consolidação da infraestrutura de solo para operação do satélite (estações de rastreamento e controle); preparação para operação do segmento controle (inclui operações iniciais em órbita e comissionamento), e preparação para operação do segmento de aplicações (processamento de imagens em solo).</p>
Indicador Estratégico: Satélite operacionalizado (%)
Meta Prevista: 95% (2019)
Valor Apurado em 2018: 95% (2019)
Data da Apuração: 31/12/2018

Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA, Programa 2056, Objetivo 0702, Meta 03TE, Iniciativa 05I6 e ainda ao Programa 2021, objetivo 0403

Quadro.6.1.7 - Lançamento do satélite CBERS-4A

Lançamento do satélite CBERS-4A
Principais Resultados em 2018: Todos os equipamentos de voo, incluindo o SAG (painel solar) foram integrados ao satélite; realizados os testes elétricos, medidas de massa e balanceamento; testes de Interferência e Compatibilidade Eletromagnética, de vibração senoidal e acústica. Durante a 14ª reunião do Comitê Conjunto do Programa CBERS (JPC) decidiu-se pela reprogramação do lançamento para o segundo semestre de 2019 devido a complexidade do satélite. Até o final de 2018 o satélite acumulou cerca de 950 horas de testes elétricos. A infraestrutura para o Segmento Controle e Segmento Aplicação estão sendo desenvolvidos conforme o planejado
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Está prevista realização do teste de vazamento (<i>leakage</i>) e os testes térmicos (TVT/TBT). Ainda, de acordo na 14ª reunião de JPC, ao término dos testes térmicos, os equipamentos que necessitam da instalação da versão final do software de voo serão removidos do satélite e enviados à China antes do envio do satélite. O transporte do satélite para a China está previsto para maio e o lançamento para novembro de 2019. Os desafios são os recursos orçamentários para pagamentos dos contratos já firmados e diárias e passagens para o envio de especialista para a China para a campanha de lançamento.
Indicador Estratégico: Satélite operacionalizado (%)
Meta Prevista: 98% (2019)
Valor Apurado em 2018: 88%
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2056, Objetivo 0702, Meta 04Cve ainda ao Programa 2021, objetivo 0403

Quadro Figura.6.1.8 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Biodiversidade e Recursos Naturais

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Biodiversidade e Recursos Naturais
Principais Resultados em 2018: Realização de nove estudos (artigos), sobre a biologia, conservação, manejo e ecologia dos mamíferos (aquáticos e terrestres) do bioma Amazônia; Publicação de um artigo por ano de grupos taxonômicos dentro dos sítios de pesquisa de longa duração do PPBio-AmOc; Publicação de um artigo sobre diversidade de Macrofungos da Amazônia; Publicação de um artigo sobre o manejo e fisiologia de sementes de espécies arbóreas da Amazônia; Publicação de cinco artigos sobre estudos relacionados aos efeitos de eventos climáticos extremos sobre a dinâmica de comunidades de peixes; Publicação de dois artigos sobre estudos dos efeitos da fragmentação florestal sobre a diversidade de espécies em florestas de terra firme na Amazônia Central.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Desenvolver a Caracterização da biodiversidade, promover o uso sustentável da biodiversidade, gerar informações acerca dos efeitos de alterações ambientais em organismos aquáticos da Amazônia e Monitorar a dinâmica ambiental de paisagens alteradas pela fragmentação florestal.
Indicador Estratégico: Plano Diretor da Unidade (PDU)
Meta Prevista: 17
Valor Apurado em 2018: 12
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa, Objetivo 1057, Objetivo 0403.

Quadro 6.1.9 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Mudança do Clima e Uso da Terra

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Mudança do Clima e Uso da Terra.

<p>Principais Resultados em 2018: Publicação de dois artigos sobre a biogeoquímica da floresta, os quais serão usados como linha de base para o experimento, LBA, ATO e AMAZON FACE, que visa estudar os impactos das altas concentrações de CO2 sobre a ecologia da floresta; Publicação de cinco artigos sobre alterações no clima regional da Amazônia em decorrência do aumento global da concentração de CO2 e temperatura na atmosfera; Publicação de um artigo sobre a resposta de espécies arbóreas da Amazônia ao aumento da concentração de CO2; Publicação de dois artigos sobre a dinâmica do carbono em florestas de transição do extremo norte da Amazônia sob diferentes condicionantes edáficas e climáticas na mesoescala a partir de parcelas permanentes; Estabelecimento de duas parcerias com órgãos governamentais e a iniciativa privada para o desenvolvimento e aplicação de técnicas de baixo custo, para restauração áreas alteradas ou degradadas; Publicação de dois artigos sobre fisiologia vegetal em áreas de florestas nativas, de sucessão e restauração de áreas na Amazônia e Inclusão e manutenção da participação do Laboratório Temático de Solos e Plantas (LTSP) em duas redes nacionais para controle de qualidade e certificação das análises de plantas e solos realizadas no laboratório.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Promover estudos de mudanças climáticas: programas e projetos de pesquisa do INPA na Amazônia, Promover o monitoramento de florestas para acompanhar alterações no estoque de carbono e a dinâmica da composição florística, Desenvolver a Dinâmica do uso e cobertura da terra e processos de degradação florestal na Amazônia, Ampliar o conhecimento sobre uso sustentável e aproveitamento de áreas alteradas na Amazônia e Mudança do Clima e Uso da terra e Ampliar conhecimento sobre áreas alagadas e dinâmica de estoque de carbono.</p>
<p>Indicador Estratégico: Plano Diretor da Unidade (PDU)</p>
<p>Meta Prevista: 18</p>
<p>Valor Apurado em 2018: 14</p>
<p>Data da Apuração: 31/12/2018</p>
<p>Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 1057, Objetivo 0403</p>

Quadro 6.1.10 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Segurança Alimentar

<p>Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Segurança Alimentar</p>
<p>Principais Resultados em 2018: Desenvolvimento de quatro produtos oriundos de frutos amazônicos, para aplicações como nutracêuticos ou funcionais em prol da saúde humana e/ou em sua nutrição e Publicação de quatro estudos (artigos) sobre o aproveitamento integral de peixes nativos cultivados e beneficiamento dos seus resíduos para elaboração de ração para peixes.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Fortalecer o conhecimento nutricional amazônico.</p>
<p>Indicador Estratégico: Produção Científica e Tecnológica</p>
<p>Meta Prevista: 4 produtos e 4 estudos</p>
<p>Valor Apurado em 2018: 2</p>
<p>Data da Apuração: 31/12/2018</p>
<p>Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 1057, Objetivo 0403</p>

Quadro 6.1.11 - Instalação, conjuntamente com a Agência Espacial da Federação Russa, de um sistema eletro-óptico panorâmico para a detecção de detritos espaciais (PanEOS) no OPD

<p>Instalação, conjuntamente com a Agência Espacial da Federação Russa, de um sistema eletro-óptico panorâmico para a detecção de detritos espaciais (PanEOS) no OPD.</p>
<p>Principais Resultados em 2018: Em 2018 a principal tarefa foi a recuperação da câmara principal do telescópio de 75cm que apresentou problemas de vácuo. A câmara e o sistema de vácuo foram revisados e estão operacionais. A obtenção de dados com a câmara principal foi retomada. Foi instalado no LNA o servidor de dados para armazenar as imagens obtidas com este telescópio. Com isto o telescópio está operando plenamente e o objetivo foi concluído. Em 2018 foi feita uma proposta por parte da ROSCOSMOS de que o Brasil entre como parceiro oficial também na área de mapeamento dos detritos espaciais. O LNA está tratando deste assunto com a AEB e se for de interesse desta agência nacional, faremos as tratativas para este novo acordo envolvendo esta infraestrutura.</p>

Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Com a operação plena do telescópio e da câmara principal as perspectivas para 2019 são: a) desenvolvimento de sistema de salvamento automático dos dados; b) avaliação dos dados obtidos para possível utilização em astronomia; c) disponibilização dos dados a pesquisadores brasileiros via banco de dados do LNA. Além disto avaliaremos a proposta de parceria no campo de detritos espaciais junto a AEB.
Indicador Estratégico: Instalação, conjuntamente com a Agência Espacial da Federação Russa, de um sistema eletro-óptico panorâmico para a detecção de detritos espaciais (PanEOS) no OPD
Meta Prevista: Iniciar as operações do PanEOS no OPD até o final de 2017.
Valor Apurado em 2018: Concluído em 2018.
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0403

Quadro 6.1.12 - Construção de instrumentação astronômica para telescópios operados no exterior com parceria ou não do Brasil

Construção de instrumentação astronômica para telescópios operados no exterior com parceria ou não do Brasil.
Principais Resultados em 2018: Desenvolvimento de dois instrumentos para telescópios internacionais e está planejando iniciar o desenvolvimento de outros dois. O espectrógrafo <i>STELES</i> , instrumento de alta resolução e grande cobertura espectral para o telescópio SOAR, está em fase final de montagem no Telescópio e será comissionado nos próximos meses. Em 2018 o time do LNA finalizou o alinhamento óptico, a montagem mecânica e avançou muito no software de controle. Com o sucesso do comissionamento em 2019 este será um dos principais instrumentos científicos do Telescópio SOAR. O segundo instrumento é o <i>Prime Focus Spectrograph</i> , que será instalado no telescópio japonês Subaru. Este instrumento está sendo desenvolvido em parceria ao Japão, EUA, Twain e França. O LNA e a USP são responsáveis pelo projeto e construção dos cabos de fibras ópticas. Em 2018 foi terminado a unidade de fibras número 3 (de 4) e os 4 cabos A do instrumento. Foi iniciada a fabricação dos cabos B, que são a parte maior do cabo de fibras. Em fase de planejamento está a participação em dois instrumentos para o ESO. O primeiro, junto com UK, Itália, Alemanha é o espectrógrafo ultravioleta CUBES para o telescópio VLT e o segundo, com Alemanha, Holanda, Inglaterra, Portugal e outros é o instrumento de fibras ópticas MOSAIC para o maior telescópio do mundo o <i>Extremely Large Telescope-ELT</i> do <i>European Southern Observatory-ESO</i> . Estes projetos em parceria garantirão acesso aos pesquisadores brasileiros a estes instrumentos quando em operação.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: O principal desafio será completar todas as etapas finais de montagem do espectrógrafo STELES e comissionar o instrumento para operação no SOAR. O planejamento é que o mesmo esteja em operação já para o segundo semestre. Será também um ano de muita atividade no PFS, pois a fabricação dos maiores cabos de fibras e o polimento de todas as conexões será um grande esforço para a equipe envolvida. Para 2019 está prevista também a instalação de estação de alinhamento óptico e de sistema de deposição de filmes finos, que aumentam as capacidades de desenvolvimento de instrumentação óptica do LNA.
Indicador Estratégico: Indicador de Produção de Instrumentação Astronômica (IPIC) - ver Termo de Compromisso e Gestão
Meta Prevista: 170 pontos
Valor Apurado em 2018: 265 pontos
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0403

Quadro 6.1.13 - Organização, digitalização e disseminação de arquivos históricos, museológicos de C&T e bibliográficos do MAST

Organização, digitalização e disseminação de arquivos históricos, museológicos de C&T e bibliográficos do MAST
Principais Resultados em 2018: desenvolvimento do projeto de digitalização de arquivos científicos com meios próprios, visando a disponibilização de cerca de seis mil documentos para consulta remota na base de dados <i>zenith</i> / continuidade do trabalho de organização de arquivos científicos, nas suas várias etapas, possibilitando

<p>a consulta presencial a documentos de 6 (seis) arquivos em fase de organização. O arquivo cfe (conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil) em fase final de digitalização. Museologia: montagem da reserva técnica de mobiliário, aquisição de objetos históricos para o acervo, conservação das coleções e a realização de diversas exposições para disseminação da informação científica. Para breve, se encontra em estudo a integração das bases arquivista, museológica e bibliográfica do Mastt, com vistas à otimização de buscas aos dados/acervos do Mast, isoladamente catalogados em bases específicas.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: intensificação da digitalização de acervos científicos textuais, visando a disponibilização de 10 mil documentos na base de dados <i>zenith</i> / aumento na capacidade de organização arquivos científicos, com objetivo de incrementar o número de usuários presenciais e remotos ao arquivo de história das ciências. Museologia: manter ou aumentar a incorporação de novas coleções ao nosso acervo e a realização de grandes exposições temporárias que ampliem nosso impacto social. Disponibilização <i>on line</i> dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos integrados.</p>
<p>Indicador Estratégico: No que se refere a Arquivos: intensificação da digitalização de acervos científicos textuais, visando a disponibilização de 10 mil documentos na base de dados <i>zenith</i> / aumento na capacidade de organização arquivos científicos, com objetivo de incrementar o número de usuários presenciais e remotos ao arquivo de história das ciências. No que se refere a Museologia: manter ou aumentar a incorporação de novas coleções ao nosso acervo e a realização de grandes exposições temporárias que ampliem nosso impacto social. Disponibilização <i>on line</i> dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos integrados.</p>
<p>Meta prevista: No que se refere a arquivos: conclusão da digitalização do arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil - CFE, 6 mil documentos, e início da digitalização de dois arquivos pessoais de cientistas. Conclusão da organização de 3 arquivos pessoais. No que tange à Museologia: incorporação da coleção doada pela Eletronuclear; montagem da exposição comemorativa dos 100 anos do eclipse de Sobral; montagem da exposição sobre os 50 anos da ida do homem à lua; montagem da exposição sobre o almirante Álvaro Alberto.</p>
<p>Valor Apurado em 2018: No item arquivo: digitalização (captação e tratamento de imagens) de 4.000 documentos do arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Organização de 6 arquivos científicos (1 institucional e 5 pessoais). No acervo museológico foram registrados e incorporados às nossas coleções 329 objetos históricos. Além disso, conservamos 506 instrumentos científicos já pertencentes ao nosso acervo e realizamos 7 exposições temporárias.</p>
<p>Data da Apuração 31/12/2018</p>
<p>Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com PPA, Programa 2021, Objetivo 0403, Objetivo 1055, Iniciativa 04U8</p>

Quadro 6.1.14 - Programa de Pesquisas de Longa Duração (PELD) da Estação Científica Ferreira Penna, Caxiuanã, na Amazônia Oriental

Programa de Pesquisas de Longa Duração (PELD) da Estação Científica Ferreira Penna, Caxiuanã, na Amazônia Oriental
<p>Principais Resultados em 2018: 1-Redução significativa da umidade do solo na parcela experimental do ESECAFLOR; 2-Mortalidade de árvores na parcela de exclusão, aproximadamente, o dobro da parcela de controle. A maior mortalidade na parcela de exclusão d'água incidiu principalmente sobre árvores com DAP > 40 cm; 3-A produção de biomassa aérea foi 31 % menor na parcela de exclusão da água da chuva; 4-A taxa de fluxo de seiva bruta e elaborada teve uma redução de 30% na parcela experimental; 5-Não foram encontradas espécies dos fungos poróides no solo da floresta, podendo indicar um efeito mais acentuado da exclusão hídrica nestas espécies; 6-Diminuição da riqueza e da densidade de indivíduos de <i>pteridófitas</i>. O estresse hídrico artificial influenciou na florística e estrutura da comunidade de <i>pteridófitas</i>. A exploração histórica de <i>V. surinamensis</i> nas várzeas do estuário amazônico reduziu drasticamente os estoques naturais da população dessa espécie. A menor densidade de indivíduos de <i>V. surinamensis</i> em um local onde a exploração ocorreu há mais de 30 anos demonstra a baixa capacidade de resiliência das várzeas e também o impacto negativo da eliminação das matrizes reprodutivas. Defendidas 4 teses de doutorado e 1 dissertação de mestrado; publicados 6 artigos Científicos Publicados.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Eixo 1 - Avaliação de Impactos antrópicos e simulação de "secas prolongadas" sobre os processos florestais, incluindo a litorânea e umidade do solo; as composições de plantas</p>

arbóreas e de sub-bosque; e os processos de interceptação pluviométrica e de evapotranspiração Eixo 2. Monitoramento da Biomassa e Dinâmica Florestal em parcelas permanentes, incluindo florestas de terra firme e alagada e a fauna de invertebrados associada a essas tipologias Eixo 3. Educação Ambiental e Formação de Recursos Humanos (mestrado, Doutorado e capacitação de populações locais)
Indicador Estratégico: 1- Formação de Recursos Humanos 2- Produção Científica
Meta prevista: Participação do MPEG no projeto por meio da formalização de um Acordo com a <i>Universidade de Stirling</i> e a cooperação com a parcela similar que está sendo implantada na Austrália; é prevista pelo menos uma defesa de Doutorado.
Valor Apurado: O projeto contribuiu com a formação de 24 estudantes a nível de Graduação 6 estudantes PIBIC e Pós-Graduação 13 Mestres e 5 Doutores. Especificamente no ano de 2018, foram defendidas 4 teses de doutorado; publicados 6 Artigos Científicos Publicados e 3 Livros
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0400, 0403, 1057

Quadro 6.1.15 - Projeto Arqueológico Carajás - PACA Sul

Projeto Arqueológico Carajás - PACA Sul
Principais Resultados em 2018: Foram produzidos 2 artigos científicos, publicados em revistas indexadas; publicado um livro A Evolução Humana na Amazônia: 11000 anos de história em Carajás Realização do simpósio "Os seis anos do Projeto Arqueológico Carajás (PACA): resultados e avanços", em novembro de 2018. Qualificadas 3 dissertações de mestrado 1 tese de doutorado de integrantes do projeto; O projeto apresentou a descoberta do sítio arqueológico mais antigo da Amazônia. Coordenação de seções no XVI <i>Congress of the International Society of Ethnobiology</i> , em Belém-PA e no 56o Congresso Internacional de Americanistas. Salamanca, Espanha.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Defesa das três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado com resultados relacionados ao Projeto. Preparação de um catálogo de plantas úteis de Carajás, que se encontra em edição no MPEG para publicação. O principal desafio será celebrar um novo convênio científico com a Vale SA, considerando a necessidade de continuidade dos estudos de sítios inéditos que estão sendo impactados por atividades minerárias e da existência de um sítio arqueológico sem precedentes na região. Espera-se também, o apoio da Vale SA com bolsas de estudo para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.
Indicador Estratégico: 1- Formação de Recursos Humanos 2- Produção Científica.
Meta Prevista: 1) Produção bibliográfica - 02 artigos científicos, 01 livro publicado e outro livro em edição; 2) Coordenação de Sessão temática em Congresso Internacional -02; 3) Bolsas - 04 para estagiários, 04 para mestrandos e 01 bolsa de doutorado; 4) Pós-Graduação - 03 dissertações de mestrado e 01 tese de doutorado qualificadas; 5) Organização de evento - 01 Simpósio Regional
Valor Apurado: 2 artigos publicados e 3 qualificações realizadas
Data da Apuração: (15/11/2018) Término da vigência do projeto
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0400, 0403, 0497

Quadro 6.1.16 - Flora e Florística dos Campos rupestres de canga da Serra dos Carajás, Pará, Brasil

Flora e Florística dos Campos rupestres de canga da Serra dos Carajás, Pará, Brasil.
Principais Resultados em 2018: Foram publicados mais 2 volumes da revista <i>Rodriguésia</i> dedicados aos resultados do projeto. No último volume, foram também publicadas as listagens florísticas para os 3 grandes grupos vegetais que ocorrem na área: <i>Briófitas</i> , <i>Pteridófitas</i> e <i>Fanerógamas</i> que somam 167 artigos, que tratam de 1094 espécies de plantas e descrevem novas espécies da área de estudos. Foram publicados 2 livros relacionados ao projeto: "Guia das espécies invasoras e outras que requerem manejo e controle no S11D,

Floresta Nacional de Carajás”; e Plantas nativas para recuperação de áreas de mineração em Carajás” Em relação à formação de recursos humanos, 10 alunos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Botânica Tropical – MPEG/UFRA realizaram suas dissertações alinhados ao projeto; assim como 12 bolsistas PCI/MPEG; e quatro bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC/MPEG).
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Elaboração de um novo projeto relacionados ao levantamento florístico nas áreas influência de empreendimentos minerários da Vale em Carajás, cujas negociações já com o ITV já estão em andamento.
Indicador Estratégico: 1. Formação de Recursos Humanos; 2- Produção Científica
Meta Prevista: 1. Publicação de monografias taxonômicas para todas as famílias ocorrentes nas cangas da Serra dos Carajás; 2. Compilação florística das espécies de <i>briófitas</i> , <i>pteridófitas</i> e <i>fanerógamas</i> ocorrentes nas cangas de Carajás; 3. Publicação de um livro de divulgação sobre a flora das cangas de Carajás
Valor Apurado: 1. Publicação de 164 monografias taxonômicas, perfazendo 100% das famílias com ocorrência conhecida para as cangas de Carajás; Publicação de três artigos sobre a composição florística das cangas de Carajás, perfazendo 100% da meta proposta; 3. Dois livros sobre a flora de Carajás foram publicados em 2018, superando a meta estabelecida
Data da Apuração: 30/04/2018 - Término da vigência do projeto
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA, por meio do , Programa 2021, Objetivo 0400, 0403 e 0497

Quadro 6.1.17 - Caracterização geofísica do território brasileiro

Caracterização geofísica do território brasileiro
<p>Principais Resultados em 2018: Caracterização Geofísica das Bacias sedimentares <i>off shore</i> da margem leste Brasileira, <i>Acordo ON-Sinochem</i>. Monitoramento Sísmico e Oceanográfico de Segmento na Margem Sudeste do Brasil: Norte da Bacia de Santos ao Sul da Bacia do Espírito Santo. (Petrobras UFSC – ON). Tomografia Sísmica do Sudeste do Brasil (Convênio ON-Petrobras) Estudos geofísicos integrados Bacia do Parnaíba – Convênio BP Energia do Brasil. Manutenção e Ampliação da Rede Sismográfica Brasileira (Cooperação CPRM - ON). Estudo caracterização das águas do Circuito das Águas - UFMG- ON- CODEMIG - Resultado da pesquisa: Publicação do livro SIGA-Circuito das Águas. Reforma do Laboratório de Vassouras, visando implantação da Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 para Acreditação do LabGrav. Implantação de uma estação GNSS no campus do Laboratório de Vassouras em parceria com o IBGE para servir de referência na Região Serrana RJ. Atualização da Base de Dados Geotérmicos com a inclusão de 96 dados disponibilizados pelo SIAGAS na elaboração de novos mapas geotérmicos totalizando 1.366 dados O Laboratório de Petrofísica – LabPetrON foi credenciado pela Agencia Nacional de Petróleo - ANP para prestação de serviços em Âmbito Nacional possibilitando a submissão de Projetos com empresas no ramo de Petróleo & Gás. Disponibilização dos dados obtidos com os equipamentos do PegBr (Laboratório Multiusuário do Pool de Equipamentos Geofísicos) para a comunidade através da web. Foram publicados 21 artigos em revistas temáticas</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Expansão da rede Sismográfica do Sudeste para o mar (Projeto Petrobrás); Desenvolvimento de um código para imageamento das estruturas do Pré-Sal (Projeto Shell); Implementação da Sala blindada do Laboratório de Paleomag; Reocupação de 10 estações magnéticas na região norte do Brasil; Criação e inauguração de um centro de processamento de dados da América Latina no Observatório Magnético de Vassouras; Implantação de Estações absolutas no Estado do Rio de Janeiro em parceria com outros Institutos, Universidades e órgãos público; Convênios do laboratório de Petrofísica com a empresa Petrobrás.</p>
<p>Indicador Estratégico: IPS - Indicador de Produtos e Serviços IMG - Índice de Medidas Geomagnéticas</p>

IGPUB - Índice Geral de Publicações
Meta Prevista: IPS - Indicador de Produtos e Serviços – Prevista: 38 IMG - Índice de Medidas Geomagnéticas – Prevista: 10 IGPUB - Índice Geral de Publicações – Prevista: 4,5
Valor Apurado em 2018: IPS - Indicador de Produtos e Serviços – Executado:47 IMG - Índice de Medidas Geomagnéticas – Executado: 11 IGPUB - Índice Geral de Publicações - Executado: 4,7
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0400 e 0403

Quadro 6.1.18 - Boletins de Previsão de Riscos GeoHidrológicos

Boletins de Previsão de Riscos GeoHidrológicos
Principais Resultados em 2018: Elaborado diariamente, disponibilizada na página do Centro e encaminhado ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Respostas a Desastres (CENAD) na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) do Ministério de Integração Nacional. Este boletim faz a previsão, para o dia seguinte, de quais áreas estão sob ameaças de deslizamentos, inundações e enxurradas. Ele não é um boletim de previsão de tempo. Ele orienta e prepara as defesas civis para ações em casos de concretização dos desastres previstos no Boletim.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Este boletim está em fase de aprimoramento. Ele mostrou-se uma ferramenta tão útil como os alertas emitidos. Por tratar-se de um produto que é entregue com muito mais antecedência do que os alertas ele tem sido motivo de estudos e sugestões de como pode ser mais detalhado para aproximar-se, na medida do possível, do alerta.
Indicador Estratégico: Boletins de Previsão de Riscos GeoHidrológicos (BPRGHH)
Meta Prevista: 365
Valor Apurado em 2018: 365
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2040, Objetivo 0173, O5DN e O5F6, Objetivo 0403.

Quadro 6.1.19 - Monitoramento do Semiárido

Boletim Monitoramento do Semiárido
Principais Resultados em 2018: No Brasil, a maior recorrência de secas ocorre na região semiárida, devido principalmente à alta variabilidade espacial e temporal das chuvas. Os impactos da seca sobre a população do semiárido, particularmente as que vivem nas zonas rurais, afetam a economia regional através das perdas na agricultura e na pecuária e, por extensão, nos demais setores produtivos. A severidade dos impactos da seca não depende somente do fenômeno climático em si, mas também da exposição e da vulnerabilidade local e da população. A diversificação das condições climáticas, ambientais e sociais na região corrobora para que os impactos das secas apresentem intensidades diferentes e sejam dispersos numa grande área geográfica.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Este produto é essencial para subsidiar diferentes ações do governo federal. O principal desafio para 2019 é incluir esta ação do CEMADEN e, conseqüentemente do MCTIC, no Programa de PPA que é relacionado com a temática água.
Indicador Estratégico: BMS
Meta Prevista: 12
Valor Apurado em 2018: 12
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2040, Objetivo 0173. Programa 2021, Objetivo 0403

Quadro 6.1.20 - Operacionalidade da Rede Observacional

Operacionalidade da Rede Observacional
<p>Principais Resultados em 2018: O status de operacionalidade da rede observacional atingiu a meta em dois casos e não atingiu em outros dois. Nos dois casos de sucesso as metas eram baixas: 50% para os radares e 40% para as estações do semiárido. Já os casos em que as metas não foram atingidas os indicadores eram mais desafiadores: 80% para os pluviômetros e 70% para as estações hidrológicas. Ressalte-se, contudo, que as metas não foram atingidas pois o orçamento do CEMADEN não permitiu fazer frente as condições de obter contratos de manutenção adequados. A rede de estações hidrológicas não possui contrato de manutenção. A rede de pluviômetros automáticos (3100 pluviômetros) possui contrato que prevê manutenção de 1900 pluviômetros. Apenas 3 radares possuem contrato de manutenção de infraestrutura enquanto outros 6 não possuem. Já a rede do semiárido teve o contrato de manutenção interrompido pois a empresa contratada não conseguiu atender os requisitos contratuais.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Manter a rede operando com índices adequados. Ter como índices, para todas as sub-redes, operacionalidade da ordem de 80%. Contudo estes índices não serão atingidos com limitações de orçamento. O TCG de 2018 previa um orçamento superior a 32 milhões de reais enquanto a LOA foi de pouco mais de 22 milhões. Esta defasagem explica a diferença entre as metas previstas e os resultados alcançados.</p>
<p>Indicador Estratégico: PLV, RMA, PLVSA, EsHID</p>
<p>Meta Prevista: 80%, 50%, 40%, 70%</p>
<p>Valor Apurado em 2018: 70%, 60%, 50%, 30%</p>
<p>Data da Apuração: 31/12/2018</p>
<p>Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2040, Objetivo 0173, Programa 2021, Objetivo 0403</p>

Quadro Figura 6.1.21 - Monitoramento de Sistemas de Abastecimento de Água e Geração de Energia Elétrica

Boletim de Monitoramento de Sistemas de Abastecimento de Água e Geração de Energia Elétrica
<p>Principais Resultados em 2018: Secas ocorrem em praticamente todos os regimes climáticos, como característica normal e recorrente do clima, incluindo áreas de alta e baixa precipitação; logo, a seca é um fenômeno temporário, em contraste com a aridez, que é uma característica permanente do clima e restrita a baixas áreas de precipitação. Todas as dimensões da segurança alimentar, hídrica e energética são afetadas por extremos da variabilidade do clima, que por sua vez serão afetadas por mudanças na distribuição, natureza e magnitude de eventos extremos. O CEMADEN, por demanda do Governo Federal, monitora e prevê os impactos de secas para bacias hidrográficas afluentes a reservatórios estratégicos de abastecimento de água e geração de energia elétrica. Pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos para o monitoramento e previsão dos impactos das secas são cruciais para aumentar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade e impactos devido às secas extremas nesses setores.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Secas ocorrem em praticamente todos os regimes climáticos, como característica normal e recorrente do clima, incluindo áreas de alta e baixa precipitação; logo, a seca é um fenômeno temporário, em contraste com a aridez, que é uma característica permanente do clima e restrita a baixas áreas de precipitação. Todas as dimensões da segurança alimentar, hídrica e energética são afetadas por extremos da variabilidade do clima, que por sua vez serão afetadas por mudanças na distribuição, natureza e magnitude de eventos extremos. O CEMADEN, por demanda do Governo Federal, monitora e prevê os impactos de secas para bacias hidrográficas afluentes a reservatórios estratégicos de abastecimento de água e geração de energia elétrica. Pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos para o monitoramento e previsão dos impactos das secas são cruciais para aumentar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade e impactos devido às secas extremas nesses setores.</p>
<p>Indicador Estratégico: Boletim de Monitoramento de Sistemas de Abastecimento de Água e Geração de Energia Elétrica (BMSAE)</p>
<p>Meta Prevista: 15</p>
<p>Valor Apurado em 2018: 15</p>
<p>Data da Apuração: 31/12/2018</p>
<p>Comentário: Iniciativa do PE que está em alinhamento com PPA, Programa 2040, Objetivo 0173</p>

6.2 Popularização da Ciência

Uma estratégia para alavancar o desenvolvimento sustentável do país perpassa sempre o desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse sentido, massificar o acesso e popularizar a ciência são passos fundamentais para isso. Dessa forma, o MCTIC estabeleceu como resultado estratégico “disponibilizar em linguagens acessíveis o conhecimento científico e tecnológico para sua disseminação e apropriação pela sociedade”. Abaixo destacamos algumas iniciativas relacionadas a este resultado.

Quadro 6.2.1- Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal

Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal
Principais Resultados em 2018: Realização de uma chamada pública para apoio à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia-SNCT 2018 em todo o Brasil. Essa chamada foi lançada em parceria com o CNPq no valor total de R\$ 6.020.000,00, que resultou o apoio a 198 projetos em todas as Unidades da Federação. A partir da consulta ao site da SNCT (http://snct.mctic.gov.br/portal), em 27/02/2019, a Semana de 2018 foi realizada em 1.084 municípios, com 1.550 instituições envolvidas para sua realização e um total de 66.046 atividades desenvolvidas para os participantes do evento. Cabe ressaltar que a finalização do cadastramento de atividades da SNCT 2018 ocorrerá em meados de 2019, portanto, essas estatísticas são parciais.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Há expectativa de aumento do número de Municípios participantes e de atividades desenvolvidas. Será necessário aprimorar o processo de cadastramento de atividades no site da SNCT a fim de garantir o registro de todas as atividades desenvolvidas no programa. Há ainda o desafio de mobilizar os parceiros do sistema de ensino e pesquisa no tema da SNCT 2019 que é: "Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável".
Indicador Estratégico: Municípios que participam da Semana Nacional de CTI
Meta Prevista: 1500 Municípios
Valor Apurado em 2018: 1084 Municípios (apuração parcial)
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0400, Objetivo 1055, Iniciativa 04U8

Quadro 6.2.2 -Parcerias museu-escola: estratégias de formação inicial e continuada de professores

Parcerias museu-escola: estratégias de formação inicial e continuada de professores
Principais Resultados em 2018: Realização de 80 oficinas participação de 1800 professores do ensino fundamental e médio em serviço ou formação. Os temas transitaram entre conteúdos de astronomia, capacitação e empréstimo de instrumentos de observação astronômica, em especial telescópios de observação do Sol e do céu noturno, cursos para uso didático das exposições e espaços do MAST, participação de professores em eventos de popularização de C&T como a SNCT, etc. Os locais de realização das oficinas envolveram municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, municípios do sul do estado do Rio de Janeiro e graças à participação do MAST no projeto Internacional 'Noites Estreladas em Cabo Verde – A Astronomia nas Ilhas da África Ocidental' foi possível estender as ações do MAST no âmbito da formação continuada de professores também a Cabo Verde. Além das oficinas, o setor educativo do MAST recebe alunos de graduação de licenciaturas de ciências da natureza e humanidades para fins de estágios extracurriculares com o objetivo de inserir na formação dos futuros professores os espaços e ações educativas de museus de ciência e tecnologia como ferramentas de ensino e aprendizagem. Destaca-se ainda o aprofundamento de temáticas sócio técnicas como gênero e étnico raciais que foram introduzidas nas ações junto aos professores. Para finalizar, destacam-se o fato da área educativa ter sido contemplada com três projetos provenientes de

editais nacionais e do exterior que permitirão um incremento das ações junto aos professores e licenciados.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: O MAST pretende intensificar suas ações no âmbito das relações museu-escola a partir do desenvolvimento de cursos-online em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa. O acordo já está assinado e pretende-se então alcançar mais professores no Brasil e outros países de língua portuguesa. Para tal, será necessário o incremento recursos que viabilizem a produção dos cursos, aquisição de mais equipamentos para empréstimo e contratação de mão obra especializada em cursos on-line.
Indicador Estratégico: São três indicadores de produtividade que serão utilizados para qualificar as ações nessa área: i- Formação Continuada de Professores (FCP), que expressa o quantitativo de professores cursitas e duração dos cursos; ii- Parcerias Nacionais (PPANC), que expressa o número de colaborações formais estabelecidas e iii- Índice de Inclusão Social (IIS), que trata do quantitativo de beneficiados em ações de inclusão científica, no caso, professores e estudantes.
Meta Prevista: FPC: 5500; PPANC: 34; IIS: 70000
Valor Apurado em 2018: FPC: 4755; PPANC: 28; IIS: 64280
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com PPA, Programa 2021, Objetivo 0403 e 0497

6.3 Estímulo à inovação e à competitividade

Por meio deste Objetivo busca-se, visto a necessidade verificada, de “desenvolver o apoiar mecanismos efetivos que estimulem a inovação. Assim este objetivo se traduz em “Ter mecanismos efetivos que estimulem a inovação, a competitividade, o empreendedorismo e a transformação do conhecimento científico e tecnológico em desenvolvimento econômico e social e inclusão sócio produtiva”. Alcançou resultados alcançados em 2018 foram:

Quadro 6.3.1 -Publicação do decreto que regulamentou o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016)

Publicação do decreto que regulamentou o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) e trouxe a expectativa de desburocratizar as atividades de pesquisa e inovação no país.
Principais Resultados em 2018: O novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) promoveu importantes alterações na legislação referente às atividades de ciência, tecnologia e inovação, notadamente na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004). Foram removidas barreiras burocráticas que prejudicavam a atividade de pesquisadores e empresários inovadores, bem como criados novos mecanismos para incentivar a integração entre instituições científicas e tecnológicas (ICT) e o setor empresarial. Em 2018, foi publicado em 7 de fevereiro, o Decreto nº 9.283, regulamentando os dispositivos da Lei, tais como a simplificação na celebração de convênios para a promoção da pesquisa pública, maior facilidade para a internacionalização de ICTs, aumento da interação entre ICTs e empresas, incremento de incentivos para a promoção de ecossistemas de inovação, diversificação de instrumentos financeiros de apoio à inovação, maior compartilhamento de recursos entre atores públicos e privados, simplificação de procedimentos de importação de bens e insumos para pesquisa, novos estímulos para a realização de encomendas tecnológicas, flexibilidade no remanejamento entre recursos orçamentários, e simplificação da prestação de contas de projetos de pesquisa e apoio à criação e manutenção de ambientes promotores de inovação como parques tecnológicos, incubadoras e acelerados de empresas. Ao longo do ano, foram organizados encontros de divulgação do novo marco legal e reuniões de alinhamento com órgãos de controle.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Alguns dispositivos da Lei 13.243 dependem ainda de regulamentação suplementar, tais como: (i) disciplinar a exigência de contrapartida como requisito para celebração do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) definir as informações a serem enviadas ao MCTIC sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, além da análise pelo Congresso Nacional do PLS 226/2016, do Senador Jorge Viana, que altera a Lei de Inovação na questão dos vetos da Lei nº 13.243/2016.

Indicador Estratégico: Estímulo à Inovação e à Competitividade
Meta Prevista: Alcançada
Valor Apurado em 2018: Decreto de regulamentação publicado
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 1056, refletindo várias iniciativas deste Objetivo.

Quadro 6.3.2 - Lançamento do Programa Centelha

Lançamento do Programa Centelha, buscando fomentar a cultura de empreendedorismo inovador e, conseqüentemente, ampliar a quantidade de empreendimentos inovadores em universidades, incubadoras e aceleradoras de empresas, parques tecnológicos, entre outros.
Principais Resultados em 2018: Em 2018, foi lançado o Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores – Programa Centelha, visando “estimular, orientar e promover a geração de empresas inovadoras e de alto crescimento em todo o território nacional”. O programa, instituído pela Portaria MCTIC nº 4.082/18, oferecerá recursos de subvenção econômica, bolsas e capacitações para incentivar empreendedores a transformarem novas ideias em startups inovadoras e será executado de forma descentralizada pelos estados, com o apoio técnico e financeiro do MCTIC e de suas agências de fomento. Em dezembro de 2018, o Ministério firmou um Termo de Colaboração com a Fundação CERTI, no valor de R\$ 3 milhões, para a execução do projeto de suporte à implementação do Programa. A FINEP também divulgou o resultado da seleção dos 21 Unidades da Federação, de todas as regiões do país, que irão participar da primeira rodada do Programa. Os parceiros estaduais serão responsáveis pelo repasse de R\$ 34,4 milhões de recursos de subvenção econômica para inovação em micro e pequenas empresas, sendo que 71% desses recursos destinados para estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em cada estado, serão apoiados 28 startups com recursos do governo federal. Estima-se que o programa apoie à geração de mais de 500 startups em todo o país.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Articular e promover pelo menos 15 iniciativas de difusão e operacionalização do Programa Centelha.
Indicador Estratégico: "Fomentar pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação" e "Garantir o desenvolvimento de pessoas em ciência, tecnologia, inovações e comunicações"
Meta Prevista: Alcançada
Valor Apurado em 2018: Programa lançado.
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 1056, refletindo várias iniciativas tais como a O4V5

Quadro 6.3.3 - Publicação de regulamentos que operacionalizam alterações no Marco Legal Lei de Informática (Lei nº 8.248/91)

Publicação de regulamentos que operacionalizam alterações no Marco Legal Lei de Informática (Lei nº 8.248/91), introduzidas pela Lei nº 13.674/2018, e que abrem perspectivas de melhorar a gestão das contrapartidas de investimentos em P&D e apoio ao empreendedorismo de base tecnológica no setor de TICs; além de ampliar as perspectivas de apoio à P&D por meio do financiamento de projetos de P&D com caráter transversal
Principais Resultados em 2018: A Lei nº 13.674/2018 promoveu importantes alterações na legislação de fomento à realização de P&D pela indústria de TIC, especialmente no tocante ao fortalecimento da base jurídica relativa aos Programas Prioritários em TIC - PPIs; bem como, na institucionalização da alternativa de formulação de planos de reinvestimento em projetos de P&D do passivo de glosas acumuladas (para os anos-base 2006 a 2016); a criação de novos mecanismos de apoio ao empreendedorismo de base tecnológica no campo das tecnologias digitais e o estabelecimento do mecanismo de embasamento dos Relatórios Demonstrativos Anuais das empresas com maior faturamento (e por conseguinte, maior valor de contrapartidas de investimentos em P&D) em laudos técnicos-contábeis elaborados por Auditorias independentes credenciadas junto a CVM.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: No exercício de 2018 foram elaboradas portarias (descritas nas Iniciativas 2, 3 4 e 5) que regulamentam algumas das mudanças introduzidas pela Lei nº 13.674/2018. Contudo,

ainda carecem de regulamentação dois importantes dispositivos da citada Lei nº 13.674/2018 a saber: a) portaria de regulamentação dos planos de reinvestimento de passivos de aplicação em P&D; e b) portaria que regulamentará a fiscalização de projetos (tendo em vista a necessidade de definir critérios transparentes e objetivos para orientar a seleção de empresas e projetos que demandarão fiscalização pelo MCTIC, escolhidos no universo de empresas que não estão obrigadas a respaldar seus Relatórios Demonstrativos Anuais - RDAs em pareceres técnicos e relatórios conclusivos emitidos pelas Auditorias Independentes.
Indicador Estratégico: Aprimoramento da gestão dos PPIs e regulamento do mecanismo previsto em Lei relativo à introdução da Entidade Certificadora Independente (que certifica os RDAs).
Meta Prevista: Alcançada
Valor Apurado em 2018: Publicada as portarias MCTIC nos 894/2018 (PPIs) e MCTIC nº 3.118 de 12 de junho de 2018 (Entidade Certificadora Independente) a partir da Lei nº 13.674/2018 .a
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico está em alinhamento com o PPA, Programa 2021, Objetivo 0486, Iniciativa 04QE

Quadro 6.3.4 -Exigência de que as empresas beneficiadas pela Lei de Informática apresentem relatório consolidado e parecer conclusivo acerca dos relatórios, elaborados por auditoria independente credenciada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o que permitirá a possibilidade de aceitação tempestiva dessa prestação de contas

Exigência de que as empresas beneficiadas pela Lei de Informática apresentem relatório consolidado e parecer conclusivo acerca dos relatórios, elaborados por auditoria independente credenciada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o que permitirá a possibilidade de aceitação tempestiva dessa prestação de contas.
Principais Resultados em 2018: Lei nº 13.674/2018 e publicação da Portaria MCTIC nº 5.150 de 2018. A expectativa é que essa mudança contribua para reduzir os riscos de geração de "back-log" na avaliação dos RDAs referentes às contrapartidas das beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática; além de contribuir para a melhoria na eficiência dos procedimentos de acompanhamento das obrigações decorrentes da Lei de Informática, ao possibilitar que o MCTIC atue consoante critério de amostragem, ampliando a fiscalização in loco dos projetos de P&D.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Desenvolvimento de nova plataforma para elaboração de RDAs pelas beneficiárias. Para 2019 planeja-se concluir as especificações que permitirão iniciar o desenvolvimento de módulos destinados a apoiar a análise dos RDAs que demandam a intervenção da equipe do MCTIC (RDAs das empresas não obrigadas à apresentar o laudo da auditoria independente, e que forem selecionados para inspeção presencial). Disponibilização da plataforma para a elaboração do RDA relativo ao ano-base 2018 a ser entregue até 31/07/2019.
Indicador Estratégico: Disponibilização da plataforma para a elaboração do RDA relativo ao ano-base 2018
Meta Prevista: Alcançada
Valor Apurado em 2018: Portaria MCTIC nº 5.150 de 2018
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0486.

Quadro 6.3.5 - Aprimoramento Resolução CATI que disciplina o credenciamento de instituições que realizam projetos de P&D em convênio com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática ou do PADIS

Aprimoramento Resolução CATI que disciplina o credenciamento de instituições que realizam projetos de P&D em convênio com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática ou do PADIS
Principais Resultados em 2018: Realizada proposição de novos critérios para aperfeiçoamento do regimento para credenciamento e manutenção de instituições credenciadas junto ao CATI. As propostas foram deliberadas pelo comitê na forma da Resolução CATI nº 44/2018. Dentre as alterações, destacam-se: 1) Atualização e padronização de envio de pleitos; 2) Definição de intervalo de submissão de pleitos para primeiro semestre de cada ano; 3) Vigência das resoluções de credenciamento com tempo determinado (2 anos); 4) Definição de critérios mais precisos para incubadoras; e 5) Maior objetividade na exigência de comprovações, dando maior segurança na análise dos pleitos. Foi publicada a resolução CATI nº 44/2018

Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Sistema integrado que permita manutenção do cadastro pelas próprias instituições, além da integração com os projetos mencionados pelas empresas convenientes.
Indicador Estratégico: Aprimoramento dos critérios para o credenciamento de instituições que realizam projetos em convênio no âmbito da Lei de Informática e do PADIS.
Meta Prevista: Alcançada
Valor Apurado em 2018: Resolução publicada
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0486

Quadro 6.3.6- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Cadeias Produtivas

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade: Cadeias Produtivas
Principais Resultados em 2018: Ampliação do conhecimento para o desenvolvimento de cadeias produtivas de fitoterápicos através de prospecção química e farmacológica de extratos vegetais, com pelo menos um produto e/ou processo desenvolvido; Bioprospecção de dois insumo de interesse farmacêutico, com processo desenvolvido; Desenvolvimento e utilização de dois procedimentos tecnológicos para geração de novos produtos de pescado e Publicação de dois artigos sobre pesquisas com micro-organismos amazônicos produtores de metabólitos de importância econômica e ecológica.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Desenvolver cadeias produtivas a partir da biodiversidade amazônica. Promover o aumento do conhecimento e a geração de produtos da pesca e aquicultura na Amazônia e Ampliar o conhecimento para geração de produtos de base agrônômica.
Indicador Estratégico: Plano Diretor da Unidade (PDU)
Meta Prevista: 13
Valor Apurado em 2018: 11
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico em alinhamento ao PPA, Programa 2021, Objetivo 1057, Iniciativa 04VF, Objetivo 0403.

Quadro 6.3.7 - Contribuir para o desenvolvimento tecnológico das empresas

Contribuir para o desenvolvimento tecnológico das empresas
Principais Resultados em 2018: Em 2018, foram assinados 82 contratos com empresas de diferentes setores de atividade econômica, desde serviços a indústria de extração e transformação. Dos novos contratos, 15 foram projetos de P&D e 67 foram serviços técnicos e tecnológicos. Seus valores somam R\$ 36 milhões, três vezes superior ao pactuado em 2017 (R\$ 12,6 milhões). Os contratos com empresas representam 97% do valor financeiro pactuado total entre o INT e seus clientes, portanto, o principal cliente do Instituto é a empresa, e para ela o INT contribui para o seu desenvolvimento, provendo-lhe soluções tecnológicas e transferindo-lhe conhecimento que possam impactar sua competitividade e sua capacidade inovativa. De fato, as atividades realizadas pelo INT têm propensão a gerar produtos e processos inovativos: o desenvolvimento de produtos ou processos novos (ou aprimorados) é previsto em 73% dos projetos de P&D contratados por empresas em 2018 bem como em 10% dos serviços. O principal cliente em 2018 foi o Grupo Petrobras, cujos valores financeiros de seus contratos totalizam R\$ 32,5 milhões. Dentre os projetos contratados pelo Grupo, destacam-se aqueles novos tantos para a empresa quanto para o mercado nacional, como é o caso da P&D para o desenvolvimento de adsorventes para CO2 no ambiente do pré-sal e o desenvolvimento de catalisadores para co-processamento de combustível. Destaca-se ainda o desenvolvimento de metodologias para a utilização de arames de dutos flexíveis expostos ao CO2 do pré-sal.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Apesar de a intenção de investimento do setor industrial ter aumentado nos últimos meses de 2018, conforme dados da CNI, os gastos com P&D têm reduzido, conforme a Sondagem da Inovação, justamente um das atividades mais importantes para a atuação do INT. Portanto, o principal desafio para 2019 é diversificar os clientes buscando novas fontes de financiamento e fortalecer as competências técnicas organizacionais (bioprocessamento e bioprodutos, energias renováveis e eficiência energética) e construir aquelas portadoras de futuro (manufatura aditiva).
Indicador Estratégico: a) Índice de projetos de P&D para o desenvolvimento de produtos ou processos

(empresa) b) Índice de serviços tecnológicos para o desenvolvimento de produtos ou processos (empresa) C) Índice de propriedade intelectual (IPin)
Meta prevista:
Valor Apurado em 2018: a) 73% b) 13% C) 0,04
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0403 e 1057.

6.4 Acesso universal aos serviços de comunicações

“Garantir à Sociedade Brasileira o acesso e o uso dos serviços de internet em banda larga, telefonia, serviços postais básicos e de radiodifusão” Objetivo de Resultado para a sociedade que alcançou em 2018 as seguintes realizações por meio de iniciativas implementadas:

Quadro 6.4.1 -Digitalização de estações analógicas de TV e RTV existentes

Digitalização de estações analógicas de TV e RTV existentes
Principais Resultados em 2018: A migração da televisão analógica para o padrão nipo-brasileiro de televisão digital disponibiliza à população brasileira, de forma gratuita, melhor qualidade de som e imagem, permite a recepção em dispositivos móveis, recursos de interatividade, multiprogramação simultânea em um mesmo canal e uma utilização mais eficiente do espectro de frequência. Ao fim de 2018, concluiu-se a primeira etapa do processo de desligamento analógico, que se iniciou no ano de 2016. Efetivou-se o desligamento analógico em 1.379 municípios (25% do total), correspondendo a uma população de 130 milhões de habitantes (63% do total). Desses desligamentos, somente em 2018 foram 1.073 municípios, com uma população de 57 milhões de habitantes, concluindo a transição em todas as capitais brasileiras. Os demais 4.191 municípios brasileiros estão previstos para ter a programação analógica desligada entre 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2023. Com vistas a assegurar e expandir o acesso à televisão digital, foram publicados, somente em 2018, a consignação ou autorização de canal digital de 1.586 estações. Desta forma, até 31 de dezembro de 2018, estavam consignadas/autorizadas a operar 8.896 estações de TV e RTV, correspondendo a 80% do total de 11.094 estações de TV e RTV analógicas no Brasil.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: O principal desafio na segunda etapa do processo (2019-2023) é antecipar a implantação nas cidades restantes (4.191) do Brasil, onde as operações de radiodifusão encontram um retorno financeiro reduzido e a população é menos capaz de adquirir equipamentos para receber Televisão Digital (televisores, conversores e antenas). Ademais, há discussões em andamento sobre como utilizar o saldo de recursos remanescente do Edital de 700 MHz para estabelecer projetos que viabilizem a expansão da televisão digital no Brasil, conforme determina a Portaria MCTIC nº 5.643, de 30 de outubro de 2018.
Indicador Estratégico: Quantidade de emissoras de TV e RTV outorgadas em tecnologia analógica que já foram digitalizadas.
Meta Prevista: 5570 Municípios e 11.094 estações de TV e RTV operando de forma digital.
Valor Apurado em 2018: desligamento analógico em 1.379 municípios (25% do total) e consignadas/autorizadas a operar 8.896 estações de TV e RTV, correspondendo a 80% do total de 11.094 estações de TV e RTV analógicas no Brasil.
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do PE em alinhamento ao PPA, Programa 2025, Objetivo 1021, Iniciativas 053P, e principalmente a Iniciativa 0630

Quadro 6.4.2 -Elaboração e publicação do Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Comunitária e Educativa

Elaboração e publicação do Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Comunitária e Educativa

Principais Resultados em 2018: O PNO 2018/2019 da Radiodifusão Comunitária, aprovado pela Portaria N° 720, de 7 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 8 de fevereiro de 2018. Nesse PNO foram contemplados 700 municípios divididos em 7 editais. Os quatro primeiros editais foram publicados nos meses de abril, junho, agosto e outubro de 2018 e tiveram 437 entidades inscritas. O quinto edital, embora tenha sido publicado em dezembro de 2018, teve o término do prazo para apresentação dos documentos em 4 de fevereiro de 2019 e os processos estão sendo cadastrados.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Publicação dos editais do PNO 2018/2019. Elaboração do PNO 2019/2020, para atender a demanda reprimida cadastrada no Sistema RadCom do MCTIC, como Demonstração de Interesse, contendo o cronograma dos editais a serem publicados nos períodos subsequentes e realizar a primeira análise de todos os processos resultantes dos quatro editais publicados em 2018.
Indicador Estratégico: Editais publicados
Meta Prevista: 7 Editais publicados
Valor Apurado em 2018: 5 editais
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2025, Objetivo 1022, Iniciativa 05LP

Quadro 6.4.3 - Migração da Rádio AM para FM

Migração da Rádio AM para FM
Principais Resultados em 2018: Preliminarmente, é importante destacar que as Rádios em Amplitude Modulada (AM) se dividem em três serviços distintos: Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Ondas Médias (OM), de forma que a referida Migração trata somente dos Serviços em Ondas Médias (OM). A Migração das Rádios em Ondas Médias (OM) para as em Frequência Modulada (FM) trata de uma reinvidação histórica dos radiodifusores, tendo em vista que as Rádios em OM vêm sofrendo com a perda de qualidade do sinal, o que leva à queda de audiência e faturamento. Das 1.781 Rádios em Ondas Médias (OM) do Brasil, 1.714 solicitaram a mudança do serviço de radiodifusão sonora em OM para as em FM, sendo que 53 dessas solicitações foram realizadas entre os meses de janeiro a julho de 2018, por conta do novo prazo estabelecido para a manifestação das emissoras migrarem de OM para FM, disposto pelo Decreto nº 9.270, de 25 de janeiro de 2018. Desse total, 702 estações já foram beneficiadas com a migração e estão prontas para operar na faixa FM, sendo 78 exclusivamente em 2018; 381 encontravam-se com a análise em andamento neste Ministério; 481 estavam aguardando a Anatel viabilizar a inclusão dos canais em FM para atender à Migração OM-FM; e os demais tratam de lote residual inadimplente, intempestivo, indeferidos e outros. Sendo que, dessas 702 estações, 357 já haviam solicitado a devolução do canal em OM, onde 240 já haviam sido analisados e 117 se encontravam em análise pelo MCTIC.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Principais Perspectivas de 2019: Finalizar os processos que tratam da Migração OM-FM, no âmbito do MCTIC, dos quais a Anatel viabilizou a inclusão dos canais em Frequência Modulada (FM) no Plano Básico, bem como dar continuidade aos processos de Devolução de Canais em Ondas Médias (OM) e viabilizar, junto à Anatel, a utilização dos canais em FM, na faixa estendida. Principais Desafios: viabilizar a inclusão de canais em FM, no intuito de atender a todos os pedidos de Migração OM-FM, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 2013.
Indicador Estratégico Migração de OM para FM
Meta Prevista: 1781
Valor Apurado em 2018: 702 (estações com a Migração OM-FM concluída e prontas para operar na faixa em Frequência Modulada (FM), sendo que 78 migraram em exclusivamente em 2018)
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2025, Objetivo 102

Quadro 6.4.4 - Decreto sobre Políticas de Telecomunicações (Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018)

Decreto sobre Políticas de Telecomunicações (Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018).
Principais Resultados em 2018: Com a publicação do Decreto, a banda larga torna-se formalmente o centro da política pública de infraestrutura de telecomunicações no País. Resumidamente, os objetivos são expandir o

<p>acesso às redes de banda larga (inclusive em áreas urbanas desatendidas, rurais ou remotas); promover a inclusão digital, propiciar um mercado de competição ampla, livre e justa; garantir os direitos dos usuários; estimular a pesquisa e o desenvolvimento; e incentivar a atualização tecnológica no setor. A norma direciona atividades para esses e outros temas, bem como fixa iniciativas prioritárias para compromissos de expansão de serviços de telecomunicações relacionados a termos de ajustamento de conduta, a outorga onerosa de autorização de uso de radiofrequência e a atos regulatórios em geral.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Pretende-se regulamentar o Decreto por meio de Portaria ministerial, promover e coordenar iniciativas de instituições públicas e privadas para alcançar os objetivos das políticas de telecomunicações. Pretende-se propor minuta de Decreto para regulamentar a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 (Lei Geral de Antenas). Permanecerá o apoio à aprovação do PLC nº 79/2016 (adaptação do regime de concessão para autorização) e ao destravamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para financiar iniciativas de expansão do acesso à banda larga no País.</p>
<p>Indicador Estratégico: Os indicadores serão fixados a partir da edição de Portaria ministerial que regulamentará o plano de banda larga. Por ora, listamos 2 exemplos de indicadores: (1) Quantidade de assinaturas de banda larga fixa por 100 habitantes. (2) Quantidade de assinaturas de banda larga móvel por 100 habitantes.</p>
<p>Meta Prevista: Não há metas fixadas ainda. Elas serão elaboradas no âmbito da Portaria ministerial que regulamentará o plano de banda larga.</p>
<p>Valor Apurado em 2018: (1) Brasil = 44,6%. (2) Brasil = 109,9%.</p>
<p>Data da Apuração: 31/12/2018- Fontes: (1) http://www.anatel.gov.br/dados/acessos-banda-larga-fixa (2) http://www.anatel.gov.br/dados/acessos-telefoniamovel .</p>
<p>Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico</p>

Quadro 6.4.5 - Decreto de Estratégia Digital - Decreto nº 9.319, de 21/03/2018

Decreto de Estratégia Digital - Decreto nº 9.319, de 21/03/2018
<p>Principais Resultados em 2018: Instituição do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital) por meio do Decreto nº 9.136, de 21/03/2018, para implantação e acompanhamento das ações estratégicas da Estratégia Digital (E-Digital). Realização de três reuniões ordinárias e duas extraordinárias do CITDigital, estabelecimento de dois subcomitês temáticos, definição do Plano de Trabalho 2018-2019 com priorização de ações estratégicas da E-Digital e criação do Conselho Consultivo para a Transformação Digital. Elaboração e aprovação do relatório parcial do Plano de Trabalho 2018-2019.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Consolidação da estrutura de governança e das atividades de coordenação interministerial para a contínua implementação das ações estratégicas da E-Digital. Criação de oportunidades de aprimoramento das ações estratégicas, com vistas a incrementar a eficácia e a efetividade, além do monitoramento e avaliação dos resultados. Há desafios na avaliação contínua da E-Digital, inclusive na formulação de indicadores específicos, com vistas a subsidiar a implementação das políticas e o avanço do País nos índices internacionais relativos à economia digital.</p>
<p>Indicador Estratégico: Reuniões do CITDigital</p>
<p>Meta Prevista: 5</p>
<p>Valor Apurado em 2018: 5</p>
<p>Data da Apuração: 31/12/2018</p>
<p>Comentário: Iniciativa PE em alinhamento ao PPA, Programa 2025, objetivo 1135, Iniciativa 064E</p>

6.5 Desenvolvimento Tecnológico em Temas Estratégicos

Por fim, temos este Objetivo de Resultado que se propôs-se a “ Estabelecer prioridades de recursos em desenvolvimento tecnológico e inovação para atendimento de desafios ou oportunidades específicas para o desenvolvimento sustentável nacional e o bem-estar da sociedade” Assim, destacam-se avanços como:

Quadro 6.5.1- Lançamento de planos de ação nas seguintes áreas estratégicas: Manufatura Avançada; Inovação Tecnológica; Nanotecnologia; Energias Renováveis; Minerais Estratégicos; e Petróleo e Gás Natural

Lançamento de planos de ação nas seguintes áreas estratégicas: Manufatura Avançada; Inovação Tecnológica; Nanotecnologia; Energias Renováveis; Minerais Estratégicos; e Petróleo e Gás Natural.
Principais Resultados em 2018: Foram elaborados e lançados, no âmbito da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022 (ENCTI 2016-2022), os seguintes Planos de Ações de CT&I: Plano de CT&I para Manufatura Avançada no Brasil; Plano de Ação de CT&I para Tecnologias Convergentes e Habilitadoras; Plano de Ação de CT&I para Energias Renováveis e Biocombustíveis; Plano de Ação de CT&I para Minerais Estratégicos; Plano de Ação de CT&I para Petróleo e Gás Natural. Ainda, foi elaborado, mas não lançado em 2018, o Plano de Ação de CT&I para Carvão Mineral. Por último foi também elaborado o Plano de Ação para a Promoção da Inovação Tecnológica.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Para 2019 está previsto o início da implementação das metas dos Planos de Ações.
Indicador Estratégico: Estímulo à inovação e à competitividade
Meta Prevista: Alcançada
Valor Apurado em 2018: 7 Planos de Ação elaborados, sendo 6 lançados
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 1056 e 1057

Quadro 6.5.2 -Água, Energia, Resíduos e Sustentabilidade

Água, Energia, Resíduos e Sustentabilidade
Principais Resultados em 2018: O tema é transversal a muitos projetos estratégicos. Visa desenvolver tecnologias que maximizem a eficiência energética e hídrica da indústria mineral como um todo, além de buscar alternativas para o aproveitamento de resíduos, partindo do princípio da necessidade do uso racional dos recursos minerais e da mitigação de impactos ambientais decorrentes da atividade mineral. Em 2018, foram realizados diversos projetos para o desenvolvimento de novos materiais a partir de resíduos de rochas ornamentais para a aplicação em produtos da construção civil (cimento, argamassa, rocha sintética e vidro), polímeros (armações de óculos, mesa escolar, livros em braille) e tecidos inteligentes. Cabe destaque para a solução tecnológica de otimização de processos de biorremediação de solos contaminados por hidrocarbonetos e metais desenvolvida para uma grande empresa petrolífera. Ainda os trabalhos sobre emissões de mercúrio nos garimpos brasileiros. Destacam-se também os projetos de alternativas a barragens com foco na adoção de métodos alternativos, mais seguros e estáveis, de armazenamento/disposição dos rejeitos pastosos da mineração e o reuso de água de processo. Por fim, cabe citar o lançamento, em parceria com o INEA, do 1º Manual para a Destinação de Resíduos Eletroeletrônicos na Cidade do Rio de Janeiro, ação pioneira no País com foco na sustentabilidade por meio da mineração urbana.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: O Programa ganha relevância pela tragédia de Brumadinho de janeiro. Serão feitos estudos para reduzir o tamanho ou a necessidade de barragens por meio de: recuperação adicional de finos de rejeitos; aproveitamento dos rejeitos de barragens; e filtragem, para empilhamento a seco. Outras pesquisas são a utilização de resíduos de mineração (de Fe e de rochas ornamentais); criação de núcleo de pesquisa sobre barragens de rejeitos em conexão com processamento mineral, e diagnósticos socioeconômicos/ambientais. E ações em economia circular e mineração urbana, especialmente resíduos eletroeletrônicos.
Indicador Estratégico: INDICADORES do RELATÓRIO DE GESTÃO 2018 e do PDU 2017-2021: 1) IGP-AER (Índice Geral de publicações relacionadas ao tema de Água, Energia e Resíduos = \sum publicações científicas relacionadas ao tema de Água, Energia e Resíduo / \sum total de publicações científicas no ano); 2) IRT-AER (Índices de relatórios técnicos relacionados ao tema Água, Energia e Resíduos = \sum relatórios técnicos

desenvolvidos para empresas relacionados ao tema Água Energia e Resíduos / \sum de relatórios técnicos científicos no ano); 3) IPI-AER (Índice de Propriedade Intelectual = \sum do n.º de pedidos de privilégio de patentes relacionadas ao tema Água, Energia e Resíduos / \sum do n.º de pedidos de privilégio de patente no ano); 4) IGP-Sust = (Índice Geral de Publicações visando a sustentabilidade = \sum publicações com a temática relacionada a sustentabilidade e/ou economia circular / \sum publicações no ano). 5) IRT-Sust= (Índice de Relatórios Técnicos visando a sustentabilidade = \sum de relatórios técnicos com a temática relacionada a sustentabilidade e/ou economia circular / \sum relatórios técnicos no ano). * Obs.: Este indicador está contido no indicador 1.
Meta Prevista: 1) IGP-AER: 35%; 2) IRT-AER: 23%; 3) IPI-AER: 33%; 4) IGP-Sust: 18% 5) IRT-Sust: 3%.
Valor Apurado em 2018: 1. IGP-AER: 39%; (44/113) 2. IRT-AER: 25%; (50/201) 3. IPI-AER: 25%; (1/4) 4. IGP-Sust: 18% (20/113) 5. IRT-Sust: 3%.(6/201)
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2021, Objetivos 0403, Iniciativa 04QP e Objetivo 1057 e Objetivo 0403

Quadro 6.5.3 -Minerais Estratégicos (Terras Raras, Agrominerais e Outros Minerais Estratégicos)

Minerais Estratégicos (Terras Raras, Agrominerais e Outros Minerais Estratégicos)
Principais Resultados em 2018: O tema visa contribuir para a produção de minerais estratégicos (Terras Raras - TR, Agrominerais, Lítio, Fósforo, Nióbio, Minério de Ferro e outros) de forma competitiva e sustentável, reduzindo a dependência do País em importação e aumentando a competitividade da produção de bens minerais abundantes. Em 2018 o CETEM submeteu pedidos de privilégio de invenção de dois processos biotecnológicos para separação de elementos terras-raras leves. Deu continuidade ao Projeto INCT PATRIA de Processamento e Aplicações de Ímãs de TR para Indústria de Alta Tecnologia. Ainda realizou o 3º Seminário sobre Lítio do Brasil, com foco no desenvolvimento da cadeia produtiva no país, especialmente a demanda dos setores automobilísticos (veículos elétricos e híbridos), graxas, baterias íon-Li e farmacêutico. Cabem destacar os projeto: Mineração Urbana para extração de terras raras a partir da reciclagem de lâmpadas fluorescentes pós-consumo (CNPq) e o projeto Rede de ensaios de análises minerais, que identificou os laboratórios nacionais e suas infraestruturas para realização de análises, com vistas à formação de uma rede (SIBRATEC) de suporte à PD&I de agrominerais.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Projetos de P&D com minérios de fosfato e remineralizadores de solo. Com os minerais do futuro (TR, Li, Nb e Co) usados na produção de energias eólicas e solar, e transporte, haverá projetos de P&D sobre: TR no âmbito do INCT PATRIA, o CETEM estudando o processamento mineral e a obtenção de óxidos de terras raras; com Li, haverá pesquisa de processamento químico de minérios; Com Nb, estudos de ACV ambiental de produtor brasileiro e P&D de rotas de processamento de minérios de Nb das empresas brasileiras; e com Co, início de pesquisa para sua recuperação de minérios.
Indicador Estratégico: INDICADORES do RELATÓRIO DE GESTÃO 2018 e do PDU 2017-2021: 1) IGP-MET (Índice Geral de publicações relacionadas ao tema Minerais Estratégicos = \sum publicações científicas relacionadas ao tema de Minerais Estratégicos / \sum total de publicações científicas no ano); 2) IRT-MET (Índice de relatórios técnicos relacionados ao tema Minerais Estratégicos = \sum relatórios técnicos desenvolvidos para empresas relacionados ao tema Minerais Estratégicos / \sum de relatórios técnicos científicos no ano); 3) IPI-MET (Índice de Propriedade Intelectual = \sum do n.º de pedidos de privilégio de patentes relacionadas ao

tema Minerais Estratégicos / \sum do n.º de pedidos de privilégio de patente no ano).
Meta Prevista: 1)IGP-MET: 20%; 2)IRT-MET: 10%; 3)IPI-MET: 33%.
Valor Apurado em 2018: 1)IGP-MET: 21%; (24/113) 2)IRT-MET: 10%; (21/201) 3)IPI-MET: 50%. (2/4)
Data da Apuração 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 1057, Iniciativa 06XJ .

Quadro 6.5.4 - Pesquisa e desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE

Pesquisa e desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE
<p>Principais Resultados em 2018: 1- Nanotecnologia e Nanomateriais]: Sínteses e aplicações de nanoestruturas de carbono luminescentes; Síntese, caracterização e aplicações das nanopartículas de prata: estudo de suas propriedades bactericidas, toxicológicas e seu potencial no tratamento das lesões de cáries; Filmes estruturados com corantes nanoparticulados para sistemas fotovoltaicos; e Sistemas fotoquímicos nanoestruturados para produção de hidrogênio e suas aplicações;</p> <p>2- Biotecnologia: Estabelecimento de protocolo in vitro de multiplicação em larga escala de essências florestais da Mata Atlântica; Biofábrica - Prospecção de antioxidantes em sementes de castanheira; Avaliação de indicadores de produtividade de mudas micropropagadas da região Nordeste; Utilização da técnica de NanoPCR para diagnose dos patógenos de cana-de-açúcar; Micropropagação invitro de bambu a partir de microestacas para produção massal de mudas; Bioprospecção de leveduras oleaginosas industriais com potencial na produção de biodiesel; Bioprospecção de actinobactérias e fungos como promotores de crescimento;</p> <p>3- Microeletrônica: Sistemas Eletrônicos de Aplicação Específica]: Protótipo de leitor RFID – Desenvolvimento de módulo em hardware de detecção de pedestres baseado em CNN para sistemas de vigilância; SELIDVAF – Sistema Embarcado de Localização Indoor para Deficientes Visuais em Ambientes Públicos; Sistema para Monitoramento Remoto de Acumuladores Elétricos.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: FILTROS NANOESTRUTURADOS COM LEITO BIOLÓGICO PARA APLICAÇÃO EM PROCESSO DE DESSALINIZAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - projeto de alta relevância para o Nordeste, pois trata de temas das frentes de ação do MCTIC que vão ao encontro das áreas estratégicas da ENCTI. Para solucionar o problema de escassez hídrica do semiárido brasileiro, propõe-se a inserção de novas tecnologias de dessalinização de água por meio de sistemas de dupla filtragem, utilizando materiais nanoestruturados e biomembranas. Projeto em parceria com o INSA.</p>
Indicador Estratégico: Projetos de pesquisa
Meta Prevista: 10
Valor Apurado em 2018: 10
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa , Objetivo 0403, especificamente com a Ação da Unidade de Pesquisa – CETENE – 2C67 e Objetivo 0400.

Quadro 6.5.5 - Desertificação e Agroecologia em Terras Secas

Desertificação e Agroecologia em Terras Secas
<p>Principais Resultados em 2018: O núcleo de desertificação e agroecologia, em 2018, empenhou-se na obtenção de dados, informações e conhecimentos quali-quantitativos sobre o desempenho e potencialidade de modelos agroecológicos familiares e uso sustentáveis do solo, planta, água, animais e suas interfaces com famílias como gestoras das unidades de produção no paradigma da convivência com a semiaridez. Objetivando a promover a repercussão e impactos dos resultados obtidos e, visando promover uma aplicação mais ampla e prática dos resultados, o núcleo, realizou esforços na divulgando dos resultados junto às comunidades rurais e rede de ONG's, órgãos de extensão e pesquisa estaduais e nacionais. Em termos de resultados quantitativos, foram publicados 04 artigos científicos; organizou e realizou três eventos técnico-científicos, realizou três palestras</p>

em congressos nacionais (, apresentando resultados das pesquisas); organizou realizou duas visitas de intercambio, dias de Campo junto à famílias; realizou quatro entrevistas, textos de cunho científico para a imprensa escrita, programas de rádio e TV; e Co-executa, em parceria com outras instituições nacionais e internacionais cinco projetos de Pesquisa (Projeto Piloto de Combate à Desertificação no Seridó, Observatório nacional da dinâmica da água e de carbono no bioma caatinga, Pesquisas integradas para a garantia da sustentabilidade hídrica, alimentar e energética no Bioma Caatinga e produção de essências florestais da Caatinga).
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Esperamos pôr em prática e ter êxito com o projeto institucional intitulado - Mapeamento, análises e identificação de agroecossistemas resilientes a mudanças climáticas e desertificação no Semiárido brasileiro”, continuar na co-execução do projeto atualmente em andamentos e conseguir recursos para financeiros para a implementação das iniciativas de pesquisa.
Indicador Estratégico: Mapeamento de Agrossistemas Resilientes
Meta Prevista: 1
Valor Apurado em 2018: 1
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0403..

Quadro 6.5.6 -Bioprospecção, conservação e avaliação de recursos genéticos e bioquímicos do bioma caatinga

Bioprospecção, conservação e avaliação de recursos genéticos e bioquímicos do bioma caatinga
Principais Resultados em 2018: O banco de extratos vegetais do INSA é atualmente formado por 60 extratos etanólicos, obtidos em laboratório por Extração Acelerada por Solvente, a partir de diferentes partes de plantas. Esse trabalho teve início no final do 1º semestre de 2018, no qual foram selecionadas e coletadas 12 espécies vegetais de ocorrência no bioma Caatinga. São elas: <i>Anadenanthera colubrina var. cebil</i> ; <i>Cereus jamacaru</i> ; <i>Commiphora leptophloeos</i> ; <i>Croton sonderianus</i> ; <i>Mimosa tenuiflora</i> ; <i>M. arenosa</i> ; <i>Neoglaziovia variegata</i> ; <i>Pilosocereus sp.</i> ; <i>P. pachycladus</i> ; <i>Poincianella pyramidalis</i> ; <i>Spondias tuberosa</i> e <i>Ziziphus joazeiro</i> . Um dos principais critérios de escolha foi a ampla distribuição no Semiárido brasileiro, mas também foram consideradas informações sobre os usos populares, especialmente como plantas medicinais. As coletas seguiram orientações da IN 4/2014 da ANVISA, caso possa haver comprovação de plantas com ação fitoterápica no futuro. As exsiccatas foram depositadas no herbário do IPA-PE. Todo material foi georreferenciado, e quando possível, a espécie foi representada por um único indivíduo. Diversas informações referentes a planta foram registradas, como horário de coleta, ocorrência ou não de pragas ou doenças, status de conservação da área de ocorrência, efeito de borda, dentre outros. Toda a infraestrutura laboratorial que dá suporte a esse tema vem sendo usada por parceiros que desenvolvem projetos na área de bioprospecção e relacionadas, resultando em publicações científicas.
Principais Perspectivas e Desafios para 2019: O trabalho vem sendo continuado e a expectativa é ampliar o número de extratos, abrangendo diferentes solventes e outras espécies vegetais da Caatinga. Com os extratos já produzidos, padronizados e de qualidade, uma das próximas etapas é a realização de ensaios para verificação e comprovação de suas atividades biológicas, através de ações em parceria com outras ICTs, visando, no longo prazo, a elaboração de bioprodutos.
Indicador Estratégico: Bioprospecção
Meta Prevista: 12
Valor Apurado em 2018: 12
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está em alinhamento ao PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0403 e 1057.

Quadro 6.5.7 -Tecnologia de tratamento de esgoto para usos múltiplos no semiárido brasileiro

Tecnologia de tratamento de esgoto para usos múltiplos no semiárido brasileiro
Principais Resultados em 2018: Desenvolver tecnologias de tratamento de esgoto visando produzir água de reuso para fins agrícola, industrial e urbano no Semiárido Brasileiro.
1. Sistema de tratamento de esgoto familiar

<p>Durante o ano 2018 foram realizados o monitoramento de dois sistemas familiares implantados na zonal rural do município de Cubati - PB. Os resultados do monitoramento indicam uma eficiência de remoção de matéria orgânica de 76% e uma diminuição dos microrganismos patogênicos, conferindo segurança sanitária ao efluente tratado para reuso agrícola. Foram realizados 3 dias de campos com agricultores interessados em adotar a tecnologia.</p> <p>2. Sistema de tratamento de esgoto para produção de água de reuso para fins urbanos e industriais Implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto (sistema UASB + lodo ativado + Anamox) para produção de água de reuso para fins urbanos e industriais na Estação Experimental de Tratamento Biológico de Esgoto (EXTRABES). Atualmente estão em operação os sistemas UASB + lodo ativado onde os resultados do monitoramento apontam para uma eficiência de remoção de material orgânico e amônia superior a 90%. O sistema Anamox está em fase de teste.</p> <p>3. Sistema de tratamento de esgoto municipal Contratação da Engfort Consultoria e Engenharia para elaboração de estudos preliminares, projetos básico e executivo de uma planta piloto de tratamento de águas residuárias a ser implantada na Estação Experimental do INSA, visando produzir água de reuso para fins agrícola e industrial.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: 1. Sistema de tratamento de esgoto familiar Conclusão do monitoramento e divulgação dos resultados por meio de confecção dos artigos científicos e material técnico.</p> <p>2. Sistema de tratamento de esgoto para produção de água de reuso para fins urbanos e industriais Operação e monitoramento da eficiência do sistema de tratamento com vistas a produzir água de reuso com qualidade necessária para uso urbano e industrial.</p> <p>3. Sistema de tratamento de esgoto municipal Licitação e implantação da planta piloto de tratamento de águas residuárias para produção água de reuso para fins agrícola e industrial.</p>
<p>Indicador Estratégico: Sistemas para Reuso de Água</p>
<p>Meta Prevista: 5</p>
<p>Valor Apurado em 2018: 2</p>
<p>Data da Apuração: 31/12/2018</p>
<p>Comentário: Iniciativa do Planejamento Estratégico que está relacionado ao PPA por meio do Programa 2021, Objetivo 0403.</p>

Quadro 6.5.8 - Aproveitamento de águas de chuvas para fins urbanos

Aproveitamento de águas de chuvas para fins urbanos
<p>Principais Resultados em 2018: Viabilizar a tecnologia de captação, armazenamento e tratamento de água de chuva para uso irrestrito no setor urbano do Semiárido Brasileiro.</p> <p>Durante o ano 2018 foi monitorada a quantidade de água produzida e fornecida pelos sistemas de abastecimento complementar implantados na Sede e Estação Experimental do INSA, bem como monitorado a qualidade dessas águas. Na sede administrativa o sistema de abastecimento complementar foi capaz de suprir 73% da demanda da unidade, enquanto, na Estação Experimental o alcance foi de 76%. No que tange a qualidade da água fornecida a mesma apresentava padrões de potabilidade compatível com o uso.</p> <p>No último trimestre de 2018 foi instalado uma unidade de desinfecção da água realizada por meio de lâmpadas germicidas (agente físico - UV), com perspectivas futuras para usos potáveis.</p> <p>Também foram realizadas 36 ações de difusão e transferência de tecnologia através de oficinas, visitas técnicas, dias de campo, com o intuito de compartilhar o conhecimento adquirido sobre o aproveitamento de água de chuva em áreas urbanas, com gestores públicos, pesquisadores, técnicos e estudantes.</p>
<p>Principais Perspectivas e Desafios para 2019: Divulgação dos resultados por meio de confecção dos artigos científicos e material técnico. Realização de ações de difusão e transferência de tecnologia através de oficinas, visitas técnicas, dias de campo, com o intuito de compartilhar o conhecimento adquirido sobre o aproveitamento de água de chuva em áreas urbanas, com gestores públicos, pesquisadores, técnicos e estudantes.</p> <p>Continuidade nas ações de vigilância e controle quali-quantitativo da água de chuva captada e armazenada, conforme padrão de potabilidade para consumo humano.</p>

Prosseguimento no projeto de desinfecção da água de chuva por meio de radiação UV para usos potáveis.
Indicador Estratégico: Processos de Captação, Armazenamento e Tratamento de água da chuva
Meta Prevista: 2
Valor Apurado em 2018: 2
Data da Apuração: 31/12/2018
Comentário: Iniciativa Planejamento Estratégico que está em alinhamento com o PPA por meio do Programa 2021, Objetivos O403 e 1055, Iniciativa 04UB

6.2 Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas que a UPC provavelmente enfrentará ao perseguir o seu planejamento estratégico.

O Planejamento Estratégico do MCTIC 2018-2022 – MOBILIZA, base para a priorização de atuação e orientação à elaboração dos demais planos, programas, projetos e iniciativas da Pasta, estabeleceu 21 (vinte e um) Objetivos Estratégicos, todos decorrentes da elaboração do Mapa Estratégico – MCTIC 2018-2022, numerados de 1 a 21 na Portaria MCTIC 7.204, de 13/12/2017. Todavia a sua consecução está sendo repensada, face à mudança de governo e a metodologia para elaboração do PPA 2020-2023, que sugere um atrelamento do planejamento estratégico da UPC à nova programação alinha aos Eixos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES) e as diretrizes do atual governo. Outros desafios e incertezas decorrem da reestruturação do MCTIC, Decreto nº 9.677, de 02 de janeiro de 2019 e das condições fiscais.

7.ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras.

A Diretoria de Administração – DAD (atualmente Departamento de Administração – DAD em decorrência da nova estrutura do MCTIC instituída pelo Decreto Nº 9.677, de 2/1/2019) integra a estrutura da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, conforme o Decreto Nº 8.877, de 18/10/2016, alterado pelo Decreto Nº 8.946, de 28/12/2016, e pelo Decreto Nº 9.060, de 26/05/2017 e suas competências regimentais encontram-se regidas pela Portaria MCTIC Nº 1.729, de 31/03/2017.

A DAD desempenha, no âmbito do MCTIC, a função de órgão setorial dos sistemas federais de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração de recursos humanos e de serviços gerais, sujeitando-se à orientação normativa e à supervisão técnica dos respectivos órgãos centrais. Nesse contexto, compete à DAD planejar, coordenar, apoiar e supervisionar atividades relacionadas aos citados sistemas, exercendo, portanto, papel articulador entre as unidades gestoras executoras do MCTIC e o órgão central de cada sistema.

O gerenciamento dos insumos (orçamento, pessoas, etc) e dos macroprocessos de gestão e suporte (administração predial e logística de bens e serviços, gestão de pessoas, gestão orçamentária e financeira, etc.) ocorrem, no âmbito do MCTIC, de forma descentralizada. Logo, as unidades de pesquisas (UPs) que integram a estrutura organizacional do MCTIC têm poder decisório para a condução de suas ações, inclusive na aplicação dos recursos recebidos e na gestão de pessoas, por exemplo.

A gestão da DAD, pela sua natureza, encontra-se relacionada aos seguintes objetivos estratégicos definidos no seu planejamento estratégico (*onde a organização/unidade quer chegar?*):

- a) **Objetivo Estratégico 10** – “Potencializar a atuação integrada da Rede MCTIC”;
- b) **Objetivo Estratégico 11** – “Aperfeiçoar a governança e a gestão corporativa”;
- c) **Objetivo Estratégico 12** – “Promover a inovação de processos, produtos e serviços”;
- d) **Objetivo Estratégico 16** – “Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas”;
- e) **Objetivo Estratégico 19** – “Adequar infraestrutura física e de Tecnologia da Informação e Comunicação”; e
- f) **Objetivo Estratégico 20** – “Garantir os recursos públicos adequados”.

O Painel de Contribuição DAD/SEXEC, elaborado em 2018 na continuidade do MOBILIZA, mapeou os Objetivos Setoriais da DAD, bem como identificou os indicadores e metas e as iniciativas setoriais de cada um desses objetivos, alinhando-os a pelo menos um Objetivo Setorial do Mapa Estratégico - MCTIC 2018-2022, como a seguir demonstrado (*como a organização/unidade pretende chegar lá?*):

a) **Objetivo Setorial DAD 1** – “*Padronizar as práticas de Gestão de RH*”, desenvolvido no âmbito da CGGP, alinha-se ao Objetivos Estratégicos 10 e 12;

- Indicador/Meta: Percentual de ações de práticas de gestão de RH implementadas.
- Iniciativas Setoriais: 1) Elaboração de informativos padronizados; 2) Elaboração e disseminação dos fluxos de processos; e 3) Realização de videoconferências para alinhar procedimentos.

b) **Objetivo Setorial DAD 2** - “*Potencializar a valorização de pessoas*”, desenvolvido na CGGP, alinha-se ao Objetivo Estratégico 16;

- Indicador/Meta: Nº de ações de valorização e promoção à saúde do servidor.
- Iniciativa Setorial: Implementação do Programa de Atenção à saúde do Servidor

c) **Objetivo Setorial DAD 3 - “Aprimorar o atendimento às necessidades de logística das áreas”,** desenvolvido na CGRL, alinha-se aos Objetivos Estratégicos 11 e 12;

➤ Indicadores/Metas: 1) Percentual de processos de contratação aprimorados; e 2) Percentual de processos de acompanhamento aprimorados;

➤ Iniciativas Setoriais: 1) Aprimorar os processos de contratação; e 2) Aprimorar os processos de acompanhamento de contratos.

d) **Objetivo Setorial DAD 4 - “Desenvolver e aperfeiçoar os processos de gestão de infraestrutura física e logística”,** desenvolvido na CGRL, alinha-se aos Objetivos Estratégicos 11, 12 e 19;

➤ Indicadores/Metas: 1) Percentual de implementação de ações de Segurança Orgânica e 2) Percentual de satisfação sobre a qualidade dos serviços de infraestrutura e logística.

➤ Iniciativas Setoriais: 1) Implantação de sistema integrado de segurança orgânica; 2) Desenvolvimento de painéis de eficiência de gastos; 3) Uniformizar os processos de logística do MCTIC; 4) Mapear as necessidades específicas de logística; 5) Modernização da gestão patrimonial; 6) Modernizar o monitoramento de gastos/consumo por área; e 7) Implantação de sistema integrado de segurança orgânica.

e) **Objetivo Setorial DAD 5 – “Melhorar a qualidade dos gastos”,** desenvolvido no âmbito da CGOF, alinha-se ao Objetivo Estratégico 20.

➤ Indicador/Meta: Percentual de execução orçamentária.

➤ Iniciativas Setoriais: 1) Acompanhar gastos de investimento na ação Administração da Unidade; 2) Proposição de ações para melhoria da qualidade do gasto; e 3) Implantação do Sistema de Custos (Estruturante).

Quanto ao funcionamento dos controles internos de gestão, a DAD conta com o suporte da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI do MCTIC. Nesta atuação conjunta, atendeu, no exercício de 2018, todas as recomendações, determinações, notificações e solicitações de auditoria encaminhadas pelos órgãos de controle e vinculadas aos processos de gestão do MCTIC.

A restrição orçamentária é um grande desafio da gestão administrativa do MCTIC, principalmente com o surgimento da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou as despesas da União ao montante gasto no ano anterior corrigido pela inflação, com o propósito de adequar o gasto público federal à capacidade de custear despesas. Tal cenário exigiu readequações das programações e enseja constantes ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira no sentido de elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados sem comprometer, no entanto, a qualidade da prestação de bens e serviços à sociedade. Nesse sentido, a DAD vem desenvolvendo estudos de modo a obter melhorias constantes nos serviços prestados pela área, tanto no sentido qualitativo quanto na redução de custos.

Em 2018, foram realizados investimentos em mobiliários com a finalidade de proporcionar adequado leiaute aos ambientes de trabalho da Pasta.

Destaca-se a unificação de contratos de mão de obra terceirizada, por ocasião da fusão realizada entre os antigos Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja ação resultou na redução de 18 para 10 contratos.

Destaca-se que houve uma redução de R\$ 982.798,70 (novecentos e oitenta e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta centavos) no consumo do contrato de transporte de pessoas, passando de R\$ 1.233.671,64 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos) para R\$ 250.872,94 (duzentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos). Isso em razão de o MCTIC ter adotado o TáxiGov como principal meio de transporte para seus servidores se deslocarem, tendo sido dispendido em 2018 R\$ 269.514,36 (duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e quatorze reais e trinta e seis centavos).

Quanto à gestão de pessoas, o quadro de servidores ativos do MCTIC apresenta 58% do seu pessoal na faixa etária acima de 51 anos, o que demonstra um quadro já bastante envelhecido para uma

organização. Paralelamente, apenas 3% do quadro de servidores ativos têm até 30 anos de idade. A situação se agrava quando se considera que 28% dos servidores do quadro, incluindo os das unidades de pesquisa (UPs), estão em abono permanência, ou seja, são profissionais passíveis de aposentadoria a qualquer momento por já satisfazerem os requisitos para a aposentadoria, e que optaram em permanecer na ativa. Esses três fatores combinados evidenciam uma situação que, em curto prazo, impactará negativamente a execução das atividades de apoio e finalísticas, constituindo-se, portanto, a recomposição da força de trabalho um dos grandes desafios do MCTIC nos próximos anos.

A conformidade e a confiabilidade de gestão deste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (SIAFI, SIAPE, SIADS e SIASS) e foram atestadas nas declarações de conformidade apresentadas pelos gestores responsáveis nos órgãos vinculados à conta deste Relatório de Gestão 2017.

Mais que uma declaração, o presente enunciado é uma demonstração dos esforços envidados na superação dos desafios e obstáculos, na busca pela gestão baseada na excelência de valores, no aprimoramento do desempenho organizacional, no desenvolvimento de parcerias com o foco em resultados orientados para a satisfação da sociedade.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

7.2 Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária de 2018 – LOA 2018 consignou inicialmente às unidades da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC dotação orçamentária no total de R\$ 3.555,37 milhões. Houve suplementação à dotação na ordem de R\$ 589,93 milhões redimensionando o orçamento/2018 para R\$ 4.145,30 milhões.

Os dados analisados excluem os valores recebidos de outros Ministérios, mas incluem despesas de pessoal.

Figura 7.2.1 - Variação Orçamentária na Administração Direta do MCTIC em 2018



Variação Orçamentária na Administração Direta do MCTIC em 2018

Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)

Execução Orçamentária

Encontramo-nos num período marcado pela disseminação da tecnologia e da informação, tempo em que o conhecimento é o elemento central da estrutura econômica social e a inovação é o principal veículo de transformação do conhecimento em valor. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC tem papel central na promoção do desenvolvimento socioeconômico do país, sobretudo no cenário mundial contemporâneo, marcado pela crescente exigência de ganhos de produtividade e competitividade.

Para cumprir sua missão institucional, o Ministério conta com uma estrutura administrativa/organizacional dividida em secretarias temáticas, unidades de pesquisas, autarquias, entidades e empresas vinculadas, as quais, cada uma com sua atribuição, visam implementar políticas públicas com intuito de promover o avanço da ciência, tecnologia, inovação e comunicações, de modo a difundir o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida para sociedade brasileira.

Nos termos do art. 1º, do Anexo I da Portaria 217, de 25 de janeiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, à Secretaria-Executiva compete:

“VIII - orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de administração patrimonial e das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de organização e inovação institucional e de serviços gerais;”

Essa estrutura regimental do MCTIC espelha, por sua vez, uma estrutura orçamentária, na qual as diferentes unidades administrativas encontram correspondência com unidades orçamentárias específicas. Dessa forma, a execução orçamentária ocorre de forma descentralizada, visto que cada unidade orçamentária do MCTIC tem relativa autonomia na gestão da dotação a elas consignadas, competindo à Secretaria-Executiva, atuando como Órgão Setorial, a consolidação das propostas orçamentárias das diferentes unidades, encaminhamento de pedidos de créditos especiais e suplementares, bem como a respectiva distribuição dos limites orçamentários.

O orçamento da administração direta do MCTIC foi distribuído entre seis Secretarias, dezesseis Unidades de Pesquisa (UP's) e seis Organizações Sociais (OS's).

Figura 7.2.2 - Unidades pertencentes à Administração Direta – MCTIC em 2018

Secretarias	Institutos	Organizações Sociais
SEXEC	CTI	CNPEM
SEPED	CBPF	EMBRAPPII
SEPOD	CETEM	RNP
SETEC	CETENE	IMPA
SETEL	CEMADEN	IDSM
SERAD	INPA	CGEE
	INPE	INPOH
	INT	
	INSA	
	IBICT	
	INMA	
	LNA	
	LNCC	
	MAST	
	MPEG	
	ON	

Unidades pertencentes à Administração Direta – MCTIC em 2018

**INPOH ainda não firmou Contrato de Gestão com o MCTIC (em tratativa)*

Em 2018, o MCTIC recebeu dotação de R\$ 4.145.304.447,00. Desse total, foram empenhadas R\$ 4.098.738.564,46, liquidadas R\$ 3.918.423.400,10 e pagas despesas no montante de R\$ 3.759.892.640,60, valor esse equivalente a 90,70% do autorizado na LOA/2018, conforme tabela:

Quadro 7.2.1 - Execução Orçamentária 2018 – Adm. Direta/ MCTIC

Orçamento 2018	Lei + Créditos	Empenho	Liquidado	Pago
Total	4.145.304.447,00	4.098.738.564,46	3.918.423.400,10	3.759.892.640,60

Execução Orçamentária 2018 – Adm. Direta/ MCTIC

Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)

Execução Financeira

O valor pago referente a dotação de 2018 totalizou R\$ 3.759.892.640,60, dos quais a maior parte foi direcionada ao pagamento de despesas de pessoal (R\$ 2.023.523.523,82).

Em 2018, o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou R\$ 180.176.004,76, o que elevou a execução financeira total do exercício para a cifra de R\$ 3.940.068.645,36. A tabela a seguir, sintetiza os valores de Restos a Pagar da Administração Direta do MCTIC:

Quadro 7.2.2 - Restos a Pagar – Adm. Direta/ MCTIC - Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)

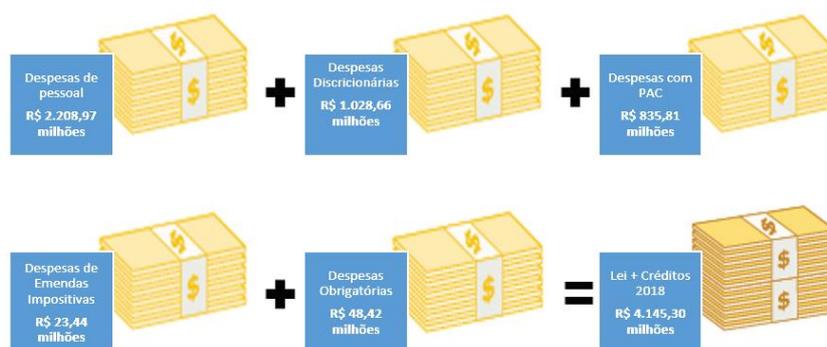
Restos a Pagar	Inscritos	Cancelados	A Pagar	Pagos
Total	436.250.129,73	64.724.055,59	191.350.069,37	180.176.004,76

Restos a Pagar – Adm. Direta/ MCTIC
Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)

Alocação Orçamentária – Finalidade dos recursos

A LOA/2018 fixou ao MCTIC a dotação para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas: 1) Despesas de pessoal: R\$ 2.208.974.278,00; 2) Despesas discricionárias: R\$ 1.028.663.754,00 gastos relacionados à manutenção do MCTIC em suas atividades meio e finalísticas; 3) Despesas com PAC: R\$ 835.813.525,00; 4) Despesas de Emendas Impositivas: R\$ 23.435.750,00; e 5) Despesas Obrigatórias: R\$ 48.417.140,00 para gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral e natalidade).

Figura 7.2.3 - Principais despesas do orçamento MCITC 2018 - Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)



Principais despesas do orçamento MCITC 2018

Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)

Despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Despesas de pessoal e obrigatórias: despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, §2º, da LRF por constituírem obrigações constitucionais e legais da união. Nelas estão incluídos os dispêndios com auxílios (auxílios transporte, alimentação, pré-escolar, funeral e natalidade), benefícios, indenizações e ajudas de custo, além das despesas de pessoal e encargos sociais.

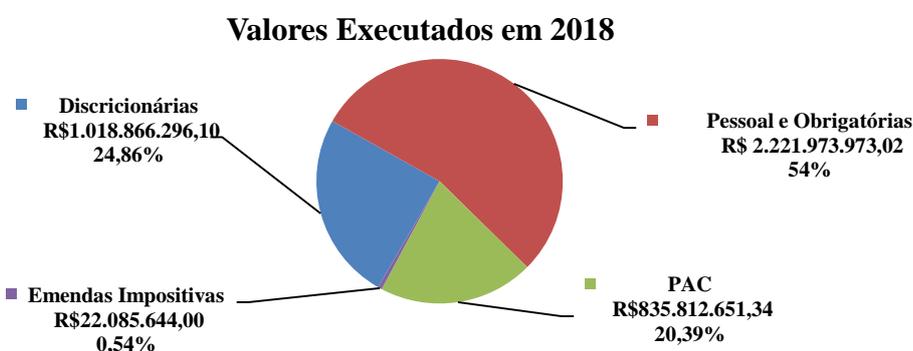
Emendas individuais: A Emenda Constitucional nº 86/2015 tornou obrigatória (impositiva) a execução de emendas parlamentares até o limite de 1,2% da receita corrente líquida. Isso quer dizer que o poder executivo é obrigado a executar a despesa que lhe foi confiada pelo Legislativo, estando desobrigado

a executar somente o montante de emendas que ultrapassar o percentual de receita líquida estabelecida na EC.

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC: programa criado com o intuito de executar grandes obras de infraestrutura em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia, comunicações, recursos hídricos, entre outros, visando o desenvolvimento acelerado e sustentável da economia brasileira. Consta no orçamento recursos para os seguintes empreendimentos: SIRIUS; Cidade Digitais; Satélite SGDC, Cabo Submarino e PNBL, estes três últimos ligados à TELEBRAS.

Despesas discricionárias: nelas incluídas despesas de custeio e investimento, são as despesas que o governo pode ou não executar de acordo com a previsão de receitas. A maior parte dos cortes realizados no orçamento recaem sobre as despesas discricionárias quando a frustração na arrecadação das receitas para o exercício.

Gráfico 7.2.1 - Valores executados em 2018



Fonte: Tesouro Gerencial (19/02/2019).

Valores pagos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de natureza de despesa: Classe de gasto em que foi realizada a despesa.

Elementos de despesa: Classificação dos recursos utilizados ou adquiridos.

Gráfico 7.2.2 - Pagamentos por grupo de despesa de 2018



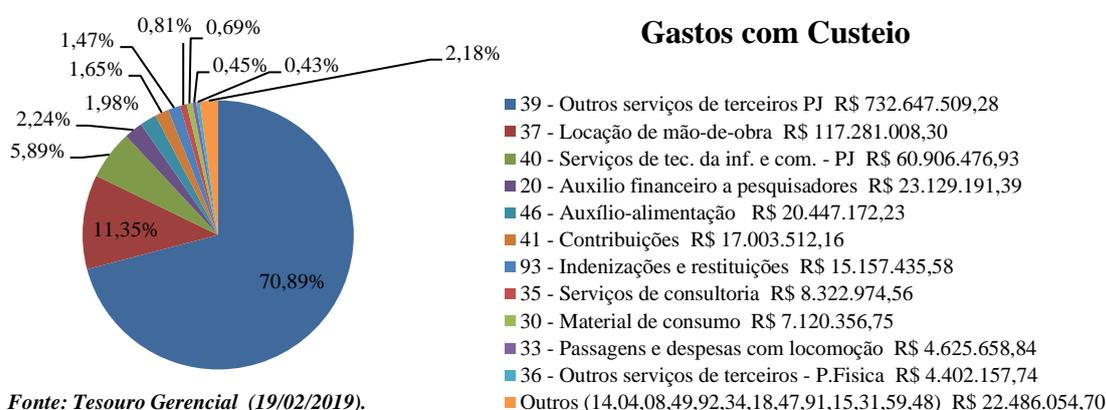
Fonte: Tesouro Gerencial (19/02/2019).

Custeio

Em 2018, os pagamentos das despesas de custeio, à conta de dotações originárias da LOA, totalizaram R\$ 1.033.529.508,46, os quais incluem as despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio.

Registre-se que 70,89% do montante acima mencionado se refere à contratação de serviços terceirizados necessários ao apoio ao desenvolvimento de atividades tanto nas áreas meio quanto finalísticas do MCTIC, bem como à manutenção das instalações físicas de toda administração direta do MCTIC.

Gráfico 7.2.3 - Gastos com custeio

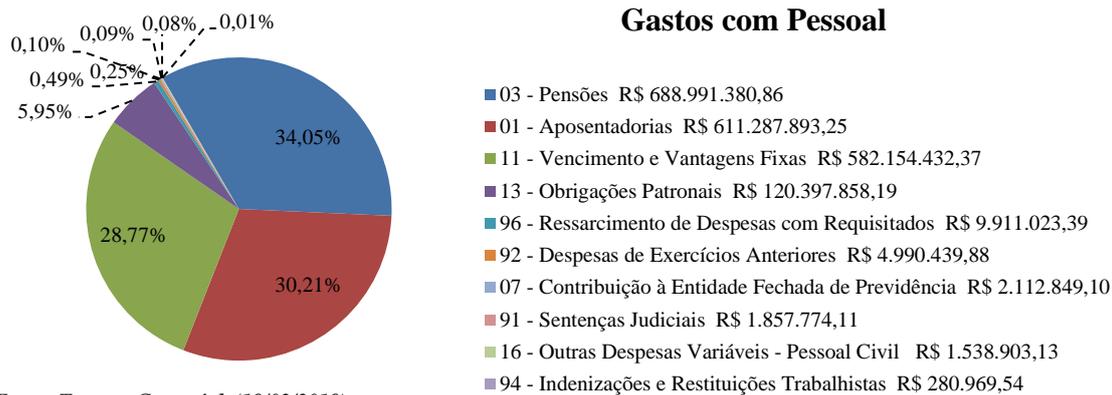


Gastos com pessoal

No ano de 2018, percebeu-se uma diminuição nas despesas com pessoal em relação ao ano de 2017. Foram despendidos R\$ 2.023.523.523,82 em 2018, contra R\$ 2.221.500.678,52 em 2017, uma redução de 8,91%. Os elementos de despesa 03 (pensões), 01 (aposentadorias) e 11 (vencimento e vantagens fixas) foram os que apresentaram maior variação negativa.

Gráfico 7.2.4 - Gastos com pessoal

Gastos com Pessoal

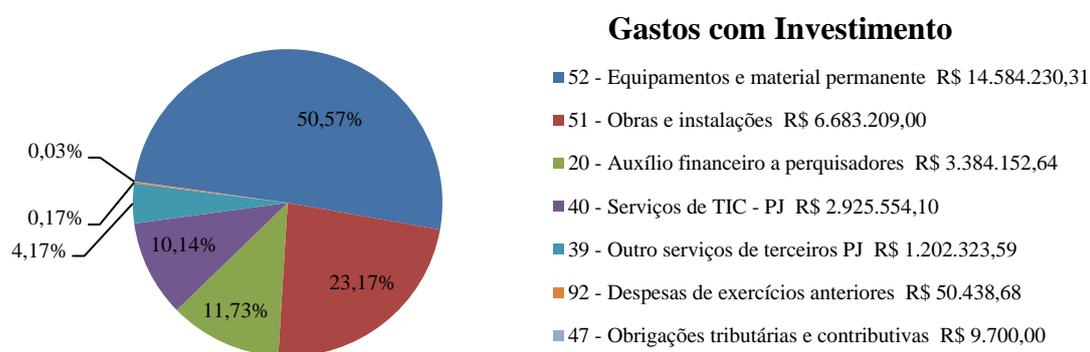


Fonte: Tesouro Gerencial (19/02/2019).

Investimentos

No ano de 2018, os pagamentos de despesas a título de investimentos, da administração direta, alcançaram R\$ 28.839.608,32, contra R\$ 24.030.075,47 em 2017, um acréscimo 20,01%. A maior aplicação destes recursos foi para Cidades Digitais (PAC), no total de R\$ 11.960.5010,85.

Gráfico 7.2.5 - Gastos com investimentos



Fonte: Tesouro Gerencial (19/02/2019).

Inversão Financeira

Em 2018, os pagamentos de despesas a título de inversões financeiras, da administração direta, alcançaram R\$ 674.000.000,00, contra R\$ 167.000.000,00 em 2017. O aumento ocorreu devido à suplementação em Ações de Participação da União no Capital na Telebrás e nos Correios.

Contingenciamento de despesas

O contingenciamento consiste no retardamento ou impedimento da execução de parte das despesas discricionárias (custeio e investimento) previstas na Lei Orçamentária Anual em função da insuficiência de receitas. As despesas que não estão sujeitas ao contingenciamento estão dispostas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018.

A tabela a seguir contém os valores do orçamento sujeitos ao limite de empenho em 2018:

Quadro 7.2.3 - Execução Orçamentária 2018 – Adm. Direta/ MCTIC

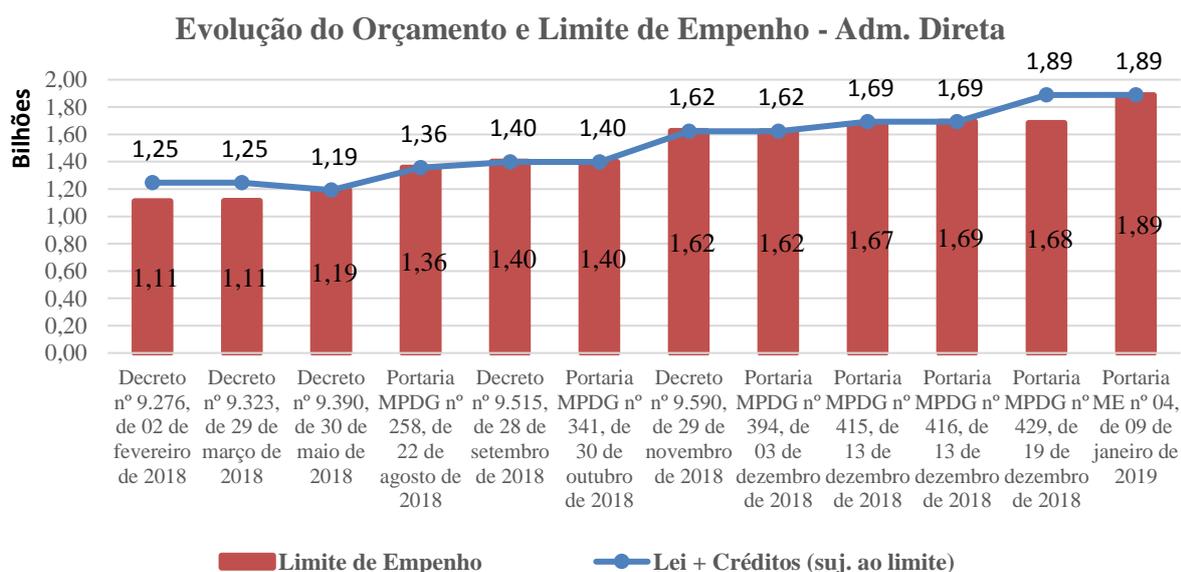
Orçamento 2018	Lei + Créditos	Limite de Empenho	Empenho	Liquidado	Pago	% Executado
a	b	c	d	e	f	g = d/c
Total	1.887.913.029,00	1.886.784.619,59	1.876.764.591,44	1.701.119.447,31	1.695.658.156,00	99,5

Execução Orçamentária 2018 – Adm. Direta/ MCTIC

Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)

O gráfico abaixo explicita a dotação Lei + Créditos, o Limite de Empenho estabelecidos no ano de 2018, para a execução das despesas discricionárias pelas unidades da administração direta (Secretarias, Institutos e OS's). Os valores contingenciados resultam da diferença entre a dotação autorizada (Lei + Créditos) e o Limite para Movimentação e Empenho (Limite de Empenho).

Gráfico 7.2.6 - Evolução do Orçamento e Limite de Empenho – Adm. Direta



Fonte: Tesouro Gerencial (19.02.2019)

Principais impactos do contingenciamento

O contingenciamento realizado durante o exercício de 2018 afetou a execução do planejamento de gastos de várias unidades, acarretando os seguintes transtornos à programação deste Ministério:

- exigência de sucessivas reprogramações orçamentárias, ao longo de 2018, com o propósito de atender obrigações contratuais e garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais;
- elaboração de termos aditivos para readequação de contratos administrativos, com reflexos diretos nas atividades finalísticas;
- liberação de limites orçamentários ao final do exercício, acarretando atrasos na abertura de certos processos licitatórios, o que estimulou o aumento de valores inscritos em restos a pagar;
- adiamento/cancelamento de novas despesas de custeio e de investimentos em áreas estratégicas.

Conformidade da gestão orçamentária e financeira

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) possui amplo escopo de atuação, cabendo-o, sinteticamente, a responsabilidade pela formulação de políticas públicas para impulsionar e acelerar o avanço científico e tecnológico do País, especialmente por meio do incentivo a parcerias entre a comunidade científica, o setor empresarial e os órgãos públicos, bem como pela modernização, expansão e difusão das tecnologias de comunicação pelo país.

Considerando os conhecimentos e demandas específicos de cada área de atuação das unidades orçamentárias, a execução orçamentária e financeira no âmbito do MCTIC ocorre de forma descentralizada, conferindo aos gestores maior assertividade e celeridade no atendimento de suas entregas.

Neste contexto, as manifestações dos citados agentes indicaram que os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelas unidades orçamentárias, em 2018, guardaram total conformidade com as normas legais aplicáveis à matéria.

Registre-se que esta Pasta Ministerial tem incentivado a adoção de medidas com vistas à conformidade dos atos de gestão, a exemplo do engajamento no cumprimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo; da disseminação de orientações técnicas e normativas proferidas pelos órgãos centrais; do aprimoramento dos controles internos de forma a nortear o desenvolvimento das atividades, dentre outras medidas.

Coube à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em conjuntos com as pastas ministeriais, a condução das medidas para adequação da LOA/2018 ao disposto na Emenda Constitucional 95/2016 – EC 95, que instituiu novo regime fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Desafios

O maior desafio que se impõe para as áreas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações, no cenário atual, é a imprevisibilidade quanto às condições econômicas necessárias à construção de uma agenda que permita o estabelecimento de políticas de estado para essas áreas.

Previsibilidade é o elemento essencial para as decisões de investimentos públicos e privados. Essa previsibilidade se dá tanto no campo legal, com normas que resguardem, por exemplo, direitos de propriedade material e intelectual, tanto no campo econômico, no qual o mercado vislumbra possibilidade de retorno econômico dos investimentos realizados.

O desequilíbrio fiscal da União, Estados e Municípios tem sido fator determinante para a estagnação econômica que o país enfrenta. A maior dificuldade no campo das finanças públicas tem sido a recuperação da sustentabilidade fiscal, fortemente impactada pelos problemas estruturais relacionados à despesa - como o crescimento das despesas obrigatórias, especialmente as previdenciárias - e pela expressiva queda da arrecadação federal nos últimos anos.

Ações

- Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas de custeio do MCTIC;
- Estimular a procura, dentro e fora do Ministério, de boas práticas para a redução de custos que possam ser adotadas;
- Promover melhoria nos processos de contratação de bens e serviços;
- Intensificar a comunicação com vistas à conscientização dos servidores;
- Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização de despesas implementadas;
- Estimular corpo técnico e/ou gerencial a buscar soluções para a superação de desafios gerenciais, modernização da gestão e busca por maior eficiência das ações do MCTIC;
- Construir agenda de desenvolvimento para as áreas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações, verificando se há possibilidade da participação da iniciativa privada e/ou a construção de parcerias público/privadas; e
- Oferecer aos gestores um ambiente permanente de direcionamento de estratégia e construções coletivas.

Gestão Orçamentária e Financeira do FUNTTEL - 2018

A Lei Orçamentária de 2018 – LOA 2018 consignou ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL dotação orçamentária no total de R\$ 247,66 milhões. Houve cancelamento de dotação de R\$ 5,87 milhões redimensionando o orçamento/2018 para R\$ 241,79 milhões. Neste valor, há R\$ 224,92 milhões de reserva de contingência.

Os dados analisados excluem os valores da reserva de contingência e os recebidos de outros Ministérios.

Figura 7.2 4 - Variação Orçamentária no FUNTTEL em 2018 (sem reserva de contingência)



Variação Orçamentária no FUNTTEL em 2018 (sem reserva de contingência)

Fonte: Tesouro Gerencial (15.02.2019)

Execução Orçamentária 2018

Em 2018, o FUNTTEL recebeu R\$ 16,77 milhões de dotação (Lei + Créditos). Desse total, foram empenhados, liquidados e pagos R\$ 16,59 milhões. A execução foi equivalente a 98,33% do autorizado na LOA/2018.

O orçamento do FUNTTEL é constituído de duas ações: 2000 (Administração da unidade) e 20ZR (Política Produtiva e Inovação Tecnológica), conforme tabela a seguir:

Quadro 7.2.4 - Orçamento do FUNTTEL aberto por Ação e Plano Orçamentário – 2018

Ano	Programa	Ação	Plano Orçamentário	LOA	Lei+Créditos	Limite de Empenho	Empenhado	Liquidado	Pago
2018	2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	20ZR - Política Produtiva e Inovação Tecnológica	0000 - Política Produtiva e Inovação Tecnológica - Despesas Diversas	5.748.614	0		0	0	0
			0002 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações nas Instituições Nacionais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	1.457.541	88.000	87.541	87.541	87.541	87.541
			0003 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD	15.131.176	16.500.717	16.500.000	16.500.000	16.500.000	16.500.000
	2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2000 - Administração da Unidade	0000 - Administração da Unidade	400.000	280.000		0	0	0
Total				22.737.331	16.868.717	16.587.541	16.587.541	16.587.541	16.587.541

Orçamento do FUNTTEL aberto por Ação e Plano Orçamentário – 2018

Fonte: Tesouro Gerencial (15.02.2019)

Execução Financeira

O valor pago em 2018 totalizou R\$ 16,59 milhões para o Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações. Não há restos a pagar referente às ações da FUNTTEL.

Quadro 7.2.5 - Dotação e Execução Orçamentária do FUNTTEL em 2018 e 2017

Dotação e Execução Orçamentária do FUNTTEL em 2018 e 2017

Grupo de Despesa	Ano	2018				2017				Variação dos Valores Pagos i=d-h	Variação % j=i/d
		Ação	LEI+CRÉDITOS a	Empenhado b	Liquidado c	Pago d	LEI+CRÉDITOS e	Empenhado f	Liquidado g		
3 - Outras Despesas Correntes	20ZR - Política Produtiva e Inovação Tecnológica	16.500.717	16.500.000	16.500.000	16.500.000	26.168.000	21.317.089	21.317.089	21.317.089	-4.817.089	-29,2%
3 - Outras Despesas Correntes	2000 - Administração da Unidade	270.000	0	0	0	504.000	0	0	0	0	0,0%
4 - Investimentos	20ZR - Política Produtiva e Inovação Tecnológica	88.000	87.541	87.541	87.541	1.272.000	1.270.000	1.270.000	1.270.000	-1.182.459	-1350,7%
4 - Investimentos	2000 - Administração da Unidade	10.000	0	0	0	56.000	0	0	0	0	0,0%
9 - Reserva de Contingência	0200 - Reserva de Contingência - Financeira	224.919.367	0	0	0	279.092.712	0	0	0	0	0,0%
TOTAL		241.788.084	16.587.541	16.587.541	16.587.541	307.092.712	22.587.089	22.587.089	22.587.089	-5.999.548	-36,2%

Evolução do orçamento do FUNTTEL

Fonte: Tesouro Gerencial (15.02.2019)

Execução por Grupo de Despesa e Elemento de Despesa

Grupo de natureza da despesa: classe de gasto em que foi realizada a despesa.

Elemento de despesa: classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.

A execução das ações do FUNTTEL é realizada pela UG Executora 410049 (FUNTTEL/FINEP – Agente Financeiro do FUNTTEL).

O elemento de despesa utilizado na execução dos gastos foi o de Contribuições (código 41).

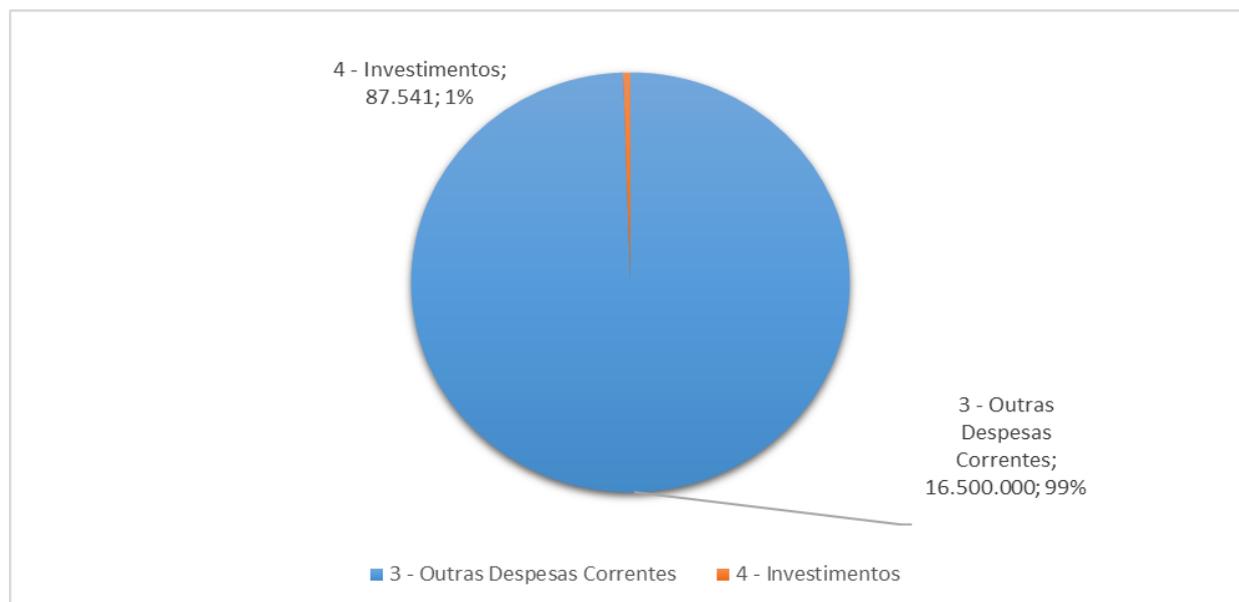
Quadro 7.2.6 - Orçamento do FUNTTEL por Grupo de Despesa – 2018

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	LOA	LEI + CRÉDITOS	Empenhado	Liquidado	Pago
3 - Outras Despesas Correntes	41 - Contribuições	19.264.617	16.770.717	16.500.000	16.500.000	16.500.000
4 - Investimentos	41 - Contribuições	3.472.714	98.000	87.541	87.541	87.541
Total		22.737.331	16.868.717	16.587.541	16.587.541	16.587.541

Orçamento do FUNTTEL por Grupo de Despesa – 2018

Fonte: Tesouro Gerencial (15.02.2019)

Gráfico 7.2.7 - Valor pago pelo FUNTTEL em 2018



Valor pago pelo FUNTTEL em 2018

Fonte: Tesouro Gerencial (15.02.2019)

Detalhamento da aplicação dos recursos (FONTE SIOP)

Os recursos são aplicados conforme as normas expedidas por Resoluções do Conselho Gestor do FUNTTEL, baseando-se, principalmente, nos seguintes documentos:

Resolução que disciplina a aplicação de recursos do FUNTTEL (Resolução do Conselho Gestor do FUNTTEL nº 66, de 28/10/2010).

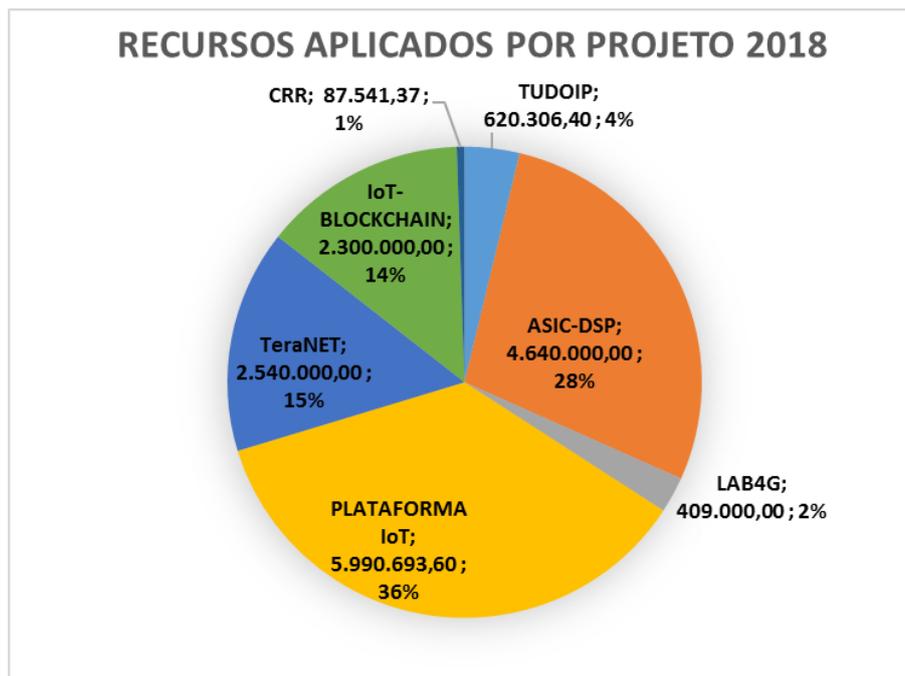
Resolução do Conselho Gestor do FUNTTEL - CGF nº 97, de 16/09/2013, que define a Gestão Estratégica do FUNTTEL.

Resolução CGF nº 114, de 06 de dezembro de 2017, que define o Plano de Aplicação de Recursos – PAR para a fundação CPqD para o triênio 2017/2019.

Resolução CGF nº 115, de 06 de dezembro de 2017, que define o Plano de Aplicação de Recursos – PAR para a Financiadora de Estudos e Projetos para o triênio 2017/2019.

Em 2018, os recursos da ação foram aplicados com base nas determinações do CGF exaradas na sua 59ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17/04/2018.

Gráfico 7.2.8 - Recursos aplicados por projeto 2018



Fonte: SIOP (15.02.2019)

Diante disso, na Ação 20ZR PO 0003 foram empenhados e pagos R\$ 16.500.000,00 para a Fundação CPqD, em seis projetos, conforme descrito a seguir:

- TUDOIP – um sistema integrado de OSS e BSS para plataforma de serviços IP que visa desenvolver um sistema de provisionamento de serviços multimídia, em uma rede totalmente baseada no protocolo IP, integrando à gestão de contratos com provedores SVA.

- ASIC-DSP – que prevê o desenvolvimento de um circuito integrado de aplicação específica que realiza o processamento digital de sinais (DSP — *Digital Signal Processing*), necessário para codificação e recuperação dos dados transportados em sistemas ópticos coerentes que empregam multiplexação por comprimento de onda (WDM — *Wavelength Division Multiplexing*) operando até 400 Gigabit por segundo (Gbit/s).

- LAB4G – que tem como objetivo implantar um ambiente de referência, em consonância com o estado da arte mundial em recursos de teste e medição, para pesquisa, desenvolvimento, consolidação e homologação das demandas para as novas gerações de telecomunicações sem fio (Quarta Geração – 4G) com foco nas tecnologias LTE "*Long Term Evolution*" e LTE Advanced "*Long Term Evolution Advanced*".

- PLATAFORMA IoT – com o objetivo principal de prover soluções e desenvolver tecnologias agrupadas dentro do conceito de Internet das Coisas (ou IoT da sigla em inglês para *Internet of Things*) com foco em aplicações para Cidades Inteligentes, com ênfase em saúde, transporte público e segurança, apoiando-se nos componentes básicos de um Framework arquitetura) de uma plataforma de comunicação máquina a máquina, ou do inglês *machine to Machine* — M2M.

- TeraNET – que visa desenvolver técnicas inovadoras de (i) processamento de sinais para implementação circuitos integrados e (ii) projeto de dispositivos em fotônica integrada para a (construção dos elementos básicos de transceptores ópticos compactos com capacidade de transmissão Revivei de até 1 Tb/s. Esses transceptores ópticos compactos e de alto valor agregado são fundamentais para habilitar a transmissão óptica de informação digital entre grandes centros urbanos (com repetição e sem repetição) bem como a interconexão entre/em data centers de larga escala (sem repetição).

➤ *IoT-BLOCKCHAIN* – que tem como objetivo desenvolver um sistema computacional na forma de uma plataforma de serviços baseada em *blockchain*, voltada para o desenvolvimento de aplicações seguras para prestação de serviços digitais em *IoT*.

Na Ação 20ZR PO 0002 foram empenhados e pagos R\$ 87.541,37 para a Finep para o Projeto do Centro de Referência de Radiocomunicações (CRR), do Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL), que trata da criação de um Centro de Referência com o objetivo de estabelecer mecanismos para o Brasil ocupar posição de destaque no segmento das telecomunicações, por meio da pesquisa, avaliação e desenvolvimento de tecnologias e soluções para atendimento das demandas da sociedade brasileira, com atenção para as especificidades (demográficas, geográficas e econômicas) do País.

7.3 Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

Visando garantir a conformidade com a Lei nº 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação - MCTIC cumpre as determinações estabelecidas pelo Governo Federal, por meio dos órgãos de controle externo (TCU e CGU), e pelo Órgão Central do SIPEC atual Ministério da Economia.

Legislação Aplicada:

1. Portaria nº 3.232 de 09 de julho de 2017 - Política de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PDGP).
2. Portaria nº 5.496, de 19 de setembro de 2017 - Programa de concessão de incentivo para Pós Graduação (PIEP).
3. Portaria nº 7.287, de 15 de dezembro de 2017 - Programa de concessão de incentivo para Línguas Estrangeiras (PCLE).
4. Portaria nº 2.099, de 19 de abril de 2017, que estabelece os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Apontamentos dos Órgãos de Controle Externo e realização de auditorias internas pelo Controle Interno

Por meio dos Acórdãos e Trilhas de Auditoria do TCU, das diligências da CGU, das auditorias internas preventivas e corretivas na revisão de atos de pensão civil realizados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, acerca de denúncias e até mesmo por meio de renúncias expressas, são corrigidas eventuais inconsistências e cancelamentos de benefícios. Apesar da CGGP envidar todos os esforços necessários para atender os apontamentos e as diligências dos órgãos de controle externo (TCU e CGU), e zelar para que sejam dados os devidos atendimentos, a ausência de pessoal suficiente, em relação às demandas das atividades atribuídas à CGGP, além de causar estresse extremo à equipe, limita essa atuação.

Quadro 7.3.2 - ACÓRDÃO 3.738/2018 - 2ª Câmara – Suspensão de pensão.

UNIDADES	DETALHAMENTO	ATENDIMENTO
Administração Central	MCTIC*	100%
Unidades de Pesquisa	CEMADEN, CTI, CETEM, IBICT, INPA, INPE, INT, ON, MAST, MPEG, CETENE, LNCC, LNA, INPE e CBPF	Não foram objeto de Acórdão

*ACÓRDÃO 3.738/2018 - 2ª Câmara – Suspensão de pensão. Atendido 66%, pois a determinação se constituía na exclusão da pensão e o benefício é mantido na folha por decisão Judicial (tipo 53) – Ação nº 00806855720134013400. Emitido e enviado ao TCU novo ato de concessão de pensão civil E-Pessoal nº 57976/2018, constando a Decisão Judicial.

Quadro 7.3.2.1 - Of. 2932/2018-TCU/Sefip referente ao Ac. 6538/2014-TCU - 1ª C

UNIDADES	DETALHAMENTO	ATENDIMENTO
Administração Central	MCTIC*	100%
Unidades de Pesquisa	CETEM, MPEG, IBICT, CTI, LNCC, MAST	100%
Unidades de Pesquisa	CEMADEN, CETENE, ON, INPA, LNA e CBPF	Não foram objeto de Diligência do TCU ou CGU
Unidades de Pesquisa	INT**	Em andamento
Unidades de Pesquisa	INPE***	Em andamento

*Of. 2932/2018-TCU/Sefip referente ao Ac. 6538/2014-TCU - 1ª C. Apesar de atendido 100%, as pensionistas retornaram à folha. Uma por decisão do TCU, após apresentar recurso e outra por decisão judicial.

*Of. 5919/2018-TCU/Sefip, referente a 305 inconsistências no SISAC antigo MC e MCTI. Solicitado prorrogação de prazo por meio do Of. nº 49502/2018/SEI-MCTIC.

**Of. 5816/2018-TCU/Sefip, em relação a 63 inconsistências no SISAC antigo MCTIC. Solicitado prorrogação de prazo por meio do Of. nº 49502/2018/SEI-MCTIC.

**INT-Ofício 5815/2018-TCU/Sefip, de 21/11/2018, solicitando a correção de inconsistências identificadas no SISAC. Demanda encontra-se em atendimento.

***INPE - Ofício 5814/2018-TCU/Sefip, de 21/12/2018, inconsistências no SISAC. Solicitará prorrogação de prazo.

Quadro 7.3.2.2 - Of. 5059/2017-TCU/Sefip

UNIDADES	DETALHAMENTO	ATENDIMENTO
Administração Central	MCTIC* e INT*	100%
Unidades de Pesquisa	CETEM, CETENE CEMADEN, ON, MPEG, IBICT, CTI, LNCC, INPA, MAST, LNA, INPE e CBPF	Não foram objeto de Trilha do TCU

*Of. 5059/2017-TCU/Sefip. Beneficiários com indícios de irregularidade, observando os seguintes casos:

- 106 filha maior solteira em provável união estável
- 50 Pensionistas falecido com remuneração
- 1 Inconsistência data pensão. Erro de cadastramento no SIAPE, mas que já foi corrigido.
- 21 Aposentadoria por Invalidez com registro de outro em emprego – Ainda em análise.

Pensionistas, filha maior solteira, com indícios de provável união estável. Os elementos apontados pela trilha mostraram-se frágeis para atuação pela Coordenação de Aposentadoria e Pensões - COAPP. Em 15/08/2018 foi realizada reunião entre a equipe da COAPP/MCTIC com a SEFIP/TCU. Em dezembro de 2018,

a SEFIP/TCU encontrou outros elementos mais convincentes para iniciarmos o processo de exclusão dessas pensionistas com provável união estável. Totalizaram 106 pensionistas nessa condição. Três pensionistas foram excluídas até o momento. Outras três ingressaram com liminar na justiça para suspender os efeitos da trilha. Do total de 106 pensionistas, 99 foram notificadas por meio de Nota Técnica, obedecendo ao disposto previsto na ON 4/2013, do então MP.

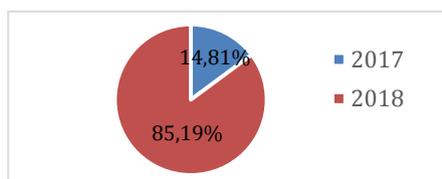
Em relação aos 50 pensionistas falecidos com remuneração, informamos que como a exclusão por meio do SIAPE só ocorre com cópia da Certidão de óbito, todos, apesar de constar no batimento SIAPEXSCO, tem o pagamento suspenso, mas não pode ser excluído definitivamente, por ausência da Certidão de óbito. Assim, foram notificados diversos Cartórios para emissão da Certidão de óbito, com fim da exclusão definitiva do beneficiário junto ao SIAPE. Muitos Cartórios se recusam a emitir a Certidão de Óbito sem o pagamento dos emolumentos, o que dificulta trâmite processual de exclusão do beneficiário falecido pela impossibilidade da Administração prover tais custos. Mesmo assim, já foram excluídos, definitivamente 24, lembrando que os 26 restantes, apesar de não terem exclusão definitiva, não estão recebendo pagamento. Sugestão é que a informação do SISOB já seja suficiente para excluir o beneficiário, evitando, assim esse tipo de crítica de Trilha.

Esforço na regularização das pensões concedidas

Vinte e sete pensões excluídas entre os anos de 2017 e 2018.

Quadro 7.3.3 - Motivação da exclusões em 2018

ANO	QTDE
2017	4
2018	23
TOTAL	27

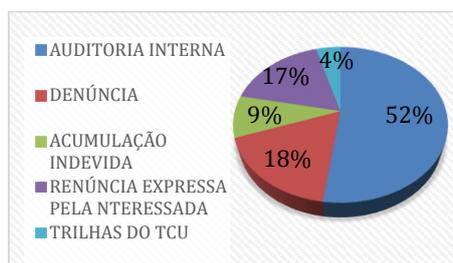


Motivação das exclusões em 2018

MOTIVO DA EXCLUSÃO	QTDE	%
AUDITORIA INTERNA	12	52,17
DENÚNCIA	4	17,39
ACUMULAÇÃO INDEVIDA	2	8,7
RENÚNCIA EXPRESSA PELA INTERESSADA	4	17,39
TRILHAS DO TCU	1	4,35

TOTAL	23	100
-------	----	-----

Gráfico 7.3.3 - Esforço na regularização de pensões concedidas



Realização de Auditorias pelo Controle Interno

As auditorias internas realizadas com esforço da equipe técnica da CGGP foram responsáveis por 52% das exclusões de pensionistas desta Pasta, os quais perderam a qualidade de beneficiário de pensão ao longo do tempo ou que, por análise equivocada, nunca tenham alcançado os requisitos para usufruir desse benefício.

As exclusões respeitaram o direito de ampla defesa e contraditório expresso na Lei nº 9.784/99 e obedeceram aos trâmites das Orientações Normativas nº 4/2013 e 13/2013.

Diligências CGU

Ofício nº 17609/2018/PES2/CGPTCE/DG/SEC-CGU – Solicitou envio de 13 Processos de aposentadoria e 108 de pensão (e-Pessoal) para análise dos respectivos atos de concessão, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 78/2018. Atendido 100% a demanda. Ainda aguardando parecer da CGU em alguns Processos. Os Processos que retornaram, foram constatadas as conformidades dos atos com a legislação pertinente, e proposto a remessa dos respectivos dados ao Tribunal de Contas da União - TCU, com o parecer pela legalidade.

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados:

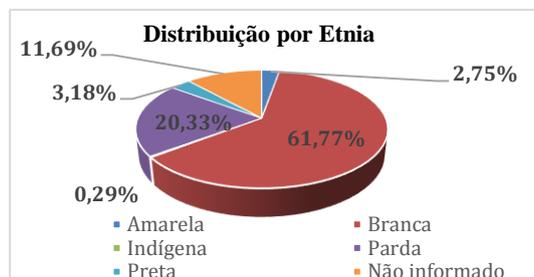
- Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;
- Controle e Acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC;
- Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle;
- Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário;
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.

Avaliação da força de Trabalho

- Número de servidores: 4.407

♀ 35,63% ♂ 64,37% ♿ 0,66%

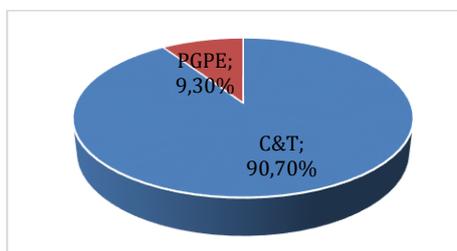
Gráfico 7.3.7 - Avaliação da força de trabalho – distribuição por Etnia



O quadro de pessoal do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações é composto pelo pessoal da carreira de ciência e tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28/07/1993 e do pessoal pertencente ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19/10/2006, do extinto Ministério das Comunicações.

Distribuição do quadro de servidores por carreira

Gráfico 7.3.8 - Distribuição do quadro de servidores por carreira



O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações é integrado por 16 (dezesseis) Unidades de Pesquisa, às quais competem a geração, aplicação e disseminação de conhecimentos, bem como o desenvolvimento de tecnologias e a promoção da inovação em suas respectivas áreas de atuação.

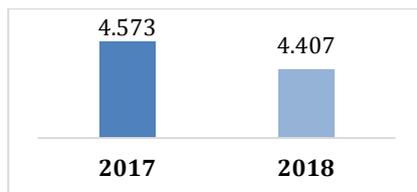
1. Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI
2. Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF
3. Centro de Tecnologia Mineral – CETEM
4. Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE
5. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN
6. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
7. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE
8. Instituto Nacional de Tecnologia – INT
9. Instituto Nacional do Semiárido – INSA
10. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT
11. Instituto Nacional da Mata Atlântica – INMA
12. Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA
13. Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC

14. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST
15. Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG
16. Observatório Nacional

O quadro de pessoal do Ministério ainda é composto por empregados públicos, ocupantes de cargo comissionado (sem vínculo), requisitados, contratos temporários e servidores em exercício descentralizado de carreiras.

Evolução do quadro de pessoal*

Quadro 7.3.9 - Evolução do quadro de pessoal (Estagiários não foram considerados)



*Estagiários não foram considerados

Quadro 7.3.9.1 - Composição da força de trabalho – distribuição por situação funcional

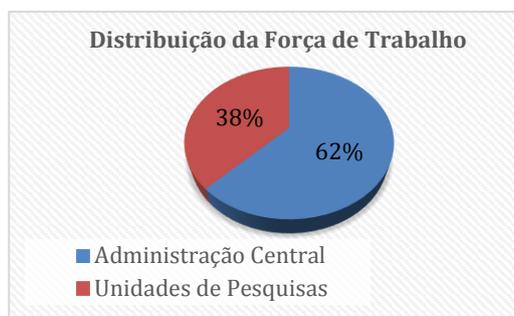
Composição da força de trabalho Distribuição por situação funcional					
Estatutário	Requisitado	Cedido	Anistiado	Sem vínculo	Outros
74%	2%	5%	4%	11%	4%
3.269	80	237	172	480	169

*Fonte: SIAPE

Distribuição da força de trabalho

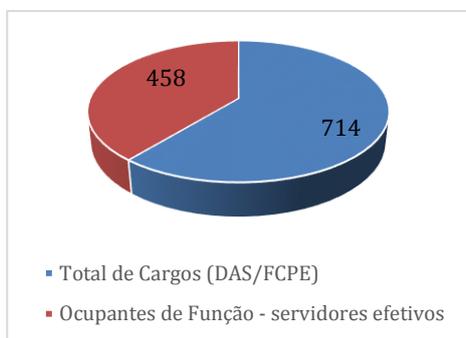
Distribuição dos servidores por unidade de exercício

Gráfico 7.3.10 - Distribuição dos servidores por unidade de exercício



Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores Efetivos

Gráfico 7.3.11 - Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos



64,15% dos cargos de Direção, Chefia e Assessoramento Superiores-DAS e Função Comissionada do Poder Executivo – FCPE, são ocupados por servidores efetivos.

Programa de Promoção à Saúde do Servidor

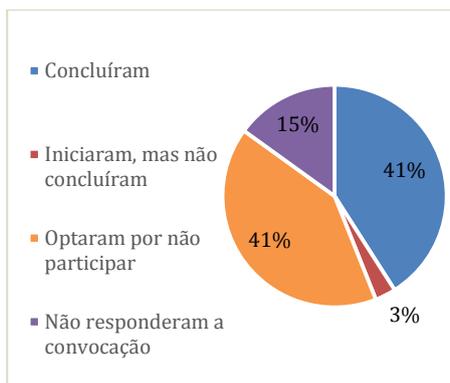
O SEASS conta uma equipe de Promoção à Saúde que, baseando-se em questionário aplicado aos servidores e colaboradores do MCTIC, desenvolveu um calendário de ações que foram desenvolvidas no ano de 2018:

- Campanha “Vamos de Escada”
- Vacina H1N1
- Doação de sangue
- Feira Orgânica
- Revista INTEGRA
- Espaço “Saúde e Movimento”
- Ginástica Laboral
- Massagem Express
- Atendimento GEAP – médico, nutricionista e psicólogo
- Semana do Servidor
- Semana de Saúde Bucal
- Dia “D”
- Unidade Móvel de Alimentação do SESC
- Campanhas de aferição de pressão e glicemia

Os Exames Médicos Periódicos foram instituídos por Lei e fazem parte da Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos Federais. Visam a preservação da saúde a partir da avaliação médica e a detecção precoce dos agravos relacionados ou não ao trabalho, não sendo obrigatório a sua realização.

No ano de 2018, o MCTIC convocou todos os servidores e empregados públicos para a realização dos mesmos, seguem resultados:

Gráfico 7.3.12 - Programa de Promoção à Saúde do Servidor



Envelhecimento do Quadro de Servidores Ativos

O MCTIC apresenta 58% do seu pessoal ativo nas faixas etárias acima de 51 anos, o que evidencia um quadro bastante envelhecido para uma organização. Por outro lado, contrastando, apenas 3% do seu quadro de servidores ativo têm até 30 anos de idade.

Gráfico 7.3.13 - idade dos servidores ativos

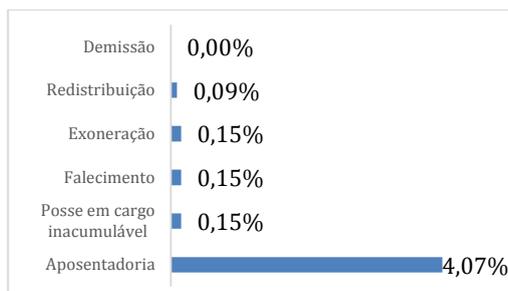


Ainda possui 28% do seu pessoal em abono permanência, que são aqueles que já cumpriram os requisitos para aposentadoria e optaram em permanecer em atividade e a qualquer momento podem se aposentar contribuindo para a elevação do índice de evasão dos servidores.

Evasão de servidores em 2018

- 151 Servidores

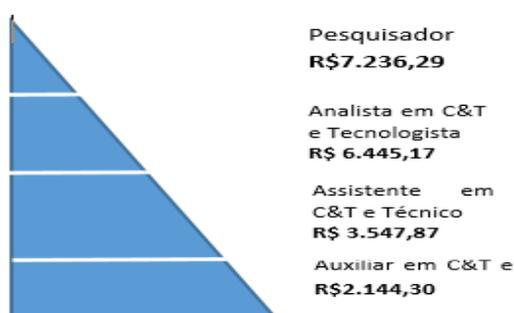
Gráfico 7.3.14 - Percentuais calculados sobre o número de servidores estatutários (3.269)



Percentuais calculados sobre o número de servidores estatutários (3.269)

Gráfico 7.3.15 - A remuneração dos cargos da carreira em ciência e tecnologia informada tem por base o valor inicial de cada cargo.

Remuneração



*Fonte: SIAPE

A remuneração dos cargos da carreira em ciência e tecnologia informada tem por base o valor inicial de cada cargo.

Detalhamento da despesa de pessoal

Em 2018 o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC teve uma despesa de 716 milhões com pessoal ativo, desse valor cerca de 76,25% correspondem às despesas com remuneração e vantagens variáveis, como retribuição por cargo em comissão e indenizações. O gasto com pessoal inativo (aposentados e pensionistas) superou 1 bilhão de reais.

1. Custo direto com despesas de pessoal ativo 2018: R\$ 716 milhões

Quadro 7.3.15 - Custo direto com despesas de pessoal ativo 2018: R\$ 716 milhões

Vantagens fixas	Gratificação natalina	Contrato temporário	Exercício anterior
76,04%	5,24%	0,54%	0,03%
Patronal	Pessoal requisitado	Decisão judicial	Vantagens variáveis
17,07%	0,66%	0,22%	0,21%

2. Custo direto com despesas de pessoal inativo 2018: R\$ 612 milhões

Quadro 7.3.15.1 -Custo direto com despesas de pessoal inativo 2018: R\$ 612 milhões

Vantagens fixas	Gratificação natalina	Exercício anterior	Decisão judicial	Vantagens variáveis
91,55%	8,15%	0,22%	0,08%	0,00%

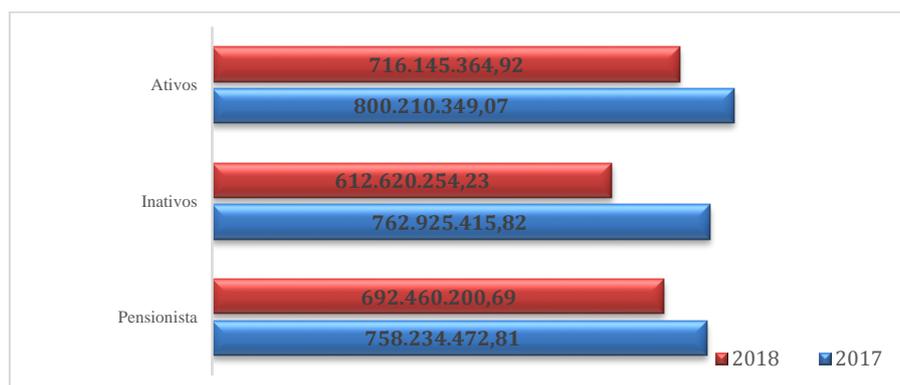
3. Custo direto com despesas de pessoal pensionistas 2018: R\$ 692 milhões

Quadro 7.3.15.2 -Custo direto com despesas de pessoal pensionistas 2018: R\$ 692 milhões

Vantagens fixas	Gratificação natalina	Exercício anterior	Decisão judicial	Vantagens variáveis
91,29%	8,21%	0,47%	0,04%	0,00%

Evolução dos gastos com pessoal

Gráfico 7.3.16 - Evolução dos gastos com pessoal



*Fonte: Siafi Gerencial

Justificativa quanto a variação das despesas com pessoal

As despesas com pessoal no exercício de 2017 foram maiores que 2018 tendo em vista a fusão das folhas de pagamento do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTI e do extinto Ministério das Comunicações - MC que foram efetivamente unificadas em 2017. E no decorrer do ano de 2018 houve também redução do número de servidores ativos, inativos e pensionistas devido a aposentadoria, falecimento e exonerações.

Problemas e desafios enfrentados na gestão de pessoas

Os riscos relacionados à gestão de pessoal são:

Ausência de pessoal suficiente, em relação às demandas das atividades atribuídas à Coordenação-Geral, limitando o cumprimento quanto ao prazo, de atendimento às ações dos órgãos de controle externo e prejudicando a atuação das auditorias internas, tendo em vista que não há perspectiva da reposição de pessoal mediante concurso público a curto e médio prazo;

Falta de alinhamento nas capacitações que abordam a concessão/manutenção das pensões e aposentadorias, gera discrepância nas concessões, muitas vezes indevidas. Mesmo com essa dificuldade, no processo de gerenciamento de riscos, a Coordenação-Geral mantém a equipe informada, semanalmente, das decisões divulgadas por meio da Resenha de Gestão de Pessoas do então MP e tem solicitado a realização de cursos de capacitações para a equipe técnica com intuito de atualizá-los, evitando com isso, que sejam concedidos atos ilegais. Outra medida de gestão adotada para gerir os riscos relacionados à concessão de atos é o envio de sugestões de medidas de melhor controle e fiscalização aos Órgãos de Controle Externo e solicitação de reuniões junto ao próprio TCU, para alinhamento das tomadas de decisões;

Alguns Normativos emanados pelo Órgão Central do SIPEC, agora Ministério da Economia, burocratizam severamente, o atendimento aos aposentados e pensionistas no que tange o cadastramento, aumentando as possibilidades de fraudes em provas de vida e conseqüentemente, a continuidade do pagamento indevido a aposentados e pensionistas que já faleceram; retardando o cancelamento dos benefícios, concedidos erroneamente ou mesmo aqueles objetos de denúncia; ignora as limitações da pessoa idosa, impondo condições que não são possíveis de serem atendidas por essas pessoas e expondo-as a fraudes, pela sua vulnerabilidade, como é o caso do SIGAC, para acesso aos contracheques e consignações por empréstimos.

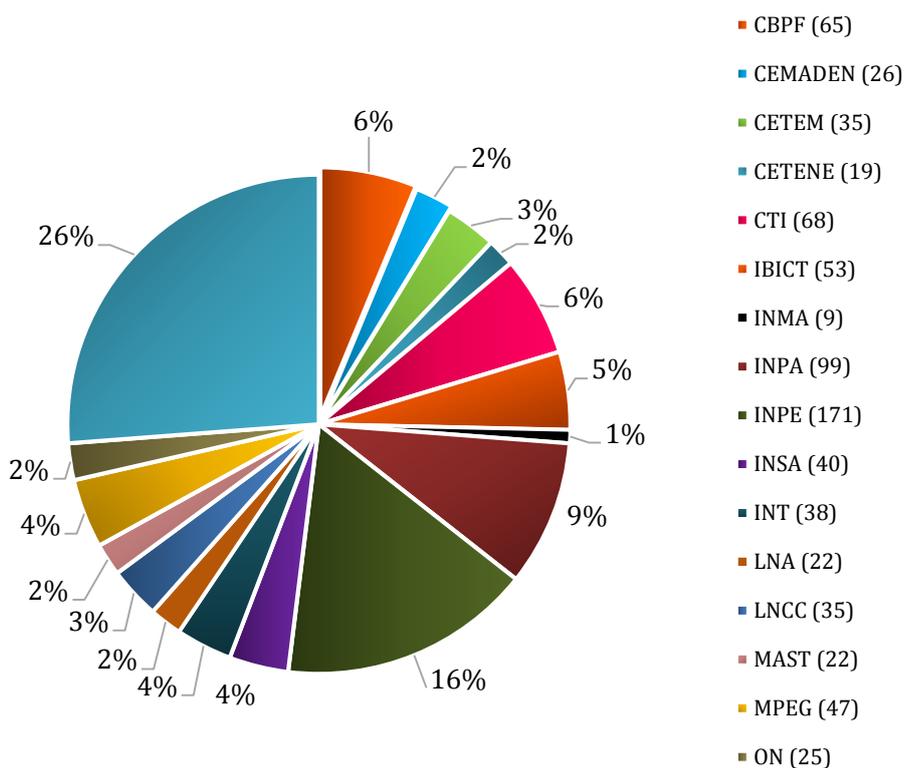
Tudo isso aumenta sensivelmente o trabalho da equipe, tendo que realizar ações para evitar fraudes contra esses idosos. Ao passo que esses servidores poderiam ser deslocados para atividades como auditoria interna nas concessões de pensão civil, que apesar de terem sido pertinentes à época do requerimento, com o passar do tempo tornaram-se indevidas.

Além disso, reclamações sobre essa sistemática tem causado um desgaste excessivo pelo acúmulo de reclamações, inclusive via Ouvidoria, aumentando o estresse da equipe que atende aos idosos. Como forma de gerir esses riscos a COAPP tem alertado, constantemente, o então do Ministério do Planejamento, atual Ministério da Economia, por meio do envio de Notas Técnicas, inclusive oferecendo sugestões mais factíveis de execução dessas atividades.

Estratégia de recrutamento pessoas

A proposta de recomposição da força de trabalho em 2018 foi realizada por meio do pedido de autorização de concurso público nos moldes do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, sendo solicitado 1.049 cargos para a Administração Central e Unidades de Pesquisa do MCTIC, entre 704 vagas para nível superior e 345 para nível intermediário, distribuídos conforme a seguir:

Gráfico 7.3.17 - Recomposição da força de trabalho em 2018



Já para as autarquias e fundações vinculadas ao Ministério, foram realizados os pedidos de autorização de concurso público nos seguintes moldes:

Quadro 7.3.17 - Recomposição da força de trabalho em 2018 nas Autarquias e Fundações

ENTIDADE VINCULADA	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL INTERMEDIÁRIO	TOTAL DE CARGOS
AEB	70	31	101
ANATEL	134	137	271
CNEN	450	50	500
CNPq	112	0	112

Avaliação de desempenho: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório

O Ministério possui a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e a Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE, que passam por avaliações nos seguintes moldes:

Quadro 7.3.18 Avaliação de desempenho de 1º de março a 28 de fevereiro do ano subsequente

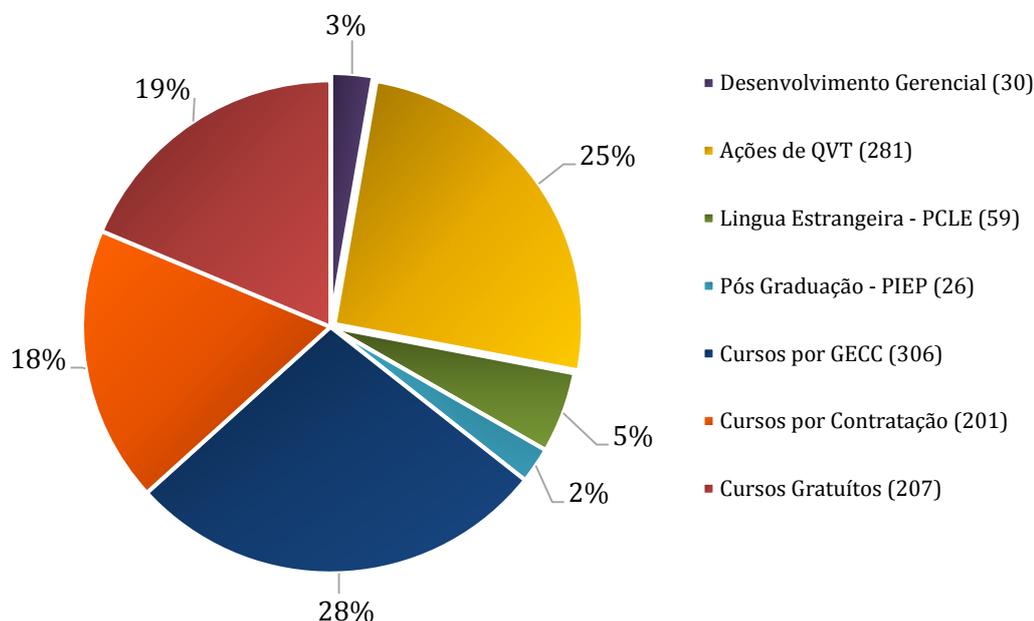
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	LEGISLAÇÃO	PERÍODO AVALIATIVO	SERVIDORES PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Avaliação de Desempenho Individual	Portaria nº 2.099, de 19 de abril de 2017	1º de março a 28 de fevereiro do ano subsequente	1.011	Em 1º de março é realizado a pactuação das metas, ao meio do ciclo é feito a apuração parcial e em 28 de fevereiro do ano posterior é feita a apuração do ciclo e publicação de resultado. A progressão funcional consiste na mudança do servidor da referência em que se encontra para a imediatamente superior com efeito financeiro nos meses de março e setembro.
Progressão e Promoção Funcional para carreira PGPE	Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980	Agosto e Fevereiro	190	1. Servidores que possuem FG, FCT, FCPE ou DAS não são avaliados e progridem automaticamente. 2. Servidores que se encontram no último padrão da classe não são avaliados e progridem automaticamente.
Progressão e Promoção Funcional para carreira C&T	Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993	12 meses contados da data de ingresso do servidor no cargo	438	Cada servidor é avaliado e faz as devidas comprovações de escolaridade e tempo de serviço necessárias para promoção. As avaliações são submetidas a comissão interna da carreira de C&T, essa comissão se reúne 3 vezes ao ano, e o resultado da reunião é publicado em boletim de serviço. O pagamento da progressão/promoção é retroativo ao término do interstício, independente da data de submissão a CI
Estágio Probatório	Portaria nº 277, de 30 de abril de 2015	Periodicamente ao final do décimo, vigésimo e trigésimo meses contados da data de entrada em exercício	12	As avaliações são submetidas a CAEP – Comissão de Avaliação de Estágio Probatório e após o término do período avaliativo, 36 meses, é feita a publicação da estabilidade em boletim de serviço

Capacitação: estratégia e números

No ano de 2018, foram realizadas 84 ações de capacitação com a participação de 1.110 servidores. Utilizamos como estratégia priorizar ações com maior impacto na estratégia organizacional e buscamos a efetividade dos gastos realizando o maior número possível de ações in company, com pagamento de instrutoria via Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos (GECC), além de incentivar e divulgar a participação nos cursos gratuitos oferecidos pelas Escolas de Governo.

A participação dos servidores foi fragmentada da seguinte maneira:

Gráfico 7.3.19 - Capacitação: estratégia e números



Como principais desafios e ações futuras para a melhoria da qualificação técnica e comportamental dos servidores do MCTIC, destacam-se:

- Revisão da Política de Desenvolvimento de Pessoas, inserindo as diretrizes da Gestão por Competência;
- Publicação do PAC – Plano Anual de Capacitação 2019, alinhado ao mapeamento de competências realizado em 2018;
- Realizar diagnóstico e implementar Política e plano de QVT – Qualidade de Vida no Trabalho
- Disponibilizar as trilhas de aprendizagem e implementar o modelo de governança; e
- Instituir diretrizes para participação obrigatória dos líderes de equipes nos programas de desenvolvimento de lideranças oferecidos pelo MCTIC.

7.4 Gestão de Licitação e Contratos

No âmbito da Diretoria de Administração – DAD é a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, por meio da Coordenação de Licitações, Compras e Contratos – COLCC, a área responsável pela realização de procedimentos licitatórios.

Em 2018, foram 73 processos de contratação, assim distribuídos:

- 14 pregões (sendo que 2 foram revogados);
- 8 adesões à Atas de Registro de Preço;
- 14 dispensas com base no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93;
- 2 dispensas com base nos demais incisos do art. 24 da Lei nº 8.666/93;
- 35 inexigibilidades.

Principais tipos de contratação direta:

- Contratações de Tecnologia da Informação (TI);
- Entrega de correspondências;
- Energia elétrica;
- Capacitação;

- Publicidade Legal.

Contratações Diretas – Justificativa

Dentre as contratações diretas, destacaram-se as contratações de cursos e treinamento, especialmente para atender as demandas de capacitação de diversas áreas deste Ministério, enquadradas, em sua maioria, como inexigibilidades, por se tratarem de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Considera-se ser um evento de natureza singular, visto que, pelo entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), a singularidade também se concretiza por força da impossibilidade de estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará.

Contratos

No ano de 2018, o MCTIC celebrou um total de 36 contratos e/ou instrumentos equivalentes, cujo valor global alcança a monta de R\$ 73.188.601,16 (setenta e três milhões, cento e oitenta e oito mil, seiscentos e um reais e dezesseis centavos).

Valores contratados por Finalidade

Os contratos vigentes no ano de 2018 que apresentaram o maior somatório, totalizando R\$ 885.541.218,13 (oitocentos e oitenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, duzentos e dezoito reais e treze centavos), foram os de despesas finalísticas do Órgão. Justifica-se o montante para a implementação de programas do Governo Federal, como o Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) e/ou o programa Cidades Digitais.

As contratações para o funcionamento administrativo vieram em segundo lugar, com o total de R\$ 113.401.180,94 (cento e treze milhões, quatrocentos e um mil, cento e oitenta reais e noventa e quatro centavos), destinados à manutenção de serviços necessários à consecução das atividades do Órgão, como apoio técnico administrativo, limpeza e conservação e telecomunicações.

Por fim, há o montante de R\$ 97.355.314,75 (noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos) no somatório dos valores dos contratos de Tecnologia da Informação, compreendendo planejamento, desenvolvimento, implantação e execução continuada de serviços relacionados ao atendimento ao usuário, operação, monitoramento, suporte, sustentação e projetos de infraestrutura de TI, parte essencial para o funcionamento do Órgão.

Quadro 7.4.3 - Valor contratado: valor celebrado no instrumento contratual Fonte: Controle de contratos do Órgão

CONTRATAÇÕES TOTAIS	VALOR
Tecnologia da Informação	R\$97.355.314,75
Funcionamento Administrativo	R\$113.401.180,94
Outros	R\$929.895.798,28
TOTAL	R\$1.140.652.293,97

Valor contratado: valor celebrado no instrumento contratual

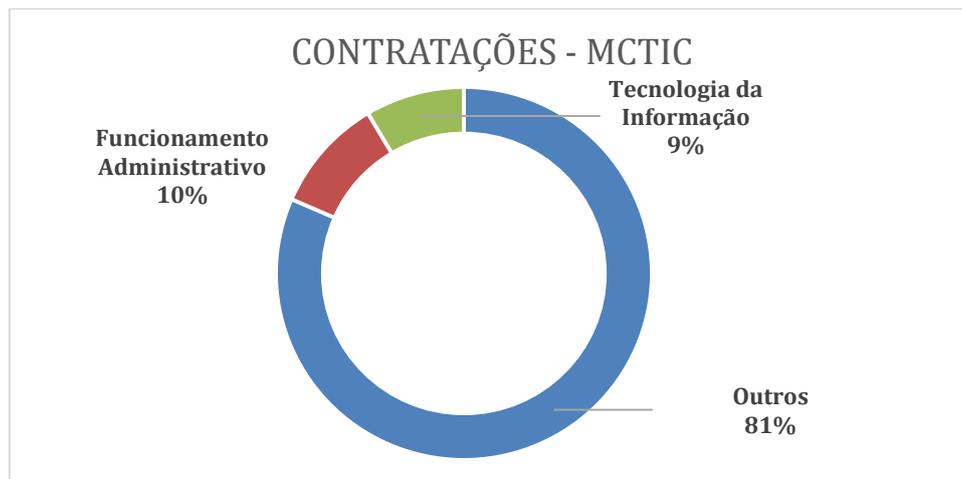
Fonte: Controle de contratos do Órgão

FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	VALOR
Energia & Água	R\$11.586.894,76
Outros	R\$271.267,80
SERVIÇOS	VALOR
Apoio Téc.-Adm. & Secretariado	R\$35.004.883,68

Vigilância & Brigada	R\$10.163.024,25
Limpeza	R\$4.552.218,80
Manutenção Predial	R\$16.878.801,54
Outros Serviços	R\$18.419.739,51
Telecomunicações	R\$926.290,61
Passagens	R\$15.598.059,99
Serviços	R\$101.543.018,38
TOTAL	R\$113.401.180,94

OUTROS	VALOR
Despesas finalísticas	R\$885.541.218,13
Fortalecimento institucional	R\$1.706.247,90
Obras	R\$2.992.530,10
Comunicação e Eventos	R\$37.094.992,24
Outros	R\$2.560.809,91
TOTAL	R\$929.895.798,28

Gráfico 7.4.3 - Contratações MCTIC



Gastos por Finalidade

Em se tratando de gastos efetivos (valores efetivamente pagos), ressalta-se a existência de uma diferença de valor a menor, comparada aos valores contratados.

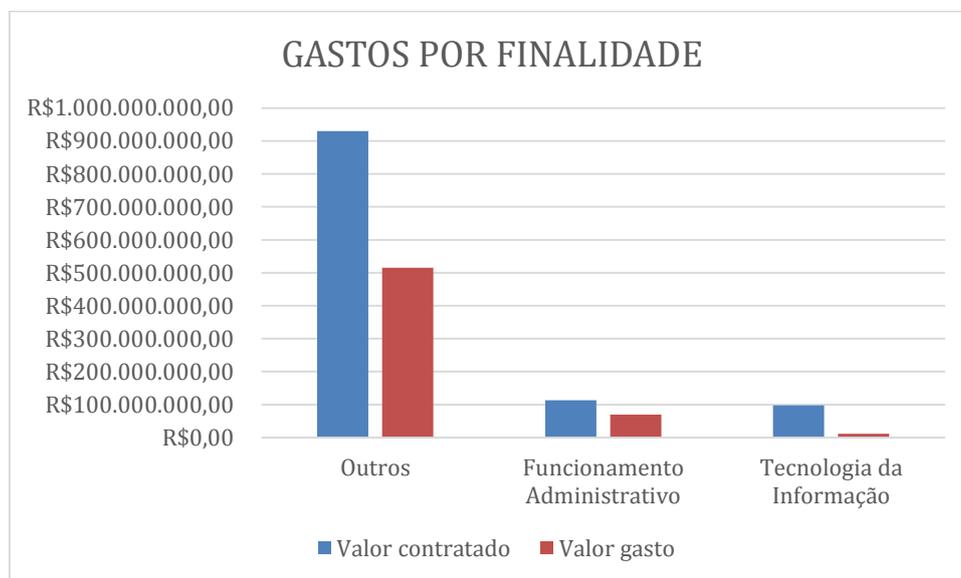
Quadro 7.4.4- Valor gasto: o valor pago ao fornecedor após a prestação do serviço ou entrega do bem. Fonte: Relatório SIAFI (emitido pela CGOF)

GASTOS TOTAIS	VALOR
Tecnologia da Informação	R\$11.224.392,36
Funcionamento Administrativo	R\$69.245.775,03
Outros	R\$514.984.161,77
TOTAL	R\$595.454.329,16
FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	VALOR

Energia & Água	R\$1.665.745,84
Outros	R\$124.591,44
SERVIÇOS	VALOR
Apoio Téc.-Adm. & Secretariado	R\$34.086.669,44
Vigilância & Brigada	R\$10.320.350,51
Limpeza	R\$4.420.067,25
Manutenção Predial	R\$7.364.471,43
Outros Serviços	R\$8.288.951,66
Telecomunicações	R\$321.198,95
Passagens	R\$2.653.728,51
Serviços	R\$67.455.437,75
TOTAL	R\$69.245.775,03
OUTROS	VALOR
Despesas finalísticas	R\$487.670.021,56
Fortalecimento institucional	R\$574.661,33
Obras	R\$1.757,38
Comunicação e Eventos	R\$25.744.791,77
Outros	R\$992.929,73
TOTAL	R\$514.984.161,77

Valor gasto: o valor pago ao fornecedor após a prestação do serviço ou entrega do bem.
Fonte: Relatório SIAFI (emitido pela CGOF)

Gráfico 7.4.4 - Gastos por finalidade



Conformidade Legal

O MCTIC conta com a assessoria jurídica do Órgão, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e Instruções Normativas do antigo Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP) e suas alterações.

Desafios, Fraquezas e Riscos na Gestão das Licitações e Contratos

O MCTIC, acompanhando as grandes mudanças apresentadas pela nova gestão pública, com foco principalmente no planejamento da contratação de bens e serviços, vem, a partir da inovação trazida pela Instrução Normativa Seges/MP nº 01/2018, trabalhando arduamente no intuito de implantar de forma eficiente o Planejamento Anual de Compras - PAC, que será realizado pelo Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – Sistema PGC. Vários expedientes foram enviados às áreas demandantes no intuito de informar e orientar quanto aos novos procedimentos de contratação.

A área de licitações e contratos vem realizando estudos para elaborar normativo interno que tratará do PAC-PGC, considerando a realidade do MCTIC, a fim de uniformizar os procedimentos necessários à contratação de bens e serviços, seguindo os preceitos da IN nº 01/2018. Será o grande desafio a ser enfrentado no ano corrente e nos próximos, devido às particularidades e necessidades específicas de cada setor demandante do Órgão.

Além disso, há restrição orçamentária no âmbito da Administração Pública, a qual vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para manter a qualidade dos serviços prestados, com uso de menos recursos financeiros. A falta de pessoal qualificado para atuar na área, instabilidades nos sistemas governamentais e recorrentes mudanças da legislação também foram indicadas como desafios constantes na gestão de licitações e contratos.

7.5 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

Os investimentos realizados estão relacionados com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar os processos de gestão de infraestrutura física e logística, conforme o Planejamento Estratégico do MCTIC, a fim de promover a eficiência do uso dos espaços físicos com segurança, integração e modernização, de modo a adequar a infraestrutura física.

Nessa vertente, o MCTIC realizou os seguintes gastos:

- R\$ 536.124,74 (quinhentos e trinta e sei mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos) na construção da escada de emergência no exercício 2018;
- R\$ 802.200,00 mil (oitocentos e dois mil e duzentos reais), de 2016 a 2018, na modernização de 8 (oito) elevadores gerando uma redução de até 27% no gasto de energia deste transporte.
- R\$ 114.496,00 mil (cento e quatorze mil, quatrocentos e noventa e seis reais) na substituição de 52 equipamentos de ar condicionado SPLIT com tecnologia inverter no exercício 2018, resultando em menor nível de ruído e menor consumo energético, chegando até 40% de economia em relação aos aparelhos convencionais.

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão patrimonial, o MCTIC observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas na Lei nº 8666/93 e no Decreto nº 9.373/2018.

Principais investimentos de Capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Em 2018, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC investiu R\$ 4.498.531,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e um reais), em compras de mobiliários em geral, conforme Sistema de Controle Patrimonial CITSmart. Tais investimentos estão relacionados com o objetivo de manter o nível de satisfação e qualidade dos serviços de infraestrutura e logística, previsto nas metas de desempenho institucional do MCTIC.

Entre os resultados decorrentes dos investimentos, destacam-se:

- Inauguração do Centro de Treinamento do MCTIC

- Melhoria da qualidade dos ambientes de expediente (mobiliário adequado às necessidades dos servidores/colaboradores);
- Reforma e modernização da Biblioteca.

Desfazimento de ativos

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações concluiu, no ano de 2018, nove processos de desfazimento de bens móveis permanentes, entre doações, transferências e cessões.

Os ativos desfeitos totalizaram o valor de R\$ 548.955,08 (quinhentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos). Entre os quais, destacam-se os equipamentos de processamento de dados, mobiliários em geral e veículos de tração mecânica.

Foram favorecidos com os bens desfeitos, entre outros, os órgãos do Executivo Federal, do Distrito Federal e Municipais.

Locação de imóveis e equipamentos

O MCTIC não possui imóveis locados de terceiros.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve mudanças e desmobilizações no âmbito do MCTIC.

Principais desafios e ações futuras

Os recorrentes cortes de gastos no âmbito do Governo Federal tem sido um dos principais desafios enfrentados na Gestão Patrimonial. Essa escassez tem levado ao alinhamento, prezando pela máxima eficiência dos recursos humanos e orçamentários disponíveis.

Tendo em vista os desafios apresentados, as seguintes ações foram planejadas e/ou estão em execução:

- Planejamento e elaboração de estudo técnico preliminar, demonstrando à necessidade e a conveniência na hora de adquirir ou contratar bens e serviços;
- Delimitação da rotina de trabalho das equipes, para que os integrantes não fiquem sobrecarregados;
- Planejamento de distribuição, por meio do DRP (*Distribution Requirements Planning*), aumentando a eficiência operacional;
- Implementação das *tags* (etiqueta de identificação RFID), melhorando o controle patrimonial com a automatização dos processos de auditorias e inventário, tornando-os mais ágeis e seguros.

7.6 Gestão da tecnologia da informação

Conformidade Legal

Visando a assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o MCTIC observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal (Sisp), Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de observar às diretrizes e regras estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, busca a melhoria contínua de seus serviços, atento a diretrizes e padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, interoperabilidade, licitações e fiscalização de contratos.

Modelo de Governança de TI

Figura 7.6.2 - Modelo de governança de TI



as melhores práticas de segurança da informação.

O Modelo de Governança de TI do Ministério tem como principal instância o **Comitê de Governança Digital (CGD)**, mas conta também com o **Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC)**. O primeiro, de caráter estratégico e deliberativo, tem a finalidade de deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TI e à Governança Digital, além de monitorar e avaliar sistematicamente tais instrumentos. O segundo, de natureza consultiva, tem a finalidade de tratar assuntos relacionados à Segurança da Informação e Comunicações (SIC), além de propor a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) e suas normas complementares.

A **Política de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI)** - Portaria nº 6.285, de 08 de novembro de 2017 - estabelece um conjunto de objetivos, princípios e diretrizes visando à criação de valor para a instituição e para o cidadão mediante o uso dos recursos de TI.

A **Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC)** - Portaria nº 4.711, de 18 de agosto de 2017 - define as diretrizes, competências e responsabilidades relativas ao uso e compartilhamento de dados, informações e documentos em conformidade com a legislação vigente, as normas técnicas pertinentes, os valores éticos e

A **Política de Continuidade de Negócios (PCN)** - Portaria nº 1.141, de 05 de março de 2018 - estabelece diretrizes para o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) do Ministério.

Ademais, o MCTIC, para o cumprimento de suas metas e alcance dos seus objetivos, pautado nas políticas estabelecidas, utiliza uma série de planos, que orientam os programas, projetos, serviços, sistemas e operações de TI. Nesse sentido, destacam-se os seguintes instrumentos aprovados pelo CGD:

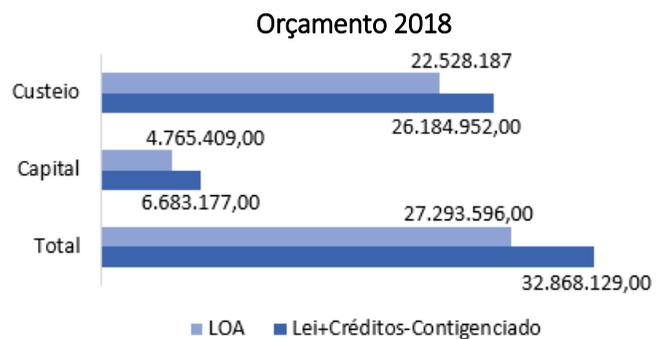
- **Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações (PETIC)** - Portaria nº 5.984, de 19 de novembro de 2018 - documento que fornece diretrizes para o período de 2019 a 2022, contemplando objetivos estratégicos, indicadores e metas referentes à TI do Ministério, considerando o necessário alinhamento à Estratégia de Governança Digital (EGD) do Governo Federal e ao Planejamento Estratégico do MCTIC para o período de 2018 a 2022;
- **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC)** - Portaria nº 5.985, de 19 de novembro de 2018 - instrumento de gestão para o no biênio 2019-2020, direciona os esforços relacionados à TI do MCTIC, definindo iniciativas, projetos e planos de ação, em atenção às iniciativas estratégicas definidas no PETIC 2019-2022.

Nesse contexto, o MCTIC, embora reconheça que houve avanço em relação ao aperfeiçoamento dos seus controles internos e mecanismos de governança de TI, continua envidando esforços para a melhoria contínua dos seus processos e serviços.

Montante de Recursos Aplicados em TI

No ano de 2018, para fazer frente aos desafios de TI impostos, foi previsto um orçamento inicial, na Lei Orçamentária Anual (LOA), de R\$ 27.293.596,00. Posteriormente, o valor foi incrementado, perfazendo o montante de R\$ 32.868.129,00 (LOA+Créditos-Contingenciado).

Gráfico 7.6.3.1 - Orçamento 2018

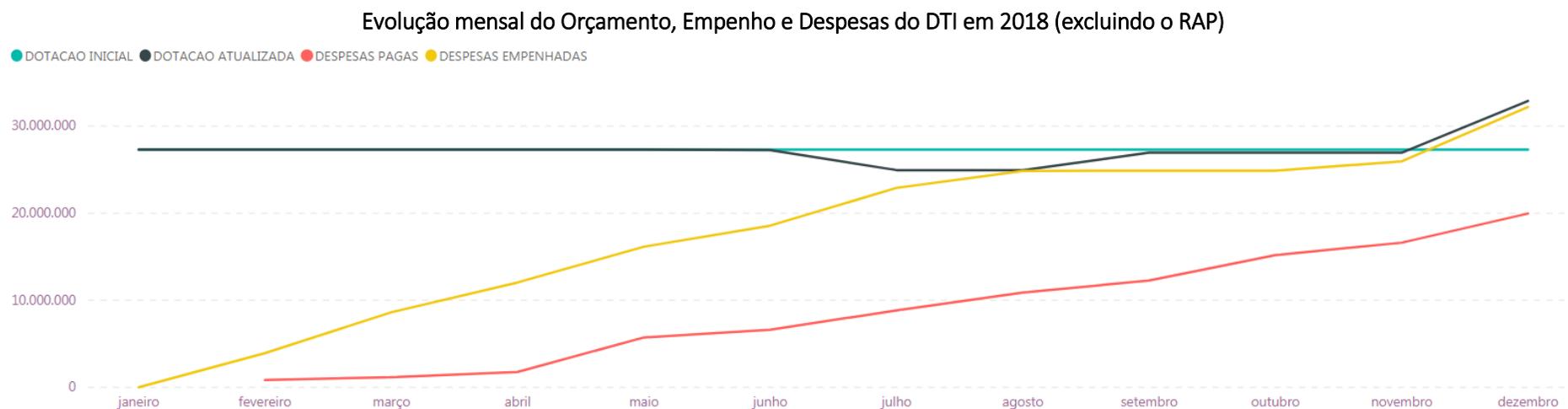


Quadro 7.6.3.1 –Montante de Recursos Aplicados em TIC – 2018 (R\$)

Montante de Recursos Aplicados em TIC – 2018 (R\$)

Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
Custeio	25.501.721,25	18.914.617,32
Capital	6.682.301,44	1.047.924,04
TOTAL	32.184.022,69	19.962.541,36

Gráfico 7.6.3.2 - Evolução mensal do Orçamento, Empenho e Despesas do DTI em 2018



Dados da UG Executora 240219 | Fonte: Tesouro Gerencial

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Os processos de contratações de soluções de Tecnologia da Informação seguem as orientações da Instrução Normativa MP/SLTI Nº 4, de 11 de setembro de 2014, e em 2018, foram conduzidos 10 processos que resultaram em contratação. A seguir, são apresentados alguns dos contratos vigentes e as principais aquisições de TIC realizadas.

Quadro 7.6.4. - Amostra de contratos vigentes na área de Infraestrutura, Sistemas e suas principais contratações em 2018

Amostra de contratos vigentes da área de Infraestrutura		
Contrato	Objeto	Valor anual máximo previsto em contrato
12/2014	Sala Cofre (Blocos E e R)	R\$ 831.457,03
37/2014	Solução Integrada de Backup	R\$ 347.148,35
21/2015	Link Internet Redundante	R\$ 301.149,84
36/2017	Servidores de Rede e Racks	R\$ 729.058,00
05/2017	Correio Eletrônico	R\$ 301.000,00

Amostra de contratos vigentes da área de Infraestrutura		
Contrato	Objeto	Valor máximo previsto em contrato (3 anos)
20/2016	Solução de Virtualização	R\$ 1.538.001,22

Amostra de contratos vigentes da área de Sistemas		
Contrato	Objeto	Valor anual máximo previsto em contrato
22/2014	Fábrica de Testes de Software	R\$ 1.195.244,29
02/2016	Fábrica de Software	R\$ 14.002.257,81
04/2017	Infoconv	R\$ 24.003,60

Principais contratações 2018		
Contrato	Objeto	Valor máximo previsto em contrato (3 anos)
32/2018	Licenças de Software Aplicativos	R\$ 5.109.962,92

Principais contratações 2018		
Contrato	Objeto	Valor anual máximo previsto em contrato
12/2018	Antivírus	R\$ 1.908.500,00
22/2018	Suporte ao ambiente de TIC	R\$ 11.976.929,95
30/2018	Balanceador de carga	R\$ 1.507.275,00
31/2018	Contagem de Pontos de Função	R\$ 84.600,00

Principais contratações 2018		
Contrato	Objeto	Valor máximo previsto em contrato (5 anos)
33/2018	Solução de Armazenamento (Storage)	R\$ 3.367.533,17

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Referente aos processos de suporte da Cadeia de Valor do MCTIC, a Tabela a seguir apresenta as principais iniciativas conduzidas no tocante à Tecnologia da Informação:

Quadro 7.6.5 - Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Cadeia de Valor: Processos de Suporte	Principais iniciativas (sistemas e projetos) na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
Gestão e implementação de soluções de TIC	Internet para Todos	O portal do Internet para Todos é uma ferramenta para que os municípios interessados possam aderir ao programa, além de ser seu principal meio de divulgação.
	Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Termos de Execução Descentralizada – SIGTED	O sistema permite a gestão dos Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados no âmbito do MCTIC. Disponibilizados em produção, em 2018, os módulos de unidade gestora, elaboração do plano de trabalho e formalização do TED.
	Desenvolvimento do Sistema de Integração com o SEI – ISEI	Implantado em 2018, visa a integração e padronização dos sistemas corporativos do MCTIC com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), garantindo o sigilo e a segurança das informações, bem como a integridade dos dados.
	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Bens Sensíveis – SGBS	Possibilita o preenchimento online de cadastro de empresas, de Declarações de Atividades Industriais, de Atividades Industriais Futuras, e da consolidação das informações para serem enviadas à Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). Foram implantados os seguintes módulos: cadastro de empresa, cadastro de material químico e relatórios.
	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Assuntos Parlamentares – SIGAP	Permite o acompanhamento e análise dos processos legislativos das proposições relacionadas ao MCTIC. Em 2018 foram disponibilizados os seguintes módulos: importação de proposições, gerenciamento de proposições, atualização e configurações administrativas, usuários externos e notificações, atalhos e resumos.
	Desenvolvimento do Sistema de Gerência do GESAC – SISGESAC	Facilita o gerenciamento das atividades administrativas relacionadas ao programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). Foram disponibilizados os seguintes módulos: pontos de presença e solicitação de instalação, atendimento de serviços e chamados e contrato.
Gestão e manutenção da infraestrutura de TIC	Sistema Eletrônico de Informações – SEI	Usando o modelo de Infraestrutura como serviço, o MCTIC forneceu acesso ao SEI às suas 16 unidades de pesquisa e a algumas de suas entidades vinculadas.
Governança de TIC	Atuação do Comitê (CGD) e medidas de governança de TI	O CGD atuou em assuntos referentes à governança de TI e instituiu instrumentos e medidas de controle em conformidade com a legislação vigente.
	Instituição de Plano Estratégico de	O PETIC, alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Ministério, é um

Cadeia de Valor: Processos de Suporte	Principais iniciativas (sistemas e projetos) na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
	Tecnologia da Informação e Comunicações (PETIC) 2019-2022	instrumento estratégico orientador da TI do MCTIC, contemplando objetivos estratégicos, indicadores e metas para o período de 2019-2022.
	Instituição de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) 2019-2020	O PDTIC, instrumento tático alinhado ao PETIC, contempla necessidades de contratação, projetos e planos de ação para o biênio 2019-2020.
	Desenvolvimento de painéis gerenciais	Capacitação de servidores e desenvolvimento de painéis gerenciais para apoio à tomada de decisões (<i>Business Intelligence – BI</i>).
Gestão da segurança da informação e comunicação	Atuação do Comitê (CSIC) e instituição de instrumentos normativos	O CSIC atuou em assuntos referentes à segurança da informação e foram instituídas normas complementares à Política de Segurança da Informação e Comunicações – Posic.
	Instituição da Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede (ETIR)	Em 2018, foram tratados incidentes de segurança da informação em redes computacionais e resultados foram apresentados ao CSIC.

Segurança da Informação

No que tange à Segurança da Informação e Comunicações (SIC), o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) do MCTIC exerceu seu papel em 2018, com destaque para as seguintes iniciativas:

- Instituição de novas Normas Complementares (NC) à Política de Segurança da Informação e Comunicações do MCTIC:
 - NC 03/CSIC/MCTIC – Recursos Computacionais (Portaria nº 1.551, de 26 de março de 2018);
 - NC 04/CSIC/MCTIC - Gestão de riscos em segurança da informação e comunicações (Portaria nº 1.159, de 28 de fevereiro de 2018);
 - NC 05/CSIC/MCTIC – Diretrizes para o serviço de tratamento de incidentes de segurança em redes computacionais (Portaria nº 1.160, de 28 de fevereiro de 2018); e
 - NC 06 /CSIC/MCTIC – Diretrizes para o registro de eventos, coleta e preservação de evidências de incidentes de segurança em redes computacionais (Portaria nº 1.161, de 28 de fevereiro de 2018).
- Atualização da composição da Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede (ETIR), por meio da Portaria nº 4.314, de 5 de setembro de 2018; e
- Operação da Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede (ETIR), observando os instrumentos normativos estabelecidos.

7.7 Gestão de custos

Estimativa de Custos por área de atuação - Em atenção ao artigo 50, §3º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e a Portaria STN 157, de 9 de março de 2011, relata-se o resultado alcançado no âmbito do MCTIC. As planilhas abaixo demonstram a execução da despesa orçamentária referente ao exercício financeiro de 2018, distribuídos em programas finalísticos e de suporte, unidade orçamentária 24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta, levando-se em conta as despesas empenhadas para fins de análise dos custos.

Quadro 7.7.1 - Despesa orçamentária exercício financeiro de 2018 – Programas Finalísticos

PROGRAMAS FINALÍSTICOS						
	Programa de Governo	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPEAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPEAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	150.000.000,00	674.000.000,00	674.000.000,00	674.000.000,00	674.000.000,00
0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	12.090.301,00	15.424.860,00	15.424.859,20	14.678.459,20	14.678.459,20
2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	776.148.584,00	836.321.730,00	830.426.945,16	744.843.899,65	740.834.749,24
2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	33.420.532,00	33.402.622,00	33.401.748,34	12.017.686,79	12.017.141,97
2040	GESTAO DE RISCOS E DE DESASTRES	19.872.246,00	21.820.570,00	21.740.746,20	8.714.382,23	8.473.398,01
2046	OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTARTICA	2.990.000,00	2.926.207,00	2.926.206,74	2.297.206,74	2.158.206,74
2050	MUDANCA DO CLIMA	15.515.000,00	19.504.846,00	19.402.630,58	12.016.617,53	12.001.617,53
2059	POLITICA NUCLEAR	59.389,00	59.389,00			
	Total	1.010.096.052,00	1.603.460.224,00	1.597.323.136,22	1.468.568.252,14	1.464.163.572,69

Fonte: Tesouro Gerencial

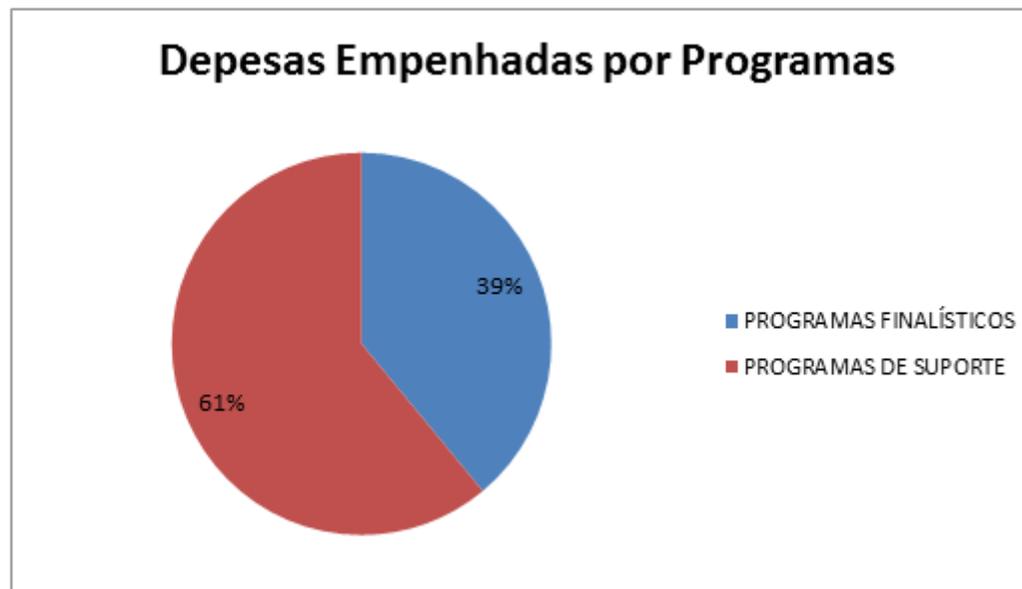
Quadro 7.7.2 - Despesa orçamentária exercício financeiro de 2018 – Programas de Suporte

		PROGRAMAS DE SUPORTE				
Programa de Governo		DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	1.421.780.581,00	1.410.231.317,00	1.404.163.604,72	1.404.163.604,72	1.305.474.060,36
2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	1.123.496.179,00	1.131.612.906,00	1.097.251.823,52	1.045.691.543,24	990.255.007,55
Total		2.545.276.760,00	2.541.844.223,00	2.501.415.428,24	2.449.855.147,96	2.295.729.067,91

Fonte: Tesouro Gerencial

Na forma de gráfico, observa-se que os gastos na área de suporte foram bem maiores do que os gastos realizados na área finalística, ou seja, fazendo um comparativo em termos percentuais o gasto na área de suporte foi de 22% maior do que o executado na área finalística, com destaque para as despesas com pessoal (ação 20TP-Ativos Civis da União) e despesas com encargos sociais (ação 0181-Aposentadorias e Pensões Civis da União).

Gráfico 7.7.1 - Gastos na área de suporte



Demonstra-se na planilha abaixo, a execução orçamentária de todos os programas no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Unidade Orçamentária 24101 – MCTIC.

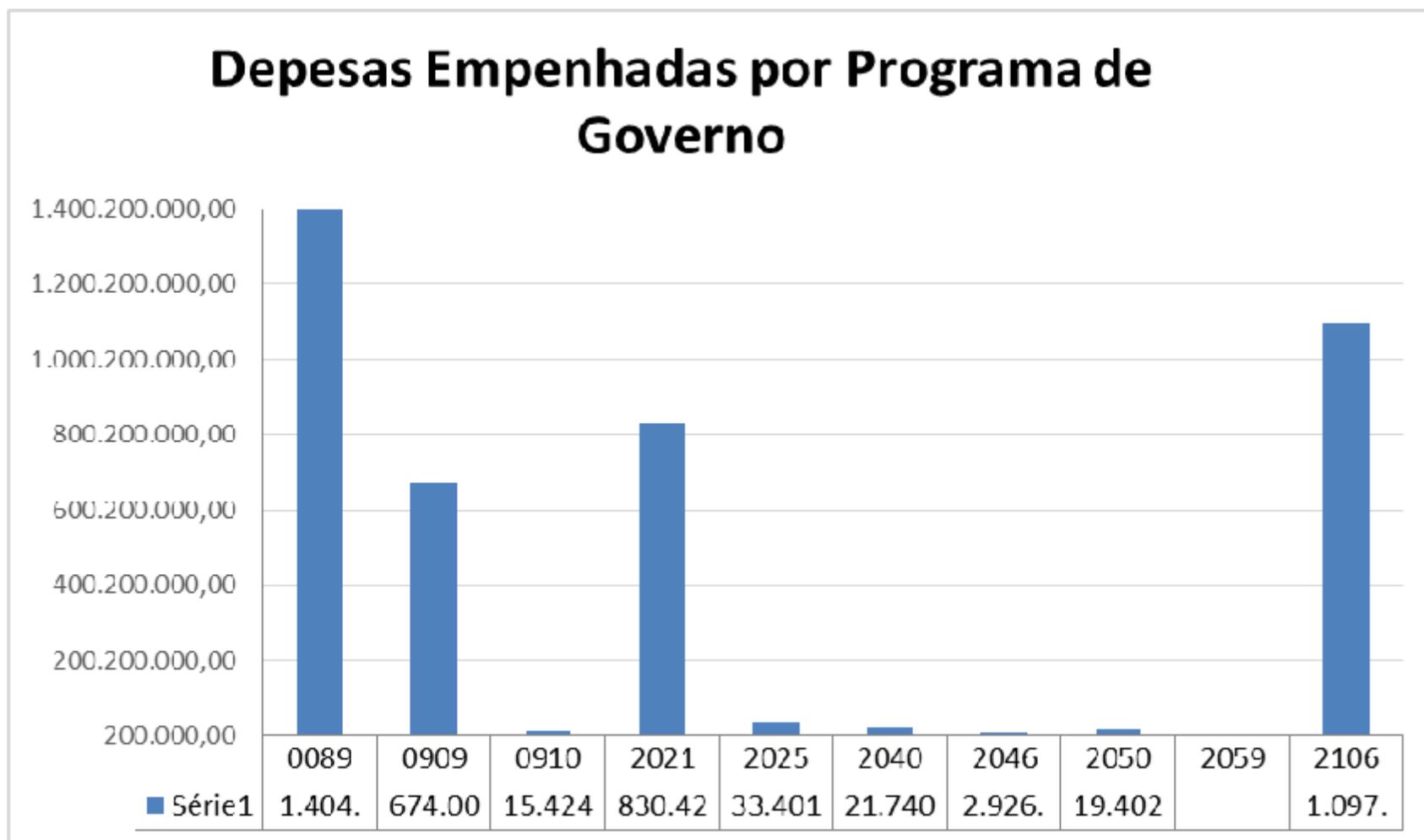
Quadro 7.7.3 - Execução orçamentária Unidade Orçamentária 24101 – MCTIC

PROGRAMA DE GOVERNO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESpesas LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESpesas PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	1.421.780.581,00	1.410.231.317,00	1.404.163.604,72	1.404.163.604,72	1.305.474.060,36
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	150.000.000,00	674.000.000,00	674.000.000,00	674.000.000,00	674.000.000,00
0910 OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	12.090.301,00	15.424.860,00	15.424.859,20	14.678.459,20	14.678.459,20

2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	776.148.584,00	836.321.730,00	830.426.945,16	744.843.899,65	740.834.749,24
2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	33.420.532,00	33.402.622,00	33.401.748,34	12.017.686,79	12.017.141,97
2040	GESTAO DE RISCOS E DE DESASTRES	19.872.246,00	21.820.570,00	21.740.746,20	8.714.382,23	8.473.398,01
2046	OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTARTICA	2.990.000,00	2.926.207,00	2.926.206,74	2.297.206,74	2.158.206,74
2050	MUDANCA DO CLIMA	15.515.000,00	19.504.846,00	19.402.630,58	12.016.617,53	12.001.617,53
2059	POLITICA NUCLEAR	59.389,00	59.389,00			
2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	1.123.496.179,00	1.131.612.906,00	1.097.251.823,52	1.045.691.543,24	990.255.007,55
	Total	3.555.372.812,00	4.145.304.447,00	4.098.738.564,46	3.918.423.400,10	3.759.892.640,60

Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 7.7.2 – Despesas Empenhadas por Programa de Governo



Na análise do período de janeiro a dezembro, no tocante a despesa empenhada observa-se nas planilhas a seguir os destaques relativos aos maiores gastos ocorridos por programa e ação, sendo os primeiros nos programas de suporte 0089-Previdências de Inativos e Pensionistas da União, ação 0181-Aposentadorias e Pensões Civas da União, apresentando um gasto de R\$ 1.404.163.604,72 e 2106-Programa de Gestão e Manutenção do MCTIC, com um gasto

total de R\$ 1.097.251.823,52, apresentando maior gasto na ação 20TP-Ativos Cíveis da União no valor de R\$ 665.474.447,42 e em seguida na ação 2000-Administração da Unidade no valor de R\$ 264.849.405,65, referente despesas com os contratos de manutenção, diárias, passagens e outros.

Na sequência aparece o programa 2021-Ciência, Tecnologia e Inovação (finalístico) com execução total no montante de R\$ 830.426.945,16, com destaque nas ações 13CL-Construção de Fonte de Luz Sincrotron de 4ª Geração – Sirius apresentando um gasto de R\$ 352.410.903,00 e ação 212H-Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais com um gasto de R\$ 267.207.091,00, distribuídos entre 6 (seis) OS a saber: CGEE-Centro de Gestão e Estudos Estratégico, CNPEM-Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, IMPA-Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, EMBRAPA-Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, IDSM-Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e RNP-Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

Em seguida surge o Programa 0909-Operações Especiais/Outros Encargos Especiais que executou o montante de R\$ 674.000.000,00, com destaque nas ações 00P8-Participação da União no Capital das Telecomunicações Brasileiras apresentando um gasto de R\$ 347.000.000,00 e ação 00R1-Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Quadro 7.7.4 - Execução orçamentária por ação – Programa 0089

PROGRAMA 0089 - POR AÇÃO

AÇÃO DE GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESpesas LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESpesas PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
0181	APOSENTADOREAS E PENSÕES CÍVIS DA UNIÃO	1.421.780.581,00	1.410.231.317,00	1.404.163.604,72	1.404.163.604,72	1.305.474.060,36
Total		1.421.780.581,00	1.410.231.317,00	1.404.163.604,72	1.404.163.604,72	1.305.474.060,36

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 7.7.5 - Execução orçamentária por ação – Programa 2021

PROGRAMA 2021 - POR AÇÃO

AÇÃO DE GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESpesas LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESpesas PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
13CL	CONSTRUCAO DE FONTE DE LUZ SINCROTRON DE 4. GERACAO - SIRIUS	218.410.903,00	352.410.903,00	352.410.903,00	352.410.903,00	352.410.903,00
14XT	EXPANSÃO DAS INST. FÍSICA E LAB. DO LNNANO	8.985.674,00	8.985.674,00	8.985.674,00	8.985.674,00	8.985.674,00
154K	CONSTRUCAO DA INFRAESTRUTURA DO INSTI	500.000,00	1.050.000,00	1.015.000,00	0,00	0,00

15P6	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRAESTRUTURA PARA O ESTUDO	3.104.561,00	1.792.258,00	1.787.729,33	721.469,33	721.469,33
200D	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA UTILIZACAO DE TELESCOPIOS INTERNA	5.610.000,00	10.075.000,00	10.075.000,00	10.075.000,00	10.075.000,00
20UI	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO INSTITUTO	3.668.000,00	4.771.027,00	4.767.126,50	3.209.730,59	3.199.120,34
20UJ	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO INS	953.489,00	1.233.489,00	1.233.474,45	785.345,28	785.345,28
20UK	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO OBS	3.025.769,00	6.510.523,00	6.507.656,48	6.334.576,41	6.312.261,08
20UL	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO CEN	1.150.000,00	1.545.000,00	1.424.104,59	1.030.241,05	1.030.241,05
20UM	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO CEN	6.360.000,00	11.736.678,00	11.733.713,92	9.421.616,71	9.406.539,60
20UN	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO INS	4.452.903,00	4.843.338,00	4.804.718,31	2.104.698,06	2.073.959,77
20UO	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO MUS	1.180.000,00	868.000,00	825.273,88	307.617,45	299.473,46
20UQ	APOIO A PROJETOS DE P&D PARA TECNOLOG	27.020.000,00	23.816.500,00	22.494.344,34	8.221.848,32	8.057.221,73
20UR	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO INS	5.411.848,00	8.548.832,00	6.118.200,49	2.987.451,97	2.987.451,97
20US	FOMENTO A PESQUISA VOLTADA PARA A GER	28.076.754,00	13.911.645,00	13.910.395,35	7.045.888,42	4.732.538,42
20UT	PROMOCAO DA PESQUISA, DO DESENVOLVIME	11.783.766,00	10.500.000,00	10.500.000,00	4.023.000,00	3.984.500,00
20V6	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS A INOVACAO E A	70.833.025,00	12.953.919,00	12.852.294,19	4.934.288,43	4.069.933,59
20V7	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO NAS UNIDADES DE PESQUIS	6.881.226,00	3.521.226,00	2.528.267,00	1.131.450,69	1.131.450,69

20V8	APOIO A INICIATIVAS E PROJETOS DE INCLUSAO DIGITAL	52.745.711,00	39.644.390,00	39.416.790,93	29.602.301,51	29.421.115,00
212H	MANUTENCAO DE CONTRATO DE GESTAO COM ORGANIZACOES SOCIAIS	222.206.189,00	267.207.091,00	267.207.091,00	260.423.325,00	260.423.325,00
215L	FOMENTO A PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO EM AREAS ESTRATEGIC	63.814.503,00	11.300.867,00	11.299.624,40	6.782.628,36	6.755.428,36
218D	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO INSTITUTO NACIONAL DA MATA	10.000,00	709.922,00	699.903,27	89.561,76	89.561,76
2C67	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATE	463.168,00	335.006,00	335.004,48	26.740,00	26.740,00
4125	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVACAO EM CIENCIAS	4.116.751,00	8.725.609,00	8.725.601,96	4.768.368,53	4.768.368,53
4126	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM ASTROFISICA E ASTRONOMIA NO LA	1.296.273,00	2.053.066,00	2.051.366,05	1.637.394,84	1.637.394,84
4128	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	1.553.645,00	1.809.084,00	1.736.146,61	1.187.757,44	1.180.994,44
4132	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORM	1.417.114,00	717.114,00	685.952,98	685.952,98	685.952,98
4139	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO LABORATORIO NACIONAL DE COMPU	2.150.000,00	8.950.000,00	8.950.000,00	5.472.466,51	5.472.466,51
6147	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	2.467.312,00	2.028.048,00	2.028.068,33	1.693.339,28	1.693.339,28
6702	APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE EDUCACAO, DIVULGACAO E POPULAR	16.500.000,00	13.767.521,00	13.317.519,32	8.743.263,73	8.416.979,23
Total		776.148.584,00	836.321.730,00	830.426.945,16	744.843.899,65	740.834.749,24

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 7.7.6 - Execução orçamentária por ação – Programa 2106

PROGRAMA 2106 - POR AÇÃO

AÇÃO DE GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
09HB	CONTRIB. DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQ. E FUND.	132.588.696,00	132.588.698,00	107.757.825,60	107.757.825,60	107.757.825,60
12EA	REFORMA DO ED. SEDE DO MCTIC	356.200,00	630.060,00	630.060,00	0,00	0,00
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	223.450.088,00	276.102.112,00	271.582.583,27	225.840.165,56	224.902.518,33
2004	ASSIST. MÉD. E ODONTOLÓGICA	17.384.244,00	17.084.244,00	15.343.554,67	14.807.650,15	13.764.652,81
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	705.578.372,00	666.154.263,00	665.474.447,42	661.390.454,95	610.291.637,86
212B	BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS	31.663.896,00	31.332.896,00	29.234.540,61	29.184.417,37	26.946.307,97
216H	AJUDA DE CUSTO P MORADIA	624.057,00	1.004.057,00	822.070,11	822.070,11	746.083,48
217J	GESTÃO DE ÓRGÃOS COLEG.	1.710.163,00	1.162.115,00	899.035,97	833.937,04	833.937,04
2495	CONTROLE DE BENS SENSIVEIS	458.229,00	458.229,00	416.197,23	367.534,03	367.534,03
4210	FORMUL. E GESTAO DA POLÍTICA NAC.	4.787.767,00	2.601.767,00	2.597.043,64	2.287.113,08	2.244.135,08
4641	PUBLICIDADE DE UTIL. PUBLICA	4.894.465,00	2.494.465,00	2.494.465,00	2.400.375,35	2.400.375,35
Total		1.123.496.177,00	1.131.612.906,00	1.097.251.823,52	1.045.691.543,24	990.255.007,55

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 7.7.7 - Execução orçamentária por ação – Programa 0909

PROGRAMA 0909 - POR AÇÃO

AÇÃO DE GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
00P8	PARTIC. DA UNIÃO NO CAPIT. DA TELEBRAS	130.000.000,00	347.000.000,00	347.000.000,00	347.000.000,00	347.000.000,00

00P9	PARTIC. DA UNIÃO NO CAPIT. DA TELEBRAS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
00PA	PARTIC. DA UNIÃO NO CAPIT. DA TELEBRAS	19.000.000,00	102.000.000,00	102.000.000,00	102.000.000,00	102.000.000,00
00R1	PARTIC. DA UNIÃO NO CAPIT. DA EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TEL.	0,00	224.000.000,00	224.000.000,00	224.000.000,00	224.000.000,00
Total		150.000.000,00	674.000.000,00	674.000.000,00	674.000.000,00	674.000.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Principais desafios e ações futuras - Vale ressaltar que o processo de apuração dos custos na administração pública direta ainda encontra-se incipiente. Os resultados esperados deverão ocorrer de forma progressiva.

Desafios:

- o Promover a interação entre as áreas;
- o Promover o conhecimento da nova estrutura do órgão;
- o Definir, com maturidade, os objetos de custo que serão analisados no âmbito do órgão;
- o Submeter a autoridade que irá utilizá-los;
- o Definir uma política de conscientização e implantação, tais como: data, UG pioneira, período de teste, alimentação da tabela, instrução e capacitação interna.

Ações futuras - Em dezembro de 2018, oriundo do Planejamento Estratégico do MCTIC foi publicada a cadeia de valor referente ao mapeamento dos processos de suporte e finalístico, entretanto, no dia 2 de janeiro de 2019 foi publicada nova estrutura ministerial, por meio do Decreto nº 9.677, portanto, após as devidas adequações da cadeia de valor confrontada à nova estrutura é que a área competente (Divisão de Informação de Custos) poderá iniciar os procedimentos para fins de definição dos objetos de custos e, finalmente, implantação de um sistema de custos mais acurado no âmbito deste Ministério. Há um reconhecimento da importância de proporcionar uma melhor qualidade do gasto, bem como proporcionar ao gestor uma melhor avaliação da eficiência do planejamento e execução das políticas públicas e dos programas conduzidos pelo MCTIC.

7.8. Sustentabilidade Ambiental

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O MCTIC vê com muita importância a questão da sustentabilidade, e no que diz respeito às aquisições de bens e serviços, esse tema é sempre considerado nos processos de contratações, em estrita obediência aos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746, de 2012, e outras normas vigentes, como a Instrução Normativa SLTI nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

No que diz respeito especificamente à adoção de critérios sustentáveis nas contratações de bens e serviços, cabe primeiramente destacar que, no MCTIC, parte do processo de contratação, é descentralizado. Assim, a responsabilidade pelas ações referentes ao planejamento, que inclui a elaboração de projeto básico/termo de referência, realização de estimativas de preços, autuação do processo e demais atos necessários à implementação da contratação pertencem à área requisitante, enquanto apenas a competência pela confecção do edital e realização dos procedimentos licitatórios é da alçada de unidade específica, a Coordenação de Licitações, Compras e Contratos - COLCC.

Observa-se, portanto, que cada certame licitatório, diante de uma diversidade de objetos, tem sua peculiaridade, o que impossibilita a inserção de critérios de sustentabilidade ambiental como cláusulas fixas em nossos editais. Por conseguinte, a inclusão de regras dessa natureza depende da realização de avaliação prévia, pela área requisitante, considerando-se cada caso concreto, o que deverá ocorrer no momento da elaboração do termo de referência ou projeto básico/executivo específico.

No intuito de consolidar a observância, pelas áreas demandantes deste Ministério, dos normativos que tratam do assunto no âmbito do governo federal (Instrução Normativa número 1/2010 e a Portaria no 2/2010, ambas da extinta Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP), a área de licitações deste órgão, por meio dos seus servidores, sempre orienta aos requisitantes sobre a importância de preverem, em seus termos de referência ou projetos básicos, cláusulas que discorram sobre a sustentabilidade ambiental, considerando as peculiaridades do objeto.

A CGRL tem incluído em suas licitações critérios de sustentabilidade ambiental que levam em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. O MCTIC dispõe em seus editais os critérios elencados nos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, bem como os critérios previstos no art. 33 da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010).

A aquisição de produtos pela CGRL é feita dando preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora, bem como por materiais que não prejudiquem a natureza. Nos procedimentos licitatórios, além da orientação para que sejam observadas e respeitadas as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sobre resíduos sólidos, são consideradas também as seguintes certificações ambientais:

- Certificação do INMETRO sobre produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, certificações da constituição de bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável; e
- ROHS, concentração de substâncias perigosas acima da recomendada;
- Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Quanto às ações que colaboraram para o menor consumo de energia e de água tratada, ao longo dos últimos anos, podemos citar:

- Substituição dos aparelhos de ar condicionado de janela por aparelhos SPLIT com tecnologia inverter e melhorias do sistema de ar condicionado central;
- Substituição das lâmpadas fluorescente por lâmpadas de LED;
- Adequação e substituição dos cabearios elétricos;

- Implantação de sistema para reuso da água condensada do sistema de ar condicionado;
- Redução da quantidade de luminárias mantidas acesas nas áreas comuns;
- Substituição de bacias sanitárias por modelo com caixa de descarga acoplada e sistema duplo de acionamento do fluxo de água;
- Utilização de sensor de presença para acionamento da iluminação dos sanitários;
- Instalação de torneiras com temporizadores nos sanitários para redução do consumo de água;
- Elevadores do edifício sede com sistema de antecipação de chamada que reduziu o consumo de energia por se tratar de sistema inteligente de controle de tráfego;
- Contratação de empresa com certificação de utilização de madeira de reflorestamento para confecção e instalação de divisórias e mobiliário;
- Descarte de lâmpadas por meio de contratação de empresa especializada no tratamento e destinação final de resíduos.

Em consonância com os objetivos setoriais desta Coordenação-Geral, em 2018 realizou-se a contratação do serviço de gestão em telefonia com a metodologia Telecom Expense Management - TEM visando automação, redução de custos e maior controle no uso dos contratos de telefonia deste MCTIC. A implementação já teve impacto financeiro reduzindo o consumo dos recursos dos serviços de telefonia.

Além disso, foi implementado o gerenciamento dos resíduos sólidos e instituída a Coleta Seletiva em conformidade com a Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, com o Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016 e com a Instrução Normativa SLU/DF nº 89, de 23 de setembro de 2016. Há que se destacar, ainda, a coleta de lixo eletrônico (pilhas, baterias e celulares), os quais são entregues ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF).

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Como medidas para garantir a acessibilidade às instalações, observando o disposto na ABNT NBR 9050, na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004, o MCTIC realiza:

- Adequações e manutenção nos passeios e calçamentos com a utilização de piso podotátil, rampas de acessibilidade e corrimãos;
- Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de deslocamento vertical, incluindo plataforma de acessibilidade e adequação dos elevadores às normas de acessibilidade;
- Adequação e adaptação de sanitários com dispositivos que atendam às necessidades das Pessoas com Deficiência (PcDs);
- Adequação e adaptação de *layouts* juntamente com a inserção de mobiliários que atendam às normas de circulação e manobra.

8. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Declaração do contador ou opinião dos auditores externos

VER ITENS ANEXOS (5)

8.2 Demonstrativos Contábeis

Quadro 8.2.1 – Balanço Patrimonial MCTIC

Balanço Patrimonial (R\$)

ATIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante		490.162.184	180.786.932
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	464.600.490	144.092.702
Créditos a Curto Prazo		337.631	343.546
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	2	10.785.206	24.213.895
Estoques	3	14.438.857	12.129.696
VPDS Pagas Antecipadamente		-	7.093
Ativo Não Circulante		10.179.157.592	10.129.369.526
Realizável a Longo Prazo		13.887.067	8.800.011
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4	13.887.067	8.800.011
Investimentos	5	19.092	19.092
Imobilizado	6	10.102.809.217	10.069.083.216
Bens Móveis		1.058.088.772	1.017.765.464
Bens Imóveis		9.044.720.444	9.051.317.752
Intangível	7	62.442.217	51.467.207
TOTAL DO ATIVO		10.669.319.776	10.310.156.458
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2018	2017
Passivo Circulante	8	251.831.044	86.137.515
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a		174.221.436	15.563.915

Pagar Curto Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	8.708.186	8.759.332
Demais Obrigações Curto Prazo	68.901.422	61.814.268
Passivo Não Circulante	-	-
TOTAL DO PASSIVO	251.831.044	86.137.515
Patrimônio Líquido	9	10.224.018.943
Patrimônio/Capital Social		
Resultados Acumulados	10.417.488.732	10.224.018.943
TOTAL DO PASSIVO + PL	10.669.319.776	10.310.156.458

Fonte: SIAFI

Quadro 8.2.2 – Variações Patrimoniais MCTIC

	NE	2018	2017	Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas				
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.578.396	2.727.706	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		61.729	1.308.865	
Transferências e Delegações Recebidas	10	14.003.126.429	13.417.461.129	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10	6.425.969	2.824.969	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	10	64.491.246	22.095.145	
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas		64.491.246	22.095.145	
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		14.076.683.769	13.446.417.815	
Variações Patrimoniais Diminutivas				
Pessoal e Encargos		847.575.188	848.240.298	
Remuneração a Pessoal		673.847.556	665.084.585	
Encargos Patronais		122.713.454	129.210.122	
Benefícios a Pessoal		40.715.283	43.567.977	
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos		10.298.894	10.377.614	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.406.671.043	1.425.464.000	
Aposentadoria e Reformas		661.633.740	764.254.979	
Pensões		743.113.900	659.441.601	
Outras Variações Patrimoniais de Benefícios Previdenciários		1.923.403	1.767.419	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		492.323.467	555.139.782	
Uso de Materiais de Consumo		10.592.287	9.802.307	
Serviços de Terceiros		397.449.151	447.872.624	
Depreciação, Amortização e Exaustão		84.282.030	97.464.852	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		8.688	294.642	
Transferências e Delegações Concedidas	10	11.097.029.336	10.431.665.118	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		35.976.721	127.003.878	
Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável e Ajustes Perdas		24.965.764	0	
Outras Desvalorizações de Ativos e Incorp. Passivos		11.010.958	127.003.878	
Tributárias	10	650.713	393.005	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.336.319	2.013.891	
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (II)		13.881.571.477	13.390.214.615	
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	10	195.112.292	56.203.200	

Fonte: SIAFI

Quadro 8.2.3 – Receitas, despesas e execução de restos a pagar MCTIC

R\$ Reais

RECEITAS					
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualiza	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes		2.329.023	2.329.023	57.293.494	54.964.471
Receita Tributária					-
Receita de Contribuições					-
Receita Patrimonial	11	360.000	360.000	55.121.169	54.761.169
Receita de Serviços		1.856.277	1.856.277	2.158.612	302.335
Transferências Correntes				1.006	1.006
Outras Receitas Correntes		112.746	112.746	12.706	(100.040)
Receitas de Capital		-	-	-	-
Total (I)		2.329.023	2.329.023	57.293.494	54.964.471

DESPESAS					
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes		3.244.639.485	3.222.060.565	3.067.269.481	46.530.941
Pessoal e Encargos	12	2.259.947.651	2.173.311.885	2.023.523.524	31.578.400
Juros e Encargos da					-
Outras Correntes	12	984.691.834	1.048.748.679	1.043.745.957	14.952.540
Despesas de Capital		310.733.327	744.229.376	743.275.063	(51.981.777)
Investimentos	12	160.733.327	70.229.376	69.275.063	(51.981.777)
Inversões Financeiras		150.000.000	674.000.000	674.000.000	-
Amortização da Dívida					-
Reserva de Contingência			-	-	-
Total Despesas Orçamentárias (II)		3.555.372.812	3.966.289.941	3.810.544.544	5.450.836
Resultado Orçamentário III = (I - II) 13			DÉFICIT	4.093.461.790	4.093.461.790
Total (IV)		3.555.372.812	3.966.289.941	3.810.544.544	(5.450.836)

Quadro da Execução dos Restos a Pagar

R\$ Reais					
	NE	Inscritos	Pagos	Saldo a Pagar	% Pgto
Restos a Pagar Não Processados	14	369.317.981	187.171.912	122.203.263	50,68
Restos a Pagar Processados	14	57.186.674	9.247.200	47.939.474	16,17
TOTAL		426.504.655	196.419.112	170.142.737	46,05

Fonte: SIAFI

Quadro 8.2.4 – Balanço Financeiro MCTIC

	NE	2018	2017	Balanço Financeiro (R\$)
Ingressos				
Receitas Orçamentárias		57.293.494	11.664.200	
Ordinária		0	15.216.061	
Vinculadas		57.309.255	2.585.654	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-15.761	-6.137.515	
Transferências Financeiras Recebidas	15	13.913.213.312	12.779.615.069	
Recebimentos Extraorçamentários		356.674.689	231.770.694	
Inscrição em Restos a Pagar Processados		155.745.396	7.605.651	
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados		184.465.343	199.051.826	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		16.399.853	25.102.406	
Outros Recebimentos		64.098	10.811	
Sado Exercício Anterior		144.092.702	88.054.181	
Caixa e Equivalentes de Caixa		144.092.702	88.054.181	
Total dos Ingressos		14.471.274.197	13.111.104.145	
Dispêndios				
Despesas Orçamentárias		4.150.755.284	3.694.842.326	
Ordinária		2.722.157.961	1.648.125.655	
Vinculadas		1.428.597.322	2.046.716.671	
Transferências Financeiras Concedidas	15	9.639.674.630	9.081.167.594	
Pagamentos Extraorçamentários		216.243.793	191.001.523	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		9.247.200	21.703.598	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		187.171.912	146.851.507	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		18.910.264	14.314.507	
Outros Pagamentos		914.417	8.131.911	
Sado Exercício Seguinte		464.600.490	144.092.702	
Caixa e Equivalentes de Caixa		464.600.490	144.092.702	
Total dos Dispêndios		14.471.274.197	13.111.104.145	

Quadro 8.2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa MCTIC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NE	2018	2017	R\$
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Ingressos		13.986.959.899	12.816.386.639	
Receitas Derivadas e Originárias		57.292.487	11.664.200	
Transferências Correntes Recebidas		1.006	0	
Outros Ingressos Operacionais		13.929.666.406	12.804.722.439	
Desembolsos		12.844.053.786	-12.491.868.948	
Pessoal e demais Despesas Correntes		-2.361.523.016	-2.611.388.955	
Juros e Encargos da Dívida				
Transferências Concedidas		-823.031.459	-776.865.981	
Outros Desembolsos Operacionais		-9.659.499.311	-9.103.614.012	
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Operacionais		1.142.906.113	324.517.692	
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos				
Ingressos		0	0	
Alienação de Bens				
Amortização de Emprést.e Financiam. Concedidos				
Desembolsos		-822.398.325	-268.479.171	
Aquisição de Ativo Não Circulante		-738.580.069	-250.215.632	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos				
Outros Desembolsos de Investimentos		-83.818.256	-18.263.539	
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Investimentos		-822.398.325	-268.479.171	
Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento				
Ingressos		0	0	
Operações de Crédito				
Transferências de Capital Recebidas				
Desembolsos		0	0	
Amortização/Refinanciamento Dívida				
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Financiamento		0	0	
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	16	320.507.788	56.038.521	
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		144.092.702	88.054.181	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		464.600.490	144.092.702	

Fonte: SIAFI

Quadro 8.2.6 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido MCTIC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$

	Patrimônio/ Capital Social	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2017	NE	325.629	10.854.600.132		10.854.925.760
Ajustes de Exercício Anterior	11		-918.979.417		-918.979.417
Constituição/Reversão de Reservas	11	-325.629	152.277		-173.352
Resultado do Exercício			56.203.200		56.203.200
Saldo de Fusão, Cisão e Incorporação			232.042.750		232.042.750
Saldo Final do Exercício de 2017		0	10.224.018.943		10.224.018.942
	Patrimônio/ Capital Social	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2018	NE		10.224.018.943		10.224.018.943
Ajustes de Exercício Anterior	11		(1.371.249)		(1.371.249)
Const/Realiz. Reserva de	11		(271.253)		(271.253)
Resultado do Exercício			195.112.292		195.112.292
Saldo Final do Exercício de 2018		0	10.417.488.732	0	10.417.488.732
SIAFI					

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Órgão 41903-Fundo para o Desenvol. Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Reais)

ATIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante			
		1.601.779.011	1.471.033.859
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.598.489.395	1.467.744.244
Créditos a Curto Prazo		3.289.615	3.289.615
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos			
Estoques			
Ativo Não Circulante			
		1.497.022.581	1.287.079.204
Realizável a Longo Prazo		1.497.022.581	1.287.079.204
Créditos a Longo Prazo	2	1.497.022.581	1.287.079.204
Dívida Ativa Tributária e Não Tributária			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			
Investimentos			
Imobilizado		-	-
Bens Móveis			
Bens Imóveis			
Intangível			
TOTAL DO ATIVO		3.098.801.592	2.758.113.063
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		2018	2017
Passivo Circulante			
		631.210	2.814.839
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo			
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações Curto Prazo	3	631.210	2.814.839
Passivo Não Circulante			
		-	-
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações Longo Prazo			
TOTAL DO PASSIVO		631.210	2.814.839
Patrimônio Líquido			
		3.098.170.382	2.755.298.224
Patrimônio/Capital Social			
Resultados Acumulados	4	3.098.170.382	2.755.298.224
TOTAL DO PASSIVO + PL		3.098.801.592	2.758.113.063

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (R\$ Reais)

	NE	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Contribuições	5	508.422.662	558.188.401
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6	184.729.720	144.586.421
Transferências e Delegações Recebidas		324.062.923	265.391.856
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7	150.792.356	22.772.633
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas			
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas			
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		1.168.007.661	990.939.312
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		0	0
Remuneração a Pessoal			
Encargos Patronais			
Benefícios a Pessoal			
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0	0
Aposentadoria e Reformas			
Pensões			
Outras Variações Patrimoniais de Benefícios Previdenciários			
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.584.304	745.103
Uso de Materiais de Consumo			
Serviços de Terceiros			
Depreciação, Amortização e Exaustão			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Transferências e Delegações Concedidas		800.843.981	682.798.171
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8	22.707.217	16.365.839
Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável e Ajustes Perdas			
Outras Desvalorizações de Ativos e Incorp. Passivos			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0	
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (II)		825.135.503	699.909.113
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)		342.872.158	291.030.199

Fonte: SIAFI

Quadro 8.2.9 – Balanço Orçamentário FUNTTEL

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (R\$ Reais)

RECEITAS						
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	
Receitas Correntes		416.539.552	416.539.552	455.091.810	38.552.258	
Receita Tributária						-
Receita de Contribuições		332.831.291	332.831.291	287.614.571	(45.216.720)	
Receita Patrimonial		83.708.261	83.708.261	138.088.253	54.379.992	
Outras Receitas Correntes				29.388.986	29.388.986	
Receitas de Capital		15.000.000	15.000.000	121.396.097	106.396.097	
Operações de Crédito						-
Amortização de Empréstimos		15.000.000	15.000.000	121.396.097	106.396.097	
Outras Receitas Capital						-
Total (I)	9	431.539.552	-	576.487.907		
Resultado Orçamentário III = (I - II)		DÉFICIT		- 144.948.355	-	
Total (I)	9	431.539.552	-	576.487.907		

DESPESAS							
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes		19.264.617	16.770.717	18.229.540	18.084.304	18.084.304	(1.458.823)
Pessoal e Encargos Sociais							-
Outras Correntes		19.264.617	16.770.717	18.229.540	18.084.304	18.084.304	(1.458.823)
Despesas de Capital		193.104.182	189.729.468	189.719.009	189.719.009	189.719.009	10.459
Investimentos		3.472.714	98.000	87.541	87.541	87.541	10.459
Inversões Financeiras		189.631.468	189.631.468	189.631.468	189.631.468	189.631.468	-
Amortização da Dívida							-
Reserva de Contingência		224.919.367	224.919.367	-	-	-	224.919.367
Total Despesas Orçamentárias (II)	10	437.288.166	431.419.552	207.948.549	207.803.314	207.803.314	223.471.003
Resultado Orçamentário III = (I - II)	11	SUPERÁVIT		368.539.358			(368.539.358)
Total (IV)	10	437.288.166	431.419.552	576.487.907	207.803.314	207.803.314	(145.068.355)

Fonte: SIAFI

Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	NE	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo a Pagar	% Pcto
Restos a Pagar Não Processados	12	107.037,60	0	0		107.037,60	0
Restos a Pagar Processados	13	2.814.839,09	0	562.700,00	1.620.929,09	631.210,00	57,5851421
TOTAL		2.921.876,69	0	562700	1620929,09	738.247,60	55,47561591

Fonte: SIAFI

BALANÇO FINANCEIRO (R\$ Reais)

	NE	2018	2017
Ingressos			
Receitas Orçamentárias		576.487.907	611.048.384
Ordinária			140.372.900
Vinculadas		675.176.787	471.240.760
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-98.688.880	-565.277
Transferências Financeiras Recebidas		323.500.223	265.391.856
Recebimentos Extraorçamentários		224.582.940	112.544.163
Inscrição em Restos a Pagar Processados			
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados			
Outros Recebimentos			
Sado Exercício Anterior		1.467.744.244	1.329.629.805
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.467.744.244	1.329.629.805
Total dos Ingressos		2.592.315.314	2.318.614.208
Dispêndios			
Despesas Orçamentária		207.948.549	220.099.964
Ordinária		1.729.540	677.613
Vinculadas		206.219.009	219.422.351
Transferências Financeiras Concedidas		784.256.440	617.958.584
Pagamentos Extraorçamentários		1.620.929	12.811.417
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		1.620.929	6.853.609
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados			5.450.390
Outros Pagamentos			507.418
Sado Exercício Seguinte		1.598.489.395	1.467.744.244
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.598.489.395	1.467.744.244
Total dos Dispêndios		2.592.315.314	2.318.614.208

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (R\$ Reais)

	NE	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos		1.003.029.737	973.125.982
Receitas Derivadas e Originárias		455.091.810	595.189.962
Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos Operacionais		547.937.928	377.936.020
Desembolsos		-804.049.215	-654.034.702
Pessoal e demais Despesas Correntes		-1.584.304	-745.103
Juros e Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas		-18.208.470	-34.823.598
Outros Desembolsos Operacionais		-784.256.440	-618.466.002
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Operacionais		198.980.522	319.091.280
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos			
Ingressos		121.396.097	15.858.421
Alienação de Bens			
Amortização de Emprést.e Financiam. Concedidos		121.396.097	15.858.421
Desembolsos		-189.631.468	-196.835.262
Aquisição de Ativo Não Circulante			
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-189.631.468	-196.835.262
Outros Desembolsos de Investimentos			
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Investimentos		-68.235.371	-180.976.841
Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento			
Ingressos		0	0
Operações de Crédito			
Transferências de Capital Recebidas			
Desembolsos		0	0
Amortização/Refinanciamento Dívida			
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Financiamento		0	0
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		130.745.151	138.114.439
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		1.467.744.244	1.329.629.805
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		1.598.489.395	1.467.744.244

Fonte: SIAFI

Quadro 8.2.12 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido FUNTEL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Reais)

	Patrimônio/ Capital Social	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2017	NE		2.789.687.804		2.789.687.804
Ajustes de Exercício Anterior			-325.419.779		-325.419.779
Aumento/Redução de Capital					0
Resultado do Exercício			291.030.199		291.030.199
Constituição/Reversão de Reservas					0
Saldo Final do Exercício de 2017			2.755.298.224		2.755.298.224
		-		-	
	Patrimônio/ Capital Social	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2018	NE		2.755.298.224		2.755.298.224
Variação Cambial					-
Ajustes de Exercício Anterior					-
Const/Realiz. Reserva de Reavaliação de Ativos					
Resultado do Exercício			342.872.158		342.872.158
Constituição/Reversão de Reservas					-
Saldo de Fusão, Cisão e Incorporação					
Saldo Final do Exercício de 2018	0	0	3.098.170.382	0	3.098.170.382

Fonte: SIAFI

8.3.1 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis MCTIC

8.3.1.1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) foi criado pelo Decreto nº 91.146, em 15 de março de 1985, concretizando o compromisso do presidente Tancredo Neves com a comunidade científica nacional. Sua área de competência estava estabelecida no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006. Com a recente conversão da Medida Provisória nº 726/2016, na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, extinguiu-se o Ministério das Comunicações – MC e transformou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, cujas novas competências foram estabelecidas pelo Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, contemplando os seguintes assuntos:

- Política nacional de telecomunicações;
- Política nacional de radiodifusão;
- Serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;
- Políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação;
- Planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência, tecnologia e inovação;
- Política de desenvolvimento de informática e automação,
- Política nacional de biossegurança;
- Política espacial;
- Política nuclear;
- Controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e
- Articulação com os Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a sociedade civil e com órgãos do Governo Federal para estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

8.3.1.2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações constantes do (SIAFI) Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações consolidadas no nível de órgão 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – Administração Direta.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);

- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- VII. Notas Explicativas

8.3.1.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Créditos a curto prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **Investimentos** – São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando

mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).
- **Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- **Reavaliação, redução ao valor recuperável** – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.
- **Passivos circulantes e não circulantes** As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), o passivo circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.
- **Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os

relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo e está de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

Resultado Patrimonial – A apuração do resultado implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD). Se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais;

Resultado Orçamentário é apurado o valor da coluna receitas orçamentárias realizadas menos a despesa orçamentária empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário. É apresentado diretamente no Balanço Orçamentário;

Resultado Financeiro - representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício, e possível, também verificar resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

8.3.1.4 Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

8.3.1.4.1 Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item “Caixa e Equivalente de Caixa” compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade. Em comparação ao exercício anterior houve um aumento de 222,43%, devido as novas mudanças nas rotinas de pagamentos por ordens bancarias no final do exercício de 2018, em especial referente a folha de pagamento, pois as ordens bancarias foram geradas no dia útil seguinte (02/01/2019).

Quadro 8.3.1.4.1 – Caixa e Equivalente de caixa

	014/2018	014/2017	AH (%)
Caixa e Equivalente de Caixa - Moeda Nacional	464.600.490,10	144.092.701,89	222,43
Total			

8.3.1.4.2 Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo apresentou uma expressiva redução de 13 milhões comparando o com o exercício anterior, em virtude das alterações nas rotinas de apropriação conforme Acórdão TCU Plenário 1322/2018 que se providencie a conciliação e o inventário do saldo registrado nas contas contábeis de Adiantamento de 13º Salário e Férias, a fim de que o saldo represente tão somente, o adiantamento realizado e ainda não descontado em relação ao décimo terceiro e saldos relativos aos pagamentos de férias no exercício dos servidores (abono constitucional).

Quadro 8.3.1.4.2 – Demais créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

Título	Conta Contábil	31/12/2018	31/12/2017	Variação Valor
		Saldo R\$ (Conta)	Saldo R\$ (Conta)	

			Contábil)	Contábil)	Absoluto
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	11311010 1	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	1.424.962,45	9.876.105,58	-8.451.143,13
	11311010 2	ADIANTAMENTO DE FERIAS	0,00	7.269.539,83	-7.269.539,83
	11311010 5	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	655.227,20		655.227,20
	Total		2.080.189,65	17.145.645,4 1	- 15.065.455,7 6
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	11341010 5	CRED A REC DE SERVIDOR NAO RECOLHIDO NO PZ	1.884.435,19	1.960.901,69	-76.466,50
	11341011 1	FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVACAO	4.353.540,61	2.752.305,19	1.601.235,42
	Total		6.237.975,80	4.713.206,88	1.524.768,92
	11381070 0	CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES	0,00	18.905,75	-18.905,75
	11381310 0	CREDITOS PARCELADOS	2.467.040,19	2.336.137,01	130.903,18
	Total		2.467.040,19	2.355.042,76	111.997,43
Total		10.785.205,6 4	24.213.895,0 5	- 13.428.689,4 1	

Fonte: SIAFI

8.3.1.4.3. Nota 03 – Estoques

A conta de estoques apresentou até o quarto trimestre de 2018 o montante de R\$ 14 milhões, que equivale a um incremento de aproximadamente 2 milhões em relação ao exercício anterior. Esta conta é composta principalmente por Estoques de Materiais de Consumo adquiridos e estocados em almoxarifados, destinados a atender ao consumo interno da unidade e Importações em Andamento, de bens de estoque:

Quadro 8.3.1.4.3 – Estoques – Composição

	014/2018	014/2017	AV(2018)	Varição Absoluta
MERCADORIAS PARA VENDA OU REVENDA	519.422,54	551.533,49	3,60%	-32.110,95
MATERIAIS DE CONSUMO	6.824.458,46	6.449.209,94	47,26%	375.248,52
GENEROS ALIMENTICIOS	0,00	2.439,96	0,00%	-2.439,96
MATERIAIS DE CONSTRUCAO	0,00	0,00	0,0%	0,00
ESTOQUE SOBRESSALENTES EM REPARO	0,00	133,70	0%	-133,70
IMPORTACOES EM ANDAMENTO - ESTOQUES	7.094.976,28	5.126.379,14	49,14%	1.968.597,14
TOTAL	14.438.857,28	12.129.696,23	100%	2.309.161,05

Fonte: SIAFI

8.3.1.4.4 Nota 04 – Demais Créditos e Valores Longo Prazo

O item apresentou uma variação positiva de 58% em relação ao exercício anterior, que pode ser justificada pela inscrição em Créditos a Receber, em atendimento ao Acórdão 1294/2018-TCU que julgou irregulares as contas dos responsáveis qualificados no processo de Tomada de Contas Especial instaurada pelo MCTIC em desfavor do Instituto Promur – Programa Multidisciplinar de Reabilitação e queda de 66% na conta créditos parcelados devido transferência realizada no final do exercício do longo para o curto prazo.

Quadro 8.3.1.4.4 – Demais créditos e Valores a Longo Prazo - Composição

	014/2018	014/2017	AV	AH
CRED A REC RESPONSAVEIS POR DANOS/PERDAS	227.800,66	227.800,66	1,45%	0%
CRED A REC POR FALTA/IRREGUL COMPROVACAO	12.759.569,60	6.047.984,61	81,49%	111%
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	13.412,24	13.412,24	0,09%	0%
CRED POR CONCESSAO DIREIT USO/EXPLORACAO BENS	29.614,11	29.614,11	0,19%	0%
INDENIZACOES A RECEBER	18.099,90	18.099,90	0,12%	0%
CREDITOS PARCELADOS	838.570,70	2.463.099,18	16,66%	-66%
	13.887.067,21	8.800.010,70	100%	58%

Fonte: SIAFI

8.3.1.4.5 Nota 05 – Investimentos

Os investimentos são compostos por ações de linhas telefônicas e demais investimentos.

Ressaltamos que os investimentos registrados neste órgão não sofreram alterações, seja de valores e/ou composição desde o exercício de 2016.

Participações Permanentes

Quadro 8.3.1.4.5 – Investimentos – Composição

	014/2018	014/2017	AH (%)
Demais Investimentos Permanentes	19.092,27	19.092,27	0,00
Total	19.092,27	19.092,27	0,00

Fonte SIAFI

Os registros correspondem a títulos e valores mobiliários permanentes, especialmente de ações preferências/ordinárias da Telebrás que devido à falta de informações oficiais após a privatização do sistema telefônico não tiveram seus valores de mercado atualizados.

Os valores apresentados derivam dos custos dos telefones quando das aquisições, sendo assim, em razão da desvalorização da moeda em agosto de 1994, com o plano real, o valor de cada ação; ordinária e preferencial foi reduzida ao valor simbólico de R\$ 0,01(um centavo), não tendo sido atualizadas desde então

por falta de informações oficiais dos dividendos de bônus pela Eletrobrás ou empresas que às sucederam após a privatização.

8.3.1.4.6. Nota 06 – Imobilizado

A tabela a seguir demonstra a composição deste grupo evidenciando que ele é composto majoritariamente por Bens Imóveis corresponde a 89,75% do valor total.

Quadro 8.3.1.4.6 – Imobilizado - Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Bens Móveis				
Valor Bruto Contábil	1.515.454.202,85	1.397.361.917,77	15,00%	8,45%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	- 457.357.666,72	-379.596.454,16	-4,53%	20,49%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-7.763,81	0		
Bens Imóveis				
Valor Bruto Contábil	9.067.073.218,33	9.067.342.262,23	89,75%	0,00%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	- 22.352.774,14	-16.024.510,20	-0,22%	39,49%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0	0	0,00%	
Total do Imobilizado	10.102.809.216,51	10.069.083.215,64	100%	

Fonte: SIAFI

Bens Móveis

Quadro 8.3.1.4.7 – Bens móveis – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AV%	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas.	799.311.909,76	768.162.379,16	75,54%	4,06%
Bens de Informática	266.801.516,77	253.080.301,62	25,22%	5,42%
Móveis e Utensílios	80.142.622,78	71.675.709,46	7,57%	11,81%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.873.231,78	13.209.742,07	1,31%	5,02%
Veículos	21.998.081,42	21.745.564,04	2,08%	1,16%
Bens Móveis em Andamento	240.843.694,25	191.387.904,98	22,76%	25,84%
Bens Móveis em Almoxarifado	660,00	660,00	0,00%	0,00%
Armamentos	1.124,66	1.124,66	0,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	0,00	7.550,00	0,00%	- 100,00%
Demais Bens Móveis	92.481.361,43	78.096.066,78	8,74%	18,42%
Depreciação / Amortização Acumulada	(457.357.666,72)	(379.596.454,16)	43,22%	20,49%
Redução ao Valor Recuperável	(7.763,81)		0,00%	
Total	1.058.088.772,32	1.017.770.548,61	100,00%	3,96%

Fonte: SIAFI

Dos Bens Móveis registrados comparados ao exercício de 2017 apresentou uma variação horizontal de apenas 3,96% (AH%), porém na (AV) sobre o valor total do grupo observa-se maior percentual 75,54% em máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, como por exemplo, aparelhos de medição e orientação, máquinas e equipamentos energéticos e máquinas, utensílios e equipamentos.

Os Bens Móveis em Andamento apresentou uma expressiva variação de 25,84% em relação ao exercício anterior, devido aos pagamentos de materiais importados e serviços de lançamento do Satélite Amazônia 1.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis estão distribuídos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro 8.3.1.4.8 – Bens imóveis – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AV%	AH%	
Bens de Uso Especial	8.726.972.240,58	8.747.019.809,09	96,49%	-0,23%	
Bens Dominicais	25.700,00	25.700,00	0,00%	0,00%	
Bens Imóveis em Andamento	293.992.337,25	286.368.280,98	3,25%	2,66%	
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	7.234.421,94	7.318.827,50	0,08%	-1,15%	
Instalações	23.536.349,35	11.297.475,45	0,26%	108,33%	
Demais Bens Imóveis	15.312.169,21	15.312.169,21	0,17%	0,00%	
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(22.352.774,14)	(16.024.510,20)	-0,25%	39,49%	
Total	9.044.720.444,19	9.051.317.752,03	100,00%	-0,07%	

Fonte: SIAFI

De acordo com a tabela acima, os Bens de Uso Especial correspondem a 96,49% do total de Bens Imóveis, em síntese, os “Bens de Uso Especial” mais relevante na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Fazenda, Parques e Reservas, Terrenos/Glebas Edifícios, Complexos/Fábricas/Usinas. Houve aumento de 108,33% na conta de Instalações devido o Projeto Cidades Digitais, para implantação de redes metropolitanas.

Depreciação de Bens Móveis e Imóveis

Os procedimentos para registro da depreciação dos bens móveis, estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330 e do bens imóveis são apurados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União –SPIUNET , que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

A depreciação é a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo de sua vida útil.

8.3.1.4.7. Nota 07 – Intangível

No intangível, item **Software com Vida Útil Indefinida**, observou-se a variação de 34,51%, comparado ao ano de 2017, referente à sua construção, implementação e instalação.

Quadro 8.3.1.4.9 – Intangível – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AV%	AH%
Software com Vida Útil Definida	32.037.221,61	29.855.989,95	51,31%	7,31%
Software com Vida Útil Indefinida	35.074.647,21	26.075.745,68	56,17%	34,51%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	999.058,44	1.041.950,98	1,60%	-4,12%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	3.716,00	3.716,00	0,01%	0,00%
Amortização Acumulada	(5.672.426,60)	(5.510.195,70)	-9,08%	2,94%
Total	62.442.216,66	51.467.206,91	100,00%	21,32%

Fonte: SIAFI

8.3.1.4.8. Nota 08 – Passivo Circulante

Neste item, destacam-se principalmente três passivos conforme tabela abaixo:

Quadro 8.3.1.4.10 – Passivo Circulante

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	AH %
PASSIVO CIRCULANTE	251.831.043,81	86.137.515,20	192,36
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	174.221.435,57	15.563.915,07	1.019,39
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.708.186,05	8.759.331,64	-0,58
Demais Obrigações a Curto Prazo	68.901.422,19	61.814.268,49	11,47

Fonte: SIAFIWEB

Houve uma variação positiva de 192,36% no passivo circulante comparando com o exercício de 2017, devido às novas rotinas no final do exercício de 2018 para emissão das ordens bancárias. Com isso as OBs da folha de pagamento do mês de dezembro foram geradas somente no dia útil seguinte (02/01/2019), ocasionando assim saldos nas contas do passivo.

Com a nova rotina trouxe melhoria na eficiência da utilização dos recursos da Conta Única, na medida em que só sairão da CTU após a autorização e convergência com apontamentos do TCU não existência de pagamentos de virada de mês e no ano.

Relacionado a fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo houve uma queda de -0,58% comparando com o exercício de 2017. O saldo em 2018 é decorrente de obrigações para com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços.

8.3.1.4.9. Nota 09 – Patrimônio Líquido

A tabela a seguir evidencia as variações dos elementos do patrimônio líquido ao longo do exercício e permite demonstrar a sua evolução no exercício.

Podemos destacar a conta Ajustes de Exercícios Anteriores (2.3.7.1.1.03.00) que sofreu uma variação negativa de 99,82% em virtude de reclassificação dos saldos da conta 237110300 – Ajuste de Exercícios Anteriores para a conta 237110201 Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores.

Os lançamentos efetuados em ajustes de exercícios anteriores, sendo os mais representativos na ordem de R\$ 1.642 mil reais referente a nova rotina da folha de pagamento no tocante a férias e decimo terceiro salário, conciliando-se as provisões, em conformidade com o Acórdão TCU – Plenário 1322/2018.

Quadro 8.3.1.4.11 – Patrimônio Líquido

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Superávits ou Deficits do Exercício	195.112.292,09	56.203.200,04	247,15
Superávits ou Deficits Anteriores	9.954.819.488,36	10.817.443.427,59	-7,97
Resultado Parcial do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Exercício Anteriores	(1.642.502,44)	(918.827.139,27)	-99,82
Superávits ou Deficits Resultantes de Extinção		0,00	0,00
Superávits ou Deficits de Exer Anter -intra	269.199.454,41	269.199.454,41	0,00
Ajustes de Exercício Anteriores –Intra OFSS		0,00	0,00
Total	10.417.488.732,42	10.224.018.942,77	

Fonte: SIAFI

8.3.1.4.1 Nota 10 - Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

Figura 8.3.1.4.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV - 12/18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.076.683.769,19	13.446.417.814,72	4,69%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	0,00%
Contribuições	-	-	-	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.578.396,18	2.727.706,00	-5,47%	0,02%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	61.728,89	1.308.863,31	-95,28%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	14.003.126.429,06	13.417.461.129,37	4,36%	99,48%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.425.969,43	2.824.969,17	127,47%	0,05%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	64.491.245,63	22.093.144,87	191,88%	0,46%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.881.571.477,10	13.390.214.614,68	3,67%	98,61%
Pessoal e Encargos	847.575.187,93	848.240.293,30	-0,08%	6,02%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.406.871.043,03	1.425.464.000,12	-1,32%	99,99%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	492.323.467,18	555.139.782,17	-11,32%	3,50%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.688,29	294.642,02	-97,05%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	11.097.029.336,49	10.431.665.117,87	6,38%	78,33%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	35.976.721,31	127.003.878,31	-71,67%	0,26%
Tributárias	650.713,47	393.004,75	65,57%	0,00%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.336.319,40	2.013.891,14	-33,64%	0,01%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	195.112.292,09	56.203.200,04	247,15%	1,39%

Em análise à Demonstração das Variações Patrimoniais observa-se um resultado patrimonial positivo de R\$ 195 milhões no exercício de 2018, oriundos do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Dentre as variações patrimoniais aumentativas que motivaram esta variação destacam-se as transferências e delegações financeiras recebidas, que corresponde a 99,48% (AV) do valor total das variações aumentativas referentes ao exercício de 2018.

Da parte das transferências financeiras recebidas elas são fruto da programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar e varia de um ano para outro de acordo com a lei orçamentaria anual e os limites de pagamento definidos no decreto de programação financeira.

No item Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, observa-se acréscimo de 127% devido ao registro de reavaliação de bens imóveis, incorporação de outros ativos e ganhos com desincorporação de passivos como, por exemplo, cancelamentos de restos a pagar.

Também se destaca a conta Outras Variações Patrimoniais Aumentativas com incremento de 192% relacionado a multas administrativas, indenizações, restituições e decorrentes de fatores geradores diversos.

No que tange às variações patrimoniais diminutivas, a conta Transferências e Delegações Concedidas corresponde a 78,83% do valor total das variações patrimoniais concedidas referentes a transferências Intergovernamentais, Intragovernamentais, a Instituições multigovernamentais, Instituições Privadas com ou sem fins lucrativos, Transferências a Convênios e ao Exterior e Execuções Orçamentárias Delegadas.

No item Tributário houve um acréscimo de 65,57% em comparação ao exercício anterior devido a contribuição para serviço iluminação pública e obrigações patronais sobre serviços de pessoa física, contratadas para a execução de serviços com a administração.

8.3.1.4.11 Nota 11 – Receita Orçamentária Execução

Na parte das receitas orçamentárias correntes o destaque é para o crescimento nas receitas patrimoniais de 15.311% de 2018, este crescimento está relacionado na compensação financeira de exploração de recursos minerais arrecadada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, destinação de 1,8% da receita bruta, conforme disposto na Lei nº 13.540, de 18/12/2017.

Quadro 8.3.1.4.12 – Receita Prevista versus Realizada – Composição

	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	% Realização	Saldo
RECEITA PATRIMONIAL	360.000	55.121.169	15311	54.761.169
RECEITA DE SERVICOS	1.856.277	2.158.612	116	302.335
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	1.006,34	-	1.006,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	112.746	12.706	11,27	(100.040)
Total	2.329.023	57.293.494	15438,27	54.964.471

Fonte: BO SIAFIWEB

8.3.1.4.12 Nota 12 – Despesas Orçamentárias Execução

No que se refere às despesas orçamentárias, pessoal e encargos sociais apresentou 98,57% do montante da dotação atualizada, representa as despesas aplicadas diretamente com pessoal ativo, inativo, pensionistas, cargos e funções. Em relação a outras despesas correntes, a execução foi de 98,72% tratam-se de despesas com diárias, estagiários, passagens e despesas de locomoção, serviços de consultoria, locação de mão de obra, serviços de tecnologia da informação e dentre outros para atender as necessidades da administração.

Em relação às despesas de capital a execução foi de 156,25% em investimentos do montante da dotação atualizada. Isso não quer dizer que se empenhou a maior do que foi autorizado na LOA foi decorrente de alteração na estrutura do balanço orçamentário, onde os destaques recebidos de outros órgãos não estão computados na coluna da dotação atualizada, somente reflete na execução orçamentária (despesas empenhadas). Os recursos descentralizados são destinados ao desenvolvimento de satélites,

manutenção e atualização de infraestruturas espaciais e disponibilização de dados de missões. E as despesas em investimentos foram para atender execução de obras, aquisição de instalação, equipamentos e material permanente.

Quadro 8.3.1.4.13 – Despesas orçamentárias

DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.378.884.453	3.332.353.513	98,62	46.530.940
Pessoal e Encargos Sociais	2.208.974.278	2.177.395.878	98,57	31.578.400
Outras Despesas Correntes	1.169.910.175	1.154.957.635	98,72	14.952.540
DESPESAS CAPITAL	766.419.994	818.401.771	106,78	-51.981.777
Investimentos	92.419.994	144.401.771	156,25	-51.981.777
Inversões Financeiras	674.000.000	674.000.000	100,00	0
TOTAL DAS DESPESAS	4.145.304.447	4.150.755.284	100,13	-5.450.837

8.3.1.4.13 Nota 13 – Resultado Orçamentário

No comparativo entre Receita Arrecadada versus Despesa Executada, conforme tabela a seguir, observa-se um déficit orçamentário no valor de R\$ 4 milhões.

Quadro 8.3.1.4.14 – Receita Arrecadada x Despesa Realizada

Balço Orçamentário	Realização/Execução
Receitas Correntes	57.293.494
Receitas de Capital	0,00
Total das Receitas	57.293.494
Despesas Correntes	3.332.353.512
Despesas de Capital	818.401.771
Total das Despesas	4.150.755.284
Superávit/(Déficit)	-4.093.461.790

Fonte: SIAFI

Este déficit se explica, uma vez que o MCTIC possui montante inexpressivo na arrecadação de receitas próprias, sendo sua maior fonte de financiamento as transferências financeiras repassadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

8.3.1.4.14 Nota 14 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR

Observa-se que o MCTIC pagou em 2018 em torno de 46% do seu estoque de restos a pagar não processados e processados, passando um saldo para o exercício de 2019 de apenas 169 milhões deste estoque, que corresponde a 39,69% do valor total inscrito para atender despesas com transferências de

convênios, decorrentes de prestação de serviços de pessoas jurídicas para órgãos públicos e com investimentos em obras e equipamentos e material permanente.

A inscrição dos recursos é feita pela STN no mês de janeiro de cada exercício, de acordo com a rotina de encerramento do exercício, referente à execução orçamentária do exercício anterior, e também a reinscrição relativa a exercícios anteriores.

Quadro 8.3.1.4.15 – Execução dos restos a pagar

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	RPNP(1)	RPP(2)	ESTOQUES	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
			RPNP+RPP			
Pessoal e Encargos Sociais	218.472	2.600.603	2.819.075	213.052	79.199	2.526.824
Outras Despesas Correntes	179.230.918	13.880.712	193.111.630	109.342.075	21.967.645	61.801.910
Investimentos	187.522.204	37.918.240	225.440.444	84.076.865	38.743.054	102.620.525
Inversões Financeiras	2.346.387	2.787.120	5.133.507	2.787.120	0	2.346.387
TOTAL	369.317.981	57.186.674	426.504.655	196.419.112	60.789.897	169.295.646

Pagos	196.419.112
(/)ESTOQUE RPNP(1) + RPP(2)	426.504.655
(=) QERP:	46,05

SALDO	169.295.646
(/)ESTOQUE RPNP(1) + RPP(2)	426.504.655
(=) QSRP:	39,69%

8.3.1.4.15 Nota15 – Balanço Financeiro

Em análise ao quarto trimestre de 2018, ao verificar o resultado financeiro entre as Transferências Financeiras (Recebidas menos Concedidas) constatou-se um superávit de R\$ 4.273.538.681,37.

Quadro 8.3.1.4.16 – Transferências Financeiras

DISPÊNDIOS	dez/18	AV (%)	INGRESSOS	dez/18	AV (%)
Resultantes da Execução Orçamentária	8.885.715.326	92%	Resultantes da Execução Orçamentária	13.084.114.836	94%
Independentes da Execução Orçamentária	753.959.304	8%	Independentes da Execução Orçamentária	829.098.476	6%
Transferências Financeiras Concedidas	9.639.674.630	100%	Transferências Financeiras Recebidas	13.913.213.312	100%

Fonte: SIAFI

8.3.1.4.16. Nota 16 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Portanto, em 2018, a geração líquida de caixa foi de R\$ 320 milhões, apresentando um crescimento em relação ao exercício de 2017, de 472%, conforme tabela a seguir:

Quadro 8.3.1.4.17 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa- Saldo Inicial e Final

RESULTADO FINANCEIRO BF X DFC	2018	2017	AH
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	144.092.702	88.054.181	64%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	464.600.490	144.092.702	222%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-320.507.788	-56.038.521	472%

Fonte: SIAFI.

Observa que o fluxo das atividades operacionais teve um acréscimo de 252% de 2017 para 2018, oriundos de transferências financeiras recebidas, seguido da receita patrimonial, compensação financeira de exploração de recursos minerais.

Quadro 8.3.1.4.18 - Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades

ATIVIDADES	2018	2017	AH
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.142.906.113,23	324.517.691,71	252%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-822.398.325,02	-268.479.171,17	206%
TOTAL	320.509.806,21	56.040.537,54	472%

Fonte: SIAFI

8.3.1.4.17. Nota 17 Controle Credores

Compreende os saldos das obrigações contratuais assumidas, até o final da vigência dos contratos firmados. Comparando com o exercício anterior houve redução de 26,46%. O saldo final em 2018 referente à execução de obrigações contratuais corresponde a instrumentos que ultrapassam um exercício, sendo os mais relevantes contratação de serviços para o lançamento do satélite Amazônia 1, contratos de serviços de tecnologia da informação, contratos de vigilância, limpeza, manutenção predial e dentre outros.

Quadro 8.3.1.4.19 – Obrigações Contratuais

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	24.137,05	162.363,17	-85,13	0,01
Fornecimento de Bens	35.207.208,68	52.859.089,45	-33,39	9,03
Seguros	6.580.545,97	210.683,88	3023,42	1,69
Serviços	348.084.808,70	357.465.878,71	-2,62	89,28
Demais	0	119.516.390,11	-100	0
Total	389.896.700	530.214.405	-26,46	100

Fonte: SIAFI

8.3.2 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis FUNTTEL

8.3.2.1 Informações Gerais

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, de natureza contábil, foi instituído pela Lei 10.052, de 28 de novembro de 2000 com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, nos termos do [art. 77, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1.997](#).

Sua fonte de Financiamento advém do percentual de 0,5% incidente sobre o faturamento líquido das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas, além de um patrimônio inicial resultante da transferência de R\$ 100 milhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL).

Os recursos do FUNTTEL podem ser utilizados exclusivamente no interesse do setor de telecomunicações, para o desenvolvimento tecnológico, pelas seguintes instituições:

- Instituições de ensino, públicas ou privadas, brasileiras, em funcionamento no Brasil, sem fins lucrativos;
- Instituições de pesquisas, públicas ou privadas, brasileiras, em funcionamento no Brasil, sem fins lucrativos;
- Empresas brasileiras prestadoras de serviços de telecomunicações;
- Empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços para o setor, desde que engajadas na produção efetiva no País.

O referido Fundo é administrado por um Conselho Gestor e tem como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Os recursos do FUNTTEL são aplicados pelos Agentes Financeiros (BNDES e Finep) exclusivamente nos programas, projetos e atividades do setor de telecomunicações que assegurem, no País, a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de produtos, tais como equipamentos e componentes, além de programas de computador, levando-se em consideração a produção local com significativo valor agregado.

Os projetos a serem apoiados pelo Funttel são apresentados nas seguintes modalidades:

- Induzida, quando é feita uma convocação pública;
- Encomendada, quando o Conselho Gestor encomenda o desenvolvimento de um projeto diretamente a uma instituição específica;
- Espontânea, quando as instituições apresentam projetos por iniciativa própria.

O [Conselho Gestor](#) estabelece as prioridades para a alocação de recursos do FUNTTEL, mediante definição de áreas temáticas relevantes para a concentração de esforços pelas instituições de pesquisa, que abrangerão a utilização de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis.

Compete ao Conselho Gestor do Funttel:

- I – aprovar as normas de aplicação de recursos do Fundo em programas, projetos e atividades prioritárias na área de telecomunicações, em consonância com o disposto no art. 1º desta Lei;
- II – aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano de Aplicação de Recursos submetido pelos agentes financeiros e pela Fundação CPqD;
- III – submeter, anualmente, ao Ministério das Comunicações a proposta orçamentária do Funttel, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual a que se refere o [§ 5o do art. 165 da Constituição Federal](#), observado os objetivos definidos no art. 1º desta Lei, as políticas de desenvolvimento tecnológicas fixadas pelos Poderes Executivo e Legislativo e a existência de linhas de crédito;
- IV – prestar conta da execução orçamentária e financeira do Funttel;
- V – propor a regulamentação dos dispositivos desta Lei, no âmbito de sua competência;
- VI – aprovar seu regimento interno;
- VII – decidir sobre outros assuntos de interesse do Funttel.

Conforme disposto no parágrafo 8º, do artigo 2º, da Lei 10.052/2000 compete ao Ministério das Comunicações prestar ao Conselho Gestor do Funttel todo o apoio técnico, administrativo e financeiro. Entretanto, com a edição da Medida Provisória nº 726/2016, que foi convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, o Ministério das Comunicações – MC foi extinto e teve suas competências regimentais transferidas para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, cujas novas competências foram estabelecidas pelo Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

8.3.2.2 Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações consolidadas no nível de órgão não superior, ou seja, engloba as contas do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações com suas unidades administrativas.

Na consolidação das demonstrações contábeis não foram utilizadas os critérios de exclusão e compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União. Entretanto estas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades administrativas.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Balanço Orçamentário (BO);
4. Balanço Financeiro (BF);
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
7. Notas Explicativas

8.3.2.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Créditos a curto prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **Passivos circulantes e não circulantes** As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), o passivo circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 1. Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
 2. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.

3. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

8.3.2.4 Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

8.3.2.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo, conforme as Notas Explicativas a seguir:

8.3.2.4.1 Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

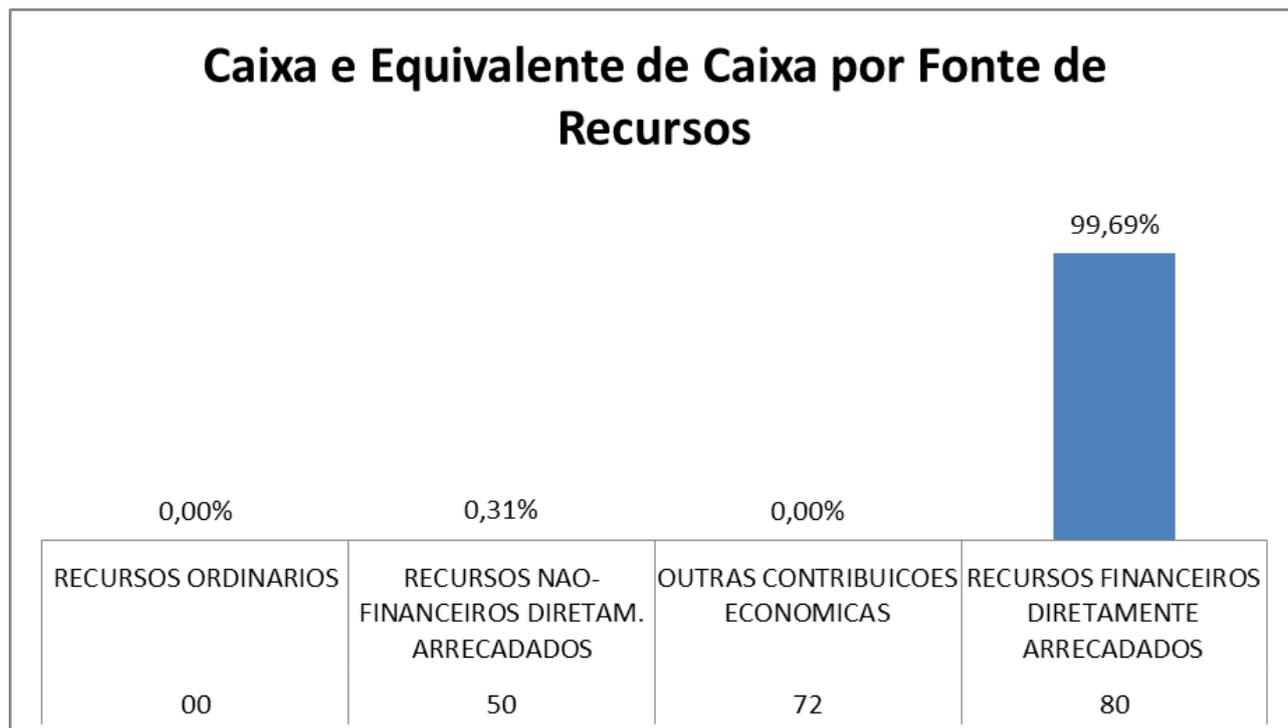
O item “Caixa e Equivalente de Caixa” corresponde a 52% do total do Ativo e apresentou no final exercício de 2018 um saldo correspondente a aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, sendo este montante 9% maior que o saldo apresentado no exercício anterior. A tabela abaixo apresenta a composição da conta Caixa e Equivalente de Caixa detalhada por Fonte de Recursos.

Quadro 8.3.2.4.1 - Caixa e Equivalente de Caixa – por Fonte de Recursos

Fonte Recursos		2018	2017	AV	AH
00	RECURSOS ORDINARIOS	3.117,60	123.673,02	0%	-97%
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.955.766,45	4.955.766,45	31 %	0%
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	0,00	7.222.546,32	0%	-100%
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.593.530.511,25	1.455.442.258,02	100%	9%
Total		1.598.489.395,30	1.467.744.243,81	100%	9%

Fonte: SIAFI

Observa-se que os recursos financeiros são majoritariamente arrecadados na Fonte 80 – Recursos Financeiros diretamente Arrecadados, conforme ilustrado no gráfico a seguir:



Fonte: SIAFI

8.3.2.4.2 Nota 2 – Créditos à Longo Prazo

O item “Créditos à Longo Prazo” possui um saldo no montante de R\$ 1.497.022.580,98 e apresentou um acréscimo de 16% em comparação com o exercício anterior. Este aumento refere-se principalmente ao registro de atualização dos Juros sobre os Financiamentos concedidos à FINEP no montante de R\$ 41.823.986,75.

Esta conta registra o saldo dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Longo Prazo à FINEP (que é agente financeiro do FUNTTEL) e BNDES para aplicação dos recursos na execução dos programas, projetos e atividades do setor de telecomunicações, conforme detalhado na tabela abaixo.

Quadro 8.3.2.4.2 - Créditos a Receber - Longo Prazo

Conta Contábil		2018	2017	AV	AH
121110301	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	586.981.937,00	397.350.469,00	39%	48%
121110308	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A REC - EXCETO FAT	868.216.657,23	889.728.734,90	58%	-2%
121110312	JUROS PRO-RATA S/ FINANCIAMENTOS A RECEBER	41.823.986,75	0,00	3%	0%
Total		1.497.022.580,98	1.287.079.203,90	100%	16%

8.3.2.4.3 Nota 3 – Demais Obrigações à Curto Prazo

O item “Demais Obrigações à Curto Prazo” apresenta essencialmente o saldo da conta “Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar” que registra, neste caso, os convênios firmados entre o FUNTTEL/FINEP (UG 410049) e os institutos de pesquisa. Esta conta apresentou uma redução de aproximadamente 80% em relação ao exercício anterior em virtude dos pagamentos de parcelas dos convênios firmados anteriormente.

Quadro 8.3.2.4.3 - Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar – por Conta Corrente

Conta Contábil		2018	2017	AV	AH
CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES A PAGAR	0172041310CV662175	0,00	562.700,00	0,00	(1,00)
	0172041310TL682618	631.210,00	1.264.970,00	1,00	(0,50)
	0172041310TL685172	0,00	987.169,09	0,00	(1,00)
		631.210,00	2.814.839,09	100%	-78%

8.3.2.4.4 Nota 4 – Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Fundo apresentou uma variação de aproximadamente 12% e pode ser explicada pelo registro apuração do resultado.

Quadro 8.3.2.4.4 - Patrimônio Líquido

Conta Contábil		2018	2017	AV	AH
237110101	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	342.872.157,66	291.030.198,94	11%	18%
237110201	SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES	2.755.298.223,95	2.789.687.804,41	89%	-1%
237110300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	(325.419.779,40)	0%	-100%
Total		3.098.170.381,61	2.755.298.223,95	100%	12%

8.3.2.4.4.1 Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidenciação de alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentaria, e indica o resultado patrimonial.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (classe 4) e diminutivas (classe 3) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

8.3.2.4.4.2 VPA – Contribuições

A Conta de Variação Patrimonial Aumentativa - “Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico” registra a principal fonte de arrecadação do Funttel, ou seja, a arrecadação da receita de contribuição devida pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, a alíquota de 0,5% sobre a receita bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações.

A arrecadação desta receita no exercício de 2018 correspondeu a 44% do total de Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA do período e teve uma leve redução de 9% na arrecadação em comparação com o mesmo o exercício anterior, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Quadro 8.3.2.4.5 - VPA – Contribuições

Conta Contábil		DEZ/2018	DEZ/2017	VARIAÇÃO ABSOLUTA	AH
422010100	CONTRIB DE INTERV. NO DOMINIO ECONOMICO	508.422.661,97	558.188.401,23	(49.765.739,26)	-9%
Total		508.422.661,97	558.188.401,23	(49.765.739,26)	-9%

Fonte: SIAFI

8.3.2.4.6 Nota 6 – VPA - Financeiras

O grupo das Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras está composto conforme disposto na tabela abaixo e apresentou um montante arrecadado no exercício de 2018 de 28% além do montante arrecadado no exercício de 2017.

Na conta “Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos” são registrados a atualização monetária e os juros recebidos oriundos dos empréstimos concedidos a seus agentes financeiros na modalidade reembolsável.

No exercício em análise esta conta apresentou uma variação absoluta de aproximadamente R\$ 40 milhões relativo ao registro de atualização dos Juros sobre Financiamentos concedidos à FINEP.

Quadro 8.3.2.4.6 - VPA Financeiras

Conta Contábil		2018	2017	AV	VARIAÇÃO ABSOLUTA
441110100	JUROS E ENCARG DE EMPREST INTERNOS CONCEDIDOS	41.823.986,75	0,00	0,22	41.823.986,75
441140100	JUROS E ENCARG EMPR.INTERNOS CONCEDIDOS - EST	1.195.139,27	858.421,29	0,01	336.717,98
442410100	JUROS E ENC. DE MORA SOBRE CRED. TRIBUTARIO	3.622.340,99	1.995.354,84	0,02	1.626.986,15
445210100	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS	138.088.253,23	141.732.645,19	0,75	-3.644.391,96
Total		184.729.720,24	144.586.421,32	1,00	40.143.298,92

Fonte: SIAFI

8.3.2.4.7 Nota 7 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas apresentou no ano de 2018 uma expressiva variação absoluta de aproximadamente R\$ 138 milhões em relação a 2017 que pode ser explicada pelos seguintes fatos:

- Amortização de empréstimos pagos pela FINEP em Agosto/2018 no montante de R\$ 126.503.709,59;
- Devolução em Setembro de 2018 de recursos de convênios firmados em exercícios anteriores não utilizados pela FINEP no valor de R\$ 508.351,49.

Quadro 8.3.2.4.7 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição

Conta Contábil		2018	2017	AV	AH
499410100	AMORTIZACAO DE DESAGIO EM INVESTIMENTOS	121.396.097,10	15.858.421,29	81%	665%
499610200	RESTITUICOES	29.392.876,22	4.004.659,89	19%	634%
499910100	VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS	3.382,60	2.909.551,60	0%	-100%
Total		150.792.355,92	22.772.632,78	100%	562%

Fonte: SIAFI

8.3.2.4.8 Nota 8 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O item Desvalorização e Perda de Ativos apresentou um acréscimo de 30% na desincorporação de ativos em relação ao exercício de 2017, conforme demonstrado na tabela abaixo, em virtude de Amortização de Empréstimos e Devolução de recursos não utilizados pela FINEP, o que gerou uma baixa de Créditos a Receber no Ativo.

Quadro 8.3.2.4.8 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Conta Contábil	DEZ/2018	DEZ/2017	AH
365010100 DESINCORPORACAO DE ATIVOS	22.707.216,94	15.858.421,29	43%
365020100 DESINCORPORACAO DE ATIVOS		507.417,86	-100%
Total	22.707.216,94	16.365.839,15	39%

Fonte: SIAFI

8.3.2.4.8.1 Balanço Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No exercício de 2018 as receitas realizadas do Funttel corresponderam à quantia aproximada de R\$ 576 milhões, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 207 milhões, ocasionando um resultado orçamentário superavitário da ordem de R\$ 368 milhões.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas correntes alcançou aproximadamente 4% do total de dotação atualizada.

8.3.2.4.9 Nota 9 – Receita: Previsão versus Realização

Em análise ao Balanço Orçamentário do Órgão 41903 – Funttel, relativo ao exercício de 2018, comparando-se a Receita Prevista com a Receita Realizada observa-se um percentual de realização de 134% equivalente ao montante aproximado de R\$ 576 milhões.

Quadro 8.3.2.4.9 - Receita Prevista versus Realizada - Composição

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA	AV	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	416.539.552,00	416.539.552,00	455.091.809,73	79%	109%
Receitas de Contribuições	332.831.291,00	332.831.291,00	287.614.570,58	50%	86%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	332.831.291,00	332.831.291,00	287.614.570,58	50%	86%
Receita Patrimonial	83.708.261,00	83.708.261,00	138.088.253,23	24%	165%
Valores Mobiliários	83.708.261,00	83.708.261,00	138.088.253,23	24%	165%
Outras Receitas Correntes	0	0	29.388.985,92	5%	0%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0	0	29.388.985,92	5%	0%
RECEITAS DE CAPITAL	15.000.000,00	15.000.000,00	121.396.097,10	21%	809%
Amortização de Empréstimos	15.000.000,00	15.000.000,00	121.396.097,10	21%	809%

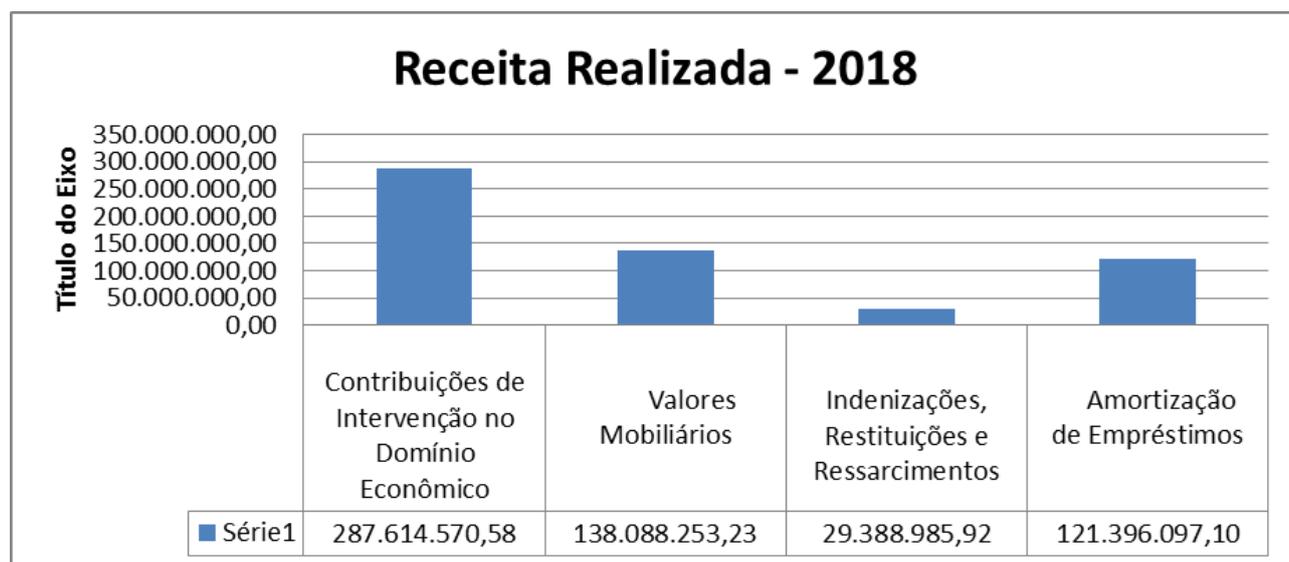
SUBTOTAL DE RECEITAS	431.539.552,00	431.539.552,00	576.487.906,83	100%	134%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	431.539.552,00	431.539.552,00	576.487.906,83	100%	134%
TOTAL	431.539.552,00	431.539.552,00	576.487.906,83	100%	134%

Fonte: SIAFI

A receita realizada concentrou-se majoritariamente na arrecadação de Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico, que é a principal fonte de arrecadação do Funttel e correspondeu no período analisado a 50% do total de receitas arrecadadas pelo fundo.

O gráfico abaixo demonstra os tipos e montante de receitas arrecadadas pelo Funttel no exercício de 2018.

Gráfico 8.3.2.4.2 - Receita Realizada Funttel – 2018



Fonte: SIAFI

8.3.2.4.10 Nota 10 – Despesa – Execução

No que se refere à Despesa Fixada versus Despesa Executada (Saldo) verifica-se que houve uma economia na execução da despesa no valor aproximado de R\$ 223 milhões no exercício analisado.

A tabela abaixo apresenta o percentual de Execução da Despesa por tipo de despesa orçamentária e verifica-se que o percentual de execução das Despesas Correntes correspondeu a 9% a maior do que o total de Dotação Atualizada, tendo em vista recebimento de recurso orçamentário procedente da UG 170013-Subsec. de Planej. Orç. e Administração-MF, UO 71104-Remun. de Agentes Financeiros – Rec. Sob Supervisão do MF para cobrir despesa com taxa de remuneração do agente financeiro do Funttel, exercícios de 2015 e 2016. As despesas de Capital foram empenhadas no montante total da dotação atualizada.

Quadro 8.3.2.4.10 - Percentual de Execução da Despesa

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	19.264.617,00	16.770.717,00	18.229.539,68	9%	-1.458.822,68

Outras Despesas Correntes	19.264.617,00	16.770.717,00	18.229.539,68	9%	-1.458.822,68
DESPESAS DE CAPITAL	193.104.182,00	189.729.468,00	189.719.009,37	0%	10.458,63
Investimentos	3.472.714,00	98.000,00	87.541,37	-11%	10.458,63
Inversões Financeiras	189.631.468,00	189.631.468,00	189.631.468,00	0%	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	224.919.367,00	224.919.367,00	0	-100%	224.919.367,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	437.288.166,00	431.419.552,00	207.948.549,05	-52%	223.471.002,95
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	437.288.166,00	431.419.552,00	207.948.549,05	-52%	223.471.002,95
SUPERAVIT			368.539.357,78		- 368.539.357,78
TOTAL	437.288.166,00	431.419.552,00	576.487.906,83	34%	- 145.068.354,83

Fonte: SIAFI

8.3.2.4.11 Nota 11 – Resultado Orçamentário – Superávit

No comparativo entre total da Receita Arrecadada versus total da Despesa Executada, conforme tabela a seguir, observa-se um superávit orçamentário no valor aproximado de R\$ 368 milhões.

Quadro 8.3.2.4.11 - Receita Arrecadada x Despesa Realizada

Balço Orçamentário	Realização/Execução
Receitas Correntes	455.091.809,73
Receitas de Capital	121.396.097,10
Total das Receitas	576.487.906,83
Despesas Correntes	18.229.539,68
Despesas de Capital	189.719.009,37
Total das Despesas	207.948.549,05
Superávit	368.539.357,78

Fonte: SIAFI

Analisando este resultado por categoria econômica de despesa, conforme demonstrado no quadro abaixo, verifica-se superávit receita x despesa corrente e um déficit de receita x despesa de capital.

Quadro 8.3.2.4.12 - Resultado por categoria econômica

Receitas		Despesas		Resultado	
Correntes	455.091.809,73	Correntes	18.229.539,68	Superávit Corrente	436.862.270,05
De capital	121.396.097,10	De capital	189.719.009,37	Déficit Capital	(68.322.912,27)
Superávit do Exercício					368.539.357,78

Fonte: SIAFI

8.3.2.4.12 Nota 12 – Restos a Pagar Não Processados

No demonstrativo anexo ao Balço Orçamentário relativo aos Restos a Pagar Não Processados verifica-se a quantia de R\$ 107.037,60 de Restos a Pagar Não Processados inscritos em exercícios anteriores, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Quadro 8.3.2.4.13 - Valor total de Restos a Pagar Não Processados

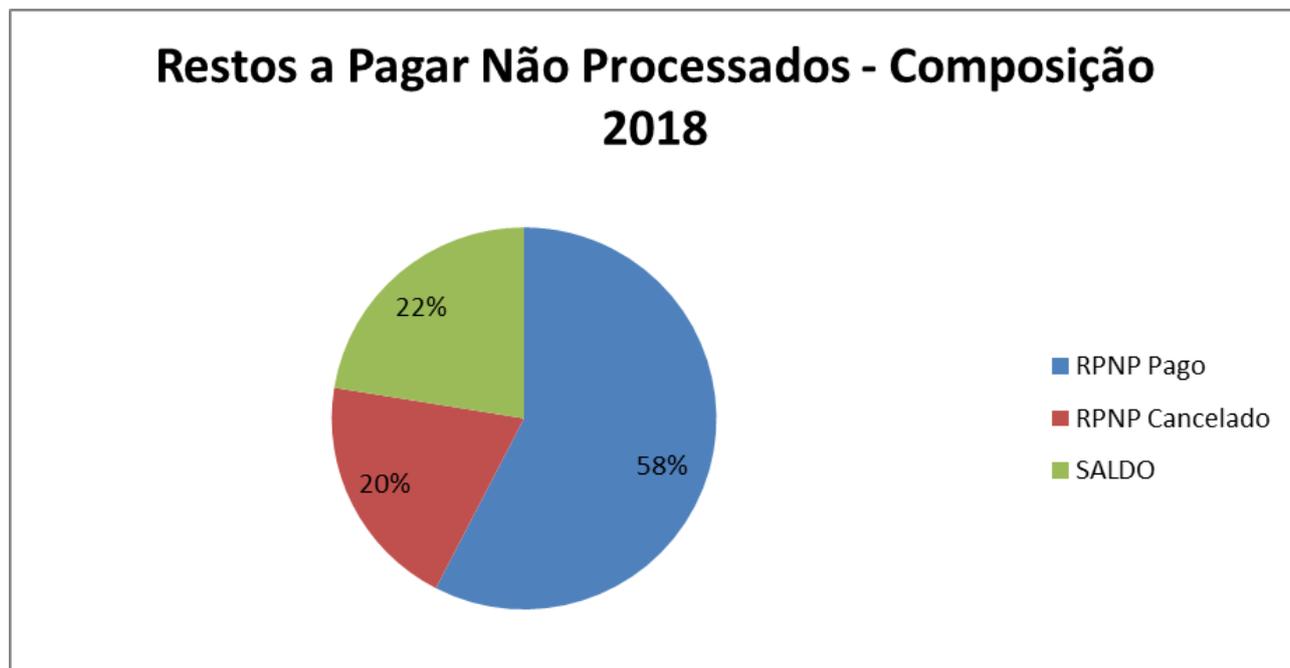
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	TOTAL RPNP
DESPESAS CORRENTES	107.037,60	107.037,60
Outras Despesas Correntes	107.037,60	107.037,60
TOTAL	107.037,60	107.037,60

Fonte: SIAFI

8.3.2.4.13 Nota 13 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Quanto aos Restos a Pagar Processados inscritos em exercícios anteriores, o Funttel possui saldo de R\$ 631.210,00 sendo que até no exercício em análise foram cancelados 20% e pagos 58% do total de Restos a Pagar Processados inscritos nos exercícios anteriores, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 8.3.2.4.3 - Restos a Pagar Processados – Percentual de Execução



Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2019.

ELIANA YUKIKO TAKENAKA
Contadora do FUNTTEL
CRC/DF nº 6.666/0-1

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1 Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como esse limite foi determinado

O ano de 2018 foi marcado por uma série de incertezas, políticas, sociais e econômicas tanto no nível interno – nacional - quanto externo - internacional. No plano interno, o reflexo mais imediato foi a continuidade das dificuldades na gestão orçamentária e financeira, com a redução do potencial de capacidade de geração de entregas e, por conseguinte uma queda de expectativas junto as partes interessadas. O ano de 2018, em particular, apresentou desempenho orçamentário e financeiro favorável como se depreende de registros no item 7.2 deste relatório – “A Lei Orçamentária de 2018 – LOA 2018 consignou inicialmente às unidades da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC dotação orçamentária no total de R\$ 3.555,37 milhões. Houve suplementação à dotação na ordem de R\$ 589,93 milhões redimensionando o orçamento/2018 para R\$ 4.145,30 milhões. No que respeita ao aspecto organizacional, pode-se dizer que foi um ano de estabilização e consolidação das mudanças estruturais advindas da fusão entre os antigos ministérios (MCTI) e Ministério das Comunicações (MC), ocorridas em 2016 com reflexos significativos em 2017 e ainda em 2018. Em termos de gestão de pessoas as dificuldades não só perduram como tendem a agravar-se nos próximos anos. É o que está consignado no item 7.1 – “o quadro de servidores ativos do MCTIC apresenta 58% do seu pessoal na faixa etária acima de 51 anos, o que demonstra um quadro já bastante envelhecido para uma organização. Paralelamente, apenas 3% do quadro de servidores ativos têm até 30 anos de idade. A situação se agrava quando se considera que 28% dos servidores do quadro, incluindo os das unidades de pesquisa (UPs), estão em abono permanência, ou seja, são profissionais passíveis de aposentadoria a qualquer momento por já satisfazerem os requisitos para a aposentadoria, e que optaram em permanecer na ativa. Esses três fatores combinados evidenciam uma situação que, em curto prazo, impactará negativamente a execução das atividades de apoio e finalísticas, constituindo-se, portanto, a recomposição da força de trabalho um dos grandes desafios do MCTIC nos próximos anos.” A proposta de recomposição da força de trabalho em 2018 solicitou 1.049 cargos para a Administração Central e Unidades de Pesquisa do MCTIC, entre 704 vagas para nível superior e 345 para nível intermediário. No aguardo de resposta positiva, o MCTIC realizou 84 ações de capacitação com a participação de 1.110 servidores, cerca de 25% da força de trabalho, 4.407 servidores, com prioridade para ações com maior impacto na estratégia organizacional. Em outra vertente, a relacionada com a desburocratização e modernização dos serviços prestados pelo MCTIC, os investimentos em Tecnologia da Informação (TI) revelaram-se aquém dos desafios colocados pelo Ministério. A diminuição do quadro de pessoal de TI, a despeito do aumento de demandas e cortes orçamentários são obstáculos registrados no item 7.6 deste relatório. Diante destas circunstâncias Houve concentração de esforços na continuidade e conclusão de projetos de desenvolvimentos de sistemas iniciados e na reorganização da infraestrutura de TIC, com atenção a requisitos de segurança da informação. Um dos maiores desafios continua sendo o desenvolvimento de sistemas com base em uma arquitetura que prevê a integração de soluções, haja vista os diversos atores externos envolvidos.

Não obstante, o ambiente geral de relativa restrição, resultados importantes foram alcançados no ano que favoreceram a recriação de condições favoráveis a avanços no setor como, por exemplo, o Decreto nº 9.283/18, relacionado ao Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que regulamentou um conjunto de normas, Lei nº 13.243/2016, Lei nº 10.973/2004 e Emenda Constitucional nº 85/2015, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica no ambiente produtivo, visando a capacitação tecnológica para promoção de autonomia e desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Lembramos que o novo Marco Legal alterou nove Leis: Lei de Inovação, Lei das Fundações de Apoio, Lei de Licitações, Regime Diferenciado de Contratações Públicas, Lei do Magistério Federal, Lei do Estrangeiro, Lei de Importações de Bens para Pesquisa, Lei de Isenções de Importações e Lei das Contratações Temporárias.

A edição do planeamento estratégico do MCTIC para o período de 2018 a 2022 pautou-se em processo participativo, por meio da instituição do Grupo Executivo formado por representantes de todas as Secretarias finalísticas, das 16 Unidades de Pesquisa e das 10 Entidades Vinculadas, os quais trabalharam, ao longo de 2018, as propostas a serem avaliadas e validadas pela Alta Administração. A iniciativa redefiniu os termos para a criação de ambiente organizacional favorável à geração de resultados, malgrado o ponto de partida marcado por restrições no plano financeiro e a insuficiência de capacidade em recursos humanos, competências e recursos logísticos. Todos, explicitados na forma de desafios no Mapa Estratégico – MCTIC 2018-2022, quesito Pessoas e Infraestrutura, para atingir os resultados e a produção de valor público esperado.

Esse quadro transita como legado organizacional para o novo governo que inaugura 2019. Face à este novo contexto, vale reproduzir a título de conclusão, o início da mensagem do Ministro, no item 2, deste Relatório.

“O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) inicia o exercício de 2019 com uma visão ao mesmo tempo otimista e ambiciosa quanto ao avanço das comunicações e da tecnologia e sua colaboração para o desenvolvimento do país. Os novos projetos e iniciativas que serão executados colocam-se em harmonia com os progressos registrados até o momento, que constituem a base do que se pretende construir nos próximos quatro anos. Nesse sentido, assume relevância o relato dos resultados dos principais projetos executados em 2018 que, além de serem aprimorados no que for necessário, passarão a ser acompanhados por novas iniciativas alinhadas com as aspirações que animam a gestão que se inicia.”

9.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU (exclusivamente no âmbito da Diretoria de Administração do MCTIC)

O acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU é feito pelo Ministro por meio da Assessoria Especial de Controle Interno - AECl. A maior parte da comunicação expedida pelo TCU é recebida no Gabinete do Ministro ou na Secretaria Executiva, que, por sua vez, encaminha o processo à área específica responsável pelas atribuições, para manifestação e adoção das providências devidas, ou apresentação de justificativa em caso de impossibilidade de lhes dar cumprimento. O Controle Interno acompanha junto às áreas o encaminhamento da resposta ao Tribunal, monitorando os prazos e apreciando as respostas ou justificativas.

Dos 8 Acórdãos atendidos em 2018, 4 referem-se a Tomadas de Contas Especial, 2 foram auditorias propostas por solicitação do Congresso Nacional, 1 trata do Relatório de Acompanhamento da implementação da LAI, cujo foco foi a transparência ativa dos contratos das Unidades de Pesquisa e o outro foi uma representação a respeito do Programa GESAC.

Existem 3 Acórdãos dentro do prazo em fase de implementação pelo Ministério. Destaca-se a implementação da reestruturação da AEB e a organização da Lei de Informática.

O Acórdão nº 2053/2018- Plenário trata da política do acesso à Internet e está parcialmente atendido. O Acórdão 1521/2017-Plenário será atendido por sistema informatizado que está em desenvolvimento.

O quadro a seguir mostra, de forma sucinta, o tratamento das demandas do TCU no Ministério no exercício de 2018:

Quadro 9.2.1 – Tratamento das demandas TCU

ACÓRDÃOS TCU	PROCESSOS SEI	TEMA	ATENDIMENTO	SITUAÇÃO MCTIC
4505/2018 – 2ª Câmara	01250.034268/2018- 01	Prestação de Contas - Medida estruturante em relação a AEB	No prazo	Está em fase de implementação a Ouvidoria da AEB.

2053/2018- Plenário	01250.076690/2017- 45	Relatório de Levantamento - Implementação da Polícita Nacional de Banda Larga - Programa Internet para todos	Atendimento Parcial	Políticas públicas no sentido de expandir o acesso à Internet de Banda Larga e ao Programa Internet para Todos que atua em áreas em que não há internet de banda larga.
1855/2018 - Plenário	01250.050366/2018- 88	Relatório de Acompanhamento acerca do cumprimento da LAI (Lei 12.527/2011) - Transparência Ativa	Atendido	
1111/2018 - TCU - Plenário	00688.000628/2018- 61	Solicitação do Congresso - Auditoria na INB e CNEN. Medidas estruturantes.	Atendido	
272/2018- 2ª Câmara	01250.007901/2018- 81	Prestação de Contas da FINEP agregando FNDCT.	No prazo	
729/2018 - Plenário	01250.021042/2018- 32 / 01250.020309/2018- 74	Auditoria Operacional acerca da Lei de Informática	No prazo	
1692/2018- Plenário	01250.043909/2018- 19	Representação acerca de possíveis irregularidades no Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão	Atendido	
7206/2018- 2ª Câmara	01250.050433/2018- 64	Monitoramento - Prestação de Contas FINEP		
2727/2017 - Plenário	01250.006217/2018- 81	Solicitação do Congresso - Auditoria Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 2012-2021. AEB E Alcântara Cyclone Space	Atendido	
96/2018 2ª Câmara	01250.009779/2018- 87	Tomada de Contas Especial (TCE)	Atendido	
12079/2018 2ª Câmara	01200.002108/2010- 12	Tomada de Contas Especial (TCE)	Atendido	
2427/2015 2ª Câmara	01250.069025/2018- 86	Tomada de Contas Especial (TCE)	Atendido	
2970/2018- Plenário	01250.077354/2018- 09	Auditoria de Conformidade - Benefícios Fiscais - Lei de Informática - Determinação para a SUFRAMA .	Aqui dentro do Ministério foi encaminhado apenas para conhecimento.	
2155/2017-	01250.067716/2017-	Relatório de	Atendido	

Plenário	64	Monitoramento TCE		
1521/2017- Plenário		Acórdão de Relação - Desestatização	Não atendido	Está em fase de desenvolvimento a ferramenta informatizada para tratar de outorgas dos serviços de radiodifusão.

Sobre as recomendações da **Controladoria-Geral da União** no exercício de 2018, foram atendidas 25 recomendações estruturantes, 3 medidas referentes à prestação de contas, 7 ações sobre contratos de gestão e 1 medida relacionada a apuração de responsabilidade. Ressalta-se que as medidas adotadas pelo Ministério resultaram em redução de riscos administrativos principalmente nas atividades de gerenciamento de projetos, controles de processos, melhoria nos níveis de transparência de informações e inclusão social. O quadro a seguir traz as recomendações na situação “monitorando” em 31/12/2018:

Quadro 9.2.2 – Tratamento das demandas CGU

ID	Dados da Recomendação
34330	Rever a sistemática de avaliação do Contrato de Gestão do CGEE, de forma que sejam contempladas na análise qualitativa as ações/subações concluídas no exercício fiscalizado.
48390	Recomenda-se à SEPED proceder à análise dos processos, rotinas e fluxos referentes à gestão das transferências voluntárias, com vistas a identificar pontos críticos que possam impactar negativamente o seu desempenho.
48391	Recomenda-se à SEPED que, com base nas informações obtidas a partir do atendimento à recomendação 1 desta constatação, aprimore as normas utilizadas para a gestão das transferências voluntárias com vistas a adequá-las à estrutura e ambiente próprios dessa Secretaria, definindo responsabilidades, prazos e rotinas de controle e monitoramento das transferências.
60070	Que sejam realizadas gestões, devidamente documentadas, junto a CGTI/SPOA/SECEX/MCTI para garantir a efetiva implementação do SIGPROJETOS no exercício de 2013.
72984	Recomenda-se à SEPED implementar rotina interna que contemple a estratégia de execução para os Programas e Ações de sua responsabilidade, abrangendo planejamento anual e avaliação periódica .
81489	Que o MCT regularize a situação patrimonial dos bens.
89997	Executar imediata limpeza e manutenção do galpão locado pelo IMPA, organizar e gerir toda documentação lá localizada, em conformidade com a legislação arquivística nacional aplicável, além de promover adequada destinação dos bens considerados inservíveis que ocupam o mesmo, com vistas a avaliar a necessidade de manutenção do contrato de locação firmado em 2010, considerando que o imóvel recém adquirido no Jardim Botânico servirá também para guarda de materiais conforme informado pelo gestor.

137562	Adaptar os sistemas automatizados utilizados para a gestão dos dados sigilosos presentes nos RDAs geridos pelo MCTI para atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 38 do Decreto nº 7.845, de 14/11/2012.
137566	Formalizar as decisões de classificação dos dados e das informações presentes nos RDAs em Termos de Classificação da Informação, conforme art. 31 do Decreto nº 7.724, de 16/05/2012.
137568	Sanar as desconformidades do SIGPLANI quanto às diretrizes presentes no Decreto nº 7.845, art 38, e na Instrução Normativa nº 03 GSI/PR, caso ele continue em utilização.
137575	Avaliar a conveniência e a oportunidade de, a partir do estudo realizado pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MCTI sobre a deficiência de pessoal na SEPIN/MCTI, realizar gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o recebimento de Analistas de Tecnologia da Informação (ATI's) e junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para o recebimento de Analistas de Comércio Exterior (ACE's) objetivando a análise dos Relatórios Demonstrativos Anuais (RDA's) oriundos dos beneficiários da Lei de Informática.
137584	Avaliar a conveniência e a oportunidade de propor ao CATI a alteração de seu Regimento Interno para explicitar as obrigações de controle já impostas pelo legislador, entre as quais aquelas existentes no art. 13 do Decreto-Lei 200, de 25/02/1967.
151073	Implementar mecanismos de controle que garantam a adequada especificação da necessidade de contratação, para que com o apoio da área especializada do MCTI (CGRL/SPOA) seja minimizado o risco de ocorrência de sobrepreços em itens de bens e serviços a serem contratados.
151074	Implementar mecanismo de controle que garantam, na emissão de Pareceres técnicos, a adequada avaliação de preços, com base em pesquisas de preço de mercado, devidamente documentadas, ou fontes oficiais de preços.
151075	Adotar providencias para a recuperação dos valores apontados pela CGU de dano ao erário em relação ao pagamento por serviços de fornecimento de equipamentos de Iluminação/Sonorização/ Vídeo/ Multimídia em quantidade superior ao que de fato foi utilizado na exposição.
151079	Implementar mecanismos de controle que garantam a adequada conferência do recebimento de bens e serviços decorrentes de contratações realizadas pela SECIS, visando minimizar o risco de pagamentos por serviços e bens não entregues.
151080	Estabelecer controles internos administrativos para garantir que Projetos de Cooperação Técnica Internacional não sejam utilizados para execução serviços comuns.
153493	Que a SCUP atualize o modelo de Nota Técnica constante no art. 36 da Portaria MCTI nº 967/2011, incluindo item específico que faça análise da extensão e da profundidade dos trabalhos da auditoria externa, nos termos da Recomendação 1
153494	Que a SCUP atualize o modelo de Nota Técnica constante no art. 36 da Portaria MCTI nº 967/2011, incluindo item específico que analise a observação contida na Recomendação 5
153500	Que a SEXEC, com base na opinião exarada no Parecer nº 05/2015/DECOR/CGU/AGU e no atendimento aos princípios do controle social (Lei nº 9.637/98), da razoabilidade (Lei nº 9.784/99), da moralidade (CF/88), da impessoalidade (CF/88), da importância da

	<p>transparência como elemento intrínseco da boa governança (Referencial Básico de Governança do TCU), inclua em todos os Contratos de Gestão e respectivos Termos Aditivos firmados no âmbito do MCTI cláusula expressa que obrigue as Organizações Sociais a dar publicidade aos gastos realizados com recursos dos CGs, publicando-se, no sítio de cada OS, no mínimo, os seguintes itens:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. o Contrato de Gestão e seus aditivos; b. os Relatórios semestral e anual da Comissão de Avaliação e respectivas medidas adotadas em relação às Recomendações emanadas pela Comissão; c. o seu regulamento de contratação de bens serviços, bem como outros regulamentos que discorrem sobre atos que podem gerar despesa, como, por exemplo, o regulamento que trata da concessão de diárias e passagens; d. todos os termos de referência, projetos básicos, pré-projetos ou instrumentos similares que serviram como pressupostos de fato às contratações; e. todos os contratos que tenha assinado; f. seus registros contábeis, balanços e balancetes e demais demonstrativos contábeis, mensais e anuais; g. os relatórios mensais e anuais de suas ações e atividades decorrentes das obrigações do CG; h. as atas de suas reuniões, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e de qualquer outro órgão da OS, colegiado ou não, que tenha poderes decisórios relacionados às obrigações do CG; i. o regulamento de contratação de pessoal; j. o chamamento público, com critérios técnicos e objetivos, para recrutamento e seleção de seus empregados; k. o resultado dos processos seletivos, no qual contenha, explícita e objetivamente, os pressupostos de fato e de direito que fundamentaram a contratação; l. a relação semestral dos servidores públicos federais, estaduais ou municipais cedidos; m. a relação semestral dos servidores públicos federais, estaduais ou municipais que inicialmente estavam cedidos e retornaram aos seus cargos de origem; n. a relação semestral e anual de todos os funcionários que compõem a força de trabalho da OS, independentemente do regime jurídico do contrato de trabalho e do fato de ser temporário ou permanente, contendo no mínimo, nome completo, CPF, cargo e data de início no cargo; o. a relação semestral e anual analítica de todos aqueles que foram beneficiados por diárias e passagens pagos com recursos do CG, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, cargo, data de início da viagem, data final da viagem, motivação, vinculação com o contrato de gestão, valor total das diárias, valor total das passagens e outros valores pagos em decorrência da viagem; p. a relação mensal analítica de todos os pagamentos realizados com recursos do CG, contendo, no mínimo, CPF/CNPJ do beneficiário do pagamento, Nome/Razão Social, data do pagamento, valor, descrição do pagamento, vinculação com o contrato de gestão; q. os pareceres técnicos e jurídicos sobre qualquer assunto, ação ou atividade que tenham sido emitidos e que afetam, direta ou indiretamente, a gestão dos recursos públicos aportados via CG.
157079	<p>Avaliar junto ao conveniente a necessidade de ajuste do Plano de Trabalho do convênio nº 778585, em especial, quanto à descrição objetiva e completa das metas e etapas, com definições quantitativas e qualitativas, assim como do plano de aplicação detalhado, solicitando manifestação da consultoria jurídica, caso entender necessário.</p>
157081	<p>Estabelecer rotina de controle sobre as contas nas quais os recursos repassados aos subconvenientes estão sendo geridas, com vistas a permitir o acompanhamento da execução financeira do subconvênio, e garantir maior transparência ao processo.</p>

173818	Exija, como regra, que sejam apresentados, juntamente com os planos de trabalho dos projetos que irão receber recursos de transferências voluntárias, toda a documentação de pesquisa de mercado realizada que justifique o valor pleiteado, certificando-se, por meio da verificação dessa documentação, de que o valor reflete a pesquisa realizada, como uma das condições para aprovação dos ajustes.
173821	Adotar medidas estruturantes e procedimentais efetivas para manifestação conclusiva acerca das prestações de contas analisadas, objetivando cumprir os prazos estipulados na legislação vigente.
173825	Realizar levantamento para verificar se houve utilização indevida dos veículos executivos ao longo de 2016, principalmente no tocante à média diária de deslocamento, apurando responsabilidade no caso de constatação de irregularidades.
173827	Comunicar os resultados finais das análises técnicas realizadas à Receita Federal do Brasil, em observância ao § 6º do Art. 33 do Decreto 5.906/2006.
173828	Que o Departamento de Inclusão Digital efetue o levantamento do valor total necessário para conclusão da etapa Piloto do Projeto de Cidades Digitais, procedendo com o cancelamento do valores inscritos em Restos a Pagar que excedam o total necessário para conclusão da etapa.
173830	Que a Secretaria Executiva elabore o Mapa Estratégico e seus correspondentes planejamentos setoriais das Comunicações para fins de orientar as ações governamentais no âmbito dessa Pasta Ministerial, enviando cópia de inteiro teor a este Órgão de Controle Interno para registro e acompanhamento, inclusive quanto a eventuais pendências perante o Tribunal de Contas da União.
175089	Que o CGEE, em conjunto com o MCTIC, buscando alinhamento com a ENCTI ou outras políticas públicas relacionadas, ouvida a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, aprimore o quadro de indicadores e metas, com o estabelecimento de linhas de base, levantamento do histórico, identificação das fontes dos dados, além da disponibilização das informações utilizadas pela Comissão de Avaliação para a elaboração do seu parecer anual.
175091	Definir, no próximo Ciclo do Contrato de Gestão, metodologia de avaliação para indicadores de efetividade e respectivas metas.
175092	Que o MCTIC e o CGEE passem a avaliar regularmente o impacto das ações realizadas por meio do Contrato de Gestão para o alcance das diretrizes estratégicas da Política Nacional de C,T&I.
175094	Que o CGEE implemente o Plano Diretor aos seus processos de trabalho em execução ou, caso não seja possível, que o faça anteriormente à entrada em vigor do novo ciclo do Contrato de Gestão, nos termos do art. 6º, inciso V, do Anexo I da Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011.
175095	Que o MCTIC exija, como forma de melhor analisar a prestação de contas, informações suficientes para avaliar a economicidade do Contrato de Gestão, em especial quando da decisão de eventual renovação.
175096	Que o CGEE prossiga no acompanhamento do dispêndio com despesas de pessoal, visando a adequação ao limite anual de 60% proposto no Contrato de Gestão.

175965	Que o CGEE, em conjunto com o MCTIC, buscando alinhamento com a ENCTI ou outras políticas públicas relacionadas, ouvida a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, aprimore o quadro de indicadores e metas, com o estabelecimento de linhas de base, levantamento do histórico, identificação das fontes dos dados, além da disponibilização das informações utilizadas pela Comissão de Avaliação para a elaboração do seu parecer anual.
175966	Definir, no próximo Ciclo do Contrato de Gestão, metodologia de avaliação para indicadores de efetividade e respectivas metas.
176609	Que o Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, em decorrência da competência estabelecida no art. 20 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e no art 4º, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, auxilie a realização do controle ministerial dos critérios formalizados pelo CNPq para classificar uma organização como "com fins lucrativos", para usufruto dos benefícios fiscais decorrentes da Lei nº 8.010/90, visando avaliar a observância à legislação federal vigente, como a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e os princípios do caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
177151	Que o MCTIC atue junto à FEA no sentido de orientar e promover a retificação das informações constantes dos relatórios de execução orçamentária de modo a refletir adequadamente a realidade da execução dos produtos entregues.
177152	Que o MCTIC, visando resguardar a gestão do Projeto BRA/16/G31, solicite a sua Consultoria Jurídica uma manifestação conclusiva a respeito da legalidade da atuação dos profissionais contratados pelo PNUD nas dependências do MCTIC.
180338	Instituir controles para verificar, segundo critérios de materialidade, relevância e criticidade, a adequação das análises realizadas pelos atores externos ao MCTIC.
180338	Instituir controles para verificar, segundo critérios de materialidade, relevância e criticidade, a adequação das análises realizadas pelos atores externos ao MCTIC.
180338	Instituir controles para verificar, segundo critérios de materialidade, relevância e criticidade, a adequação das análises realizadas pelos atores externos ao MCTIC.
180338	Instituir controles para verificar, segundo critérios de materialidade, relevância e criticidade, a adequação das análises realizadas pelos atores externos ao MCTIC.
180339	Divulgar quem são e quais as atribuições dos agentes (inclusive os externos ao MCTIC) envolvidos no processo decisório de ateste dos investimentos realizados pelas empresas beneficiárias das renúncias tributárias promovidas pelo Ministério.
180339	Divulgar quem são e quais as atribuições dos agentes (inclusive os externos ao MCTIC) envolvidos no processo decisório de ateste dos investimentos realizados pelas empresas beneficiárias das renúncias tributárias promovidas pelo Ministério.
180339	Divulgar quem são e quais as atribuições dos agentes (inclusive os externos ao MCTIC) envolvidos no processo decisório de ateste dos investimentos realizados pelas empresas beneficiárias das renúncias tributárias promovidas pelo Ministério.
180339	Divulgar quem são e quais as atribuições dos agentes (inclusive os externos ao MCTIC) envolvidos no processo decisório de ateste dos investimentos realizados pelas empresas

	beneficiárias das renúncias tributárias promovidas pelo Ministério.
180340	Prover transparência ativa aos dados provenientes da análise definitiva das informações apresentadas pelas empresas beneficiárias das renúncias tributárias promovidas pelo Ministério, a exemplo da Lei de Informática.
180340	Prover transparência ativa aos dados provenientes da análise definitiva das informações apresentadas pelas empresas beneficiárias das renúncias tributárias promovidas pelo Ministério, a exemplo da Lei de Informática.
180341	Realizar a avaliação da Lei de Informática com base nos dados provenientes da análise definitiva dos RDAs.
180343	Identificar e implementar medidas mitigatórias para os riscos de conflitos de interesses envolvidos na atuação das auditorias independentes no âmbito da Lei de informática.
180344	Recomendar ao MCTIC que envide esforços para a melhoria dos controles internos do Gesac, objetivando minimamente: <ul style="list-style-type: none"> • Controlar tempestivamente a disponibilidade e o tráfego de cada Ponto de Presença; • Monitorar informações sobre o status de cada Ponto (ex.: instalação, cancelamento, desativação e transferência); • Permitir o registro do histórico de interlocução sobre as providências adotadas pelo Ministério, pela contratada e/ou pelas instituições beneficiárias e proponentes no caso de falhas de funcionamento dos Pontos de Presença
180345	Recomendar ao MCTIC que realize levantamento/estudo acerca da oferta adequada do serviço de conexão à internet em banda larga por prestador privado nas localidades do Brasil, priorizando aquelas atualmente contam com ponto de acesso Gesac, de forma a: <ul style="list-style-type: none"> • Subsidiar a tomada de decisão sobre a demanda, expansão, continuidade ou desligamento de pontos de acesso; • Estabelecer indicador de cobertura efetiva do programa e definição de metas coerentes com a capacidade operacional do Ministério; • Elaborar critérios de uso mínimo e custo/benefício da disponibilização do ponto.
180345	Recomendar ao MCTIC que realize levantamento/estudo acerca da oferta adequada do serviço de conexão à internet em banda larga por prestador privado nas localidades do Brasil, priorizando aquelas atualmente contam com ponto de acesso Gesac, de forma a: <ul style="list-style-type: none"> • Subsidiar a tomada de decisão sobre a demanda, expansão, continuidade ou desligamento de pontos de acesso; • Estabelecer indicador de cobertura efetiva do programa e definição de metas coerentes com a capacidade operacional do Ministério; • Elaborar critérios de uso mínimo e custo/benefício da disponibilização do ponto.
180346	Implantar de forma efetiva a Metodologia de Gestão de Riscos prevista na Política de Gestão da Integridade, de Riscos e Controles Internos no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
180347	Realizar novo processo licitatório para contratação de serviços terceirizados de limpeza, seguindo os ditames da Instrução Normativa nº 05/2017, abstendo-se de realizar nova prorrogação do contrato atual, ainda baseado na Instrução Normativa nº 02/08.
180348	Avaliar possibilidades de melhorias contratuais, em adição às alterações propostas, quanto ao quantitativo e à alocação dos postos de vigilância, em razão dos custos

	associados e da possibilidade de utilização de eventuais alternativas mais econômicas.
--	--

A Recomendação 137559 - “Avaliar a conveniência e a oportunidade de revisar o processo de análise dos RDAs para incluir validações dos dados fornecidos pelas beneficiadas da Lei de Informática junto a fontes externas independentes, cujos dados sejam reconhecidamente confiáveis”, continua em monitoramento e ressalta-se que, considerando as orientações contidas na IN CGU nº 8/2017, existe uma iniciativa em andamento para aperfeiçoamento da política pública relacionada à Lei de Informática com o apoio de uma consultoria da CGU, visando alcançar melhor resposta ao interesse público.

10. OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

10.1. Rol de responsáveis

Secretarias Finalísticas

Quadro 10.1.1 – Rol de responsáveis Secretarias Finalísticas

ROL DE RESPONSÁVEIS

DENOMINAÇÃO DO CARGO	CPF	NÍVEL	NOME	Nível	ENDEREÇO RESIDENCIAL	TEL.	DOC. NOMEAÇÃO	DOU	DOC. EXONERAÇÃO	DOU	AFASTAMENTOS LEGAIS		
											FÉRIAS EM 2017	LICENÇA MÉDICA	VIAGEM AO EXTERIOR
SECRETARIA EXECUTIVA - SEEXEC													
Secretário-Executivo	063.908.078-21	NE	Elton Santa Fe Zacarias	TITULAR	SHTN Trecho 1 Lote 01-B Bloco B Apto. 3070 - Bairro Asa Norte - Brasília DF - CEP 70.300-200	(61) 99349-0558	Decreto	24/05/2016	Decreto	14/01/2019	Não tirou Férias em 2017	Não consta	
Secretário-Executivo - Substituto			VAGO	SUBSTITUTO									
Secretário-Executivo Adjunto	043.960.318-82	DAS 101.6	Alfonso Orlandi Neto	TITULAR	SHTN Trecho 2 Bloco C Apto. 408 - Bairro Asa Norte - Brasília DF - CEP 70.800-210	(61) 99528-6574	Portaria nº 2.171	18/11/2016	Portaria nº 243	09/01/2019	Não tirou Férias em 2017	Não consta	
Secretário-Executivo Adjunto - Substituto			VAGO	SUBSTITUTO									
SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO - SERAD													
Secretário de Radiodifusão	126.480.781-34	DAS 101.6	Vanda Jugurtha Bonna Nogueira	TITULAR	SHS QL 18 Conjunto 6 Casa 6 - Bairro Lago Sul - Brasília/DF - CEP 71.650-065	(61) 3366-3576	Portaria nº 1.129	17/06/2016	Portaria nº 9/2018	09/01/2018	Não tirou férias em 2018	Não consta	
Secretário de Radiodifusão	047.545.278-01	DAS 101.6	Moises Queiroz Moreira	TITULAR	Av. 11 de junho, nº 737, Apto. 102 - Bairro Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04.041-052	(61) 2108-1063	Portaria nº 128	21/02/2018	Portaria nº 1.328	17/12/2018	10/09/2018 a 19/09/2018 (Exercício 2017)	Não consta	
Secretário de Radiodifusão - Substituto	096.695.901-91		Inez Joffily França	SUBSTITUTO	SQS 115 Bloco D Apto. 601 - Bairro Asa Sul - Brasília/DF - CEP 70.385-040	(61) 99927-2625	Portaria nº 6.227	30/12/2016	Portaria nº 7.603	02/01/2018			
Secretário de Radiodifusão - Substituto	047.545.278-01		Moises Queiroz Moreira	SUBSTITUTO	Av. 11 de junho, nº 737, Apto. 102 - Bairro Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04.041-052	(61) 2108-1063	Portaria nº 7.602	02/01/2018	Portaria nº 1.146	02/03/2018	Substituiu efetivamente o Secretário no período que o cargo estava vago: 09/01/2018 a 20/02/2018		
Secretário de Radiodifusão - Substituto	002.113.661-02		Samir Amando Granja Nobre Maia	SUBSTITUTO	AE 2, Ed. Via Boulevard, nº 2, Bloco F, Torre 1, Apto 308 - Bairro Guarã II - Guarã - Brasília/DF - CEP 71.070-662	(61) 98123-5879	Portaria nº 1.143	02/03/2018			Substituiu efetivamente o Secretário no período de férias: 10/09/2018 a 19/09/2018		
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - SEPED													
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento	145.041.381-15	DAS 101.6	Álvaro Toubes Prata	TITULAR	SHN Quadra 01, Nº 01, Bloco C, Área Especial - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70.701-000	(48) 3232-0450	Portaria nº 221	21/03/2018	Portaria nº 360	11/01/2019	20/09/2018 a 28/09/2018 (Exercício 2018)	Não consta	
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - Substituto	077.553.817-57		Savio Tulio Oselieri Raeder	SUBSTITUTO	SQS 313 Bloco E Apto. 603 - Bairro Asa Sul - Brasília/DF - CEP 70.382-050	(61) 8151-1181	Portaria nº 6.271	30/12/2016			Substituiu efetivamente o Secretário no período que o cargo estava vago: 01/01/2018 a 20/03/2018		
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO - SETEC													
Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	145.041.381-15	DAS 101.6	Alvaro Toubes Prata	TITULAR	Rua Riacho Doce, nº 288 - Bairro Canto da Lagoa - Florianópolis/SC - 88.062-560	(48) 3232-0450	Portaria nº 1.401	12/07/2016	Portaria nº 221	21/03/2018	02/01/2018 a 19/01/2018 (Exercício 2017) 14/02/2018 a 20/02/2018 (Exercício 2017)	Não consta	
Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	158.543.988-69	DAS 101.6	Maximiliano Salvadori Martinhão	TITULAR	Rua Vereador Osni Ortega, nº 416 - Bairro Lagoa da Conceição - Florianópolis/SC - 88.035-001	(48) 3334-6424	Portaria nº 222	21/03/2018	Portaria nº 574	17/01/2019	17/12/2018 a 21/12/2018 (Exercício 2017)	Não consta	
Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - Substi	311.320.300-72		Jorge Mario Campagnolo	SUBSTITUTO	SQS 312 Bloco A Apto. 207 - Bairro Asa Sul - Brasília/DF - CEP 70.365-010	(61) 3254-2453	Portaria nº 6.164	30/12/2016			Substituiu efetivamente o Secretário (Álvaro) no período de férias: 02/01/2018 a 19/01/2018 e de 14/02/2018 a 20/02/2018		
SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES - SETEL													
Secretário de Telecomunicações	034.836.468-76	DAS 101.6	Andre Muller Borges	TITULAR	Rua Prof. Alexandre Correia, nº 300, Torre 3 Apto. 82 - São Paulo/SP - CEP 05.657-230	(61) 99955-2600	Portaria nº 1.303	01/07/2016			02/04/2018 a 20/04/2018 (Exercício 2017)	Não consta	
Secretário de Telecomunicações - Substituto	274.314.446-72		Atila Augusto Souto	SUBSTITUTO	SQS 109 Bloco D Apto. 202 - Bairro Asa Sul - Brasília/DF - 70.372-040	(61) 3244-6580	Portaria nº 6.031	22/12/2016	Portaria nº 2.698	21/05/2018	Substituiu efetivamente o Secretário no período de férias: 02/04/2018 a 20/04/2018		
Secretário de Telecomunicações - Substituto	996.880.421-53		Artur Coimbra de Oliveira	SUBSTITUTO	SQS 109 Bloco E Apto. 114 - Bairro Asa Sul - Brasília/DF - 70.372-050	(61) 3797-2060	Portaria nº 6.699	21/05/2018					
SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS (antiga Secretaria de Política de Informática até 07/08/2018 - Vide Portaria MCTIC Nº 4.038, de 07/08/2018)													
Secretário de Políticas Digitais	719.491.191-49	DAS 101.6	Thiago Camargo Lopes	TITULAR	Rua R-8, nº 22 - bairro Setor Oeste - Goiânia/GO - CEP 71.125-130	(62)99244-7780	Portaria nº 941	04/10/2017	Portaria nº 245	09/01/2019	19/11/2018 a 23/11/2018 (Exercício 2018)	Não consta	
Secretário de Políticas Digitais - Substituto	844.655.221-34		José Gustavo Sampaio Gontijo	SUBSTITUTO	AOS 1 Bloco G Apto. 405 - Octogonal - Brasília/DF - 70.660-017	(61) 3963-6296	Portaria nº 6.774	24/11/2017			Substituiu efetivamente o Secretário no período de férias: 19/11/2018 a 23/11/2018		

	Moisés Queiroz Moreira
	Secretário de Radiodifusão
	Período da atuação: 02/01/2018 a 17/12/2018
	Gestor Público. Nos últimos 15 anos exercendo cargos públicos no Governo Federal, Estadual e Municipal do Estado de São Paulo. Coordenei atividades de assessoramento técnico na Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON SP e assessoramento especial na Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no período de 2003 a 2006. Em 2006 assumi a chefia de gabinete da Secretaria Municipal de Saúde do município de São Paulo. Membro do Conselho de Administração da SPTURIS – São Paulo Turismo S.A. de abril/2008 a março/2009. Desde 2015, atuo no governo federal nos cargos públicos de Assessor Especial do Ministro das Cidades, de Chefe da Assessoria Parlamentar e de Assessor Especial do Ministro do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

	Samir Amando Granja Nobre Maia
	Secretário de Radiodifusão Substituto
	Período da atuação: 02/03/2018 a 13/01/2019
	Perfil: Advogado, Especialista em Direito Público, com experiência de 10 anos exercendo cargos públicos no Governo Federal, tendo ocupado os cargos de Coordenador-Geral de Outorgas de Radiodifusão Comercial, Coordenador-Geral de Fiscalização, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Radiodifusão Comercial.

	Álvaro Toubes Prata
	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
	Período da atuação: 11/07/2016 a 21/03/2018 e
	Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
	Período de Atuação: 21/03/2018 a 31/12/2018
É engenheiro mecânico e engenheiro elétrico, mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade de Minnesota, EUA. E professor universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No MCTIC ocupou os cargos de Secretário Executivo (2014-2015), Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (2012-2014 e 2016-2018) e o de Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (2018-2019). Foi Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de 2008 a 2012. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC).	

	<p>Maximiliano Salvadori Martinhão</p> <p>Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação</p> <p>Período da atuação: ?</p> <p>É Engenheiro de Telecomunicações, Mestre em Gerência de Telecomunicações pela Universidade de Strathclyde no Reino Unido, e Advogado. É servidor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Foi Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – MC de 2011 a 2016, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC de 2016 a 2017, Presidente da Telecomunicações Brasileira SA TELEBRAS de 2017 a 2018, e Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC a partir de março de 2018.</p>
	<p>Jorge Mário Campagno</p> <p>Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Substituto</p> <p>Período da atuação: ?</p> <p>É Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979), mestre em Engenharia Elétrica pela UFSC (1984) e doutor em Engenharia Elétrica pela COPPE-UFRJ (1994). É Prof. Associado IV da Universidade Federal de Santa Catarina, cedido para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) onde ocupa o cargo de Diretor do Departamento de Políticas e Programas de Apoio à Inovação desde 2016, nomeado pela Portaria nº 2.178, de 17.11.2016, e de Secretário Substituto.</p>
	<p>Savio Tulio Oselieri Raeder</p> <p>Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - Substituto</p> <p>Período da atuação: 01/01/2018 a 31/12/2018</p> <p>Geógrafo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com Especializações em Administração Pública (Fundação Getúlio Vargas) e em Políticas de Solo Urbano na América Latina (Lincoln Institute of Land Policy). Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Geografia pela UFRJ. Em 2010 foi nomeado Analista em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Desde 2015 exerce as funções de Diretor de Políticas e Programas de Ciências e Secretário Substituto da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED) do MCTIC.</p>



André Muller Borges
Secretário de Telecomunicações
Período da atuação: 01/07/2016 - 01/01/2019
Graduado pela Faculdade de Direito da PUC-SP, com extensão no Chicago School of Business, tem 28 anos de experiência executiva em grandes empresas como a NET Serviços / Globo, Oi, TVA e Alcoa, nas áreas jurídica, regulatória, institucional e estratégica, ocupando cargos de vice-presidente executivo, na diretoria e gerência, bem como atuando em relevantes escritórios de advocacia tais como Tozzini Freire e Bettiol Advogados. Foi Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, também foi o vice-presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura ABTA, diretor de telecomunicações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo Paulo FIESP e membro das Comissões de Regulação e Concorrência e Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal e Seccional de São Paulo, respectivamente.



Átila Augusto Souto
Secretário de Telecomunicações Substituto
Período da atuação: Janeiro à Maio de 2018
Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB. Pós-graduado em Administração Pública, pela Fundação Getúlio Vargas, com especialização em Desenvolvimento Organizacional, Administração de Recursos Humanos e Análise Multicriterial para Decisões no Setor Público. Especializado em Análise de Sistemas, pela Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP. Especializado em Gestão da Informação, pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Experiência em Gerente de Gestão Empresarial da Diretoria de Governança da TELEBRAS, Secretário de Telecomunicações, Substituto, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Assessor do Ministro das Comunicações atuando como Chefe do Gabinete da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, e Gerente de Pós-Vendas da Diretoria Comercial da TELEBRAS.



Artur Coimbra de Oliveira
Secretário de Telecomunicações Substituto
Período da atuação: 18/05/2018 - 01/09/2018
Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (desde 2011). Bacharel e mestre em Direito pela Universidade de Brasília, com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi Especialista em Regulação na Anatel e, atualmente, é Procurador Federal.



Thiago Camargo Lopes
Secretário de Políticas Digitais
Período da atuação: Janeiro a Dezembro de 2018.
Secretário de Políticas Digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações desde outubro de 2017. É Advogado formado pela Universidade Católica de Goiás e é Mestre em Administração Pública pela Columbia University, em Nova Iorque. Exerceu, antes de chegar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o cargo de Superintendente Executivo de Planejamento da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás e Superintendente Executivo de Inovação, Ciência e Tecnologia do mesmo Estado. Foi Secretário Executivo do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central.



José Gustavo Sampaio Gontijo
Secretário de Políticas Digitais Substituto
Período da atuação: Janeiro a Dezembro de 2018.
Engenheiro graduado em 2002 pela Universidade de Brasília-UnB. Diretor na Secretaria de Política de Informática – SEPIN, responsável por políticas de incentivo ao setor eletroeletrônico tais como a Lei de Informática, Política de apoio à indústria de Semicondutores, ao Plano Nacional de Internet das Coisas e 5G. Trabalhou por quase 4 anos na Secretaria de Política de Informática – SEPIN, sendo responsável pela elaboração de políticas relacionadas à geração de recursos humanos em TICs, ao Processo Produtivo Básico–PPB, ao Programa de Microeletrônica, à Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, à implantação da TV Digital no Brasil, especificamente quanto a criação Centro de P&D em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação. Atuou por um ano na Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC.

Quadro 10.1.2 – Rol de responsáveis Unidades de Pesquisa

Unidades de Pesquisa

	<p>Augusto Cesar Gadelha Vieira Diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC Período da atuação: 01/01/2018 a 31/12/2018</p> <p>Possui graduação('71) e mestrado ('73) em Engenharia Elétrica - Telecomunicações pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, pela Stanford University, USA: M.Sc. in Statistics('76), M.Sc. in Economic Engineering/Management in Science & Engineering ('76) e Ph.D. in Electrical Engineering ('78). Atualmente é Diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/MCTIC), uma unidade de pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações ? MCTIC, e Professor Adjunto IV do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro ? IM/UFRJ, cedido ao MCTIC. Tem experiência na área de Probabilidade, Processos Estocástico e Estatística, com ênfase em Processamento de Sinais Digitais. Exerceu os cargos de Chefe do Departamento de Estatística do IM/UFRJ (ago'99-jul'04); Diretor do Departamento de Industria, Ciência e Tecnologia da Secretaria de Telecomunicações, Ministério das Comunicações (nov'04-ago'05); Secretário Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação ? SETEC/MCT (set'05-abr'06); Secretário Nacional de Política de Informática ? SEPIN/MCT (dez'05-jan'11); Diretor do Departamento de Informática do SUS, Ministério da Saúde ? DATASUS/MS (fev'11-jan'15).</p>
	<p>Wagner Vieira Léo Diretor Substituto do Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC Período da atuação: Período da atuação: 01/01/2018 a 31/12/2018</p> <p>Possui graduação em Matemática pela Faculdade de Humanidades Pedro II (1992), com Pós Graduação em Gestão da Inovação pelo LNCC/UCP. Atualmente é tecnologista sênior h-iii do Laboratório Nacional de Computação Científica, atuando como coordenador de Tecnologia da Informação e em computação de alto desempenho. Professor do Instituto Superior de Tecnologia da Informação de Petrópolis, IST até o ano de 2008 e da Escola Superior de Redes da RNP nas áreas de Segurança da Informação e Sistemas Operacionais. Coordenador administrativo do Ponto de Presença da RNP (PoP-RJ) no Rio de Janeiro desde 2011. Coordenador técnico da implantação do Supercomputador Santos Dumont.</p>
	<p>André Galembeck Diretor do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE Período da atuação: 03/01/2011 a 17/12/2019</p> <p>É Doutor em Química pela UNICAMP (1998) e Professor do Departamento de Química Fundamental da UFPE. Foi cedido ao MCTIC, para exercer a função de Diretor do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE). É Pesquisador I-D do CNPq, foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência de Materiais da UFPE (2003-2006) e é membro do Comitê Consultivo de Nanotecnologia do MCTI. Desenvolve pesquisa em Química de Materiais, com destaque para próteses faciais utilizadas no Hospital de Câncer/PE e formulações à base de sistemas nanoestruturados para o combate à cárie com eficiência demonstrada em ensaios clínicos.</p>

	<p>Lygia Vilmar Britto Diretora Substituta do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE Período da atuação: A partir de 28/12/2018</p> <p>É servidora de carreira do MCTIC desde 1980. Formada em Administração, tem especializações em Orçamento Público, Ciências Políticas e MBA Executivo em Finanças. Até 2010, atuou como Coordenadora de Planejamento e Orçamento; Coordenadora de Auditoria e Coordenadora Geral Regional do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), no Rio de Janeiro (RJ). Transferida para Recife (PE), ocupou a Coordenação de Gestão Administrativa do CETENE de 2010 a 2017. A servidora assume o cargo de Diretora Substituta após o pedido de exoneração do Prof. André Galembeck, a partir de 18/12/2018 – Portaria nº 6698, de 27/12/2018. Lygia Britto acumula também a função de Coordenadora de Gestão Administrativa do CETENE e passa a ter como substituta a servidora Érica Monteiro Ladislau – Portaria nº 6733, de 28/12/2018.</p>
	<p>Antonia Maria Ramos Franco Pereira Diretora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA Período da atuação: 5/12/2018 a 5/12/2022</p> <p>Possui graduação em Licenciatura Plena e Bacharel em Ciências Biológicas pela Fundação Técnica Educacional Souza Marques (1983), mestrado em Biologia Parasitária pela Fundação Oswaldo Cruz/RJ (1990), doutorado em Biologia Celular e Molecular pela Fundação Oswaldo Cruz/RJ (1995) com parte do estudo desenvolvido na Universidade de Yale (EUA) com bolsa de doutorado sanduíche da CAPES. É pesquisadora do INPA desde o ano 2000, onde é responsável pelo laboratório de Leishmaniose e Doença de Chagas da Coordenação de Pesquisas em Sociedade, Ambiente e Saúde (COSAS), da qual foi coordenadora no período de 2015 a 2018. Participou no período de 2011 a 2016 do Programa Marie Curie Fellowships (FP6-People-IRSES-2011) pela Universidade de Helsinki-Finlândia (Departamento de Química inorgânica) em parceria com o INPA, UFRJ, Conselho Nacional de Pesquisas da Itália (Nápoles e Pádua), Conselho de Pesquisas da Ucrânia/Química orgânica, desde 2011, tendo como objetivo o desenvolvimento de novas drogas e tecnologias a serem aplicadas no SUS. Possui certificado Marie Curie de participação em intercâmbio pela comunidade Européia pelo projeto acronímio Vaikutus, pela Universidade de Helsinki e atualmente é responsável no INPA pelo projeto Vahvistus do programa da comunidade Européia - Horizon 2020.</p>
	<p>Hillândia Brandão da Cunha Diretora Substituta do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA Período da atuação: 28/12/2016 até a presente data.</p> <p>Concluiu o doutorado em Ciências (Energia Nuclear na Agricultura) pela Universidade de São Paulo em 1996. Atualmente é Pesquisadora do INPA. Atua na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Água Superficial, Qualidade de Água, Água, Amazônia Central, Bacia Hidrográfica, Bacia Hidrográfica, Composição Isotópica, Hidroquímica, Química Ambiental e Rio Negro. Especialista balanço de massas em recursos hídricos, foi coordenadora no Brasil do projeto Avaliação do Ciclo Hidrológico da Região Metropolitana de Manaus Um estudo da origem da precipitação atmosférica sobre a Região de Manaus. (Convênio com as Universidades de Michigan e Virgínia). É responsável pelas pesquisas do MCT Beija Rio no estado do Amazonas, rede de monitoramento contínuo dos rios da Amazônia, que entre outros fatores avalia o papel dos rios na emissão do carbono. Atualmente é gestora do Programa LBA Experimento de Grande Escala da Biosfera Atmosfera na Amazônia (PO. INPA 290/2010), o qual recebe financiamento de agências brasileiras de fomento, da NASA e da Comissão Europeia e envolve pesquisadores de várias partes do mundo.</p>



Ricardo Magnus Osório Galvão

Diretor do Instituto Nacional de Espaciais – INPE

Período da atuação: 22/09/2016 até a presente data.

Possui graduação em Engenharia de Telecomunicações pela Universidade Federal Fluminense (1969), mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (1972), doutorado em Física de Plasmas Aplicada pelo Massachusetts Institute of Technology (1976) e Livre Docência em Física Experimental pela Universidade de São Paulo (1983). Tem experiência na área de Física, com ênfase em Física dos Fluidos, Física de Plasmas e Descargas Elétricas, atuando principalmente nos seguintes temas: ondas de Alfvén, rotação em plasmas magnetizados, física de tokamaks e fenômenos não-lineares em plasmas. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Física e membro do Conselho da Sociedade Europeia de Física. É membro da Academia de Ciências do Estado de São Paulo e da Academia Brasileira de Ciências, Fellow do Institute of Physics.



Antonio Divino Moura

Diretor Substituto do Instituto Nacional de Espaciais – INPE

Período da atuação: 01/12/2016 até a presente data.

Engenheiro Eletricista UFMG (1969), mestrado INPE e doutorado em Meteorologia e Oceanografia Física - Massachusetts Institute of Technology (1974). Pós-doutorado na NASA Goddard Space Flight Center (1980); Primeiro Vice-presidente da Organização Meteorológica Mundial - OMM (2011 -), Representante Permanente do Brasil e membro do conselho executivo da OMM. Foi Diretor-Geral fundador do IRI - International Research Institute for Climate and Society,, Columbia University, New York(1996-2002).Chairman Intergovernmental TOGA Board (67 boias no Pacífico equatorial para monitorar El Niño); Membro PIRATA - projeto piloto de boias no Atlântico tropical. Pesquisador, professor e Diretor de Meteorologia no INPE (1970 - 1996). Presidente da Sociedade Brasileira de Meteorologia (2013 - 14), Eleito Honorary Fellow of the Royal Meteorological Society, London (2013). Membro eleito da Academia de Ciências para o mundo em desenvolvimento - TWAS, Itália (1998).



Salomão de Sousa Medeiros

Diretor do Instituto Nacional do Semiárido – INSA

Período da atuação: 04/11/2015 até a presente data.

Natural de Sousa (PB), Salomão de Sousa Medeiros é graduado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), possui mestrado e doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). No período de 2007 a 2009, atuou como Chefe Geral da Unidade de Apoio Hidroagrícola da 2ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Em 2009, ingressou na carreira de ciência, tecnologia e inovação, passando a atuar como pesquisador do Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTIC) na área de recursos hídricos para o Semiárido brasileiro. No período de 2011 a 2015, atuou como assessor técnico e diretor substituto do Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTIC). De 2012 a 2014, foi Presidente da Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva (ABCMAC).



Ricardo da Cunha Correia Lima

Diretor Substituto do Instituto Nacional do Semiárido – INSA

Período da atuação: 20/06/2018 até a presente data.

Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Campina Grande (1985), Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba (2010) e Doutorado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (2017). Atuou como tecnólogo no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais na Missão Espacial Completa Brasileira. Implantou e coordenou o Laboratório de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto da Paraíba. Foi Diretor da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Atualmente é Coordenador de Pesquisa no Instituto Nacional do Semiárido e tecnólogo sênior, atuando nas áreas de gestão da informação e do conhecimento.

	Fernando Cosme Rizzo Assunção
	Diretor do Instituto Nacional de Tecnologia – INT
	Período da atuação: 06 de julho de 2015 até a presente data.
	<p>Possui graduação em Engenharia Metalúrgica pela PUC-Rio (1970), mestrado em Ciências dos Materiais pelo IME (1973) e doutorado em Ciência dos Materiais pela Universidade da Florida (1978). Foi Professor Visitante na Universidade da Califórnia, Los Angeles (1986), no Institute of Materials Research, da Universidade de Leeds (2004) e no Instituto Federal de Pesquisa em Materiais (BAM), em Berlim (2014). É Professor Titular da PUC-Rio, pesquisador 1A do CNPq e bolsista Cientista do Nosso Estado da FAPERJ, atuando na área de Engenharia de Materiais e Metalurgia, com ênfase em Metalurgia Física e Transformações de Fases. É Editor Adjunto da revista Materials Research e Key Reader da Metallurgical e Materials Transactions A . Foi Diretor do Departamento de Engenharia de Materiais da PUC-Rio (1979-1983) e Decano do Centro Técnico e Científico da mesma Instituição (1983-1986). Foi Diretor Científico Adjunto da FAPERJ, Presidente da Associação Brasileira de Mineração, Metalurgia e Materiais(ABM) e Coordenador da Rede Metal-Mecânica do Programa RECOPE. É Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico (2002), Fellow da ASM International (2003), membro Titular da Academia Brasileira de Ciências (2003), da Academia Pan Americana de Engenharia (2008) e da Academia Nacional de Engenharia (2011). Foi Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) no período de 2006 a 2014.</p>
	Ieda Maria Vieira Caminha
	Diretora Substituta do Instituto Nacional de Tecnologia – INT
	Período da atuação: 30 de outubro de 2017 até a presente data.
	<p>Possui graduação, mestrado e doutorado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais na PUC-Rio . Iniciou sua carreira no Instituto Nacional de Tecnologia em 1976, atuando em projetos de pesquisa envolvendo materiais metálicos e na elaboração de pareceres técnicos no que se refere à caracterização de materiais metálicos, envolvendo ensaios metalográficos, ensaios mecânicos, ensaios em camadas galvanizadas e análise de falhas, em atendimento à demanda do setor metal-mecânico. De 2008 a 2010 foi a coordenadora técnica da Rede Multicêntrica de Avaliação de Implantes Ortopédicos e de 2011 a 2015 coordenou a Rede SIBRATEC Produtos para a Saúde . De 2001 a 2008 atuou como chefe substituta da Divisão de Ensaio de Materiais e Produtos-DEMP, e de 2006 a 2012 participou da direção do INT, atuando como vice-coordenadora de Desenvolvimento Tecnológico de 2006 a 2007, Coordenadora de Engenharias de 2007 a 2012, atuando ainda como Vice-coordenadora de Tecnologias Aplicadas de 2007 a 2011 . Em Julho de 2017 assumiu a Coordenação de Negócios e em Outubro de 2017 foi nomeada Diretora Substituta do INT.</p>
	Bruno Vaz Castilho de Souza
	Diretor do Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA
	Período da atuação: 24 de maio de 2011 à 23 de maio de 2019.
	<p>Possui graduação em Astronomia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Astronomia pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Astronomia pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é, diretor - Laboratório Nacional de Astrofísica e pesquisador titular II - Laboratório Nacional de Astrofísica. Tem experiência na área de Astronomia, com ênfase em Astrofísica Estelar, atuando principalmente nos seguintes temas: instrumentação astronômica, astrofísica estelar, espectroscopia, abundâncias químicas e espectrógrafos.</p>

	<p>Clemens Darvin Gneiding Diretor Substituto do Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA Período da atuação: 14 de julho de 2011 à 23 de maio de 2019.</p> <p>Possui graduação em Física pela Universidade Federal do Paraná (1976). Atualmente é tecnologista sênior - Laboratório Nacional de Astrofísica. Tem experiência na área de Astronomia, com ênfase em instrumentação em Astronomia Ótica.</p>
	<p>Ana Luisa Kerti Mangabeira Albernaz Diretora do Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG Período da atuação: a partir de junho de 2018</p> <p>Doutora em Biologia (Ecologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (2001), com período sanduíche (1999) na University of Canberra, Austrália e Pós-Doutorado (2013) na University of East Anglia, UK. Desde 2002 é Pesquisadora do Museu Paraense Emilio Goeldi, onde atua também como professora e orientadora de Pós-Graduação. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: várzea, Amazônia, biodiversidade, ecologia, conservação e biogeografia. Foi nomeada Diretora do Museu Paraense Emilio Goeldi pela Portaria nº 3.374/2018-MCTIC.</p>
	<p>Roseny Rodrigues Mendes de Mendonça Diretora Substituta do Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG Período da atuação: dezembro de 2014 a junho de 2022</p> <p>Especialista em Iluminação e Design de Interiores pelo IPOG, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Amazônia (1998). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em: Museologia, Museografia, Conservação e manutenção de acervo, Planejamento e Projeto Museográfico e na área de Gestão Pública. É Coordenadora de Administração do Museu Paraense Emilio Goeldi, nomeada pela Portaria nº 200/2014-MCTI e Diretora Substituta, Portaria nº 1.350/2014-MCTI.</p>
	<p>Ronald Cintra Shellard Diretor do Centro brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF Período da atuação: 07/12/2015 a 07/12/2019</p> <p>Graduação em Física pela Universidade de São Paulo (1970), Mestrado em Física pelo Instituto de Física Teórica (1973) e doutorado em Física pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (1978). Atualmente é pesquisador titular e Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Faz parte da colaboração que opera o Observatório Pierre Auger, da colaboração Cherenkov Telescope Array (CTA) e da colaboração Large Array Telescope for Tracking Energetic Sources (LATTES). É sócio da SBF, SBPC, APS, IOP e AAAS. É membro Titular da Academia Brasileira de Ciências. Tem experiência na área de Física Experimental de Altas Energias e Física das Astropartículas. Seu interesse no presente está concentrado no estudo das características de astropartículas (gamas e raios cósmicos) com energias muito altas. No presente é Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). CVLattes: http://lattes.cnpq.br/9624642322598710</p>



Márcio Portes de Albuquerque
Diretor do Centro brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF
Período da atuação: 07/01/2016 a 07/12/2019
Doutorado em Processamento de Sinais, Imagens e Voz pelo Instituto Nacional Politécnico de Grenoble (INPG) no Laboratório de Magnetismo Louis Néel (CNRS/França), 1995. É atualmente o Vice-diretor do CBPF/MCTIC e Coordenador de Ações Institucionais. No CBPF exerceu o cargo de Coordenador de Atividades Técnicas, com responsabilidades pelas áreas de instrumentação científica/tecnológica (eletrônica e mecânica) e de Computação e é professor da pós-graduação do CBPF. Além disso, participou também de diversos Planos Diretores do CBPF (desde 2004), e desde 2017 integra o Grupo Executivo do Planejamento Estratégico do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Coordenador de Engenharia de Operações da Rede-Rio de Computadores da FAPERJ e Coordenador Técnico do Projeto Redecomep-Rio (RNP e FAPERJ). Tecnologista Sênior do CBPF/MCTIC e atua na área de Processamento de Sinais e Imagens, Instrumentação Científica e Computação para física; coordena e participa de diversos projetos institucionais nacionais e internacionais e de pesquisa e desenvolvimento com a indústria. Foi responsável pela criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) no CBPF (2006).



Jorge Vicente Lopes da Silva
Diretor do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
Período da atuação: 11/12/2018 a 10/12/2022
Doutor pela Faculdade de Engenharia Química da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Engenharia Elétrica e Computação pela UNICAMP e Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É diretor do CTI Renato Archer para o período 2019-2022. Foi Pesquisador Visitante no Instituto de Automática Industrial, Espanha. Foi professor do Curso de Especialização em Engenharia Mecânica da Universidade Metodista de Piracicaba. Foi professor do curso de especialização em Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas. É pesquisador do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI, desde 1988, onde desenvolveu trabalhos nas áreas de automação industrial e robótica com participação em projetos com empresas. Foi de curso de robótica e professor do laboratório de robótica da Escola Brasil-Argentina de Informática (EBAI). Criou e coordena até hoje o Núcleo de Tecnologias Tridimensionais - NT3D do CTI (Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC) dentro da qual são desenvolvidos três grandes programas de P,D&I em impressão 3D (manufatura aditiva) direcionados para três setores da atividade. Esses programas são: (1) ProMED (saúde/medicina) que colabora com mais de 300 hospitais do país, apoiado pelo Ministério da Saúde e atua nas áreas de desenvolvimento de software 3D para imagens médicas e planejamento cirúrgico virtual, bioengenharia e biofabricação; (2) ProIND (indústria), com foco nas pequenas e médias empresas para desenvolvimento de produtos, desenvolve projetos de pesquisa com empresas como a Petrobras; e (3) ProEXP que colabora com universidade e centros de pesquisa na inovação e viabilização de experimentos científicos. Atua em comitês técnicos de agências governamentais, corpo científico de alguns periódicos e dezenas de congressos, revisor de vários periódicos internacionais, além de ministrar palestras e cursos em Hospitais, conferências nacionais e internacionais, universidades e órgãos de classe, em especial, sobre a área de tecnologias 3D. O NT3D/CTI, sob sua coordenação, atua como um laboratório aberto e colabora na formação de recursos humanos apoiando trabalhos de graduação, pós-graduação e pós-doutoramento, com mais de 200 teses apoiadas de universidades nacionais e do exterior.



Roberto Ricardo Panepucci
Diretor Substituto do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
Período da atuação: 30/01/2019 a 10/12/2022
Roberto Panepucci recebeu o Mestrado (1990) e Bacharelado (1989) em Física Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, e seu Ph.D. da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, Illinois, EUA, em 1996 na área de Nanofabricação de dispositivos semicondutores avançados. Foi pós-doutor no Laboratório de Pesquisa em Dispositivos da Unicamp, no Brasil, trabalhando em dispositivos em semicondutores III-V. Dr. Panepucci juntou-se ao Cornell Nanofabrication Facility (CNF) em 1999 como Pesquisador Sênior. Em 2000 se juntou à startup Galayor Networks Inc onde atuou como Líder Técnico no desenvolvimento de dispositivos micro-mecânicos fotônicos em silício, onde demonstrou chaves óticas e atenuadores variáveis. Em 2002 juntou-se ao Nanophotonics Group em Cornell onde participou de desenvolvimentos com 4 patentes e publicações que excedem 4000 citações. De 2003 a 2009 recebeu Tenure na Florida International University. Em 2009 assumiu o cargo de pesquisador sênior do CTI, por concurso público. Atuou como Coordenador Geral de Aplicações da Informática, de 2009-2011, período durante o qual foi Diretor Substituto na gestão Jacobus W. Swart. Dirigiu a Divisão/Núcleo de Concepção de Sistemas de Hardware de 2012-2019. Desde Fevereiro de 2019 é Diretor Substituto. Atualmente é Coordenador Geral de Projetos e Serviços. Tem experiência na área de circuitos integrados e fotônicos em silício e fabricação de dispositivos MEMS, e micro e nano-sistemas.

	Osvaldo Luiz Leal De Moraes
	Diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN
	Período da atuação: 05/06/2015 a 20/06/2019
	Físico; mestrado em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1984), doutorado em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988) e Pós-doutorado no Atmospheric Sciences Research Center da SUNY. Professor da Universidade Federal de Santa Maria cedido ao MCTIC. Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Meteorologia. Representante brasileiro do Comitê de Especialistas de Meteorologia do Mercosul para a criação do Centro de Meteorologia do Mercosul.
	Diretora Substituta do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN
	Período da atuação: 04/05/2015 a 04/06/2019
	Graduação em Engenharia Cartográfica pela UNESP (1982), mestrado e doutorado em Meteorologia pelo INPE (1987, 1993, respectivamente). Servidora do INPE/MCTIC (1994-2011) e atualmente é pesquisadora, Coordenadora de Articulação Institucional e Diretora Substituta do CEMADEN/MCTIC e professora titular dos Programas de Pós-Graduação em Meteorologia e em Ciência do Sistema Terrestre do INPE. Coordena sub-projeto de desastres naturais do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Mudanças Climáticas (INCT-MC II). Coordena a sub-rede Desastres Naturais da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (REDE CLIMA) do MCTIC. É membro do Conselho Curador da Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação (FACTI)/MCTIC e membro do Conselho Técnico Científico do CEMADEN/MCTIC.
	Cecilia Leite Oliveira
	Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
	Período da atuação janeiro a dezembro de 2018
	Doutora em Ciência da Informação, servidora pública do quadro da Embrapa Informação Tecnológica. Atuou como Subsecretária de Tecnologia da Informação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal; Coordenadora-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos do IBICT e desde 2013 como Diretora do Instituto.



Arthur Fernando Costa

Diretor Substituto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

Período da atuação: janeiro a dezembro de 2018

Analista Sênior em C&T, nível H-III - servidor público há mais de 30 anos, ocupante de vários cargos e funções (DAS 2, 3 e 4), atuante nas estratégias, políticas e atividades relativas à área de atuação do IBICT, especialmente no que diz respeito às ações de gestão, elaboração de projetos de popularização da ciência e divulgação científica e construção sistemas de informação; Jornalista profissional (MTb 811/DF); Tradutor (Letras-Tradução Inglês – UnB 1996); Bolsista Fulbright (Proficiência em Língua inglesa na University of California, Santa Cruz – UCSC – 1982 - e Environmental Photography, Brooks Institute, California, EUA – 1983-85).



João Carlos Costa dos Anjos

Diretor do Observatório Nacional – ON

Período da atuação: 11/06/2017 a 10/06/2021

Possui graduação em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1968), mestrado em Physique Theorique - Universite de Paris XI (Paris-Sud) (1970) e doutorado em Physique Théorique - Universite de Paris VII (1977). Atua na área de Física Experimental de Altas Energias e se dedica ao estudo de propriedades de partículas elementares, tendo como tema de pesquisa a física de neutrinos. É Coordenador do Projeto Neutrinos Angra e do grupo brasileiro que participa no experimento Double Chooz, dedicado ao estudo de oscilações de neutrinos. Liderou a implantação do laboratório de neutrinos na central nuclear de Angra dos Reis e participa desde 2014 do experimento CONNIE, instalado em Angra e que se dedica ao estudo do espalhamento coerente neutrino-núcleo. Foi Pesquisador Titular do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e Diretor deste instituto de pesquisa de 2000 a 2004 e Coordenador do Programa de Pós-graduação de 2005 a 2009. Foi Membro do Painel de Instrumentação do International Committee for Future Accelerators (ICFA) de 1989 a 1995. Foi agraciado em 2011 com a Medalha Acadêmica da Divisão de Partículas e Campos da Sociedade Mexicana de Física. É Membro Correspondente da Academia Mexicana de Ciências e Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico. Aposentou-se pelo CBPF em 2014, sendo atualmente Pesquisador Colaborador da instituição. Foi nomeado em abril de 2016 membro titular do Conselho Superior da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa – FAPERJ, como representante das entidades de pesquisa, para um mandato de 3 anos. Foi Pesquisador 1B do CNPq até março de 2019. Atualmente é Diretor do Observatório Nacional (ON), Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tendo sido nomeado em 11/06/2013 e reconduzido em 11/06/2017 para um novo mandato de 4 anos.

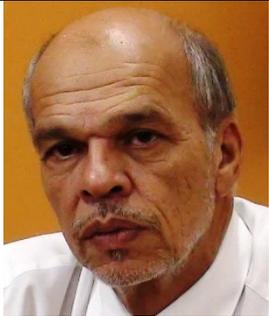


Fernando Virgilio Roig

Diretor Substituto do Observatório Nacional – ON

Período da atuação: desde 30/09/2016

Graduado em Astronomia pela Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, Mestre e Doutor em Astronomia pela Universidade de São Paulo, ingressou na Carreira de Pesquisa do MCTIC em 2004. Ganhou o Prêmio “Wagner Sessin” do Colóquio Brasileiro de Dinâmica Orbital, em 2002, e o Prêmio “Sylvio Ferraz Mello” da Sociedade Astronômica Brasileira, em 2015. Em sua homenagem, o asteroide número 17860 foi renomeado Roig pela União Astronômica Internacional. Possui mais de 60 artigos científicos publicados em revistas internacionais indexadas, contabilizando mais de 1200 citações. Foi conferencista convidado em 10 congressos nacionais e internacionais. Formou até o momento 7 mestres e doutores e atualmente orienta 6 estudantes de doutorado no Brasil e na Argentina. No Observatório Nacional atuou como Coordenador da Pós-Graduação em Astronomia, Chefe da Divisão de Programas de Pós-Graduação, Coordenador do Programa de Capacitação Institucional, entre outros. É membro do Conselho Técnico-Científico do Laboratório Nacional de Astrofísica/MCTIC e membro do “Steering Committee” da Divisão A da União Astronômica Internacional. Atua nas áreas de mecânica celeste e a astronomia dinâmica, com ênfase na evolução orbital de asteroides potencialmente perigosos para a Terra e a formação e evolução dinâmica de planetas no sistema solar e em sistemas extrassolares.

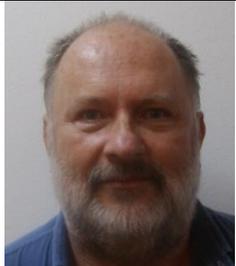


Fernando Antonio Freitas Lins

Diretor do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM

Período da atuação: 22/04/2016 – dias atuais

O Diretor do CETEM Fernando Antonio Freitas Lins é graduado em Engenharia Metalúrgica e Industrial pela PUC-Rio (1975), com mestrado (1987) e doutorado (1995) no Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da COPPE/UFRJ. Iniciou sua vida profissional na CPRM, no Rio de Janeiro, atuando na área de pesquisa em beneficiamento de minérios. Em 1977/1982, trabalhou na Unidade de Pelotização de minério de ferro da Samarco Mineração, em Ubu-ES, responsável pela Divisão de Processo e Controle de Qualidade. Trabalha desde 1982 no CETEM, no Rio de Janeiro, onde atualmente é pesquisador titular. Foi Chefe de Serviço e Chefe do Departamento de Tratamento de Minérios. Foi diretor deste instituto entre os anos de 1998 e 2002. Foi Coordenador de Inovação Tecnológica em 2002/2003, Diretor-interino, entre 2003 e 2004, e Coordenador de Planejamento em 2004/2005. Tem experiência na área de Engenharia de Minas, com ênfase em Tratamento de Minérios, especialmente em flotação de minérios, tendo participado ou coordenado vários projetos. Co-editou 5 livros e publicou cerca de 90 trabalhos completos em periódicos e anais de congressos nacionais e internacionais, e capítulos de livros. Recebeu o prêmio Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, em 1988, outorgado pela ABM. Foi pesquisador do CNPq de 1996 a 2007. A partir de janeiro/2006, cedido ao MME, atuou como Diretor de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral-SGM, estendendo seu interesse a temas relacionados a economia mineral, aspectos energéticos do setor mineiro-metalúrgico e política industrial e de inovação do setor mineral. Foi relator, em 2008, do Grupo de Trabalho da SGM/MME sobre Fertilizantes. Em 2010, foi o relator do GT interministerial MME-MCTI sobre Minerais Estratégicos. Foi o coordenador da Secretaria-Executiva que elaborou o Plano Nacional de Mineração 2030, lançado em fevereiro de 2011. Foi conferencista sobre o Setor Mineral nos cursos da Escola Superior de Guerra/MD, nas turmas de 2011 e 2012. Em abril de 2012, retornou ao CETEM como seu Diretor. Participou dos Comitês e Conselhos de Competitividade de Mineração e de Metalurgia do Plano Brasil Maior até 2014. Entre 2013 e 2017, contribuiu como articulista na revista Mineração & Sustentabilidade (bimensal). Em abril de 2016 foi reconduzido ao cargo de Diretor do CETEM.



Claudio Luiz Schneider

Diretor Substituto do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM

Período da atuação: 30/09/2016 – dias atuais

Possui graduação em Engenharia de Minas (1983) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Metalurgia Extrativa pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica e Materiais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987) e doutorado em Metalurgia Extrativa pela Universidade de Utah, Estados Unidos (1995). Desde 2002, é Tecnologista Senior do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) no Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Metalurgia Extrativa, com ênfase em Tratamento de Minérios, atuando principalmente nos seguintes temas: modelamento e simulação de processos, liberação,, análise de imagens, visão de máquina, caracterização e carvão. Atualmente é Coordenador de Competências Técnicas no CETEM, abrangendo os serviços de processamento mineral e planta piloto, hidrometalurgia e bioprocessos e caracterização química e tecnológica. Diretor substituto desde 2018.



Sergio Lucena Mendes

Diretor do Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA

Período da atuação: 27/11/2017 A 26/11/2021

Diretor do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA/MCTIC). Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (1982), Especialização em Primatologia (1984) e Mestrado em Ecologia pela Universidade de Brasília (1985) e doutorado em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Foi pesquisador, Presidente do Conselho Científico e Diretor do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (IPHAN/MinC). É professor do Departamento de Ciências Biológicas da UFES desde o ano de 2000. Atualmente é Professor Titular, atuando no ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação. Foi Coordenador do Programa de Pós Graduação em Ciências Biológicas (Biologia Animal) de 2013 a 2016. Exerceu o cargo de Presidente e atualmente é membro do Conselho Deliberativo do IPEMA - Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Biologia da Conservação da Mata Atlântica, atuando principalmente nos seguintes temas: conservação de mamíferos; mastozoologia histórica; ecologia e conservação de primatas; e biodiversidade e saúde. Coordena projeto de ciência cidadã abordando espécies ameaçadas da Mata Atlântica e a rede de pesquisa FAPES/FAPERJ/VALE sobre conservação de mamíferos ameaçados de extinção na Mata Atlântica do ES e RJ.



Felipe Morais Santos
Diretor Substituto do Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA
Período da atuação: 08/11/2018 a 26/11/2021
Atuando no serviço público desde 2006, acumulando experiência em análises de processos, elaboração de pareceres e demais documentos oficiais, no acompanhamento e fiscalização de convênios e, ainda, como representante em reuniões e eventos oficiais e em órgãos colegiados federais. Experiência na área de licenciamento e gestão ambiental, pesca e aquicultura e desenvolvimento científico e tecnológico. Atuação com assistência técnica como Consultor no Centro de Tecnologia em Aquicultura e Meio Ambiente (CTA), em Vitória-ES (2005); atividades de licenciamento e gestão ambiental, no cargo de Oceanógrafo da Coordenação de Licenciamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente (SEMMAM) do Município de Vitória-ES (2006 a 2009); na área de pesca e aquicultura como Assistente Técnico da Coordenação Geral de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura Continental em Estabelecimentos Rurais do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em Brasília/DF (2009 a 2013); desde 2014 atuando no cargo efetivo de Tecnologista lotado na Coordenação-Geral de Oceanos, Antártica e Geociências do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) em Brasília/DF. Formação acadêmica: Graduação em Oceanologia pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (1998 a 2002); Mestrado em Aquicultura pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003 a 2005) e Especialização em Engenharia do Meio Ambiente pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008). Em 2017, selecionado como bolsista para o Fellowship Programme das Nações Unidas e da Nippon Foundation of Japan "Human Resources Development and Advancement of the Legal Order of the Worlds Oceans", tendo permanecido por três meses em Nova Iorque, na Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea (DOALOS) das Nações Unidas, além de seis meses no Marine Policy Center de Woods Hole Oceanographic Institution, em Massachusetts, EUA.



Anelise Pacheco
Diretora do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST
Período da atuação Início em 10/02/2018
Doutora em Comunicação e Sistemas de Pensamento (UFRJ), Mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ), Mestre em Banco de Dados/Ciência da Informação (PUC/RJ), Bacharel em Física (PUC/RJ), Analista de Sistemas (PUC/RJ) e MBA em Administração (Coppe/AD)



Antonio Carlos Augusto da Costa
Diretor Substituto do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST
Período da atuação: 10/04/2019
Engenheiro químico, mestre em tecnologia de processos bioquímicos (UFRJ/1989) e doutor em microbiologia pela universidade federal do rio de janeiro em 1997. Publicou 68 artigos em periódicos especializados e 95 trabalhos em anais de eventos. Além de 8 capítulos de livros e 2 livros publicados. Orientou 64 trabalhos de conclusão, entre doutorado, mestrado e iniciação científica nas áreas de engenharia química e microbiologia. Atua na coordenação de documentação e arquivo no laboratório de conservação e restauração de papel.

10.2. Parecer de colegiado

I. Subsecretaria de Conselhos e Comissões

Subsecretária de Conselhos e Comissões

Isabela Sbampato Batista Reis de Paula

I.1. Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA

Presidente

Gilberto Kassab

Coordenadora

Dra. Monica L. Andersen, Mandato vigente até: 30 de setembro de 2018 (segundo mandato)

Dra. Renata Mazaro e Costa (primeiro mandato a partir de outubro de 2018)

I.1.1. Coordenação da Secretaria Executiva do CONCEA

Coordenadora da Secretaria Executiva do CONCEA: Márcia dos Santos Gonçalves

Coordenador Substituto da Secretaria Executiva do CONCEA: Antônio Américo Barbosa Viana

I.2. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio

Presidente: Dra. Maria Sueli Soares Felipe

Vice- Presidente: Dra. Maria Lúcia Zaidan Dagli

Mandatos vigentes a partir de 26 de março de 2018 (primeiro mandato)

I.2.1. Coordenação da Secretaria Executiva da CTNBio

Coordenadora da CTNBio: Tassiana Fronza Pinho

Coordenador Substituto da CTNBio: Rubens José do Nascimento

I.3. Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT

Presidente: Jair Bolsonaro

I.3.1. Coordenação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

Coordenadora do CCT: Sharon Lisauskas Ferraz de Campos (até 03 de setembro de 2018)

Coordenador Substituto do CCT: Cláudio de Araújo Moura

II – VISÃO GERAL DA UNIDADE

Por meio do DECRETO nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 19/10/2016, Seção 1, página 201 (Revogado pelo DECRETO Nº 9.677, DE 2 DE JANEIRO DE 2019, de 02.01.2019 – Edição Extra nº 1 – D), tem-se que a Subsecretaria de Conselhos e Comissões do Gabinete do Ministro contemplará os Conselhos e Comissões do MCTIC, especificamente o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT; o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA; e a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

As atribuições da Subsecretaria de Conselhos e Comissões são:

I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de competência afetas aos Conselhos e Comissões do Ministério;

II - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo e aos gestores acerca dos temas deliberados pelos Conselhos e Comissões do Ministério;

III - prestar apoio técnico e administrativo às reuniões dos Conselhos e Comissões e provê-las da necessária infraestrutura de funcionamento;

IV - secretariar as reuniões dos Conselhos e Comissões, lavrar as atas e promover as medidas destinadas ao cumprimento de suas decisões;

V - divulgar as resoluções e as deliberações dos Conselhos e Comissões;

VI - acompanhar os pedidos de informações de órgãos e entidades externas, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos estipulados; e

VII - subsidiar a elaboração e a distribuição do relatório anual de atividades dos conselhos e comissões.

Sendo assim, apresentamos de modo sucinto as principais ações baseadas nos Macroprocesso das Unidades, a saber:

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL - Conceia

Síntese das Atividades realizadas em 2018

Reuniões:

Em 2018, foram realizadas quatro (04) Reuniões Ordinárias do Conceia, a saber:

- 28/02 a 02/03 – 39ª Reunião Ordinária – Brasília
- 16/05 a 18/05 – 40ª Reunião Ordinária – Brasília
- 15/08 a 17/08 – 41ª Reunião Ordinária – São Paulo
- 21/11 a 23/11 – 42ª Reunião Ordinária – Brasília

Simpósio:

O III Simpósio do Conceia comemorou os 10 anos da Leia Arouca e promoveu debates sobre os avanços da legislação relacionada ao uso de animais no ensino e pesquisa. O evento foi realizado no Anfiteatro do Centro de Difusão Internacional- CDI da Universidade de São Paulo – USP, durante os dias 13 e 14 de agosto de 2018. A Secretaria Executiva registrou 937 inscritos e mais de 400 participantes. A abertura do evento contou com a presença do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab; do Reitor da USP, Dr. Vahan Agopyan; do Pró-Reitor de Pesquisa da USP, Dr. Sylvio Canuto; do Presidente da Fapesp, Dr. José Goldemberg e da Coordenadora do Conceia Dra. Monica Andersen.

Atos Normativos:

- Em 2018, o Conceia publicou 6 Resoluções Normativas e 1 Orientação Técnica, a saber:
- Resolução Normativa nº 37, de 15 de fevereiro de 2018, baixa a Diretriz da Prática de Eutanásia do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal.
- Resolução Normativa nº 38, de 17 de abril de 2018, dispõe sobre restrições ao uso de animais em ensino, em complemento à Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou de Pesquisa Científica – DBCA.
- Resolução Normativa nº 39, de 20 de junho de 2018, dispõe sobre restrições ao uso de animais em procedimentos classificados com grau de invasividade 3 e 4, em complemento à Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou de Pesquisa Científica - DBCA.
- Resolução Normativa nº 40, de 24 de julho de 2018, Baixa o Capítulo "Estudos conduzidos com animais silvestres mantidos fora de instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica" do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica.
- Resolução Normativa nº 41, de 25 de julho de 2018, baixa o Capítulo "Cães e Gatos domésticos mantidos em instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica" do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica".

- Resolução Normativa nº 42, de 25 de julho de 2018, Baixa o Capítulo "Equídeos mantidos em instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica" do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica"
- Orientação Técnica nº 12, de 8 de maio de 2018, dispõe sobre parâmetros de bem-estar animal que visam a balizar as atividades de ensino ou pesquisa científica no âmbito do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal.

Orçamento Conceca:

- Ação 217 J.001 - Nacional - PO: 002
- Dotação Inicial: R\$925.580,00
- Liquidado: R\$203.834,00
- Pareceres Técnicos do Conceca: (SIOP) 72
- Credenciamentos Institucionais para Atividade com Animais em Ensino e Pesquisa – CIAEPs 67

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBio

Síntese das Atividades realizadas em 2018

Reuniões:

Em 2018, foram realizadas 10 Reuniões Ordinárias da Comissão, além de 20 Reuniões das Subcomissões Ordinárias Permanentes.

Além disso, a Comissão apoiou o XI Encontro Nacional de Comissões Internas de Biossegurança e o 8º Encontro Bienal de Biossegurança em Vitória – ES.

Nova Presidência:

Na reunião de março de 2018, foi feita a votação da lista tríplice de membros para a Presidência da CTNBio. A partir dessa lista, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nomeou a Dra. Maria Sueli Soares Felipe (Representante Titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) para a Presidência da Comissão, e a Dra. Maria Lúcia Zaidan Dagli Especialista Titular da Área de Saúde Animal) para a Vice-Presidência.

Processos Avaliados:

No ano de 2018, fizeram parte da pauta da CTNBio 1231 pleitos. Desses, 1039 tiveram sua análise finalizada, 59 ficaram pendentes de resposta das instituições reguladas pela CTNBio (em diligência) e 129 foram retirados de pauta por falta de Parecer dos Relatores.

Atos Normativos:

Em 2018, a CTNBio publicou 4 novas Resoluções Normativas:

1. Resolução Normativa Nº 16, de 15 de janeiro de 2018, referente às Técnicas Inovadoras de Melhoramento de Precisão (TIMP), do inglês *Precision Breeding Innovation* (PBI);
2. Resolução Normativa Nº 18, de 23 de março de 2018, que alterou a Resolução Normativa Nº 02 no que se refere à classificação de riscos de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e os níveis de biossegurança a serem aplicados nas atividades e projetos com OGM e seus derivados em contenção;
3. Resolução Nº 20, de 23 de março de 2018, que alterou a Resolução Normativa nº 5, de 12 de março de 2008;
4. Resolução Normativa Nº 21, de 15 de junho de 2018 que atualizou as normas para atividades de uso comercial de Microrganismos Geneticamente Modificados.

Orçamento CTNBio:

Em 2018, foi autorizado um orçamento de R\$ 784.583,00; tendo sido liquidado um valor de R\$ 671.785,52 para o pagamento de passagens e diárias referentes à participação em reuniões e eventos; e serviços de gravação, de gravação e elaboração de Atas das Reuniões.

Pareceres Técnicos da CTNBio: (SIOP)

CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT

Síntese das Atividades realizadas em 2018

Visão Geral da Unidade:

Conforme estabelecido pela Lei nº 9.257, de 09 de janeiro de 1996, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT é órgão consultivo de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e implementação da política nacional de ciência, tecnologia e inovação. A presidência do CCT é exercida pelo Presidente da República ou por um representante do governo federal por ele indicado. O Secretário-Executivo do CCT é o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O colegiado é composto por 27 membros: 13 ministros de Estado (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Casa Civil; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Defesa; Relações Exteriores; Fazenda; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Educação; Saúde; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Minas e Energia; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Integração Nacional), oito membros entre produtores e usuários de ciência e tecnologia, e seus suplentes; e seis membros representantes de entidades de caráter nacional representativas dos setores de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia, e seus suplentes.

Os membros organizam-se em torno de Comissões. Delas participam não apenas os conselheiros que as compõem, mas também especialistas, empresários e dirigentes públicos especialmente convidados. O CCT reúne-se periodicamente, a cada três meses, mediante convocação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Reuniões:

Em Reunião Plenária realizada no dia 10 de novembro de 2016, presidida pelo Exmo. Senhor Presidente da República Michel Temer, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT foi reativado. Em 2018, realizaram-se 02 Reuniões Ordinárias da Comissão, além de 06 Reuniões das Comissões Temáticas Permanentes:

- 6ª REUNIÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS DO CCT_07 DE MARÇO 2018;
- 3ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CCT_1º DE AGOSTO 2018.

É importante salientar que as Reuniões Plenárias do CCT são convocadas pelo Presidente da República. Assim, somente após as devidas convocações, pelo Chefe do Poder Executivo Federal, e/ou pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do Gabinete do Ministro, esta Coordenação operacionaliza e organiza as referidas reuniões, em conjunto ao Cerimonial do Ministro.

Atos Normativos do CCT:

Em 2018, o CCT subsidiou a publicação do Decreto nº 9.474 de 16 agosto 2018 (DOU nº 159, de 17/08/2018, Seção 1, página 2) que trata dos ajustes das indicações e mandatos dos membros do Colegiado. As normas em vigor que estabelecem a criação e regulam o funcionamento do CCT são:

- Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996;
- Decreto nº 8.898, de 9 de novembro de 2016 (DOU nº 215-A, de 9/11/2016, Seção 1, página 1)
- Decreto de 7 de novembro de 2016 (DOU nº 214, de 8/11/2016, Seção 2, página 1)
- Portaria nº 254/2017/SEI-MCTIC, de 13 de janeiro de 2017.
- Decreto nº 9.474 de 16 agosto 2018 (DOU nº 159, de 17/08/2018, Seção 1, página 2)

Orçamento:

Ressalta-se que o CCT não possui dotação orçamentária própria.

Os custos para a realização das atividades do CCT são provenientes do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A execução do referido programa baseou-se no custeio da organização das reuniões do CCT, que no ano de 2018, restringiram-se ao pagamento de passagens e diárias para a realização das seguintes atividades de âmbito nacional:

Diárias e passagens aos membros do Colegiado para participarem da 6ª reunião das seis Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT, realizada em 7 de MARÇO de 2018, e uma reunião do Pleno do CCT realizada em 1º de AGOSTO de 2018, totalizando o montante de R\$39.967,68 (trinta e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos), divididos entre: custeios com passagens aéreas (R\$32.769,68) e custeios com diárias (R\$7.198,00) de seus membros.

10.3 Relatório de Avaliação de Resultados de Contrato de Gestão

O cronograma do conjunto de atividades que compõem o Relatório de Avaliação Anual do Contrato de Gestão impede que o relatório do exercício de 2018 seja encaminhado neste momento juntamente com o presente relatório de gestão.

A Lei Nº 9.637/1998 dispõe, em seu artigo 2º, como requisito para a qualificação como OS (inciso I, alínea f):

obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

Ainda recorrendo à Lei, são competências privativas do Conselho de Administração da OS (**negritos nossos**):

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do conselho de administração, dentre outras:

IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;

X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Pois bem, a mesma lei afirma, na Seção IV Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão (**negritos nossos**):

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 3o A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Ou seja, ao término do Exercício:

- I. Sofre auditoria externa das contas anuais e demonstrativos financeiros que serão aprovados pelo Conselho de Administração;
- II. Elabora o Relatório Gerencial Anual de Atividades que será aprovado pelo Conselho de Administração;
- III. Reúne o Conselho de Administração - nessa reunião, a Diretoria apresenta o Relatório de Gestão Anual (terminologia que se consolidou ao longo dos anos) ao Ministério.
- IV. Munido desse documento, a COAVL/CGUO/DPO convoca a reunião de especialistas (CA - Comissão de Avaliação). Esses especialistas elaboram o Relatório de Avaliação Anual da CA.
- V. Esse Relatório da CA chega à COAVL, que emite Nota Técnica.
- VI. O processo, em seguida - caso a análise técnica assim conclua - vai à Homologação pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado.

Os itens 1, 2 e 3 acima estão à cargo exclusivamente da OSs e obedecem a ritos internos que não dependem apenas dela (os trabalhos da auditoria externa, por exemplo). Outra dificuldade é elaborar o Relatório de Gestão Anual da OS, documento denso e que deve ser revisto pela Diretoria antes de submissão ao Conselho de Administração.

A própria Reunião do Conselho de Administração da OSs é dificultada pelas agendas dos integrantes do Conselho. Os Conselhos das OSs têm mais de 10 membros, alguns com até 20 membros, e ajustar esse calendário não costuma ser fácil.

Os Contratos de Gestão trazem como cláusula os seguintes prazos (**exemplo CGEE - negritos nossos**):

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

(...)

Subcláusula Segunda – O CGEE encaminhará ao ÓRGÃO SUPERVISOR, até primeiro de março de cada ano, a documentação referente ao processo de prestação de contas do exercício financeiro anterior, aprovados pelo Conselho de Administração, relativamente a este Contrato de Gestão.

Subcláusula Terceira - Caberá ao CGEE promover, até quinze de março de cada ano, a publicação no Diário Oficial da União dos relatórios financeiros e de execução deste Contrato de Gestão, relativos ao exercício financeiro anterior, e aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em jornal de circulação nacional e, por meio eletrônico de divulgação.

Assim sendo, os Relatórios de Gestão Anuais 2018 das OSs e seus respectivos demonstrativos financeiros auditados são entregues ao MCTIC até no fim de março do ano subsequente. Este é o motivo pelo qual os Relatórios das Comissões de Avaliação posteriormente ao TCU, após a homologação ministerial.

Desse modo, seguem em anexo, os Relatórios das Comissões de Avaliação elaborados em 2018, referente ao exercício de 2017.

Quadro 10.3.1 – Relação de reuniões nas Organizações Sociais

Organização Social	Data da Reunião
--------------------	-----------------

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP	14 a 06 de maio de 2018
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM	19 a 20 de abril de 2018
Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA	17 a 18 de maio de 2018
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM	24 a 16 de abril de 2018
Empresa Brasileira de Pesquisa e inovação Industrial - EMBRAPII	07 a 08 de maio de 2018
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE	16 a 17 de abril de 2018

10.4. Pronunciamento de Autoridade Supervisora de Contrato de Gestão

Considerando o exposto no item “RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DE CONTRATO DE GESTÃO” seguem **anexos** a este relatório os Despachos Ministeriais que declararam cumpridas as obrigações e metas de janeiro de 2017 a dezembro de 2017, dos 06 (seis) Contratos de Gestão celebrados entre o MCTIC e as seguintes Organizações Sociais:

- Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP
- Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM
- Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM
- Empresa Brasileira de Pesquisa e inovação Industrial - EMBRAPII
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e considerando: i) os Relatórios Semestral e Anual de Execução do Contrato de Gestão e o Parecer da Auditoria Independente sobre a prestação de contas do exercício financeiro, aprovados pelo Conselho de Administração da entidade; ii) a avaliação e as recomendações sobre os resultados e as metas anuais atingidos com a execução do Contrato de Gestão constantes do Relatório Anual e Conclusivo da Comissão de Avaliação, constituída por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação; e iii) o pronunciamento da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, por meio das Notas Técnicas 30009/2017 e 13613/2018, e o Despacho do Secretário-Executivo do MCTIC, no âmbito do Processo nº 01250.012568/2017-41, **ratifico os atos e declaro cumpridas as obrigações e metas, de janeiro a dezembro de 2017, do Contrato de Gestão celebrado entre este Ministério e o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, Organização Social assim qualificada pelo Decreto nº 3.605, de 20 de setembro de 2000.**

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 15/10/2018, às 17:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3461298** e o código CRC **6F45D9AC**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e considerando: i) os Relatórios Semestral e Anual de Execução do Contrato de Gestão e o Parecer da Auditoria Independente sobre a prestação de contas do exercício financeiro, aprovados pelo Conselho de Administração da entidade; ii) a avaliação e as recomendações sobre os resultados e metas anuais atingidos com a execução do Contrato de Gestão, constantes do Relatório Anual e Conclusivo da Comissão de Avaliação, constituída por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação; e iii) o pronunciamento da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, por meio das Notas Técnicas 10779/2018, e considerações do Secretário-Executivo do MCTIC, no âmbito do Processo nº 01250.012410/2017-71, **ratifico os atos e declaro cumpridas as obrigações e metas, de janeiro a dezembro de 2017, do Contrato de Gestão celebrado entre este Ministério e o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM**, Organização Social assim qualificada pelo Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997.

GILBERTO KASSAB



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 18/10/2018, às 12:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3461781** e o código CRC **A247029E**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e considerando: i) os Relatórios Semestral e Anual de Execução do Contrato de Gestão e o Parecer da Auditoria Independente sobre a prestação de contas do exercício financeiro, aprovados pelo Conselho de Administração da entidade; ii) a avaliação e as recomendações sobre os resultados e as metas anuais atingidos com a execução do Contrato de Gestão constantes do Relatório Anual e Conclusivo da Comissão de Avaliação, constituída por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação; e iii) o pronunciamento da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, por meio de Nota Técnica, e considerações do Secretário-Executivo do MCTIC, no âmbito do Processo nº 01250.082034/2017-81, **ratifico os atos e declaro cumpridas as obrigações e metas, de janeiro a dezembro de 2017, do Contrato de Gestão celebrado entre este Ministério e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM, Organização Social assim qualificada pelo Decreto nº 8.114, de 4 de junho de 1999.**

GILBERTO KASSAB



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 18/10/2018, às 12:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3473643** e o código CRC **2B56F1BF**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, e considerando: i) o Relatório Anual de Execução do Contrato de Gestão e o Parecer da Auditoria Independente sobre a prestação de contas do exercício financeiro, aprovados pelo Conselho de Administração da entidade; ii) a avaliação e as recomendações sobre os resultados e metas anuais atingidos com a execução do Contrato de Gestão, constantes do Relatório Anual e Conclusivo da Comissão de Avaliação, constituída por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação; e iii) o pronunciamento da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, por meio de Nota Técnica, e considerações do Secretário-Executivo do MCTIC, no âmbito do Processo n.º: 01250.011384/2017-63, **ratifico os atos e declaro cumpridas as obrigações e metas, de janeiro a dezembro de 2017, do Contrato de Gestão celebrado entre este Ministério e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, Organização Social assim qualificada pelo Decreto n.º 4.078, de 9 de janeiro de 2002.**

GILBERTO KASSAB



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 18/10/2018, às 12:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n.º 89/2014 e MCTIC n.º 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3473676** e o código CRC **2FB7FE1A**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e considerando: i) os Relatórios Semestral e Anual de Execução do Contrato de Gestão e o Parecer da Auditoria Independente sobre a prestação de contas do exercício financeiro, aprovados pelo Conselho de Administração da entidade; ii) a avaliação e as recomendações sobre os resultados e as metas anuais atingidos com a execução do Contrato de Gestão constantes do Relatório Anual e Conclusivo da Comissão de Avaliação, constituída por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação; e iii) o pronunciamento da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, por meio de Nota Técnica, e as considerações do Secretário-Executivo do MCTIC, no âmbito do Processo nº 01250.012014/2017-43, **ratifico os atos e declaro cumpridas as obrigações e metas, de janeiro a dezembro de 2017, do Contrato de Gestão celebrado entre este Ministério e a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPPII**, Organização Social assim qualificada por Decreto Presidencial de 2 de setembro de 2013.

GILBERTO KASSAB



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 18/10/2018, às 12:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3473678** e o código CRC **0C88425A**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e considerando: i) o Relatório Anual de Execução do Contrato de Gestão e o Parecer da Auditoria Independente sobre a prestação de contas do exercício financeiro, aprovados pelo Conselho de Administração da entidade; ii) a avaliação e as recomendações sobre os resultados e as metas anuais atingidos com a execução do Contrato de Gestão, constantes do Relatório Anual e Conclusivo da Comissão de Avaliação, constituída por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação; e iii) o pronunciamento da Diretoria das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, por meio de Nota Técnica, e considerações do Secretário-Executivo do MCTIC, no âmbito do Processo nº 01250.066767/2017-79, **ratifico os atos e declaro cumpridas as obrigações e metas, de janeiro a dezembro de 2017, do Contrato de Gestão celebrado entre este Ministério e a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, Organização Social assim qualificada pelo Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002.**

GILBERTO KASSAB



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/12/2018, às 14:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3686931** e o código CRC **D8C67F16**.

11. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

11.1 Informações sobre a gestão do orçamento do fundo

Em síntese, a Coordenação-Geral de Governança de Fundos atua junto ao FNDCT e ao Funttel de forma diferenciada. No Funttel, a Coordenação-Geral atua como Secretaria Executiva do Fundo. No FNDCT a função de Secretaria Executiva cabe à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que deve praticar todos os atos de natureza técnica, administrativa, financeira e contábil necessários à gestão desse Fundo.

Para o FNDCT, a Finep, na qualidade de Secretaria Executiva, elabora um relatório de gestão específico que é apreciado por um Conselho Diretor e remetido diretamente aos órgãos de controle.

Já o Funttel é administrado e gerido por um Conselho Gestor e as suas decisões são implementadas pela CGGF, na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo.

FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

Figura 11.2.1.1 – Identidade visual do FNDCT



O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991. Com base na Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, tem natureza contábil, e o seu objetivo é financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas em promover o desenvolvimento econômico e social do País.

O FNDCT é composto por vinte e quatro ações programáticas, das quais, dezesseis referem-se à fundos setoriais.

Treze dos fundos se referem à setores específicos da economia, um é voltado ao desenvolvimento regional (CT-Amazônia) e outros dois (CT-Verde-Amarelo e CT-Infraestrutura) são conhecidos como “transversais”, por financiarem atividades não específicas de determinada área ou região econômica, conforme pictogramas abaixo.

Figura 11.2.1.2 – Pictogramas dos dezesseis fundos que compõem o FNDCT



As legislações de cada fundo setorial foram estruturadas em busca da missão principal do FNDCT, financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País. Nesse sentido, cada regramento prevê que as receitas sejam destinadas ao fundo e sua aplicação seja vinculada a ações de P&D de interesse do setor de onde foram arrecadadas, conforme detalha o quadro a seguir.

Quadro 11.2.1.1 - Origem das receitas do FNDCT.

Fundo	Receita	Marcos legais
Fundo Setorial Aeronáutico	7,5% da CIDE-Tecnologia	Lei n.º10.332, de 19 de dezembro de 2001
Fundo Setorial de Agronegócio	17,5% da CIDE-Tecnologia	Lei n.º 10.332, de 19 de dezembro de 2001
Fundo Setorial de Amazônia	Mínimo de 2,3% dos 5% destinados pela Lei de Informática, deverão ser aplicados em atividades de P&D na Amazônia	Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 Lei n.º 10.176 de 11 de janeiro de 2001
Fundo Setorial Biotecnologia	7,5% sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	Lei n.º 10.168, de 29 de dezembro de 2000
Fundo Setorial de Transporte Aquaviário e de Construção Naval	3% da parcela do produto da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), que cabe ao Fundo da Marinha Mercante (FMM)	Lei n.º 10.893, de 13 de julho de 2004
Fundo Setorial de Energia	Entre 0,3% e 0,4 % sobre o faturamento líquido de empresas concessionárias de geração e distribuição de energia elétrica	Lei n.º 9.991, de 24 de julho de 2000
Fundo Setorial Espacial	25% das receitas de utilização de posições orbitais; total da receita de licenças e autorizações da Agência Espacial Brasileira; 25% das receitas da união relativas à comercialização de dados e imagens obtidos por meio de rastreamento, telemetria e controle de foguetes e satélites	Lei n.º 9.994, de 24 de julho de 2000
Fundo Setorial Verde Amarelo	50% da CIDE-Tecnologia	Lei n.º 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Lei n.º 10.168, de 29 de dezembro de 2000
Fundo Setorial de Recursos Hídricos	4% da compensação financeira atualmente recolhida pelas empresas geradoras de energia elétrica	Lei n.º 9.993, de 24 de julho 2000
Fundo Setorial de Infraestrutura	20% por cento dos recursos destinados aos Fundos Setoriais e outros fundos de desenvolvimento científico e tecnológico	Lei n.º 10.197 de 14 de fevereiro de 2001
Fundo de Tecnologia da Informação	Mínimo de 0,5 % do faturamento bruto das empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que recebem incentivos da lei de informática	Lei n.º 8.248, de 23 de outubro de 1991

Fundo Setorial Mineral	2%da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM), paga pelas empresas do setor mineral detentoras de direito de mineração	Lei 9.993 de julho de 2000
Fundo Setorial de Petróleo e Gás	25% dos royalties que excedem a 5% da produção de petróleo e gás natural	Lei 9.478 de 06/08/1997
Fundo Setorial de Saúde	17,5%da CIDE-Tecnologia, cuja arrecadação advém da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais	Lei n.º 10.332, de 19 de dezembro de 2001
Fundo Setorial de Transportes Terrestres e Hidroviários	10% das receitas obtidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT em contratos firmados com operadoras de telefonia, empresas de comunicações e similares, que utilizem a infraestrutura de serviços de transporte terrestre da União	Lei nº 9.992, de 24 de julho de 2000
Fundo Setorial Inovar-Auto	Depósito no FNDCT de apuração de crédito presumido de IPI pelas empresas habilitadas no programa Inovar-auto, bem como multa e glosa nos casos especificados na Lei nº 12.715/ 2012	Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012

Figura 11.2.2.1 – Identidade visual do Funttel



Instituído pela Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, o Funttel tem por objetivo estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital para ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Os recursos do Funttel têm como fato gerador, as seguintes origens: a) Contribuição 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações; b) Contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas; c) Dotações na Lei orçamentária anual e seus créditos adicionais; d) Doações; e e) O produto da remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores.

O Fundo é administrado por um Conselho Gestor multi-institucional, cuja composição e cronologia em 2018 estão detalhadas a seguir:

- Presidente - ANDRÉ MULLER BORGES, representa o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações desde 07/04/2017, com mandato até 07/04/2020;
- Conselheiro - ELTON SANTA FÉ ZACARIAS, representa o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações desde 30/06/2017, com mandato até 30/06/2020;
- Conselheiro - MARCOS VINICIUS DE SOUZA, representou o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços até 06/04/2018;
- Conselheiro – RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA, passou a representar o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços a partir de 25/07/2018, com mandato até 25/07/2021;
- Conselheiro - MARCUS VINICIUS PAOLUCCI, representou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) até 09/12/2018;
- Conselheiro - HUMBERTO BRUNO PONTES SILVA, passou a representar a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a partir de 10/12/2018, com mandato até 10/12/2021;
- Conselheira - IRECÊ FRAGA KAUSS LOUREIRO, representou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até 17/01/2018;
- Conselheiro - RICARDO RIVERA DE SOUSA LIMA, passou a representar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 18/01/2018, com mandato até 18/01/2021;
- Conselheiro - MARCOS CINTRA, representou a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) até 09/12/2018;
- Conselheiro - RONALDO SOUZA CAMARGO, passou a representar a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) a partir de 10/12/2018, com mandato até 10/12/2021.

A Unidade Orçamentária (UO) do Funttel é a de número 24907, composta por três Unidades Gestoras (UG's), conforme quadro a seguir.

Quadro 11.2.2.1 - Identificação das UG's operadas pelo Funttel.

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Título (conforme SIAFI)
410007	FUNDO P/O DESENVOLV. TECNOL. DAS TELECOMUNICACOES
410042	BNDES – AGENTE FINANCEIRO DO FUNTTTEL
410049	FUNTTTEL/FINEP – AGENTE FINANCEIRO DO FUNTTTEL

A UG 410007 é a que recebe os recursos orçamentários e financeiros do Tesouro Nacional. A aplicação dos recursos ocorre com o repasse pelo Funttel aos seus agentes financeiros BNDES e Finep por meio das UG's 410042 e 410049, respectivamente.

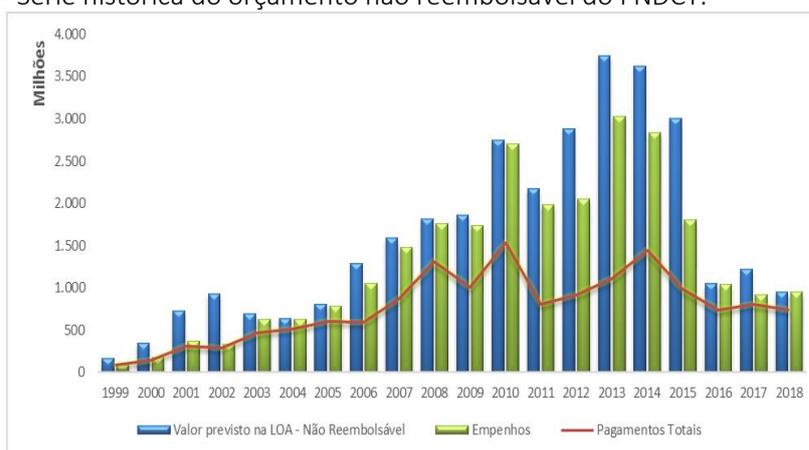
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO

FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

A Unidade Gestora número 240139, administrada pela Coordenação-Geral de Governança dos Fundos (CGGF), se destina ao suporte administrativo e operacional às atividades dos fundos do FNDCT. Em 2018, devido ao contingenciamento de recursos do Governo Federal, a UG não recebeu aporte financeiro, logo não foi utilizada.

Quanto à execução orçamentária e financeira do FNDCT propriamente dita, o gráfico a seguir apresenta os dados relativos à série histórica de investimentos e os próximos quadros mostram os dados da execução orçamentária e financeira das UO's 24901 (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT) e 74910 (Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas - FPDTE) no ano de 2018.

Gráfico 11.2.4.1 - Série histórica do orçamento não reembolsável do FNDCT.



Quadro 11.2.4.1 – Execução orçamentária e financeira da UO 24901 (FNDCT) em 2018.

FUNDO	DOTACAO INICIAL	REMANEJAMENTO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RAP PAGOS	TOTAL PAGO
AERO	R\$ 2.000.000,00	R\$ -	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 652.823,63	R\$ 1.899.499,01	R\$ 2.552.322,64
AGRO	R\$ 7.000.000,00	R\$ -	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 4.496.519,76	R\$ 2.272.588,89	R\$ 6.769.108,65
AMAZ	R\$ 1.500.000,00	-R\$ 278.000,00	R\$ 1.222.000,00	R\$ 1.222.000,00	R\$ 814.223,06	R\$ 33.598,65	R\$ 847.821,71
BIOTEC	R\$ 3.000.000,00	-R\$ 750.000,00	R\$ 2.250.000,00	R\$ 2.250.000,00	R\$ 1.719.536,11	R\$ 415.560,44	R\$ 2.135.096,55
ENERG	R\$ 3.700.000,00	R\$ -	R\$ 3.700.000,00	R\$ 3.700.000,00	R\$ 1.149.002,54	R\$ -	R\$ 1.149.002,54
ESPACIAL	R\$ 200.000,00	-R\$ 17.000,00	R\$ 183.000,00	R\$ 183.000,00	R\$ 182.934,29	R\$ 401.015,20	R\$ 583.949,49
HIDRO	R\$ 3.200.000,00	-R\$ 318.273,00	R\$ 2.881.727,00	R\$ 2.881.465,24	R\$ 1.773.732,44	R\$ 154.477,20	R\$ 1.928.209,64
INFO	R\$ 1.400.000,00	R\$ -	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.047.236,06	R\$ 136.059,21	R\$ 1.183.295,27
INFRA	R\$ 159.027.904,00	-R\$ 3.790.891,00	R\$ 155.237.013,00	R\$ 155.097.032,67	R\$ 121.312.996,35	R\$ 60.381.015,15	R\$ 181.694.011,50
INOVAR-AUTO	R\$ 400.000,00	-R\$ 38.916,00	R\$ 361.084,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.991,35	R\$ 5.991,35
MINERAL	R\$ 500.000,00	R\$ -	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 448.583,75	R\$ 84.859,06	R\$ 533.442,81
PETRO	R\$ 4.500.000,00	-R\$ 779.000,00	R\$ 3.721.000,00	R\$ 3.721.000,00	R\$ 468.463,60	R\$ 2.941.785,48	R\$ 3.410.249,08
SAÚDE	R\$ 6.000.000,00	-R\$ 54.593,00	R\$ 5.945.407,00	R\$ 5.945.274,11	R\$ 1.722.693,54	R\$ 3.582.562,23	R\$ 5.305.255,77
AQUA	R\$ 2.000.000,00	R\$ -	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.024.484,78	R\$ 327.033,78	R\$ 1.351.518,56
TRANSP	R\$ 200.000,00	-R\$ 180.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 16.814,93	R\$ 5.991,35	R\$ 22.806,28
FVA	R\$ 8.000.000,00	-R\$ 514.071,00	R\$ 7.485.929,00	R\$ 7.485.928,90	R\$ 6.817.685,39	R\$ 1.074.765,17	R\$ 7.892.450,56
TRANSVERSAL	R\$ 316.723.119,00	R\$ 45.906.712,00	R\$ 362.629.831,00	R\$ 362.831.969,36	R\$ 245.308.415,29	R\$ 49.217.305,05	R\$ 294.525.720,34
INSTRUMENTOS	R\$ 442.506.665,00	-R\$ 146.187.851,00	R\$ 296.318.814,00	R\$ 296.318.814,00	R\$ 296.318.814,00	R\$ 33.858.767,61	R\$ 330.177.581,61
Subvenção	R\$ 99.845.272,00	-R\$ 27.672.956,00	R\$ 72.172.316,00	R\$ 72.172.316,00	R\$ 50.592.001,51	R\$ 11.844.864,23	R\$ 62.436.865,74
Ciência sem Fronteiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 466.954,93	R\$ 466.954,93
Outras Ações	R\$ 2.570.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.570.000,00	R\$ 3.570.000,00	R\$ 3.570.000,00	R\$ 521.131,82	R\$ 4.091.131,82
Reator	R\$ 71.031.487,00	-R\$ 50.000.000,00	R\$ 21.031.487,00	R\$ 21.031.486,60	R\$ 1.820.717,65	R\$ 37.500.000,00	R\$ 39.320.717,65
	R\$ 1.135.304.447,00	-R\$ 183.674.839,00	R\$ 951.629.608,00	R\$ 951.330.286,88	R\$ 741.257.678,68	R\$ 207.125.825,81	R\$ 948.383.504,49
Reserva de Contingência	R\$ 2.298.873.448,00						
	R\$ 3.434.177.895,00						

Quadro 11.2.4.2 – Execução orçamentária e financeira da UO 74910 (FPDTE) em 2018.

FUNDO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
FPDTE	R\$ 1.141.369.944,00	R\$ 1.141.369.944,00	R\$ 1.097.968.250,00	R\$ 1.097.968.250,00

Assim, mesmo diante de um cenário bastante restritivo, o Conselho Diretor do FNDCT, em 2018, fez um esforço no sentido de suprir as necessidades que a comunidade científica vem sentindo por força das dificuldades orçamentárias. Neste sentido, foram aprovadas 20 novas ações, num montante de R\$ 910,52 milhões, distribuídos em 4 anos, sendo que R\$ 184,30 milhões ficaram para empenho no ano de 2018, conforme o quadro abaixo.

Quadro 11.2.4.3 - Novas Ações autorizadas pelo FNDCT para 2018.

		Novas Ações Autorizadas FNDCT em 2018								(em R\$ milhões)	
Fonte dos Recursos	Qtd	Título da Ação	Agência Executora	Valor FNDCT				Total FNDCT	Outros Parceiros	Total da Ação	
				2018	2019	2020	2021				
Ação Transversal	1	Chamada Universal 2018	CNPq	50,00	50,00	50,00	-	150,00	50,00	200,00	
	2	Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR 2018	CNPq	1,10	3,00	3,00	-	7,10	11,02	18,12	
	3	Promoção de Projetos Institucionais através da Finep	Finep	-	10,00	10,00	-	20,00	-	20,00	
	4	Apoio à Cooperação Técnica entre Empresas e ICTs brasileiras e estrangeiras (...).	Finep	-	10,00	30,00	-	40,00	-	40,00	
	5	SOS EQUIPAMENTOS	Finep	6,00	12,00	12,00	-	30,00	-	30,00	
	6	Pesquisa e Inovação em Esgotamento Sanitário	Finep	-	5,00	5,00	-	10,00	-	10,00	
	7	Motores Eficientes a Biocombustíveis – Ignição por Compressão com Carga Homogênea	Finep	-	7,50	7,50	-	15,00	-	15,00	
	8	Apoio ao restabelecimento das atividades de pesquisa do Museu Nacional	Finep	-	10,00	-	-	10,00	-	10,00	
	9	Implantação de Subestação Compartilhada de 138 KV entre o Departamento de Ciência e Tecnologia Espacial (DCTA) e o INPE	Finep	1,00	4,50	4,50	-	10,00	-	10,00	
	10	ARC 2018 - Apoio à realização de eventos científicos, tecnológicos e de inovação por meio de chamada pública	CNPq	5,00	-	-	-	5,00	15,00	20,00	
	11	Programa de Capacitação Institucional - PCI 2019	CNPq	46,00	-	-	-	46,00	-	46,00	
Subvenção	12	4.3 Subvenção Econômica a Transferência de Tecnologia do SGDC - Cargas Úteis Ópticas de Observação	Finep	5,20	15,00	6,60	5,19	31,40	-	31,40	
	13	Programa CENTELHA	Finep	10,00	10,00	10,00	-	30,00	-	30,00	
	14	Programa TECNOVA II	Finep	-	30,00	30,00	-	60,00	-	60,00	
	15	Subvenção Econômica a Empresas	Finep	10,00	20,00	30,00	-	60,00	-	60,00	
	16	Cooperação Internacional entre Empresas	Finep	10,00	10,00	10,00	-	30,00	-	30,00	
CT-Infra	17	Recursos Adicionais para Conclusão de Obras Apoiadas pela Finep	Finep	20,00	30,00	30,00	-	80,00	-	80,00	
	18	Apoio a Manutenção Preventiva de Equipamentos e Consolidação da Infraestrutura de Pesquisa em Biotérios e Coleções de Cultura	Finep	10,00	20,00	40,00	-	70,00	-	70,00	
	19	Apoio a Projetos de Implantação e Consolidação da Infraestrutura de Pesquisa nas Áreas de Biotecnologia, Nanotecnologia, Ciências Biomédicas, Ciências Sociais e Engenharias	Finep	10,00	40,00	60,00	-	110,00	-	110,00	
	20	Infraestrutura Científica e Tecnológica de Pesquisa em Novas Universidades Públicas e em Campi fora da Sede das Universidades Públicas	Finep	-	10,00	10,00	-	20,00	-	20,00	
Total				184,30	297,00	348,60	5,19	834,50	76,02	910,52	

Dentre as novas ações, entre as Ações Transversais, destacam-se o aporte do FNDCT à Chamada Universal 2018, uma das principais ações do CNPq pela capilaridade e alcance no financiamento de projetos de pesquisa. O Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, para fomento a projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação, para a produção científica brasileira de qualidade, na geração de conhecimentos científicos, tecnológicos e em inovação relacionados à Antártica. E, além desses, o “SOS EQUIPAMENTOS” - um Programa de Fluxo Contínuo, voltado à manutenção corretiva de equipamentos multiusuários de médio e de grande porte, que tenham sido apoiados em projetos não reembolsáveis concedidos por instituições integrantes do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

As ações do CT Infra, como a Carta Convite MCTIC/FINEP/CT-INFRA 01/2018 – que teve por objetivo selecionar propostas, para finalização de obras aprovadas em projetos contratados em ações do CT-Infra, que tenham sido iniciadas e não estejam concluídas. Chamada Pública MCTIC/FINEP/CT-INFRA 02/2018 visando à implantação de infraestrutura laboratorial para desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica nos campi universitários regionais que não tenham sido contemplados em quaisquer das

Chamadas Públicas anteriores no âmbito CT-Infra e nas Novas Universidades, via aquisição de equipamentos. A Chamada Pública MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 para Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos. E a Chamada Pública MCTIC/FINEP/CT-INFRA 04/2018 para apoio a projetos institucionais de infraestrutura científica, para as linhas temáticas: Biotecnologia, Ciências Biomédicas, Engenharias, Ciências Sociais e Nanotecnologia.

Dentre as ações da modalidade Subvenção Econômica, destacamos duas iniciativas importantes, quais sejam, os Programas Centelha e Tecnova II. O Programa Centelha visa estimular a criação de empreendimentos inovadores, a partir da geração de novas ideias; disseminar a cultura do empreendedorismo inovador em todo território nacional, incentivando a mobilização e a articulação institucional dos atores nos ecossistemas locais, estaduais e regionais de inovação do país; e contribuir para a ampliação da quantidade e a melhoria da qualidade das propostas de empreendimentos de base tecnológica submetidas aos ambientes promotores de inovação existentes no País (incubadoras e aceleradoras de empresas, espaços de coworking, laboratórios abertos de prototipagem, parques e polos tecnológicos etc.).

O Programa TECNOVA II objetiva alcançar e reforçar a estruturação e a consolidação dos Sistemas Estaduais de Inovação, em consonância com as estratégias do Sistema Nacional de Inovação. Além disso, visa possibilitar a otimização, integração e descentralização, aumentando a capilaridade dos programas de concessão de subvenção econômica.

Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações)

O histórico de arrecadação do Funttel, cujas bases de cálculo foram detalhadas no item 2.2 deste documento, é demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 11.2.5.1 - Demonstrativo de destinações do Funttel.

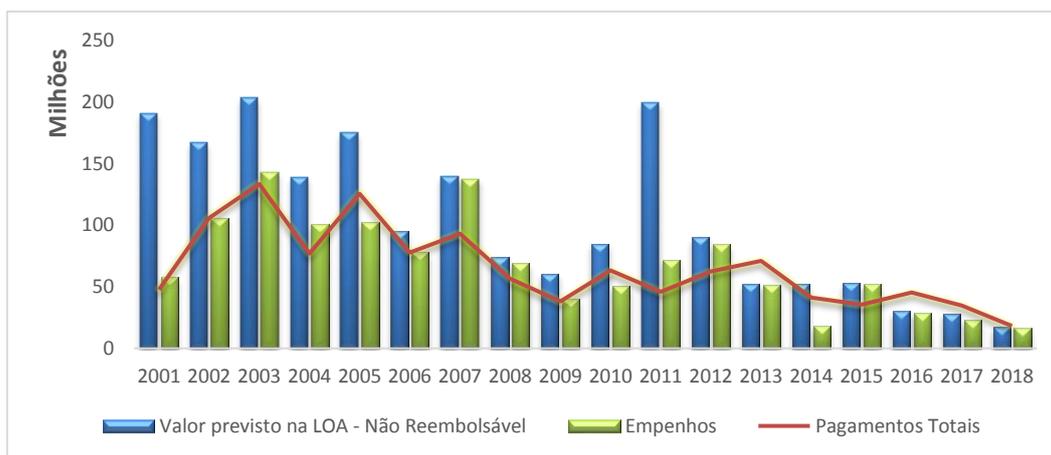
Ano	Arrecadação Bruta	Receitas das PSTs	CT-Infra	DRU
2001	R\$ 126.995.641,72	R\$ 81.277.210,70	R\$ 20.319.302,68	R\$ 25.399.128,34
2002	R\$ 202.976.235,32	R\$ 129.904.790,60	R\$ 32.476.197,65	R\$ 40.595.247,06
2003	R\$ 214.446.356,08	R\$ 137.245.667,89	R\$ 34.311.416,97	R\$ 42.889.271,22
2004	R\$ 242.150.246,22	R\$ 154.976.157,58	R\$ 38.744.039,40	R\$ 48.430.049,24
2005	R\$ 272.136.454,97	R\$ 174.167.331,18	R\$ 43.541.832,80	R\$ 54.427.290,99
2006	R\$ 302.454.122,79	R\$ 193.570.638,59	R\$ 48.392.659,65	R\$ 60.490.824,56
2007	R\$ 334.517.625,40	R\$ 214.091.280,26	R\$ 53.522.820,06	R\$ 66.903.525,08
2008	R\$ 376.965.173,50	R\$ 241.257.711,04	R\$ 60.314.427,76	R\$ 75.393.034,70
2009	R\$ 392.031.993,47	R\$ 250.900.475,82	R\$ 62.725.118,96	R\$ 78.406.398,69
2010	R\$ 421.084.802,91	R\$ 269.494.273,86	R\$ 67.373.568,47	R\$ 84.216.960,58
2011	R\$ 493.803.593,89	R\$ 316.034.303,61	R\$ 79.008.575,90	R\$ 98.760.714,38
2012	R\$ 548.409.936,89	R\$ 350.982.359,61	R\$ 87.745.589,90	R\$ 109.681.987,38
2013	R\$ 551.495.024,93	R\$ 354.073.502,43	R\$ 87.742.857,18	R\$ 109.678.665,33
2014	R\$ 577.975.954,96	R\$ 370.613.127,86	R\$ 92.161.256,49	R\$ 115.201.570,61
2015	R\$ 586.791.610,86	R\$ 376.190.216,93	R\$ 93.600.619,53	R\$ 117.000.774,41
2016	R\$ 573.575.867,74	R\$ 319.390.687,20	R\$ 84.960.627,56	R\$ 169.224.552,98
2017	R\$ 600.996.247,93	R\$ 315.650.417,36	R\$ 117.638.338,90	R\$ 167.707.491,67
2018	R\$ 546.448.227,09	R\$ 317.399.228,12	R\$ 76.324.798,20	R\$ 152.724.200,77
TOTAL	R\$ 7.365.255.116,67	R\$ 4.567.219.380,64	R\$ 1.180.904.048,04	R\$ 1.617.131.687,99

Fontes: Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional e Tesouro Gerencial

Quanto às destinações, do montante arrecadado reduz-se um percentual (20% até 2016 e 30% de 2016 em diante) para atender à Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a seguir destina-se 20% do resultado anterior para o CT-INFRA, um dos fundos do FNDCT.

Anualmente o Funttel recebe dotação por meio do orçamento-geral da união para investimento nos seus objetivos, parte com recursos não reembolsáveis, para atender as instituições de pesquisa e de ensino, e parte com reembolsáveis, para empresas com o intuito de ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, conforme preconiza a sua lei de criação.

Gráfico 11.2.5.1 – Série histórica do orçamento não reembolsável do Funttel.



Quanto à disponibilidade orçamentária e a execução dos recursos não reembolsáveis no exercício 2018, o quadro abaixo detalha os valores previstos e realizados em cada plano orçamentário.

Quadro 11.2.5.2 – Execução orçamentária e financeira do Funttel em 2018.

Plano Orçamentário	Projeto Inicial LOA	Dotação Inicial	Dotação Final	Limite	Valor Empenhado	Total Pago (Rap + Exerc)
0000 - Reserva de Contingência - Financeira	R\$ 224.919.367	R\$ 224.919.367	R\$ 224.919.367		0	0
0002 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações nas Instituições Nacionais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	R\$ 1.457.541	R\$ 1.457.541	R\$ 88.000	R\$ 16.588.717	R\$ 87.541,37	R\$ 1.708.470,46
0003 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD	R\$ 15.131.176	R\$ 15.131.176	R\$ 16.500.717		R\$ 16.500.000	R\$ 16.500.000
0000 -	R\$ 400.000	R\$ 400.000	R\$ 400.000		0	0

Administração da Unidade						
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	241.908.084	241.908.084	241.908.084	16.588.717	16.587.541,37	18.208.470,46

CPqD: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações

Os projetos que receberam recursos não reembolsáveis no ano de 2018, por meio da ação 20ZR, foram os discriminados no próximo quadro.

Quadro 11.2.5.3 – Projetos que receberam recursos do Funttel em 2018.

Plano Orçamentário	Convênio	Sigla do Projeto	Conveniente	Vr. Pago (RAP)	Vr. Pago (Exercício)	Total Pago
PO 002	0630/14	TUP-MF	Fundação CPqD	R\$ 987.169,09	-	R\$ 987.169,09
	0644/14	NGINOVA	FACTI	R\$ 633.760,00	-	R\$ 633.760,00
	0556/14	CRR	FINATEL	-	R\$ 87.541,37	R\$ 87.541,37
PO 003	0413/12	ASIC-DSP	Fundação CPqD	-	R\$ 4.640.000,00	R\$ 4.640.000,00
	0412/12	LAB 4G		-	R\$ 409.000,00	R\$ 409.000,00
	0345/16	PLATIoT		-	R\$ 5.990.693,60	R\$ 5.990.693,60
	0468/18	TERANET		-	R\$ 2.540.000,00	R\$ 2.540.000,00
	0469/18	IoT-BLOCKCHAIN		-	R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.300.000,00
	2622/09	TUDO IP		-	R\$ 620.306,40	R\$ 620.306,40
Total				R\$ 1.620.929,09	R\$ 16.587.541,37	R\$ 18.208.470,46

FACTI: Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação

FINATEL: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações

Os principais projetos não reembolsáveis do Funttel no ano de 2018 foram:

- Do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), o Centro de Referência em Radiocomunicações (CRR), que previu o desenvolvimento de soluções em comunicações sem fio e, encerrado em 2018, chegou a resultados acima do previsto, conforme imagens a seguir.

Figura 11.2.5.1 – Resultados previstos x realizados do CRR.

Resultados		Prometido	Realizado
Capacitação	Certificados de cursos de curta duração	240	825
	Certificados de cursos de longa duração	20	20
	Realização de workshops	3	3
Concepção de modelos de referência		3	3
Desenvolvimento de metodologias para teste e certificação		3	3
Dissertações de mestrado		5	43
Depósito de pedidos de patente		3	6
Protótipos de subsistemas		3	4
Publicações	Capítulos de livros	0	6
	Periódicos		160
	Congressos	20	198
	Congressos de iniciação científica		8

Figura 11.2.5.2 – Primeira transmissão oficial em 5G do Brasil.



- Da Fundação CPqD, o projeto Plataforma aberta de Tecnologias para Internet das coisas e suas aplicações (PLATIoT), que cria de uma plataforma específica para desenvolvimento de sensores e equipamentos que atenderão às demandas da Internet das Coisas. Como exemplos de resultados, tem-se:

Figura 11.2.5.3 - Tela de configuração de modelo de dispositivo da Plataforma M2M.

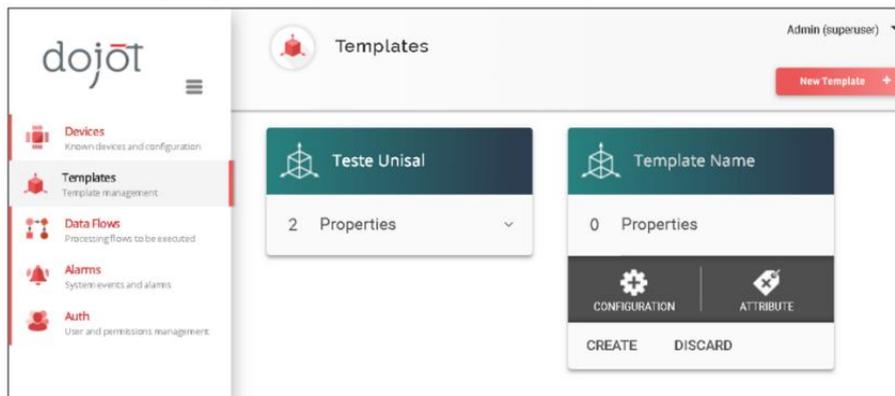


Figura 11.2.5.4 – Módulo sensor de monóxido de carbono, integrado à Plataforma Dojot.

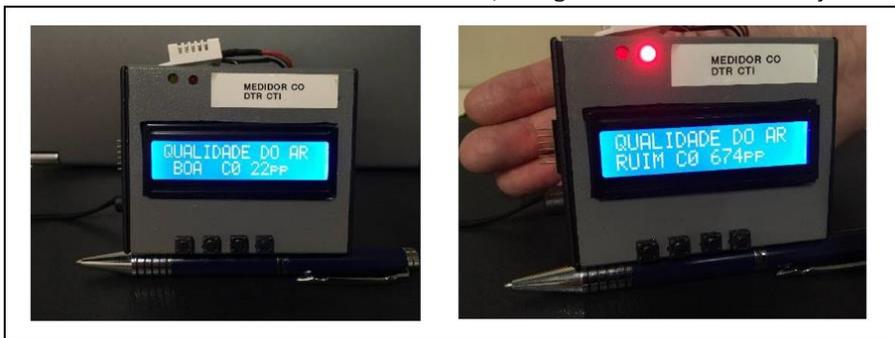
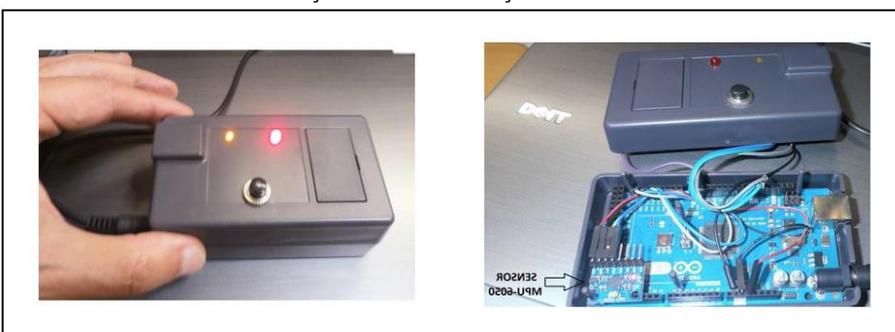


Figura 11.2.5.5 – Módulo sensor de inclinação e de aceleração.



- Também da Fundação CPqD, o projeto Sistemas Ópticos em 1 Tb/s para Internet do futuro (TeraNET), que aborda o estudo e desenvolvimento de tecnologias de sistemas ópticos em 1 Tb/s, tais como: algoritmos de processamento digital de sinais, tecnologias de codificação de canal, e projeto de componentes fotônicos básicos para construção de transceptores que serão validados com demonstrações experimentais.
- Da Fundação CPqD, o projeto Plataforma Blockchain para desenvolvimento de aplicações seguras em IoT (IoT-BLOCKCHAIN), que almeja desenvolver um protótipo computacional e de uma aplicação segura baseada em blockchain para prestação de serviços digitais em IoT.

No que se refere aos recursos reembolsáveis, no exercício 2018 o Conselho Gestor do Funttel - CGF autorizou a assinatura de contratos de empréstimos com a Finep e com o BNDES o qual, neste exercício, passou a atuar de fato como agente financeiro do Funttel para ações de financiamento. Diante disso, cada agente financeiro recebeu R\$ 94.815.734,00 em 2018, o que totalizou os R\$ 189.631.468,00 de recursos reembolsáveis disponibilizados para esta ação que tem por objetivo incentivar a competitividade das empresas do setor de telecomunicações.

Os contratos mencionados não resultaram em financiamentos no ano de 2018, pois foram assinados no final do exercício, no entanto, serão apresentadas abaixo as principais ações reembolsáveis, em andamento ou encerradas em 2018, oriundas de financiamentos firmados com recursos de anos anteriores:

- Empresa Telebrás – Com contas prestadas em 2018, esta ação de investimento para aquisição de um satélite geoestacionário assegurou ao Brasil a independência internacional no segmento satelital.
- Empresa Intelbrás – Ainda em andamento, esta ação trata do desenvolvimento de sistemas de comunicação unificada, com soluções completas e interoperáveis de telecomunicações, redes e segurança eletrônica, reunidas e integradas em uma mesma plataforma tecnológica.
- Empresa Multilaser – Também em andamento, com o financiamento tomado a empresa visa produzir componentes semicondutores e eletrônicos para as suas linhas de smartphones, laptops, ultrabooks, desktops e tablets.

No que se refere aos resultados do Fundo como um todo, com base no Plano Plurianual (PPA), o indicador que avalia a contribuição do Funttel para o regime de proteção da propriedade intelectual do País é o número de patentes produzidas em razão dos investimentos realizados.

Assim, na atividade de avaliação concluída em 2018 (referente ao ano-base 2017) apurou-se que foram depositadas 11 patentes (6 da Fundação CPqD e empresas do seu ecossistema, 2 da empresa Unitec, 1 da parceria entre a Univali e a Intelbrás, 1 da parceria entre a FAURGS e a empresa Digistar e 1 do Finatel) no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), um número relevante considerando as dificuldades financeiras e orçamentárias enfrentadas pelo Funttel nos últimos anos.

12. ANEXOS

12.1 Declarações

Este capítulo tem por objetivo apresentar as declarações de integridade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A estrutura deste capítulo segue as orientações do Tribunal de Contas da União quanto à elaboração de conteúdo dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2018, com base na Resolução TCU nº 234/2010, alterada pela Resolução TCU nº 244/2011; IN nº 63/2010, alterada pela IN nº 72/2013; DN nº 170/2018.

Este capítulo apresente os seguintes itens:

- Declaração de integridade do Coordenador-Geral de Recursos Logísticos - GGRL referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres no SIASG e SICONV

- Declaração de integridade da Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres no SIASG e SICONV
- Declaração de integridade da Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP referentes a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão no SISAC
- Declaração de integridade da Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP referentes a disposição pelos servidores do MCTIC das suas declarações de bens e rendas a CGGP
- Declaração de integridade do Diretor de Governança Institucional – DGI referente as informações da LOA no SIOP
- Declaração de integridade do Diretor de Governança Institucional – DGI referente as informações do PPA no SIOP
- Declaração de Conformidade Contábil da Coordenadora de Contabilidade - COTAB referente aos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do MCTIC
- Declaração de Conformidade Contábil da Coordenadora de Contabilidade – COTAB referente aos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do FUNTTEL
- Declaração do Contador Órgão 24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC
- Declaração do Contador Órgão 41903 – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL
- Declaração do Secretário Executivo relativo à integridade do relato integrado
- RELATÓRIO ESPELHO DO MONITORAMENTO - SIMPLIFICADO DO PPA 2016-2019



DECLARAÇÃO

Eu, **DOMINGOS CARLOS PEREIRA REGO**, CPF nº **403.559.857-72**, ocupante do cargo de **Coordenador-Geral de Recursos Logísticos**, exercido no Departamento de Administração, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de **2018** por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de **2018** e suas correspondentes em exercícios anteriores.



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Carlos Pereira Rego, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos**, em 08/03/2019, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3903317** e o código CRC **C3EFA6BC**.

Referência: Processo nº 01250.006038/2019-25

SEI nº 3903317

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Eu, EDNA DA SILVA AMORIM, CPF nº 634.716.391-87, Ordenadora de Despesas, exercido na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas CGGP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2018 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2018 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EDNA DA SILVA AMORIM
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas
CPF: 634.716.391-87



Documento assinado eletronicamente por **Edna da Silva Amorim**, **Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**, em 14/02/2019, às 20:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3845900** e o código CRC **7B280060**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EDNA DA SILVA AMORIM
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas
CPF: 634.716.391-87



Documento assinado eletronicamente por **Edna da Silva Amorim, Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas**, em 14/02/2019, às 20:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3845879** e o código CRC **6492DE04**.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS**

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EDNA DA SILVA AMORIM
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas
CPF: 634.716.391-87



Documento assinado eletronicamente por **Edna da Silva Amorim, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**, em 14/02/2019, às 20:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3845896** e o código CRC **2EF90769**.



14.5. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES DA LOA NO SIOP

Considerando que a Portaria SOF/MP nº 103, de 19 de outubro de 2012, estabelece o acompanhamento da execução orçamentária das ações constantes na programação das Leis Orçamentárias Anuais;

Considerando que as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração ou equivalentes integram o processo de acompanhamento da execução orçamentária, conforme art. 3º, inciso II da Portaria SOF/MP nº 103/2012;

Considerando as competências atribuídas aos órgãos setoriais de orçamento previstas no art. 4º da Portaria SOF/MP nº 103/2012;

Considerando que os servidores responsáveis pelo acompanhamento orçamentário devem ser indicados em campo específico do SIOP, conforme art. 5º da Portaria SOF/MP nº 103/2012;

Considerando que as informações referentes à execução financeira das ações orçamentárias são extraídas diretamente do SIAFI, conforme Orientador do Acompanhamento Orçamentário, disponível

em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/siopdoc/doku.php/acompanhamento_orcamentario:orientador_acompanhamento_orcamentario;

Considerando os prazos estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o levantamento das informações no SIOP, conforme Ofício-Circular nº 524/2017-MP, de 20 de novembro de 2017;

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física das ações da Lei Orçamentária Anual referentes a esta Unidade Prestadora de Contas foram devidamente informadas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

Brasília, 23 de abril de 2019

JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS

CPF 363.426.451-91

Diretor de Governança Institucional

Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



14.4 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES DO PPA NO SIOP

Considerando que o Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, regulamenta o processo de monitoramento do PPA 2016-2019;

Considerando que compete ao órgão responsável por objetivo ou meta de programa temático indicar unidades e gestores responsáveis pelas informações, conforme disposto no art. 8º, § único do Decreto nº 8.759/2016;

Considerando que a responsabilidade pelo monitoramento coexiste com as competências específicas dos órgãos e entidades do Poder Executivo no processo de formulação, implementação e produção de informações sobre as políticas públicas;

Considerando os prazos estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o levantamento de informações no SIOP, conforme Portaria nº 347, de 14 de novembro de 2016.

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, foram devidamente inseridas no SIOP conforme os prazos e as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 23 de abril de 2019

JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS

CPF: 363.426.451-91

Diretor de Governança Institucional

Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Governança Institucional**, em 23/04/2019, às 11:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4088859** e o código CRC **EE97A5A8**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva
Departamento de Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL - MCTIC**

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a Conformidade de Registro de Gestão, o Manual SIAFI Web e outros instrumentos que subsidiam o processo de análise.

O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com as suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

No que se refere ao registro da Conformidade Contábil das Unidades Gestoras da Administração Direta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a responsabilidade é de competência da Setorial de Contabilidade de Órgão Superior que é a unidade de gestão interna do Ministério responsável pelas orientações, bem como pelo acompanhamento dos registros contábeis realizados pelas Unidades Gestoras Executoras da administração direta e dos órgãos e entidades vinculadas, portanto, não cabendo discussão no que se refere à segregação de função neste processo.

São responsáveis pelo registro: a Coordenadora de Contabilidade titular e sua respectiva substituta, designadas pelas Portarias SPOA nº 159, de 06/10/2010 e nº 44, de 07/04/2014.

O registro é realizado mensalmente por meio da transação >ATUCONFCON nos prazos estabelecidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT/STN, estabelecidos na transação >CONFECMES, mediante análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial em cada Unidade Gestora Executora, podendo ser registrada com restrição ou sem restrição, após as principais análises abaixo relacionadas:

- Transação BALANCETE – contas contábeis com saldo invertido, alongado, irrisório e outros;
- Transação CONDESAUD – consulta desequilíbrio de equação de auditor: permite identificar as inconsistências detectadas pelas equações cadastradas nos sistemas, em função de lançamentos ou saldos nas contas e itens de demonstrativo;
- Transação CONCONFREG – consulta conformidade de registros de gestão;
- Transação CONCONFCON – consulta conformidade contábil;

240119-SEPED	4	4	5	5	5	5	6	5	5	5	5	5	59
240120-CBPF	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
240121-IBICT	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
240123-LNCC	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
240124-MAST	1	1	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	6
240125-MPEG	2	2	2	3	2	2	3	2	2	2	2	2	26
240126-ON	1	2	2	2	0	1	0	0	1	3	1	0	13
240127-CETEM	1	3	1	0	3	0	0	0	0	0	0	1	9
240128-LNA	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	4
240129-CTI	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	6
240131-PAE/FINEP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
240133-CGGP	0	1	1	1	1	1	0	2	0	0	0	0	7
240137-CETENE	0	0	1	3	0	3	3	0	3	3	1	0	17
240138-SECIS/CEF	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	35
240139-CGGF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

240219-DTI	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	4
240224-CEMADEN	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	7
240237-CGGI	1	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	14
240252-INMA	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	14
240267-SETEL	1	1	2	1	1	1	2	1	1	5	5	5	26
TOTAL	28	38	34	39	34	37	43	34	35	41	38	31	432

Observa-se que de 31 (trinta e um) unidades gestoras executoras, 17 (dezessete) encerraram o mês de dezembro sem restrição contábil, são elas: 240102-Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; 240104-Instituto Nacional de Tecnologia; 240105-Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; 240106-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos; 240107-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de Natal; 240108-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de Cachoeira Paulista; 240114-Instituto Nacional do Semiárido; 240120-Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; 240121-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; 240123-Laboratório Nacional de Computação Científica; 240124-Museus de Astronomia e Ciências Afins; 240126-Observatório Nacional; 240128-Laboratório Nacional de Astrofísica; 240129-Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer; 240133-Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; 240137-Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste e 240139-Coordenação-Geral de Governança de Fundos.

Das 14 (quatorze) demais 12 (doze) apresentaram ocorrências de ressalvas recorrentes no exercício por pendências de liberação, comprovação e/ou aprovação em convênios, termos de parceria, acordos de cooperação técnica, contrato de repasse e termos de execução descentralizada são elas: 240101-Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; 240113-Diretoria de Gestão das Unid. De Pesq. e Org. Sociais; 240115-Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; 240116-Secretaria de Políticas Digitais; 240119-Secretaria de Políticas e Programas de Pesq. e Desenvolvimento; 240125-Museu Paraense Emílio Goeldi; 240131-Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP; 240138-Secretaria de C & T para Inclusão Social/MCT-CEF; 240219-Diretoria de Tecnologia da Informação; 240224-Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais; 240237-Coordenação-Geral de Gestão, Inovação e Indicadores e 240267-Secretaria de Telecomunicações.

Quanto as 2 (duas) unidades gestoras executoras restantes a 240127-Centro de Tecnologia Mineral apresentou restrição no mês de dezembro por ausência de registro de conformidade de registro de gestão referente ao dia 15/12/18 (sábado)

e a 240252-Instituto Nacional da Mata Atlântica apresentou restrição por falta de registro da depreciação de bens móveis durante o exercício de 2018.

JUSTIFICATIVAS:

Com referência às restrições contábeis relativas aos convênios, termos de parceria, acordos de cooperação técnica, contrato de repasse e termos de execução descentralizada, as áreas responsáveis têm envidado esforços no sentido de sanar as pendências apresentadas, através de inúmeras cobranças junto aos convenientes, quer seja por não apresentação da prestação de contas e/ou encaminhamento de documentação complementar para fins de aprovação da PC.

No que se refere à ausência de registro da depreciação de bens móveis por parte do Instituto Nacional da Mata Atlântica este foi decorrente da falta de pessoal capacitado, bem como de um sistema patrimonial adequado, a ser solucionado no exercício financeiro de 2019.

Brasília, DF., 21 de fevereiro de
2019.

ELIANA YUKIKO TAKENAKA
CPF nº 210.645.551-87
Coordenadora de Contabilidade
CRC/DF nº 006666/O-1



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Yukiko Takenaka, Coordenador de Contabilidade**, em 26/02/2019, às 10:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3878713** e o código CRC **512FEF28**.

Referência: Processo nº 01250.006038/2019-25

SEI nº 3878713



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva
Departamento de Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL - FUNTTEL

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a Conformidade de Registro de Gestão, o Manual SIAFI Web e outros instrumentos que subsidiam o processo de análise.

O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com as suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

No que se refere ao registro da Conformidade Contábil da Unidade Gestora Executora 410007-Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL a responsabilidade é de competência das contadoras do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Eliana Yukiko Takenaka e Adriana Samara Wanderley da Silva, designadas por meio da Resolução nº 121, de 13 de novembro de 2018, pelo Presidente do Conselho Gestor do Fundo.

Na UGE 410042-FUNTTEL-BNDES a responsabilidade pelo registro da Conformidade Contábil de UG é dos contadores Alexandre Cordeiro de Andrade e Anderson Borges Araújo, titular e substituto do BNDES e na UGE 410049-FUNTTEL/FINEP é dos contadores Rodrigo Molinari Mello e Eliane da Silva Sardou, titular e substituto da FINEP.

A Setorial de Contabilidade de Órgão Superior do MCTIC é a unidade de gestão interna responsável pelas orientações, bem como pelo acompanhamento dos registros contábeis realizados pelas Unidades Gestoras Executoras da administração direta e dos órgãos e entidades vinculadas, portanto, não cabendo discussão no que se refere à segregação de função neste processo.

O registro é realizado mensalmente por meio da transação >ATUCONFCON nos prazos estabelecidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT/STN, estabelecidos na transação >CONFECMES, mediante análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial em cada Unidade Gestora Executora, podendo ser registrada com restrição ou sem restrição, após as principais análises abaixo relacionadas:

- Transação BALANCETE - contas contábeis com saldo invertido, alongado, irrisório e outros;
- Transação CONDESAUD - consulta desequilíbrio de equação de auditor: permite identificar as inconsistências detectadas pelas equações cadastradas nos sistemas, em função de lançamentos ou saldos nas contas e itens de demonstrativo;
- Transação CONCONFREG - consulta conformidade de registros de gestão;
- Transação CONCONFCON - consulta conformidade contábil;
- Transação CONDEMCON - consulta inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis.

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL possui 3 (três) Unidades Gestoras Executoras no SIAFI, observa-se abaixo, um quantitativo de 90 (noventa) restrições registradas durante o exercício de 2018:

ÓRGÃO 41232 - FUNTTEL

UG	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
410007-FUNTTEL	2	4	6	5	4	5	5	5	4	3	4	4	51
410042-FUNTTEL/BNDES	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
410049-FUNTTEL/FINEP	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	3	36
TOTAL	4	7	9	8	7	8	8	8	8	7	9	7	90

Observa-se que de 3 (três) unidades gestoras executoras, 1 (uma) encerrou o mês de dezembro sem restrição contábil, ou seja, a UG 410042-FUNTTEL/BNDES. As demais 410007-FUNTTEL e 410049-FUNTTEL/FINEP apresentaram ocorrências de ressalvas recorrentes no exercício por pendências de liberação, comprovação e/ou aprovação em convênios.

JUSTIFICATIVAS:

UG 410007-FUNTTEL

1. Convênios a Comprovar com data Expirada - Por ser tratar de convênios firmados nos anos de 2004 e 2005, a Secretaria Executiva vem trabalhando em busca da regularização da referida restrição;
2. Convênios a Aprovar com data Expirada - o Conselho Gestor do Funttel glosou valores devido a irregularidades encontradas durante a fiscalização

realizada pela equipe, houve dissenso entre os conselheiros em relação a alguns pontos da aplicação da glosa. Os processos foram remetidos ao TCU e o Fundo está aguardando a manifestação conclusiva por parte do TCU; e

3. Convênios a Liberar com Data Expirada - Os convênios sofreram alterações nas metas previamente pactuadas, o que resultou redução dos montantes inicialmente previstos nos projetos. No exercício de 2019 a unidade envidará esforços no intuito de extinguir a referida restrição.

UG 410049-FUNTTTEL/FINEP

A gestão dos atrasos encontra-se sob controle do TCU, inclusive com emissões de Acórdãos sobre a matéria. Existe um plano de ação acompanhado pela CGU no intuito de eliminar este passivo. Registra-se ainda a publicação do Acórdão 3235/17, que determinou a reabertura de 1665 convênios encerrados, decorrentes de inconsistências apuradas pelo Tribunal nos métodos utilizados para estes encerramentos. Tal procedimento aumentou o número de convênios nas situações de restrições apresentadas acima. As ações de Prestação de Contas estão sob a responsabilidade de dois Departamentos de Prestação de Contas e um Departamento de Fiscalização de Convênios Encerrados.

2019.

Brasília, DF., 21 de fevereiro de

ELIANA YUKIKO TAKENAKA

CPF nº 210.645.551-87

Coordenadora de Contabilidade

CRC/DF nº 006666/O-1



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Yukiko Takenaka, Coordenador de Contabilidade**, em 26/02/2019, às 10:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3878898** e o código CRC **BB53BA20**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva
Departamento de Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

**Órgão 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações - MCTIC**



A Coordenação de Contabilidade - COTAB, de acordo com o Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 (http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8877.htm), compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF, da Diretoria de Administração - DAD, da Secretaria Executiva - SEEXEC, que conforme parágrafo único do artigo 7º exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, administração direta, tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- Secretaria Executiva
- Secretaria de Radiodifusão
- Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
- Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- Secretaria de Telecomunicações
- Secretaria de Políticas Digitais (Redação dada pelo Decreto nº 9.319, de 2018)
- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

- Centro de Tecnologia Mineral
- Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- Instituto Nacional de Tecnologia
- Instituto Nacional do Semiárido
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- Instituto Nacional da Mata Atlântica
- Laboratório Nacional de Astrofísica
- Laboratório Nacional de Computação Científica
- Museu de Astronomia e Ciências Afins
- Museu Paraense Emílio Goeldi
- Observatório Nacional

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela COTAB, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, cujo procedimento visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações são as seguintes:

- Balanço Patrimonial: evidencia a situação patrimonial da entidade pública, qualitativa e quantitativamente, bem como os atos potenciais.
- Demonstrações das Variações Patrimoniais: evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.
- Balanço Orçamentário: demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa: apresenta as entradas e saídas de caixa.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: demonstra a evolução ocorrida no Patrimônio Líquido.

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000-LRF, Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP/7ª edição e Manual SIAFI.

Ressalvas

Observa-se que de 31 unidades gestoras executoras, 17 encerraram o exercício sem restrição contábil, 12 apresentaram restrições recorrentes no exercício por liberação, comprovação e/ou aprovação em convênios, termos de parceria, acordos de cooperação técnica, contrato de repasse e termos de execução descentralizada e as 2 restantes, uma apresentou restrição por falta de registro da conformidade registro de gestão referente ao dia 15/12/18 (sábado) e a outra por falta de registro da depreciação de bens móveis.

Justificativa

Com referência às restrições contábeis relativas aos convênios, termos de parceria, acordos de cooperação técnica, contrato de repasse e termos de execução descentralizada, as áreas responsáveis têm envidado esforços no sentido de sanar as pendências apresentadas, através de inúmeras cobranças junto aos convenientes, quer seja por não apresentação da prestação de contas e/ou encaminhamento de documentação complementar para fins de aprovação da PC.

No que se refere à ausência de registro da depreciação de bens móveis por parte do Instituto Nacional da Mata Atlântica este foi decorrente da falta de pessoal capacitado, bem como de um sistema patrimonial adequado, a ser solucionado no exercício financeiro de 2019.

Declaração

Portanto considerando os registros realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Brasília-DF, 21

de fevereiro de 2019.

ELIANA YUKIKO TAKENAKA

CRC/DF nº 6.666/0-1

Contadora do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Yukiko Takenaka**, **Coordenador de Contabilidade**, em 26/02/2019, às 10:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3878945** e o código CRC **C6C5F1AB**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva
Departamento de Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

**Órgão 41903-Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das
Telecomunicações - FUNTTEL**



A Coordenação de Contabilidade - COTAB, de acordo com o Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 (http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8877.htm), compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF, da Diretoria de Administração - DAD, da Secretaria Executiva - SEXEC, que conforme parágrafo único do artigo 7º exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL, administrado por um Conselho Gestor, cuja competência de prestar todo o apoio técnico, administrativo e financeiro foi transferida do extinto Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Setorial de Contabilidade de Órgão Superior, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, cujo procedimento visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações são as seguintes:

- Balanço Patrimonial: evidencia a situação patrimonial da entidade pública,

- qualitativa e quantitativamente, bem como os atos potenciais;
- Demonstrações das Variações Patrimoniais: evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício;
 - Balanço Orçamentário: demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas;
 - Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários;
 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: apresenta as entradas e saídas de caixa;
 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: demonstra a evolução ocorrida no Patrimônio Líquido.

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000-LRF, Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP/7ª edição e Manual SIAFI.

Ressalvas

Com referência ao estoque de convênios antigos o FUNTTEL apresentou restrições contábeis recorrentes durante o exercício por pendências de liberação, comprovação e/ou aprovação relativas aos convênios, ora firmados pelas Unidades Gestoras 410007-FUNTTEL e 410049-FUNTTEL/FINEP.

Justificativas

- UG 410007 - O Conselho Gestor do Funttel glosou valores devido a irregularidades encontradas durante a fiscalização realizada pela equipe, houve dissenso entre os conselheiros em relação a alguns pontos da aplicação da glosa. Os processos foram remetidos ao TCU e o Fundo está aguardando a manifestação conclusiva por parte do TCU;
- UG 410049 - A gestão dos atrasos encontra-se sob controle do TCU, inclusive com emissões de Acórdãos sobre a matéria. Existe um plano de ação acompanhado pela CGU no intuito de eliminar este passivo. Registra-se ainda a publicação do Acórdão 3235/17-2ª Câmara, que determinou a reabertura de 1665 convênios encerrados, decorrentes de inconsistências apuradas pelo Tribunal nos métodos utilizados para estes encerramentos. Tal procedimento aumentou o número de convênios nas situações de restrições apresentadas. As ações de Prestação de Contas estão sob a responsabilidade de dois Departamentos de Prestação de Contas e um Departamento de Fiscalização de Convênios Encerrados.

Declaração

Portanto considerando os registros realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de

Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

fevereiro de 2019.

Brasília-DF, 21 de

ELIANA YUKIKO TAKENAKA

Contadora do FUNTTEL
CRC/DF nº 6.666/0-1



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Yukiko Takenaka, Coordenador de Contabilidade**, em 26/02/2019, às 10:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3878950** e o código CRC **8FBEC810**.

Referência: Processo nº 01250.006038/2019-25

SEI nº 3878950



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA**

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo a responsabilidade solidária dos integrantes do Comitê de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos de Gestão (COGIR), Portaria Nº 3.394, de 29 de junho de 2018, pela integridade do relatório integrado relativo ao MCTIC, reconhecendo ser este, o resultado de pensamento coletivo na preparação e na apresentação do referido relatório, assim como expressão fiel da estrutura deste Ministério.

Brasília, 23 de abril de 2019.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário Executivo
CPF: 029.505.358-52

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 26/04/2019, às 18:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4089068** e o código CRC **90F36F79**.

Referência: Processo nº 01250.006220/2019-86

SEI nº 4089068

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2015	1,64	31/12/2016	1,53
Dispêndio nacional em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2015	1,28	31/12/2016	1,27
Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2015	7.247	31/12/2017	8.323
Participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no total de pessoal ocupado técnico-científico	%	31/12/2015	20,86	31/12/2017	21,13
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus	%	31/12/2015	2,58	31/12/2016	2,6928
Participação do pessoal ocupado técnico-científico no total de ocupações	%	31/12/2015	1,44	31/12/2017	1,48
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2015	49,1	31/12/2016	47,62
Percentual de empresas industriais com mais de 500 pessoas ocupadas que inovaram - média móvel dos últimos quatro trimestres	%	31/12/2015	47,58	31/12/2017	43,35
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2015	27,1	31/12/2017	21,09

Observações:

OBJETIVO: 0400 - Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O Objetivo 0400 é de extrema importância no processo de agregar valor à Estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do estímulo a áreas e setores fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para a criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

Em 2018, o cenário macroeconômico continua condicionando, a exemplo dos últimos exercícios, o desempenho das metas deste objetivo. Assim, os resultados anuais estão abaixo da expectativa tendo em vista esse contexto de restrição orçamentária das duas agências do MCTIC – CNPq e FINEP. Mesmo assim, é possível afirmar que o apoio a projetos de

pesquisas científicas, tecnológicas e à inovação, por meio das agências de fomento, vem efetivamente contribuindo para o desenvolvimento do país, com maior interação entre o sistema empresarial/produtivo e com a sociedade.

Em 2018, o CNPq apoiou 5.926 projetos de pesquisa na modalidade Auxílio à Pesquisa, APQ/AI, que fomentam financeiramente o pesquisador na compra de bens de capital e custeio para as mais diferentes áreas e campos da pesquisa básica e tecnológica do país. Esses projetos estão em andamento e estão distribuídos pelos 27 estados do país e se concentraram em 45% na região sudeste, 23% na região sul, 20% na região nordeste, 8 e 4 % na região centro-oeste e norte do país respectivamente. A Finep contratou 75 projetos, sendo 48 projetos para apoio a empresas por meio da concessão de financiamento (Reembolsável – Finep 30 dias), que tratam de temas tão diversos e relevantes como a implantação de planta industrial seguindo os conceitos da Indústria 4.0, o desenvolvimento de nova família de ônibus rodoviários e de inovações em produtos e processos de motorização veicular, e novos produtos e processos para o setor de máquinas e equipamentos agrícolas.

Na análise situacional das Metas deste Objetivo, foi possível verificar o esforço institucional do CNPq e da FINEP para a retomada do apoio financeiro a projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País. Na edição de 2018 da Chamada Pública Universal, operacionalizada pelo CNPq, foram investidos R\$ 200 milhões de reais, operacionalizados pelo CNPq em três parcelas para projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação em qualquer área do conhecimento. Verificou-se também a execução de R\$ 44 milhões referente à terceira parcela de cinco previstas para a implementação e a elaboração dos procedimentos de avaliação dos INCTs. A continuidade do apoio à pesquisa a partir do Programa Ecológico de Longa Duração (PELD), a efetivação do Centro de Síntese em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (SINBIOSE), além do esforço da FINEP em ações de apoio à aquisição, consolidação e manutenção de infraestrutura de pesquisa das ICTs, bem como na manutenção do padrão de pesquisa e desenvolvimento alcançado.

O CNPq investiu na inserção de Pesquisadores nas Empresas Incubadas. O programa trata de um projeto piloto em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - CONFAP, que visa capacitar e agregar recursos humanos em empresas incubadas mediante sua participação em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). O programa atende empresas vinculadas a incubadoras em operação no País, certificadas ou em processo de obtenção da certificação Cerne (Anprotec/Sebrae). Foram operacionalizados R\$ 1,5 milhões para investimento em projetos de PD&I de micro e pequenas empresas. No mínimo 30% desses recursos foram aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O programa também prevê a possibilidade de aporte adicional de recursos pelas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) para apoio a projetos de empresas situadas em seus respectivos estados. A chamada pública foi lançada em novembro de 2017 e as empresas puderam submeter propostas até 26/01/2018. Ao todo foram recebidas 241 propostas, sendo aprovados 27 projetos de PD&I de empresas vinculadas a incubadoras de todas as regiões do País. Cada projeto, com duração de até 12 (doze) meses, conta com recursos de até R\$ 60 mil.

No que se refere ao importante tema da cooperação empresas-ICTs, o Programa Finep Conecta da Finep, destina-se a apoiar empresas brasileiras que tenham projetos em parceria com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e que possuam elevado grau de inovação e potencial de geração de externalidades. Os principais objetivos são: levar o conhecimento gerado nas ICTs e Universidades para as Empresas; promover maior alinhamento dos objetivos da Ciência Nacional às demandas empresariais; e elevar os dispêndios em P&D e incentivar projetos de maior risco tecnológico. O instrumento de apoio é o crédito reembolsável, que no contexto do Conecta terá condições de apoio favorecidas, a depender do valor da cooperação em relação ao total do projeto. Foram disponibilizados R\$ 500 milhões para esse Programa.

A FINEP, além do apoio por meio de financiamento reembolsável, também apoiou as empresas por intermédio de 15

projetos de subvenção econômica. Estes projetos foram selecionados por meio do Edital Finep/BNDES: Plano Conjunto Finep/BNDES para apoio ao Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química – PADIQ, e por meio da Carta Convite - Programa Centelha 01/18, na qual a Finep selecionou Parceiros Operacionais no nível estadual para descentralizar sua atuação da FINEP na concessão de recursos de Subvenção Econômica para apoio a microempresas e empresas de pequeno porte (com faturamento anual bruto de até R\$ 4.800.000,00). Os parceiros selecionados em 2018 são dos seguintes estados: Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A Finep apoiou ainda 12 novos projetos de pesquisa em 2018, por meio de apoio não reembolsável a instituições de pesquisa, dos quais destacam-se: a avaliação pré-clínica de extratos padronizados de plantas selecionadas pelo Ministério da Saúde, visando o desenvolvimento de fitomedicamentos de interesse do SUS, sistemas ópticos em 1 Tb/s para Internet do futuro (fase 1) e o desenvolvimento de tecnologias para uma plataforma computacional de código aberto e aplicações seguras baseadas em Blockchain para prestação de serviços digitais em IoT (Fase 1).

Alguns resultados do fomento à pesquisa do CNPq, no tempo, podem ser citados como exemplo da importância desse Objetivo no contexto da C,T&I: O Agronegócio sendo o principal responsável pelo desempenho da balança comercial brasileira, sendo o setor responsável por 44,1% do total das vendas externas do Brasil. Fator decisivo para este desempenho foi o investimento de décadas em pesquisas de ponta, principalmente em Biotecnologia. Os investimentos do CNPq em Agropecuária e Biotecnologia ocorrem tanto em chamadas universais, apoiando projetos relevantes em termos científicos, assim como em ações estratégicas específicas.

Outro exemplo diz respeito ao Meio Ambiente e à Biodiversidade. O Brasil possui a maior biodiversidade do planeta. Por outro lado, conhecemos muito pouco desse ativo estratégico. Um dos grandes desafios para a Ciência é mapear essa biodiversidade, saber como conservá-la, protegê-la e descobrir como utilizá-la de forma sustentada para gerar emprego e renda. Ao longo dos anos, e em parceria, o CNPq vem investindo recursos em ações voltadas para o conhecimento e uso econômico e social da biodiversidade brasileira. As ações financiam desde projetos individuais a redes de pesquisa.

O CNPq vem intensificando suas parcerias, tanto com o setor público quanto com o setor privado, inclusive em âmbito internacional. Várias ações são aderentes aos temas estratégicos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022): a) Em Saúde, um exemplo é a Chamada Grand Challenge Explorations, sobre fatores de riscos em partos prematuros, falhas de crescimento infantil e comprometimento do desenvolvimento cognitivo. A ação é realizada em parceria como o Ministério da Saúde e com a Bill & Melinda Gates Foundation; b) Nos temas estratégicos Alimentos e Tecnologias Sociais, a chamada para projetos voltados para a construção e socialização de conhecimentos e técnicas relacionados à Agroecologia e à Produção orgânica, é outro exemplo. A ação é executada em parceria com o MCTIC, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Educação (MEC).

Em relação às ações de cooperação internacional da Finep em 2018, podem ser destacadas:

- Projetos de Inovação Tecnológica entre Empresas do Brasil e da Espanha (CDTI): ação desenvolvida para colaboração entre as empresas brasileiras e espanholas e que representem inovações para ambos os países ou para o mundo.
- Chamada Eureka - Globalstars Brasil 2018: programa de cooperação em pesquisa e inovação entre empresas brasileiras e os seguintes países membros da rede internacional Eureka: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Holanda, Espanha e Suíça. O instrumento disponibilizado pela Finep é a subvenção econômica, nos valores mínimo de € 100 mil e máximo de € 1 milhão por projeto.
- Cooperação entre a Finep e o Conselho Norueguês de Pesquisa (RCN): ação desenvolvida visando apoiar, com financiamento não reembolsável, projetos desenvolvidos de forma colaborativa em ambos os países com ênfase na indústria de petróleo offshore. A Finep disponibilizou R\$ 10 milhões para ICTs e empresas brasileiras, e o RCN 20

milhões de coroas norueguesas para ICTs e empresas da Noruega.

· Consórcio ERA-MIN 2: participação da Finep junto de vinte e quatro outras organizações financiadoras de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de matérias-primas minerais e suas fontes secundárias, com enfoque na economia circular, com o objetivo de apoiar financeiramente, por meio de recursos não-reembolsáveis, projetos transnacionais de pesquisa e desenvolvimento e inovação que sejam desenvolvidos de forma conjunta por empresas e ICTs. A Finep disponibilizou, em novembro de 2018, 750 mil Euros para projetos com foco em suprimento, produção, consumo, reutilização e reciclagem de matérias-primas de forma sustentável.

No setor da saúde podemos observar que os problemas de saúde que afetam o cidadão também afetam o desempenho da economia da nação. O CNPq vem financiando pesquisas que buscam a solução para várias enfermidades e o destaque é a parceria estratégica iniciada em 2003 com o Ministério da Saúde, em particular com seu Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT). A parceria consolidou uma forma de gestão compartilhada e inovadora de financiar projetos cujo alvo é solucionar grandes desafios que afetam a saúde da população brasileira. Pesquisas em temas sensíveis e estratégicos já foram financiadas, como câncer, hipertensão e as doenças negligenciadas.

Quanto aos projetos de pesquisa em ICTs contratados pela FINEP em anos anteriores, deve ser mencionada a CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT 01/2016 – ZIKA, que apoiou 20 projetos pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika. Já o CNPq executou todos os recursos destinados a chamada e encomenda lançadas em 2016 e executadas até 2018, com o atendimento de ICTs nas regiões nordeste, centro-oeste, sul e sudeste.

Atenta à necessidade de divulgar para a Sociedade os resultados dos projetos que fomenta, convém destacar que o CNPq implantou no início deste ano a iniciativa "Pesquisa do Dia", que são matérias jornalísticas divulgadas no Portal do CNPq e nas mídias sociais, informando em linguagem acessível ao público em geral, resultados dos projetos com potencial de impacto socioeconômico. Alguns exemplos dessas matérias são: “Pesquisa desenvolve citros resistentes à seca”, “Pesquisa dá origem à cerveja e iogurte para diabéticos”, “Bactérias benéficas aumentam a produtividade do milho” e “Pele impressa em 3D pode substituir testes em animais”.

Observando o número reduzido de mulheres nas ciências exatas, o CNPq lançou chamada que teve como objetivo apoiar projetos para estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil, despertando o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino da Educação Básica (Ensino Fundamental a partir do 6º ano e do Ensino Médio) e do Ensino Superior por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica. Esta iniciativa visa ainda combater a evasão, que ocorre principalmente nos primeiros anos, de estudantes do sexo feminino dos cursos de graduação nestas áreas, bem como aproximar as escolas públicas da Educação Básica das Instituições de Ensino Superior. Foi possível aprovar 78 propostas, de uma demanda bruta inicial de 702 solicitações (o equivalente a aproximadamente R\$ 40 milhões). Em conformidade com as regras estabelecidas na Chamada nº 31/2018, foram aprovados projetos em todas as Unidades da Federação. As propostas deveriam, obrigatoriamente, prever a articulação entre instituições de pesquisa e ensino superior com escolas públicas da educação básica, envolvendo alunas do 6º ao 9º ano e do Ensino Médio, professores da educação básica das disciplinas de ciências exatas, tecnologias e computação, alunas de graduação de cursos das áreas de ciências exatas, engenharias e computação e pesquisadores com atuação nessas áreas.

Metas 2016-2019

- **0400 - Apoiar 300 projetos de expansão, modernização e manutenção da infraestrutura de pesquisa nas instituições científicas e tecnológicas (ICT).**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Esta meta apresenta como resultado para o triênio 2016-2017-2018 o total de 221 projetos de expansão, modernização e manutenção da infraestrutura de pesquisa em ICTs brasileiras.

Em 2016 foram contratados 36 projetos, envolvendo o comprometimento de recursos da ordem de R\$ 120 milhões. Os projetos são especialmente relacionados ao objeto da CARTA CONVITE MCTI/FINEP 01/2014 (29) para apoio à complementação de obras de infraestrutura com recursos do CTINFRA. Além destes foram ainda incluídos também projetos da CARTA-CONVITE MCTI/FINEP/FNDCT 01/2016 - INSTITUTOS DE PESQUISA DO MCTI (4) e do APOIO INSTITUCIONAL 03/2016 (3), que apesar de serem cobertas com recursos da Ação Transversal/FNDCT são tipicamente de apoio à infraestrutura.

Em 2017 foram contratados novos 39 projetos referenciados ao desempenho desta meta, totalizando, aproximadamente, R\$ 140 milhões. A maior parte destes projetos (20) são resultado da Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT 02/2016- CENTROS NACIONAIS MULTIUSUARIOS, contando-se ainda 9 projetos da Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-INFRA - PROINFRA - 02/2014, 9 projetos da Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT - Ação Transversal - APOIO INSTITUCIONAL - 03/2016 e 1 projeto da CARTA-CONVITE MCTI/FINEP/FNDCT 01/2016 – INSTITUTOS DE PESQUISA DO MCTI.

Em 2018 foram contratados 146 novos projetos, totalizando aproximadamente R\$ 392,6 milhões. Estes projetos foram selecionados por meio de chamadas realizadas em:

- 2014: Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-INFRA - PROINFRA - 02/2014 (83 projetos).

- 2016: Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT - Ação Transversal - APOIO INSTITUCIONAL - 03/2016 (1 projeto); CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT/AT - AMAZÔNIA LEGAL - 04/2016 (9 projetos); CARTA-CONVITE MCTI/FINEP/FNDCT 01/2016 – INSTITUTOS DE PESQUISA DO MCTI (15 projetos); Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT 02/2016 - CENTROS NACIONAIS MULTIUSUARIOS (17 projetos).

- 2018: CARTA CONVITE MCTI/FINEP/CT-INFRA 01/2018 (10 projetos); CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/CT-INFRA 03/2018 (2 projetos) e CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/AÇÃO TRANSVERSAL - SOS EQUIPAMENTOS (8 projetos).

Foi apoiada também uma encomenda para a ampliação do Laboratório de Pesquisa em Biotecnologia Aplicada à Saúde do Instituto de Tecnologia da Saúde (ITS) do Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (CIMATEC) do SENAI, no valor de R\$ 4,8 milhões.

Complementarmente, segue informação sobre a aplicação dos recursos (parcelas liquidadas no exercício) da ação 2095 – Fomento a projetos de implantação e recuperação da infraestrutura de pesquisa das instituições públicas (CT-INFRA):

Foi atendida no período a demanda de 114 convênios com parcelas liquidadas no exercício, no montante de R\$ 102,9 milhões. Os recursos inscritos em Restos a Pagar liquidados no exercício totalizaram R\$ 41,9 milhões correspondentes ao apoio de 47 convênios. No total foram apoiados 147 diferentes convênios pelo CT-Infra em 2018, uma vez que 14 convênios foram apoiados tanto com recursos para liquidação de Restos a Pagar como de parcelas do orçamento do exercício.

Os projetos têm como objetivo apoiar a estruturação, modernização e/ou consolidação das infraestruturas de pesquisa das universidades brasileiras nas diversas áreas temáticas, distribuídos entre as cinco regiões geográficas (Sudeste - 45 convênios; Sul - 25 convênios; Nordeste -24 convênios; Centro Oeste - 17 convênios e Norte – 3 convênios). As Unidades da Federação com maior número de convênios apoiados foram, respectivamente, São Paulo (21 convênios), Rio de Janeiro (12 convênios), Minas Gerais (11 convênios), Rio Grande do Sul (10 convênios), Paraná (9 convênios) e Mato Grosso do Sul (7 convênios) totalizando 70 convênios. Os 44 convênios restantes estão distribuídos por outras 14 UFs.

A queda expressiva no orçamento do FNDCT nos últimos três exercícios tem condicionado o desempenho desta meta, causando a retração do apoio da Finep para as ICTs e, principalmente, potenciais efeitos negativos para o desenvolvimento do País, pela descontinuidade no apoio a projetos de infraestrutura e pesquisa tecnológica.

Quantidade alcançada

221 Projetos

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

- **00W0 - Apoiar anualmente 7 mil projetos de pesquisa pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O CNPq apoiou 5.926 projetos de pesquisa na modalidade Auxílio à Pesquisa, APQ/AI, que fomentam financeiramente o pesquisador na compra de bens de capital e custeio para diferentes áreas e campos da pesquisa básica e tecnológica do país. Esses projetos estão em andamento e estão distribuídos pelos 27 estados do país e se concentraram em 45% na região sudeste, 23% na região sul, 20% na região nordeste, 8% e 4 % na região centro-oeste e norte do país respectivamente.

Foram investidos no apoio aos projetos de pesquisa os recursos disponíveis na ação orçamentária 20US, que somaram no exercício de 2018 o total aproximado de empenhos no valor de 64 milhões. O investimento representará um esforço muito maior devido à parceria com outras instituições, o que evidencia a necessidade de ampliação do orçamento do CNPq nesta ação, pois a meta está dependente da articulação do CNPq para mobilização de atores para a manutenção da pesquisa científica no país.

Esses projetos estão distribuídos em 9 Chamadas Públicas lançadas e contratadas em 2018:

Chamada 32/2018: Programa para Concessão de Bônus Tecnológico e Bolsas para Inovação em Manufatura Avançada

Chamada 20/2018: Apoio à realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional como instrumento de popularização da ciência e melhoria dos ensinamentos fundamental e médio

Chamada 23/2018: Programa Doutorado Acadêmico para Inovação – DAI, que visa apoiar propostas de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), que demonstrem capacidade para a execução do Programa DAI – Doutorado Acadêmico para Inovação

Chamada 27/2018: Feiras de Ciências e Mostras Científicas;

Chamada 31/2018: Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação, que visam estimular a formação de

mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil

Chamada 33/2018: Pesquisas em ecologia, monitoramento e manejo integrado do fogo, visa apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação aplicados que visem preencher as lacunas de conhecimento sobre manejo integrado do fogo

Chamada 21/2018: Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, apoio a projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação, multi e interdisciplinares e multi-institucionais, com incentivo à cooperação internacional, no âmbito do PROANTAR

Chamada Universal 28/2018: apoio a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação do País, em qualquer área do conhecimento.

Em 2018, a Finep contratou 75 projetos, sendo 48 projetos para apoio a empresas por meio da concessão de crédito. Além desse apoio, as empresas também foram apoiadas por 15 projetos de subvenção econômica, selecionados pelo Edital PADIQ, e pelo Programa Centelha, que descentraliza em parceiros estaduais a atuação da Finep na concessão de subvenção para apoio a microempresas e empresas de pequeno porte. Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram os parceiros selecionados em 2018.

A Finep apoiou ainda 12 novos projetos de pesquisa em 2018, por meio de apoio não reembolsável a ICTs, dos quais destacam-se: a avaliação pré-clínica de extratos padronizados de plantas selecionadas pelo Ministério da Saúde, visando o desenvolvimento de fitomedicamentos de interesse do SUS, sistemas ópticos em 1 Tb/s para Internet do futuro (fase 1) e o desenvolvimento de tecnologias para uma plataforma computacional de código aberto e aplicações seguras baseadas em Blockchain para prestação de serviços digitais em IoT (Fase 1).

Quanto aos projetos de pesquisa em ICTs contratados em anos anteriores, deve ser mencionada a CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT 01/2016 – ZIKA, que apoiou 20 projetos pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika.

Em relação às ações de cooperação internacional da Finep em 2018, podem ser destacadas:

Projetos de Inovação Tecnológica entre Empresas do Brasil e da Espanha (CDTI)

Chamada Eureka - Globalstars Brasil 2018: programa de cooperação em pesquisa e inovação entre empresas brasileiras e países membros da rede internacional Eureka

Cooperação entre a Finep e o Conselho Norueguês de Pesquisa (RCN): ação desenvolvida visando apoiar, com financiamento não reembolsável, projetos desenvolvidos de forma colaborativa em ambos os países com ênfase na indústria de petróleo offshore

Consórcio ERA-MIN 2: participação da Finep junto de vinte e quatro outras organizações financiadoras de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de matérias-primas minerais e suas fontes secundárias, com enfoque na economia circular, que sejam desenvolvidos de forma conjunta por empresas e ICTs.

No que se refere ao tema da cooperação empresas-ICTs, o Programa Finep Conecta da Finep, apoia, com crédito em condições mais favoráveis, empresas brasileiras que tenham projetos em parceria com ICTs e que possuam elevado grau de inovação e de geração de externalidades.

Quantidade alcançada

6.001 Projetos/ano

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Iniciativas

- **04TH - Fortalecimento das atividades de cooperação nacional e internacional (regional, bilateral e multilateral) por meio de parcerias estratégicas.**
Individualizada: Não
- **04TI - Ampliação do fomento de projetos em redes de pesquisa.**
Individualizada: Não
- **05XS - Ao final do PPA 2016-2019, 35% dos projetos fomentados sejam oriundos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.**
Individualizada: Não
- **05XT - Promoção do avanço da ciência e da autonomia tecnológica nacional por meio do apoio a projetos de pesquisa de instituições científicas e tecnológicas (ICTs) brasileiras.**
Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2017, a implementação de novas ações da Finep direcionadas para Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) esteve prejudicada, em decorrência, principalmente, de restrições orçamentárias. Com objetivo de não comprometer os resultados esperados, a Finep apoiou projetos selecionados no âmbito das Chamadas Públicas de anos anteriores, alinhados com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI (e.g., infraestrutura de pesquisa, laboratórios multiusuários, projetos na região da Amazônia Legal).

Ainda neste esforço, direcionou recursos para continuidade emergencial das pesquisas em ICTs vinculadas ao próprio MCTIC. Adicionalmente, foram tornados disponíveis recursos para projetos a serem desenvolvidos em ICTs brasileiras em parceria com ICTs estrangeiras, a partir do desdobramento de ações realizadas entre a Finep e organizações congêneres de outros países.

No que concerne a projetos que incentivam a contratação de ICTs para desenvolvimento de atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) para atender necessidades de empresas brasileiras (“integração ICTs-empresas”), foi lançado, em 2017, o Programa Finep Conecta – Programa de apoio à Cooperação ICT-Empresa, com condições especiais no financiamento reembolsável a empresas inovadoras que contem com maior participação de ICTs no projeto a ser implementado, bem como aportados recursos não reembolsáveis para ICTs inseridas nos Planos de Negócios das Empresas selecionadas em Chamadas do “Programa Inova”, realizadas em anos anteriores.

- **06XD - Estimular a implantação de Centros de Tecnologia e Inovação na Região Norte e Nordeste.**
Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Historicamente a Finep tem sido um dos principais atores no fortalecimento do potencial de desenvolvimento tecnológico e no fomento à inovação nas regiões Norte e Nordeste do país.

As ações de apoio à melhoria da infraestrutura das ICTs das referidas regiões são uma constante nas iniciativas realizadas pela Finep ao longo de sua história.

Nos anos de 2016 e 2017 houve realizações de continuidade destas iniciativas, sobretudo no processamento de editais de complementação de recursos para obras e edificações e de apoio à aquisição de equipamentos multiusuários no âmbito do Fundo Setorial de Infraestrutura. Embora estes editais não tenham sido destinados exclusivamente às regiões Norte e Nordeste, a participação e percentual de recomendação de propostas de instituições ali localizadas tem sido significativo, gerando um ambiente de grande potencial para a realização da iniciativa aqui referenciada.

Adicionalmente, uma chamada como a da Amazônia Legal, centrada na região Norte, mas com abrangência total que inclui parte das regiões Nordeste e Centro-Oeste (conforme definição da área estabelecida), representa uma iniciativa

que estimula o planejamento e a realização de ações capazes de impulsionar a consolidação de instituições na região.

Também merece registro o fato de que a Chamada dos Centros Nacionais Multiusuários foi dividida em linhas emergente e consolidada, o que gerou um importante espaço para que Centros bem estruturados, mas com necessidade de ações de consolidação, localizados, no caso, na região Nordeste, pudessem ter o apoio recomendado na linha de emergentes, oferecendo, além da disponibilização de recursos, a chancela de reconhecimento e participação no programa dos Centros Nacionais Multiusuários lançado pela Finep.

Outra iniciativa em execução, mas ainda não concluída na Finep, e que se mostra importante para as duas iniciativas tratadas, é o levantamento de dados para compor o inventário dos principais equipamentos apoiados (grande e médio portes) nas ICTs de todo o país. Uma vez concluído, este inventário deverá constituir ferramenta bastante útil para a melhor utilização e compartilhamento dos recursos existentes, bem como para buscar oferecer condições adequadas para iniciativas de manutenção e renovação do parque de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento existente.

Por fim, na busca de melhorias para ambas as iniciativas avaliadas e do funcionamento do Sistema Nacional de C,T&I, há expectativas depositadas na definição e aprovação do novo Marco Legal de C,T&I, que poderá trazer um cenário de simplificação e agilidade para a realização das futuras ações relacionadas à área.

Financiamentos Extraorçamentários

- Máquinas e Equipamentos - CNPq: Isenção do imposto nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Isenção do imposto para importações autorizadas pelo CNPq.
- Máquinas e Equipamentos - CNPq: Isenção do imposto nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Isenção do imposto para importações autorizadas pelo CNPq.
- Máquinas e Equipamentos - CNPq: Isenção do PIS/Cofins nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica.
- Máquinas e Equipamentos - CNPq: Isenção do PIS/Cofins nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica.
- Pesquisas Científicas: Isenção do AFRMM para bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, conforme disposto em lei.

OBJETIVO: 0403 - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) é responsável por 16 Institutos de Pesquisa (IP), distribuídos por todo o território nacional, que desenvolvem projetos de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação e disponibilizam infraestrutura e serviços nas mais diversas áreas do conhecimento e por 6 Organizações Sociais. A coordenação deste objetivo está sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO .

A contribuição social desses IP se expressa em produtos como os satélites do programa espacial brasileiro; a pesquisa científica produzida sobre a Amazônia; serviços importantes, como a hora legal brasileira; e uma das maiores iniciativas de popularização de ciência do mundo: a Olimpíada Brasileira de Matemática para as Escolas Públicas (OBMEP).

Os Institutos oferecem para a comunidade científica brasileira um conjunto de infraestrutura e laboratórios multiusuários, como a fonte de luz síncrotron do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), o Laboratório de Integração e Testes de Satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), grandes áreas de floresta protegida para pesquisa científica na Amazônia (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e Instituto de Desenvolvimento Sustentável – IDSM-Mamirauá) e equipamentos de última geração, como microscópios eletrônicos,

sequenciadores, dentre outros. Por meio da descentralização de recursos ao CNPq é dado o apoio ao Programa de Capacitação Institucional - PCI

, com o objetivo de apoiar e beneficiar pesquisas multilaterais. Nos últimos anos, os Institutos têm prestado uma significativa contribuição para alavancar a posição do Brasil no cenário científico, tecnológico e de inovação. Foram grandes os avanços em termos de publicações científicas, tecnologias produzidas e serviços disponibilizados para a comunidade científica e para a sociedade. Mas vários desafios ainda se impõem. É necessário ampliar a infraestrutura institucional e a qualidade da produção nos Institutos, bem como elevar o quantitativo de capital humano nas diversas áreas dos Institutos de Pesquisa, atrair pesquisadores jovens para fomentar a sustentabilidade das pesquisas fortalecendo o processo de a pesquisa científica no País.

Neste sentido, destacamos algumas iniciativas de investimentos públicos, a saber: a construção e inauguração (em 2018) de uma nova fonte de luz síncrotron (Sírius) no CNPEM, uma das mais avançadas do mundo, permitirá avanços nas fronteiras do conhecimento em áreas como engenharia, novos materiais, robótica, nanotecnologia, energia e biotecnologia; a integração do maior supercomputador da América do Sul, instalado no Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC, ao Sistema Nacional de Computação de Alto Desempenho – SINAPAD disponibilizará infraestrutura de processamento em grande escala para os Institutos e diversas universidades e instituições científicas; e a ampliação da OBMEP.

Os Institutos vinculados ao MCTIC representam importante elo do governo Federal com a sociedade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, e com o advento do Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Decreto N.º 9.283, e 7 de fevereiro de 2018, há a possibilidade do aumento do aporte de recursos privados em pesquisa, a simplificação para a celebração de convênios para a promoção de pesquisa pública facilitará a internacionalização de Instituições científicas e tecnológicas aumentando a interação com as empresas.

Metas 2016-2019

- **042Y - Disponibilizar para a comunidade científica, empresarial e setor produtivo cinco das 13 linhas de luz da nova fonte de Luz Síncrotron de 4ª Geração.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O Plano Plurianual – PPA 2016-2019 apresenta para a meta 042Y (Disponibilizar para a comunidade científica, empresarial e setor produtivo cinco das 13 linhas de luz da nova fonte de Luz Síncrotron de 4ª Geração) meta de entrega das primeiras cinco linhas de luz do Projeto Sirius até 2019. Destaca-se que, até o momento, grandes marcos do Projeto foram alcançados com sucesso, incluindo a conclusão das obras civis e a entrega do prédio que abriga toda esta infraestrutura de pesquisa e a conclusão da montagem de dois, dentre três aceleradores de elétrons. Os itens citados anteriormente foram apresentados durante a entrega da primeira etapa do Projeto, em 14 de novembro de 2018.

Ressalta-se, ainda, que ao longo dos últimos anos, o volume global de recursos contratados e o fluxo de repasses financeiros impactaram diretamente o cronograma do Projeto, visto que ambos mantiveram-se abaixo das necessidades reais. Neste cenário restritivo, foram priorizadas as atividades e entregas críticas associadas as obras civis e aos aceleradores. A próxima etapa do projeto, com entrega prevista para o segundo semestre de 2019, inclui o início da operação do Sirius e a abertura das primeiras linhas de luz.

Ao final do primeiro semestre de 2018, a obra civil encontrava-se em estágio avançado, com 90% de execução física, com destaque para a finalização da concretagem do piso especial e da blindagem dos aceleradores, o que permitiu a instalação e comissionamento do acelerador linear (LINAC) e início da montagem do booster, com a instalação da infraestrutura elétrica e berços de multipolos. Todos os subsistemas de infraestrutura do prédio encontram-se em estágio avançado de execução. Também cabe destaque neste semestre a produção de componentes para o anel de

armazenamento e linhas de luz, neste último item marcado pelo início da instalação dos front-ends e cabanas. Outro importante avanço refere-se aos componentes óticos para raios-X, os monocromadores estão em fase final de construção e todos os espelhos em processo de fabricação. Por fim, destaca-se os testes finais do protótipo de detector de raios-X.

2º Semestre de 2018

O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), que opera a única fonte de luz Síncrotron da América Latina, está construindo Sirius, o novo acelerador brasileiro, de quarta geração, para análise de materiais, orgânicos e inorgânicos, possibilitando a ampliação do conhecimento sobre átomos e moléculas e desenvolvendo pesquisas que hoje são realizadas em poucos países. Pode ser considerado um dos mais avançados projetos da ciência brasileira. Atualmente, registra-se mais de 96% de execução de suas obras civis. O acelerador de partículas Sirius será um dos dois do mundo em sua categoria e a inauguração de sua primeira fase ocorreu em 14 de novembro, incluindo entre suas principais entregas o acelerador linear (LINAC) em operação junto da linha de que transporta o feixe até o booster comissionados, assim como toda a montagem completa do booster (acelerador injetor) que terá início do comissionamento em início de janeiro. O desenvolvimento e acompanhamento do Projeto Sirius está dividido em três principais componentes: Aceleradores, Linhas de Luz e Obras Civis. Durante os meses de novembro e dezembro deste anos, destacam-se o transporte do feixe de elétrons até o booster, a montagem de cerca de 80% dos berços com magnetos do acelerador principal, a energização definitiva dos componentes dos aceleradores, assim como o início do comissionamento do sistema hidráulica e automação do prédio do Sirius, que engloba água de resfriamento de processo e ar condicionado. A montagem das primeiras cabanas das linhas de luz seguem conforme planejamento, assim como as instalações de infraestrutura predial das linhas longas.

Quantidade alcançada

0 Linhas de luz

Data de Referência

30/06/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	0	07/01/2019

- **00WJ - Elevar de 61 para 179 o número anual de tecnologias desenvolvidas e aprovadas para transferência de tecnologia nas Unidades de Pesquisa do MCTI.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o PPA é de 179 tecnologias desenvolvidas e aprovadas anualmente para transferência de Tecnologia nas Unidades de Pesquisa do MCTIC.

Em 2018 o número de tecnologias desenvolvidas e aprovadas para transferência de tecnologia nas Unidades de Pesquisa – UP vinculadas ao MCTIC foi igual a 56. No monitoramento passado, houve a sinalização de que há a necessidade de reduzir o valor numérico da meta em referência. Registra-se que esta Diretoria apontou para erro no

dimensionamento da meta, que se comparada a anos anteriores, é demasiadamente elevada, correspondendo inclusive a soma das tecnologias desenvolvidas em exercícios anteriores. Ressaltamos que a linha de base estabelecida anteriormente para a meta era de 61 Tecnologias/ano.

Além disso, a necessidade de se reduzir o valor numérico da meta justifica-se pelo atual cenário econômico em que o País tem se encontrado nos últimos anos e pelas restrições orçamentárias impostas por ele, pela necessidade de aumento de capital humano a ser alocado nos Institutos de Pesquisa, dentre outros fatores que influenciam diretamente a execução das atividades e o atingimento das metas previstas por eles.

Também contribui para número apurado, a impossibilidade de se cumprir alguns requisitos legais prévios aos depósitos – com nos foi relatado pelo INPA – e, ainda, em virtude dos critérios utilizados para depositar as patentes que vão além dos critérios de patenteabilidade (novidade, atividade inventiva e aplicação industrial) previstos na Lei da Propriedade Industrial.

Quantidade alcançada

56 Tecnologias/ano

Data de Referência

23/08/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

- **0430 - Expandir o Laboratório de Integração e Testes (LIT) com um prédio para as Câmeras até 2019, para viabilizar parcialmente a montagem, integração e testes de satélites de grande porte.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A Meta do PPA visa viabilizar a ampliação da capacidade do LIT para montar, integrar e testar satélites de até seis toneladas e sete metros de dimensão máxima como, por exemplo, os satélites do programa SGDC, e o uso do LIT para apoiar PD&I na indústria em geral. Atualmente o LIT é capaz de montar, integrar e testar satélites de até duas toneladas e quatro metros de dimensão máxima. O Laboratório atende também a necessidades de qualificação de produtos das indústrias automobilística, de telecomunicações, de informática, de eletro-médica e aeroespacial.

O projeto foi proposto em 2012 atendendo as determinações da ENCTI 2012 – 2015. O valor solicitado na época ao MCTIC foi de M\$R185, tendo sido aprovado em 2013 um termo de referência no valor de MR\$170. No final de 2013 foi assinado o convênio FINEP/INPE/FUNCATE nº. 01.13.0355.00, no valor de R\$ 45.000.000,00, com a expectativa da liberação posterior do restante dos recursos. Como os recursos do convênio não são suficientes para todo o projeto de expansão, optou-se por realizar o projeto completo das novas instalações e priorizar a construção do prédio das câmaras.

Este convênio teve uma duração inicial até 11 de junho de 2016, tendo sido prorrogado até 11 de dezembro de 2019. O valor liberado pela FINEP até outubro de 2016 foi de R\$ 7.724.483,53. Este valor permitiu as contratações dos projetos básico e executivo dos prédios da Integração, das Câmaras e da expansão infraestrutura, bem como de consultorias internacionais junto às empresas TAS e Airbus, de empresas nacionais especializadas em sondagem do solo, topografia, de consultorias em fundações e estruturas e da equipe do projeto.

Em dezembro de 2016, a FINEP liberou R\$ 9.243.042,73. Esses recursos foram utilizados para o remanejamento da alimentação elétrica do prédio atual, liberando a área de construção do prédio das Câmaras. Esses recursos também permitiram que a FUNCATE autorizasse a realização da licitação da obra civil. O processo licitatório foi concluído em

novembro de 2017 no valor de R\$ 25.960.849,32. Mediante esse comprometimento de recursos, foi solicitada à FINEP a liberação do saldo remanescente do convênio, no valor aproximado de R\$ 28 milhões. Essa liberação ocorreu em 27 de dezembro de 2017.

A obra civil do prédio das câmaras foi planejada em três fases. A fase 1 inclui as escavações, fundações e parte da superestrutura. Esta fase teve início em 18 de dezembro de 2017 e foi concluída em 30 de junho de 2018, correspondendo a execução de 4,9% do total revisto para a Meta.

A fase 2 foi realizada no segundo semestre de 2018, quando foram executadas as estruturas de concreto incluindo pilares, vigas e lajes de concreto. Execução de alvenaria interna e externa incluindo instalações embutidas complementares (águas pluviais, esgoto, água potável, elétrica, etc.). Até 30 de novembro de 2018, o valor gasto na realização da Meta foi de R\$ 27.203.718,71, correspondendo a 7% do total.

A fase 3 iniciará em janeiro de 2019 e tem o término previsto para julho de 2019 com a instalação das estruturas metálicas de cobertura e internas, finalização parcial dos acabamentos e revestimentos e finalização dos serviços civis. No início de 2019 serão realizados também os processos licitatórios relativos à aquisição e instalação dos forros metálicos do prédio e também de parte das instalações elétricas e hidráulicas, estes contratos tem previsão de término até o final de 2019. Em julho 2019, no final da fase 3 da obra civil, a previsão de realização da Meta é de cerca de 10% correspondendo a cerca de R\$ 38.000.000,00 e em dezembro de 2019 a realização da Meta deverá atingir 11,5%, correspondendo aos R\$ 45.000.000,00 do convênio atual.

Acrescenta-se que a liberação dos recursos do convênio atual apenas no final de 2017, compromete a capacidade de execução da Meta 0430 no período. A conclusão da construção do prédio das câmaras necessita de recursos adicionais no montante aproximado de R\$ 25.000.000,00. Este valor se refere à complementação de acabamentos e das instalações elétricas e hidráulicas e a contratação dos sistemas de ar condicionado e de supervisão. A não liberação de recursos adicionais necessários aos R\$ 45.000.000,00 do convênio atual, no período 2016/2018, inviabilizou a conclusão da Meta em 2019.

O valor necessário atualizado para a realização total desta meta é estimado em cerca de R\$ 389 milhões. Esta atualização refere-se a: variação da cotação do dólar no período dez/2012 a dez/2018 (R\$2,045 para R\$3,88); inflação no período dez/2012 a dez/2018; e estimações mais precisas dos custos de construção e de aquisição após a conclusão dos projetos executivos das obras e das definições dos meios de testes.

Acrescenta-se ainda que para atender ao objetivo de realizar a integração e testes parciais do satélite SGDC2 no LIT são necessárias, no mínimo, a conclusão das obras e instalações do prédio das câmaras e a aquisição e instalação dos meios de testes desse prédio, antes de 2022.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	%	0	25/01/2019

- **042Z - Promover a difusão de conhecimento científico através da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP elevando o número de estudantes participantes de 18 milhões/ano para 24 milhões/ano.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

2018

Disseminação da Matemática

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) é uma atividade realizada pelo IMPA, voltada para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e aos alunos do Ensino Médio. Promovida com recursos do MEC e do MCTIC e apoiada pela Sociedade Brasileira de Matemática, a OBMEP foi criada em 2005 com o objetivo de estimular o estudo da matemática nas escolas públicas e de identificar talentos. A primeira edição da OBMEP envolveu 10,5 milhões de alunos de 31 mil escolas, localizadas em 93,5% dos municípios brasileiros.

A OBMEP é uma atividade que já se solidificou nos meios educacionais, por sua qualidade, seja na forma de provas interessantes e desafiadoras, seja pelos demais programas que promove, como os de Iniciação Científica e a formação de professores, dentre outros.

Além da Olimpíada, a OBMEP disponibiliza em sua página material didático de qualidade, com o objetivo de estimular e contribuir com a educação básica do país. São apostilas, bancos de questões, soluções das provas das edições anteriores, assim como vídeo-aulas de matemática que cobrem o currículo do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. O número de acessos (login) ao portal da matemática localizado em: matemática.obmep.org.br foi de 398 no primeiro semestre de 2018.

A abrangência e capilaridade nacional do projeto são evidentes, na medida em que alcança quase a totalidade dos municípios brasileiros, 99%. Na presente edição, foram inscritos mais de 18 milhões de alunos provenientes de 5.545 municípios diferentes no Brasil. Esse alcance reflete na vida escolar de pequenos municípios, estimulando o desenvolvimento do estudo da matemática conforme já demonstrado em estudos feitos sobre a OBMEP, disponíveis na página <http://www.obmep.org.br/estudos.htm>

2º Semestre

Foram inscritos na OBMEP 2018 18.237.996 alunos matriculados em 54.498 escolas do Brasil, distribuídas em 5.539 municípios. Isso significa que a OBMEP 2018 alcançou 99,46% dos municípios brasileiros.

Demais informações podem ser encontradas no relatório detalhado da OBMEP 2018 disponível no link abaixo:

<https://cubo.impa.br/index.php/s/KgIv7KJA8T87wLt>

Senha: ImP@obmep2018

Cumprir informar que os indicadores do Relatório de Gestão apontam 17 milhões de inscritos na OBMEP para 2018. Os dados informados eram estimativas que não foram formalizadas visto que a OBMEP estendeu sua participação apenas em formato de projeto piloto ao 1º Segmento do Ensino Fundamental (4o e 5o anos).

Quantidade alcançada

18,23 milhões de alunos/ano

Data de Referência

30/06/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Iniciativas

- **0170 - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração.**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Ao final do primeiro semestre de 2018, a obra civil encontrava-se em estágio avançado, com 90% de execução física, com destaque para a finalização da concretagem do piso especial e da blindagem dos aceleradores, o que permitiu a instalação e comissionamento do acelerador linear (LINAC) e início da montagem do booster, com a instalação da infraestrutura elétrica e berços de multipolos. Todos os subsistemas de infraestrutura do prédio encontram-se em estágio avançado de execução. Também cabe destaque neste semestre a produção de componentes para o anel de armazenamento e linhas de luz, neste último item marcado pelo início da instalação dos front-ends e cabanas. Outro importante avanço refere-se aos componentes óticos para raios-X, os monocromadores estão em fase final de construção e todos os espelhos em processo de fabricação. Por fim, destaca-se os testes finais do protótipo de detector de raios-X.

2º Semestre

O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), que opera a única fonte de luz Síncrotron da América Latina, está construindo Sirius, o novo acelerador brasileiro, de quarta geração, para análise de materiais, orgânicos e inorgânicos, possibilitando a ampliação do conhecimento sobre átomos e moléculas e desenvolvendo pesquisas que hoje são realizadas em poucos países. Pode ser considerado um dos mais avançados projetos da ciência brasileira. Atualmente, registra-se mais de 96% de execução de suas obras civis. O acelerador de partículas Sirius será um dos dois do mundo em sua categoria e a inauguração de sua primeira fase ocorreu em 14 de novembro, incluindo entre suas principais entregas o acelerador linear (LINAC) em operação junto da linha de que transporta o feixe até o booster comissionados, assim como toda a montagem completa do booster (acelerador injetor) que terá início do comissionamento em início de janeiro. O desenvolvimento e acompanhamento do Projeto Sirius está dividido em três principais componentes: Aceleradores, Linhas de Luz e Obras Civis. Durante os meses de novembro e dezembro deste anos, destacam-se o transporte do feixe de elétrons até o booster, a montagem de cerca de 80% dos berços com magnetos do acelerador principal, a energização definitiva dos componentes dos aceleradores, assim como o início do comissionamento do sistema hidráulica e automação do prédio do Sirius, que engloba água de resfriamento de processo e ar condicionado. A montagem das primeiras cabanas das linhas de luz seguem conforme planejamento, assim como as instalações de infraestrutura predial das linhas longas.

- **04Q6 - Disponibilização para comunidade científica de sistema de computação de alto desempenho no Sistema Nacional de Computação de Alto Desempenho/SINAPAD.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Tendo em vista a fusão do MCTI com o MC, com a reestruturação da área responsável, a iniciativa será objeto de reestudo no âmbito da DPO.

- **04Q7 - Elevação do número de projetos de instrumentação científica desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCTI em cooperação com organizações nacionais e internacionais.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Tendo em vista a fusão do MCTI com o MC, com a reestruturação da área responsável, a iniciativa será objeto de reestudo no âmbito da DPO.

- **04Q8 - Expansão do acesso à comunidade científica brasileira nos laboratórios dos Institutos de Pesquisa do MCTI, permitindo a realização de pesquisa científica de vanguarda a nível mundial nas diversas áreas do conhecimento.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Tendo em vista a fusão do MCTI com o MC, com a reestruturação da área responsável, a iniciativa será objeto de reestudo no âmbito da DPO.

- **04Q9 - Aquisição de um supercomputador para aplicações em meteorologia, climatologia, desastres naturais, observação da terra e ciência do sistema terrestre.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Tendo em vista a fusão do MCTI com o MC, com a reestruturação da área responsável, a iniciativa será objeto de reestudo no âmbito da DPO.

- **05ZK - Elevação do número de artigos científicos indexados no SCI (Science Citation Index) ou Qualis (igual ou superior a B2) publicados por pesquisadores nos Institutos de Pesquisa do MCTI (Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais).**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Tendo em vista a fusão do MCTI com o MC, com a reestruturação da área responsável, a iniciativa será objeto de reestudo no âmbito da DPO.

- **04HF - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS.**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

No primeiro semestre de 2018, foram concluídas as obras de expansão do prédio que abriga os laboratórios de microscopia eletrônica. Com isso, o LNNano passa a contar com uma ampla área para acomodar as novas instalações do Laboratório de Microscopia Eletrônica, incluindo os equipamentos dedicados à criomicroscopia eletrônica.

Neste ano, deu-se início ao processo de aquisição de um novo criomicroscópio eletrônico, Titan Krios G3i (Thermo Fischer Scientific), com previsão de instalação no segundo semestre e comissionamento programado para 2019. Este microscópio representa o estado da arte na área de criomicroscopia eletrônica e estará equipado com acessórios que possibilitarão experimentos e estudos avançados na área. Além disso, foi comissionado o microscópio Talos Arctica G2 (Thermo Fischer Scientific), que passará a operar no segundo semestre.

Cabe ressaltar, que as ações realizadas pelo LNNano no âmbito do projeto de expansão de suas instalações foram viabilizadas pela reprogramação do saldo financeiro de 2017 e que a aquisição do equipamento Titan Krios também contou com recursos da FAPESP no âmbito do Programa Equipamentos Multiusuários (EMU).

2ª Semestre

O Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano), parte do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), é o laboratório de referência do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias SisNANO/MCTIC. O LNNano atua como laboratório aberto à comunidade científica brasileira e internacional, atendendo anualmente mais de 600 pesquisadores do Brasil e exterior. Além disso, é reconhecido por sua forte pesquisa interna relacionada a descobertas e aplicação de nanomateriais e materiais avançados. Destaca-se também as atividades de apoio à inovação desenvolvidas por este Laboratório que é parte integrante da rede SIBRATEC-Nano e agrega projetos associados a Embrapii. Tais condições intensificam sua capacidade de apoiar projetos de inovação em parceria com indústrias nacionais nos mais variados setores de aplicação (química, metalúrgica, petróleo e gás, farmacêutica, entre outras). No que se refere a infraestrutura laboratorial, o LNNano está equipado com um moderno parque de equipamentos dedicado a microfabricação e suas instalações para microscopia eletrônica representam competências únicas na América Latina. Destaca-se no ano de 2018, a inauguração de um novo laboratório de microscopia que conta atualmente com três avançados microscópios eletrônicos de criomicroscopia dedicados ao estudo da matéria mole e biologia estrutural. Em breve, o LNNano também contará com equipamentos de litografia de íons e elétrons e sala limpa dedicada a

nanofabricação de dispositivos.

- **04QP - Desenvolvimento tecnológico de processos para a indústria mineral.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Tendo em vista a fusão do MCTI com o MC, com a reestruturação da área responsável, a iniciativa será objeto de reestudo no âmbito da DPO.

- **06JU - Participação em novos cabos submarinos entre o Brasil e demais continentes provendo alta capacidade, escalável e segura para a comunidade científica e educacional brasileira.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Tendo em vista a fusão do MCTI com o MC, com a reestruturação da área responsável, a iniciativa será objeto de reestudo no âmbito da DPO.

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O Objetivo 0486 tem por finalidade a promoção do setor de TICs. As políticas públicas do MCTIC para o setor de TIC têm entre seus objetivos: integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação, conteúdos e suas aplicações, visando a universalização do acesso e a inclusão de todos os indivíduos na sociedade da informação, além de estimular a cooperação universidade-empresa e a geração de empregos qualificados. O setor de

TIC abrange os segmentos de semicondutores e componentes, software e serviços de tecnologia da informação, equipamentos de processamento digital de informações, tecnologias de redes de comunicação e conteúdos digitais. Neste sentido, esse objetivo visa promover a formação e capacitação de recursos humanos para atuar em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em tecnologias

digitais avançadas, fortalecer a infraestrutura laboratorial de suporte a essas atividades e fomentar projetos de P&D que envolvam estratégias de alto impacto. O objetivo 0486 avançou na promoção de projetos de apoio a P&D em temas tecnológicos emergentes como IoT, computação em nuvem, 5G e suas aplicações em temas transversais como saúde, segurança entre outros, a continuação no apoio a

startups e à capacitação de recursos humanos, e a formação e capacitação de recursos humanos para atuar em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em tecnologias digitais avançadas, e na atração de jovens para a carreira de TI, a exemplo da plataforma Brasil Mais TI, com incorporação de mais 42.140 novos estudantes em 2017.

Em 2018, estão beneficiadas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS vinte empresas com empreendimentos de projeto e desenvolvimento (design), processamento de lâminas ou foundries, e de corte, encapsulamento e testes (packaging ou back-end)

de memórias voláteis e não-voláteis e também a produção de painéis solares e de semicondutores orgânicos impressos. Para manter e atrair novos investimentos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e também empreendimentos produtivos, foram elaborados estudos visando aperfeiçoar o Programa PADIS. Neste sentido, buscar-se-á aumentar as atividades de formação e capacitação de recursos humanos, ampliar a infraestrutura laboratorial de desenvolvimento e suporte às atividades de

P&D&I e a oferta de novos componentes e dispositivos semicondutores e optoeletrônicos desenvolvidos e fabricados no País para os mercados interno e externo.

Em 2017 foram selecionados 50 projetos de empresas nascentes de tecnologias Digitais por meio de edital do CNPq, no âmbito do Programa Start-Up Brasil, com um montante de investimento previsto de R\$ 10 milhões a serem aplicados em um período de até 18 meses. No primeiro semestre de 2018, 46 projetos cumpriram os requisitos de contratação previstos no edital e foram efetivamente contratados.

Neste mesmo Programa foi concluída a celebração de termo de parceria com instituição que será a responsável por realizar a gestão operacional do Programa para os anos de 2018 e 2019. Foram também firmados novos projetos internacionais de P&D em TICs, e firmado novo PPI visando integrar indústria e academia no desenvolvimento de tecnologias digitais emergentes.

Metas 2016-2019

- **0434 - Ampliar de 9 para 25 o número de empreendimentos para a fabricação de componentes e dispositivos eletrônicos avançados.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Em Junho/2018 o PADIS contava com 22 empresas com projetos aprovados e mais 1 projetos em análise pela equipe técnica da SEPOD/MCTIC e do MDIC.

Quantidade alcançada

22 empreendimentos

Data de Referência

30/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

- **0431 - Apoiar 4 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas de tecnologias digitais, incluindo projetos no segmento de segurança cibernética, internet das coisas, big data e computação em nuvem.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O Objetivo 0486 tem por finalidade a promoção do setor de TICs. As políticas públicas do MCTIC para o setor de TIC têm entre seus objetivos: integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação, conteúdos e suas aplicações, visando a universalização do acesso e a inclusão de todos os indivíduos na sociedade da informação, além de estimular a cooperação universidade-empresa e a geração de empregos qualificados. O setor de

TIC abrange os segmentos de semicondutores e componentes, software e serviços de tecnologia da informação, equipamentos de processamento digital de informações, tecnologias de redes de comunicação e conteúdos digitais. Neste sentido, esse objetivo visa promover a formação e capacitação de recursos humanos para atuar em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em tecnologias

digitais avançadas, fortalecer a infraestrutura laboratorial de suporte a essas atividades e fomentar projetos de P&D que envolvam estratégias de alto impacto. O objetivo 0486 avançou na promoção de projetos de apoio a P&D em temas tecnológicos emergentes como IoT, computação em nuvem, 5G e suas aplicações em temas transversais como saúde, segurança entre outros, a continuação no apoio a

startups e à capacitação de recursos humanos, e a formação e capacitação de recursos humanos para atuar em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em tecnologias digitais avançadas, e na atração de jovens para a carreira de TI, a exemplo da plataforma Brasil Mais TI, com incorporação de mais 42.140 novos estudantes em 2017.

Em 2018, estão beneficiadas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de

Semicondutores – PADIS vinte empresas com empreendimentos de projeto e desenvolvimento (design), processamento de lâminas ou foundries, e de corte, encapsulamento e testes (packaging ou back-end) de memórias voláteis e não-voláteis e também a produção de painéis solares e de semicondutores orgânicos impressos. Para manter e atrair novos investimentos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e também empreendimentos produtivos, foram elaborados estudos visando aperfeiçoar o Programa PADIS. Neste sentido, buscar-se-á aumentar as atividades de formação e capacitação de recursos humanos, ampliar a infraestrutura laboratorial de desenvolvimento e suporte às atividades de P&D&I e a oferta de novos componentes e dispositivos semicondutores e optoeletrônicos desenvolvidos e fabricados no País para os mercados interno e externo.

Em 2017 foram selecionados 50 projetos de empresas nascentes de tecnologias Digitais por meio de edital do CNPq, no âmbito do Programa Start-Up Brasil, com um montante de investimento previsto de R\$ 10 milhões a serem aplicados em um período de até 18 meses. No primeiro semestre de 2018, 46 projetos cumpriram os requisitos de contratação previstos no edital e foram efetivamente contratados.

Neste mesmo Programa foi concluída a celebração de termo de parceria com instituição que será a responsável por realizar a gestão operacional do Programa para os anos de 2018 e 2019. Foram também firmados novos projetos internacionais de P&D em TICs, e firmado novo PPI visando integrar indústria e academia no desenvolvimento de tecnologias digitais emergentes.

Quantidade alcançada

11 Projetos apoiados

Data de Referência

30/12/2018

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

• **0432 - Apoiar projetos de 300 empresas nascentes de tecnologias digitais.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O apoio aos projetos é realizado através do “Projeto Start-Up Brasil”, Programa Nacional de Aceleração de Startups, uma iniciativa do governo federal, criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTIC), em parceria com aceleradoras, para apoiar as empresas nascentes de base tecnológica, startups. As startups cumprem com a função de continuamente revitalizar o mercado, mas precisam de um ambiente propício para que se desenvolvam e tenham sucesso. A figura da aceleradora surge nesse contexto como um agente fortemente orientado ao mercado, geralmente de origem privada e com capacidade de investimento financeiro, que tem a função de direcionar e potencializar o desenvolvimento das startups.

No ano de 2017 o Programa retomou o apoio a Projetos de P&D que ficou paralisado nos anos de 2015 e 2016 por falta de recursos. Um edital do CNPq foi lançado em agosto de 2017 com R\$ 10 milhões do orçamento do MCTIC. O último balanço geral do Programa, feito em julho de 2016, apontava para investimentos privados na ordem de R\$110,8 milhões e R\$35 milhões de investimentos em P&D realizados pelo governo. Desde então, nenhum monitoramento foi realizado dado o encerramento

da parceria do MCTIC com a entidade gestora operacional do Programa em meados de 2016. Em 2017, recursos adicionais (R\$2 milhões), advindos do orçamento do MCTIC, foram destinados a chamada pública que selecionou nova entidade que realizará a gestão operacional do Programa entre 2018 e 2019. A meta alcançada em 2017 foi de 50 e em 2016 40 sendo, portanto 90 o número projetos apoiados, acumulado de 2016+2017. Em 2018 não houve nova Chamada do Programa Start-Up Brasil.

Uma iniciativa complementar ao Programa Start-Up Brasil está sendo trabalhada, sendo uma proposta conjunta entre ABDI e MCTIC, visando alavancar recursos trabalhar empreendedores em fases iniciais de ideias até chegarem a montagem da startup com um produto validado junto a potenciais clientes. A iniciativa está sendo chamada de Conexão Start-Up Brasil. Em 2018 foi feito um TED de R\$ 5.250.000,00

para a nova iniciativa.

Quantidade alcançada

90 Empresas apoiadas

Data de Referência

30/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

- **0433 - Capacitar com êxito, por meio de ensino à distância pela plataforma Brasil Mais TI, 100 mil novos alunos para a carreira de tecnologia da informação.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O Brasil Mais TI é um programa de capacitação EAD focado em jovens entre 15 e 30 anos de todos os níveis (ensino médio, graduação, técnico, pós-graduação, etc). Os recursos destinados ao Programa em 2017 foram de R\$ 2,15 milhões (2017 e 2018). A plataforma do Brasil Mais TI ficou fora do ar por um período aproximado de 2 meses (abril e maio), por problemas na chamada pública de seleção de organização gestora do Programa.

O monitoramento das atividades do Programa indica mais de 353 mil inscritos na plataforma. Desses, 40.240 concluíram ao menos um curso. Como é comum em cursos gratuitos de EAD, a taxa de conclusão por alunos cadastrados é baixa. Apenas os alunos que concluíram ao menos um curso, são contabilizados para o atingimento da meta. Do total de alunos inscritos no Programa, 26% ou mais tinham nível superior completo, 43% tinham nível superior em andamento, 3% possuíam nível técnico, e 23% tinham nível médio, com 4% apenas o ensino fundamental. A região com maior número de cadastros foi o Sudeste (39,1%), seguida da região Norte (28,5%), Nordeste (15%), Sul (9,7%) e Centro-Oeste (7,7%). Individualmente, o estado com maior número de cadastro foi São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal. Apesar do esforço que vem sendo feito para atrair uma maior diversidade de perfis para carreiras em TICs, 80% dos cadastros se identificam como sendo do gênero masculino, proporção que vem reduzindo. Tendo em vista o surgimento de iniciativas privadas gratuitas com conteúdo mais novos e de qualidade, e o cenário de restrição orçamentária, o Programa foi descontinuado em 2018.

Quantidade alcançada

40.240 Alunos capacitados

Data de Referência

30/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Iniciativas

- **04QA - Estímulo à cooperação científica entre empresas e centros de pesquisas com base na formação de redes e cooperação internacional.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Esta atividade resultou na criação de um Programa de PPI focado em parcerias entre academia/institutos de pesquisa e empresas. Da mesma forma, uma aproximação do meio empresarial foi realizada no âmbito das ações de P,D&I tocados pela RNP no âmbito do PPI. A aproximação ocorreu por meio do convite a parceiros privados para assistirem as apresentações de resultados dos projetos objeto de apoio em cooperações internacionais BRA-EU.

• **04QB - Estruturação do projeto piloto em cibersegurança.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Para essa iniciativa, reuniões e encontros foram realizados, com o objetivo de sondar potenciais parceiros para um eventual projeto piloto. Da mesma forma, foram realizados exercícios de planejamento não estruturado no âmbito do DECOD, no sentido de definir alguns objetivos e estratégias de viabilização de meios para a consecução do almejado Projeto Piloto. A falta de previsão de recursos orçamentários (Seed Project Money) para início do projeto dificulta as negociações de estruturação do Projeto. Essa iniciativa está sem andamento dado ao quadro extremo de falta de recursos limita qualquer negociação. A maior parte do trabalho se deu em instâncias regulatórias como o CGSI, comitê onde o trabalho do MCTIC contribuiu para a definição de políticas de segurança cibernética - em particular na publicação do Decreto nº 9.637/2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança da Informação.

• **04QD - Apoio à ampliação ou atualização de infraestrutura de pesquisa e de recursos humanos em centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), incluindo a capacitação e formação de engenheiros e de profissionais e pesquisadores em nível de mestrado e doutorado em tecnologias digitais, especialmente nas áreas de componentes e dispositivos eletrônicos avançados de microeletrônica.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Apoio à ampliação ou atualização de infraestrutura de pesquisa e de recursos humanos em centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), incluindo a capacitação e formação de engenheiros e de profissionais e pesquisadores em nível de mestrado e doutorado em tecnologias digitais, especialmente nas áreas de componentes e dispositivos eletrônicos avançados de microeletrônica.

Articulação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas de tecnologias digitais com empresas e centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), especialmente na área de segurança cibernética.

• **04QE - Revisão e fortalecimento de políticas e regimes de benefícios e incentivos fiscais para o setor de tecnologias digitais.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Reestruturação e recomposição das fontes de fomento às atividades de ciência, tecnologia e inovação; ampliação das parcerias governamentais e privadas, nacionais e internacionais) entre empresas, instituições de pesquisa científica, agências de fomento e agentes financeiros para absorção das melhores práticas em ciência, tecnologia e inovação e elevação de investimentos; o aperfeiçoamento do marco regulatório para utilização do poder de compra do Estado; e a implementação de projetos estruturantes de ciência, tecnologia e inovação, baseados em parcerias público-privadas, focados na resolução de problemas concretos para o desenvolvimento do País.

• **04QG - Apoio à internacionalização de empresas com grande potencial de ofertar inovação em tecnologias digitais.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Esta política vem sendo exercida por meio da Softex, OSCIP que recebe recursos da SEPOD para manter suas atividades, entre elas a internacionalização de empresas do setor de TICs (Projeto Setorial TI/APEX). O Mercado brasileiro de TI em 2017 foi de USD 38,5 bilhões, o 9º maior do mundo. As exportações chegaram a R\$ 1,1 bilhão, sendo que as 300 empresas apoiadas pela Softex representaram 45% desse total. Até julho de 2018 não se dispõe de dados da SOFTEX sobre exportação das empresas

que participam do Projeto Setorial. Uma novidade nesse tema é a atividade denominada International Way (IWay) focada na apoio à startups que tenham potencial de participar de iniciativas de internacionalização. É uma iniciativa

recente e os números de uma das atividades prevista, a de missão para o congresso GSMA conta com 71 empresas inscritas até 28/08/2018.

- **04QH - Articulação de iniciativas e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas de tecnologias digitais com empresas e centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), com atenção especial à economia baseada em dados, internet das coisas, digitalização da produção, novos modelos de negócio, governo digital e demais temas que impactam na transformação digital da economia.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Para esta iniciativa houve um foco na área de governo digital e transformação digital. Está sendo realizada a indução do uso de recursos públicos advindo de emenda parlamentar de comissão e destinadas a apoio a iniciativas de governo eletrônico. Para isso, os recursos estão sendo aplicados a transformação de bases de dados não estruturadas em bases estruturadas e que aplicações advindas de startups, ou outras fontes geradoras de aplicações, possam gerar conteúdos e informações de interesse

do cidadão. O objetivo da indução é canalizar o uso desses recursos públicos para o desenvolvimento e teste de soluções de interesse dos cidadãos, ao mesmo tempo gerem modelos de negócios autossustentáveis. Para tanto, as soluções tecnológicas devem ser de baixo custo, confiáveis, atuais e ofertadas, possivelmente por startups. O resultado deve ser a oferta de soluções ao cidadão que sejam além de adequados (de qualidade), perenes (com negócios sustentáveis) e preferencialmente gratuitas

ou, senão, de extremo baixo custo.

Ademais, como consequência da Lei nº 13.674, de 2018, foi editado regulamento que permite a aplicação de recursos incentivados da Lei de Informática em empresas de base tecnológica por meio de Fundos de Investimento em Participações CVM, o que no futuro deve ocorrer também para Programas Governamentais.

Financiamentos Extraorçamentários

- Financiamento a produção de software, de componentes e de equipamentos TICs (tecnologias da informação e comunicação) produzidos no país
- Informática e Automação: As empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação farão jus aos benefícios de isenção/redução do imposto: de 80% até 2024; 75% até 2026; 70% até 2029. Para os bens de informática e automação produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudene - isenção/redução do imposto: de 95% até 2024; 90% até 2026; 85% até 2029. Para microcomputadores portáteis - isenção/redução do imposto: de 95% até 2024; 90% até 2026; 70% até 2029. Para microcomputadores portáteis produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudene - isenção/redução do imposto: isenção até 2024; 95% até 2026; 85% 2029. Para os bens de informática e automação desenvolvidos no país - isenção/redução do imposto: de 100% até 2024; 95% até 2026; 90% 2029. Para os bens de informática e automação desenvolvidos no país e produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudene - isenção/redução do imposto: isenção até 2024; 95% até 2026; 85% 2029.
- PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores : Redução a zero da alíquota da CIDE-Tecnologia nas remessas ao exterior para pagamento de patentes ou uso de marcas e fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS.
- PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores : Redução a zero da alíquota do II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para incorporação no ativo imobilizado.
- PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores : Redução a zero das alíquotas do IPI na importação ou compra no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos para incorporação ao ativo imobilizado, softwares e insumos. Redução a zero das alíquotas do IPI nas vendas dos dispositivos efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS.
- PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores : Redução a zero das alíquotas do IPI-vinculado, incidente na importação efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIS, de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.
- PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores : Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PADIS.
- PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores : Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos,

instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PADIS.

- PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores : Redução em 100% das alíquotas do IR e adicional incidentes sobre o lucro da exploração, nas vendas dos dispositivos efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS.
- PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital : Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PATVD.
- PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital : Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PATVD.

OBJETIVO: 0497 - Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo visa o investimento contínuo em formação, capacitação, atualização e fixação de recursos humanos capazes de responder aos desafios intrínsecos à construção de uma nação social e economicamente desenvolvida. Ele é perseguido a partir da concessão, por parte do CNPq, de um variado portfólio de bolsas, no país e no exterior, incluindo Bolsas de Estímulo à Pesquisa, Internacionalização, Formação e Qualificação de Pesquisadores, Iniciação à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

A execução do conjunto das metas relacionadas a esse objetivo apresenta, ao longo dos anos, resultados significativos, não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos em C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à P&D e redirecionamento de focos de atuação.

No entanto, é importante salientar que nos últimos anos os quantitativos de bolsas-ano não aumentaram apesar de toda a pressão continuada de demanda advinda da sociedade acadêmica, uma vez que o governo atuou na abertura de novas vagas, tanto para discentes quanto para docentes em nossas universidades. No caso de algumas modalidades específicas pode-se observar queda no número de bolsas-ano concedidas ao longo dos últimos anos.

No que se refere ao desempenho do Objetivo por meio da execução das metas relacionadas, observou-se acréscimos nas bolsas de produtividade em pesquisa, de mobilidade internacional e de iniciação científica, contrapondo ao ligeiro decréscimo na modalidade de mestrado e doutorado.

Algumas ações/resultados/práticas provenientes do esforço continuado de atuação na busca do cumprimento desse objetivo são destacadas abaixo:

a) Concessão de bolsas do fomento tecnológico do CNPq a projetos conduzidos por pesquisadores da Embrapa nas temáticas de desenvolvimento e produção de enzimas e leveduras para produção de etanol a partir da biomassa da cana, desenvolvimento de ferramentas biotecnológicas para aumento de biomassa e produção de etanol de segunda geração, serviço ambiental de polinização em sistemas de produção de soja, dentre outras.

b) Apoio a projetos de pesquisa interdisciplinares que envolvem a formação de recursos humanos em manejo, uso

sustentável e conservação da biodiversidade, e à proteção do patrimônio cultural e dos recursos naturais em Unidades de Conservação federais e seu entorno, nos Biomas Caatinga e Mata Atlântica. O objetivo é fortalecer a inserção das Unidades de Conservação no desenvolvimento regional;

c) Trabalho de prospecção visando a indicar áreas prioritárias para a formação de recursos humanos em Biotecnologia e Recursos Genéticos e assim subsidiar o CNPq na formulação de ações estratégicas para o setor no biênio 2018/2019;

d) Implantar o "Ciclo de Palestras sobre CT&I", ministradas pelos mais renomados pesquisadores brasileiros, no formato "TED", e voltado para estudantes secundaristas, utilizando a infraestrutura da RNP para divulgação e disseminação;

e) Criar um comitê inter-institucional com o objetivo de discutir propostas de avaliação e revisão dos programas de bolsas institucionais do CNPq, abrangendo a concessão e o acompanhamento de bolsas de mestrado e doutorado.

Metas 2016-2019

• 019Z - Alcançar o número de 22.000 bolsas de mestrado e doutorado concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no país.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2018 o CNPq investiu o total de R\$ 309.990.622,16 para a manutenção das bolsas de mestrado e doutorado concedidas aos programas de pós-graduação. Esse valor representa 24% do orçamento próprio executado pelo Conselho. Ainda assim, o investimento atingiu 77% das bolsas/ano previstas para a meta 019Z do PPA 2016-2019.

Além da tradicional oferta de bolsas de mestrado e doutorado concedidas aos programas de pós-graduação situados em todas as regiões brasileiras, o CNPq estimulou o desenvolvimento da pós-graduação vinculada as atividades de inovação em empresas. Destaca-se neste programa o Doutorado Acadêmico Industrial em parceria com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, ITA, que busca inovar nas plantas fabris das unidades brasileiras de companhias como Mercedes Benz e outras.

As bolsas de mestrado e doutorado são fundamentais para a formação de jovens pesquisadores e potenciais agentes inovadores, no sentido de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, aumentando a competitividade a nível internacional.

Com o objetivo de discutir propostas de avaliação e revisão dos programas de bolsas institucionais do CNPq, abrangendo a concessão e o acompanhamento de bolsas de mestrado e doutorado, no primeiro semestre de 2018 foi instituído grupo de trabalho interinstitucional, envolvendo o CNPq e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP). São atribuições desse grupo:

- a) propor e estimular discussões sobre a avaliação dos programas institucionais de bolsas concedidas por este Conselho, visando subsidiar o aperfeiçoamento das políticas de fomento à ciência, tecnologia e inovação; e
- b) propor mecanismos de acompanhamento e avaliação por meio de metas e indicadores para as iniciativas do CNPq voltadas para o fomento à ciência, tecnologia e inovação.

O grupo foi instituído oficialmente em 19/12/2018 pela portaria de 287/2018 (processo sei nº 01300.001911/2018-70) Essa meta é aderente aos ODS nº 3, 6 e 9, especificamente no que se refere a:

- a) Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis;
- b) Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso; e
- c) Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países,

incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de P&D por milhão de pessoas e os gastos público e privado em P&D.

Quantidade alcançada

17.014 Bolsa-ano

Data de Referência

08/01/2019

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Articulação de atores para implementação da meta;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

- **01A0 - Conceder 5.100 bolsas voltadas para a internacionalização do Ensino Superior e da ciência, tecnologia e inovação brasileira pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prioritariamente pelo Programa Ciência sem Fronteiras.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi descontinuado em 2016. No entanto, no final de 2017 e no exercício de 2018 foram feitos esforços para a concessão de bolsas na modalidade doutorado sanduíche no exterior, SWE, entre outras, visando atender a demanda existente de internacionalização do Ensino. Essa iniciativa concedeu parte das bolsas dentro do Plano Orçamentário do CsF e demais acordos de cooperação, mas principalmente via o programa de bolsas especiais, cuja concessão de bolsas no exterior teve seu calendário normalizado.

O esforço do CNPq para manter a internacionalização fez-se observar no indicador de 2018, com a mensuração de 2.807 bolsas concedidas. Cabe salientar que esse valor é variável e representa o acumulado na data de aferição.

As finalidades das bolsas no exterior são as seguintes: Estágio Sênior (ESN): Propiciar ao pesquisador o desenvolvimento de projeto de pesquisa ou parte dele em instituição estrangeira; Pós-Doutorado no Exterior (PDE): Possibilitar ao pesquisador a capacitação e atualização de seus conhecimentos por meio de estágio e desenvolvimento de projeto com conteúdo científico ou tecnológico inovador, em instituição no exterior; Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE): Apoiar aluno formalmente matriculado em curso de doutorado no Brasil que comprove qualificação para usufruir, no exterior, da oportunidade de aprofundamento teórico, coleta e/ou tratamento de dados ou desenvolvimento parcial da parte experimental de sua tese a ser defendida no Brasil; Doutorado Pleno no Exterior (GDE): Formar doutores no exterior em instituições de reconhecido nível de excelência, em áreas do conhecimento consideradas de vanguarda científico-tecnológica e naquelas estratégicas definidas pelo Conselho Deliberativo do CNPq; Mestrado Profissional no Exterior (MPE): Formar profissionais no exterior em nível de mestrado, em instituições de excelência, voltadas para a qualidade, o empreendedorismo e a competitividade nas áreas do conhecimento consideradas de vanguarda científico-tecnológica e naquelas estratégicas definidas pelo CNPq; Graduação Sanduíche no Exterior: Apoiar a formação de recursos humanos com a realização de parte do curso de graduação em instituição de excelência no exterior, e estimular suas competências e habilidades para o desenvolvimento científico e tecnológico, o empreendedorismo e a inovação.

Essa meta é aderente aos ODS nº 3, 4, 6 e 9, especificamente no que se refere a: a) Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis; b) ampliar o número de bolsas de estudo para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação (TIC), técnicos, de engenharia e programas científicos; c) Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso; e d) Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de P&D por

milhão de pessoas e os gastos público e privado em P&D.

Quantidade alcançada

2.807 Bolsa concedida

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

• **019Y - Conceder anualmente 17.000 bolsas-ano de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no país.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

As bolsas de produtividade em pesquisa estão distribuídas pelos 27 estados brasileiros e são operacionalizadas a um custo de R\$ 138.602.518,08, que consomem cerca de 13,356% dos recursos do orçamento do CNPq. O investimento realizado fez parte do esforço deste Conselho para a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para CT&I, tornando-se instrumento para o combate a fuga de cérebros para o estrangeiro.

A concessão de bolsas ano na modalidade de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq atingiu a maior proporção do último triênio. No próximo anuênio o Conselho buscará ampliar o apoio as bolsas de Desenvolvimento Tecnológico, DT, visando o alcançar quantidade mais próxima a meta estabelecida pelo PPA 2016-2019. Acredita-se que o impacto da bolsa de perfil tecnológico trará incremento considerável na capacidade de inovação e das iniciativas tecnológicas a importante produção científica nacional.

As Bolsas de Produtividade em Pesquisa constituem-se no arcabouço do fomento à Ciência Brasileira, pois são constituídas por um seletivo grupo de pesquisadores que apoiam a elaboração de políticas públicas em CT&I e são referências nas instituições de pesquisa de todo o território nacional.

O CNPq lançou a Chamada CNPq N ° 09/2018 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa com critérios reformulados pela comunidade científica para a seleção dos bolsistas de produtividade. Os critérios refletiram os mais elevados conceitos de produtividade para cada área do conhecimento.

As bolsas de Produtividade em Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico do CNPq atendem diretamente o objetivo 9 dos ODS, pois estimula pessoal especializado no país para fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de P&D por milhão de pessoas e os gastos público e privado em P&D.

Quantidade alcançada

15.253 Bolsa-ano

Data de Referência

08/01/2019

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

• **01A1 - Conceder anualmente 41.000 bolsas-ano de iniciação à pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no país.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2018, o CNPq investiu R\$ 119.994.815,00, que corresponde a 12 % do orçamento executado para o programa 2021. Possuidor de um plano orçamentário específico, nº 0004, que objetiva a concessão de bolsas de iniciação a pesquisa científica e tecnológica, sob as siglas IC, ICJ, ITI, IT o Conselho apoiou 39.060 bolsas/ano de iniciação científica que correspondeu a 95,2 % da meta prevista para o exercício de 2018. Essas bolsas foram operacionalizadas por meio de programas institucionais e regionais, quotas a instituições, apoios a olimpíadas do conhecimento, feiras de ciências, programas de disseminação científica e vinculadas a projetos de perfil tecnológico. Certamente que o ideal a ser perseguido é a manutenção dos patamares históricos de concessão essenciais para a manutenção do processo de possibilitar que mais jovens sejam iniciados em atividades de pesquisa, com uma melhor e mais consistente formação, com ampliação e aperfeiçoamento tanto do processo de identificação de vocações científico-tecnológicas como de formação de profissionais mais capacitados a acompanhar e se adaptar às rápidas e crescentes mudanças de mercado do mundo globalizado. As principais realizações foram: a) realização das Chamadas bienais (2018-2020) dos programas institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica (ICT), com análise das propostas encaminhadas por Instituições de Ensino Superior (IES) e Centros de Pesquisa (CPs), concessão e implementação das cotas e indicação dos bolsistas vigência das bolsas de ago./2018 a jul./2020 para concessão de 43.000 Bolsas de Iniciação Científica; b) implementação de programas de iniciação científica dirigidos à formação de recursos humanos para a Matemática e áreas relacionadas. A expertise dos membros dos comitês de julgamento, concededores da política de concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica, planejamento da área para as referidas ações, boa comunicação com o público alvo foi fundamental para as realizações informadas. O fator que dificultou a implementação foi o acompanhamento da implementação das bolsas de iniciação científica. Arranjos de gestão (parcerias, criação de comitês, formas de acompanhamento, etc.). A gestão dos programas é descentralizada. Cada IES e CP dispõe de um Representante de Iniciação Científica, que é responsável pela cota de bolsas junto ao CNPq e um coordenador que é gestor operacional do programa. A avaliação dos bolsistas é feita por membros de um Comitê Externo, composto de pesquisadores, por meio de um evento de avaliação pela IES/CP que detém a cota. O CNPq avalia os programas por meio de dados/informações dos questionários de avaliação que são encaminhados e preenchidos pelos bolsistas e orientadores. Atualmente estamos fechando uma parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social para concessão de bolsas para premiados da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) que queriam participar do programa de iniciação científica e sejam pertencentes ao Cadastro Único ou ao Bolsa Família. Esses programas são executados em parceria com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Conexões com outras políticas: D1. A redução do tempo médio de titulação de mestres e doutores, a redução do tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação e o estímulo a uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação, são aspectos da política Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, da CAPES, que tem como contribuição a Iniciação à Pesquisa promovida pelo CNPq; D2. Por ser voltado para o Ensino Médio das Escolas Públicas, a Iniciação Científica para este público tem aproximado estes jovens da universidade; D3. O Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af) tem impacto na inserção da cultura científica de grupos historicamente excluídos do ambiente universitários tais como indígenas e a população negra. Essa meta é aderente aos ODS nº 3, 4, 9, 13 e 14 e a área no CNPq gestora das ações de iniciação à pesquisa destaca contribuição para os ODS 4 e 8. Para o ODS 4 a iniciação científica e tecnológica contribui para evitar a evasão de alunos na graduação, além de proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Acerca do ODS 8, as ações de iniciação à pesquisa mostraram-se bem sucedidas no alcance dos seus objetivos: 1) contribuir para a formação de quadros para a pesquisa, 2) reforçar a demanda pela formação pós-graduada, despertando o interesse do estudante de graduação pela continuidade dos seus estudos na pós-graduação, e engajar o professor-pesquisador na graduação, contribuindo para aumentar a interação entre os estudantes de graduação e pós-graduação.

Quantidade alcançada

39.060 Bolsa-ano
Data de Referência

08/01/2019

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Articulação de atores para implementação da meta;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Iniciativas

- **04LO - Promoção da formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, com ênfase no processo de parcerias CNPq/Empresas.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No exercício de 2018 o CNPq investiu R\$ 934.939.975,04 para a promoção da formação e capacitação de recursos humanos, 95% do orçamento próprio destinado ao programa 2021. Dentro deste esforço o Conselho apoiou ações tradicionais como Universal (Chamada 28/2018) e chamadas públicas temáticas que incentivaram a formação nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, com ênfase no processo de parcerias CNPq/Empresas.

Como destaque do exercício estão as seguintes ações:

- Chamada 31/2018 - Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação – Esta chamada tem por objetivo apoiar projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil, despertando o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino da Educação Básica (Ensino Fundamental a partir do 6º ano e do Ensino Médio) e do Ensino Superior por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica. Esta iniciativa visa ainda combater a evasão, que ocorre principalmente nos primeiros anos, de estudantes do sexo feminino dos cursos de graduação nestas áreas, bem como aproximar as escolas públicas da Educação Básica das Instituições de Ensino Superior. Foram investidos pelo CNPq até o momento R\$ 499.883,60 para os projetos e R\$ 2.200.000,00 para a formação de recursos humanos. A chamada recebeu 702 propostas, totalizando R\$ 40.103.505,96 (quarenta milhões, cento e três mil, quinhentos e cinco reais e noventa e seis centavos), das quais foram aprovadas 78 propostas no valor de R\$ 6.060.000,00 (seis milhões sessenta mil reais). Os projetos apoiados dividiram-se em 10% para a região centro-oeste, 12% para a região norte, 22% para a região nordeste, 27% para a região sul e 29% para a região sudeste.

- Varias ações objetivando a parceria com empresas foram deflagradas e contaram com o apoio do orçamento do CNPq, das quais cita-se:

1. DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO INDUSTRIAL
2. DESENV. TECNOLOGICO E EXTENSAO INOVADORA-DT
3. INICIACAO TECNOLOGICA INDUSTRIAL
4. POS-DOCTORADO – EMPRESARIAL
5. BOLSAS CONVENIO CNPQ/SEBRAE/ALI
6. BOLSAS SET
7. ACORDO INOVA GLOBAL IEL-INST.EVALDO LOIDI
8. ACORDO INOVA-TEC
9. ACORDO CNPQ/PETROGRAL - PROGRAMA PROPETRO

OBJETIVO: 1055 - Promover políticas e ações colaborativas de ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O Objetivo 1055, que visa “promover ações colaborativas de ciência, tecnologia e inovação para inclusão social” procura colocar em prática as estratégias estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com vistas à promoção da inclusão social a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, e assim contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil.

Neste sentido, se alinha a alguns temas considerados “estratégicos para o desenvolvimento, autonomia e soberania nacional” contemplados na “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022” (ENCTI 2016-2022), dentre os quais se destacam:

- a garantia da segurança hídrica, alimentar e energética da população brasileira;
- a segurança e defesa cibernética e consolidação do País na economia e sociedade digital;
- o desenvolvimento de tecnologias sociais para a inclusão socioproductiva com redução das assimetrias regionais na produção e acesso à ciência, tecnologia e inovação.

Durante o ano de 2018 se procurou dar continuidade à consolidação de várias ações e iniciativas elencadas na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022), o que teve como resultado a consolidação de três Planos de Ação voltados ao alcance do Objetivo 1055, os quais contribuem e contribuirão positivamente para a execução das Metas do PPA 2016-2019. São eles:

- Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Popularização e Divulgação da Ciência e Tecnologia;
- Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Extensão Tecnológica para a Inclusão Social; e
- Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Alimentar e Nutricional.

Alinhados aos mencionados Planos de Ação foram implementados, durante o exercício de 2018, projetos destinados à divulgação, popularização e apropriação social dos conhecimentos científicos e tecnológicos e à melhoria da educação científica; ao desenvolvimento de tecnologias sociais e assistivas; à extensão tecnológica (segurança alimentar e nutricional, agroecologia e produção orgânica, arranjos produtivos locais e regionais e cidades sustentáveis) e à inclusão digital, sob o enfoque da inclusão social.

No que diz respeito às metas, ações e iniciativas empreendidas durante o ano de 2018, veja o arquivo anexo.

Metas 2016-2019

- **044D - Apoiar 360 projetos que contribuam para a melhoria da educação científica e para a popularização e difusão da ciência, tecnologia e inovação no país, distribuídos em todos os estados e no Distrito Federal.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2018 foram apoiadas, dentro da meta 044D, por meio da ação 6702 – PO 00, 02, 05, 06 e 07, 452 propostas relacionadas a diversas ações a cargo deste MCTIC.

Como destaque da atuação no ao longo do exercício de 2018, ressalta-se:

1. 2ª Chamada Pública para apoio à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia-SNCT 2018, lançada em parceria com o CNPq e com valor de R\$ 6.020.000,00. O resultado indica o apoio a 198 projetos em todas as Unidades da Federação.
2. 9ª Chamada Pública para apoio a Feiras e Mostras de Ciências, em parceria com o CNPq e MEC. O resultado indica o apoio a 155 projetos em 3 modalidades, a saber: 6 nacionais, 27 estaduais e 122 municipais.
3. 14ª Chamada Pública para apoio a Olimpíadas Científicas, em parceria com o CNPq e MEC. O resultado indica o apoio a 16 projetos, sendo todos de âmbito nacional.
4. 1ª Chamada “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação” também em parceria com o CNPq e com valor de R\$ 6.000.000,00. O resultado indica, a princípio, o apoio a 70 projetos

5. I Seminário dos Coordenadores de Olimpíadas Científicas – evento inédito que congregou os representantes de 20 olimpíadas científicas brasileiras.

6. I Seminário dos Coordenadores de Feiras e Mostras de Ciências – evento inédito que congregou os representantes de 194 feiras e/ou mostras de ciências brasileiras.

Portanto, os projetos apoiados em 2018 acumulados aos 551 apoiados nos dois primeiros anos do PPA somam um total de 1.003 projetos no período.

As ações de popularização e divulgação da ciência do MCTIC continuam sendo consideradas como estratégicas para o órgão.

Quantidade alcançada

1.000,03 Projetos apoiados

Data de Referência

26/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

• 044F - Apoiar 40 projetos de tecnologias sociais e assistivas.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

As principais realizações foram:

- Apoio, inclusive financeiro, ao Evento Greenk Tech Show com o objetivo de conscientizar todo o mundo sobre a importância do descarte correto do lixo eletrônico;
- Continuidade do apoio, inclusive financeira, à Chamada Pública CNPq/MCTIC/SECIS Nº 20/2016 - Concessão de Bolsas e Recursos de Custeio e Capital para os Núcleos de Tecnologia Assistiva existentes nas instituições de ensino superior, institutos e centros de pesquisa - públicos ou privados sem fins lucrativos- assim como empresas públicas que executam atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Acompanhamento do apoio, inclusive financeiro, ao Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA) do Centro de Tecnologia da Informação (CTI) Renato Archer, Campinas – SP. Apoio por concessão de bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora (EXP), via CNPq, para execução de despesas de custeio para a ativação de equipe de pesquisadores e profissionais a serem selecionados para atuar no Centro.
- Acompanhamento de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT) na Faculdade de Odontologia (FO) da Universidade Federal de Goiás (UFG) FG, Goiânia – GO, que visa a formação profissional e treinamento de equipe de saúde bucal para o atendimento de Pessoas com Deficiência (PcD).
- Elaboração e lançamento da Chamada Pública CNPq/MCTIC/MDS Nº 36/2018, para apoio a projetos de Tecnologia Social;
- Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Ações Integradas e Sustentáveis para Garantia da Segurança Hídrica, Energética e Alimentar nos Biomas Pampa, Pantanal e Mata Atlântica;
- Apoio à Criação do Centro Latino-Americano de C&T CELASSAN;
- Apoio à Criação do Centro de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da Região Centro Oeste;
- Apoio à Criação do Centro de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da Região

Nordeste;

- Apoio à Criação do Centro de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da Região Norte;
- Apoio à criação de um Código Universal de Cores baseado em Sistema Braille.

As Tecnologias Assistivas tem aderência aos seguintes ODS: 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11, 16 e 17. E as Tecnologias Sociais estão relacionadas a todos os ODS.

No ano de 2016 foram apoiados 38 projetos, em 2017 foram 03 projetos e em 2018 apenas 01. Assim no acumulado dos dois anos temos 42 projetos apoiados.

Quantidade alcançada

48 Projetos apoiados

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

• **044E - Apoiar 80 projetos de extensão tecnológica.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Durante o exercício de 2018 foram apoiadas, dentro da meta 044E, por meio da ação 20UQ – PO's 0000, 0001, 0002, 0003, 0004 e 0005, 35 iniciativas relacionadas a diversas ações a cargo deste MCTIC, em especial na área de Inclusão Socioprodutiva, Tecnologia Social, Tecnologia Assistiva, Segurança Alimentar e Nutricional e Agroecologia.

Segue descrição das iniciativas apoiadas:

No âmbito do PO 0000:

- Pesquisa e Desenvolvimento em Ações Integradas e Sustentáveis para a Garantia da Segurança Hídrica, Energética e Alimentar nos Biomas Caatinga e Cerrado (aliado aos PO's 0001 e 0004);
- Pesquisa e Desenvolvimento em Ações Integradas e Sustentáveis para a Garantia da Segurança Hídrica, Energética e Alimentar nos Biomas Pampa, Pantanal e Mata Atlântica;
- Criação do Centro de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da região Centro-Oeste;
- Centro de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da região Nordeste;
- Implantação do Projeto CASAS DA INOVAÇÃO, no Município de Nova Iguaçu-RJ;
- Contratos de Repasse para implantação dos CVT's de Rio das Flores/RJ, de Ilópolis/RS e de Venâncio Aires/RS;
- Implantação de Centro de Vocação Tecnológica – CVT no município de Andradina/SP;

No que se refere ao PO 0001:

- Apoio a projetos na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa SSAN-UNASUL – Fase II (aliado ao PO 0005);
- Pesquisa e Desenvolvimento em A oes Integradas e Sustentáveis para a Garantia da Segurança Hídrica, Energética e Alimentar nos Biomas Caatinga e Cerrado (aliado aos PO's 0000 e 0004);
- Fortalecimento do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Soberania e Segurança Alimentar (SSAN) na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na Universidade da Integra o Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(UNILAB) (aliado ao PO 0003);

- Implantar um Centro Vocacional Tecnológico no âmbito das Escolas Técnicas vinculadas da UFSM;

- Apoio ao Projeto piloto para implantação de centros vocacionais de Tecnologia e Inovação em Santa Catarina;

Quantidade alcançada

286 Projetos apoiados

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

- **04JU - Implantar dois Centros Tecnológicos para pesquisa e desenvolvimento (P&D) em soluções de mobilidade urbana e logística e educação.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Esta meta não foi iniciada.

A implantação desta meta foi construída ainda na concepção das plataformas tecnológicas antigo MCTI, que não foram implantadas. Alguns temas vinculados a esta meta permanecem em discussão no âmbito da construção de cidades inteligentes e sustentáveis que promovam o desenvolvimento social sustentável e inclusivo no meio urbano, incentivando novos métodos e técnicas que atendam demandas sociais, especialmente nas áreas de mobilidade, habitação, saneamento e redução das emissões dos gases de efeito estufa.

Quantidade alcançada

0 Centros implantados

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Iniciativas

- **04U7 - Realização de Olimpíadas do conhecimento e feiras de ciências.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Lançamento da 14ª Chamada Pública para apoio a Olimpíadas Científicas, em parceria com o CNPq e MEC. O resultado indica o apoio a 16 projetos, sendo todos de âmbito nacional.

- **04U8 - Fortalecimento e ampliação do número dos espaços científico-culturais como agentes promotores da difusão, popularização e educação científica.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Essa iniciativa é transversal à Meta 044D e todos os projetos promovem o fortalecimento e a ampliação do número de espaços científicos-culturais para promoção da difusão, popularização e educação científica.

- **04U9 - Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2018, foi lançada a 2ª Chamada Pública para apoio à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) 2018, em parceria com o CNPq e com valor de R\$ 6.020.000,00. O resultado indica o apoio a 198 projetos em todas as Unidades da Federação.

- **04UA - Ampliação e interiorização da participação dos municípios brasileiros em eventos e atividades de difusão, popularização e educação científica.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Ao longo dos anos a área de popularização da ciência tem alocado seus esforços e recursos a fim de construir um cenário mais isonômico de aproximação entre a população brasileira e os eventos de divulgação científica, concursos científicos e os espaços científico-culturais (iniciativas que promovem atividades e/ou eventos de divulgação científica), visando reduzir a assimetria na oferta dessas ações entre os grandes centros e as áreas mais periféricas do País.

Nesse sentido, em 2018, até o momento, já foram alcançados 1.049 municípios com a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT, maior evento de divulgação científica do Brasil. A exemplo da SNCT, outras ações desta área possuem capilaridade expressiva, contudo, o levantamento de seus resultados apenas será possível de ser realizado em meados de 2019.

- **04UB - Estímulo e apoio à cooperação científica com base na formação de redes para o fortalecimento de projetos voltados a inovações tecnológicas relacionadas a Rede de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e nutricional, Inclusão Digital, cidades sustentáveis, mobilidade, transporte, habitação, saneamento, esporte e lazer, voltadas para municípios e comunidades tradicionais.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Essa iniciativa está diretamente relacionado aos projetos das Metas 044E e 044F.

- **06XH - Fomento à criação e consolidação de empresas inovadoras intensivas em conhecimento, em especial os Parques Tecnológicos em Minas Gerais**

Individualizada: Não

OBJETIVO: 1056 - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

Em 2018 o desempenho das metas definidas no objetivo 1056 – Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas do Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação, período 2016-2019, foi satisfatório. Deve ser destacado que duas metas previstas para o final do PPA já foram alcançadas.

A primeira, “Fomentar 1,5 milhão de atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em empresas” alcançou 1,51 milhões em 2017 e 1,76 milhões em 2018. Esses atendimentos foram ofertados às empresas por meio das iniciativas coordenadas ou fomentadas pelo MCTIC, a saber: Plataforma iTec; Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação e das Redes do Sibratec, atualmente formada por 03 Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, 19 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos e 02 Redes Temáticas de Centros de Inovação. Historicamente, as Redes Sibratec de Serviços Tecnológicos foram as que mais contribuíram para o cumprimento quantitativo da meta. Esses atendimentos contribuíram para incentivar o desenvolvimento tecnológico nas empresas, possibilitando melhoria da sua competitividade.

A segunda meta “Aumentar de 950 para 1.250 o número de empresas instaladas em parques tecnológicos” já alcançou, em 2018, 1.368 empresas instaladas nos 43 parques tecnológicos em operação. As informações fazem parte de estudo contratado junto à Universidade Federal de Viçosa (UFV) e foram prestadas pelos gestores dos parques tecnológicos. Os resultados alcançados evidenciam a importância dessa iniciativa como agente do desenvolvimento tecnológico e da inovação no País. Os parques tecnológicos são instrumentos para a interação universidade-empresa no sentido de apropriar o conhecimento gerado na academia para transformação em produtos, processos e serviços de alto valor agregado.

Além destas, a meta “Estimular 1.250 empresas a cada ano a realizarem atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação via incentivos fiscais do Capítulo III da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), está com andamento adequado. Em 2018 o número de empresas que realizaram atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação, referentes ao Ano Base 2017, foi de 1476, com investimentos brutos de aproximadamente R\$ 10 bilhões e renúncia fiscal de R\$ 2,2 bilhões.

O desaquecimento da economia - que se iniciou em 2015 e teve fortes impactos em 2016 e 2017 - provocou uma redução nos investimentos públicos e privados em pesquisa, desenvolvimento e inovação, o que dificultou o alcance da meta nesses anos. Em 2016 foram 1.110 e em 2017 foram 1.174. As perspectivas claras de retomada do crescimento da economia, no entanto, indicam uma retomada da expansão do número de empresas que utilizaram os benefícios fiscais em 2019, prevendo o alcance da meta para o período.

A meta “Apoiar 300 projetos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas cadeias produtivas” alcançou 135 projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação nas cadeias produtivas de energia, biocombustíveis, recursos minerais, tecnologias convergentes e habilitadoras (nanotecnologia, materiais avançados, manufatura avançada e fotônica), aeronáutica, defesa, energia nuclear e espaço, que corresponderam a 45% da meta prevista para os quatro anos de execução do PPA (300 projetos). Para o alcance da meta espera-se um aporte de recursos a patamares similares ao da fonte 100 de 2015, uma vez que a redução de investimentos no período de retração econômica prejudicou o desempenho da meta, o que prejudica o atendimento da meta.

A meta “Apoiar, via recursos de crédito ou de participação acionária, 1.000 micro e pequenas empresas de base tecnológica” é coordenada pela FINEP e realizada por meio de Programas Descentralizados (Programa INOVACRED) e por ações de investimento, como participação acionária. Excepcionalmente, em função do componente tecnológico e criticidade do projeto, esse apoio pode ser feito por meio dos instrumentos de crédito operados diretamente pela Finep. Não estão incluídos no escopo da meta o apoio realizado por meio da Subvenção Econômica, aportada diretamente ou por meio dos agentes descentralizadores, no âmbito do Programa TECNOVA.

A Finep lançou em junho de 2017 o Programa Finep Startup com orçamento de até R\$ 50 milhões, com previsão de duas rodadas de investimentos. Em julho de 2018 foi lançado o segundo edital do programa, também com previsão de duas rodadas de investimento, com orçamento ampliado para até R\$ 60 milhões.

Para o triênio 2016-2017-2018 o quantitativo é de 332 apoios para empresas deste porte, sendo 132 contratações em 2016 - 101 via recursos de crédito e 31 aportes de investimento para micro e pequenas empresas; 103 em 2017 - 87 contratações via operações de crédito (indiretas/INOVACRED) e 16 contratos de investimento; e 97 em 2018 - 83 micro e pequenas empresas de base tecnológica contratadas por meio de operações de crédito (Programa INOVACRED) e investimentos em 14 micro e pequenas empresas.

O desempenho referente à meta inicial prevista para este Objetivo foi afetado negativamente pela redução das disponibilidades de recursos orçamentários para CT&I. Durante o triênio 2016-2017-2018 a deterioração crescente do cenário econômico e o ambiente de incerteza no País trouxeram maior dificuldade e custo para a alocação de garantias, por parte das micro e pequenas empresas, tornando-se fortes inibidores da demanda destas instituições por operações de crédito, ou mesmo por iniciativas relacionadas à abertura de capital.

A meta “Lançar 12 editais do Programa Inova Empresa II, com articulação entre ministérios e agências, e foco nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Federal” teve sua execução prejudicada devido às condições institucionais e econômicas. As diversas transições na direção da empresa no biênio 2015-2016 impactaram os processos

de concepção, planejamento e deliberação dos Programas Inova a serem lançados. No entanto, o fator preponderante para o decréscimo no ritmo de lançamentos destas iniciativas foi a deterioração crescente do cenário econômico do País. A adaptação da Finep e de suas instituições parceiras nestes Programas, frente à queda vertiginosa da demanda das empresas por operações de crédito, acompanhada da restrição orçamentária de recursos de subvenção econômica, orientaram posturas cautelosas por parte dos gestores da empresa. Em 2017 e 2018, o cenário, a conjuntura macroeconômica e a inexistência de recursos para a Subvenção Econômica para o apoio a novas ações foram fatores que não permitiram à Finep promover e lançar novos Editais do programa Inova Empresa II.

A execução do Objetivo 1056 teve perda de desempenho devido ao cenário econômico do País que ocasionou restrições orçamentárias para a ciência, tecnologia e inovação. Com a perspectiva de retomada da economia espera-se uma recuperação dos recursos orçamentários em 2019 e o alcance de todas as metas.

Metas 2016-2019

- **044U - Apoiar 300 projetos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas cadeias produtivas.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Em 2018, foram apoiados 36 projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação nas cadeias produtivas de energia, biocombustíveis, recursos minerais, tecnologias convergentes e habilitadoras (nanotecnologia, materiais avançados, manufatura avançada e fotônica), aeronáutica, defesa, energia nuclear e espaço. Esses projetos foram estratégicos para dar continuidade a ações de PD&I em andamento, bem como iniciar novos projetos nas temáticas acima elencadas. No período de 2016-2018 foram apoiados 135 projetos, que corresponderam a 45% da meta prevista para os quatro anos de execução do PPA (300 projetos). A perspectiva é que em 2019, caso mantido o mesmo nível de recursos, seja atingido o montante de 180 projetos, o que representaria cerca de 60 % da meta global de 300 projetos.

Quantidade alcançada

135 Projetos apoiados

Data de Referência

28/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

- **044Y - Apoiar, via recursos de crédito ou de participação acionária, 1.000 micro e pequenas empresas de base tecnológica.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O apoio às micro e pequenas empresas via recursos de crédito é prioritariamente realizado por meio de Programas Descentralizados (Programa INOVACRED) e por ações de investimento, como participação acionária. Excepcionalmente, em função do componente tecnológico e criticidade do projeto, esse apoio pode ser feito por meio dos instrumentos de crédito operados diretamente pela Finep.

Não estão incluídos no escopo da meta o apoio realizado por meio da Subvenção Econômica, aportada diretamente ou por meio dos agentes descentralizadores, no âmbito do Programa TECNOVA.

O desempenho referente à meta inicial prevista para este Objetivo foi afetado negativamente pela disponibilidade restrita de recursos orçamentários para C,T&I.

Nesse aspecto, a Finep lançou em junho de 2017 o Programa Finep Startup com orçamento de até R\$ 50 milhões. No primeiro Edital, que contava com previsão de duas rodadas de investimentos, foram recebidas 869 propostas. Após 3 etapas de seleção em cada rodada, todas as startups tiveram suas propostas avaliadas por 3 avaliadores, 150 se apresentaram para uma banca de avaliação com a presença de avaliadores da Finep e de Mercado, e 50 passaram por uma diligência técnica, sendo 25 em cada rodada.

Em relação à primeira rodada, 4 empresas estão contratadas e 7 empresas estão em fase final de contratação para receberem aportes de até R\$ 1 milhão de reais. Cumpre informar que das empresas recomendadas para investimentos na primeira rodada, 6 optaram por outra fonte de captação obtida após a divulgação do resultado final do programa, desistindo, dessa maneira, do aporte da Finep. A segunda rodada de investimento deste edital encontra-se na etapa de avaliação de documentação jurídica e contratação, sendo avaliadas a contratação de 15 empresas recomendadas para investimentos, conforme resultado divulgado em 23/10/2018.

Em julho de 2018 foi lançado o segundo edital do programa, também com previsão de duas rodadas de investimento, com orçamento ampliado para até R\$ 60 milhões. A primeira rodada de investimento está em curso, tendo recebido 322 propostas. Esta rodada já passou pelas etapas de avaliação do plano de investimentos e banca de avaliação, sendo que 27 empresas foram classificadas para a etapa de diligência técnica, em resultado divulgado em 14/11/2018. Esta etapa está atualmente em curso. Já a segunda rodada de investimentos do edital 2018 foi lançada em 07/01/2019 com o prazo final de inscrição em 28/02/2019.

Ressaltamos ainda que a deterioração crescente do cenário econômico e o ambiente de incerteza no País trouxeram maior dificuldade e custo para a alocação de garantias, por parte das micro e pequenas empresas, tornando-se fortes inibidores da demanda destas instituições por operações de crédito, ou mesmo por iniciativas relacionadas à abertura de capital.

Em 2016 foram realizadas 132 contratações, destas 101 via recursos de crédito e 31 aportes de investimento para micro e pequenas empresas.

No exercício de 2017, os fatores relatados acima afetaram, fortemente, este segmento empresarial e trouxeram crescentes dificuldades para as contratações de micro e pequenas empresas, levando a Finep a efetivar 87 contratações via operações de crédito (indiretas/NOVACRED) e 16 contratos de investimento, totalizando, para 2017, 103 novos contratos e para o biênio 2016-2017 o quantitativo de 235 apoios para empresas deste porte.

Em 2018, foram contratadas por meio de operações de crédito (Programa NOVACRED) 83 micro e pequenas empresas de base tecnológica. Além disso, foram realizados investimentos em 14 micro e pequenas empresas, totalizando, para 2018, 97 novos contratos e para o triênio 2016-2017-2018 o quantitativo de 332 apoios para empresas deste porte.

Quantidade alcançada

332 Empresas apoiadas

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum

de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Realização de ações de divulgação;

• **04SI - Aumentar de 2.650 para 3.100 as empresas atendidas em incubadoras de empresas.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

No final de 2018 foram identificadas 302 incubadoras de empresas e 53 aceleradoras de negócios. Estes mecanismos de geração de empreendimentos inovadores foram responsáveis por 2.458 empresas incubadas e 1.689 empresas graduadas, gerando um total de 24 mil empregos diretos, com faturamento aproximado de 14.226 bilhões de reais. Estes dados apresentam uma queda considerável, se comparados com o cenário existente no final de 2016.

Devido ao contexto macroeconômico, os investimentos públicos sofreram uma redução que refletiu no fechamento de empresas e incubadoras. Para 2019 espera-se que, com a recuperação econômica em curso, o novo Marco Legal de CT&I, as iniciativas para a consolidação da cultura empreendedora nas ICTs e as ações para identificação de ideias passíveis em transformação do conhecimento em negócios, este setor deverá apresentar um melhor desempenho alcançando a meta estimulada.

Quantidade alcançada

2.456 Empresas/ano

Data de Referência

28/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Realização de ações de divulgação;

• **044T - Aumentar de 950 para 1.250 o número de empresas instaladas em parques tecnológicos.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O estudo realizado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) identificou, em 2018, 1.368 empresas instaladas nos 43 parques tecnológicos em operação. As informações prestadas pelos gestores dos parques tecnológicos evidenciam a importância dessa iniciativa como agente do desenvolvimento tecnológico e do empreendedorismo no País. Os parques tecnológico são instrumentos para a interação universidade-empresa no sentido de apropriar o conhecimento gerado na academia para transformação em produtos, processos e serviços de alto valor agregado.

Quantidade alcançada

1.368 Empresas

Data de Referência

28/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

- **044R - Estimular 1.250 empresas a cada ano a realizarem atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação via incentivos fiscais.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O número de empresas que declararam usufruto dos instrumentos definidos pelo Capítulo III da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) em 2018, Ano Base 2017, foi de 1.476, superando a meta anual de 1.250. O desaquecimento da economia - que se iniciou em 2015 e teve fortes impactos em 2016 e 2017 - provocou uma redução nos investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento de inovação, o que inviabilizou o alcance da meta nesses anos. Em 2016 foram 1.110 e em 2017 foram 1.174. As perspectivas claras de retomada do crescimento da economia, no entanto, indicam uma retomada da expansão do número de empresas que utilizaram os benefícios fiscais em 2019.

Quantidade alcançada

1.476 Empresas apoiadas/ano

Data de Referência

14/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

- **044S - Fomentar 1,5 milhão de atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em empresas.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A apuração da Meta foi feita com base na somatória entre a+b+c, sendo:

(a) Atendimentos realizados pelas Redes Sibratec de Centros de Inovação - em 2018, apenas duas Redes Sibratec-SisNano realizaram projetos cooperativos com empresas, sendo 17 projetos contratados em 2018;

(b) Atendimentos realizados pelas Redes Sibratec de Extensão Tecnológica: 151 atendimentos em 2018.

(c) Atendimentos realizados pelas Rede Sibratec de Serviços Tecnológicos: 254.572 atendimentos em 2018.

Assim, $a+b+c = 17+151+254.572 = 254.740$ atendimentos em 2018.

Até 2018, foram $1,51+0,25 = 1,76$ milhão de atendimentos, que permite-nos concluir que a meta prevista no PPA já foi alcançada.

Os atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação foram ofertados às empresas por meio das iniciativas coordenadas ou fomentadas pelo MCTIC, a saber: Plataforma iTec; Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação e das Redes do Sibratec, atualmente formada por 03 Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, 19 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos e 02 Redes Temáticas de Centros de Inovação. Historicamente, as Redes Sibratec de Serviços Tecnológicos são as que mais contribuem para o cumprimento quantitativo da meta.

Esses atendimentos contribuíram para as metas 8.2, 9.1, 9.4, 9.5, 9a e 9b dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, ao incentivar o desenvolvimento tecnológico nas empresas, principalmente aquelas interessadas em adotar nanotecnologias; ao modernizar a infraestrutura de ensaios e calibração, possibilitando melhoria da capacidade tecnológica do País; e ao promover o aumento da produtividade e inovação incremental nas micro e pequenas empresas.

O MCTIC atuou na coordenação dos programas e na aferição dos seus resultados, além da proposição de novo modelo de gestão das redes e articulação para atração de novos parceiros para atender aos objetivos das iniciativas apoiadas. O Sistema de Informações do Sibratec - Serviços Tecnológicos está em fase de reestruturação para se tornar o Observatório de Serviços Tecnológicos no País.

Quantidade alcançada

1,76 milhões de atendimentos realizados

Data de Referência

27/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

- **044V - Lançar 12 editais do Programa Inova Empresa II, com articulação entre ministérios e agências, e foco nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Federal.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Algumas questões afetaram negativamente um melhor desempenho da Finep para esta Meta, especificamente relacionadas às condições institucionais e econômicas. As diversas transições na direção da empresa no biênio 2015-2016 impactaram os processos de concepção, planejamento e deliberação dos Programas Inova a serem lançados.

No entanto, o fator preponderante para o decréscimo no ritmo de lançamentos destas iniciativas foi a deterioração crescente do cenário econômico do País. A adaptação da Finep e de suas instituições parceiras nestes Programas, frente à queda vertiginosa da demanda das empresas por operações de crédito, acompanhada da restrição orçamentária de recursos de subvenção econômica, orientaram posturas cautelosas por parte dos gestores da empresa.

Em 2017 e 2018, o cenário, a conjuntura macroeconômica e a inexistência de recursos para a Subvenção Econômica para o apoio a novas ações foram fatores que não permitiram à Finep promover e lançar novos Editais do programa Inova Empresa II.

Quantidade alcançada

2 Editais lançados

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Iniciativas

- **04QI - Reestruturação e recomposição das fontes de fomento às atividades de ciência, tecnologia e inovação.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Os dirigentes do MCTIC estão atuando para recompor o orçamento.

- **04QJ - Ampliação das parcerias governamentais e privadas (nacionais e internacionais) entre empresas, instituições de pesquisa científica, agências de fomento e agentes financeiros para absorção das melhores práticas em ciência, tecnologia e inovação e elevação de investimentos.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2017, a Finep assinou Memorando de Entendimento com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina para realização de ações voltadas ao compartilhamento de melhores práticas, intercâmbio de pessoal e financiamento a projetos de interesse comum. Esse memorando soma-se a outros já firmados em anos anteriores com as seguintes agências congêneres à Finep: CDTI, da Espanha; BPI, da França; Innovation Norway e

Conselho de Pesquisa da Noruega; Vinnova, da Suécia; Innovate UK, do Reino Unido; FFG, da Áustria; e Conselho Nacional de Pesquisa do Canadá.

Como consequência dessas ações, foram contratados seis projetos voltados à inovação tecnológica, sendo quatro em cooperação com empresas e instituições da Noruega para desenvolvimento de tecnologias submarinas e dois em cooperação com empresas e instituições da Suécia no setor aeronáutico.

A Finep participa de dois projetos no âmbito do Programa Horizonte 2020 da União Europeia: o Incobra, voltado a ampliar e aprimorar as atividades cooperativas de pesquisa e inovação, e o ERA-MIN2 voltado à Economia Circular em Materiais Básicos. Em 2017, foi selecionado um consórcio no qual a participação de instituição de pesquisa brasileira deverá ser financiada pela Finep.

Em julho, a Finep e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizaram o workshop "Agências de Inovação: O Caminho Adiante", visando entender os desafios comuns. Participaram as agências ANII, Uruguai; ANPCYT, Argentina; Corfo, Chile; Conacyt, México; Innpulsa e Ruta N, Colômbia; Innóvate Perú, Peru; Senacyt, Panamá; Cainco, Bolívia; CDTI, Espanha; Innovate UK e Nesta, Reino Unido; University of Toronto e Irap-NRC, Canadá; Tekes, Finlândia; e ANI, Portugal.

No que concerne à captação de novas fontes de recursos para apoiar atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I, a Finep vem empreendendo esforços para ampliar parcerias nacionais e internacionais.

No âmbito nacional, a Finep continuou a operar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), ambos vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), bem como depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho. Além disso, foi credenciada para utilizar recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), como expressa a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - 2016-2022. Com o fim do Programa de Sustentação de Investimento - PSI, a Finep deixou de contrair novos empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No âmbito internacional, negociações realizadas nos anos de 2016 e 2017, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o KfW, banco de fomento da Alemanha, resultaram em duas cartas consultas submetidas à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), referentes a empréstimos no valor de US\$ 600 milhões e € 150 milhões respectivamente. Os programas de financiamento foram batizados de Inovar para Crescer (BID) e Inova Clima (KfW). No caso do BID, houve a aprovação do contrato de empréstimo pela Diretoria do Banco em Washington, Estados Unidos da América e o parecer favorável da Secretaria de Tesouro Nacional (STN) sobre a garantia da União para a Finep. Já para o KfW, houve a ratificação, por parte do governo alemão, do compromisso em financiar o Programa Inova Clima, da Finep, durante as Negociações Intergovernamentais entre os dois países em dezembro de 2017.

Como forma de melhorar as condições para negociação dos empréstimos externos, a Finep contratou, no início de 2017, a agência de classificação de risco internacional, Fitch Ratings.

• **04QK - Aperfeiçoamento do marco regulatório para utilização do poder de compra do Estado.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2018 o MCTIC priorizou a divulgação do Novo Marco de CT&I junto à academia, setor empresarial e órgãos de governo visando a implementação do Marco Legal, além de reuniões de alinhamento com órgãos de controle. Dependem ainda de regulamentação suplementar: (i) disciplinar a exigência de contrapartida como requisito para celebração do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) definir as informações a serem enviadas ao MCTIC sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Por último, encontra-se no Congresso Nacional o PLS 226/2016, do Senador Jorge Viana, que altera a Lei nº 10.973/2004, Lei de Inovação, na questão dos vetos da Lei nº 13.243/2016.

- **04QO - Implementação de projetos estruturantes de ciência, tecnologia e inovação, baseados em parcerias público-privadas, focados na resolução de problemas concretos para o desenvolvimento do País.**
Individualizada: Não
- **0633 - Aumento da eficiência e da otimização da aplicação dos recursos públicos em ciência, tecnologia e inovação, via redução dos prazos de seleção e desembolso de recursos, e via o aprimoramento das técnicas de acompanhamento e avaliação de resultados e impactos.**
Individualizada: Não
- **04UQ - Apoio e fortalecimento da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN) e estabelecimento do marco legal da nanotecnologia.**
Individualizada: Não
Análise Situacional da Iniciativa
No âmbito da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), que engloba um conjunto de ações com o objetivo de criar, integrar e fortalecer as atividades governamentais e os agentes atuantes nas áreas de nanociência e nanotecnologia, foi apoiado, com recursos adicionais, o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), formado por laboratórios multiusuários direcionados à PD&I em nanociências e nanotecnologias e com acesso aberto para usuários dos setores acadêmico e empresarial. Em relação à cooperação internacional, um dos pilares da IBN, o Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN) foi reativado por meio do estabelecimento de um Plano de Ação 2018-2020, para realização de intercâmbio, transferência de conhecimento, capacitação de pessoal, estímulo à interação academia-empresa. Em relação ao marco legal da nanotecnologia, o Ministério participou do NaNoREG - Projeto Internacional para Regulamentação em Nanotecnologia, que se encerrou em 2017, dando lugar ao projeto que visa estabelecer procedimentos operacionais padrão para certificação de produtos oriundos da nanotecnologia, um dos projetos priorizados em 2018 e que está sendo desenvolvido em parceria com o INMETRO.
- **04UR - Ampliação das ações de fomento a serviços tecnológicos e gestão da inovação.**
Individualizada: Não
Análise Situacional da Iniciativa
O Sibratec, um dos principais programas voltados para ampliação da capacidade de inovação e competitividade das empresas brasileiras, encontra-se operando em 2018 com 03 Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, 19 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos e 02 Redes Temáticas de Centros de Inovação. Em 2018, as redes de extensão realizaram cerca de 151 atendimentos tecnológicos a micro, pequenas e médias empresas, as redes de inovação contrataram 17 projetos cooperativos e as redes de serviços tecnológicos realizaram 254.572 atendimentos. Também se destacou o Serviço Brasileiro de Resposta Técnica (SBRT) que disponibiliza informação tecnológica gratuita para a melhoria de qualidade de produtos e processos. Em 2018, o SBRT foi acessado por 51 mil pessoas e gerou 360 respostas técnicas e 700 respostas referenciais. Também está em fase de contratação uma avaliação externa do SBRT. Esses programas contribuíram para as metas 8.2, 9.1, 9.4, 9.5, 9a e 9b dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, ao incentivar o desenvolvimento tecnológico nas empresas, principalmente aquelas interessadas em adotar nanotecnologias; ao modernizar a infraestrutura de ensaios e calibração, possibilitando melhoria da capacidade tecnológica do País; e ao promover o aumento da produtividade e inovação incremental nas micro e pequenas empresas.
- **04US - Apoio à Sensibilização e à Mobilização empresarial para a Inovação .**
Individualizada: Não
Análise Situacional da Iniciativa
No âmbito do PROINNOVA foi desenvolvida pela Secretaria a plataforma iTec, um ambiente aberto de negócios tecnológicos que promove o encontro de empresas que buscam ajuda em seus projetos e organizações que têm as soluções para esses desafios. Em 2018, foram realizadas ações visando à sustentabilidade dessa ação. Outra iniciativa para mobilização para inovação é a articulação das ações do Plano de CT&I para Manufatura Avançada no Brasil - ProFuturo, lançado no final de 2017. Em 2018, foram realizadas iniciativas como o mapeamento das iniciativas em manufatura avançada, desenvolvimento de metodologia de atendimento a micro, pequenas e médias empresas para transição rumo à manufatura 4.0, cooperação internacional com a União Europeia e o lançamento do Observatório da

Transformação Digital, na qual está incluído o ProFuturo.

Esses projetos contribuíram para as metas 9.4, 9b e 9c dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, ao incentivar a adoção das novas tecnologias de manufatura avançada, conforme o Plano de CT&I para Manufatura Avançada no Brasil; ao apoiar o desenvolvimento tecnológico para agregar valor a produtos convencionais; e ao incentivar a utilização de internet das coisas - IoT nas indústrias.

• **04UT - Estímulo ao desenvolvimento de aceleradoras, micro empresas, incubadoras de empresas e parques tecnológicos (PNI).**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No final de 2018, o Grupo de Trabalho criado para atualização do PNI apresentou o relatório com diretrizes para a reformulação do Programa, considerando o disposto no Novo Marco Legal de CT&I. Deste documento será gerada uma Portaria Ministerial com a alteração do Programa e um Termo de Referência para a sua execução. Foi lançado também o Programa Nacional de Geração de Empreendimentos Inovadores, denominado Centelha, que visa estimular, orientar e promover a formação de empreendedores e a geração de empresas inovadoras e de alto crescimento em todo o território nacional. Para a execução do projeto de "suporte à implementação do Programa Centelha foi selecionada a Fundação Certi de Santa Catarina, sendo contratada em dezembro de 2018, para iniciar a execução do programa em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de 22 estados da federação.

• **04UU - Ampliação das ações de desenvolvimento tecnológico e inovação, e de articulação institucional em energias renováveis, eficiência energética, redes elétricas inteligentes, petróleo e gás.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2018 foram articulados e/ou financiados importantes projetos nas áreas de energias renováveis, eficiência energética, redes elétricas inteligentes, petróleo e gás natural, como por exemplo: (i) Criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Redes Inteligentes (CEPEDRI) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); (ii) Desenvolvimento de tecnologias para a produção de óxidos de Terras-Raras empregados na produção de ímãs permanentes"; (iii) Apoio à Associação Brasileira de Hidrogênio (ABH2) e à realização do Conferência Mundial de Energia do Hidrogênio (WHEC 2018); (iv) Apoio ao projeto de novas arquiteturas de motores; e (v) Desenvolvimento de tecnologias submarinas aplicadas ao setor de petróleo e gás natural.

Destaca-se, também, a coordenação e participação do MCTIC em comitês interministeriais como o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (PEDEFOR), o Comitê Gestor de Indicadores de Eficiência Energética (CGIEE) e o Grupo Técnico para Eficientização de Energia nas Edificações no País (GT-Edificações).

• **04UV - Ampliação das ações relativas ao Módulo de Desenvolvimento Tecnológico do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O MCTIC é membro da Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel. Em 2018, foram realizadas três reuniões que discutiram os principais gargalos do setor e as futuras iniciativas para elevar a participação da utilização do biodiesel no mercado nacional e internacional. Ainda, foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito da Câmara, no qual consta uma iniciativa para a criação de um fundo privado de apoio a pesquisa, desenvolvimento e inovação, grupo do qual o MCTIC é membro. Além disso, três ações para apoio ao setor de biodiesel foram aprovadas e iniciadas: i) Projeto "Gestão da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel: apoio às atividades da RBTB e promoção de ações de divulgação científica e tecnológica em biodiesel no Brasil"; ii) Aditivo financeiro ao projeto "Utilização de novos sistemas reacionais que viabilizem o uso de materiais graxos de baixa qualidade para a produção de biodiesel, bem como a reforma da glicerina em álcool, utilizando processos fermentativos de baixo custo"; e iii) apoio à "Chamada para Projetos de Cooperação Internacional em C,T&I no âmbito do agrupamento BRICS". Nessa chamada, dois projetos que envolvem a temática do bioetanol foram aprovados: 1- BRICS technology platform for integrated

bioprocessing of agricultural residues for eco-sustainable production of biofuels and by-products; e 2- Development of fundamentals for Integrated Catalytic Processing of Biomass to fuels and value added chemicals.

• **04UW - Promoção do desenvolvimento tecnológico e inovação na cadeia produtiva do etanol no contexto de biorrefinarias integradas.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O MCTIC é membro da Câmara Setorial do Açúcar e Álcool. Em 2018, foram realizadas três reuniões que discutiram os principais gargalos do setor e as futuras iniciativas para elevar a participação da utilização de ambos os produtos no mercado nacional e internacional. Ainda, foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito da Câmara, no qual consta iniciativa de criar uma proposta de fundo privado de apoio a pesquisa, desenvolvimento e inovação, e do qual o MCTIC é membro. Além disso, duas ações para apoio ao setor de bioetanol foram aprovadas e iniciadas: i) Aditivo financeiro ao projeto “Utilização de novos sistemas reacionais que viabilizem o uso de materiais graxos de baixa qualidade para a produção de biodiesel, bem como a reforma da glicerina em álcool, utilizando processos fermentativos de baixo custo”; e ii) apoio à "Chamada para Projetos de Cooperação Internacional em C,T&I no âmbito do agrupamento BRICS". Nessa chamada, dois projetos que envolvem a temática do bioetanol foram aprovados: 1- BRICS technology platform for integrated bioprocessing of agricultural residues for eco-sustainable production of biofuels and by-products; e 2- Development of fundamentals for Integrated Catalytic Processing of Biomass to fuels and value added chemicals.

• **04UX - Ampliação das ações de desenvolvimento tecnológico e inovação em minerais portadores de futuro.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Quanto à ampliação das ações em Minerais Estratégicos, o MCTIC, em 2018, apoiou dois projetos no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha: i) projeto REGINA (Rare Earth Global Industry and New Applications), executado pelo Centro de Tecnologia Mineral – CETEM; e, ii) o projeto integrado “Development of a production chain for rare earth elements from tailings of the ultramafic alkaline-carbonatite complex Catalão/Goiás - MoCa/Economical exploitation of rare earth elements from monazite-bearing secondary raw materials from the region of Catalão – CaMona, executado pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

• **04UY - Implementação e consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O relatório FORMICT ano base 2017 foi concluído em dezembro de 2018. Um total de 297 ICT responderam ao formulário de coleta de dados, das quais 212 (71,4%) são públicas e 85 (28,6%) são privadas. Dentre as ICT públicas, 168 (79,3%) informaram que já possuem Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT implementados, 31 (14,6%) informaram que estão em processo de implantação de seus NIT e apenas 13 (6,1%) ainda não implementaram seus NIT. Quanto às ICT privadas, 58 (68,3%) declararam ter implementado seus NIT, seis (7%) ICT privadas estão em fase de implementação e 21 (24,7%) não possuem NIT implementado.

• **04UZ - Aperfeiçoamento dos mecanismos de concessão dos incentivos fiscais para a pesquisa tecnológica e o desenvolvimento de inovação tecnológica.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O novo sistema de coleta e apoio à análise de informações das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais para a pesquisa tecnológica e o desenvolvimento de inovação tecnológica continua em processo de desenvolvimento. A previsão de entrega para teste piloto é fevereiro de 2019 e a expectativa é que o coleta de dados relativos ao ano base 2018, que se iniciará em maio de 2019, já ocorra no novo sistema.

• **04V4 - Aperfeiçoamento do marco regulatório do fomento à inovação, de forma a facilitar a ampliação dos investimentos em inovação.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A publicação do Decreto nº 9.283/2018, em fevereiro de 2018, estabeleceu a necessidade de publicar atos complementares para permitir a plena implementação do fomento à inovação. Em 2018 foi elaborada minuta de portaria tratando do disposto no § 4º do Art. 38 do Decreto 9.283/2018 “§ 4º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão disciplinará a exigência de contrapartida como requisito para celebração do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação”.

- **04V5 - Apoio ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras e de startups de base tecnológica por meio do aporte de capital, do estímulo ao co-investimento privado e também à ampliação dos mecanismos de crédito, executados de maneira descentralizada.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O MCTIC criou, em parceria com a FINEP, CNPq, CONSECTI, CONFAP e ANPROTEC, o Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores - Programa Centelha (Portaria MCTIC nº 4.082/18), com o objetivo de “estimular, orientar e promover a geração de empresas de base tecnológica de alto crescimento em todo o território nacional”. O programa atuará por meio da concessão de recursos de subvenção econômica, bolsas e capacitações para incentivar empreendedores a transformarem novas ideias em startups inovadoras. Será executado de forma descentralizada pelos estados, com o apoio técnico e financeiro do MCTIC e de suas agências de fomento. Em junho de 2018, foram lançados dois editais do Programa: i) Edital MCTIC nº 117/2018, no valor global de R\$ 3 milhões, para a seleção de entidade responsável pelo projeto de suporte à implementação do Programa Centelha; a instituição selecionada foi a Fundação Certi de Santa Catarina ii) Carta-Convite MCTIC/FINEP 01/2018, no valor global de R\$ 30 milhões, para a seleção pública dos parceiros operacionais estaduais que conduzirão o programa; foram selecionados 22 Estados da Federação. Os convênios de descentralização começaram a ser assinados em dezembro de 2018.

Ainda, foi lançado um programa piloto pelo MCTIC, em parceria com o CNPq e com o CONFAP, que visa capacitar e agregar recursos humanos em empresas incubadas mediante sua participação em projetos de PD&I. O programa atende empresas vinculadas a incubadoras em operação no País, certificadas ou em processo de obtenção da certificação Cerne (Anprotec/Sebrae). Foi lançada Chamada Pública CNPq/MCTIC/SETEC nº 31/2017, que disponibilizou R\$ 1,5 milhões para investimento em projetos de PD&I de micro e pequenas empresas em novembro de 2017. Ao todo foram recebidas, em 2018, 241 propostas, sendo aprovados 27 projetos de PD&I de empresas vinculadas à incubadoras de todas as regiões do país. Cada projeto, com duração de até 12 (doze) meses, contará com recursos de até R\$ 60 mil para a concessão de bolsas de fomento tecnológico. O Comitê Julgador estabelecido pelo CNPq recomendou, ainda, a aprovação de outras 35 propostas com nota superior a 9 (nove), que poderão ser apoiadas pelas FAPs. No final de 2018 se destinou recursos adicionais para apoiar mais 10 projetos recomendados.

- **0636 - Apoio à instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação de multinacionais no Brasil.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Criada pelo Decreto nº 9.243, em dezembro de 2017, a Sala de Inovação é uma iniciativa do Governo Federal para coordenar as ações de atração de centros e projetos de PD&I de grandes empresas multinacionais para o Brasil. Com essa iniciativa, o Brasil quer atrair pelo menos 30 grandes centros de PD&I até 2022. Uma das principais funções da Sala de Inovação será reunir, num só local, a Apex-Brasil, as informações sobre modelos, instrumentos e incentivos proporcionados pelo governo para apoiar a criação de centros de pesquisa e desenvolvimento no país. Foi institucionalizado um Comitê Gestor da Sala de Inovação, cuja Secretaria Executiva será alternada entre MDIC e MCTIC a cada dois anos. O colegiado será composto por representantes dos dois ministérios, além de representantes do MRE, Apex Brasil, BNDES, CNPq e Finep. Foi instituído também um Conselho Consultivo com representantes do setor produtivo, de entidades de classe e entidades privadas sem fim lucrativo. Esse segundo colegiado será responsável por formular recomendações ao Comitê Gestor. A Portaria Interministerial nº 26, de 18/05/2018 aprovou o Regimento Interno da Sala de Inovação no Poder Executivo federal. O texto destaca que a Sala de Inovação deverá definir e executar a estratégia do Poder Executivo federal de atração, implementação, manutenção e expansão de centros e projetos de PD&I do exterior para o Brasil; e estabelecer e garantir o funcionamento de ponto focal no Poder

Executivo federal para o atendimento a sociedades estrangeiras e suas subsidiárias e filiais interessadas em realizar investimentos em PD&I no Brasil. Ainda, a norma dispõe que a Sala de Inovação deverá mapear e divulgar as competências tecnológicas do País, a infraestrutura tecnológica, os recursos humanos qualificados e os incentivos governamentais existentes; e acompanhar e avaliar a execução dos objetivos, das políticas e esforços de atração de investimentos em PD&I. Como forma de desburocratizar os processos existentes, a portaria prevê que será admitida a utilização de meios eletrônicos para transmissão ou tráfego de documentos da Sala de Inovação. Por último, foi aprovado o Fluxo de Atendimento aos solicitantes de apoio e o Formulário "Investments Project Profile - R&D Projects, a ser preenchido pelos solicitantes.

- **0637 - Apoio ao desenvolvimento da indústria de Venture Capital no País por meio do compartilhamento de riscos com o setor privado e pelo aporte, pela Finep, de recursos em empresas inovadoras via participação acionária.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A Finep aportou recursos em dois novos fundos que iniciaram operações em 2016:

1-Fundo Brasil Central, com objetivo de investir em micro e pequenas empresas inovadoras com foco nos setores Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Tecnologias Agropecuárias, Tecnologias em Saúde, na região Centro-Oeste, e

2-Fundo Sul Inovação, visando investir em micro e pequenas empresas inovadoras com foco nos setores Tecnologia da Informação e Comunicação (TICe Inovação, na região Sul.

Ainda em 2016, 2 fundos foram desinvestidos:

1- Fundo Novarum: O capital comprometido total do Fundo atingiu R\$ 12,75 milhões. Sendo que a Finep subscreveu R\$ 3,8 milhões, mas apenas integralizou R\$ 2,66 milhões e recebeu como amortização R\$ 1,9 milhão. O fundo teve outros 4 investidores, sendo um Organismo Multilateral e os outros investidores privados. O Fundo investiu em 6 empresas localizadas em Minas Gerais e São Paulo.

2- Fundo Stratus GC III: O Fundo tinha por objetivo realizar investimentos minoritários em empresas emergentes de base tecnológica (inovadoras) dos seguintes setores: novos materiais, biodiversidade, biotecnologia e meio ambiente. O Fundo realizou seis investimentos que totalizaram R\$ 46,4 milhões. O total do capital integralizado foi de R\$ 58,04 milhões. O total integralizado pela FINEP foi de R\$ 11,6 milhões. As amortizações somaram R\$ 4,06 milhões. O fundo teve outros 5 investidores, sendo um Organismo Multilateral, uma agência de desenvolvimento e os outros investidores privados.

Em 2016 e 2017 não houve novo orçamento para realizações de novas chamadas para investimentos em novos fundos. O ano de 2017 foi finalizado com um portfólio de 28 fundos em operação, com um patrimônio comprometido total de aproximadamente de R\$ 5 bilhões. Deste, a FINEP comprometeu R\$ 655 milhões e já integralizou R\$ 452 milhões. Com isso a FINEP alavancou o aporte de recursos em empresas inovadoras na ordem de 7x o valor investido pela FINEP. Os investidores privados foram responsáveis por alavancar em 4 vezes o aporte da FINEP.

Alguns fundos, que iriam finalizar em 2017, foram prorrogados considerando a dificuldade de desinvestimentos das empresas devido ao momento econômico desfavorável a venda de participação nas empresas.

- **0638 - Apoio, via Finep, à aquisição de empresas de base tecnológica no exterior.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2013, foi apoiado um projeto de empresa de grupo do mercado farmacêutico nacional que tinha como objeto absorção de tecnologia por meio da aquisição de empresas no exterior. Foram feitos nove aportes em empresas investidas no exterior em 2016 e em 2017 foram feitos investimentos em oito empresas no exterior.

- **06Q0 - Elevação da participação do setor empresarial nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D).**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Entre 2006 e 2018 o número de empresas que solicitaram os incentivos previstos na Lei do Bem aumentou de 130 para 1.476, a renúncia fiscal passou de R\$ 229 milhões para R\$ 2,1 bilhões e o investimento das empresas cresceu de R\$ 2,2 bilhões para aproximadamente R\$ 10 bilhões. Considerando o somatório dos investimentos e das renúncias praticadas, verifica-se que as empresas investiram R\$ 70,3 bilhões em PD&I no período e obtiveram benefícios fiscais de R\$ 13,8 bilhões.

• **06XC - Promoção da ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2018, a quantidade de empresas beneficiárias dos incentivos fiscais do Cap. III da Lei 11.196/2005 (Lei do Bem) que apresentaram relatório de atividades de P&D ao MCTIC foi de 1.476, relativo ao ano base 2017, o que representou um incremento de 26% de empresas que se beneficiaram dos referidos incentivos em relação ao ano base 2016. O total de projetos de P&D apresentados para avaliação pelo MCTIC foi de 10.234, o que representou um incremento de 12% em relação ao ano anterior. O montante investido em atividades de P&D pelas empresas foi de R\$ 9,8 bilhões, o que representou um aumento de 15% em relação ao ano base anterior e a renúncia fiscal associada foi de R\$ 2,1 bilhões, o que representou um aumento de 21% em relação ao ano base anterior. Esses dados nos permitem inferir que houve aumento no interesse das empresas em utilizar esse instrumento de estímulo ao desenvolvimento de atividades de P&D no País e, conseqüentemente, um incremento significativo nos investimentos em P&D pelas empresas no Brasil.

Financiamentos Extraorçamentários

- Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas: Dedução, como despesa operacional, das despesas: com pesquisas científicas ou tecnológicas, inclusive com experimentação para criação ou aperfeiçoamento de produtos, processos fórmulas e técnicas de produção, administração ou venda; com pesquisa de recursos naturais, inclusive prospecção de minerais, desde que realizadas na área de atuação da SUDAM, em projetos por ela aprovados; com pesquisa de recursos pesqueiros, desde que realizada de acordo com projeto previamente aprovado pelo IBAMA.
- Financiamento não reembolsável a desenvolvimento tecnológico e a inovação (BNDES Funtec)
- Financiamento reembolsável à inovação nas empresas.
- Inovação Tecnológica: A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Poderá chegar a até 80% dos dispêndios em função do número de empregados pesquisadores contratados pela pessoa jurídica. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a até 20% da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT e por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos. A exclusão corresponderá, à opção da pessoa jurídica, a no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados. Exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL de até 160% dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para as pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios das Leis de capacitação e competitividade do setor de informática e automação (Leis nº 8.248/1991, 8.387/1991 e 10.176/2001).
- Inovação Tecnológica: A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Poderá chegar a até 80% dos dispêndios em função do número de empregados pesquisadores contratados pela pessoa jurídica. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a até 20% da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT e por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos. A exclusão corresponderá, à opção da pessoa jurídica, a no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados. Exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL de até 160% dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para as pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios das Leis de capacitação e competitividade do setor de informática e automação (Leis nº 8.248/1991, 8.387/1991 e 10.176/2001).
- Inovação Tecnológica: Redução de 50% do IPI sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento

tecnológico.

OBJETIVO: 1057 - Promover políticas e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação e disseminar dados e informações em áreas estratégicas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

A finalidade desse objetivo é promover políticas e programas de pesquisa e desenvolvimento e disseminação da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no País, nas áreas de atuação da SEPED, a saber: Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra, da Vida, Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e em especial a Água, Alimentos, Bioeconomia, Biotecnologia, Saúde, Agropecuária, Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia, Mudança do Clima, Ciências do Mar e Antártica, Bioenergia, Biocombustíveis e Recursos Minerais.

Nesse contexto tem atuação destacada no processo de formação e qualificação de estudantes e pesquisadores no âmbito nacional por meio de concessão de bolsas e apoio a projetos de pesquisas, visando soluções para o desenvolvimento econômico sustentável, de acordo com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O fortalecimento da base científica na promoção da inovação de modo a tornar o país mais competitivo a partir da geração de novos produtos, processos capazes de melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira por meio do financiamento dos diversos projetos de p&d, estudos prospectivos, formação e qualificação de recursos humanos, inclusive por intermédio do estabelecimento de cooperações nacionais e internacionais.

Para o alcance do objetivo, estão sendo apoiados iniciativas/projetos nas áreas, Bioeconomia, Biotecnologia, Saúde, Agropecuária, Biodiversidade, Ecossistemas, Ciências do Mar e Antártica, tendo como desafio em aumentar a autonomia brasileira nestes setores, utilizando conhecimento gerado no País nos últimos anos para o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos. Cabe salientar que as políticas adotadas através deste objetivo têm forte aderência com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

Projetos/iniciativas implementados em 2018 no âmbito deste Objetivo que merecem destaque foram:

1. Implementar o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira-SiBBR (<http://www.sibbr.gov.br/>), está em franco processo de expansão e de consolidação mediante a customização de nova plataforma, mediante o compartilhamento de códigos abertos utilizados por diversos países da comunidade GBIF. Esta plataforma traz, dentre os módulos instalados estão em processo de configuração, pelo menos três tipos novos de visualização de dados, contribuindo para a expansão do sistema.
- 2 - A Gestão da Rede Brasil-Biotec, visa promover uma maior eficiência de gestão e fortalecimento das Redes de Biotecnologia do MCTIC com foco na eficiência econômica, na otimização da infraestrutura, na complementaridade de atribuições e na capacidade de inovação nacional no Brasil;
- 3 – O apoio à produção de inventários de Avaliação de Ciclo de Vida. Projetos focado na construção de inventários do ciclo de vida de produtos (ICVs) visando alimentar o Banco Nacional de Inventários de Ciclo de Vida (SICV Brasil) com ICVs representativos da economia brasileira e que estejam em concordância com os preceitos da Bioeconomia, alinhados com as diretrizes do Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS;
- 4 - Apoio à sub-rede de Modelagem Climática da Rede CLIMA (CPTEC/INPE) para subsidiar a componente de vulnerabilidade e adaptação da Quarta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (4CN);
- 5- Apoio à implantação de Living Lab para o desenho, prototipação e implementação de soluções construtivas inteligentes. Este laboratório deverá fazer a articulação entre Academia, Governo, Sociedade Civil e Setor Empresarial para o desenvolvimento de soluções sustentáveis para ambientes construídos.

Metas 2016-2019

• **0453 - Apoiar 130 projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O total acumulado desta meta, referem-se ao total das iniciativas\projetos apoiados no período de 2016 a 2018.

Estas iniciativas/projetos tem por finalidade a implementação de políticas públicas que visa a articulação, implementação e gerenciamento de políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico estratégicos nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra, da Vida, Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e em especial a Água, Alimentos, Bioeconomia, Biotecnologia, Saúde, Agropecuária, Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia, Mudança do Clima, Ciências do Mar e Antártica, Bioenergia, Biocombustíveis e Recursos Minerais.

Em 2018, foram implementados 20 iniciativas\projetos, que somados aos 37 já implementados totalizam 57 iniciativas\projetos, totalizando 43,85% da meta prevista durante o PPA 2016-2019.

Vale ressaltar que esta meta encontra-se em andamento adequado, embora, a meta prevista para o período foi superestimada em apoiar 130 projetos.

Quantidade alcançada

57 Projetos apoiados

Data de Referência

18/01/2019

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

• **0454 - Expandir o Sistema de Informação sobre Biodiversidade e Recursos Naturais.**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Os recursos do plano orçamentário foram utilizados para a elaboração de aditivos ao contrato de gestão da RNP, já que a operação do SiBBr está sendo gradualmente deslocada em sua totalidade para a RNP.

O SiBBr está em franco processo de expansão e de consolidação mediante a customização de nova plataforma, mediante o compartilhamento de códigos abertos utilizados por diversos países da comunidade GBIF. O processo de customização, que se iniciou mediante a contratação de um time dedicado, pela RNP, já está em fase avançada. Os módulos mais básicos da plataforma já foram instalados, o novo layout da interface aprovado e a nova identidade visual do SiBBr está em instalação. A customização deve ser finalizada (pelo menos para todos os módulos básicos) até dezembro.

A customização traz também benefícios em torno de ferramentas de qualidade de dados, já que há aplicações internas específicas para isso.

Em dezembro já houve testes iniciais de carga de dados.

A nova plataforma traz, dentre os módulos já instalados e que ainda estão em processo de configuração, pelo menos três tipos novos de visualização de dados, contribuindo para a expansão do sistema.

A expansão do Sistema traz muitas possibilidades de contribuição para o alcance das metas ODS citadas acima, uma vez que muitos esforços estão sendo feitos para que haja integração e análise de dados sobre impactos e novas tecnologias agrícolas, especialmente no Cerrado, contribuindo portanto, para as metas 2.1, 2.4 e 2.5. Há um volume crescente de dados para publicação no sistema que auxiliam no alcance da meta 15 (15.4, 15.6, 15.9 e 15.a). O aumento e a diversificação de dados também contribuem para processos de tomada de decisão mais bem informados e,

consequentemente, favorecem também o alcance das metas 6, 11 e 12.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Iniciativas

- **04VE - Fomento às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltadas para a bioeconomia, especialmente nas áreas de biotecnologia, fármacos, medicamentos e bioprodutos, considerando as assimetrias regionais.**

Individualizada: Não

- **04VF - Fomento às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas como: energia, saúde, biodiversidade, recursos naturais, meteorologia, hidrologia, agropecuária, aquicultura e pesca.**

Individualizada: Não

- **04VL - Fomento às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação visando à segurança hídrica, alimentar e energética.**

Individualizada: Não

- **04VP - Fortalecimento e expansão da operação do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR).**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Com a customização dessa nova plataforma, resolvem-se todos os problemas de indexação e integração de dados, que passam a ser automatizados. Além disso, dois novos módulos serão oferecidos, disponibilizando informações sobre os acervos existentes nas coleções biológicas nacionais. Com anova customização, o SiBBR oferecerá visualização de dados em diversos módulos, a saber,: (1) explorar dados de ocorrência de biodiversidade em um mapa, (2) explorar informações sobre espécies (história natural, ecologia, modo de vida, vulnerabilidade, publicações, registros de ocorrência, (3) apresentar informações sobre acervos biológicos brasileiros, (3) apresentar uma lista de autoridades taxonômicas nacionais, (4) possibilidade de análise local de dados (análise dentro de determinada coordenada geográfica sobre todos os dados publicados naquele perímetro) e (5) visualização de camadas de dados ambientais cruzados com dados de ocorrência de espécies.

A customização trará, adicionalmente, 3 módulos associados a análises espaciais de dados, ou seja, a possibilidade de análises mais complexas que envolvam técnicas de correlação, regressão, modelagem, dentre outras.

Por fim, foram feitos também vídeos tutoriais para capacitação de estruturação e padronização de dados, que serão disponibilizados na plataforma.

- **06XA - Apoio à implantação de polos tecnológicos**

Individualizada: Não

- **06XJ - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial**

Individualizada: Não

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Exportações de equipamentos de telecomunicações	US\$ milhão FOB	31/12/2014	263	30/11/2018	205,7
Número de usuários de internet com acesso em banda larga móvel e fixa	unidade	31/12/2013	100.382.743	31/12/2017	16.426.355
Percentual da população que é usuária da internet	%	31/12/2013	49,4	31/12/2017	69,8
Percentual da população que é usuária de internet exclusivamente por meio de equipamentos eletrônicos diferentes do microcomputador	%	31/12/2013	4,1	31/12/2017	43,4
Percentual da população rural que é usuária de internet	%	31/12/2013	18,6	31/12/2017	39
Percentual da população rural que é usuária de internet exclusivamente por meio de equipamentos eletrônicos diferentes do microcomputador	%	31/12/2013	2,9	31/12/2017	26,78
Percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga	%	31/12/2013	46,85	31/12/2017	74,68
Percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga exclusivamente móvel (3G ou 4G)	%	31/12/2013	20,89	31/12/2017	25,2
Percentual de domicílios com recepção de sinal digital de televisão aberta	%	31/12/2013	31,2	31/12/2017	66,61
Percentual de domicílios rurais com acesso à internet em banda larga exclusivamente móvel (3G ou 4G)	%	31/12/2013	5,4	31/12/2017	17,39
Percentual de domicílios sem recepção de sinal digital de televisão aberta, antena parabólica ou acesso a serviço de TV por assinatura	%	31/12/2013	28,5	31/12/2017	6,2
Percentual de escolas públicas com internet em banda larga	%	31/12/2014	42,86	31/12/2016	48,91
Percentual de escolas públicas rurais com internet em banda larga	%	31/12/2014	8,1	31/12/2016	17,01
Velocidade média do acesso à internet em banda larga das escolas públicas urbanas abrangidas pelo Programa Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas - PBLE	Mbps	23/02/2015	1,9	31/08/2018	4,1

Observações:

Número de usuários de internet com acesso em banda larga móvel e fixa - Informação registrada no sistema SIOP antes da efetiva apuração. Deverá ser atualizada e confirmada pelo MCTIC em jan/2019.

OBJETIVO: 1020 - Expandir o acesso à internet em banda larga para todos promovendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

No programa GESAC (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão), ao final de 2015, o consórcio responsável já havia implantado cerca de 4.000 pontos do Ministério das Comunicações e 6.000 pontos do Ministério da Saúde. No entanto, em 2016 o Ministério da Saúde cancelou seu contrato, restando apenas a implantação dos pontos contratados pelo MCTIC. Ao final de 2016, dos 6.898 pontos contratados pelo MCTIC, 6.291 estavam instalados. Durante o ano de 2017, no entanto, houve uma diminuição do ritmo de instalação de pontos de acesso, devido ao contingenciamento orçamentário/financeiro, e porque pontos que estavam com baixo tráfego foram desligados, sem a indicação de novos pontos para instalação. Dos 6.898 pontos contratados pelo MCTIC, 5.992 foram atendidos entre o período de 2016 a 2018. A redução do número anterior se deve a desativações de pontos de presença Gesac que não apresentavam o tráfego mínimo exigido para manutenção da conexão conforme definido na Norma Gesac.

Durante o ano de 2017 foi firmada uma parceria com o Ministério da Educação para contratação, a partir de 2018. O Contrato atual foi celebrado com a Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebras, objetivando atender 15.000 pontos, sendo que 6500 são escolas rurais participantes do Programa Educação Conectada do Ministério da Educação. Esse Contrato foi suspenso em março de 2018. Primeiro devido a uma ação judicial e posteriormente devido a cautelar do Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 1.692/2018. Em novembro de 2018 o TCU encaminhou ao MCTIC o Acórdão nº 2487/2018 – TCU – Plenário, revogando a cautelar, a partir dessa data o contrato foi retomado.

Até o segundo semestre do 2018, o programa Gesac, disponibilizou conexão para 701.227 alunos em 2.319 escolas localizadas em áreas remotas. Juntem-se a isso programas como Juventude Rural, Computadores para Inclusão (CRC) e Redes de Cidadania, que levaram capacitação a mais 3.219 participantes no mesmo exercício. Além disso, foram apoiados vários eventos formativos para disseminação de conteúdos de inclusão digital, capacitando em 2018 mais 71.729 pessoas. Com a evolução da implantação de Cidades Digitais, foi possível finalizar projetos em 126 municípios, com 318 pontos de acesso público, beneficiando um número estimado em 574.635 cidadãos. Há que se considerar ainda cerca de 4.000 Telecentros que beneficiam cerca de 400.000 usuários.

O Programa Cidades Digitais, iniciado em 2012, vem implantando infraestrutura de conexão ótica, disponibilizando aplicativos de governo eletrônico e promovendo a formação na área de TIC em municípios selecionados a partir de editais de seleção lançados em 2012 e 2014. No edital de 2012 (Projeto PILOTO) foram selecionados 80 municípios, dos quais 72 tiveram seus projetos finalizados e 8 municípios não puderam ser implantados (4 não assinaram acordo de cooperação e 4 não conseguiram chegar a um acordo com concessionárias de energia elétrica para a utilização de postes).

O Edital de 2014 (PAC/AVANÇAR) selecionou 262 municípios para implantação do Projeto - Cidade Digital. Nos anos de 2015 e 2016 houve forte contingenciamento orçamentário/financeiro, o que impediu a implantação efetiva do programa. Em 2017, com uma maior liberação de recursos, foi possível retomar, a partir do mês de maio, as implantações. Ao final de 2018 constam 54 cidades já finalizadas e 07 em obras (Projeto PAC/AVANÇAR), com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2019. O forte contingenciamento sofrido nos dois primeiros anos do programa acarretou a desistência de uma das empresas contratadas. Novo processo licitatório será realizado em 2019 para retomada das obras que estavam sob responsabilidade daquela empresa. Como a execução se iniciou praticamente em 2017, o cronograma de implantação deverá ser prorrogado, a fim de que se possam concluir todas as implantações previstas. Cabe salientar que 4 municípios, dos duzentos e sessenta e dois, não assinaram o Acordo de Cooperação Técnica.

No que concerne às Metas referentes a ampliar a ‘parcela da população coberta com rede de transporte (backhaul) óptica’, ‘proporção de acessos da banda larga móvel (3G/4G) e acessos móveis’, ‘velocidade média da banda larga fixa’, assim como ‘serviço de banda larga móvel em todos os municípios do país’, as tratativas tem por alvo expandir o acesso

à Internet para toda população, o que vem sendo atingido ano a ano e pode ser comprovado com os dados apresentados que demonstram o avanço do número de municípios novos que receberam a rede da 4ª Geração de celular em 2018, bem como o aumento dos municípios atendidos com a rede de transporte em fibra ótica, que permite a prestação do serviço de conexão de dados em alta velocidade. Tais avanços são demonstrados por meio do acréscimo da velocidade média do Brasil e o aumento do número de acessos móveis conectados à rede 4G, conforme dados disponíveis na página eletrônica da ANATEL. (1) Parcela da população coberta com rede de transporte (backhaul) óptica: 2017: de 88,09% (2017) para 89,38% (2018). (2) Proporção de acessos da banda larga móvel (3G/4G) e acessos móveis: os acessos 4G aumentaram de 43,2% (Dez/2017) para 53,9% (Out/2018). Os acessos 3G reduziram de 36,6% (Dez/2017) para 27,3% (Out/2018). A quantidade de acessos móveis reduziu de 239.091.782 (Nov/2017) para 231.827.959 (Nov/2018). (4) Velocidade média da banda larga fixa: a velocidade contratada aumentou de 22,81 Mbps (3T/2017) para 26,71 Mbps (3T/2018). Serviço de banda larga móvel em todos os municípios do país: em Dez/2018, havia 5.385 cobertos com 3G e 1.932 com LTE Advanced.

Metas 2016-2019

• 048J - Alcançar 1 milhão de participantes pelos Programas de Inclusão Digital

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A meta parcial de 2016, de alcançar um contingente de 1.000.000 de participantes, foi largamente superada. A fórmula de cálculo efetivamente utilizada foi: Gesac nas escolas: censo escolar do INEP; FAPs, CRCs e Juventude Rural: Relatórios da CGAF; Cidades Digitais: Estimativa populacional x PAPs (pontos de acessos públicos); Telecentros: Relatório CETIC pontos de acesso público (telecentros em funcionamento).

Até o segundo semestre do 2018, o programa Gesac, disponibilizou conexão para 701.227 alunos em 2.319 escolas localizadas em áreas remotas. Juntam-se a isso programas como Juventude Rural, Computadores para Inclusão (CRC) e Redes de Cidadania, que levaram capacitação a mais 3.219 participantes no mesmo exercício. Além disso, foram apoiados vários eventos formativos para disseminação de conteúdos de inclusão digital, capacitando em 2018 mais 71.729 pessoas. Com a evolução da implantação de Cidades Digitais, foi possível finalizar projetos em 126 municípios, com 318 pontos de acesso público, beneficiando um número estimado em 574.635 cidadãos. Há que se considerar ainda cerca de 4.000 Telecentros que beneficiam cerca de 400.000 usuários. Assim, a execução da Meta alcançou 1.741.505 pessoas.

Indicadores Norte Sul Centro-oeste Nordeste Sudeste TOTAL

Gesac em escolas (alunos atendidos): 208.047 16.601 18.927 411.415 46.237 701.227

FAPs e CRCs: 1.690 1.718 904 4.032 570 8.914

Eventos: 13.000 1.565 9000 13.000 20164 56.729

Cidades Digitais: 78.057 84.784 2.864 326.906 82.024 574.635

Telecentros (BR e Comunitários) 29.800 71.480 31.920 123.680 143.120 400.000

TOTAL GERAL 330.594 176.148 63.615 879.033 292.115 1.741.505

Quantidade alcançada

1,7 milhão

Data de Referência

30/08/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50.000	unidade	63.615	31/12/2018
Região Nordeste	500.000	unidade	879.115	31/12/2018
Região Norte	100.000	unidade	330.594	31/12/2018
Região Sudeste	250.000	unidade	292.115	31/12/2018
Região Sul	100.000	unidade	176.148	31/12/2018

• 048I - Ampliar a parcela da população coberta com rede de transporte (backhaul) óptica

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Em 2017 o indicador alcançou 88,1% da população residente em municípios com presença de backhaul em fibra ótica. Já em 2018, o indicador pouco evoluiu atingindo 89%. Conforme os municípios mais populosos são atendidos, o esforço para atingir a meta aumenta, já que mais municípios precisam ser atendidos para alcançar um quantitativo pequeno da população. De acordo com os cálculos, para o atingimento da meta, devem ser atendidos, pelo menos, os 542 municípios mais populosos que ainda não possuem essa infraestrutura nos próximos dois anos. Isso significa atender a 1/4 dos municípios que atualmente não possuem backhaul de fibra ótica.

O aumento da população coberta com rede de fibra ótica no Brasil está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (ODS 9 e ODS 17) na medida em que permite o aumento do compartilhamento do conhecimento e aumento do acesso às TIC, por meio de infraestrutura resiliente.

Quantidade alcançada

89,26 %

Data de Referência

30/06/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

• 048L - Atender 11.000 áreas de vulnerabilidade digital com acesso à internet pelo Programa GESAC

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2014 iniciou-se a contratação de serviço de acesso à internet, a partir de licitação na modalidade de registro de preço realizada pelo Ministério das Comunicações e Ministério da Saúde. Foram contratados, à época, 13.000 pontos, a serem implantados gradativamente. Ao final de 2015, o consórcio responsável já havia implantado cerca de 4.000 pontos do Ministério das Comunicações e 6.000 pontos do Ministério da Saúde. No entanto, o Ministério da Saúde cancelou seu contrato em 2016, restando apenas a implantação dos pontos contratados pelo MCTIC.

Atualmente, dos 6.898 pontos contratados pelo MCTIC, 5.992 foram atendidos entre o período de 2016 a 2018. A redução do número anterior se deve a desativações de pontos de presença Gesac que não apresentavam o tráfego mínimo exigido para manutenção da conexão conforme definido na Norma Gesac.

Durante o ano de 2017 foi firmada uma parceria com o Ministério da Educação para contratação, a partir de 2018. O Contrato atual foi celebrado com a Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebras, objetivando atender 15.000 pontos, sendo que 6500 são escolas rurais participantes do Programa Educação Conectada do Ministério da Educação. Esse

Contrato foi suspenso em março de 2018. Primeiro devido a uma ação judicial e posteriormente devido a cautelar do Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 1.692/2018. Em novembro de 2018 o TCU encaminhou ao MCTIC o Acórdão nº 2487/2018 – TCU – Plenário, revogando a cautelar, a partir dessa data o contrato foi retomado.

Quantidade alcançada

5.992 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	398	unidade	278	31/12/2018
Região Nordeste	6.515	unidade	3.084	31/12/2018
Região Norte	2.073	unidade	1.495	31/12/2018
Região Sudeste	1.412	unidade	767	31/12/2018
Região Sul	602	unidade	368	31/12/2018

• **048H - Aumentar a proporção de acessos da banda larga móvel (3G/4G) para 90% dos acessos móveis pessoais**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Em 2018 o indicador avançou quatro pontos percentuais em relação ao fechamento do ano de 2017. Considerando a evolução dos acessos (3G/4G) e da tecnologia dos dispositivos móveis, e permanecendo um comportamento linear para a evolução desse indicador, a meta de 90% deverá ser alcançada no início do ano de 2019.

As obrigações de cobertura com tecnologia 3G em todas as sedes municipais até o ano de 2019, impostas pela Anatel, associada à rápida evolução dos aparelhos celulares, têm possibilitado o constante crescimento da penetração dos serviços de banda larga móvel entre a população. Ainda assim, novos instrumentos têm sido utilizados para a expansão da cobertura móvel, como os projetos de compromisso adicional dos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC e os programas estaduais de incentivo à implantação de infraestrutura móvel em localidades rurais e isoladas.

O aumento do acesso à banda larga móvel no Brasil está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – ONU (ODS 9 e ODS 17) na medida em que permite o aumento do compartilhamento do conhecimento e aumento do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC.

Quantidade alcançada

88,28 %

Data de Referência

01/11/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	91,7	%	88,5	01/11/2018
Região Nordeste	89,8	%	84,48	01/11/2018

Região Norte	86,4	%	85,93	01/11/2018
Região Sudeste	91,4	%	90,94	01/11/2018
Região Sul	87,1	%	87,66	01/11/2018

• **048G - Aumentar a velocidade média da banda larga fixa**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Em setembro de 2018 a velocidade média da banda larga fixa no país alcançou 25,88 Mbps, o que representou um aumento de 135% em relação à linha de base em 2015. Contribuíram para o atingimento da meta ações desenvolvidas pela Agência para incrementar a velocidade média da banda larga fixa no país, especialmente as voltadas para o estímulo à entrada de pequenos prestadores no mercado (Comitê de Prestadores de Pequeno Porte e alteração do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC), o mapeamento das lacunas de rede por meio do Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações - PERT e a consolidação das ofertas de atacado de elementos de rede.

O aumento da velocidade da internet no Brasil está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU (ODS 9 e ODS 17) na medida em que permite o aumento do compartilhamento do conhecimento e aumento do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC.

Quantidade alcançada

25,88 Mbps

Data de Referência

01/09/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

• **04EC - Disponibilizar o serviço de banda larga móvel em todos os municípios do país**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista as metas de cobertura móvel com tecnologia 3G, exigidas pela Anatel, a meta deve ser totalmente cumprida ao final de 2019.

Para garantir a cobertura dos municípios com a melhor tecnologia disponível foram negociados, durante o ano de 2018, compromissos adicionais aos TAC das operadoras de telecomunicações que envolvem a ampliação da cobertura 4G em sedes de municípios e localidades não sede, que ainda não dispõem desta tecnologia.

O aumento do acesso à banda larga móvel no Brasil está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (ODS 9 e ODS 17) na medida em que permite o aumento do compartilhamento do conhecimento e aumento do acesso às TIC. Considerando linear a evolução até o presente, a meta poderá ser atingida ao fim do primeiro semestre de 2019.

Quantidade alcançada

98,5 %

Data de Referência

01/10/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	93,79	01/10/2018
Região Nordeste	100	%	99,05	01/10/2018

Região Norte	100	%	100	01/10/2018
Região Sudeste	100	%	99,52	01/10/2018
Região Sul	100	%	97,73	01/10/2018

• **048K - Implantar 262 cidades digitais**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O Programa Cidades Digitais, iniciado em 2012, vem implantando infraestrutura de conexão ótica, disponibilizando aplicativos de governo eletrônico e promovendo a formação na área de TIC em municípios selecionados a partir de editais de seleção lançados em 2012 e 2014. No edital de 2012 foram selecionados 80 municípios (Projeto PILOTO), dos quais 72 tiveram seus projetos finalizados e 8 municípios não puderam ser implantados (4 não assinaram acordo de cooperação e 4 não conseguiram chegar a um acordo com concessionárias de energia elétrica para a utilização de postes).

O Edital de 2014 selecionou 262 municípios (PAC/Avançar), que são alvo dessa meta. Nos anos de 2015 e 2016 houve forte contingenciamento orçamentário/financeiro, o que impediu a implantação efetiva do programa. Em 2017, com uma maior liberação de recursos, foi possível retomar, a partir do mês de maio, as implantações.

Ao final de 2018 constam 54 cidades já finalizadas e 07 em obras (PAC/Avançar), com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2019. O forte contingenciamento sofrido nos dois primeiros anos do programa acarretou a desistência de uma das empresas contratadas. Novo processo licitatório será realizado em 2019 para retomada das obras que estavam sob responsabilidade daquela empresa. Como a execução se iniciou praticamente em 2017, o cronograma de implantação deverá ser prorrogado, a fim de que se possam concluir todas as implantações previstas.

Cabe salientar que 4 municípios, dos duzentos e sessenta e dois, não assinaram o Acordo de Cooperação Técnica.

Quantidade alcançada

54 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	0	31/12/2018
Região Nordeste	119	unidade	21	31/12/2018
Região Norte	34	unidade	3	31/12/2018
Região Sudeste	68	unidade	23	31/12/2018
Região Sul	24	unidade	7	31/12/2018

Iniciativas

- **02YT - Disponibilização das comunicações estratégicas e de banda larga por meio do lançamento de um Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC e a correspondente implantação dos sistemas em terra para o seu controle e utilização**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

O projeto SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas) compreende o artefato, que está

em órbita, e uma estrutura de igual importância em terra para dar suporte operacional e comercial às atividades inerentes da missão Telebras. São ao todo, cinco (5) estações de acesso em banda Ka (gateways), oito (8) estações de controle satelital e dois (2) Centros de Operações Espaciais (COPEs) que estão em operação. Toda essa estrutura foi concebida com o mais alto grau de disponibilidade operacional, alcançando certificação internacional TIER-IV de resiliência, segurança e confiabilidade.

O projeto do SGDC segue as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012. Em 2012 foi constituída a empresa Visiona Tecnologia Espacial (joint-venture entre Embraer, 51%, e Telebras, 49%), integradora do projeto, responsável por coordenar a aquisição, construção, testes e lançamento do artefato (segmento espacial) e a implantação da infraestrutura de controle e suporte (segmento terrestre).

Sua carga útil em banda X já se encontra em operação tendo como cliente o Ministério da Defesa (MD). Sua banda Ka, que conta com 58Gbps de capacidade, está destinada ao atendimento de conectividade em banda larga, especialmente em localidades remotas e programas de governo (e.g. Internet para Todos). Sua cobertura atinge todo território nacional, incluindo Fernando de Noronha e 200 milhas náuticas na região da Amazônia Azul. O alto investimento em banda Ka permite que a capacidade do satélite seja 10 vezes maior e preços três (3) vezes mais baixos que os demais aparatos presentes em órbita brasileira.

Em 2018 foram concluídas as estações Gateways de Florianópolis, Salvador e Campo Grande, responsáveis pela comunicação do artefato com a Rede Terrestre Telebras e assim possibilitar a entrega de serviços da rede terrestre para o cliente final. Concomitantemente foram entregues também as estações de controle do satélite, ou COPE – Centro de operações Espaciais, localizadas em Brasília e no Rio de Janeiro, de onde a partir de uma equipe multidisciplinar da Telebras e Forças Armadas podem monitorar o funcionamento de todos os equipamentos em órbita bem como promover manobras para ajuste da posição orbital. Ainda em 2018, a Telebras anunciou ao mercado em fevereiro que constituiu parceria com a empresa Viasat Inc., norte-americana especializada em comunicações via satélite. Esta parceria possibilitará que a Telebras atenda toda sua demanda de clientes governamentais, como GESAC, Anatel, ICMBio, IBAMA, Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça, dentre outros. Além disso, possibilitará o atendimento das políticas públicas Educação Conect@da (Ministério da Educação), Programa Prontuário Eletrônico (Ministério da Saúde), bem como explorar o Programa Internet para Todos (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) para fornecimento de internet em banda larga de baixo custo para populações carentes, reforçando os objetivos sociais da Telebras. Além disso, a parceria possibilitará que a internet possa chegar a lugares não atendidos pelas grandes operadoras brasileiras, em residências, empresas e localidades remotas. O plano de ativação dos terminais satelitais é agressivo, foi iniciado no mês de abril e tinha como meta 15 mil terminais de usuário ativos até o final de 2018.

Com a sinalização da queda da liminar, que impedia a continuidade da parceria Telebras-Viasat e a implantação da operação para atendimento aos clientes satelitais, no dia 16/07/18, houve uma sequência de ações de forma a restabelecer o contrato e cronogramas que até então estavam em andamento antes da liminar impeditiva da Justiça Federal do Amazonas. Entre as ações foram prontamente executadas:

- Solicitação de reativação dos cronogramas de instalação de banda base;
- Reativação dos pontos de 4 pontos em Pacaraima, Roraima além de outros 3 pontos no Piauí;
- Restabelecimento das ações de desembarço alfandegário dos 4.000 terminais VSAT;
- Formalização de mais de 10 mil pontos GESAC formalizados pela MCTIC para a parceira Viasat;
- Obtenção do cronograma de ativação dos primeiros 4 mil pontos GESAC;
- Restabelecimento das tratativas com a parceira para amadurecimento dos processos interno Telebras para suportar a nova operação cliente.

Houve grandes avanços nos primeiros dias após a queda da liminar, mas uma nova liminar foi concedida pelo TCU impedindo a execução do cronograma de instalação massiva de cliente GESAC. Em decisão unânime tomada dia 31 de outubro, o Tribunal de Contas da União (TCU) validou o caráter legal, idôneo e transparente adotado pela Telebras ao

aplicar a Lei das Estatais (13.303/2016) no processo da escolha da Viasat como parceira para a exploração da banda Ka do SGDC. Além disso, a Telebras também foi liberada para executar os contratos com os seus clientes, inclusive o GESAC, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC);

Também na decisão do dia 31/10, o TCU determinou que Telebras e Viasat renegociassem os termos do contrato em 90 dias, quando então deveriam apresentar à Corte de Contas o resultado das tratativas. As reuniões de renegociação iniciaram-se em novembro e o processo deverá ser concluído até o final de janeiro de 2019. Apesar da impossibilidade de ativação de estações cliente em 2018, até dezembro de 2018 foram instalados 41 pontos mais 20 pontos de testes, nos estados de Roraima, Piauí, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e no Distrito Federal e com a previsão de ativação de mais de 15 mil pontos em 2019.

É com essa missão que a Telebras continua levando banda larga de qualidade e a preços baixos, expandindo sua rede, estabelecendo parcerias com operadoras e prefeituras, e levando cada vez mais conectividade ao maior número de municípios brasileiros, promovendo a inclusão digital e contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais

• **0551 - Disponibilização das comunicações de dados entre o Brasil e a Europa através do lançamento de cabo submarino entre os continentes**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Foi firmado contrato para a criação da empresa Ellalink, joint-venture formada pela estatal Telebras e a empresa espanhola Eulalink, com o objetivo de lançar o Cabo Submarino Brasil-Europa, cuja previsão de entrada em operação é 2019. A Telebras participará com 35% do capital da joint venture. A construção ficará a cargo da Alcatel Submarine Networks (ASN), empresa do grupo Nokia, vencedora de concorrência feita no começo do ano. Batizado de EllaLink, o cabo submarino permitirá a conexão direta entre o Brasil e a Europa, reduzindo a latência ao acessar conteúdo hospedado em servidores europeus. A estrutura terá capacidade total de 72 terabits por segundo (Tbps) e extensão de 9.400 km, podendo variar em função de sua extensão a outros países sul-americanos. A previsão é que as estações de amarre sejam localizadas na Praia Grande (SP), Fortaleza e na cidade portuguesa de Sines, com previsão de instalação de unidades de derivação para o atendimento a outras localidades de interesse em seu caminho oceânico. Um dos objetivos do projeto é servir às comunidades de pesquisa da América Latina e da Europa. Atualmente, cerca de uma dezena de cabos submarinos ligam o Brasil a outros países: a maioria está direcionada aos Estados Unidos e apenas um para a Europa – ainda assim tecnologicamente superado e com menor capacidade.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de abordagem comercial com clientes potenciais e o início da sua execução dependerá da disponibilidade orçamentária.

• **0552 - Implantação da Rede Privativa da Administração Pública Federal**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras administra as infraestruturas necessárias ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, previstas no Decreto nº 7.175/2010, por meio da Rede Nacional de Banda Larga, estruturada com uma solução em fibras ópticas, que já alcançam 28 mil km de extensão que em conjunto com o Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicação - SGDC é capaz de atender todos municípios do Brasil, cobrindo todo o país. Estas fibras estão, em sua maioria, em cabos OPGW (Optical Ground Wire) existentes nas linhas de transmissão das concessionárias de energia. Existem ainda fibras ópticas em gasodutos e rodovias.

Em dezembro de 2017 a Telebras firmou parceria com o Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), com o objetivo de conectar, inicialmente, 15 mil estabelecimentos, tais como escolas públicas, postos de saúde e pontos de interesse na área de segurança pública.

No ano de 2018, a Telebras atuou principalmente na ampliação da capacidade de seu backbone, além da expansão de novos trechos das abordagens necessárias as estações de comunicação satelital, para o SGDC.

Foram efetuadas diversas ampliações, focando na substituição de canais de 40Gbps por canais de 100Gbps em partes específicas da rede. Outro ponto importante foi a continuação de projetos focados na melhoria continuada da rede, entre eles a ampliação do núcleo de rede IP/MPLS com capacidade de até 25,6Tbps, com conclusão prevista para o início de 2019. Foram também concluídos projetos, visando à melhoria da infraestrutura, como a troca de bancos de baterias e implantação de grupo motor gerador em estações Telebras, garantindo assim o aumento da disponibilidade e confiabilidade da sua rede.

Ainda em 2018, destaca-se também a ativação da rede de serviço satelital terrestre do SGDC que interconecta todas as estações de monitoramento, Teleportos e Centros de Operação Espacial. Todos esses dados são transportados pelo mesmo backbone que atende o PNBL. Essas estações estão presentes em todas as cinco regiões do país e em estações terrestres presentes nos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Roraima, Campo Grande, Santa Catarina, Paraíba, Brasília, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A rede Telebras teve aumento de sua cobertura ampliada em 2018. Em 2017, atendia diretamente 469 municípios e 1055 indiretamente. Em 2018 passou a atender 490 municípios diretamente, mais 1157 municípios atendidos indiretamente por provedores parceiros, com abrangência de aproximadamente 64% da população brasileira. É com essa missão que a Telebras continua levando banda larga de qualidade e a preços baixos, em parceria com Provedores de Internet, Operadoras e Prefeituras, ao maior número de municípios brasileiros, promovendo a inclusão digital e contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais

- **0553 - Realização de leilões reversos para viabilizar a implantação de redes ópticas de transporte**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A realização de leilões reversos para viabilizar a implantação de redes ópticas de transporte depende de alterações legislativas e de regulamentos, que estão sendo avaliadas no momento.

- **055D - Articulação para disponibilização de mecanismo de acesso a crédito para financiar a implantação de redes ópticas de acesso por pequenos e médios provedores**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2017 ocorreram reuniões entre Pequenas Empresas Provedoras de Internet e instituições financeiras para tratar de propostas de linhas de crédito para a implantação de redes de banda larga, inclusive com uso do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE). Aguarda-se liberação de limite orçamentário para se alocar ao fundo.

Foi proposto Decreto em maio/2017 que dispõe sobre a cobertura do FGIE para operações do Programa de Apoio a Financiamentos de Investimentos em Telecomunicações, estratégico para a ampliação e melhoria do acesso da população aos serviços de Internet, inserido no SIDOF. Aguarda-se definição superior.

- **055M - Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços de telecomunicações**

Individualizada: Não

- **055N - Reavaliação do modelo de gestão de espectro de radiofrequências destinado à prestação dos serviços de telecomunicações**

Individualizada: Não

- **055O - Reavaliação do modelo de autorização e licenciamento de serviços de telecomunicações**

Individualizada: Não

- **055P - Reavaliação da regulamentação sobre o licenciamento de estações de telecomunicações**

Individualizada: Não

- **055Q - Disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações que suportem o acesso à internet em banda larga**

Individualizada: Não

- **055R - Reavaliação do regime e escopo da prestação dos serviços de telecomunicações**

Individualizada: Não

• **055W - Atingimento de 10.000 Pontos de Inclusão Digital**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A revitalização dos pontos de inclusão digital existentes e o retorno ao funcionamento daqueles pontos fechados têm-se dado por meio do Programa Computadores para Inclusão – Centro de Recondicionamento de Computadores. Temos até o momento uma rede de 10 CRCs que junto com outras iniciativas revitalizou quase 1500 pontos de inclusão digital. Em 2016, por se tratar de ano eleitoral, as doações de equipamentos tiveram que ser suspensas.

Além disso, os CRCs também formaram quase 5000 jovens.

A articulação de redes regionais tem se dado a partir de Acordos de Cooperação Técnicas com Estados. Até o momento, sete desses acordos foram firmados.

O Ministério também apoiou e participou diretamente da 13ª e 14ª Oficinas para Inclusão Digital, momentos em que mobilizou diversas redes colaborativas, municípios e estados de todo o Brasil.

• **055X - Revitalização e ampliação da rede brasileira de inclusão digital**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Por meio de programas de inclusão digital que abrangem convênios com Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), foram formados somente durante o ano de 2017, 2.453 jovens de comunidades carentes. Além dos conhecimentos de hardware e software, para os jovens formados pelos CRCs também são agregados conhecimentos associados ao recondicionamento de equipamentos de informática usados e reciclagem de resíduos eletroeletrônicos.

Além disso, o Programa CRC disponibiliza os equipamentos recondicionados a pontos de inclusão digital, provendo a revitalização de seus equipamentos, e propiciando a continuidade de suas atividades, atingindo assim um contingente ainda maior de beneficiários indiretos do programa.

Entre os CRCs parceiros podemos destacar:

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) capacitou 27 indígenas, de duas tribos localizadas no Estado do Pernambuco.

No Distrito Federal, Goiás e Bahia foram realizadas formações em comunidades rurais e a doação de equipamentos de informática para escolas municipais.

No Ceará, por meio de uma parceria da Secretaria de Educação de Fortaleza e o Centro de Recondicionamento de Computadores IDEAR foi realizado a formação de mais de 400 jovens de comunidades carentes da região metropolitana e a revitalização de mais de 10 espaços em escolas públicas municipais.

Em Belém foram formados mais de 100 jovens e foram revitalizados pontos de inclusão digital nos estados, além do Pará, do Acre e Rondônia.

O Centro de Recondicionamento de Computadores, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, realizou a instalação de três laboratórios de informática em Centros de Acolhimento para pessoas em situação de rua, muitos vindos da desocupação realizada na “Cracolândia”.

E foi iniciada a execução das ações do Centro de Recondicionamento de Computadores de Belo Horizonte, com previsão de formação de 610 jovens e a doação de 2.100 equipamentos para pontos de inclusão digital.

Outras ações de revitalização incluem:

Foi realizado por meio da parceria com o Instituto Campus Party, a formação de jovens vindos do semiárido baiano na edição do evento realizado em Salvador. A ação teve por objetivo mostrar a eles as experiências existentes e a busca de soluções tecnológicas para problemas enfrentados no meio rural. Participam da ação jovens dos municípios de Campo Formoso, Itiúba, Ourorândia, Serrolândia, Miguel Calmon, Capim Grosso, Uauá, Juazeiro e Remanso. Esses mesmo jovens também foram formados pelo Centro de Recondicionamento de Computadores da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Associação Telecentro de Negócios (ATN) foi iniciado o processo de mapeamento dos telecentros de todo Brasil, a fim de diagnosticar as necessidades desses pontos e a situação estrutural que os mesmos se encontram. Já foram atualizados os cadastros de mais de 500 pontos de inclusão digital.

Assinado Acordo de Cooperação Técnica com o estado do Mato Grosso para desenvolver e mapear as principais necessidades e potencialidades do estado. Esse acordo agrega-se ao trabalho que vem constantemente sendo desenvolvido para a difusão de conteúdos e a revitalização de pontos de inclusão digital nos estados do Maranhão, Pará, Minas Gerais, Goiás e Pernambuco.

Assinado também Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Guarulhos (SP), para a revitalização de 18 pontos de inclusão digital que atendem comunidades carentes da região metropolitana de São Paulo.

Primeiro Semestre 2018:

Os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), formaram no ano de 2018, 1.263 jovens. Número menor que em 2017 pelo encerramento de 4 Centros de Recondicionamento de Computadores que estavam em vigência desde 2013.

Além disso, o Programa CRC disponibiliza os equipamentos recondicionados a pontos de inclusão digital, provendo a revitalização de seus equipamentos, e propiciando a continuidade de suas atividades, atingindo assim um contingente ainda maior de beneficiários indiretos do programa.

Entre os CRCs parceiros podemos destacar no ano de 2018:

Os CRCs Programando o Futuro e AFAGO doaram 60 computadores para a Operação Acolhida na fronteira de Roraima para auxiliar a ação de apoio aos venezuelanos.

No Goiás, foram formados em parceria com o Instituto Federal do Goiás a formação de 72 jovens em recondicionamento e revitalização de computadores.

No Ceará, por meio de uma parceria da Secretaria de Educação de Fortaleza e o Centro de Recondicionamento de Computadores IDEAR continuou a formação de mais de 300 jovens de comunidades carentes da região metropolitana e a revitalização de mais de 18 espaços em escolas públicas municipais.

Em Belém foram formados mais de 240 jovens e foram revitalizados pontos de inclusão digital no estado do Pará.

Foram revitalizados 18 Pontos de Inclusão Digital no estado de Mato Grosso, em parceria com o Governo Estadual.

Em parceria com o Projeto Includes do Instituto Campus Party, foram criados laboratórios de robótica em Pato Branco – PR, Maceió – AL, Salvador – BA, Natal – RN e Porto Velho – RO.

Atualmente a Rede de Centro de Recondicionamento de Computadores é composta por 7 Centros que estão localizado em: Valparaíso de Goiás – GO, Gama-DF, São Paulo – SP, Maracanaú – CE, Belo Horizonte – MG, Petrolina – PE, Belém – PA. Essa redução ocorreu devido aos CRCs que tiveram seus convênios encerrados, porém hoje o Departamento de Inclusão Digital está lançando um edital de credenciamento para entidades tanto públicas quanto privadas e a está fechando parceria para abrir três novos CRCs, em Porto Alegre – RS, Salvador – BA e em Porto Velho – RO.

Em 2018, assim como em 2016 as doações de computadores foram paralisadas, devido a proibição de ano eleitoral, o MCTIC, que já vem enfrentando esse problema a vários anos iniciou a tramitação de um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, contudo essa ainda não foi sancionada.

Tendo ainda em vista esse impedimento, os CRCs vem realizando diversas campanhas de arrecadação de resíduos eletrônicos, como por exemplo dentro do evento Greenk Tech Show em São Paulo onde foram arrecadados mais de 70 toneladas de resíduos, e na Campus Party Brasília com arrecadação de 8 toneladas.

Visando melhorar ainda mais a articulação regional está sendo finalizado Acordos de Cooperação Técnica com o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR para o mapeamento de Telecentros, com o Instituto Campus Party para ações de fomento aos laboratórios de Robótica Includes e com diversos estados, como Rondônia e Alagoas.

• **06OS - Implantação de redes de fibras óticas subfluviais na Região Amazônica (Projeto Amazônia Conectada)**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Não há o que monitorar. Essa ação orçamentária foi criada com o objetivo de receber recursos via emendas parlamentares, o que não ocorreu durante o exercício de 2018.

• **06OT - Implantação do Sistema Nacional de Comunicações Críticas (SISNACC)**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 2017 houve reuniões para viabilizar a iniciativa.

Financiamentos Extraorçamentários

- Banda Larga para Todos - Rede de Transporte
- Inversão Financeira - Participação em SPE para implantação de Cabo Submarino - Telebras S/A
- TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação: Exclusão do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real, dos custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador (software) das empresas dos setores de tecnologia de informação - TI e de tecnologia da informação e da comunicação – TIC, sem prejuízo da dedução normal.

OBJETIVO: 1021 - Viabilizar a implantação da TV Digital com inclusão social

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2016 foi publicada a Portaria com o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T. Com o desligamento do sinal analógico da cidade piloto de Rio Verde/GO em 2016, outro grande desafio estava por vir: o desligamento do sinal analógico de televisão na primeira grande cidade do país, a capital Brasília, com mais 9 municípios vizinhos, que estava previsto para ocorrer em 26 de outubro de 2016. Como política pública estabelecida no Edital de licitação da faixa de 700 MHz, foram distribuídos set-top-box às famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, residentes no Distrito Federal e cidades afetadas pelo desligamento do sinal analógico. Tal providência se fez necessária para minimizar os riscos e o impacto sobre a experiência televisiva da população e para o atendimento à norma que estabelece, como condição para o desligamento da transmissão analógica, que pelo menos 93% dos domicílios do município que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre estejam aptos à recepção da televisão

digital.

Até dezembro de 2018, foram homologados os desligamentos dos seguintes agrupamentos de municípios: Rio Verde/GO, Brasília/DF, São Paulo/SP, Goiânia/GO, Recife/PE, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Vitória/ES, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Santos/SP, Vale do Paraíba/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Franca/SP, Porto Alegre/RS, Ribeirão Preto/SP, Bauru/SP, Presidente Prudente/SP, São José do Rio Preto/SP, São Luís/MA, Aracaju/SE, Belém/PA, João Pessoa/PB, Maceió/AL, Manaus/AM, Natal/RN, Teresina/PI, Boa Vista/RR, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Juazeiro do Norte/CE, Macapá/AP, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Sobral/CE, Paraná (Oeste do Estado), Rio de Janeiro (interior), Rio Grande do Sul (Sul do estado), São Paulo (interior), Barão de Melgaço/MT, Blumenau/SC, Campina Grande/PB, Caruaru/PE, Dourados/MS, Feira de Santana/BA, Governador Valadares/MG, Imperatriz/MA, Jaraguá do Sul/SC, Joinville/SC, Juiz de Fora/MG, Marabá/PA, Mossoró/RN, Parnaíba/PI, Petrolina/PE, Rondonópolis/MT, Santa Maria/RS, Uberaba/MG, Uberlândia/MG e Vitória da Conquista/BA, consolidando 1.379 municípios desligados, com uma população de 130 milhões de habitantes.

Em 08 de junho de 2018 foi publicada a Portaria MCTIC nº 3.045 de 07 de junho de 2018, que foi alterada pela Portaria MCTIC nº 5.643, de 30 de outubro de 2018, que dispõe sobre a destinação do saldo de recursos remanescente, proveniente da licitação de que trata o Edital nº 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, administrados pela Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - EAD.

A referida Portaria foi editada com intuito de disciplinar a utilização do Saldo Remanescente previsto no Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, que produzirá efeitos na segunda fase do processo de implantação da televisão digital que começa em 2019 e tem previsão de ser concluída em 2023.

O objetivo 1021 está associado às iniciativas de fomentar a capacitação de profissionais técnicos para implantação da TV Digital; distribuir kit de conversor digital e antena para os beneficiários do Programa Bolsa Família; promover incentivos à rede varejista de equipamentos de TV Digital; realizar campanha de divulgação do processo de desligamento analógico e implantação da TV Digital e atender ao público por intermédio de call center; digitalizar as estações analógicas de TV e RTV existentes; e fomentar a digitalização dos pequenos radiodifusores.

Não há execução orçamentária associada ao objetivo, que é implementado mediante recursos das operadoras dirigidos à Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de canais de TV e RTV – EAD, conforme disposto no Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel.

A Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, alterada pelas Portarias MCTIC nº 7.432, de 2017, nº 1.019, de 2018, nº 3.291, de 2018, e nº 5.938, de 2018, estabelece o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, e define as datas de encerramento da transmissão analógica destes serviços nas localidades onde o desligamento seja necessário para implantação das redes de telefonia móvel de quarta geração na faixa de radiofrequências de 698 MHz a 806 MHz, também conhecida como "Faixa de 700 MHz", que deverá ser realizado até 31 de dezembro de 2018, conforme Decreto nº 5.820, de 30 de junho de 2006, e alterações.

É oportuno mencionar que, até setembro de 2019, todos os municípios brasileiros serão liberados para a implantação das redes de telefonia móvel de quarta geração na referida faixa.

Cabe registrar que, até 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 12,4 milhões de conversores digitais e antenas (Kits) foram entregues aos beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal e às famílias integrantes do Cadastro Único que atendem aos critérios estabelecidos no art. 4º, II do Decreto nº 6.135, de 2007, residentes nas localidades nas

quais o desligamento está previsto até 31 de dezembro de 2018.

Metas 2016-2019

- **0483 - Disponibilizar gratuitamente 24 aplicativos interativos de TV Digital, à população**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Conforme relatado anteriormente, a meta deixou de ser relevante para a política pública de radiodifusão e foi descontinuada.

Quantidade alcançada

4 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

- **0482 - Distribuir conversores digitais para os 100% dos domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A Meta 0482 consiste em entregar Kits (contendo um conversor e uma antena) ao total de beneficiários do Programa Bolsa Família, ou seja, aproximadamente 14 milhões de famílias.

Até dezembro de 2018, foram entregues 5.414.469 milhões de conversores aos beneficiários do Programa Bolsa Família, resultando em um percentual de 39,42% de atingimento da meta global.

Cabe esclarecer que, de acordo com a realocação na distribuição de conversores para todas as famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), residentes nas localidades em que o sinal analógico de televisão desliga até 31 de dezembro de 2018, o número de famílias elegíveis a receber o kit, conforme dados de 31 de dezembro de 2018, passou a ser de 14.408.896 famílias, de forma que, sob essa perspectiva, a entrega de conversores atingiu o número de 12.430.063 às famílias registradas no Cadastro Único, incluídos os beneficiários do Programa Bolsa Família, ou 86,27% do total de entregas.

Cabe ressaltar também que a política pública de distribuição de kits vem sendo constantemente revisada. À luz deste fato, é importante frisar que a Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018, alterada pela Portaria MCTIC nº 5.643, de 30 de outubro de 2018, estabeleceu a destinação do saldo de recursos remanescente, relativo ao ressarcimento dos custos decorrentes da redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, para a distribuição de conversores de TV Digital terrestre, com interatividade e com desempenho otimizado, ou com filtro 700 MHz, às famílias que já não os tenham recebido, bem como para outros projetos com o escopo de implementar, de forma eficaz, a distribuição destes conversores digitais, no intuito de assegurar que toda a população tenha acesso livre, gratuito e de alta qualidade ao sinal digital, nas cidades onde o desligamento ocorrerá até 31 de dezembro de 2023.

É mister informar que houve reavaliação estratégica quanto a esta política pública, o que gerou a necessidade de revisão da meta. Portanto, seu detalhamento se encontra anexado, em extensão “.pdf”, neste SIOP.

Quantidade alcançada

39,42 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	48,79	31/12/2018
Região Nordeste	100	%	27,53	31/12/2018
Região Norte	100	%	25,93	31/12/2018
Região Sudeste	100	%	66,09	31/12/2018
Região Sul	100	%	45,67	31/12/2018

• 0481 - Implantar a TV Digital em 3.244 municípios, em substituição ao padrão analógico**Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações****Análise Situacional da Meta**

Em continuidade ao processo de digitalização, até dezembro de 2018, a TV Digital havia sido implantada em 3.438 municípios, o equivalente a 106% da meta global, sendo que 1.769 municípios foram digitalizados até 2015, 121 no ano de 2016, 305 em 2017 e 1.243 até 31 de dezembro de 2018. Cabe esclarecer que o município é contabilizado na meta quando pelo menos uma estação de retransmissão de televisão ou de geradora, em tecnologia analógica, tenha sido digitalizada.

Adicionalmente, cabe explicar que o valor atingido extrapolou o universo da meta, uma vez que houve, desde o momento em que foi estabelecida, novas análises de pedidos de outorgas de canais analógicos. Desta forma, mais municípios passaram a operar somente em tecnologia analógica, sendo que parte destes já foi digitalizada até o ano de 2018, fato que contribuiu tanto para o aumento do universo quanto para o valor atingido.

Por fim, em 08 de junho de 2018, foi publicada a Portaria MCTIC nº 3.045, alterada pela Portaria MCTIC nº 5.643 também de 2018, que dispõe sobre a destinação do saldo de recursos remanescente, proveniente da licitação de que trata o Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, administrados pela Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – EAD, para a distribuição de Conversores de TV Digital Terrestre com interatividade e com desempenho otimizado, ou com filtro 700 MHz, às famílias que já não os tenham recebido, bem como para outros projetos com o escopo de implementar, de forma eficaz, a distribuição dos conversores digitais, no intuito de assegurar o acesso à Televisão Digital terrestre à população dos municípios que transmitem programação de televisão exclusivamente em analógico.

Quantidade alcançada

3.438 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	327	unidade	308	31/12/2018
Região Nordeste	857	unidade	1.138	31/12/2018
Região Norte	315	unidade	320	31/12/2018
Região Sudeste	1.137	unidade	1.041	31/12/2018
Região Sul	608	unidade	631	31/12/2018

Iniciativas

• 053O - Fomento à capacitação de profissionais técnicos em TV Digital

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

As ações visando a formação de técnicos capacitados a atuar no desligamento do sinal analógico estão sendo conduzidas pela Seja Digital, entidade constituída para atender às obrigações impostas pelo Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel, cujo objeto é o leilão da faixa de 700 MHz para as operadoras de telefonia móvel.

Como exemplo das ações que estão sendo realizadas, em 2017, em São Paulo, foram conduzidos alguns programas para mobilização social formação de multiplicadores voluntários de conhecimento, além de parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo, para disponibilizar um atendente em cada um dos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), de forma a orientar a população sobre o desligamento, além de ações com diversos atores para engajamento social acerca do tema, como a USP, SENAI, rádios comunitárias, redes de varejo, etc. Por fim, cabe destacar a realização da Caravana da TV digital, um programa itinerante para disseminar informações acerca do desligamento analógico às escolas.

Em outras capitais e centros urbanos, houve a formação de parcerias com diversos setores da sociedade civil, adaptadas de acordo com as necessidades da população local, para promover engajamento da população acerca do tema.

• 053P - Fomento à digitalização dos pequenos radiodifusores

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O Governo iniciou, no passado, o desenvolvimento de ações voltadas para garantir recursos suficientes para viabilizar a digitalização de pequenos radiodifusores. A principal ação foi a tratativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) com o BNDES para atuar na flexibilização dos requisitos de financiamento do Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (Protdv). Atualmente, buscam-se meios de dar continuidade a esta iniciativa.

Com a publicação da Portaria MCTIC nº 5.643, de 30 de outubro de 2018, que alterou a Portaria MCTIC nº 3.045, de 07 de junho de 2018, que dispõe sobre a destinação do saldo de recursos remanescente, proveniente da licitação de que trata o Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, o MCTIC tem trabalhado no sentido de garantir que o saldo remanescente também fosse usado em outros projetos que implementem, de forma eficaz, a distribuição dos conversores digitais.

Assim, o saldo poderá ser usado, nas localidades que estão previstas para desligar o sinal analógico de televisão até 31 de dezembro de 2023, no intuito de auxiliar, também os pequenos radiodifusores, na implantação da transmissão digital de televisão.

É importante frisar que o processo de transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do Serviço de RTV, ancilar ao Serviço de TV, nos casos em que as autorizatárias do Serviço de RTV não

tiverem interesse na continuidade da execução do serviço em tecnologia digital ou não possuem condições financeiras para tal, outras entidades, concessionárias do Serviço de TV, como a geradora cedente da programação ou outra de mesma programação básica e pertencente ao mesmo Estado da estação retransmissora, desde que cumpridos os requisitos legais, poderão continuar a execução do Serviço de RTV em tecnologia digital, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

- **053Q - Desenvolvimento do projeto de disseminação GINGA (middleware para aplicações de TV digital)**

Individualizada: Não

- **053R - Fomento à Rede Varejista de Equipamentos para a TV Digital**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

As ações em prol de estimular a rede varejista de eletrônicos estão sendo conduzidas pela Seja Digital, entidade constituída para atender às obrigações impostas pelo Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel, cujo objeto é o leilão da faixa de 700 MHz para as operadoras de telefonia móvel.

Há um grande esforço por parte da Seja Digital em negociar parcerias e estratégias de comunicação nas redes do grande varejo, com foco em disseminar informações em relação ao programa de distribuição de kits gratuitos e sobre o desligamento analógico, e que indiretamente estimulam a venda de televisores e até mesmo de conversores e antenas, às famílias que não são elegíveis a recebê-los gratuitamente.

- **053S - Realização de campanha de divulgação e atendimento ao público sobre o processo de implantação da TV Digital**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 22 de setembro de 2014, foi publicado o Edital de Licitação nº 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel, que disciplinou o leilão da faixa de 700 MHz e determinou a criação do GIRED - Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e digitalização de Canais de TV e RTV, constituído pela Anatel, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), operadoras e representantes da radiodifusão. O referido Edital determinou a constituição, pelas proponentes vencedoras, da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - EAD, também conhecida como "Seja Digital".

A “Seja Digital” tem, dentre seus objetivos, os de gerir os recursos a ela atribuídos pelas proponentes vencedoras da licitação da faixa de 700 MHz e operacionalizar todos os procedimentos relativos à execução das obrigações a ela designadas, nos termos do referido Edital.

Conforme estabelece o Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel, cujo objeto é o leilão da faixa de 700 MHz para as operadoras de telefonia móvel, é responsabilidade destas, por meio Seja Digital, a de prover campanha publicitária, inclusive em TV aberta, para informar toda a população sobre o desligamento analógico, disponibilizar uma central de atendimento telefônico gratuita para dirimir dúvidas e auxiliar toda a população na instalação dos conversores de TV Digital e filtros, além de manter uma página na Internet informativa e de esclarecimentos sobre o processo de desligamento analógico. Estas ações são acompanhadas pela ANATEL e pelo MCTIC, por meio de relatórios mensais apresentados pela Seja Digital. As campanhas foram iniciadas, nas localidades que tiveram a homologação do desligamento do sinal analógica até 31 de dezembro de 2018, pelo menos 360 dias antes da data de cada desligamento, de forma a informar e mobilizar a população em prol da digitalização da TV.

Além disso, a Portaria MCTIC n.º 2.992, de 26 de maio de 2017, e alterações, estabelece que as emissoras de televisão

também terão de informar, em sua programação, a data de desligamento da transmissão analógica, o canal de veiculação de sua programação em digital, tarjas informativas, símbolo da televisão analógica, quando a transmissão ainda estiver em analógico, dentre outros, para que a população tenha pleno conhecimento do processo.

- **053T - Manutenção do repositório de aplicativos interativos para TV Digital**

Individualizada: Não

- **062Z - Distribuição de kit digital para beneficiários do Programa Bolsa Família**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Em 22 de setembro de 2014, foi publicado o Edital de Licitação nº 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel, que disciplinou o leilão da faixa de 700 MHz e determinou a criação do GIRED - Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e digitalização de Canais de TV e RTV, constituído pela Anatel, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), operadoras e representantes da radiodifusão. O referido Edital determinou a constituição, pelas proponentes vencedoras, da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - EAD, também conhecida como "Seja Digital".

A "Seja Digital" tem, dentre seus objetivos, os de gerir os recursos a ela atribuídos pelas proponentes vencedoras da licitação da faixa de 700 MHz e operacionalizar todos os procedimentos relativos à execução das obrigações a ela designadas, nos termos do referido Edital.

O GIRED é constituído e presidido pela Anatel, com participação das proponentes vencedoras do Edital em questão tem, dentre outros, o objetivo de disciplinar e fiscalizar a implantação do processo de redistribuição de canais de TV e RTV, e as obrigações da EAD. Sendo que este Grupo definiu as características técnicas mínimas de desempenho dos conversores e das antenas, bem como as diretrizes quanto à logística de entrega dos Kits.

Por sua vez, cabe à EAD a operacionalização das medidas de distribuição de kits com conversor de TV Digital e antenas de recepção às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do Governo Federal e às inscritas no Cadastro Único que atendem aos critérios estabelecidos no art. 4º, II do Decreto nº 6.135, de 2007, cabendo ao MCTIC o acompanhamento e à ANATEL a fiscalização do processo, por meio do GIRED.

Cabe ressaltar também que a política pública de distribuição de kits vem sendo constantemente revisada. À luz deste fato, é importante frisar que a Portaria MCTIC nº 3.045, de 7 de junho de 2018, alterada pela Portaria MCTIC nº 5.643, de 30 de outubro de 2018, estabeleceu a destinação do saldo de recursos remanescente, relativo ao ressarcimento dos custos decorrentes da redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, para a distribuição de Conversores de TV Digital Terrestre com interatividade e com desempenho otimizado, ou com filtro 700 MHz, às famílias que já não os tenham recebido, bem como para outros projetos com o escopo de implementar, de forma eficaz, a distribuição dos conversores digitais, no intuito de assegurar o acesso à Televisão Digital terrestre à população dos municípios brasileiros que recebem o sinal.

- **0630 - Digitalização de estações analógicas de TV e RTV existentes**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Desde o início do processo de transição da tecnologia de televisão, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tem pautado seu trabalho de forma escalonada, priorizando as análises dos processos técnico-jurídicos das entidades de acordo com a data de desligamento do sinal analógico em cada localidade, para viabilizar o funcionamento em tecnologia digital, pelas entidades executantes dos Serviços de TV e de RTV, antes do

desligamento. É importante frisar que, até dezembro de 2018, 3.438 municípios brasileiros, que já operavam na tecnologia analógica, contam com pelo menos uma entidade apta a operar em tecnologia digital.

OBJETIVO: 1022 - Ampliar os serviços de comunicação e expandir a radiodifusão com ênfase no Sistema Público

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

Visando a massificação dos serviços de radiodifusão, seja por meio do rádio ou da televisão, e para abranger o maior número de municípios brasileiros, estavam previstos os Planos Nacionais de Outorga (PNO) para o serviço de radiodifusão educativa e radiodifusão comunitária. Esses planos estabelecem os critérios dos processos de seleção e fixam o cronograma acerca da periodicidade de publicação dos editais de seleção pública.

Entretanto, em 2017 os editais de seleção pública previstos nos Planos Nacionais de Outorga do serviço de radiodifusão educativa (PNO 2015/2016 e PNO 2016/2017), e os editais de seleção pública previstos nos Planos Nacionais de Outorga do serviço de radiodifusão comunitária (PNOs 2015/2017, 2016 e 2017/2019) permaneceram temporariamente suspensos. Em relação à suspensão temporária dos PNOs, primeiramente, cabe esclarecer que a Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, dispôs sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão e também dos pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária, o que gerou o retorno de centenas de processos para análise. Assim, diante do grande número de processos de renovação de outorga em análise na Secretaria de Radiodifusão (cerca de 500 processos referentes à radiodifusão educativa e 1.300 relativos à radiodifusão comunitária) os esforços foram focados na redução desse estoque específico. Pretende-se, com isso, impedir a perpetuação indefinida de processos de renovação, que redundam no acúmulo de períodos vencidos, sem decisão favorável ou contrária, com grande prejuízo para a segurança jurídica do administrado e para a eficiência e efetividade da Administração Pública na gestão de seus processos.

Ademais, está sendo reanalisado o espectro de frequências com vistas à realocação das estações de FM migradas do serviço de Ondas Médias, sejam elas locais, regionais ou nacionais, demanda esta de iniciativa do próprio setor de radiodifusão.

Para alocar os serviços migrados será necessário o reexame da canalização na faixa de frequência modulada. Ainda, para que exista a ocupação da faixa estendida, será imprescindível o término da migração do serviço de radiodifusão de sons e imagens e o serviço de retransmissão de televisão para o sistema digital.

Assim, as duas migrações, AM para FM e da TV analógica para a TV digital, merecerão especial atenção desta pasta, pois dependem da limpeza da faixa de frequência para serem efetivadas.

Por fim, cabe salientar que recentemente foi publicada a nova Portaria relativa ao Serviço de Radiodifusão Educativa. Os processos advindos do PNO 2015/2016 que estavam sobrestados, pelos motivos acima elencados, já voltaram a ser analisados e com parte dos resultados publicados recentemente. Os PNOs do serviço de rádio Comunitária foram retomados no primeiro semestre de 2018 e os processos das entidades que atenderam aos 3 primeiros editais publicados estão sendo analisados.

Metas 2016-2019

- **048T - Alcançar 75% dos municípios brasileiros com pelo menos uma estação de Rádio Comunitária**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Em 2018 o percentual de municípios brasileiros que possuem pelo menos uma emissora de radiodifusão comunitária chegou a 72,20%. O comprometimento do alcance dessa meta é justificado pela suspensão temporária dos PNOs de radiodifusão comunitária advinda da fusão ministerial, da elaboração de novas políticas públicas e da publicação da Lei

nº 13.424, de 28 de março de 2017. Em 2018, foi retomada a publicação de editais de seleção pública para executar o serviço de radiodifusão comunitária. Para isso, foi revogado o PNO 2017/2019, o PNO 2016 para Povos e Comunidades Tradicionais e, aprovado o PNO 2018/2019 para o serviço de radiodifusão comunitária. A revogação é necessária para ajustar a atual capacidade operacional da equipe técnica, sobrecarregada com as centenas de processos de renovação de outorga advindos com a publicação da Lei 13.424/2017, à observância do princípio constitucional da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, e do princípio da duração razoável do processo. Ademais, no PNO 2018/2019 foram observados critérios objetivos para a escolha das localidades a serem contempladas nos editais de seleção pública, ou seja, foram incluídas apenas localidades que possuíam Cadastro de Demonstração de Interesse registrado. Entretanto, cabe ressaltar que mesmo com a retomada dos PNOs, o atingimento da meta ao final do PPA poderá ser comprometido, tendo em vista o lapso temporal sem editais de seleção pública, gerando a necessidade de revisão da meta.

Quantidade alcançada

72,2 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

• **048Q - Alcançar 90% dos municípios brasileiros, que possuem Instituições de Ensino Superior Públicas, com pelo menos uma estação de Radiodifusão Educativa**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Em 2018 o percentual de municípios brasileiros que possuem Instituições de Ensino Superior Públicas, com pelo menos uma estação de Radiodifusão Educativa se manteve o mesmo que em 2017, ou seja, 69,82 %. O fato é explicado pela suspensão temporária do PNO 2015/2016 que previa a publicação de cinco editais de seleção pública para novas outorgas dos serviços de rádio e televisão educativa. Deste total, quatro editais foram devidamente publicados, abrindo oportunidade para que 289 localidades pudessem ter novas estações de emissoras educativas. Os municípios que possuem instituições de ensino superior públicas e que ainda não tinham nenhuma emissora de radiodifusão educativa foram contemplados neste PNO, de modo que o alcance da meta estabelecida depende da finalização dos procedimentos seletivos, o que ainda não ocorreu. Ressalte-se que apesar de terem sido outorgadas 38 novas emissoras de radiodifusão educativa em 2017, esse valor não influenciou nesta meta porque essas novas outorgas são provenientes de editais de seleção pública anteriores ao PNO 2015/2016. Em 2019, pretende-se retomar a publicação dos resultados dos editais pendentes do PNO 2015/2016, o que corroborará no alcance da meta. Entretanto, cabe ressaltar que mesmo com a retomada do PNO, o atingimento da meta ao final do PPA poderá ser comprometido, tendo em vista o lapso temporal sem editais de seleção pública.

Quantidade alcançada

69,82 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

• **048R - Ampliar o número de geradoras de televisão comerciais em 55 novas estações**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Em 2018 houve o incremento de duas novas outorgas para geradoras de televisão comercial. O número reduzido de novas outorgas se justifica pelo questionamento do Tribunal de Contas da União sobre o valor mínimo da outorga. Assim, novos editais de licitação para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens somente serão lançados após a instituição e aprovação de metodologia de cálculo dos preços mínimos dessas outorgas.

Importa consignar que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por intermédio de entidade vinculada a esta Pasta (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE), promoveu a contratação de consultoria técnico-especializada para o desenvolvimento de ferramenta informatizada e realização de treinamento.

Além da ausência de metodologia de cálculo, a ser instituída para a precificação de outorgas, releva salientar os seguintes obstáculos para o atingimento da meta:

- (i) o grande número de concorrências que se encontram em curso na Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão – CELR, pendentes de conclusão;
- (ii) o número diminuto de analistas na Comissão de Assessoramento Técnico da CELR; e
- (iii) atualização monetária nos valores de outorgas (a ser aplicado no momento da formalização de contratos de outorga com o Poder Público).

Pelo exposto, observa-se que o atingimento da meta permanece comprometido.

Quantidade alcançada

8 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

• **048S - Ampliar o número de Rádios Comunitárias no país em 400 novas estações**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A suspensão temporária dos PNOs de radiodifusão comunitária advinda da fusão Ministerial, da elaboração de novas políticas públicas e da publicação da Lei nº 13.424, comprometeu o desempenho da meta. Em 2018 houve 67 novas outorgas, o que representa 67% da meta projetada de 100 novas outorgas para o ano de 2018. Ressalte-se que o somatório das outorgas de 2016, 2017 e 2018 totaliza 173 novas outorgas, o que equivale ao cumprimento de 43,25% da meta prevista para o PPA 2016-2019. Em 2018, foi retomada a publicação de editais de seleção pública para executar o serviço de radiodifusão comunitária, 5 já publicados. Para isso, foi revogado o PNO 2017/2019, o PNO 2016 para Povos e Comunidades Tradicionais e, aprovado o PNO 2018/2019 para o serviço de radiodifusão comunitária. A revogação foi necessária para ajustar a atual capacidade operacional da equipe técnica, sobrecarregada com as centenas de processos de renovação de outorga advindos com a publicação da Lei 13.424/2017, à observância

do princípio constitucional da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, e do princípio da duração razoável do processo. Ademais, no novo PNO 2018/2019 foram observados critérios objetivos para a escolha das localidades a serem contempladas nos editais de seleção pública, ou seja, foram incluídas apenas localidades que possuíam Cadastro de Demonstração de Interesse registrados. Em 9/04/2018, foi publicada a Portaria 1.909/2018, de Radiodifusão Comunitária, que alterou a Portaria 4.334/2015 de forma a adequá-la a Lei 13.424 e ao Decreto nº 9.138, os quais introduziram medidas de desburocratização em processos de permissão, concessão, renovação e alteração contratual das radiodifusoras. Entretanto, cabe ressaltar que mesmo com a retomada dos PNOs, o atingimento da meta ao final do PPA poderá ser comprometido, tendo em vista o lapso temporal sem editais de seleção pública, gerando a necessidade de revisão da meta .

Quantidade alcançada

173 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	32	unidade	14	31/12/2018
Região Nordeste	148	unidade	90	31/12/2018
Região Norte	36	unidade	20	31/12/2018
Região Sudeste	108	unidade	31	31/12/2018
Região Sul	76	unidade	18	31/12/2018

• **048P - Ampliar o número de rádios e televisões educativas em 140 novas estações**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A fusão Ministerial, a elaboração de novas políticas públicas e a publicação da Lei nº 13.424 suspenderam, em 2017, a publicação dos editais de seleção pública prevista nos dois PNOs de radiodifusão educativa publicados (2015/2016 e 2016/2017), comprometendo o atingimento da meta estabelecida. Apesar de em 2017 não ter havido publicação de novos editais de seleção pública para a execução do serviço de radiodifusão educativa, foram outorgadas 38 novas estações, provenientes dos processos anteriores ao PNO 2015/2016 e ao PNO 2016/2017 e que estavam em andamento. Ressalte-se que o somatório das outorgas de 2016 e 2017 totaliza 82 novas outorgas, o que equivale ao cumprimento de 58,57% da meta prevista para o PPA 2016-2019 .

Quantidade alcançada

82 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
-------------------------------	--------------	----------------	------------------------	-------------

Região Centro-Oeste	12	unidade	14	31/12/2018
Região Nordeste	72	unidade	31	31/12/2018
Região Norte	20	unidade	8	31/12/2018
Região Sudeste	24	unidade	18	31/12/2018
Região Sul	12	unidade	11	31/12/2018

• **048U - Disponibilizar os serviços postais de atendimento a 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2018, os Correios disponibilizaram serviços postais básicos a 88,83% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes, ou seja, atendeu 3.785 distritos dos 4.261 estabelecidos pelo Portaria nº 6.206 de 13 de novembro de 2015 do Ministério das Comunicações. Em relação ao ano de 2017, no referido período, ocorreu um decréscimo de 1,2%, ou seja, 46 distritos deixaram de ser atendidos.

Dentre os principais desafios enfrentados para o atendimento da meta estabelecida estão:

- Situação financeira desfavorável dos Correios. Os prejuízos acumulados nos últimos anos reduziram a capacidade da Empresa em manter o atendimento em mercados com alto custo de operacionalização e baixíssimo retorno financeiro;
- Desinteresse das prefeituras na continuidade dos convênios para prestação do serviço em distritos, localidades em que não há viabilidade econômico-financeira para instalação de unidade própria; e
- Questionamentos do Ministério Público em relação à possibilidade jurídica das prefeituras firmarem convênios dessa natureza.

E, a partir de setembro de 2018, com a revogação da Portaria nº 6.206 pela Portaria Interministerial nº 4.474, as diretrizes para a universalização foram alteradas, uma vez que a referida portaria estabeleceu novo padrão de atendimento postal com base na demanda por serviços de atendimento em nível de município, não mais em nível de distrito como era determinado pela portaria revogada. Na prática, a meta de cada município passou a ser calculada em quantidade de posições de atendimento necessárias, identificadas através do cálculo de Padrão de Atendimento Postal (PAP), e não mais a disponibilização dos serviços postais básicos aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Quantidade alcançada

88,83 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	94,22	31/12/2018
Região Nordeste	100	%	81,17	31/12/2018
Região Norte	100	%	51,71	31/12/2018
Região Sudeste	100	%	98,42	31/12/2018
Região Sul	100	%	92,01	31/12/2018

- **048V - Disponibilizar os serviços postais de distribuição postal externa a 97,5% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

No ano de 2018 foi alcançado o resultado de 91,33% dos 9.824 dos distritos brasileiros com mais de 500 habitantes atendidos pela distribuição postal. O percentual atingido representa a realização da distribuição postal em 8.972 distritos, significando um acréscimo de 172 distritos em relação ao ano de 2017.

Dentre os principais desafios enfrentados para avançar na distribuição postal em novas localidades, está a mudança do perfil no tráfego postal brasileiro. Além da redução da quantidade de objetos de mensagens no tráfego postal, o que representa redução na produtividade dos carteiros, uma vez que a quantidade de pontos de entrega é crescente, ou seja, menos objetos por ponto de entrega, há também o incremento significativo na quantidade de encomendas, cuja quantidade é significativamente menor do que a de mensagens, mas cujos objetos são de maior volume, o que tem requerido, cada vez mais, a busca de soluções que possibilitem o aumento da produtividade nas diversas fases do fluxo postal.

Há que se considerar que a carga de trabalho para entrega de uma encomenda equivale aproximadamente a dez vezes à carga de trabalho para distribuição de um objeto simples, de forma que, apesar da redução do tráfego de mensagens, o crescimento expressivo no tráfego de encomendas (SEDEX e PAC), torna cada vez maior o desafio dos Correios em atender novos distritos do interior do país, onde a demanda de serviços postais ainda é muito baixa, tanto de mensagens quanto o de encomendas.

Com a baixa densidade de objetos por endereço de entrega e com percursos mais longos a serem vencidos pelos carteiros, a busca por soluções tecnológicas e de parcerias tem sido uma das formas para atender cada vez mais e melhor a população brasileira.

Quantidade alcançada

91,33 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	96,2	%	89,73	31/12/2018
Região Nordeste	99,2	%	92,1	31/12/2018
Região Norte	97,9	%	77,98	31/12/2018
Região Sudeste	99,1	%	97,41	31/12/2018
Região Sul	93	%	85,94	31/12/2018

- **04MT - Entregar objetos postais, dentro do prazo, em 92,5% das remessas**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O resultado dos objetos entregues nos prazos estabelecidos pela Portaria Ministerial em 2018 foi de 78,54%.

No primeiro semestre o resultado foi 69,42%. Segmentando por serviço, atingimos 69,97% na Carta Simples/Registrada, cujo prazo estabelecido é 5 dias úteis. Obtivemos também 54,67% no Impresso e 75,11 % na Encomenda Econômica, cujos prazos são de 10 dias úteis.

Já no segundo semestre, houve uma evolução do resultado para 88,11% - alcançamos 88,06% na Carta Simples/Registrada, 83,96% no Impresso e 97,39% na Encomenda Econômica.

O resultado acumulado do indicador foi impactado negativamente no primeiro semestre de 2018, em função de: falta de mão de obra, por problemas relacionados ao transporte/encaminhamento (devido a mudanças de modais e necessidade de readequação da rede de transporte), além das greves: de carteiros em março e de caminhoneiros em maio. Desde julho, porém, a cesta de encomendas vem atingindo a meta, demonstrando um crescimento mensal, estável e consistente.

Quantidade alcançada

78,54 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	92,5	%	82,95	31/12/2018
Região Nordeste	92,5	%	56,98	31/12/2018
Região Norte	92,5	%	60,64	31/12/2018
Região Sudeste	92,5	%	86,07	31/12/2018
Região Sul	92,5	%	79,05	31/12/2018

Iniciativas

• 05LP - Elaboração e publicação do Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Comunitária e Educativa

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A fusão Ministerial, a elaboração de novas políticas públicas e a publicação da Lei nº 13.424 levaram à suspensão temporária dos PNOs 2015/2016 e 2016/2017 do serviço de radiodifusão educativa e, dos PNOs 2015/2017, 2016 e 2017/2019 do serviço de radiodifusão comunitária. Porém, em junho de 2018 foi publicada a nova Portaria relativa ao Serviço de Radiodifusão Educativa. Com isso, os processos advindos do PNO 2015/2016 que estavam sobrestados, já voltaram a ser analisados e há expectativa de que o novo PNO relativo ao serviço de Radiodifusão Educativa seja publicado tão logo estes processos tenham a análise concluída. No primeiro semestre de 2018 foi publicado o PNO de radiodifusão comunitária, revogando os anteriores. A revogação foi necessária para ajustar a atual capacidade operacional da equipe técnica, sobrecarregada com as centenas de processos de renovação de outorga advindos com a publicação da Lei 13.424/2017, à observância do princípio constitucional da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, e do princípio da duração razoável do processo. Ademais, no PNO 2018/2019 (de RadCom) foram observados critérios objetivos para a escolha das localidades a serem contempladas nos editais de seleção pública, ou seja, foram incluídas apenas localidades que possuam Cadastro de Demonstração de Interesse registrado.

• 05LQ - Desenvolvimento de políticas públicas de Radiodifusão visando a inclusão social

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A fusão Ministerial, a elaboração de novas políticas públicas e a publicação da Lei nº 13.424 levaram à suspensão temporária do PNO 2016 para execução do serviço de radiodifusão comunitária específico para Povos e Comunidades Tradicionais. Em 2019, pretende-se lançar um novo PNO específico para Povos e Comunidades tradicionais. A

revogação do PNO 2016 foi necessária para ajustar a atual capacidade operacional da equipe técnica, sobrecarregada com as centenas de processos de renovação de outorga advindos com a publicação da Lei 13.424/2017, à observância do princípio constitucional da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, e do princípio da duração razoável do processo. Ademais, no novo PNO 2019 serão observados critérios objetivos para a escolha das localidades a serem contempladas nos editais de seleção pública, ou seja, serão incluídas apenas localidades que possuam Cadastro de Demonstração de Interesse registrado.

- **05LR - Publicação de novas normas de Radiodifusão Comunitária e Educativa**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Ao longo de 2017 foi dada continuidade nas medidas adotadas para reduzir a burocracia em processos de permissão, concessão, renovação e alteração contratual das radiodifusoras. A Lei nº 13.424/2017 introduziu medidas de desburocratização, dentre as quais a ampliação do prazo para apresentação do requerimento de renovação de outorga, dispensa de prévia anuência do MCTIC para realizar as alterações contratuais ou estatutárias, simplificação da transferência de outorga e substituição das certidões judiciais anteriormente cobradas por declaração de que nenhum dos sócios

e dirigentes se encontra condenado nos crimes da Lei da Ficha Limpa. Com isso são simplificadas as regras para permissão, concessão, renovação e alteração contratual das outorgas de rádios e TVs comerciais e educativas. Estima-se, assim, que o tempo de tramitação das alterações estatutárias e contratuais, que dependiam de prévia anuência do MCTIC, caia dos atuais 5 anos para 3 meses e que haja maior celeridade na tramitação dos processos de outorga e renovação de outorga. O Decreto nº 9.138, de agosto de 2017, regulamentou as alterações realizadas pela Lei nº 13.424/2017, com o objetivo de diminuir a quantidade de documentos exigidos, melhorar o fluxo de análise dos processos e acelerar o tempo de resposta às emissoras, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados, reduzindo de 27 para 13 documentos para obtenção da outorga e de 23 para 12 documentos para obtenção da renovação da outorga. Considerando a redução dos documentos, a expectativa é de que o tempo de tramitação dos processos de outorga caia dos atuais 8,5 anos para 2 anos. No caso de renovação de outorga, espera-se redução de 6 anos para 1 ano. Em 9/04/2018, foi publicada a Portaria 1.909/2018, de Radiodifusão Comunitária, que alterou a Portaria 4.334/2015 de forma a adequá-la a Lei 13.424 e ao Decreto nº 9.138. Por fim, em 20/06/2018, foi publicada a Nova Portaria de Educativa - Portaria nº 3.238, que revogou a Portaria 4.335/2015, de forma a adequá-la à Lei 13.424/2017 e ao Decreto nº 9.138.

- **05LS - Implementação dos canais do Poder Executivo**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A ação envolvia vários órgãos e, tendo em vista a mudança de gestão, o corte orçamentário sofrido pelos órgãos, e que para a execução da iniciativa havia a necessidade de desembolso de recursos, o projeto ficou estagnado. Pretende-se retomar as reuniões com os órgãos para sabermos se ainda têm interesse e, caso persista, acertarmos ajustes orçamentários para 2019.

- **05LT - Fortalecimento do Canal Cidadania**

Individualizada: Não

- **05LU - Desenvolvimento de ações de capacitação de radiodifusores**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Nos anos de 2017 e 2018 não ocorreram capacitações dos radiodifusores. A falta das capacitações se deu em consequência da suspensão dos PNOs, tendo em vista que as capacitações precediam a publicação dos editais de seleção pública para explicar os trâmites processuais e dirimir dúvidas. Com a retomada dos PNOs, previstos para 2019, pretende-se dar continuidade às ações de capacitações .

- **05LV - Desenvolvimento de políticas de acesso às informações sobre a Radiodifusão**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por intermédio da Secretaria de Radiodifusão - SERAD, no anseio de ofertar as devidas informações, visando maior transparência em suas atividades e melhor relação com os radiodifusores, disponibiliza um espaço exclusivo para atendimento ao radiodifusor, voltado especificamente para pedidos de vista e/ou cópia de documentos e processos em trâmite neste Ministério. Por atendimento eletrônico ou presencial, esse canal é exclusivo para atender o radiodifusor em questões técnicas e jurídicas.

Ademais, no site do MCTIC, no campo “ESPAÇO DO RADIODIFUSOR” são disponibilizadas informações sobre os serviços de radiodifusão. Pelo site também é possível realizar as petições eletrônicas, consultar o andamento dos processos públicos e solicitar vista de processos.

Ainda nesta senda, foram criadas e disponibilizadas no site as cartilhas sobre os serviços de radiodifusão. Essas cartilhas explicam os trâmites e fluxos de como solicitar a outorga de cada serviço.

• 0648 - Implantação de pontos de atendimento postal

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A situação financeira desfavorável dos Correios reduziu a capacidade da empresa em manter o atendimento em mercados com alto custo de operacionalização e baixo retorno financeiro. Como alternativa à instalação de unidade própria em mercados que não apresentam viabilidade econômico-financeira para este modelo, está em curso a viabilização da operacionalização dos serviços postais básicos realizado por pessoa jurídica de direito privado, além da pessoa jurídica de direito público, mediante instrumento jurídico específico.

Ademais, as dificuldades encontradas para celebrar as parcerias para a operação de Agências de Correios Comunitárias (AGC) junto aos órgãos públicos, principal modelo de atendimento para consecução da meta, prejudicam a implantação de pontos de atendimento. Aliado a isso, os Correios enfrentam dificuldades no retorno das prefeituras com a documentação para dar andamento ao processo de abertura das AGCs.

• 0649 - Implantação de pontos de entrega postal

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Encontra-se em andamento o projeto de distribuição domiciliar alternada, que é uma nova metodologia de entrega dos Correios que tem por objetivo reorganizar a forma de realização das atividades internas e externas de uma unidade de distribuição. Nesse modelo a circunscrição de entrega é segmentada em duas partes, com cargas de trabalho equivalentes e a distribuição ocorre em cada uma das áreas segmentadas “Dia Sim, Dia Não”, de segunda-feira a sexta-feira.

Até dezembro de 2018, haviam 707 unidades implantadas, o que representa 95,15% de atingimento da meta de 743 unidades até maio de 2019, estabelecida pela Portaria nº 1.203/2018 do MCTIC.

• 064A - Modernização do processo produtivo postal

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No primeiro semestre de 2018 chegamos a 34.199 smartphones utilizados por carteiros na distribuição postal para o registro de informações da entrega e informações aos clientes.

Essa quantidade representa 89,26% do total de 38.312 matrículas cuja localidade possui sinal para a sua utilização.

No segundo semestre foram adicionados mais 2.053 smartphones à distribuição, chegando ao total de 36.252, o que representa 89,56% das 40.476 localidades com garantia de sinal

Ressaltamos que esse percentual não inclui localidades já contempladas com smartphones, mas sem cobertura de sinal para sua utilização, dependendo de soluções técnicas para tal.

Financiamentos Extraorçamentários

- Inversão Financeira - Participação da ECT/CORREIOSPAR em empresas de logística.

OBJETIVO: 1023 - Incentivar a produção nacional e a distribuição de conteúdos digitais criativos

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo foi impactado pelas mudanças administrativas resultantes da fusão dos antigos Ministérios das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação em 2016, bem como pela restrição de recursos que, embora suficientes para a continuidade das ações já contratadas, não permitiu o lançamento de novos concursos. Entretanto, as sinergias criadas na fusão permitiram ações mais efetivas, em especial no que diz respeito à política para desenvolvimento de aplicativos, que passou a ser executada conjuntamente no âmbito da política de startups do Programa Startup Brasil.

Com relação aos incentivos fiscais para a produção de aplicativos nacionais, por meio do denominado Programa de Inclusão Digital, ressalta-se que, uma vez que esses incentivos foram revogados com a alteração da legislação fiscal, a manutenção do programa está ocorrendo por meio de ação judicial (mandado de segurança), impetrado pela ABINEE, enquanto se aguarda o julgamento da tutela antecipada da ação no primeiro grau.

Metas 2016-2019

- **048W - Disponibilizar de forma gratuita ao cidadão 400 aplicativos de utilidade pública**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A meta atua por meio de concursos para produção de aplicativos de utilidade pública. Em março de 2016, uma ação judicial impetrada pelo Ministério Público Federal (MPF) obteve liminar suspendendo o concurso. A gestão do programa veio para a SEPIN em julho de 2016, com o programa ainda suspenso. Em setembro, o TRF analisou a causa e indeferiu a ação do MPF, dando prosseguimento ao concurso. Com a suspensão, houve atraso nas atividades, e em 2016 foi possível avaliar a entrega final de apenas parte dos aplicativos, apoiando 68 dos 100 inscritos. Em 2017 foi possível completar a avaliação, e o resultado final é que 98 dos 100 inscritos receberam a aprovação final. Um dos desenvolvedores desistiu do concurso e outro não teve seu aplicativo aprovado.

Com a fusão entre as pastas, das Comunicações e da Ciência e Tecnologia, verificou-se uma grande sinergia entre o presente Programa (Inovapps), do primeiro Ministério, com o Programa Startup Brasil, do segundo Ministério, o qual tem apresentado resultados mais robustos. Assim, tendo em vista o princípio da eficiência, decidiu-se trabalhar em um novo edital do Programa Startup Brasil e foi abandonado o Programa Inovapps.

Quantidade alcançada

98 unidades

Data de Referência

30/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Sem proposição de Novas Medidas;

• **04S4 - Fomentar a produção de 500 aplicativos nacionais por meio da política de desoneração de smartphones**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Até 06/12/2018 fomentou-se a produção de 472 aplicativos nacionais por meio da política de desoneração de smartphones.

A política foi dificultada especialmente por causa da Medida Provisória nº 690, de 31/08/2015, que revogou o Programa de Inclusão Digital. Essa MPV foi convertida na Lei nº 13.241 em 31/12/2015.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) impetrou um mandado de segurança contra a Lei 13.241/2015, de 31/12/2015, que instituiu o fim da isenção de PIS/Cofins. Em 14/03/2016, a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, deu provimento à apelação e, em poder geral de cautela, suspendeu a exigibilidade do crédito tributário, para assegurar que o benefício fiscal regulamentado pelo Decreto nº 5.602/2005 seja mantido até a manifestação do juízo de primeira instância. Em 01/08/2016, a Ministra Laurita Vaz (Vice-Presidente do STJ no exercício da Presidência) decidiu manter a isenção tributária. Em 28/03/2017, o processo judicial transitou em julgado no STJ, mantendo a política até 31/12/2018 para as empresas associadas à ABINEE, ainda aguardando a sentença da primeira instância.

Quantidade alcançada

472 unidades

Data de Referência

06/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

• **048X - Viabilizar a consolidação de 10 Arranjos Produtivos Locais-APL Conteúdos Digitais Criativos**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

Até julho de 2016, estavam sendo monitorados convênios vigentes para a criação de 4 APLs. Com a fusão entre as pastas MC e MCTI, não foi possível firmar novos convênios ou finalizar os que estavam em andamento, mas foram prorrogadas as vigências dos convênios com o Rio Grande do Sul e com o Rio de Janeiro.

Em 2017, foram designados novos fiscais para os convênios, que se capacitaram e realizaram o saneamento dos processos.

Em 2018, verificou-se que a execução dos 4 convênios segue baixa e foram detectadas algumas inconformidades. Assim, por orientação da Consultoria Jurídica, os convênios estão sendo encerrados e os recursos devolvidos.

Quantidade alcançada

0 unidades

Data de Referência

30/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	31/12/2018
Região Nordeste	2	unidade	0	31/12/2018
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2018
Região Sudeste	2	unidade	0	31/12/2018
Região Sul	2	unidade	0	31/12/2018

Iniciativas

• 054X - Instituição da Política Nacional de Conteúdos Digitais Criativos

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A política vem sendo realizada por meio da continuidade de ações já contratadas, em particular dos Arranjos Produtivos Locais do Usinas Digitais. Contudo, tendo em vista a pronunciada necessidade de realizar priorizações orçamentárias, não houve em 2016, 2017 ou 2018 novas ações no âmbito desta iniciativa.

OBJETIVO: 1135 - Promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria nacional de telecomunicações

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

As atividades desenvolvidas nesse objetivo têm contribuído para promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria nacional de telecomunicações. Até dezembro de 2018 foram homologados pela Anatel 440 modelos de smartphones 4G LTE. O indicador de Propriedade Intelectual resultante dos projetos ou atividades apoiadas pelo Funttel ainda está em processo de coleta de dados neste primeiro semestre de 2018. No campo da Internet das Coisas (IoT), houve um acréscimo de 25,68% na quantidade de acessos em 2018 (até o mês de novembro) comparado a 2017. A consulta pública do Plano Nacional de IoT esteve aberta para contribuições até fev/2017 e alcançou mais de 2.200 contribuições. Com relação às habilitações de produtos de telecomunicações com PPB, a metodologia de cálculo do indicador foi reavaliada para reproduzir melhor a situação. O número apresentado em 2015 indicava a quantidade de categorias de equipamentos de telecomunicações distintos que possuíam PPB. Sendo assim, equipamentos de mesma categoria eram contabilizados apenas uma vez, mesmo que fabricados por mais de uma empresa e com características técnicas diferentes. Por exemplo: modem, fabricado pela empresa A e pela empresa B, era contabilizado apenas uma vez. Assim, atualizamos o indicador e o número atual registra 832 produtos de telecomunicações habilitados a serem fabricados conforme PPB.

Metas 2016-2019

• 04IJ - Ampliar para 70% a proporção de modelos de smartphone com tecnologia 4G produzidos no Brasil, dentre os beneficiados pela “Lei do Bem”

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A meta de alcançar 70% de modelos smartphones com 4G desonerados não foi realizada. A política foi dificultada especialmente por causa da Medida Provisória nº 690, de 31/08/2015, que revogou o Programa de Inclusão Digital. Essa MPV foi convertida na Lei nº 13.241 em 31/12/2015.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) impetrou um mandado de segurança contra a Lei 13.241/2015, de 31/12/2015, que instituiu o fim da isenção de PIS/Cofins. Em 14/03/2016, a Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, deu provimento à apelação e, em poder geral de cautela, suspendeu a exigibilidade do crédito tributário, para assegurar que o benefício fiscal regulamentado pelo Decreto nº 5.602/2005 seja mantido até a manifestação do juízo de primeira instância. Em 01/08/2016, a Ministra Laurita Vaz (Vice-Presidente do STJ no exercício da Presidência) decidiu manter a isenção tributária. Em 28/03/2017, o processo judicial transitou em julgado no STJ, mantendo a política até 31/12/2018 para as empresas associadas à ABINEE, ainda aguardando a sentença da primeira instância.

Até dezembro de 2018 foram homologados, pela Anatel, 440 modelos de smartphones 4G (LTE), dos quais 115 participam no âmbito do programa.

Quantidade alcançada

26,13 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

• **04IK - Aumentar em 20% a quantidade de habilitações de produtos de telecomunicações produzidos no Brasil cumprindo o Processo Produtivo Básico**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A metodologia de cálculo das quantidades desta Meta foi reavaliada para melhor retratar a situação. O número apurado em 2015 indicava apenas a quantidade de categorias de equipamentos de telecomunicações distintos que possuíam PPB. Dessa forma, equipamentos de mesma categoria eram contabilizados apenas uma vez, mesmo que fabricados por mais de uma empresa e com características técnicas diferentes. Por exemplo: modem, fabricado pela empresa A e pela empresa B, era contabilizado apenas uma vez.

Sob a nova metodologia, a quantidade de referência adotada para o cálculo do percentual de atingimento desta meta passa a ser de 747 produtos, apurada na data de referência de 04/11/2015 (e não 541 produtos, como anteriormente considerado). O histórico da Meta, desde 2015, passa a ser o seguinte:

04/11/2015 => 747 produtos de telecomunicações habilitados a serem fabricados conforme PPB

31/12/2016 => 760 produtos de telecomunicações habilitados a serem fabricados conforme PPB

31/12/2017 => 736 produtos de telecomunicações habilitados a serem fabricados conforme PPB

16/08/2018 => 855 produtos de telecomunicações habilitados a serem fabricados conforme PPB

06/12/2018 => 832 produtos de telecomunicações habilitados a serem fabricados conforme PPB

Como esta meta foi criada para acompanhamento do REP-NBL-Redes, regime que foi finalizado em 2016, a persecução da meta não faz mais sentido. Os resultados listados após 2016 não têm mais influência direta do MCTIC.

Quantidade alcançada

11,38 %

Data de Referência

06/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

• **04IM - Chegar a 20 milhões de acessos do tipo máquina a máquina**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, art. 38, fixou em R\$ 5,68 o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) das estações móveis do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou de outra modalidade de serviço de telecomunicações, nos termos da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, e suas alterações, que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina, definidos nos termos da regulamentação.

O Poder Executivo, por meio do Decreto nº 8.234, de 2 de maio de 2014, estabeleceu que, para fins de redução de custo de licenciamento previsto no artigo 38 da Lei 12.715/2012, são sistemas de comunicação máquina a máquina os dispositivos que, sem intervenção humana, utilizem redes de telecomunicações para transmitir dados a aplicações remotas com o objetivo de monitorar, medir e controlar o próprio dispositivo, o ambiente ao seu redor ou sistemas de dados a ele conectados por meio dessas redes.

Os terminais do SMP desonerados pela Lei nº 12.715/2012 foram nomeados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) como terminais “M2M Especial” e começaram a ser licenciados pela Agência em maio de 2014.

Além disso, foi criada a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas (Câmara IoT), órgão multissetorial criado pela Portaria 1.420, de 8 de outubro de 2014, do extinto Ministério das Comunicações (MC) e atualmente gerido pela Secretaria de Políticas Digitais (SEPOD), nos termos da Portaria nº 5.507 de 30 de novembro de 2016.

O histórico de acessos medido pela Anatel é o seguinte:

AAAA-MM / Valor

2015-12 / 11.332.525

2016-12 / 12.735.542

2017-12 / 15.219.285

2018-06 / 16.917.165

2018-10 / 18.427.107

Quantidade alcançada

18,43 milhões

Data de Referência

31/10/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, conseqüentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

• **04IL - Gerar 80 registros de patentes de produtos desenvolvidos com apoio do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel**

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Análise Situacional da Meta

O indicador de patentes avalia a contribuição do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) para o regime de proteção da propriedade intelectual do País, com base no processo definido pela Resolução CGF nº 92, de 04/10/2012.

Os resultados alcançados são apurados no ano seguinte ao pedido de reconhecimento da inovação. Por essa razão, o objeto desta análise (atual em 15/01/2019) abrange os depósitos feitos nos anos-base de 2016 e 2017, apurados em 2017 e 2018 respectivamente.

Por tudo, em 2017 (ano-base 2016) foram requeridas 20 patentes (17 da Fundação CPqD e empresas do seu ecossistema, 2 da Finatel e 1 da FAURGS) e em 2018 (ano-base 2017) foram depositadas outras 11 patentes (6 da Fundação CPqD e empresas do seu ecossistema, 2 Unitec, 1 Univali e Intelbrás, 1 FAURGS e Digistar e 1 Finatel) no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Quantidade alcançada

31 unidades

Data de Referência

15/01/2019

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Iniciativas

• **05VY - Lançamento de edital conjunto de fomento à inovação (MC, BNDES e FINEP) baseado na Agenda Tecnológica Estratégica: articulação, focalização e potencialização dos recursos públicos de fomento à inovação em TICs**

Individualizada: Não

• **05VZ - Contribuição para o desenvolvimento da indústria nacional por meio do uso dos instrumentos de poder de compra e encomenda tecnológica governamental na área das comunicações (Telebrás)**

Individualizada: Não

• **05W1 - Estímulo à parcerias entre as empresas e centros de pesquisa nacionais**

Individualizada: Não

• **05W3 - Desenvolvimento de Agenda Tecnológica Estratégica para o setor, atualizável periodicamente e pactuada, entre outros, com Governo (MDIC, MCTI e MEC), agências de fomento (BNDES, FINEP), ANATEL, setor privado (fabricantes, associações de classe, operadoras) e comunidade científica e tecnológica (ICTs e Universidades)**

Individualizada: Não

• **05W4 - Fomento do processo de inovação tecnológica no setor de telecomunicações por meio do desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I - em centros de pesquisa e universidades**

Individualizada: Não

• **05W5 - Promoção do acesso das empresas nacionais a recursos de capital**

Individualizada: Não

• **05W6 - Fomento da capacitação de profissionais da cadeia produtiva do setor de telecomunicações do Brasil**

Individualizada: Não

- **064E - Implantação de estratégia de inovação de longo prazo em telecomunicações, com coordenação de diferentes instrumentos de apoio a projetos que ampliem a segurança nacional, apoiem ações de inclusão digital, aprofundem domínio tecnológico em áreas críticas e promovam o adensamento produtivo local**
Individualizada: Não
- **064F - Financiamento, via BNDES, de R\$ 200 milhões em projetos de desenvolvimento tecnológico, inovação e comercialização de bens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com tecnologia nacional**
Individualizada: Não
- **064G - Lançamento do Plano Nacional de M2M/Internet das Coisas**
Individualizada: Não

Financiamentos Extraorçamentários

- Programa de Inclusão Digital: Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins sobre a venda a varejo de computadores desktops e notebooks, monitores, teclados, mouse, modems, tablets, smartphones, roteadores. Também se aplica às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, órgãos e entidades da Administração Pública e sociedades de arrendamento mercantil leasing.
- Programa de Inclusão Digital: Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins sobre a venda a varejo de computadores desktops e notebooks, monitores, teclados, mouse, modems, tablets, smartphones, roteadores. Também se aplica às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, órgãos e entidades da Administração Pública e sociedades de arrendamento mercantil leasing.
- REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações : Suspensão do IPI sobre venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.
- REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações : Suspensão do PIS/COFINS sobre receita de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, de materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.
- REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações : Suspensão do PIS/COFINS sobre receita de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, de materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.
- SUDAM - Isenção Projeto Tecnologia Digital: Isenção do IRPJ para fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com projetos aprovados na região da SUDAM e SUDENE. Aprovação até 31/12/2018 e uso até 2024.
- SUDENE - Isenção Projeto Tecnologia Digital: Isenção do IRPJ para fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com projetos aprovados na região da SUDAM e SUDENE. Aprovação até 31/12/2018 e uso até 2024.

